editora unesp DIGITAL

Denise Aparecida Soares de Moura

# Simulacros de império

## Território, mapeamento e invenção das fronteiras ibero-americanas (século XVIII)

# Simulacros de Império: território, mapeamento e invenção das fronteiras ibero-americanas (século XVIII)

Denise Aparecida Soares de Moura

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MOURA, D. A. S. *Simulacros de Império*: território, mapeamento e invenção das fronteiras ibero-americanas (século XVIII) [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2024, 408 p. ISBN: 978-65-5714-553-1. https://doi.org/10.7476/9786557145531.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

# Simulacros de império

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*
Mário Sérgio Vasconcelos

*Diretor-Presidente / Publisher*
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Superintendente Administrativo e Financeiro*
William de Souza Agostinho

*Conselho Editorial Acadêmico*
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Paulo Celso Moura
Ricardo D'Elia Matheus
Sandra Aparecida Ferreira
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg
Valéria dos Santos Guimarães

*Editores-Adjuntos*
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

DENISE A. S. DE MOURA

# SIMULACROS DE IMPÉRIO

## TERRITÓRIO, MAPEAMENTO E INVENÇÃO DAS FRONTEIRAS IBERO-AMERICANAS (SÉCULO XVIII)

editora unesp DIGITAL

© 2024 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

M929s Moura, Denise Aparecida Soares de

Simulacros de Império [recurso eletrônico] : território, mapeamento e invenção das fronteiras ibero-americanas (século XVIII) / Denise Aparecida Soares de Moura. – São Paulo : Editora Unesp, 2024.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5714-553-1 (eBook)

1. História – Século XVIII. 2. História do Brasil. 3. Geografia. 4. Cartografia. 5. Geopolítica. 6. História da cartografia. I. Título.

CDD 981
2024-1253 CDU 94(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

*À professora Esmeralda Blanco (in memoriam), minha orientadora da Iniciação Científica ao Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, a FFLCH, entre 1990-2002, por ter tido a paciência de formar e a coragem de apostar em uma egressa da rede pública de ensino, quando na universidade pública nem se cogitava em política de permanência e inclusão.*

# Agradecimentos

Este trabalho começou dentro de duas coleções: uma da Brasiliana e uma de Catálogos. Em 2015 fui uma das selecionadas no primeiro edital de residência e pesquisa da Biblioteca Brasiliana Mindlin (BBM), quando tive a oportunidade de desenvolver o projeto *Nas águas do Tibagi: a construção do conhecimento sobre os recursos hídricos do Brasil (século XVIII)*. Não tinha intenção e nem mesmo conhecia a História da Cartografia Crítica, que acabou por me abrir uma janela para esse horizonte científico.

Por isso, registro meu profundo agradecimento à então vice-diretora em exercício, Giuliana Ragusa, e à equipe de bibliotecários dessa instituição. Todos foram muito acolhedores e prestativos, e em alguns encontrei colegas para boas conversas sobre coleções, livros e sobre a vida, em especial Vinicius e Cristina Antunes.

Simultaneamente à residência, fui secretária da Associação Nacional de História (ANPUH) São Paulo e, em suas reuniões mensais, me aproximei da professor Ana Maria de Almeida Camargo, que me abriu as portas de sua biblioteca pessoal e de todo aquele mar de instrumentos de pesquisa formado por catálogos de arquivos e bibliotecas. Naquele período, sua generosidade deu novos rumos a este trabalho e recursos catalográficos para a ampliação de fontes, o que despertou em mim um acentuado interesse pelos catálogos.

Desde 2015, para desenvolver a pesquisa que resultou neste trabalho, defendido como tese de livre-docência em outubro de 2022, percorri várias instituições e encontrei o apoio impecável de seus funcionários, bibliotecários e arquivistas, mesmo em condições adversas de trabalho. Agradeço às equipes da Mapoteca e Arquivo Histórico do Itamaraty, onde passei horas incríveis de pesquisa, cheias de descobertas; do Arquivo Histórico do

Exército; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; da Biblioteca Nacional Portugal; do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); do Archivo General de La Nación em Buenos Aires, onde recolhi material que terminou por ser separado para outro projeto e livro; da Fundação da Casa de Mateus, onde encontrei apoiadores para meus projetos, em especial a acolhida de Teresa Albuquerque e Ricardo Mingorance

Da Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), agradeço pelo imenso apoio de Flávia e equipe, que se responsabilizaram pela digitalização e disponibilização da importante coleção de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. O apoio desses funcionários foi crucial no momento em que redigia este trabalho e precisava revisitar alguns volumes dessa coleção. Esse agradecimento também é estendido aos funcionários da biblioteca da Unesp, *campus* de Franca, sempre solícitos e competentes, mesmo trabalhando em condições desiguais de direitos em relação aos colegas de outras universidades públicas paulistas.

Minha introdução na História da Cartografia contextual, crítica e social ocorreu por meio da leitura de um livro magistral, como *Desenho e desígnio*, de Beatriz Bueno. Foi essa obra, lida pela primeira vez na residência em pesquisa realizada na Biblioteca Brasiliana Mindlin, que me forneceu subsídios teóricos e conceituais para compreender e enxergar uma oportunidade de pesquisa em um mapa separado do principal documento histórico do projeto desenvolvido BBM. A não inclusão do mapa no projeto de mapeamento dos sertões do Tibagi proposto pelo geógrafo genovês do século XVIII, Francesco Tosi Colombina, me aguçou a curiosidade de encontrá-lo e, assim, iniciei esta jornada, que se estende até hoje, de farejadora de mapas para solucionar problemas históricos. *Desenho e desígnio* foi certamente uma porta de acesso para um outro momento na minha trajetória acadêmica e aquele com o qual mais me identifico. A partir daí as descobertas, interlocuções – algumas delas tornadas amizades – se ampliaram, com trocas de bibliografias, teses, artigos, livros e ideias.

Vários colegas e amigos, nas suas perguntas e sugestões ou nos olhares de entusiasmo e animação, contribuíram para este trabalho ganhar corpo e sou muito grata a cada um deles: Beatriz Bueno, cujos esporádicos encontros são sempre certeiros nas trocas e multiplicadores de ideias; Fátima Costa; Tiago Bonato, Arthur Barcelos, Iris Kantor, Andrea Doré (que disse a frase

crucial: "Você tinha razão. Acaba mesmo!"), Júnia Furtado, Kate Parker, Jordana Dym; Fabrício Prado (que proporcionou um fórum incrível no The College William & Mary, onde por anos seguidos pude ampliar meu entendimento da geografia e dos processos históricos dessa vasta região do Rio da Prata que começa na capitania de São Paulo).

Fernanda Sposito, grande colega e com trabalho admirável na temática dos indígenas na História do Brasil, deu dicas cruciais de ferramentas digitais que otimizaram o manuseio de tantas imagens e arquivos em PDF; sou grata a Rogério Beier e à minha colega de longa data Maria Aparecida Borrego; à Nauk Maria de Jesus (a quem devo a mudança da própria estrutura da tese ao me levar a uma reserva indígena em Dourados, no Mato Grosso), meu agradecimento especial.

No Departamento e Programa de Pós-Graduação em História, encontrei o suporte de colegas e funcionários, a quem registro fortes agradecimentos: Karina Anhezini, Ricardo Alexandre, Adriano Fenerick, Murilo Gaspardo, Ana Raquel Marques, Tania Garcia, Marcia Naxara e as secretárias Maísa e Viviane. Adriana Bessa do escritório de pesquisa do *campus* cuidou com muita competência de toda a parte mais difícil do projeto, como a gestão dos recursos, proporcionando-me tranquilidade para apenas pesquisar. Com a colega e amiga Valéria Guimarães, dividi as dores e as delícias da vida acadêmica que deram alívios para prosseguir com a pesquisa e redação deste trabalho

Quando esta pesquisa adquiriu mais consistência, passei a nutrir um diálogo presencial com a professora Heloisa Bellotto, pioneira na pesquisa sobre governadores coloniais, um nome incontornável na historiografia de São Paulo e profunda conhecedora da história de D. Luiz de Sousa Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus. Nas nossas discordâncias, mas também encantamento por uma figura histórica como a deste servidor do Império, fui alcançando outras de suas facetas, como a de cartógrafo amador e interessado em geografia.

Parte dos dados recolhidos para este projeto foram feitos por alunos de Iniciação Científica (IC). Ensinando-lhes a pesquisar, também revisei e renovei meus procedimentos e confesso que despertei para o estudo das expedições do rio Tibagi por causa de um trabalho de extensão, montando um catálogo com tipologias atualizadas dos documentos impressos na Coleção dos Documentos Interessantes. O volume de todos os tipos de

documentos sobre essa região com os quais lidava me fez desconfiar de que algo poderia ter ali. Assim, esta tese é também um exemplo de que pesquisa e extensão estão interligadas na universidade.

Agradeço aos meus ex-orientandos Mariana Nishi, Thiago Dantas, Ariane, Stephani e Henrique. Todos se aventuraram comigo em um projeto de extensão que terminou por resultar em uma tese de livre-docência. Infelizmente este projeto de extensão foi interrompido no volume 13 de uma coleção formada por um total de 95, sendo, por isso, também um exemplo da tradição de descontinuidade do fomento à pesquisa em nosso país. Como bons aventureiros, hoje esses queridos alunos seguem caminhos distintos em outros lugares do Brasil e do exterior.

Aline Pereira, Patrícia e Júlia participaram de parte do levantamento de dados e materiais para esta pesquisa  mais recentemente e a elas sou muito grata, bem como aos alunos das disciplinas de pós-graduação História da Cartografia Crítica, ministrado em 2021, quando pude calibrar a teoria que norteia todo este trabalho. Com meus alunos de IC e mestrado atuais – Aline Pereira, Rodrigo, Renan Abade Jardim  e Lucas  Alexandre Albino – tenho tido "braços direitos". A todos eles, meu grande e afetuoso agradecimento.

À Fapesp qualquer palavra de agradecimento será pouco. A essa instituição, uma das poucas do estado de São Paulo e do país à qual se sente orgulho de ter a história ligada, devo minha formação desde a IC e agora neste trabalho. Essa foi uma instituição que, tal como minha orientadora, Esmeralda Blanco, apostou em todas as ideias de alguém oriunda de escola pública, quando ninguém cogitava políticas de permanência e inclusão na universidade pública. Sem essas ações  inclusivas e movidas pela paciência, certamente não teria chegado até aqui, tendo em vista as tantas deficiências de formação básica que tive de superar. Na professora Suely Robles Reis de Queiróz tive uma mecenas e amiga e na professora Maria Ligia Prado, amizade, referência e uma frase crucial sempre acionada pela memória nos momentos de "crise acadêmica". A essas mulheres incríveis agradecimentos carinhosos.

Este trabalho foi defendido como tese de livre-docência em outubro de 2022. Registro minha gratidão à Mércia, então secretária da Diretoria Técnica e Administrativa do *campus* de Franca da Unesp, e aos funcionários envolvidos nos preparativos de um concurso tão árduo como o de livre-docência. Para a professora Márcia Naxara, colega de departamento e

presidente da banca, reitero minha admiração desde quando ainda era uma pesquisadora de IC e li seus trabalhos, depois como colega impecável, rigorosa e competente, e pela condução tão profissional e confortadora de uma banca de concurso com duração de pesados três dias.

Nos professores e colegas Beatriz Perrone-Moisés, Beatriz Bueno, as "Beatrizes", Manoel Fernandes de Sousa Neto e Carlos Alberto Sampaio Barbosa, o Beto, tive a feliz sorte de uma interlocução rigorosa, crítica e forte troca intelectual interdisciplinar. A eles agradeço a dedicação de seu tempo para a leitura e a preparação da arguição da tese e pelo ambiente tranquilo que proporcionaram em situações tão tensas como essas de um concurso acadêmico. Agradecimento especial às colegas Tânia da Costa Garcia e Stella Maris Scatena Franco pelo aceite da suplência.

Para finalizar na lógica da espacialidade Jê, quero agradecer os da Casa. Meus pais, Dirceu e Dalva, proporcionaram o primeiro degrau da minha formação. Demetrius, Carla, Du, Belinha, a "primMourada" e os tios, fazendo coisas completamente diferentes, foram o calor da vida na intensa e solitária (por necessidade e obrigação) jornada de todo pesquisador.

Sofia viu este trabalho nascer e me acompanhou em boa parte de seu desenvolvimento, mas partiu em Casa mesmo, porque já era hora. Athina trouxe de novo diversão e agitação para a Casa e em Velmano Carvão, companheiro longe e perto, tenho encontrado o amor, a compreensão, a paciência e o entusiasmo nas Casas. Neles está o melhor da vida, agora sem a desculpa da tese. *A eles tudo.*

# Sumário

Abreviaturas de bibliotecas, arquivos e coleções 15
Introdução 17

1 Campos de nações indígenas: territorialidades, paisagens e espacialidades performáticas 29
2 Produção de províncias missioneiras e sertões minerais sobre paisagens indígenas 85
3 Ficção geográfica de um governador aficionado por geografia e cartografia 155
4 Ficção imperial na cartografia de traçados de padres e soldados 243
5 Territorialidades indígenas em objetos e desenhos 313

Conclusão 385
Referências 389

# Abreviaturas de bibliotecas, arquivos e coleções

| | |
|---|---|
| AHU | Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) |
| BND | Biblioteca Nacional Digital (Rio de Janeiro) |
| BN | Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) |
| BnF | Biblioteca Nacional Francesa (França) |
| CMM | Coleção Morgado de Mateus (Rio de Janeiro) |
| DIs | Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (Biblioteca Digital da Unesp) |
| FCM | Fundação da Casa de Mateus (Vila Real, Portugal) |
| JCBL | John Carter Brown Library (Providence, Estados Unidos) |
| MI | Mapoteca do Itamaraty (Rio de Janeiro) |

# Introdução

Este é um livro sobre como Estados monárquicos coloniais da época moderna simularam soberania, autoridade e direitos sobre lugares e territórios[1] já produzidos por outros. Esse processo ocorreu por meio de expedições de mapeamento, cartografia e mapas. Mapear é uma ação inerente ao humano, pois todo indivíduo consciente necessita situar-se no espaço. Nesse sentido, qualquer pessoa, profissional da cartografia ou não, faz geografia, mapeamento e produz mapas mentais, faz representações gráficas ou performáticas para se orientar ou simplesmente descrever o espaço.

Quando essas geografias não profissionais são apropriadas pelos Estados, seus autores originais são elididos e, consequentemente, seus históricos e legítimos direitos a lugares e territórios são prejudicados, como mostra a experiência do Estado monárquico português na segunda metade do século XVIII, quando disputava com o Estado monárquico de Espanha a definição de seus limites territoriais na América do Sul.

A cartografia histórica do Brasil pode ser um caminho para começarmos a recuperar autorias de territórios e lugares apagadas por agentes estatais envolvidos em simular impérios, territórios e terras de Estado. Mapas históricos do Brasil estão espalhados por acervos públicos e privados de toda

1 Lugar e território são conceitos relacionados da geografia e entendidos como histórica e socialmente produzidos. O lugar dá realidade histórica às técnicas manejadas por grupos sociais diversos em termos socioculturais e esses manejos ocorrem sobre um território que ele próprio em sua constituição é diverso do ponto de vista técnico, pois podem ser variados e provenientes de épocas diferentes. Segundo Milton Santos, são todas as técnicas, incluindo as da vida, que fornecem a estrutura de um lugar. Lugar e território não são homogêneos, e um território é formado por muitos lugares. Cf. Santos, 2006.

a América e Europa Ocidental, em formato manuscrito ou impresso, em quantidade expressiva e variedade de gêneros, a ponto de merecerem ser distinguidos, dentro das coleções brasilianas, como um subitem: as brasilianas cartográficas.

Por ter sido o primeiro império mundializado da época moderna, tendo o Brasil como uma de suas partes, Portugal possui a mais extensa brasiliana cartográfica, com coleções conservadas em bibliotecas, arquivos e fundações que reúnem peças surpreendentes, muitas ainda pouco contextualizadas e conhecidas, apesar da longa tradição de pesquisadores luso-brasileiros na catalogação, estudo e divulgação de mapas históricos, fazendo de Brasil e Portugal um dos pioneiros no desenvolvimento da própria história da cartografia.[2]

Se no meio português as iniciativas de catalogação, divulgação e criação de uma área de pesquisa como a da cartografia histórica surgiram em contextos celebrativos do expansionismo de Portugal pelo globo na época moderna, resultando no *Atlas composé...* (1841), organizado pelo visconde de Santarém, e na obra monumental organizada por Armando Cortesão e Avelino Teixeira (1960), no meio brasileiro tais iniciativas foram desencadeadas pelos esforços de políticos e diplomatas do Império na definição das fronteiras e consolidação do Estado nacional.

Paulatinamente, uma cartobibliografia[3] foi ganhando corpo no Brasil na esteira dos interesses intelectuais e de política exterior de personagens do Império, cujas recolhas e sistematizações de acervos vieram engrossar aquelas iniciadas desde a transmigração da família real, hoje conservadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Histórico do Exército.[4]

---

2 O 2º visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, criou o termo *cartografia* em carta dirigida ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen em 1839. Sobre a tradição da catalogação dos acervos cartográficos ibero-americanos, ver Vargas; Garcia, 2007; Harley; Woodward, 1987, p.xvii; Crampton; Krygier, 2006.

3 A expressão cartobibliografia foi criada por Herbert George Fordham, um historiador do mapa, no início do século XX. Seu objetivo era desenvolver procedimentos de análise e classificação de mapas como artefatos distintos de materiais não cartográficos. Cf. Harley; Woodward, 1987, p.20.

4 O acervo cartográfico da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, possui mais de 22 mil mapas. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia. O acervo cartográfico do Arquivo Histórico do Exército foi originado do Real Archivo Militar (1808), criado por decreto real de d. João VI com o propósito de reunir, reproduzir e conservar mapas topográficos e cartas marinhas do Brasil e domínios ultramarinos portugueses de interesse para uso dos ministérios e do regente português. Cf. https://www.ahex.eb.mil.br/

José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), visconde do Rio Branco, durante seu mandato como ministro das Relações Exteriores, iniciou as primeiras recolhas de mapas históricos do Brasil que viriam a formar o acervo cartográfico da Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Outros, como Duarte da Ponte Ribeiro (1795-1878), único barão da Ponte Ribeiro, diplomata, médico e cartógrafo, Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), professor, diplomata e publicista, e Joaquim Nabuco (1849-1910), diplomata, jurista e historiador, também contribuíram para o desenvolvimento da cartobibliografia brasileira com suas aquisições.[5] Assim, dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi sendo formado um acervo valioso de mapas manuscritos e impressos originais ou apógrafos, adquiridos por compra ou convênios de permuta[6] e missões oficiais dirigidas com o objetivo de reunir documentos que defendessem as fronteiras internas do Brasil. Tais acervos foram organizados em coleções que estampavam os nomes de seus formadores.

Entre 1838 e 1853, em missões circunstanciais de pesquisa em instituições europeias, foram feitas recolhas e cópias avulsas de material cartográfico manuscrito e impresso por Antonio de Menezes Vasconcelos de Drumond, Adolfo de Varnhagen, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Joaquim Caetano da Silva.

Na Mapoteca do Itamaraty, uma das mais valiosas, extensas e de interesse para o pesquisador do período colonial é a Coleção Duarte da Ponte Ribeiro, cujas peças foram reunidas ao longo de quarenta anos de dedicação à identificação, à coleta, à catalogação, à classificação e à conservação de mapas garimpados em partes diversas da América e da Europa.

O interesse desse diplomata-colecionador por cartografia e mapas teve início em 1836, quando passou a frequentar o Arquivo Militar da Corte, tomando conhecimento de seu acervo. Esse interesse foi incrementado com seus esforços mais concretos a partir de 1843, quando esboçou o projeto da

---

ultimas-noticias/226-acervo-cartografico. O acervo cartográfico da Biblioteca da Marinha é oriundo da Biblioteca da Real Academia dos Guardas-Marinhas, transferida para o Brasil em 1808. Cf. https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/2019/seminario-21-anos-divisao-cartografia-biblioteca-nacional_1.pdf. A Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi formada a partir da doação do imperador d. Pedro II de sua coleção particular de mapas. Cf. https://www.ihgb.org.br/pesquisa/mapoteca.html. Acessos em: 13 jun. 2024.

5 *Mapas e planos...*, 1960, p.xvi.

6 Sousa Neto, 2014.

Comissão de Limites do Império, "destinado a colher escritos e mapas, e levantar a fronteira do Império".[7] Com a morte em 1878 deste que foi chamado "fronteiro-mor do Império", seu acervo particular, formado paralelamente às suas missões diplomáticas oficiais, ampliou o acervo formado no Ministério dos Negócios Estrangeiros com a doação feita por sua esposa em 1884.

Se no século XIX vários servidores de Estado estiveram envolvidos com o colecionismo de imagens cartográficas, foi certamente o barão Duarte da Ponte Ribeiro que fundou a prática da sua catalogação, algo importante para definir o uso (ou não uso) dos mapas históricos. Na esteira da formação desse acervo cartográfico com propósito geopolítico, foram criadas as condições materiais para o desenvolvimento de uma área de pesquisa como a da cartografia histórica.

Segundo Isa Adonias, os primeiros catálogos manuscritos organizados pelo barão datam de 1852, 1854 e 1857, e o primeiro impresso, em 1876, foi intitulado *Catálogo dos mapas que possui a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Organizados com a respectiva classificação e anotações pelo Conselheiro Barão da Ponte Ribeiro. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de E. & H. Laemmèrt, 1876.*[8]

Essa tradição cartobibliográfica brasileira criou as bases para a realização, em 1944, no Palácio do Itamaraty, do "Curso de História da Cartografia do Brasil, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapoteconomia", ministrado pelo historiador português, exilado no Brasil, Jaime Cortesão.[9] O objetivo do curso era "despertar o interesse e apreço pela Mapoteconomia, pelas belezas da História da Cartografia" e formar "mapotecônomos dentro do Ministério".

Seguindo a tradição do Império de colecionar e catalogar mapas para a política diplomática com os países vizinhos na solução de seus controvertidos limites, o curso tinha como alvo formar quadros diplomáticos e técnicos conscientes do significado do que guardavam e de usar cartas geográficas em seus estudos de política, funções consulares e questões econômicas do país.

Dessa iniciativa de profissionalização no manuseio do mapa surgiu o "primeiro ensaio pedagógico" do futuro Instituto Barão do Rio Branco,[10]

---

7 Adonias, 1984b, p.9, 25, 38.
8 Ibidem, p.40.
9 Oliveira, F. R., 2015.
10 Adonias, 1984a, p.x.

mas também dois grandes nomes da cartobibliografia brasileira. Em primeiro lugar, uma mulher, Isa Adonias, primeira classificada no curso de 1944 e futura chefe da Mapoteca do Palácio do Itamaraty, responsável por manter a tradição catalográfica inaugurada no século XIX, mas também por disseminar o conhecimento dos mapas antigos do Brasil através da sua inventariação em densos catálogos impressos. Outro nome de relevo nesse campo foi o do almirante Max Justo Guedes, criador e diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha Brasileira e do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, que aliou seu saber náutico à compreensão da cartografia brasileira, produzindo inclusive inventários cartobibliográficos.[11]

Mergulhando na coleção da Mapoteca do Itamaraty, Jaime Cortesão formou sua base de dados histórico-geográficos para a composição de obras seminais e referência obrigatória na história da formação territorial ou das bandeiras: *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1952-1961), *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil* (1958) e *História do Brasil nos velhos mapas* (1957-1971).

## A tradição cartobibliográfica e o desenvolvimento da história social da cartografia no Brasil

Quando no meio anglo-saxão começou um movimento de organização institucional da história da cartografia e desenvolvimento da história social da cartografia, o Brasil já possuía tradição de identificar, compulsar, coletar, copiar, listar, catalogar, classificar, armazenar, conservar e divulgar seus acervos cartográficos. Tal ambiente cartobibliográfico favoreceu a circulação e a recepção de novas abordagens, entendimentos e metodologias propostas para o manuseio crítico e contextual de mapas históricos. Em 1935 foi lançada a revista *Imago Mundi*, de periodicidade anual. Em 1964 tiveram início as trienais Conferências Internacionais de História da Cartografia e na década de 1970 foi formada a International Society for the History of Cartography.[12]

11 Guedes, 2012; Kantor, 2011.
12 Adonias, 1984a, p.xiv.

Em 1968 John Brian Harley publicou na revista *Imago Mundi* o que chamou de "notas esqueléticas", mas que seriam seminais para lançar um movimento de abordagem do mapa como documento histórica e socialmente produzido. Essa abordagem pavimentou o caminho de pesquisa em história social da cartografia e os mapas deixaram de ser manuseados apenas como artefatos técnicos, mas como artefatos sociais impregnados de vestígios humanos, tais como autoria e propósitos que determinaram as características do desenho, o uso de símbolos e cores particulares, o conteúdo dos cartuchos, sua constituição em gêneros cartográficos, sua relação dialógica com outras fontes, literárias, gráficas ou orais, capazes de ampliar as possibilidades de entendimentos da circunstância e propósito de produção do mapa. Da data da publicação desse artigo até falecer, em 1991, John Brian Harley, ao lado de importantes parceiros, esteve à frente de escritos e do projeto monumental responsáveis por ampliar cada uma das suas ditas "esqueléticas notas".[13]

O legado colonial do Brasil, tal como de toda a América Latina, fez que a vertente dos trabalhos de John Brian Harley, mais diretamente relacionada às questões da dominação e do poder do Estado, alcançasse mais repercussão entre as pesquisadoras que começaram a praticar, divulgar e organizar a área da história da cartografia crítica.[14]

Um divisor de águas na tradição cartobibliográfica do Brasil com impactos no desenvolvimento das pesquisas em história da cartografia certamente foi o lançamento da base digital da Biblioteca Nacional em 2006, seguidamente ao portal Rede da Memória Virtual Brasil (Rede Memória). Ambas as iniciativas disponibilizaram acervos cartográficos da Biblioteca Nacional e do Arquivo

13 Harley, 1968; Blakemore; Harley, 1980; com Harley; Woodward, 1987, com o empreendimento editorial e cartobibliográfico *The History of Cartography*. Ver https://press.uchicago.edu/books/HOC/index.html.

14 A história social da cartografia no Brasil é um campo de pesquisa pioneiramente desbravado por mulheres. Maria de Fátima Costa, *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, 1999. Em 2020 Andrea Doré fez um trajeto metodológico similar ao de Fátima Costa, porém em interlocução direta com a história social da cartografia, mostrando a formação da consciência geográfica europeia em relação à América ibérica através do nome América Peruana nos mapas. Pioneiras e tributárias diretas das metodologias e conceitos da história social da cartografia foram as pesquisas de Bueno, 2011; Kantor, 2009; Furtado, 2012. Ensaios teóricos de John Brian Harley mais conhecidos e citados no meio certamente são *Maps, Knowledge and Power*, publicados em coletânea póstuma (Harley, 2001). Pesquisas como as de Barcelos (2010) e de Bonato (2018) também têm contribuído para a expansão da área no Brasil.

Histórico Ultramarino em Portugal, possibilitando a multiplicação de dissertações e teses na área, várias delas ainda não publicadas.[15] Posteriormente outras iniciativas, de menor proporção em termos de acervos, foram desenvolvidas e têm contribuído para a consolidação das pesquisas em história da cartografia social no Brasil,[16] algo confirmado nos últimos doze anos pela própria realização dos três principais fóruns internacionais da área no país.[17]

Assim, quando a coletânea organizada por Jordana Dym e Karl Offen[18] veio à luz em 2011, tornando-se um marco bibliográfico na história da cartografia latino-americana e ferramenta fomentadora de pesquisas na área, o Brasil já possuía uma tradição cartobibliográfica de pouco mais de 150 anos, acesso digital a parte considerável de seus acervos cartográficos e ações efetivas para a organização institucional da área, e trabalhos mais densos, na forma de livros autorais, começavam a surgir, como os de Beatriz Bueno e Junia Furtado.

Este livro que leitoras e leitores têm em mãos foi favorecido, portanto, por essa longa tradição do Brasil de organização e disponibilização de seus acervos cartográficos e por pesquisas que nos últimos doze anos vêm adensando nossa produção em história social da cartografia. O título *Simulacros de império* adveio da observação em documentos históricos de algo já notado por nomes incontornáveis da história do Brasil, como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão: os caminhos antigos dos indígenas foram a base da nossa formação territorial e, por conseguinte, da própria cartografia histórica brasileira.

---

15 A lista já começa a ser extensa, podendo ser citados trabalhos como os de Rodrigues (2014) e Oliveira (2012). Para uma boa visualização das pesquisas que vêm sendo realizadas, a revista *Terra Brasilis*, publicação eletrônica de um coletivo de pesquisadores da história da geografia e da cartografia, é atualmente o mais importante veículo de divulgação da área e consulta obrigatória para os interessados em desenvolver pesquisas nesse campo.

16 Iris Kantor, uma das organizadoras da área com a implantação da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo.

17 Respectivamente esses eventos foram: 3º Simpósio Iberoamericano de História de la Cartografia, na Universidade de São Paulo, organizado por Iris Kantor em 2010; 27º International Conference on the History of Cartography, organizado por Junia Ferreira Furtado em Belo Horizonte em 2017; primeira edição virtual do Simpósio da International Society for the History of the Map, organizado por mim e Jordana Dym (Skidmore College) em junho de 2020, com a parceria do comitê científico formado por Andrea Doré, Carla Lois e Junia Furtado. Cf. Dym; Moura, 2020.

18 Dym; Offen, 2011.

A volumosa e variada tipologia de imagens cartográficas manuscritas e impressas produzida no século XVIII no Brasil, na esteira do movimento expansionista de etnias indígenas, mamelucos, colonos e das disputas entre as duas Coroas ibéricas pela definição de suas fronteiras internas que resultaram nos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), não reconheceu a autoria ou deu créditos aos povos indígenas e mestiços práticos de sertão, missionários, entre outros que originariamente produziram o território.

Muitos deles poderiam ter seus nomes estampados nos cartuchos dos mapas, ao lado dos nomes de profissionais da cartografia com formação técnica e superior na época: os engenheiros militares. Os impérios europeus na América produziram ficções de soberania por meio de vários instrumentos, como os mapas.[19] Em seu processo de produção no terreno ou nos gabinetes dos engenheiros militares, essas imagens cartográficas dependiam e continham traçados de rios, caminhos, relevos e paisagens das populações que os percorriam diariamente. Ou seja, a gente que vivia no rés do chão. Mas, no momento de serem usadas pelos funcionários do Estado na comunicação institucional e nos contextos oficiais de discussão e definição das fronteiras, essas espacialidades[20] não estatais foram elididas.

Em virtude dessa principal constatação, este livro sobre cartografia e formação territorial do Brasil está sendo aberto pelos "senhores da casa", ou seja, os povos indígenas que habitavam uma região que na antropologia do Paraná corresponde ao "quadrilátero formado pelos rios Tibagi a leste, Paraná à oeste, Iguaçu ao sul e Paranapanema ao norte".[21] Esse ambiente formado por vias de penetração fluvial em direção ao Mato Grosso, à então província do Paraguai e à bacia do Rio da Prata foi renomeado como "sertões do Tibagi, Ivaí e Campos de Guarapuava" pelas expedições de desbravamento e mapeamento oficiais ocorridas após o malogro do Tratado de Madri.

Nomenclaturas e nomes não são atos inocentes e na história da expansão territorial do Brasil eles podem significar a instauração de invisibilidades

19 Lennox, 2017; Edney, 2019.

20 Espacialidade é uma categoria da geografia histórica correspondente às temporalidades de cada agente, classe ou grupo social. O tempo de cada um é específico e determina a maneira como o espaço é vivido, e como lugares físicos e de memória e paisagens são construídos em um fluxo contínuo, de acordo com mudanças naturais, sociais e interações que surgem. Cf. Santos, 2006.

21 Mota, 1994, p.66

raciais, de gênero, étnicas e sociais. É o que ocorre com os "sertões do Tibagi, Ivaí e Campos de Guarapuava", consagrados pela historiografia desbravadora de Heloisa Liberalli Bellotto, nomenclatura construída gradualmente, ao longo de cinco anos, entre 1768-1773, por meio de volumosa massa de papéis oficiais e de alguns mapas produzidos por comandantes e soldados, estes muitas vezes nada mais do que mestiços de indígena com branco com prática de percorrer esses sertões fluviais, porém fardados pela necessidade do sustento diário. Na definição de Bellotto, os ditos sertões do Tibagi compreendiam o vale do Rio Tibagi, do Rio Ivaí, a Serra de Apucarana, até os cursos do Rio Curumbatai e Mourão,[22] este último em referência direta à espacialidade de um governador colonial.

Na historiografia brasileira, o livro de Bellotto é certamente o interlocutor direto com o presente trabalho. Mas estes não têm como alvo o 4º morgado de Mateus e primeiro governador da capitania de São Paulo restaurada, d. Luis de Sousa Botelho Mourão, ou mesmo a sua política administrativa, tal como descreveu analiticamente e com maestria a historiadora e arquivista Heloisa Bellotto. Neste livro esse governador é entendido como apenas um e que chegou depois de vários personagens envolvidos na produção de um espaço historicamente ocupado, percorrido, trabalhado, transformado e já crivado por paisagens e memórias. Foi somente quando a Coroa portuguesa sentiu a incerteza da sua soberania sobre esse território que se deu conta do quanto este já estava consistentemente produzido, mapeado, ocupado por não estatais, como indígenas, mestiços, missionários, vaqueiros, exploradores de minerais, entre tantos outros.

É nesse contexto que devem ser entendidas as várias iniciativas da Coroa portuguesa, entre elas as expedições de mapeamento, para superar seus déficits de conhecimento geográfico e de territorialização nesses sertões. Assim, discordando de Heloisa Bellotto, mais do que militarizar, o importante para a Coroa portuguesa era mapear e traduzir em mapas manuscritos oficiais uma região produzida por indígenas, mapeada e estampada nos mapas de jesuítas e sertanistas. No século da ilustração a defesa da soberania na tribuna internacional era feita com mapas, e como a Coroa poderia fazê-lo com mapas escritos em espanhol e riscados por mamelucos que reivindicavam direitos de posse e exploração de terras limítrofes aos domínios de Espanha e

22 Bellotto, 2007, p.136-135.

as quais percorriam como se fossem uma mesma unidade geográfica com os domínios de Espanha?[23]

Essas expedições de mapeamento oficiais produziram a ficção de um império soberano nos sertões fluviais do Tibagi, amparada nas territorialidades performáticas dos jê meridionais e de povos falantes dessa língua. Desse encontro entre exploradores e indígenas ocorreu um processo de etnogênese, surgindo uma etnia: os xuclan ou xokleng, autodenominados laklaño (povo sob o sol ou gente ligeira).[24] Aquele que fora um etnônimo imposto, o xokleng, atualmente também é usado no ativismo político dessa etnia pelo reconhecimento de seus direitos.[25] Atualmente é muito importante que o nome e a história dos laklaño[26] possam ser diferenciados em meio ao mosaico etnográfico do Brasil meridional da época colonial, pois é dessa forma que a identidade e os direitos dessas etnias menores podem ser garantidos tanto quanto os de outras que se tornaram numericamente mais expressivas e hegemônicas, como foi o caso dos kaingang.

O Capítulo 1 tratará da espacialidade dos laklaño/xokleng nos sertões do Rio Tibagi, sem negligenciar a existência de outras etnias que viviam nesse território e que são mencionadas nas fontes históricas. Mota, fundamentado em pesquisadores da história regional do Paraná, assinala que esse território era densamente ocupado por três grandes grupos indígenas desde o período anterior à chegada dos europeus: os tupis, subdivididos em 39 parcialidades, os crês, dos quais sairiam os kaingang do século XIX, e os jê, também chamados botocudos.[27]

Nesse capítulo a etno-história, a arqueologia, a etnografia e a antropologia foram as principais fontes de dados para alcançar a camada étnica de uma espacialidade transmudada em "sertões do Tibagi, Ivai e Guarapuava novamente conquistados"[28] pelo Estado. A ficção geográfica e de soberania do Império Português interior adentro do Brasil foi construída dialeticamente sobre essa camada, sobrepondo-a e usando-a para se guiar por rios e matas

23 Para o conceito espacial do Sul da América como mesma unidade geográfica, cf. Holanda, 1979.
24 Popó, 2015, p.16.
25 Trindade, 2020.
26 Doravante denominados laklaño/xokleng.
27 Mota, 1994, p.72-73.
28 No *Vocabulario portuguez e latino*, de Raphael Bluteau, a palavra "novamente" significa "recentemente". Disponível em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/. Acesso em: 13 jun. 2024.

traiçoeiras e imprevisíveis inclusive para soldados que em boa parte eram práticos de sertão metidos em fardas.

Esses soldados, convencidos ou necessitados de abraçar uma missão de ampliação dos domínios da Coroa portuguesa na América, em suas jornadas de mapeamento defrontaram-se ainda com outras espacialidades, como as missioneiras, fruto das interações entre jesuítas, guaranis, indígenas não reduzidos, vaqueiros e exploradores de minérios. Mesmo com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759, o regime de memória dessa espacialidade persistiu ao longo do tempo.

O Capítulo 2 trata justamente dessa espacialidade missioneira,[29] formada por alianças circunstanciais entre rivais, que resultaram inclusive na elaboração de mapas colaborativos, que narravam visualmente esse espaço e que, ao caírem em mãos oficiais do governo colonial, foram usados para subsidiar a territorialização do Estado e a produção de sua geografia e soberania fictícia.

Foi um fenômeno histórico nos espaços coloniais o surgimento de uma cultura visual baseada em mapas misturados, ou seja, que colocavam em colaboração agentes intermediários, como jesuítas e sertanistas, que por sua vez traduziam para os desenhos as espacialidades étnicas. No Capítulo 3 a restauração da autonomia administrativa e instalação de governador na capitania de São Paulo, a partir de 1765 e com o governo do 4º morgado de Mateus, é explicada como uma reação a essa cultura visual geográfica não estatal e misturada.

Para levar adiante sua missão de mapeamento dos sertões do Tibagi, esse governador teve de manobrar as ambições dos sertanistas para obter seu suporte na penetração desses sertões, recuperar antigos projetos não aprovados pela Coroa e propor sua execução com roupagem oficial, manter frequente interlocução à distância com engenheiros militares, desenhar mapas com seu próprio punho e buscar aprovações e alianças com povos indígenas que ocupavam a região. Essa diversidade de ações deu condições para a produção da ficção geográfica dos sertões do Tibagi, Ivaí e Campos de Guarapuava novamente descobertos e para a sobreposição de tintas estatais nos sertões de memória missioneira do Tibagi.

---

29 O perfil dinâmico, social e etnicamente heterogêneo, permeável dos espaços e das reduções missioneiras, tem sido bem documentado pelas pesquisas de Wilde, 2009.

O Capítulo 4 mostra a atuação destacada de alguns intermediários no processo de mapeamento da região, especialmente do frade beneditino Francisco Antonio de Santa Teresa do Espírito Santo, erudito em geografia e prático em percorrer sertões. Muitos de seus mapas tiveram autoria equivocadamente atribuída ao engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, que nunca pisou nesses sertões, desenhando-os de longe. Até hoje nenhum trabalho trouxe à tona a história desse missionário cartógrafo, com o qual o governador d. Luis de Sousa se instruiu em geografia e cartografia, mas em quem também encontrou um parceiro hábil para projetar sua memória de governo no território e no curso de um rio regionalmente estratégico, que uniria num giro o Iguatemi, no Mato Grosso, o Rio Paraná, os sertões do Rio Tibagi e a cidade de São Paulo.

No Capítulo 5 foram acompanhados os modos de mapear de soldados-sertanistas, catando objetos etnográficos aqui e ali para observar e decidir os rumos a serem seguidos, fazendo desenhos dos sinais da paisagem jê meridional e desenhando mapas ou esboços. Parte dessas imagens cartográficas foi enviada a José Custódio de Sá e Faria para ele extrair dados para confeccionar mapas oficiais da região, chegando inclusive a completar um feito pelo comandante-geral das expedições.

No final deste livro foi incluída uma listagem com os mapas produzidos ao longo das expedições do Tibagi localizados e conservados em acervos e coleções pertencentes a instituições públicas e privadas do Brasil e Portugal, com indicação da forma de acesso, se on-line ou apenas física.

Nessa jornada pelo processo de mapeamento de terras sertões adentro do Brasil, o leitor terá a oportunidade de se ver diante de uma gama variada de documentos históricos manuscritos, impressos e visuais que mostram os artifícios dos agentes estatais para ficcionarem como de sua autoria territórios que outros construíram nas lidas diárias ao rés do chão.

# 1
# Campos de nações indígenas: territorialidades, paisagens e espacialidades performáticas

## 1.1 "Senhores da casa": espacialidade jê no mosaico étnico dos sertões do Tibagi

A expressão "senhores da casa" foi empregada pelo próprio ajudante de ordens e comandante das onze expedições de mapeamento enviadas aos sertões do Tibagi ao narrar o episódio do encontro das tropas com os indígenas nos Campos de Guarapuava.

A certa altura de extensa e detalhada descrição, Afonso Botelho de Sampaio e Sousa assinalou que alguns dos soldados "caíram na imprudente resolução" de atravessar um rio com os indígenas e, do outro lado da margem, estes os fizeram "perecer com muita crueldade". Para vingar essas mortes, foi enviada uma esquadra de cavalaria comandada pelo tenente Cândido Xavier, posteriormente autor da Planta de um Forte projetado para ser construído nessa região. Ao atravessar o rio, os soldados dessa esquadra, protegidos pela altura de seus cavalos, chegaram ao lugar classificado pelo comandante como local da "traição dos índios". Continuando sua descrição, o comandante acrescentou que os soldados não chegaram a ver senão "rastos dos índios que atravessando as restingas se metiam nos capões do mato aonde a cavalaria nenhum partido tem, e muito pouco os de pé, pois eles como *senhores da casa* sabem das entradas e saídas".[1]

---

1 Relação do Primeiro Encontro que o Tenente Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Sousa teve com os índios do sertão do Tibagi nos Campos de Guarapuava aos 16 e 17 de dezembro de 1771, in Notícias da conquista..., 1962, p.72.

Esse episódio recebeu também uma descrição visual feita pelo ainda incógnito pintor português Joaquim José de Miranda na estampa 38 entre as quarenta confeccionadas especialmente para complementar sua descrição. Nessa estampa os soldados flechados, ensanguentados e mortos foram representados ladeados por soldados a pé ou a cavalo olhando e apontando com o dedo para várias direções, enquanto um único indígena sem destaque visual, podendo inclusive passar despercebido, foi amoitado pelo pintor com a cabeça para trás e o dedo apontado para a frente, sugerindo indicar uma única direção para outros atrás de si.

Figura 1 – "Cena 38: manda o Tenente Coronel ao Tenente Cândido Xavier com huma partida de gente de cavalo procurar os Camaradas mortos, e o Padre Cappelão para confessar hum, e mantendo-se estes nas redes, conduzirão-se ao abarrancamento, para se lhes dar Sepultura; não aparecem já Indios no Campo, e só alguns – muito ao longe que se vão metendo nos matos"

Fonte: Belluzo et al., 2003, p.90.

A imagem do episódio de confronto amplificava o horror da narrativa escrita, exibindo soldados flechados e mortos à margem de um rio. Ambas as operações descritivas fizeram parte do longo processo de criação de ficções de soberania nos sertões meridionais. Os soldados dependiam do conhecimento geográfico dos indígenas para atravessar o rio. Conhecimento esse reconhecido pelo comandante. Mas a imediata narrativa da violência e do confronto, reforçada pela imagem, absorvia o dado primeiro da soberania do indígena sobre o território.

Com a imagem produzida para completar as informações escritas de um documento oficial, esse lugar se tornou o horror do confronto com indígenas violentos e sanguinários, instaurando uma necessidade de territorialização do Estado. Esse é um fenômeno de rotulagem dos povos indígenas muito investigado por antropólogos e etno-historiadores e que ao longo do tempo serviu para controlar, sujeitar, civilizar e abrir caminhos para outras territorializações estatais e não estatais em territórios indígenas.[2] Ainda assim, na narrativa desse episódio, é possível extrair o espanto dos soldados mapeadores com a soberania dos indígenas sobre um território o qual tentavam entender.

Esse episódio narrado sobrepunha uma camada estatal sobre a camada étnica do território. As bacias e margens dos rios faziam parte da espacialidade indígena e nesses lugares suas técnicas e arranjos de vida diversos eram praticados. Como já foi demonstrado por estudos antropológicos e de etno-história,[3] os rios eram também as fronteiras geográficas do mosaico de nações e parcialidades indígenas que ocupavam a região mapeada e na imagem as sinalizações dos soldados com a ponta do dedo em todas as direções poderia ser uma alusão a essa configuração humana do território.

Afinal, vários eram os grupos indígenas que habitavam o território e, tal como as nações europeias, também tinham os seus limites políticos. Pode não ter sido um mero reflexo das novas proposições do discurso geográfico moderno a partir do século XVII[4] a escolha dos rios pelos mapeadores régios ibéricos como possíveis fronteiras, mas uma percepção ao rés do chão da necessidade de aproveitar fronteiras geográficas fluviais entre nações e

2 Giudicelli, 2018.
3 Francisco, 2013.
4 Black, 1997, p.124-125.

parcialidades já estabelecidas no território e baseadas nas linhas fluviais. Um dos principais alvos de observação das expedições de mapeamento no Brasil do século XVIII foram os rios, abordados pela historiografia como via de penetração do território pelo colonizador. De outro modo, os rios também foram abordados como fronteiras aquáticas geopolíticas de Estados em disputa. Mas os mapeadores podiam observar os rios pela sua condição de lugar de povos indígenas com os quais poderiam ser construídos arranjos de trabalho, alianças e acima de tudo obter conhecimento para avançar terra adentro do território.

A opinião do comandante das expedições de reconhecimento dos indígenas como "senhores da casa" e sua sabedoria sobre as entradas e saídas de um território em um contexto de urgências geopolíticas entre duas Coroas em disputa por limites sugere a própria percepção do quanto se pisava em território pouco percorrido e conhecido. As expedições de mapeamento dos sertões do Tibagi não produziram propriamente conhecimento literal do território, mas a partir de espacialidades ameríndias produziram um outro, veiculado como território novamente/recentemente descoberto à custa das jornadas e vidas de soldados.

Desde o marco acadêmico História dos Índios no Brasil,[5] resultado do histórico ativismo político indígena, que no século XX pode ser datado da década de 1970, com repercussão na própria formulação da Constituição de 1988, não só houve expansão do conhecimento sobre os povos originários como indígenas vêm sendo responsáveis pela produção de pesquisas na universidade, aliando saberes e procedimentos científicos indígenas com os não indígenas, nos mais diferentes campos.

Entretanto, há muito ainda por fazer em relação à superação dos legados coloniais, que influenciam desde categorias de análise na pesquisa aos preconceitos no reconhecimento da figura e das produções científicas indígenas às permanências de hierarquias e desigualdades entre as próprias etnias indígenas e que levam algumas a terem suas histórias invisibilizadas em relação a outras que se tornam hegemônicas.[6] É o caso dos povos kaingang e laklaño/xokleng.

---

5 Livros fundadores do debate: Cunha, 1992; Monteiro, 1995. Ver também Monteiro, 1992; Domingues, 2000; Almeida, 2010.

6 Ver Braga, 2015. Recentemente a artista visual Arissana Pataxó e as antropólogas Francy Baniwa e Sandra Benites assumiram como titulares a Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura

No violento processo de territorialização do Estado Imperial e posteriormente Republicano, dos imigrantes europeus e dos interesses modernizadores de grupos ligados à implantação das ferrovias no atual estado do Paraná, durante o século XIX, a necessidade imposta às várias etnias indígenas da região de se organizarem para enfrentar esses avanços levou ao surgimento de uma etnia, os kaingang, que se tornaram numericamente superiores e hegemônicos, a ponto de obscurecer a existência dos laklaño/xokleng. Os efeitos imediatos de processos como esses são as dificuldades que essas etnias no período contemporâneo passam a enfrentar em relação ao reconhecimento de sua existência, identidade e direitos. Afinal, as fronteiras étnicas são permeáveis, mas não completamente diluídas, pois "entre as unidades étnicas as fronteiras também são mantidas, e [...] consequentemente é possível especificar a natureza da continuidade e da persistência destas unidades".[7]

Entre as inúmeras contribuições teórico-metodológicas para lidar com os legados das narrativas coloniais estão desde a crítica à abordagem genérica do indígena, polarizada por muito tempo entre tupi-guaranis e tapuias, respectivamente tidos como aliados e inimigos dos colonizadores portugueses, à reformulação de antigas categorias até então empregadas de modo engessado, como as de etnia e fronteira étnica, atualmente entendida como algo concreto e fluido, preservado e não restringido por limites territoriais, sendo muito mais uma fronteira cultural, ou seja, uma zona dialética de unidades, diferenciações, contatos, e movediça de acordo com circunstâncias históricas.[8]

Pelo uso não crítico e descontextualizado de fontes de época diversas, missioneiras ou estatais, os povos tupi-guaranis por muito tempo forneceram as balizas de observação dos indígenas no Brasil colonial e mesmo de fenômenos históricos, como o estabelecimento das missões jesuíticas, levando alguns pesquisadores a falar na existência de uma tupicracia, tupinambização ou guaranização da história colonial.[9]

---

e Ciência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Os trabalhos do filósofo Ailton Krenak são incontornáveis na atualidade. Cf. Orlandi, 2023.

7 Barth, 2000, p.66.

8 Monteiro, 2001, cap.1; Laroque, 2006; Wittmann, 2007.

9 Bauer; Norton, 2017; Silva, 2011.

Para o caso específico do Brasil meridional, entretanto, são inúmeros os trabalhos de antropólogos e etno-historiadores que, desde os anos de 1970, vêm esmiuçando a cosmovisão e a relação dos grupos jê e suas parcialidades com a sociedade colonial, embora o foco das atenções, de maneira geral, seja depositado sobre os kaingang e suas parcialidades, na maioria das vezes retrocedendo equivocadamente seu surgimento e existência ao século XVIII.[10]

Os missionários jesuítas, ao estudar e sistematizar a língua e gramática tupi, consolidaram a comunicação oral luso-tupi, elevando-a ao patamar de língua geral do Brasil, o que favoreceu a predominância das observações, vocábulos e pronúncias dos falantes dessa língua sobre outras. Na capitania de São Paulo houve, inclusive, a formação de um grupo étnico-cultural específico, o mameluco, posteriormente, no século XVIII, reconfigurado em paulista[11] falante do tupi até meados do século XVIII. A hegemonia cultural ideológica alcançada pelos povos falantes do tupi-guarani derivada dessas alianças interétnicas levou seus vocábulos a predominarem na toponímia e nos etnônimos atribuídos pelos colonizadores e mamelucos a outros grupos falantes dessa ou de outras línguas, aos quais era atribuída a classificação tapuias. Pesquisas recentes, entretanto, têm relativizado a hegemonia dos tupi-guaranis nos processos de deslocamento e colonização ocorridos a partir de frentes de expansão como São Paulo e Assunção, reconhecendo e documentando o mosaico de nações e parcialidades engajadas nessas frentes.[12]

Nos territórios mapeados pelas expedições setecentistas dirigidas aos sertões do Tibagi viviam grupos indígenas cujo aspecto em comum era o de serem falantes da língua jê, oriundos do tronco macro-jê, ramificados em várias parcialidades, aldeadas ou não, surgidas ao sabor das rivalidades entre si, com os falantes do tupi-guarani, com colonos, mamelucos e nas experiências de aldeamento e de contato com os jesuítas. Alguns autores identificaram três lideranças principais jê no século XVIII – embora empreguem anacronicamente a terminologia kaingang –: Fong, Nonoai e Braga.[13]

---

10 Henry, 1941; Laroque, 2006; Veiga, 2006; Braga, 2015. Cf. também Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil: guia bibliográfico. Instrumento de pesquisa digital. Disponível em: https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/. Acesso em: 15 jun. 2024.

11 Russell-Wood, 1999.

12 Fernanda Sposito, 2012, p.33.

13 Becker; Laroque, 1999

As primeiras descrições dos indígenas não falantes do tupi do Brasil meridional são do jesuíta Antonio Ruiz Montoya e do genealogista de São Paulo Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Montoya narra em 1630 uma episódica experiência no espaço missioneiro do Guairá, de uma missão de gualachos missionados liderados por seu cacique:

> [...] La rreduccion de la concepcion de los **gualachos** [...] esta Recuccion de diversa lengua de la guarani, aunq. No muy dicultosa a los q saben la guarani [...] viuven en **pueblecitos cada caciq de por si, los quales ordinariamente tinen hasta cien vasallos**.[14]

E Pedro Taques, no ano de 1661, narrou que Fernão Dias Paes penetrou as partes "do sertão do sul até o centro da serra da Apucarana, no reino dos índios da nação Guaianã". Estes estavam divididos em três reinos com três reis chamados caciques. Segundo o genealogista, "cada um deles se tratava como soberano com leis ao seu reinado gentílico [...] tinham tratamento e uso prática de cultura com economia de recolherem os frutos aos celeiros".

A informação de Taques sugere o caráter sedentário dos habitantes dessa região, condição relevante para inferir espacialidade, técnicas e construção de paisagens estruturadas para o desempenho das atividades cotidianas do ciclo de vida. Uma das técnicas dessa paisagem, os celeiros, chamados alojamentos ou paióis pelos mapeadores do Tibagi, foi alvo de observação com o objetivo de guiá-los na mata e dirigir os seus traçados em esboços e mapas.

Pedro Taques acrescentou que esses povos dos sertões da Serra da Apucarana eram governados por "três reis confinantes uns dos outros". Os três reis eram Tombu, Sondá e Gravitay. Todos transmigraram com Fernão Dias para São Paulo e foram estabelecidos nas margens do Rio Tietê, próximo à vila de Santa Ana do Parnaíba.[15] Apesar da discussão etnográfica iniciada por crônicas, memórias e genealogias no século XVI e continuada entre historiadores no Império e na Primeira República sobre a origem tupi-guarani dos guainá ou guaianá, é consenso serem esses povos não tupis e provavelmente jê.[16]

---

14 XLVIII – Relação da origem..., 1951, p.342-351.
15 Leme, 1980, p.63-65.
16 Monteiro, 2001, p.181-186.

A narrativa de Taques certamente se refere à prática da política indígena de alianças entre parcialidades e colonos, algo já bem desvendado pela historiografia e reconhecido nas suas vulnerabilidades para os povos originários, pois essas alianças eram desiguais, movidas pela necessidade dos indígenas de existirem ante o avanço do colonizador.[17]

Desses que transmigraram nessa relação de amistosidade aparente, deve ser levantada a hipótese dos conflitos e rompimentos que ocorreram em seus interiores, levando à formação de novas parcialidades, ligadas às novas chefias, e que se redistribuíam no território, conservando elementos de sua unidade étnica e diferenciando-se por lideranças ou fronteiras geográficas. Sugere a existência de parcialidades jê autônomas nos sertões do Tibagi a inclusão da meta de encontrar e estabelecer aliança com indígenas na agenda das expedições de mapeamento e a dificuldade enfrentada por comandante e soldados para compreender a língua falada, como insistentemente repetido nas relações e diários.

A língua, tal como o etnônimo, as crenças, os ritos e o governo foram ferramentas classificatórias que serviram para que jesuítas e servidores etiquetassem os povos, homogeneizando-os, organizando-os para calcular expectativas e legitimar atitudes, que poderiam ser violentas.[18]

O debate no meio intelectual paulista entre o final do Império e o início da República sobre a origem tupi da sociedade paulista, que incluía a afirmação de que os guianá de Piratininga eram tupis, originando daí a grandeza de São Paulo, foi inflamado nesse período com a opinião de que estes eram "remotos ancestrais dos modernos kaingang", ou seja, tapuias.[19] Esse dado serve para mostrar a influência que essa percepção pode ter tido na própria historiografia paulista, comprometendo o interesse na investigação sobre povos não falantes do tupi na história da capitania de São Paulo.

Desde os trabalhos de Ítala Irene Basile Becker e Lúcio Tadeu Mota, certamente pioneiros e principais especialistas na pesquisa sobre os jê da região do atual estado do Paraná, ocorreu expansão do conhecimento sobre diversidade, reformulações identitárias, territorialidades, língua, idiomas e

17 Francisco, 2013.

18 No Brasil existem quatro grandes grupos linguísticos: arawak, karib, tupi e jê. O tronco macro-jê do ramo linguístico meridional jê possui variedade de dialetos, entre eles o ingain, kimdá, kaingang-xokleng, kaingang, kaingang paulista e xokleng. Ver Jolkesky, 2010, p.5.

19 Monteiro, 2001.

variabilidade da organização social e cosmovisão dos povos jê,[20] promovida em grande medida por arqueólogos e antropólogos e menos por historiadores. O entendimento das etnicidades sob novos parâmetros, ou seja, como processo social, em vez de estrutura,[21] cria condições epistemológicas para a História buscar entender como algumas parcialidades jê surgiram ou se reconfiguraram. As experiências de contato com o colonizador, com outras nações e parcialidades indígenas e em especial as circunstâncias de mapeamento do território intensificadas a partir do século XVIII oferecem uma variedade de contextos para esse tipo de investigação, proveitoso laboratório de observação para tanto.[22]

Várias parcialidades não falantes do tupi e classificadas sob etnônimos criados por jesuítas, colonos e servidores régios podem ter sido oriundas dos grupos jê, como sugerem dados arqueológicos e antropológicos levantados no que foram os sertões do Tibagi e Guarapuava ou na região da Serra do Apucarana. Pesquisas recentes têm revelado em sítios arqueológicos dessa região marcas laklaño/xokleng, como habitações subterrâneas e registros de araucária em arte rupestre.[23]

Um mapa de 1746 encontrado na mapoteca do governador d. Luis de Sousa assinalava a presença dos guananas ou gualachos em uma extensa região do Guairá, cujos limites se estendiam até a vila de Curitiba. Em uma frase era dito: "Region de los Guananas a quienes el Dn. Xarxe llama Gualachos que dice son oriundos de unos Europeos que naufragaron en las Costas desta Region", como pode ser visto a seguir.

Os jesuítas também empregavam o etnônimo juris ao se referir aos gualachos e os definiam como "capitales inimigos de nuestros guaranis contra os quais sempre tiveram guerra". Outro etnônimo comum era guananas, e ambos foram empregados no mapa da Figura 2 na frase "region dos Guananas a quienes el Dr. Xarxe llama Gualachos y dice que son oriundos de unos Europeus que naufragaron em la costa desta region".

Juris, guananas ou gualachos eram grupos indígenas autônomos e não missionados e ocupantes de um espaço missioneiro. As missões, inclusive,

---

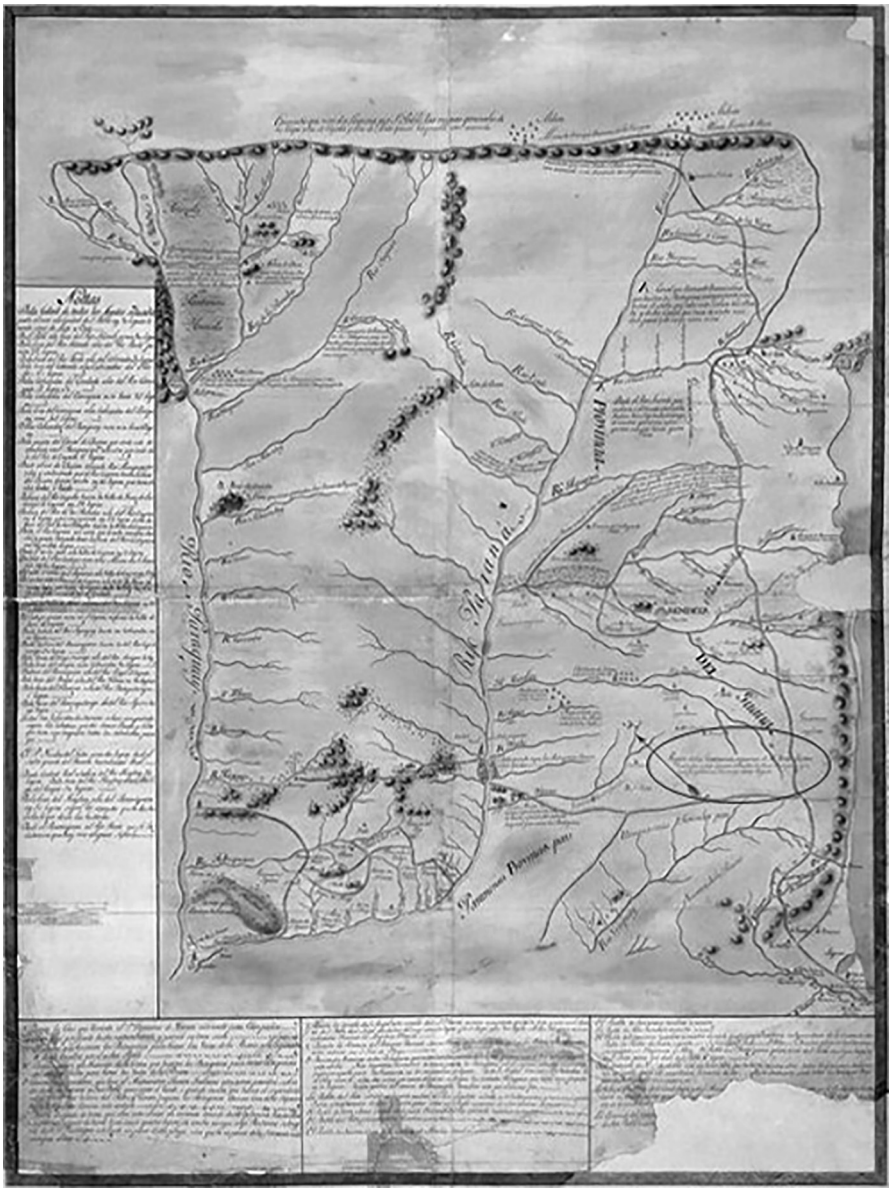
20 Corteletti; Iriarte, 2018; Rosa, 2005; Urban, 1992. Para uma visão geral e de divulgação das últimas descobertas acadêmicas sobre os povos jê, ver Pivetta, 2017.

21 Poutignat, 2011, p.64.

22 Erbig Jr., 2020; Garcia, E. F., 2007b; Bartolomé, 2006; Boccara, 2005.

23 Pivetta, 2017; 2023.

Figura 2 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande



Fonte: BND, CMM, col., desenhado a nanquim. 61,7 x 83 cm.

estão graficamente demarcadas no mapa com círculos preenchidos em vermelho e uma cruz no topo, mostrando a preocupação do autor do mapa em distinguir esses indígenas autônomos dos missioneiros, ou seja, vinculados às missões jesuíticas. Como mapas feitos por jesuítas, como era o caso deste, foram também dispositivos classificatórios, pois eles organizavam a visualização do observador em relação aos perfis de indígenas que ocupavam a região, o que esperar e como agir perante eles. Foi a partir dessa visão, que fazia parte da coleção de documentos do governador, que este projetou a série de onze expedições que incluía buscar alianças com esses povos.

Um geógrafo genovês, Francesco Tosi Colombina, contratado avulsamente pela Coroa portuguesa para elaborar o projeto de mapeamento dessa região em seguida à assinatura do Tratado de Madri, desenhou um mapa nesse período posicionando as expressões "gentio Guarapiaba" e apenas "gentio" sobre o mesmo local do mapa anterior. Esse geógrafo, por contatos com moradores da capitania de São Paulo, os paulistas, tomou conhecimento da existência de indígenas não missionados na região. Posteriormente esse mapa, que pode ser visto a seguir, foi usado pelo governador d. Luis como fonte para projetar seu plano de mapeamento dos sertões do Tibagi.[24]

Nos mapas feitos ao rés do chão por jesuítas e por alguns geógrafos contratados avulsamente pela Coroa portuguesa, foram registrados grupos indígenas não missionados e não falantes do tupi. Esses grupos, entretanto, foram generalizados sob etnônimos específicos, não sendo evidenciadas suas parcialidades. Esses etnônimos variaram ao longo do tempo e seu desaparecimento ou o aparecimento de outros são indicativos dos processos de etnogênese que ocorriam em circunstâncias históricas determinadas nos sertões.

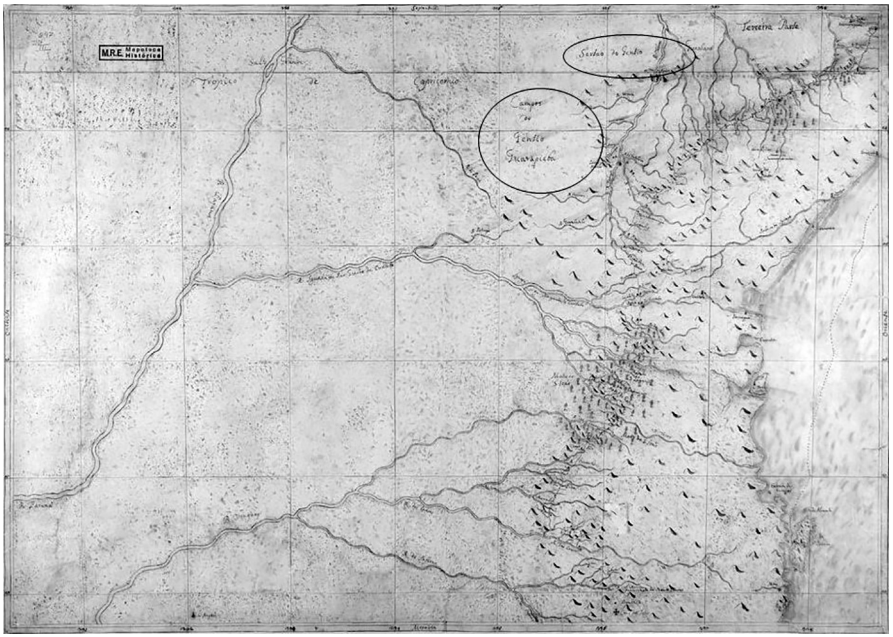
Como foi observado pela etnografia do século XIX, a "troca de nomes" entre agrupamentos indígenas já estabelecidos com certa antiguidade em um território era muito comum, "bastava uma tribo mudar de logar", ou tão somente ganhar ou perder a afeição ou estima de seus vizinhos, para ser logo apelidada diferentemente. Os próprios indígenas, como coletividade, gostavam de "tomar outros nomes, trocar ou ajuntar appellidos aos que já tinham",[25] e mesmo jesuítas e colonizadoras atribuíam nomes de acordo com as circunstâncias das relações estabelecidas com esses grupos da terra.

---

24 Moura, 2019.

25 Sampaio, 1903.

Figura 3 – Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o Rio da Prata




Fonte: Francisco Tosi Colombina. Terceira Parte, Ca 1756. Manuscrito a nanquim, 88 x 48 cm. MI, 1884 – 2747 – IA.

Portanto, grupos étnicos e parcialidades não falantes do tupi não desapareceram, mas tiveram seus nomes alterados. No cruzamento de dados de estruturas sociais desses grupos provenientes de fontes diversas – cartas ânuas e correspondência de jesuítas do século XVI, relações e diários de soldados mapeadores do século XVIII, informações levantadas por arqueólogos e antropólogos do século XX – observam-se padrões recorrentes de comportamento, o que leva à conclusão sobre a existência de um grupo étnico jê, os laklaño/xokleng dos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, sem negligenciar a possibilidade de suas misturas com outras parcialidades jê e tupis. Entretanto, o objetivo deste capítulo é avançar um pouco mais nos pontos de persistência da unidade, seguindo assim esse outro lado das lições de Fredrik Barth sobre os grupos étnicos, que sempre são fronteiriços.

## Paisagens jê

Sertanistas, jesuítas e geógrafos, ao percorrer os sertões do Tibagi e Guarapuava antes de estes serem alvo de expedições oficiais, produziram imagens cartográficas ou mapas mentais[26] de espaços, lugares e paisagens[27] posteriormente utilizados pelas autoridades régias e por soldados para também criarem seus espaços mentais, porém com o selo da Coroa portuguesa e moldura de uma agenda geopolítica de governo norteada por princípios como fronteiras, soberania de Estado e posse de território.

Uma paisagem narrada ou desenhada é um produto particular criado em determinada circunstância histórica, social e cultural e, além de fisicamente construída, é também "uma maneira de ver".[28] A visualidade não é um fenômeno atemporal e é seletiva. Cada época seleciona, amplifica, subvaloriza ou exclui componentes de uma imagem ou de uma descrição.

Com o auxílio da arqueologia e da antropologia, esses componentes selecionados em imagens e descrições geográficas do passado colonial podem ser interrogados sob o prisma dos povos indígenas e, com isso, ser alcançada uma camada da paisagem ou uma paisagem criada e praticada por esses segmentos, no caso deste trabalho, os jê. Essa paisagem foi observada, seguida e utilizada pelos soldados das expedições de mapeamento aos sertões do Tibagi para formular a imagem de "sertão novamente descoberto" e conquistado por meio de desenhos de itinerários, plantas, cartas geográficas ou corográficas.

Seguir e fazer uso de uma paisagem jê fisicamente construída e praticada foi possível nessas expedições de mapeamento porque os jê meridionais eram também sedentários, agricultores, ergueram paisagens com edificações para moradia ou mortuárias. Essas edificações eram políticas, pois

---

26 Mapas mentais são descrições de itinerários, rotas, relevo, ou seja, descrições geográficas e de direções traduzidas em textos chamados de Relações. Cf. Furtado, 2012, p.59.

27 "Espaços, territórios, lugares e paisagens" são entidades e fenômenos correlacionados e expressam diferentes processos. "Espaço" está sendo entendido como entidade historicamente determinada construída socialmente pelos grupos sociais. Um espaço contém territórios, lugares e paisagens. "Território" é definido pelo seu conjunto de sistemas naturais e pelas criações humanas que ampliam esses sistemas. "Lugar" diz respeito ao entorno vivido, que não se limita ao local, mas apresenta uma dimensão global. Por fim, "paisagem" é um tipo de palimpsesto, em que passado e presente se superpõem. Santos, 2006, p.29, 38-39, 67, 222, 231.

28 Cosgrove, 1998, p.xi.

demarcavam sua territorialidade e identidade perante outros grupos, inimigos ou não.[29] Essas paisagens eram ainda formadas por lugares comunicantes, relacionadas às suas obrigações cotidianas e rituais, e eram reconhecidas pelos colonizadores, o que não significa que estes tivessem empatia por elas. Esses dados contrariam o paradigma da alma inconstante construída pela narrativa jesuítica e posteriormente incorporada pelo imaginário e narrativa da história nacional que viu no indígena um incapaz de implantar base territorial estável.[30]

A moderna e profissionalizada cartografia portuguesa dos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, herdeira da reforma do ensino da engenharia militar no período joanino e saída das mãos de engenheiros militares, tais como José Custódio de Sá e Faria, e de todos os engenheiros que se serviram das relações e desenhos de itinerários feitos por soldados, foi dependente de paisagens indígenas observadas, seguidas, selecionadas, renomeadas e recicladas como "sertões conquistados" por agentes coloniais.

As autoridades coloniais admitiam a condição de "senhores da casa" dos indígenas, aceitavam sua soberania e inclusive os definiam como "Nações". Esse reconhecimento era reflexo da lei pombalina de 6 de julho de 1755, cujo conteúdo reafirmava o alvará de 1º de abril de 1680. Este último assegurou o direito à terra aos indígenas descidos do sertão e aos aldeados – não incluídos, portanto, os grupos autônomos – e foi a primeira iniciativa oficial de validar os direitos originários dos povos, ou seja, direitos anteriores à chegada do colonizador europeu, determinando que fosse "reservado o prejuízo, e direito dos índios, primários e naturais senhores delas".

A lei pombalina de 1755, implantadora do Diretório dos Índios, foi primeiramente destinada aos grupos aldeados do Pará e Maranhão e, ao dissolver os aldeamentos jesuíticos em favor das Povoações, admitia serem estes "os primários e naturais senhores das mesmas terras". Em 1758 os direitos e liberdades estabelecidos nessa legislação foram estendidos por alvará a todo o território do Brasil, "sem restrição, interpretação ou modificação alguma".[31]

---

29 Moura, 2021a; Souza et al., 2016.

30 Para a crítica dessa visão, ver Castro, 1992.

31 "Alvará com força de lei, porque Vossa Magestade he servido ordenar, que a liberdade, que havia concedido aos índios do Maranhão para as suas pessoas, bens, e commercio, pelos Alvarás de seis, e sete de junho de mil setecentos cincoenta e cinco, se estenda na mesma forma

Embora essa legislação instaurasse uma atmosfera mental favorável a ver os povos indígenas como "senhores" de suas terras, estas eram disputadas pelos agentes coloniais e estes, quando funcionários a serviço do Estado, agiam imbuídos da missão de erguer uma ficção de autoridade e soberania da instituição régia nos sertões. Fazer surgir de traços no papel um Estado soberano em terras indígenas demandou apagar a sua presença por meio de uma série de artifícios visuais e narrativos baseados em silêncios, espaços vazios, figuras de linguagem ou menções fugazes nos textos oficiais, desencadeando o fenômeno da elisão da historicidade indígena.[32] No longo prazo essas operações tiveram como efeito a posição coadjuvante ocupada pelos indígenas na história da colonização do Brasil.

Quando na imagem ou na descrição não era empregado o artifício da supressão das etnias habitantes de um determinado espaço, estas poderiam ser reclassificadas e dar origem a outras – ou a uma outra – com o objetivo de promover a territorialização do Estado e o prevalecimento de uma agenda expansionista e geopolítica de soberania. Assim ocorreu com os jê dos sertões do Tibagi e Guarapuava. Dados etnográficos e arqueológicos, entretanto, mostram esses povos como agentes ativos no processo de formação territorial do Brasil na conjuntura de definição dos limites territoriais de Portugal e Espanha na América meridional.

Em meio às suas clivagens internas, os jê possuíam alguns marcadores culturais e de organização social gerais e comuns, herdados, reformulados e surgidos nas relações com os tupis, com sertanistas e com os indígenas missioneiros. Seus conflitos com os tupis anteriores à chegada dos portugueses os fizeram compartilhar uma história comum de movimento pelo território, obrigando-os a abrir "corredores de expansão" que saíam do sul de Minas Gerais e de São Paulo, na altura dos vales dos rios Paranapanema e Tietê. Esse movimento expansionista jê os dispersou e comprimiu nas regiões de maior altitude situadas no Sul do Brasil.[33] Quase toda a região do atual estado do Paraná os recebeu, e pesquisas arqueológicas localizaram sítios de cerâmica dessa etnia nas bacias dos rios Ribeira de Iguape,

---

aos índios, que habitão todo o continente do Brasil...", 8 de maio de 1758. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/1875.

32 Safier, 2008, p.146-147.

33 Mota, 2016.

Iguaçu e Piquiri.[34] As áreas nas quais se alojaram eram caracterizadas por maiores altitudes e temperaturas mais baixas,[35] incentivando-os a construir paisagens com características muito próprias e funcionais para as condições climáticas locais.

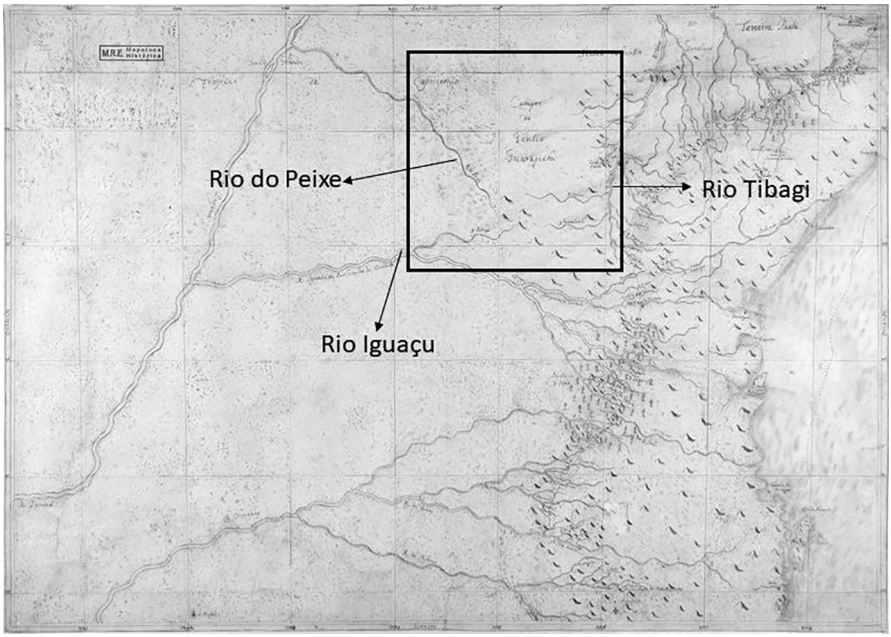
Esse "corredor de expansão" e compressão jê nas terras altas e montanhosas do Sul foi marcado ainda pela colonização e presença de colonizadores e sertanistas organizados em bandeiras. Qual é o significado, para os jê, da ocupação e do uso dessas terras e de seus componentes naturais, a ponto de construírem uma camada étnica de uma dada paisagem percorrida por expedições de mapeamento? Qual é a influência dessa paisagem na logística das expedições e na própria criação de uma ficção imperial sobre terras e povos exibidos em documentos visuais e escritos como conquistados? As respostas para questões como essas podem ser obtidas na espacialidade jê dos sertões do Tibagi e Guarapuava.

Segundo dados arqueológicos, a paisagem de áreas montanhosas e complexos fechados dos jê meridionais está relacionada aos seus deslocamentos forçados ocorridos nos últimos mil anos, provocados pelo expansionismo dos povos guarani. Os Campos de Guarapuava, por exemplo, eram uma espécie de complexo natural fechado, situado entre os rios Iguaçu, do Peixe e Tibagi, no qual se encistaram os guainá, dos quais podem ter procedido os laklaño/xokleng. Tosi Colombina registrou em seu mapa esse complexo natural fechado e de senhorio guainá, como pode ser visto na Figura 4.

Conforme os guaranis foram se instalando nas principais rotas de rios, onde estrategicamente também se estabeleceram as missões jesuíticas, embora estas reunissem diversidade de etnias,[36] parcialidades jê optaram pelas montanhas.[37] As palavras de um jesuíta confirmam essa relação de rivalidade dos jê com os tupi-guaranis. O missionário se referia aos gualachos e dizia que estes "son estos yndios muy guerreiros, assi unos com outros como com las naciones vezinas principalmente com los guarnis de q tienen aun muchs captivos".[38] Inimizades entre esses dois grupos existiam, mas é certo, conforme têm demonstrado a etno-história da região, que

34 Ibidem, p.147.
35 Souza; Merencio, 2013, p.115.
36 Silva, 2011.
37 Corteletti et al., 2016b, p.196.
38 La rreducion..., 1951, p.347.

Figura 4 – Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o Rio da Prata




Fonte: Francisco Tosi Colombina. Terceira Parte, Ca 1756. Manuscrito a nanquim, 88 x 48 cm. MI, 1884 – 2747 – IA.

houve muitas circunstâncias de alianças entre esses dois grupos, que podiam ocorrer com as uniões entre homens e mulheres de diferentes etnias. Essas circunstâncias diziam respeito em grande medida aos confrontos com os movimentos expansionistas dos colonos.

A história dos jê meridionais, como visto anteriormente, avançou sobremaneira nos últimos anos, e antropólogos trouxeram à luz muitos dados etnográficos que podem esclarecer a formação territorial e a cartografia dos sertões do Brasil no século XVIII. Entretanto, nos estudos de etno-história, ainda prevalece uma maneira genérica e anacrônica de tratar os jê, sintetizando parcialidade em um etnônimo surgido apenas no século XIX, como o kaingang.[39] Embora etnônimos sejam classificações surgidas de uma relação dialética de poder-dominação e interlocução entre agentes coloniais e parcialidades indígenas, terminam por ser recursos metodológicos, pois as recolhas

39 Corrêa, 2008.

etnográficas e arqueológicas do século XX, fontes para o etno-historiador, foram dirigidas e organizadas por eles. Assim, para descrever componentes estáveis nas unidades étnicas, como a espacialidade de um povo, é necessário recorrer aos etnônimos, e nas fontes históricas o historiador verifica a permeabilidade da fronteira.

Pesquisas apontam a existência do "território indígena" e admitem que "as paisagens retratadas apresentam sinais de variadas formas de ocupação, ou seja, de interferências humanas na natureza e de histórias pretéritas", reconhecidas pelas autoridades portuguesas.[40] Entretanto, muitas vezes não são apresentadas evidências eloquentes sobre que território seria esse, como surgiu, como foi organizado, como era praticado e como era a sua paisagem ou como os mapeadores a serviço da Coroa interagiram com essa territorialidade. Outros autores concluíram que os sertanistas participantes das expedições de mapeamento do século XVIII seguiram as veredas indígenas, aprenderam com estes a percorrer a pé longas distâncias, assim como a sinalizar os caminhos em troncos de árvores e pedras, substituindo as marcas indígenas pelas portuguesas, como cruzes e inscrições evocativas do monarca português.[41]

Mas qual era o significado dessas veredas ou árvores para os indígenas? A montanha era um sinalizador de direção para o explorador, mas qual era o seu significado e uso para o indígena? E em que medida o agente colonial não deposita valor funcional e torna a montanha um elemento de observação em virtude dos usos e significados dela para os indígenas? Na paisagem descrita pelos soldados sertanistas, existiam históricas interferências jê e escavá-la das descrições oficiais, enfrentando criticamente as classificações e seleções das narrativas, é uma maneira de tirar da invisibilidade antigas etnias, como a laklaño/xokleng e outras, muitas delas empenhadas na recuperação de antigos etnônimos que contemporaneamente são ferramentas para articular lutas por reconhecimento e direitos.[42]

Investigações arqueológicas sobre a tradição Taquara/Itararé, ligada aos falantes do ramo meridional das línguas jê, constataram que, em vez de sociedades dispersas de escala reduzida e baixo impacto no meio, os grupos

40 Ibidem, p.150 e p.139.
41 Holanda, 1994; Kok, 2004.
42 Trindade, 2020.

dessa tradição "eram numerosos, organizados regionalmente em sociedades hierárquicas e capazes de construir paisagens variadas e altamente estruturadas em diversos ambientes".[43]

Diacronicamente com base em dados etnoarqueológicos, observa-se que grupos indígenas autônomos com perfis como esses ocupavam os sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava. A consciência e a prática territorial, a territorialidade e a paisagem desses grupos não apenas orientaram espacialmente comandantes e soldados como forneceram diretrizes para a logística das expedições e foram incorporadas nos mapas criados nas expedições. Desse modo, a cartografia dos sertões do Tibagi e Guarapuava contém um substrato jê.

Como teria sido a atuação dos jê como produtores de novas paisagens culturais na fronteira, influenciando o mapeamento, o mapa e a formação territorial por meio de práticas e conhecimentos geográficos e concepções territoriais próprias e específicas de sua cultura grafada ou performática no espaço? O contato frequente com sinais materiais e topônimos indígenas na paisagem relatada e desenhada pelos soldados sertanistas provoca o interesse em esclarecer que grupos a teriam produzido, como estes teriam surgido, qual era o significado dos componentes dessa paisagem para os indígenas e por que motivos o observador escolheu alguns desses componentes, em detrimento de outros, para observar, descrever, seguir e comunicar.

Embora possa ser uma ação de classificação, o certo é que os próprios soldados, muitos mamelucos e práticos daqueles sertões percorridos assinalaram recorrentemente em seus diários e relações as dificuldades de comunicação oral com os indígenas da região. Apesar dos limites de comunicabilidade, esses indígenas foram personagens centrais na formação dos desenhos topográficos dos sertões do Tibagi e Guarapuava, entretanto através dos sinais de sua paisagem. A paisagem jê, portanto, fez do território dos sertões do Tibagi conquistas.

Ao contrário da afirmação de certos autores, a paisagem jê não era evitada pelos soldados,[44] mas rastreada sistematicamente, porque já havia sido descrita ou desenhada pelos antigos sertanistas ou jesuítas e seus componentes eram fornecedores de informações para a logística do empreendimento mapeador.

---

43 Souza; Merencio, 2013; Corteletti et al., 2016a; 2016b.

44 Corrêa, 2008, p.143.

## Os jê dos sertões do Rio Tibagi

Quando d. Luis de Sousa atracou no porto de Santos em julho de 1765, trazia como instrução de governo e como determinação própria dos homens da política da época a responsabilidade de mapear e conhecer a geografia das terras do interior do Brasil meridional. Em algumas tendências da historiografia brasileira, essas terras inicialmente foram vistas como desertos demográficos, sendo mesmo empregada a expressão "vasta terra de Ninguém" para caracterizá-la.[45]

Etno-historiadores problematizaram a produção de "vazios demográficos" por geógrafos, historiadores e adeptos da imigração e colonização do sul do Brasil meridional por estrangeiros ao tratarem da história da formação territorial do Brasil, tal como ocorreu com o atual estado do Paraná.[46] Nem terra de ninguém, nem vazios. O problema dessa região foi ao longo de todo o século XVIII o da incerteza da soberania portuguesa e que não fora solucionado pelo Tratado de Madri, anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo que restaurou as antigas determinações do Tratado de Tordesilhas.

O cartógrafo genovês Francesco Tosi Colombina, ao percorrer os sertões do Rio Tibagi, não viu vazios humanos nesses espaços, e na terceira parte de seu mapa de 1756, exibido na Figura 3, inclusive nomeou a região com o topônimo: gentio Guarapiaba. O mesmo cartógrafo assinalava a fragilidade da soberania portuguesa na região em virtude de seu desconhecimento. Se o geógrafo francês Jean-Baptiste D'Anville em seu manual de geografia defendia a necessidade do conhecimento do território da América do Sul no seu todo para a solução dos litígios de soberania,[47] o geógrafo genovês Francesco Tosi regionalizava essa tese. Após analisar a Carta Geográfica d'América Meridional do mesmo D'Anville, concluiu ainda faltar "pôr os olhos sobre a capitania de São Paulo para poder deste modo abraçar toda a América portuguesa".[48]

A extensão geográfica da capitania de São Paulo seguia até as terras correspondentes ao atual estado do Paraná, mas seus limites territoriais eram

45 Cortesão, 1965.
46 Mota, 2016.
47 Furtado, 2012, p.52.
48 Parecer sobre..., 1750.

imprecisos em todo o Centro-Sul. Além disso, essas terras eram atravessadas por uma complexa e desconhecida malha fluvial que corria em direção ao extenso Rio Paraná, então chamado Rio Grande do Registro (Rio do Registro de Coritiba) pelos portugueses ou Iguaçu (Iguassu) pelos espanhóis.[49] Por razões da doutrina jurídica da época, os rios das regiões disputadas pelas monarquias coloniais foram considerados balizas naturais. Mas as várias etnias indígenas que habitavam a região, tal como os padres missionários antes da expulsão da Companhia de Jesus dos territórios americanos, também os viam e os usavam.

Por ter esse uso e significado comum entre os vários agentes sociais que formavam essa região, os rios são as referências espaciais mais apropriadas para definir os contornos dos sertões do Brasil à luz do século XVIII. D. Luis de Sousa tinha como desafio territorializar a monarquia portuguesa e oficializá-la em uma cartografia da bacia fluvial do Paraná-Paraguai e da Prata. Como o Paraná, após enfeixar o Paraguai e muitos outros tributários, desaguava no Rio da Prata, seu plano de mapeamento pode ser chamado o Projeto do Prata. Esse projeto se apropriou e teve de traduzir para uma agenda imperial várias espacialidades e territórios: a dos campos jê, a vaqueira e mineral dos sertanistas e a da memória missioneira.

Conceber geograficamente a capitania de São Paulo referenciada à bacia do Prata era uma tradição também entre os espanhóis. Em 1610, quando a Coroa de Espanha "pensou em criar uma nova governação nos territórios do Prata", o vice-rei do Peru, marquês de Montes Claros, também a incluiu em um conselho dado ao rei: "tambien se pudiera meter em esta Gobernacion nueva la villa de San Pablo".[50]

Essa concepção compartilhada entre portugueses e espanhóis de ser a capitania de São Paulo parte da região platina encontrava respaldo na sua própria geografia natural, pois o contorno fluvial dos seus limites norte-noroeste, com os rios Tietê, Paranapanema e Iguaçu, onde se concentraram as onze expedições de mapeamento, corria em direção ao Paraná e este, por sua vez, terminava no estuário platino, que viria a se tornar limite meridional das terras do Brasil com as províncias de Buenos Aires e Paraguai. Os deslocamentos humanos espontâneos de castelhanos, portugueses, mamelucos e

49 Notícias da conquista..., p.231.
50 Cortesão, 2012, p.81.

nações e parcialidades indígenas diversas nessa região também criaram essa atmosfera de uma mesma unidade regional luso-platina.

Várias nações e parcialidades indígenas posteriormente identificadas por arqueólogos, antropólogos e linguistas como pertencentes ao tronco linguístico macro-jê habitavam, percorriam e faziam desse território luso-platino uma encruzilhada de povos,[51] que incluía ainda mamelucos e colonos portugueses e espanhóis. Os agrupamentos humanos jê percorriam e se comprimiam nas terras banhadas pelo bolsão aquático formado pelos rios Paranapanema, Iguaçu, Paraná e Tibagi.

Como fronteira interna e corredor para o extremo sul e o oeste da região fluvial, estava destinada a ser arena de rivalidades e disputas no âmbito da geografia, pois desde antes do contato com os europeus grupos indígenas se estabeleceram nessa região e retraçaram paisagens políticas e de resistência ante os conflitos entre etnias. Posteriormente, no século XVII, essa paisagem de resistência foi remoldada de acordo com o contato com os sertanistas. No século XVIII, conforme o Estado monárquico avançou sobre essas terras e agregou às suas batalhas geopolíticas a cartografia, essas paisagens de resistência foram transferidas para seus mapas, mas reconfiguradas para um projeto de conquista e posse de terras do Estado.

Um desses grupos indígenas foi o denominado xuclan, etnônimo criado pelo comandante da expedição, Afonso Botelho, ao encontrá-lo no final das expedições de mapeamento. A menção a esse nome ocorreu na Relação original do Primeiro Encontro, escrita do Porto do Pinhão no Rio Jordão em 24 de dezembro de 1771.[52] Como essa expedição demarca o final do projeto de mapeamento do Tibagi e Guarapuava, a criação do etnônimo para o agrupamento específico do encontro – apesar de terem ocorrido tantos outros encontros diretos e indiretos dos soldados com os indígenas durante as expedições – era uma forma de exercer poder e criar uma classificação para realçar a visibilidade de conquistador do comandante. Afinal, ele esteve diante de um grupo específico, do qual, supostamente, pôde saber até o nome.

---

51 Carvalho, 1992.

52 A Relação do Primeiro Encontro teve várias cópias manuscritas e impressas. Entretanto, apenas essa, original, assinada a partir do porto do Pinhão, menciona o etnônimo. No manuscrito de Notícias da conquista..., a cópia dessa Relação, provavelmente não escrita pelo comandante, não o empregou. Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.280.

Pouco mais de trinta anos depois, em 1809, uma expedição comandada pelo padre Chagas Lima aos então sertões do Guarapuava criou uma outra classificação para os indígenas os quais encontrou entre os rios Iguaçu e Uruguai, chamando-os xocrens. Xocrén também foi entendido por alguns antropólogos como um idioma kaingang, este último etnônimo surgido apenas no século XIX.[53] Xuclan, xócren, kaingang parecem ter sido os mesmos grupos. Os kaingang, entretanto, surgiram apenas no século XIX e não há registro desse etnônimo em diários, relações, esboços de soldados ou mapas do século XVIII.

Antes das expedições do Tibagi, relatos, imagens cartográficas ou ofícios empregavam os etnônimos guananas ou gualachos, como visto na Figura 2. O padre espanhol José Quiroga Mendéz, autor de um importante mapa de latitudes medidas das missões do Paraguai e Paraná, impresso em 1753 em Roma, usa a nomenclatura guananas para os povos indígenas situados entre os rios Iguaçu e Paraná.[54]

Os laklaño/xokleng podem ter sido desdobramentos etnogênicos dos xuclan. As poucas pesquisas sobre esse grupo, geralmente mencionadas em dissertações e teses sobre os kaingang, podem ser explicadas pela hegemonia alcançada por essa própria etnia nas lutas indígenas do século XIX no Brasil meridional. Esse etnônimo parece ter sido pronunciado pela primeira vez pelo administrador de aldeamentos indígenas do Paraná e antropólogo autodidata Telêmaco Borba e pelo frade capuchinho Cimitle.[55]

O etnônimo kaingang parece ainda ter sido deliberadamente adotado pelos grupos que o receberam e usado como ferramenta identitária para manejar as tensões e conflitos com fazendeiros e colonos nacionais e estrangeiros estabelecidos no noroeste do atual estado do Paraná. Há várias informações sobre acordos, inclusive de trabalho, que caciques kaingang teriam feito com colonos, como uma estratégia de sobrevivência e fortalecimento local, sendo necessário, nesse caso, uma identidade étnica definida e que tornasse mais concretas as forças políticas na agenda de negociações.[56]

---

53 Parellada, 2008, p.214; Guérios, 1945, p.63.
54 Mapa de las Missiones..., 1753.
55 Vanali, 2015; Veiga, 1994a, p.24; Veiga, 2006, p.43.
56 Francisco, 2013.

Considerando a região e o contexto desse estudo, xuclan ou laklaño/xokleng é o etnônimo mais preciso para se referir ao grupo específico da narrativa do encontro. Entretanto, não deve ser negligenciada a existência de vários outros etnônimos, sob a liderança de diferentes caciques, podendo ser provenientes dos tupis ou jê, mas também dessas duas etnias misturadas, pois não existia etnia pura no interior dos continentes e nas fronteiras da América.

Os kaingang não existiam no século XVIII e podem ter sido um desdobramento etnogênico dos xuclan/laklaño/xokleng. Entre ambos há uma proximidade em termos linguísticos. Juracilda Veiga chega a concluir que esses dois grupos são "os mais próximos entre os Jê e partilham a mesma cosmovisão embora sua organização social tenha diferenças marcantes ainda não plenamente esclarecidas".[57] Portanto, os sinais dos xuclan/laklaño/xokleng e outros agrupamentos jê não propriamente etiquetados pelos soldados foram seguidos e transferidos para seus esboços e mapas.[58] A relação com indígenas missioneiros, com os padres que percorriam a região, as uniões homem/mulher em outros grupos ou com colonizadores, os deslocamentos internos no território em virtude de disputas e guerras étnicas ou fuga das violências praticadas por colonos e sertanistas levaram às tantas recomposições identitárias[59] dos povos jê na região.

O que leva a crer em um possível desdobramento etnogênico dos xuclan nos laklaño/xokleng é a identificação de outras autodenominações semelhantes. Em verbete explicativo da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, esse etnônimo é adotado pelos próprios indígenas dessa nação, ainda hoje existente e mobilizada no Sul do Brasil para o reconhecimento de seus direitos à terra. Ainda segundo esse mesmo verbete, várias outras autodenominações para esse etnônimo existem, tais como laklãnõ, xokléng, shokleng, schokleng, xocrén, aweicoma, aweikoma, kaingang, kaingáng; botocudo, bugre (pejorativo). Xocrén, portanto, é o mais próximo da categoria criada ou ouvida da pronúncia tupi pelos mapeadores do século XVIII.[60]

---

57 Mota, 2016, p.140 e p.136.

58 Ibidem.

59 Boccara, 2005, p.14.

60 Cf. Xokleng. Disponível em http://www.etnolinguistica.org/lingua:xokleng. Acesso em: 30 ago. 2019.

Embora o etnônimo xokleng tenha sido muito empregado nas lutas políticas indígenas junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), atualmente tem sido mais recorrente laklãno. Segundo Carli Popó, professor na Escola Indígena de Educação Básica Laklano, esse etnônimo já era utilizado por essa etnia antes mesmo da "denominação dos brancos"[61] e seu uso tem sido valorizado diante do movimento corrente de revitalização dessa identidade étnica. O estudo da língua, inclusive, vem sendo fomentado como instrumento de afirmação identitária.

O processo de produção de espaços do interior do continente americano como conquistas de Estado promoveu também a produção de etnias, por meio da criação de categorias para organizar o espaço a ser percorrido pelos mapeadores e enquadrar alguns grupos humanos indígenas como descobertos e conquistados, o que fortalecia a própria ideia de território conquistado.

Antes de classificar com um nome, gradualmente os soldados e comandantes das expedições de mapeamento selecionaram algumas marcas indígenas na paisagem mapeada para serem utilizadas como ferramenta de orientação espacial. Posteriormente essas marcas foram lançadas nas imagens cartográficas, mas que exibiam um território descoberto apenas por suas observações e ações corajosas e sagazes.

No texto da Relação do primeiro encontro o comandante Afonso Botelho passou por pelo menos três agrupamentos de alojamentos indígenas e descreveu três circunstâncias diferentes de encontro com estes, sem nomeá-los. O nome xuclan foi usado apenas no final da Relação, como se se referisse a todos os indígenas com os quais encontrara, mas certamente estava diante de grupos diferentes, como sugere a descrição do nível de compreensão da sua língua. O encontro com o primeiro grupo foi marcado pela completa ausência de comunicação oral, "praticando por acenos por se não entender a língua" devido à "fala tão bárbara, que é totalmente distinta da geral indiana". Já o segundo encontro foi caracterizado por alguma comunicabilidade com compreensão, pois foi possível entender a conversa de uma índia por "ser quase na língua da terra".[62]

Alguns agrupamentos indígenas da nação jê, considerados ancestrais dos xokleng, haviam sido evangelizados pelos padres da Companhia de Jesus das

61 Popó, 2015.

62 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.276-277 e p.279.

reduções dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, tais como em San Antonio, San Miguel, Guañañas e San Pedro,[63] e os indígenas desse segundo encontro certamente eram resultado de um processo de etnogênese com os indígenas missioneiros então existentes nas margens dos rios da região.

Em uma terceira Relação descritiva dos sertões de Guarapuava e do encontro, porém com a inclusão da narrativa de um confronto ocorrido, novamente há pistas de a expedição ter estado diante de grupo diferente. Nesse terceiro encontro, como observou o comandante, os indígenas vieram "em maior número do que custumava vir" e, enganados, admitiram que esse volume humano maior "não causou horror à nossa tropa pelas repetidas vezes que os tinham visto". Também observou virem "sem as costumadas armas", e se até então eles, soldados, haviam entregado machados e facões aos que tinham encontrado, estes tiveram comportamento diferente e foram entrando pelos ranchos e demonstrando surpresa. Escreveu o comandante "chegaram alguns a tomar machados, facões, até ua baioneta, sem esperar que se lhes desse, o que tudo se dissimulou para os não desagradar".[64]

Certamente nesse curto intervalo, entre 16 e 25 de dezembro, houve o encontro com pelo menos três grupos indígenas jê sob diferentes chefias e caracterizados por diversos entrecruzamentos étnico-culturais voluntários ou forçados pelas circunstâncias, ocorridos nas reduções e na movimentação pela região. Essa hipótese é reforçada por uma observação feita pelo comandante Afonso Botelho na terceira Relação ao observar que do outro lado do rio onde havia ocorrido o confronto "haviam verdes novos nas campanhas [...] e por não divisarem caminho nem trilha, que passasse para aquele lado" presumiu que para aquela serra "habitava outra nação do gentio".[65] E em outro documento, ainda tratando do confronto, disse que "havia grandíssimo número de gentio, que se averiguou ser de diversas outras nações, que confederados se tinham unido".[66]

Tendo em vista que boa parte dos soldados das expedições de mapeamento era de recrutados ou voluntários moradores das vilas da capitania de São Paulo, tanto litorâneas quanto de serra acima, muitos inclusive

63 Parellada, 2008, p.214.
64 Anno de 1772... in Notícias da conquista..., p.285.
65 Ibidem, p.284.
66 Documento sem título in Notícias da conquista..., p.201.

mamelucos experientes de sertão e sabedores das histórias dos antigos sertanistas, havia noções bem consolidadas da diversidade dos indígenas habitadores da região, mas nem todos eram nomeados. Muitas vezes um único nome englobava toda a diversidade.

Os padres da Companhia de Jesus já haviam chamado a atenção para o quanto era segmentada a nação jê e as dificuldades para reduzi-la. Nomeando aqueles com os quais tiveram êxito na redução como os gualachos, um frade ponderou: "um estorvo comum y es que esta jente gualacha amiga de espanõles desean que estemos em sus pueblos e divididos como estan no son capaces de reducion".[67]

O etnônimo gualachos foi criado e usado pelos jesuítas das Missões certamente para diferenciá-los dos guananas, povo jê que optou por viver em liberdade nos campos platinos. Outros autores afirmaram que o etnônimo também teve o objetivo de classificar todos aqueles que não falavam o guarani.[68] Em 1630 foi fundada a redução Concepción de los Gualachos, na nascente do Rio Tibagi. A língua jê era um dificultador para a comunicação oral com esses grupos, aldeados ou não. Na redução de Concepción de los Gualachos, os padres observaram que estes tinham "diversa lengua de la Guarani, aunq no muy dificultosa a los que sabem la guarani".[69]

Embora não entendessem o jê, foi pela linha tupi que tomaram conhecimento das nações e parcialidades desse tronco linguístico. A hegemonia tupi na construção da imagem de outros povos, inclusive de outras partes da América, foi um fenômeno abordado por pesquisadores.[70] Prova disso é o dado de que, na ocasião de terem erguido a Reducion de la Concepción de Nuestra Señora de Guãnanos, a primeira decisão tomada foi "buscar um lengua Guarani que supiesse bien la Gualacha" e encontraram um "Indio tullido que lhes aprendeu a lengua mui bem", e em outra ocasião foram buscar uma língua tupi que entendesse a língua gualacha no "Parana Pane".[71] E pelo guarani filtraram e desenharam vocábulos dos etnônimos e costumes indígenas das várias nações independentes que corriam, habitavam e criavam paisagens nas terras do Brasil meridional.

---

67 Reducion de la Concepcion..., 1951, p.298.
68 Silva, A. L. F., 2011, p.152.
69 La rreduccion de la concepción..., p.345.
70 Bauer; Norton, 2017, p.9-10.
71 Reducion de la Concepcion..., 1951, p.293.

O interesse português pelo mapeamento dos campos jê certamente incluía o problema da soberania desses grupos na região e as possibilidades de fazerem alianças, mesmo circunstanciais, com os espanhóis e em um contexto no qual a Coroa portuguesa não tinha ainda a sua própria soberania assegurada sobre as terras do Tibagi e Guarapuava. Essas áreas de enquistamento jê nos campos gerais do Sul do Brasil tornaram-se objeto de relato ou de imagem cartográfica para ser exibida na comunicação oficial do Império e institucionalizar uma agenda geopolítica para a região.

## Paisagem e territorialidade na geografia cosmológica e xamânica jê

Kaingang e laklaño/xokleng são geográfica e culturalmente mais próximos[72] e correspondem a desdobramentos etnogênicos dos antigos guayanas, gualachos, chiquis doris e campeiros.[73] Se os xuclan/laklaño/xokleng surgidos no contexto do encontro dos mapeadores com um grupo indígena dos Campos de Guarapuava são a etnia mais próxima dos kaingang do século XIX e dos quais existem mais dados etnográficos recolhidos, estes, ao serem cotejados com os dados etnográficos dos jesuítas e as descrições dos soldados, permitem desentranhar de uma paisagem narrada os contornos de uma paisagem jê formada por uma geografia cosmológica específica e definidora de uma territorialidade.

Cosmologia está sendo entendida de acordo com a etnologia contemporânea, portanto como "sistema social" e "complexo xamânico"[74] no qual a figura do xamã é o principal mediador entre humanos e espíritos e a relação entre seres humanos, animais, vegetais e espíritos no espaço é holística. Montanhas, rios, pinheiros, veredas e florestas transplantados para os mapas tanto quanto observações selecionadas dos soldados das expedições eram componentes de um complexo espacial xamânico no qual mundos visível e invisível se encontravam e entrelaçavam seres vivos, espíritos, animais, vegetais, almas, objetos celestes e fenômenos meteorológicos. Não

72 Urban, 1992, p.87-8; Veiga, 2006, p.11 e p.92.
73 Sposito, 2012, p.76; Carvalho, S. M. S., 1992, p.462; Parellada, 2008, p.214.
74 Rosa, 2005, p.59.

há, portanto, distinção entre "experiência empírica visível" e "experiência empírica invisível".[75]

Entre os indígenas, território, espacialidade e paisagem são cosmológicos e xamânicos, concebidos, percorridos e utilizados pelos indígenas através da interação entre entidades visíveis/invisíveis. Desde antes da chegada dos europeus à América e ao longo do tempo, espacialidades, territórios e paisagens foram reconfigurados de acordo com os vários e diferentes conflitos e deslocamentos forçados vividos pelas etnias.

Os 1.320 quilômetros de margens do Rio Iguaçu se estendendo da então vila de Curitiba ao transnacional Rio Paraná eram ocupados por guaranis e especialmente pelos jê, a ponto de os padres jesuítas denominarem essa extensão "Campos dos Gualachos" ou "dos Guanannas". Na tentativa de evangelizar esses povos e trazê-los para o seio das missões, os padres sempre procuraram "se acercar mais ao yguaçu".[76] O Iguaçu funcionava como um observatório geográfico e etnográfico dos jesuítas: "emos tenido notiçia de la mar e de como el yguaçu que va a desaguar a la mar y sus princípios los tiene junto a los del Iguaçu del Parana por donde ay mucha jente Guarani y Guañanas".[77]

Para os inacianos, obter a navegabilidade desse rio significava alcançar uma via de acesso a esses campos gualachos ou guananas e expandir a província do Guaíra para as terras do grande Rio Paraná, como manifestou um jesuíta: "No quiero deixar los Gualachos [...] e nos importa tomar aquelo para que sea passo al Iguazu, y unir las reduciones del Paraná com estas".[78]

As terras banhadas pelo Rio Iguaçu eram inclusive vistas pelos jesuítas como "terras dos Gualachos", indígenas "monteses", porque associados em suas performances espaciais aos montes: eram "Yndios monteses de diferente lengua, que vivem entre los montes cerca del Iguazu, a la banda del Uruguay".[79] O padre Joseph Pons, em 1730, caminhou meses a pé pelos montes entre "el Parana azia el iguassu, donde vivem esparcidos por los montes em vaias [parci]dades" a nação dos gualachos.[80]

---

75 Ibidem, p.69.
76 Angeles de Tayaoba, 1951, p.293.
77 Encaración, ibidem, p.277.
78 Reduccion de los siete arcangeles..., 1951, p.248-249 e Angeles de Tayaoba, 1951, p.293.
79 Reducciones del Acaray..., 1969, p.50.
80 Informação sobre uma missão aos índios Guañana nas margens do Iguaçu. In: Cortesão, 1955, p.247.

De maneira geral, as pesquisas arqueológicas concentraram esforços de investigação sobre os grupos étnicos jê no extremo sul do Brasil, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nas bacias dos rios Pelotas, Canoas e Antas, onde houve um adensamento excepcional desses povos, como demonstra o número de sítios arqueológicos identificados.

Mas no estado do Paraná também existe uma longa tradição de pesquisas e escavações nas bacias do médio Rio Iguaçu e do baixo Rio Piquiri.[81] Os chiquis eram um dos agrupamentos dos gualachos estabelecidos entre os rios Piquiri e Iguaçu.[82] No período colonial florestas de araucária se alongavam pelos afluentes do Piquiri, paisagem essa relacionada aos jê e posteriormente desfigurada pelo desmatamento e avanço das áreas agropastoris.[83] Dados da documentação histórica, portanto, fortalecem os achados da arqueologia jê dessa região.

O avanço ostensivo dos missioneiros nas bordas desses rios pode ter empurrado os jê que não aceitavam a conversão, como a etnia guañana, da qual podem ter sido provenientes os xuclan, para as terras situadas em um bolsão mais recuado às margens dos rios Iguaçu, Paraná, Ivaí e Tibagi, cujo acesso era dificultado por montes, montanhas, mata fechada e outros rios de menor extensão, pedregosos e encachoeirados. Os sertanistas de São Paulo, por sua vez, insistiram por longo tempo em "frequentar o território compreendido entre o Paranapanema e o Iguaçu",[84] acrescentando mais um fator para o deslocamento forçado dos grupos jê, levando-os a formar nódulos interiores nos quais se aglutinavam e formavam uma paisagem, territorialidade e espacialidade política e defensiva de sua soberania identitária-cultural através da reiteração e criação de novas práticas.

Esses novos espaços guananas ou gualachos, renomeados como Campos de Guarapuava pelas expedições de mapeamento por causa de sua localização ganglionar, podem ter surgido de uma reação desses grupos étnicos ao tão percorrido caminho missioneiro do Peabiru, uma antiga ligação terrestre da costa atlântica do Brasil aos Andes, que incluía também pontos das

81 Souza; Merencio, 2013, p.94.

82 Reduccion de la concepcion..., 1951, p.2.

83 Caracterização da Bacia do Piquiri. Consórcio Piquiri. Disponível em: ap.pr.gov.br/arquivos/File/EIA_RIMA/baciapiquiri/f_IV_Caracterizacao_da_Bacia.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

84 Cortesão, 2012, p.129.

margens dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Iguaçu e Paraná. O antigo caminho do Peabiru foi batizado Caminho de São Tomé pelos jesuítas.[85]

Esse caminho foi um conjunto complexo e ainda desconhecido de veredas surgidas após a chegada dos europeus, passando por Assunção, Foz do Iguaçu, alto Piquiri, Ivaí, Tibagi, Botucatu, Sorocaba e São Paulo. Tais caminhos foram percorridos em movimentos de ida e volta por portugueses de São Paulo acompanhados por centenas de tupis. O explorador Aleixo Garcia o percorreu em 1524. Em 1531, Martim Afonso de Sousa o explorou ao longo de uma expedição. Álvar Núñez Cabeza de Vaca, ao seguir essa trilha em 1542, alcançou as cataratas do Rio Iguaçu. Em seguida foi a vez de o alemão Ulrich Schmidt fazer o mesmo trajeto.

Os campos dos guananas ou gualachos, posteriormente Guarapuava, podem ter sido um contracaminho do Peabiru aberto pelos jê indispostos às reduções e alianças com colonizadores ou mesmo buscando sobrevivência em face dos conflitos com os tupis ou outros grupos da mesma etnia organizados sob lideranças distintas. Investigações arqueológicas, inclusive, já comprovaram que os falantes do jê, desde o período anterior à chegada dos portugueses, haviam migrado para as terras altas do Brasil meridional fugindo do rápido avanço dos tupi-guaranis e se enquistado nessa região desenhando uma paisagem política de resistência baseada em monumentos funerários.[86]

Diante das poucas recolhas etnográficas sobre os laklaño/xokleng para descrever sua espacialidade cosmológica e xamânica, a solução é recorrer aos dados de seu grupo mais próximo, como os kaingang. Terra e territorialidade para os povos indígenas não significam posse, propriedade ou riqueza, mas meio para a sua reprodução social, cultural,[87] memória e identidade. A territorialidade jê era concebida como um tripé cósmico, de acordo com a definição da antropologia, formado pelas noções de nível, domínio e fronteira. Cada nível possuía um ou mais domínios, com marcadores materiais e imateriais. Esses domínios, por sua vez, possuíam fronteiras internas. Os macro-jê possuíam níveis "mundo do alto", "terra" e "embaixo da terra", cada qual com seus domínios e dentro destes as fronteiras.[88]

---

85 Kok, 2004.
86 Souza et al., 2016, p.196-197.
87 Lappe; Laroque, 2015, p.155.
88 Rosa, 2005a, p.72-73.

O nível "mundo do alto" era formado pelos domínios céu, e *fag kavá* ou *kaikã*. Traduzido para o português, este último significa "glória", onde vive Deus.[89] Estamos falando, portanto, de uma territorialidade pós-contato e que, portanto, incorporou componentes do catolicismo, mesmo indígenas não missionados, pois, como dito anteriormente, não existe indígena puro, mas misturado. As misturas e alianças entre missionados e não missionados eram feitas e desfeitas de acordo com as conjunturas históricas. Além disso, os sertões do Tibagi eram espaço missioneiro, de diversificados contatos sociais, como já demonstrou a historiografia.[90]

Na concepção jê a paisagem desse espaço não era etérea, mas similar à do nível terra, ou seja, formada por pinheiros ralos ou baixos (*Araucaria angustifolia*), "taquaral baixo, palmeira, campina, guamirim, pés de fruta do mato, abelheiras".[91]

Na paisagem descrita pelos diários das expedições as abelheiras (colmeias) foram recorrentemente mencionadas como indicador de direção e na organização social jê o mel era um produto de consumo ritual. Se as colmeias eram um marcador da sua paisagem, a direção seguida na mata pelos soldados das expedições obedecia à direção das abelhas para a formação de suas colmeias e dos indígenas – com os quais queriam estabelecer contato – para o recolhimento do mel. Em meados de 1769, notícias vindas das bandas do Rio Tibagi diziam que durante a marcha os soldados acharam rastros, que prontamente concluíram ser de "gentios que cultivam aqueles pais" e prosseguindo no caminho encontraram muitas "palmeiras derrubadas e abelheiras tiradas de 8 ou 10 dias".[92] Trechos como esses se repetiam nos diários.

Saindo do nível "mundo do alto" e indo para o "embaixo da terra", este era constituído pelo domínio *nugmê*, e Curt Nimuendajú o denominou "toldo dos defuntos".[93] Nesse domínio viviam os "espíritos ruins", e "espíritos dos vivos" poderiam ficar confinados quando raptados pelos Venh-kuprig-kòreg dos corpos dos kaingang.[94]

89 Idem, 2005b, p.109.
90 Wilde, 2009.
91 Rosa, 2005b, p.109.
92 Diário..., in Notícias da conquista..., p.223.
93 Castro, 1986, p.88.
94 Rosa, 2005a, p.160.

O nível terra estava dividido em três domínios: "casa", "espaço limpo" e "floresta virgem". Nesse nível ocorriam as relações sociológicas dos povos.[95] No plano cosmológico a "casa" e o "espaço limpo" eram englobados pela "floresta virgem" e no plano sociológico a "casa" englobava o "espaço limpo" e a "floresta virgem". Desde o final do século XVII, quando o conceito de fronteira natural passou a ser manuseado pelo discurso geopolítico europeu e montes, montanhas, rios passaram a ser marcadores de limites políticos, estes já eram marcadores nas paisagens indígenas. Nas mãos dos autores de mapas esses marcadores se tornaram componentes de uma paisagem controlada e descoberta.

Pelo menos desde o Renascimento, e com a expansão oceânica europeia, houve um impulso da dependência do olho na cognição humana, condicionando o crer/acreditar ao ver/olho.[96] Paisagens do interior do espaço colonial, embora representadas com significativa diferença entre os séculos XVII e XVIII, poderiam aparecer na forma de estampas, pinturas, tracejados de itinerários, rios ou terras, desenhos mais ou menos técnicos, monocromáticos ou coloridos. Essas paisagens eram produtos das intenções de seus criadores e dos significados atribuídos à sua audiência. As expedições de mapeamento dos sertões do Tibagi contaram com uma narrativa visual única, encomendada pelo governador d. Luis de Sousa ao final dos trabalhos de mapeamento. Essas estampas, de forte teor antropológico, mas de uma antropologia classificatória, como mostrou Guillermo Wilde para o caso da escrita jesuíta, trazem dados para a compreensão visual do nível terra da paisagem jê, pois selecionam componentes da materialidade espacial, que devem ser cotejados com dados antropológicos e arqueológicos.

Os alojamentos jê, tão mencionados pelos soldados ao longo de seus trajetos, separados por caminhos e, portanto, relacionados a chefias diferentes do mesmo grupo étnico, pertenciam ao domínio "casa" do nível "terra" e eram posicionados de acordo com o percurso do sol, ou seja, leste-oeste, a mesma direção proposta pelo geógrafo Francesco Tosi Colombina no seu pioneiro plano escrito em 1752.[97] Assim, logo no início das expedições, os soldados

95 Idem, 2005b, p.104.

96 Cosgrove, 1998, p.9.

97 O original do plano está em AVISO do [secretário do estado Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade, comunicando que o rei [D. José I] nomeara a Francisco Tosi Colombina,

sertanistas correram "grande parte a campanha para o poente" e disseram ter encontrado "o primeiro alojamento dos índios e passados vários", recebendo convite de todos para os visitarem.[98]

Em cada extremidade do alojamento jê existia uma porta e naquela posicionada a leste aconteciam as atividades masculinas e as visitas.[99] Na estampa os indígenas foram posicionados pelo artista nessa direção, não porque este possuísse conhecimento etnográfico dos jê, mas, informado pelas observações contidas nos diários dos soldados, representou visualmente essa disposição dos alojamentos e a direção leste-oeste do movimento destes que os levou ao encontro com os indígenas. Um rio, posteriormente denominado Jordão, instaurou uma linha divisória entre os alojamentos situados na margem superior e inferior do desenho. Como os rios eram limites naturais entre as comunidades indígenas, pode-se inferir que as imagens exibem grupos diferentes, antagônicos ou não, às vezes sob chefias diferentes.

Segundo dados etnológicos, no domínio "casa" poderiam existir vários alojamentos. Os relatos das expedições, tal como as estampas, referem-se à existência de vários alojamentos ao longo dos itinerários percorridos pelos soldados. Em alguns lugares estes chegaram a se deparar com sete deles e especularam ser capaz de acomodar "quatrocentas pessoas para cima" cada um.[100] No trajeto também chegaram a um outro lugar onde encontraram "três ranchos grandes, que bem acomodavam 150 pessoas" cada um.[101]

Esses vários domínios "casa" correspondiam a diferentes chefias formadas ao longo do processo de colonização e de acordo com alianças ou opção pela vida autônoma nos campos, em vez de tornarem-se missioneiros. Um desses domínios "casa" certamente foi o dos xuclan, conforme a classificação feita pelo comandante da expedição.

Os proto-jê do Brasil meridional viviam em casas semissubterrâneas, conforme demonstraram escavações arqueológicas, e esse padrão pode ter

---

por conhecer geografia, além de outras qualidades apropriadas como explorador, para comandar a expedição de exploração do sertão do Tibagí (norte do Paraná, informação minha). Ordenava-se mudanças a serem feitas em aldeias indígenas naquela região, assim como os efetivos militares a serem empregados naquela expedição. AHU-São Paulo Avulsos, cx. 4, doc. 19. Para a transcrição, cf. Andrade; Moreira Neto, 1974.

98 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.30.

99 Rosa, 2005b, p.105.

100 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.34.

101 Ibidem, p.48.

Figura 5 – "Cena 22: parte o Tenente coronel á arrancharia dos Indios, que tanto que o virão alvoraçados o esperão"

Fonte: Belluzo, 2003, p.74.

persistido no tempo, especialmente porque esse modelo de edificação tinha relação com o mito de origem desses povos. Acreditavam os jê que dois grupos chefiados por dois irmãos – Kamé e Kanyerú – saíram de dentro da terra e originaram sua civilização, dividida em duas metades exogâmicas portadoras de características físicas e temperamentos diferentes.[102] Essa divisão influenciava também a organização da própria aldeia, pois em cada um de seus lados residiam chefias diferentes.[103]

Esse padrão de construção semissubterrânea atendia também às baixas temperaturas dessa região provocadas pelo período do inverno e pelo próprio ambiente natural de rios e riachos. As portas de entrada desses alojamentos eram pequenas, garantindo aquecimento interior, reforçado ainda pelo uso das fogueiras internas. Ou seja, conforme concluíram arqueólogos,[104] esses

102 Castro, 1986, p.86.
103 Amparo, 2010, p.69.
104 Corteletti et al., 2016a, p.168.

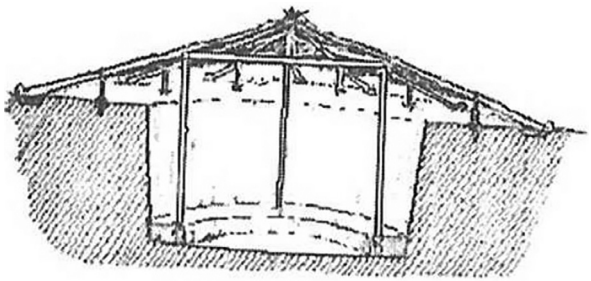
locais funcionavam como habitação e eram preenchidos com atividades diárias, como fogueiras, preparação de alimentos e alimentação.

Não é possível entrar em uma edificação subterrânea com o corpo erguido, sendo necessário curvar-se. O relato de um soldado sobre a maneira como penetrou em um dos alojamentos sugere esse tipo de gesto e, portanto, a persistência no tempo desse padrão de alojamento, que forneceu um visual peculiar à paisagem, provocou a atenção dos soldados e do próprio artista Joaquim José de Miranda.

O soldado disse ter entrado em um desses alojamentos "quase de gatinhas pela pequenez da porta", e, inferindo pela estampa na Figura 5, como altura da porta e teto coincidem, o piso interior deveria possuir uma declinação para permitir o posicionamento em pé. Os tetos desses alojamentos eram "redondos a maneira de fornos", como observaram os jesuítas no século XVII, assim como arqueólogos concluíram serem "tetos abobadados", e a estampa é sugestiva desse design.[105]

As ações para aquecimento e alimentação dentro dessas estruturas semissubterrâneas também foram observadas pelo soldado, pois já dentro do alojamento, "logo dois deles [indígenas] o levaram direito ao fogo, que restava no fim do rancho [...]".[106] Um desenho contemporâneo baseado em um dos últimos remanescentes desse padrão de alojamento subterrâneo ainda utilizado no século XIX fornece uma visualização do seu design e amplia o entendimento do alojamento exposto na Figura 5 ao mostrar o piso inferior.

Figura 6 – "Concepção Artística de uma casa subterrânea (adaptado de Fernando La Salvia)"



Fonte: Sandoval dos Santos Amparo, 2010, p.9, 55.

105 Souza; Merencio, 2013, p.113.

106 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.314.

Ao descrever os alojamentos dos indígenas, os soldados, por serem em boa parte gente mateira, moradores das vilas da capitania de São Paulo e experientes dos sertões do sul, podendo ser chamados soldados-sertanistas, fizeram analogias com as suas próprias formas de construir, explicando nos diários que os alojamentos eram feitos em "linha reta" e "já a moda dos nossos",[107] sugerindo as modificações impostas pelo contato ao longo do tempo.

Para um outro observador da época, esses alojamentos "tinham de cumprido vinte e cinco passos e de oito de largo".[108] Entretanto, a arquitetura dos alojamentos jê que compunham a paisagem da região era dividida em edificações de dois formatos: a subterrânea circular escavada no solo, para ocupação regular e, portanto, moradia, e a de ocupação efêmera,[109] utilizada e destruída de acordo com o percurso cíclico pelo terreno para a realização das atividades de caça, pesca ou das festas rituais. Nos diários dos soldados-sertanistas eram frequentemente lançados esses alojamentos queimados, cujo significado não corresponde à fuga ou abandono do lugar, mas justamente o contrário, os indígenas ocupavam aquele lugar e apenas haviam terminado as obrigações de parte do seu ciclo de reprodução social, devendo prosseguir para no momento correspondente retornar. Os grupos indígenas vivem o território em um movimento dialético de erguer-derrubar, chegar-sair, ficar-andar, qualificado pelo ocidental não indígena como inconstância.

A edificação em linha reta observada pelo soldado e comparada ao padrão mameluco da construção pode ter sido essa de ocupação efêmera e construída sobre o solo, em vez de semissubterrânea para a moradia regular.

No espaço exterior do domínio "casa" havia algumas fronteiras, como a "fonte d'água", a "casa de fogo", a roça e o terreno da casa, e em cada fronteira os kaingang se relacionavam "entre si e com qualquer pessoa a partir da perspectiva do sistema de dádivas",[110] algo que os mapeadores adotaram para negociar a sua entrada nos campos que chamariam Guarapuava. A estampa na Figura 7 figurou essa oferta de presentes dos jê justamente nas portas dos alojamentos.

---

107 Ibidem, p.95.
108 Ibidem, p.65.
109 Amparo, 2010, p.55.
110 Rosa, 2005b, p.105.

Figura 7 – "Cena 25: dando os Indios ao Tenente Coronel das suas armas, hum bordão, hum arco, e flexas, e o mesmo aos mais Camaradas, e despedindo-ce"

Fonte: Belluzzo, 2003, p.77.

Nos relatos dos soldados-sertanistas as fronteiras do domínio "casa", como as roças, aparecem regularmente, certamente porque eles próprios eram cultivadores de roças, pois eram soldados residentes em vilas agrícolas como Iguape, Cananeia, Paranaguá e recrutados ou alistados voluntariamente para as expedições de mapeamento. Além do mais, uma das instruções dadas aos soldados era a de cultivar roças no trajeto do mapeamento, garantindo assim o próprio sustento no retorno.

Os soldados já saíram a campo com o olho instruído para esse tipo de componente da paisagem e, portanto, estavam predispostos a visualizá-lo e descrevê-lo. Antes mesmo de alcançarem um alojamento "toparam um pequeno rancho com algum milho em jacazes [...] e neste lugar estava plantada uma grande roça [...] de meio alqueire de milho de planta". Esse rancho especularam ser um "suposto paiol". Ainda continuando no entorno desse rancho e "descendo a um extenso mato, onde acharam outra roça maior já

com espiga",[111] viram ainda nos campos "grandes roças de gentio, de muito feijão, abobras, e todo o gênero".[112]

Desde antes do contato os povos proto-jê já praticavam uma agricultura diversificada em gêneros.[113] Ao plantarem milho, abóbora, mandioca, feijão e cará, os jê meridionais desenvolveram formas sedentárias de vida, impulsionado a emergência de complexidades sociais nos grupos, a construção de aldeamentos de casas estáveis e duradouras juntamente com as casas efêmeras e estruturas funerárias com "montículos com aterro anelar" cercando os espaços onde ocorria o ritual de passagem para a morte.

Esses elementos, juntos, compuseram uma paisagem estável, organizada, complexa, antrópica, que visa atender a todos os aspectos da vida cotidiana, como o morar, trabalhar, armazenar, comer, morrer, festejar. A arquitetura da vida, através dos alojamentos estáveis e efêmeros, e a da morte, através dos montículos anelares, tinha tal força de presença no espaço que não escapou à paisagem construída pelos observadores de época.[114]

No nível "terra" o "espaço limpo", englobado pelo domínio "casa", era o local onde ficavam as roças de alimentos interligadas por caminhos, pois eram "muitas as estradas que naquele lugar havia e muito frequentes para as grandes roças que ali se acharam".[115] A agricultura de alimentos impõe fases de plantio, colheita, armazenamento e preparo para consumo e, nessa dinâmica, termina por moldar a natureza da presença humana e a própria paisagem de um território mais pelo sentido de tempo do que de lugar. Involuntariamente, talvez orientado pelas notícias e roteiros dos antigos sertanistas, o governador organizou as expedições de mapeamento seguindo esse sentido de tempo étnico do território.

Como contava com a possibilidade de contato com os indígenas independentes da região, em suas instruções d. Luis de Sousa calculou o momento de colocar canoas no Rio Iguaçu de acordo com o tempo da colheita do pinhão. Em carta ao conde de Oeiras, disse que não esperaria as ordens reais para fazer seguir essa frota: "sempre faço partir a frota das canoas que intento

111 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.94.

112 Cópia das cartas que em 19 de novembro de 1770 recebeo Affonço Botelho na cidade de São Paulo vindas da expedição do Rio do Registro, in Notícias da conquista..., p.167.

113 Corteletti et al., 2016a.

114 Souza; Merencio, 2013, p.103; Corteletti et al., 2016b, p.199.

115 Cópia das cartas que em 19 de novembro de 1770..., in Notícias da conquista..., p.167.

preparar por não dever arriscar na demora e passar o tempo do fructo do Pinhão que vem em junho, e ficar deferida a munção para outro anno com risco de tudo se perder".[116]

O tempo natural, das chuvas que interferiam no volume dos rios e da colheita do pinhão, impactava as próprias decisões e ações das autoridades metropolitanas, evidenciando a dependência do Estado em relação às dinâmicas ambientais e indígenas. De maneira geral a historiografia inquire do lado oposto, ou seja, do impacto das políticas oficiais sobre os indígenas, e diagnostica o seu processo de criar outras possibilidades de sobrevivência.[117] Mas uma postura metodológica de contrainquérito poderia assumir o prisma étnico e indagar sobre o potencial do seu modo de vida e das suas ações dirigirem as tomadas de decisões das autoridades coloniais.

Tal era a força organizadora e da presença humana na paisagem jê provocada por essa semente, o pinhão, a ponto de dirigir as observações dos soldados-sertanistas e, consequentemente, do próprio artista Joaquim José. A expansão da fronteira interna dos continentes colocou o colonizador diante de novos espaços e novos recursos naturais a serem dados a ver, conhecer, entender, divulgar nos seus potenciais diversos e que determinaram as decisões e ações de autoridades, os movimentos de soldados exploradores e os desenhos de mapas e iconografias.

A expansão das árvores de araucária das quais provinham os pinhões e um dos principais componentes da paisagem e dieta jê foi um fenômeno antropogênico,[118] pois havia uma alta demanda desses povos pelo pinhão, não apenas como alimento cotidiano, mas também nas festividades e nos rituais de culto aos mortos chamado kiki ou kikikoi.[119] Não foram as condições naturais, mas os próprios indígenas os impulsionadores da expansão das sementes e da floresta de araucária, e, se foram arquitetos de edificações da vida e da morte, também o foram de uma paisagem étnica.

Um padre beneditino integrante das duas primeiras expedições observou esse caráter antrópico das florestas de pinheiros ou araucárias, ao relatar "pinheiros a modo de plantados", assim os definindo porque ao longo de sua

116 Ofício de D. Luis de Souza..., 1896, p.271.
117 Carvalho, 2012b.
118 Corteletti, 2016b, p.198; Corteletti; DeBlasis, 2018.
119 Corteletti, 2016b, p.200.

marcha não encontrou "outros pinheiros [...] e estarem também em igual distância um dos outros".[120]

Essa disponibilidade do solo da região para a expansão da araucária assegurou ainda a territorialização desses grupos em nodos territoriais, e essas árvores e suas sementes lhes garantiam alimentação do corpo, da alma, por ser consumida nos rituais, e soberania, por lhes darem identidade de grupo e, portanto, existência política e cultural em face de outros grupos indígenas ou não. No período pré-contato os tupi-guaranis tentaram complementar a sua economia de consumo com a exploração da floresta de araucária subtropical,[121] mas a tendência foi estas serem controladas pelos povos proto-jê até os jê meridionais do século XVIII.

Não que os tupi-guaranis tivessem sido podados em seus movimentos expansionistas e que as escavações arqueológicas tivessem chegado a encontrar cerâmicas tupis em sítios jê. Mas houve uma tendência de esses povos preferirem as baixas altitudes tropicais, ao contrário dos povos jê. A floresta de araucária, assim, funcionava como uma fronteira social, embora permeável, e os dois grupos podem ter vivido lado a lado.[122] O escrivão Manuel Angelo Figueira de Aguar, autor de um mapa encomendado pelo sertanista Angelo Pedroso, não citou etnônimo indígena algum em seu mapa feito em 1755, mas forneceu uma amostra visual desse papel divisor da floresta de araucária justamente nas áreas ocupadas pelos jê, como os "Campos de Guarapuava" ou os "Campos de Ubutuzuna", que poderá ser visto no próximo capítulo.

A *Araucaria angustifolia* é formada por nove variedades classificadas pela diversidade de suas folhas e ramos, coloração dos pinhões e época de seu amadurecimento. A taxonomia de quatro delas é dada pela maturação das sementes: *indehiscens* (setembro a janeiro), *sancti joseph* (fevereiro a março), *angustifolia* (abril a maio) e *caiova* (junho a julho).[123] Diante do tempo escolhido para a saída da expedição – junho – e da técnica jê de refrigeração das sementes do pinhão em cestarias forradas com cera e mantidas mergulhadas nos rios, conclui-se que a região não possuía todos os tipos de araucária.

---

120 Inquirições de testemunhas...
121 Corteletti, 2016b, p.202-203.
122 Ibidem.
123 Corteletti; DeBlasis, 2018, p.141.

A técnica jê de conservação de sementes e grãos nos rios assinala a sua importância para a disposição humana no território. Os rios garantiam a satisfação dos mínimos vitais desses povos por todo o ano e a água era fronteira, vida e marcador de organização social no espaço. Os jê criaram um tipo de "pinhão d'água" ou ôkór, uma espécie de "pinhões atados em um cesto preso a um cipó e atirado em um poço de rio".[124] Nos relatos dos soldados-sertanistas há descrição dessa técnica de preparar os cestos para conservação de alimentos. Observaram "balaios e cestos bem tapados e bem-feitos, rebocados por fora e por dentro com cêra, que se supõem serem para trazerem água das fontes".[125]

Nas "fontes circunvizinhas", portanto, no domínio "espaço limpo", os soldados-sertanistas encontraram de "molho" nos "lagos pinhão e outros víveres de que costumam sustentar-se", bem como em outros lugares "vários lagos de pinhão", concebendo-os como uma "providência de que usam para o anual sustento",[126] atestando, assim, o método de conservação por resfriamento na água.

Na descrição de uma das estampas de Joaquim José de Miranda utilizada para narrar visualmente a "primeira saída que o coronel Affonso Botelho de S. Paio e Sousa fez aos campos do Carrapato com a gente das expedições" na ocasião do encontro com os indígenas, um deles foi representado "com cinco filhos tirando pinhão do lago".[127] Texto e desenho exibiam a técnica de refrigeração jê, como se vê na Figura 8.

Nos diários dos soldados foram descritos tanto pinheiros altos (maduros) como jovens (baixos), representados também nas estampas de Joaquim José de Miranda, como a da Figura 9.

Ambas as narrativas, a escrita dos soldados e a visual do artista, expressaram a ligação entre a floresta de araucária e os jê, coincidindo com os dados etnográficos posteriormente levantados e analisados por antropólogos do ponto de vista do ritual e da funcionalidade indígena. A floresta funcionava como fronteira natural entre povos e nas estampas aparece como linha divisória ou, como na da Figura 9, com um indígena espreitando de longe a cena do encontro. Como visto, os jê eram divididos em duas metades exogâmicas,

124 Veiga, 2006, p.28.
125 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.65.
126 Ibidem, p.47 e p.54.
127 Ibidem, p.49.

Figura 8 – "Cena 6: hum Indio com 5 filhos tirando pinhão do Lago, chega a vêlo o Tenente Cascaes com os 5 cavaleiros, que hião descobrir o campo"

Fonte: Belluzzo, 2003, p.58.

e os dois grupos podiam viver no mesmo espaço sob chefias diferentes e a floresta de araucárias poderia ser um demarcador.

Os limites entre diferentes parcialidades sob chefias distintas eram estabelecidos por marcas feitas nos troncos dos pinheiros e delimitavam o espaço de cada uma para coleta do pinhão, caça, pesca. Apenas o cacique de um grupo poderia autorizar o outro a ultrapassar os limites fixados e a transgressão dessa regra desencadeava vingança e guerra.[128]

Já na época da atuação dos jesuítas, chamava-lhes a atenção a floresta de araucária com as sementes de pinhão e reconheciam ser ela o principal sustento dos indígenas.[129] Segundo um deles, "[...] su sustento es de pinõnes y caça de venados, puercos y antas". Em uma Relação de um outro missionário os indígenas não foram encontrados nos alojamentos porque estavam "comendo piñones".

128 Lappe; Laroque, 2015, p.149.

129 Reducion de la Concepción..., p.298; La reducción de los Angeles in Cortesão, 1951, p.343.

Figura 9 – "Cena 12: vai sahindo a mulher do mato, e o marido com os filhos vestidos, apontando para onde vão os Cavaleiros"

Fonte: Belluzzo, 2003, p.64.

A floresta de araucária e as sementes de pinhão da paisagem e territorialidade jê foram incorporadas pelos soldados-sertanistas como ferramentas úteis nos trabalhos de mapeamento. Tal como faziam os indígenas dessa família linguística, os soldados também usaram os troncos das árvores para comunicar sua mobilidade e presença. Ao chegar a certo ponto da mata, um deles relatou ter deixado uma cruz lavrada em um pinheiro e, "na maior queda que faz o rio em ua grande pedra, que vira para o nordeste, lavrada outra com um picão, e por baixo as letras V. R. P. e o mesmo em outra pedra onde funda o rio navegável". Também em um "grande pinheiro" marcou "Viva el Rei de Portugal" e um tenente subiu em um "pinheiro alto" e deu tiros à boca da noite.[130]

130 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.8; Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.87; Carta escrita ao guarda-mor Lustosa, in Notícias da conquista..., p.182.

A historiografia enxergou nessa prática um ato de imposição do poder régio,[131] mas os jê já faziam uso da casca do pinheiro de araucária como veículo de comunicação de seus limites territoriais.[132] E, assim, não teria partido deles a imposição de seus instrumentos de comunicação aos soldados? Eles apenas incorporariam e adaptariam à sua agenda oficial de mapeamento algo já estabelecido entre os indígenas. Se os objetivos dos soldados eram comunicar e estabelecer alianças com os grupos indígenas, por que usariam veículos não usuais à sua audiência? Tal ação, se ocorresse, poderia representar o fracasso imediato do próprio negócio.

Mesmo o ato de nomear os componentes da topografia e do ecossistema local ao qual os mapeadores se viam envolvidos não era uma mera imposição, tal como concluíram algumas pesquisas,[133] mas um vergar à força da paisagem jê, pois rios eram nomeados de acordo com as referências da floresta de araucária. Um deles, cujas margens serviam como fronteira étnica e onde havia alojamento indígena, foi chamado Rio dos Pinhões: "no dia 14 nos ajuntamos no vau que se achou no dito rio pondo-lhe o nome de Porto do Pinhão do Rio Jordão".[134] E quando pousaram em certo local viram um "ribeirãozinho", o qual chamaram "do pinheiro seco"[135].

O tempo do armazenamento do pinhão, cujo significado não era entendido pelos soldados-sertanistas e pelo artista, era presença imperativa no entorno de rios e alojamentos indígenas. No nível "terra" essa imagem correspondia ao domínio "espaço limpo", englobado pelo domínio "casa", onde existiam ainda paióis, ranchos e cestaria. No início das expedições, no mês de agosto, portanto, passada a fase da colheita do milho, os soldados-sertanistas viram "um paiol de gentio onde guardavam seus mantimentos das roças [...] e dentro do paiol muito milho, feijão em cestos, abóboras".[136] Em outra ocasião entraram em outro paiol e viram "tudo [...] empilhado em cestos muito grandes".[137]

---

131 Kok, 2004.

132 Lappe; Laroque, 2015, p.149.

133 Kantor, 2009, p.39-61.

134 Affonso Botelho de Sampaio e Sousa. Deu-se início as expedições do Tabagy no ano de 1768..., in Notícias da conquista..., p.200.

135 Diário e Marcha da companhia de que hé capitão Estevão Ribeiro Bayão..., in Notícias da conquista..., p.236.

136 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.18.

137 Cópia das cartas que em 19 de novembro de 1770 recebeo Affonço Botelho..., in Notícias da conquista..., p.167.

Completando o tripé espacial do nível terra, havia o domínio "floresta virgem", onde estavam os cemitérios. Sua disposição estava relacionada ao percurso do sol, na direção leste-oeste e norte-oeste, as mesmas seguidas pelos soldados sertanistas. As cerimônias de cremação dos mortos das parcialidades jê fizeram da paisagem dos sertões do Sul do Brasil algo muito particular, impregnada de fumaças e cinzas, e, como a "casa", local de alojamento e preparo dos alimentos, englobava sociologicamente a "floresta virgem", as fumaças e cinzas da vida vieram se somar às da morte e tanto desnortear como orientar o mapeamento e a criação de uma ficção de sertão e indígenas conquistados.

## Fogos, fumaças e cinzas nos contornos de uma paisagem

Uma paisagem de fogos, fumaças e cinzas. Assim eram os sertões jê do Tibagi e Guarapuava. Fogos, fumaças e cinzas da vida e da morte davam identidade a esses povos organizados sob diferentes chefias na mata, dirigiram a marcha e as direções seguidas por soldados, guiaram a mão de mapeadores no tracejado das resmas de papel listadas nos pedidos de suprimentos para as expedições e deram forma cartográfica à região. Fogos, fumaças e cinzas provinham da prática de cozimento dos alimentos e dos rituais funerários. Embora não compreendessem as suas funções e significados, os soldados-sertanistas não deixaram de visualizar, especular e desenhar muitos dos componentes da paisagem jê baseados nessas fumaças e cinzas.

Os sertões do Brasil meridional eram formados por uma paisagem ritualística, sagrada e trabalhada arquitetonicamente pelos jê por meio da construção de monumentos funerários salientes sobre topos de montanhas. Os altos morros que chamavam a atenção dos soldados-sertanistas não eram apenas um componente topográfico de destaque na paisagem ou uma potencial baliza natural de acordo com as novas diretrizes geopolíticas europeias, mas base para uma arquitetura funerária política, por marcar a identidade e soberania de um povo no território e local para realização de performances rituais funerárias ou de iniciação[138] com uso do fogo e provocadoras de fumaças e cinzas. Ao se aproximar daqueles que seriam

138 Corteletti; DeBlasis, 2018, p.154.

chamados Campos de Guarapuava, os soldados relataram ter visto "um clarão para a parte do norte, que mostrava ser de grande fogo, e no dia seguinte caíam cinzas".[139]

Pesquisas arqueológicas recentes descobriram que os povos jê construíram desde o pré-contato uma paisagem sagrada nas terras do Sul do Brasil, altamente estruturada no entorno de centros funerários constituídos por "complexos de recintos e montículos" com "aterro anelar". Este era um "muro de terra cercando espaços funerários ou cerimoniais" situados no alto de montanhas ou cumes, podendo à distância transmitir a imagem de um monte sobre outro. Eram também chamados danceiros, um tipo de abrigo rochoso que funcionava como cemitério.[140]

Pode-se concluir, portanto, pela existência de uma cadeia de monumentos funerários desenhando a paisagem dos sertões meridionais, e monumentos têm uma função política e comunicativa no espaço. Essas montanhas ou cumes estavam localizadas em um plano da territorialidade jê chamado "floresta virgem", que cosmologicamente englobava a "casa" e o "espaço limpo". Sociologicamente, a "floresta virgem" era englobada pelo domínio "casa". As casas semissubterrâneas tinham ligação com os montículos funerários via caminhos,[141] e os soldados sertanistas trafegavam entre os alojamentos e, ao seguirem um desses caminhos, se viam diante de cinzas e fumaças.

Essa arquitetura de complexos de montes e recintos funerários era caracterizada por formas circulares, elípticas ou retangulares com aros medindo de 30 a 100 centímetros de altura, 1 a 6 metros de largura e 10 a 180 metros de diâmetro. Os montículos podiam ser tipos de plataformas tanto circulares como retangulares. Em algumas regiões esses complexos estavam agrupados formando uma "paisagem cerimonial densa", e eram preferencialmente instalados no topo de montanhas proeminentes.[142]

Escavações realizadas por arqueólogos nos anos 1970 no nordeste do atual estado do Paraná revelaram vestígios desses montículos funerários, como mostra a Figura 10.

---

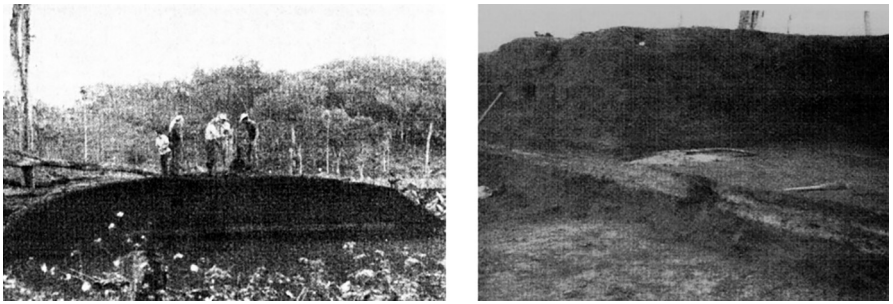
139 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.18.

140 Iriarte et al., 2016; Corteletti, 2016b; Souza; Merencio, 2013, p.103; Parellada, 2008, p.220.

141 Souza; Merencio, 2013b, p.109.

142 Souza et al., 2016, p.198.

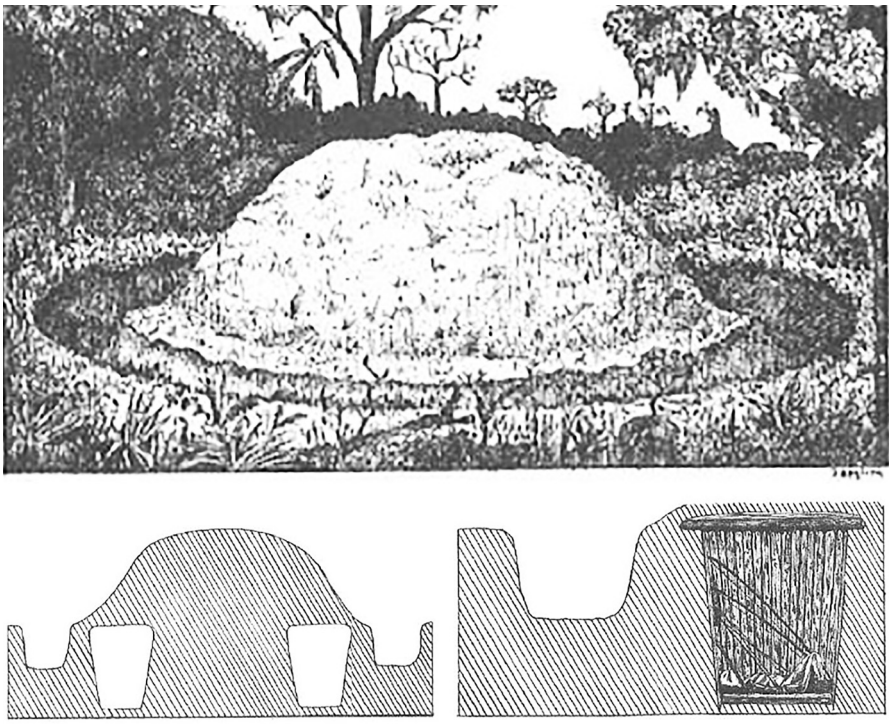
Figura 10 – Arqueólogos sobre a parede de um montículo escavado e a parede interna de um montículo



Fonte: Chmyz, 1971, p.18.

E os desenhos feitos por Alfred Métraux, como os da Figura 11, permitem uma visualização do montículo fechado e mostram como as sepulturas eram alojadas internamente.

Figura 11 – Sepultura circular kaingang



Fonte: Amparo, 2010, p.56.

Esses complexos eram divididos em dois tamanhos: os de menor diâmetro, entre 10-40 metros, mais numerosos, "exibem aros baixos e estreitos e a maioria contém um monte central raso ou um par de montes" e os de diâmetro maior, entre 60-180 metros, em menor quantidade exibindo "aros mais altos, largos e facilmente visíveis de até 1 m de altura".[143]

Essa diferença de tamanho e arquitetura tinha relação com as funções desses complexos. Os pequenos tinham menor nível integrativo em termos sociológicos, eram construídos e visitados pelos habitantes das "casas", que neles "praticavam inumações secundárias e participavam em ritos funerários coletivos que reforçavam os laços comunitários".[144] Os monumentos maiores eram centros cerimoniais e desde o início de sua construção mobilizavam "o trabalho de diferentes comunidades dispersas" e eram usados para grandes cerimônias, não apenas as funerárias, mas também as festivas, rituais altamente integrativos das comunidades.[145]

Esses monumentos, por serem instalados em topos de colinas salientes na paisagem, ofereciam ampla visibilidade do entorno. Sobre esses topos os rezadores podiam visualizar facilmente cachoeiras e outras montanhas circundantes que se constituíam como fronteiras do domínio "floresta virgem". Essa boa visibilidade também era garantida para o que estivesse nas terras baixas ou em outros montes. O objetivo dessa arquitetura era comunicar as performances rituais que ocorriam no alto dos montes.[146]

A intervisibilidade dos monumentos e dos rituais funerários, mesmo de longe, tinha intencionalidade política entre os grupos étnicos, pois era a maneira como demonstravam soberania e poder perante outros grupos indígenas ou invasores estrangeiros.[147] A territorialização do Estado e de outros agentes coloniais nos confins do Brasil meridional podem ter potencializado a construção desses monumentos e a realização dos cerimoniais crematórios. Nada é casual nas paisagens, inclusive nas indígenas, e sua arquitetura e performances tinham intenções defensivas e afirmativas.

As fumaças dessas cerimônias tinham algum tipo de efeito sobre os ânimos dos soldados, conforme demonstram as advertências de um dos capelães

143 Ibidem, p.198.
144 Ibidem, p.199-200.
145 Ibidem, p.200.
146 Corteletti; DeBlasis, 2018, p.136, p.151 e p.154.
147 Souza et al., 2016, p.197.

da expedição: quando este ouviu de membros da expedição que "tinham desertado quatro soldados, e que adiante havia muitas fumaças de índios", ponderou que "nunca [dissessem] tais coisas publicamente".[148] Nesse conselho do capelão pode estar implícita a ideia de que os soldados tinham algum conhecimento do significado fúnebre das fumaças, a ponto de se intimidarem de avançar em um contexto inspirador de sentimentos sombrios como os da morte, e que alguns chegarem mesmo a desertar. Tais reações comprometiam os trabalhos de mapeamento, e, tal como a falta de comida, as intempéries do tempo, os flagelos da mata e os rios de profundidades e curvas enganosas foram recorrentemente associados pelos comandantes às deserções.

A performance das cerimônias ocorridas nesses complexos era basicamente a cremação de um ou de vários indivíduos em piras situadas fora dos montículos ou danceiros. Em seguida os ossos cremados eram dispostos na estrutura de monte. Cerâmicas e vasilhas eram usadas nessas cerimônias e faziam parte das ofertas de comida e bebida.[149]

As terras do Brasil meridional foram uma das poucas regiões da América do Sul onde "rituais mortuários associados com construções em montes e montanhas foram registrados em relatos europeus desde os séculos XVII--XIX e investigadas por etnógrafos durante o século XX".[150]

Essa arquitetura e esse ritual mortuário de cremação observados pela antropologia e arqueologia dialogam com dados encontrados nas fontes históricas manuscritas ou visuais. Essas manifestações concretas e cerimoniais nortearam a marcha de soldados, a definição e redefinição da logística das expedições e a trajetória do pincel e do lápis sobre o papel no processo de criar ficções de espaço geográfico e império soberano.

No século XVII padres da Companhia de Jesus observaram que tanto os gualachos como os guayanás cremavam os seus mortos nas montanhas e praticavam uma arquitetura funerária peculiar. Segundo eles:

> lloran em casa al muerto hasta que le pueden sufrir por el hedor, luego le sacan al campo pegado al Pueblo o em la chácara de los parientes y alli hacen um çarço

148 Diário e Marcha da companhia de que hé capitão Estevão Ribeiro Bayão..., in Notícias da conquista..., p.236.

149 Souza et al., 2016, p.200.

150 Ibidem.

> [zarzo] alto del suelo um estado y em lo ponien cuberto de paja por em cima, com el sol y frio se enjuga f. 14 r. estando ya seco hacen mucha chicha limpian aquel lugar y em el se sientan todos a beber, y otros queman el cuerpo em médio de aquella plaçuela recojen las çeniças y hacen un hoyo y entierranlas, hacen em sima uma casita mui pequena redonda em la qual cabra una pessoa sentada, levantasse todos y a grandes vocês dicen em su língua: sal, sal; vete. Repetindolo muchas veces a grandes gritos com lo qual dicen que sube al cielo. Casa año limpian aquel lugar sus deudos y sus Caciques hacen um monton de tierra sobre la sepultura.[151]

Nesse relato vê-se que o Pueblo, ou seja, o domínio "casa", era próximo ao local da cerimônia de cremação, no domínio "floresta virgem". O corpo era queimado no meio de uma praça (plaçuela), evocando a imagem anelar acima, e as cinzas eram enterradas na "casita redonda", certamente o danceiro ou abrigo rochoso construído pelos indígenas.

Em outro relato jesuítico o complexo de aterro anelar é evocado (o monte) e o danceiro, mas com o acréscimo da descrição da perfomance da cerimônia ritual de culto aos mortos, definido por antropólogos contemporâneos como kiki ou kikikoi, ocorrida no mesmo espaço das cerimônias de cremação e enterro.

> q pueden ellos embiar las animas de sus defuntos al çielo paralo qual luego que muere alguno no lo entierran, sino le haçen um lecho em alto y le cubren muy bien com paja, y alli lo dejan para q se sequen [...] y le Suelen llevar chicha. Todo el tempo q esta alli y le van a visitar a menudo y ver si se há secado, y em este mismo tempo todos los dias el tempo q el sol sale y se pone haçen los de su casa um llanto muy solemne, em el qual Suelen sacar y mostrar em publco las cosas que na quedado del difunto com q se aumenta mas el llanto, y qdo el cuerpo esta ya sexo buscan mucha miel y haçen mucho vino y combidan a todos los del Pueblo para embiar el alma del difunto al çielo y para esto se van al monte y haçen unas buenas cargas de leña y las traen corriendo com muchas trompetas y greteria a casa del caciq adonde estan todos juntos ybdios y ybdas.

151 Reducion de la Concepcion de Nuestra Señora de Guananos, 1951, p.297-298.

E ainda entoam palavras rituais que queriam dizer para a alma "sube del campo", levando as cargas de lenha e dando uma volta ao corpo e lhe atiçam o fogo, com mais dizeres rituais e "si el humo subo derecho diçen q va su alma al çielo, y si se esparse diçen q se queda alli, y assi les haçen luego uma caçilla muy pqueña y la cuebren y le Suelen llevar de comer".[152]

Essa festa era uma oportunidade para os espíritos dos mortos voltarem à aldeia dos vivos e ambos festejarem no mesmo espaço cosmológico. Kikikoi significa que "vão comer o kiki", bebida tradicional fermentada feita à base de mel e água, e a movimentação ocorria entre os meses de abril e junho, quando também havia abundância de alimentos, como pinhão, milho, mel e caça.[153]

Certamente foram esses complexos de montes e montículos com alta intervisibilidade onde ocorriam tais performances xamânicas que despertaram a atenção dos soldados-sertanistas. Um deles chegou inclusive a desenhá-lo, inconsciente, contudo, do seu significado e função. Do alto da Serra do Capivarussu disseram que, ao olhar para o poente "em distância de 4 léguas, avistaram outra quadrilheira de serra mais baixa, que esta; e segundo as notícias antigas e por algumas fumaças que viram detrás dela os Campos de Guarapuava; e do mesmo lugar para o lado esquerdo avistaram um morro que julgam estar em quadrilheira de serra, que avistaram em distância grande de 20 até 30 léguas, que representa a figura riscada à margem representando um monte mais pequeno sobre outro maior".[154]

Embaixo do desenho foi escrita a frase: "Apucarana quer dizer húa coisa junto pegada ou sobreposta a outra e os antigos derão este nome à serra por parecer que húa está em cima da outra". O conhecimento dos antigos sertanistas da existência desses complexos e o ato de nomeá-los fornece subsídios para a hipótese de que os nódulos de sertão no nordeste do Paraná podem ter sido um contracaminho do Peabiru, onde os jê buscaram se defender das invasões sertanistas. Por essa atitude, esses grupos transferiram seus domínios e entre eles o "domínio terra" para os montes e montanhas da região,

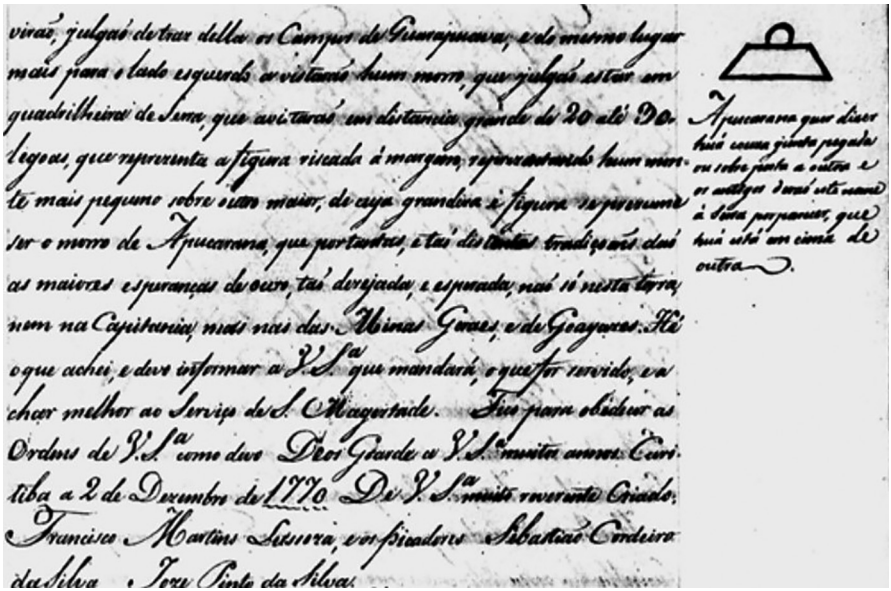
---

152 La rreducion de la concepcion de los gualachos, 1951, p.346-347.

153 Veiga, 2006, p.162-3.

154 Carta do guarda mor Lustosa e seus companheiros, 10 de janeiro de 1771, in Notícias da conquista..., p.178-179.

Figura 12 – Carta do guarda-mor Lustosa e seus companheiros, 10 de janeiro de 1771



Fonte: Notícias da conquista..., p.178-179.

como os morros Apucarana, Agudo, Capivarussu e Pedra Branca, representados nos desenhos e mapas de soldados sertanistas e engenheiros militares, mas também dos próprios sertanistas.

Se a fumaça dos mortos ocupava a paisagem jê do nordeste do Rio Paraná, uma outra fumaça, a da vida, também fazia o mesmo, pois o fogo era algo sempre aceso na casa kaingang e, em retrospecto, na casa laklaño-xokleng.[155] Essas fumaças da vida, tal como as da morte, também forneciam intervisibilidade entre os grupos étnicos e nortearam as direções dos soldados-sertanistas. Essas fumaças derivadas de fogos e fogueiras aqueciam, cozinhavam alimentos e dirigiam a marcha humana na mata e os traçados a nanquim e lápis da soberania geográfica imperial no território.

Em um dos alojamentos jê, os soldados-sertanistas observaram e concluíram que o fogo sempre aceso servia para aquecer os corpos: "acomodariam-se nestes [...] ranchos de quatrocentas pessoas para cima, não só julgando pelos que se viram fugir como pelas camas que dua, e outra parte de dentro

155 Corteletti; DeBlasis, 2018, p.152.

dos ranchos se viram de coiros e folhas e pelo meio dua e outra fileira fazem fogos com que recuperam o calor, que lhes tira a total nudez".[156]

A preparação desses alimentos fez da paisagem dos sertões jê uma espécie de "fogões" a céu aberto, porque inclusive eram encontrados nos caminhos, preenchendo-a com fumaças e odores orientadores de direções de soldados e traçados cartográficos. De modo geral, ao entrarem nos alojamentos os soldados sempre encontraram fogos e alimentos e os relataram: "entraram nos ranchos em que acharam milho, farinha e carnes, e algúa ao fogo, em panelas, por ser meio-dia".[157]

O pinhão era assado no próprio terreiro e assim foi oferecido aos soldados na ocasião do encontro: "e trazendo bastante pinhão, o lançaram no meio do terreiro, fazendo-lhe fogo em cima, e entrando logo a pegar-lhe, ensinavam como se deviam comer".[158] Assim que um dos soldados-sertanistas entrou em um outro alojamento, "o levaram direito ao fogo, que estava no fim do rancho, e sentando-se eles lhe ofereceram assento [...] e da mesma sorte lhe ofereceram do pinhão, que se estava assando no fogo".[159]

A importância da comida cozida na tradição jê contrasta com um tempo no qual comiam o alimento cru porque não possuíam o fogo, pois segundo suas mitologias este pertencia ao jaguar. Nos vários mitos indígenas oferecer a comida crua era um sinal de ofensa, e a mulher indígena, responsável pelo preparo do alimento, quando assim o servia era inclusive sujeita a punição.[160]

As fumaças ou "fumos" influenciaram prescrições e decisões tomadas no processo de mapeamento da região. Como escreveu o governador ao conde de Oeiras: "os motivos que ocorrem para abreviar a minha resolução consistem em que de huns tempos a esta parte se avistão com muita frequência grande número de fumos da parte dalem do Rio Yapó e Rio Negro".[161]

Na paisagem do território jê as fronteiras naturais eram como portas abertas que possibilitavam a passagem – sempre ritual – de um domínio e nível a outro e a relação entre seres vivos, mortos e animais. Para as agendas

156 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.96.
157 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.34.
158 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.53.
159 Ibidem, p.55.
160 Cf. vários mitos indígenas nesse sentido em Lévi-Strauss, 2010.
161 Carta do governador D. Luis ao Conde de Oeyras (1769). *DIs*, v.19, p.272.

políticas dos Estados monárquicos as fronteiras naturais significavam separação e desse modo foram projetadas nos mapas.

No domínio "floresta virgem", as fronteiras eram os "pinheiros", o "taquaral", a "fonte d'água" e o "lajeado".[162] Como visto anteriormente, os pinheiros foram apropriados pelos soldados sertanistas como ferramenta de comunicação na mata, tal como o faziam os índios. Mas taquarais e lajeados, uma superfície lisa em pedra, também sofreram esse mesmo processo de apropriação e modificação de seu uso.

O lajeado da fronteira geográfica dos jê nas mãos de soldados transformou-se em lugar de pouso e um chegou até a receber o nome de "Pouso do Lajeado".[163] Sobre essas pedras dormiam o sono ligeiro dos vivos ao lado dos cemitérios jê onde eram depositadas as cinzas dos que viviam na condição de espíritos a mesma vida dos vivos. Mas poderiam não ter a percepção clara desse ambiente ou apenas noções fugidias. Um dos diários narra que em um desses lajeados encontraram muito mel,[164] alimento que, como visto, tinha valor ritualístico, porque utilizado no preparo da bebida fermentada da cerimônia de culto aos mortos kiki.

Ao percorrer as fronteiras dos domínios da paisagem jê, os soldados-sertanistas poderiam ter algum nível de percepção dos significados cósmicos desses lugares, afinal, a maior parte deles era de mamelucos, mestiçados com gente da terra, e trazia na sua memória as histórias de antigos sertanistas que haviam percorrido a região. Assim sugere a atribuição do nome de Almas a um rio próximo à Serra do Capivarussu e já dentro dos campos que seriam chamados Guarapuava. Com esse nome não estariam evocando a fronteira de um dos domínios do nível "embaixo da terra" jê?[165]

A atribuição do nome a esse rio partiu justamente de um dos guardas mores e comandantes de uma das expedições, acompanhado por "camaradas mateiros e caçadores, toda gente de Curitiba e S. José".[166] Como dito

---

162 Rosa, 2005a, p.59.

163 Relação de Antonio da Silveira Peixoto, in Notícias da conquista..., p.155; Ano de 1771 continuam as diligências do Real Serviço em que anda empregado o Tenente coronel Afonso Botelho de S. Payo, in Notícias da conquista..., p.298.

164 Cópia do Diário do Capitão Bayão, in Notícias da conquista..., p.257.

165 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.27. Curt Nimuendajú aponta como um dos domínios do nível "embaixo da terra" o "nugme" (lugar dos mortos). Cf. Rosa, 2005a, p.160.

166 Notícias da conquista..., in Notícias da conquista..., p.27.

anteriormente, para os jê a paisagem dos níveis "terra" e "embaixo da terra" (nugme) eram semelhantes, ocorrendo apenas alguns acréscimos no segundo, pois, além da água como fronteira, havia também o buraco, a estrada escura, o espaço iluminado, a encruzilhada, a aldeia dos mortos e a roça.[167]

Mas a principal fronteira e o ponto de conexão dos três níveis do território xamânico jê, que a agenda imperial mapeava para entender e projetar sua ficção de império soberano, era a fluvial no seu curso leste-oeste, como indicado desde o projeto de mapeamento proposto pelo geógrafo Francesco Tosi. Todas as orientações dadas aos soldados sertanistas eram para seguir nessa direção, a mesma condutora para o "nível mundo do alto" de onde provinham, segundo a mitologia jê, as "águas da morte".[168]

Atingir essa fronteira da paisagem jê e alcançar as "águas da morte", entendendo a sua navegabilidade e mapeando-as, não seria uma forma de controlar e domesticar um território e paisagem xamânicos condutores de muitos deles para o nível "mundo do alto" ou mesmo controlar Kame e Kanhru, os formadores de uma etnia?[169]

Sobre essa territorialidade jê havia outras duas camadas de território e paisagens: a mineral dos sertanistas e a missioneira de jesuítas e guaranis convertidos, de que a expulsão de 1759 não conseguiu extinguir a memória. A tarefa de governadores como d. Luis de Sousa não era fácil, pois tinha de se apropriar e reconfigurar em imagens cartográficas essas camadas, customizando um espaço já construído e produzindo imagens que persuadissem interna e externamente sobre a soberania portuguesa na região e, ao mesmo tempo, limpasse a reputação da Coroa portuguesa da acusação de usurpadora de terras hispânicas pintada pelo mapa de Guillaume Delisle de 1720. Um artefato que o mapa das Cortes de D'Anville e o Tratado de Madri definitivamente ainda não tinham conseguido.

167 Rosa, 2005a, p.160.
168 Ibidem, p.169.
169 Ibidem, p.170.

# 2
# Produção de províncias missioneiras e sertões minerais sobre paisagens indígenas

## Mapas amadores e transfigurações territoriais

No acervo do Morgado de Mateus sob a guarda da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e na correspondência do Conselho Ultramarino existem vários tipos de imagens cartográficas amadoras, feitas por não profissionais da cartografia – contratados ou não pela Coroa portuguesa – e utilizadas de diferentes maneiras pelas autoridades coloniais ou por seus próprios produtores não estatais com o objetivo de peticionar.

O mundo dos mapas amadores coloniais ainda possui desafios e aguarda a sua reorganização nos arquivos e bibliotecas por curadorias que identifiquem seus documentos escritos complementares, suas cópias, revisem as versões digitais para identificar reproduções em baixa resolução e substituí-las, localizá-las nos acervos digitais, pois somente um esforço como esse poderá promover o melhor entendimento da cultura visual colonial para além do protagonismo das elites profissionais, tecnicamente formadas e letradas. Ao lado do engenheiro militar e do novo tipo social dos "engenheiros-topógrafos-cartógrafos"[1] havia uma miríade de outros ilustrados pela experiência e fazendo da "geografia iluminista" algo mais diversificado em termos de categorias sociais.

Mapas amadores de regiões de soberania incógnita e produzidos em contexto de disputa geopolítica e territorialização dos Estados foram respostas de sujeitos não estatais às tensões decorrentes de processos como esses e

1 Bueno, 2011; 2011; Cortesão, 2006, v.I, p.320.

parte do esforço defensivo de memórias espaciais, de territorialidades, sentido de lugar, cultura geográfica e identidades de grupos ameaçados.

Esses mapas saídos de imaginações e mãos amadoras impactaram a agenda geopolítica e administrativa de governos coloniais, forçando-os tanto a tomar decisões simultaneamente à sua aparição e uso como a armazená-los para serem usados em outro momento e com finalidade específica ao contexto de uso. Tal como uma pessoa, os mapas amadores têm uma biografia no espaço colonial, uma história da sua circulação, desde o momento de sua produção e uso originário, para defender uma causa restrita até os usos posteriores e na escala do Estado.

Estados coloniais monárquicos no século XVIII foram apenas mais um entre os vários agentes sociais produtores desse tipo de ferramenta política, reativa e de produção de memória espacial usada para reclamar direitos, defender identidades institucionais ou individuais ou refutar difamações públicas como se fosse uma autopropaganda. Esse foi um período de transformação dos padrões de expressão dos direitos e soberanias sobre terras, cada vez mais atrelados a "mapas, relatórios geográficos e manuscritos de medição de terras".[2]

O apelo, demanda e recepção ao documento visual como veículo de comunicação, entretanto, sempre esteve presente nas sociedades ocidentais[3] ao longo da história. No século XVIII foi impulsionada uma espécie de "guerra de desenhos" entre as monarquias europeias de existência limítrofe nos interiores do ultramar, e os agentes coloniais, ao intensificarem a produção de imagens dessas terras, forçaram monarcas e seus funcionários a fazerem o mesmo.

Em alguns casos, como o português, o déficit de imagens das terras do interior do Brasil meridional era um grande desafio a ser enfrentado e os novos governadores, tal como o Morgado de Mateus, foram colocados nos seus cargos com a principal responsabilidade de produzir paisagens controladas e oficiais dos sertões adentro do Brasil com a função de neutralizar as tantas já existentes de autoria de jesuítas e sertanistas. D. Luis de Sousa trazia consigo, mas também criou no longo período de estadia no governo da capitania de São Paulo, um conceito de espaço ampliado do Centro-Sul que

2 Lennox, 2017, p.172-173.
3 Mitchell, 2002.

se estendia das Minas do Mato Grosso e Cuiabá até as margens do estuário platino. Este passou a competir com a espacialidade de amadores em cartografia, tais como jesuítas, sertanistas ou administradores locais, cujas imagens fragilizavam a autoridade do Estado.

Um mapa feito por um sertanista de São Paulo e reaproveitado por um jesuíta na confecção de um outro, com data aproximada de 1746, e um desenho de sertão feito por um escrivão da Câmara de São Paulo a pedido de um sertanista em 1755 evidenciam essa produção amadora de imagens do interior na conjuntura de elaboração e malogro do Tratado de Madri e que as monarquias ibéricas tiveram de enfrentar, incorporar e reconfigurar para consolidar sua ficção geográfica e soberania nas terras do Brasil meridional.

Mapas como esses comunicaram visualmente os sertões de ouro e diamantes dos sertanistas e os sertões missionados dos jesuítas. Ambos os agentes coloniais foram intermediários na relação com os indígenas e, portanto, seus desenhos estão impregnados de suas espacialidades. Uma das missões enfrentadas por d. Luis de Sousa foi erguer sobre essas imagens os seus "sertões conquistados" e fronteiras, e nesse processo o sentido de sertão como consciência de lugar[4] ganhou contornos oficiais de fronteira geopolítica.

## Cartografias colaborativas: mãos que oram, mineram e redesenham paisagens

Tanto missionários como sertanistas, colaborativa ou individualmente, foram produtores de espaço por meio de imagens, e estas, por razões diversas, ainda merecedoras de melhores explicações, foram parar nas coleções de mapas dos governadores ilustrados do século XVIII, amantes e produtores de espaço e imaginadores de geografias. As mapotecas dos governadores e de agentes sociais atuantes nos sertões, como os jesuítas, são um campo profícuo para o esclarecimento de circunstâncias históricas presentes nos processos de territorialização do século XVIII.

Um mapa de dupla autoria feito por um jesuíta e um sertanista chegou às mãos do governador d. Luis de Sousa, como ele mesmo informou em

4 Russell-Wood, 2017.

documento em 1773, por ser "achado em Missões na ocasião em que lá fora as [...] tropas".[5]

O contexto de acesso a esse mapa estava relacionado aos conflitos de portugueses e espanhóis com os missioneiros dos Sete Povos das Missões ocorridos em 1754, durante a realização dos trabalhos das comissões demarcatórias de ambas as Coroas ibéricas logo após a decretação do Tratado de Madri. Por esse tratado, ficou definido que as missões da margem oriental do Rio Uruguai seriam cedidas ao domínio português para que desenhistas, geógrafos, cartógrafos, soldados, indígenas e funcionários régios integrantes da comissão demarcatória do sul, comandada pelo governador Gomes Freire de Andrade,[6] iniciassem o trabalho de verificação dos limites entre as duas Coroas. Portanto, o mapa provinha do espólio de guerra de Gomes Freire e, anos depois, embora não tenha sido possível documentar como, chegou às mãos do futuro governador da capitania de São Paulo.

Os Sete Povos das Missões surgiram da segunda frente de expansão de missioneiros (jesuítas e guaranis) em direção às terras do Rio Grande em 1680 e seu marco inicial foi a fundação da missão São Francisco de Borja (1682). Conforme dados fornecidos por alguns pesquisadores, cinco anos após a fundação dessa missão foram transferidas três reduções da margem direita do Rio Uruguai para a margem oriental (São Nicolau, São Luís e São Miguel). Em 1690, a partir da divisão da redução de Santa Maria Maior, foi fundada São Lourenço e em 1697 estabelecida a redução de São João a partir da divisão de São Miguel. Em 1707 foi fundada Santo Angelo, totalizando sete povos da banda oriental. Os Sete Povos não eram uma única unidade administrativa, sendo seis povos vinculados ao Departamento de São Miguel e o povo de São Borja, ao do Yapeiu. Todas as reduções eram geridas por missionários jesuítas ao lado de caciques e estavam ligadas às estâncias criatórias de gado vacum.[7]

Como homens versados em vários campos do conhecimento científico, os jesuítas foram mais do que evangelizadores, organizadores de populações indígenas ou fomentadores da criação de gado e produção de alimentos

---

5 Ofício de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para Martinho de Mello e Castro, 3 de julho de 1773. *DIs*, 1901, v.35, p.65. O mapa pode ser visto na Figura 2, Capítulo 1.

6 Ribeiro, 2010.

7 Neumann, 2005; Garcia, 2007b, p.169-170.

nessas reduções e estâncias. Articulados entre si, mas também com outros agentes sociais coloniais não indígenas, os jesuítas produziram visualmente o espaço no qual estavam estabelecidos, ou seja, as terras apartadas do litoral e também aquelas correspondentes a essa segunda frente expansionista da Companhia, pois o autor do mapa em questão, um jesuíta chamado pelo próprio d. Luis nessa mesma comunicação apenas pelo nome de Thadeo, revelou, em uma carta escrita a um outro jesuíta, que quando fez o mesmo mapa encontrava-se na "Reduccion de Nuestra Señora de los Reys del Iapeiu", local onde também esteve com um prático de sertão.[8] Algumas evidências sugerem que Thadeo seja Tadeo Xavier Enis – grafado também como Thadeo Xavier Henis ou Tadeo Javier Enis –, nascido na Boêmia, transmigrado para a província do Paraguai em 1748 e cujo nome tem sido mais associado às guerras guaraníticas ocorridas em 1756 por ter escrito um diário.

Há notícia de ter se estabelecido na missão de San Luis Gonzaga, nos Sete Povos, e desenhava mapas, pois produziu um outro, motivo de polêmica com a comissão demarcatória portuguesa em virtude de divergência em relação à representação do Rio Ibicuy-Guaçu.[9] A redução do Yapeiu estava situada no extremo sul, na margem ocidental do Rio Uruguai.[10]

Vinte e sete anos depois da produção desse mapa, d. Luis de Sousa o utilizou de modo diferente de sua função original, ligada à memória espacial missioneira e de práticos de sertão, e o citou em carta ao secretário Martinho de Mello e Castro com o objetivo de conferir acuidade à localização do Iguatemi e do Paraguai. O uso desse desenho na interlocução entre autoridades coloniais mostra o reaproveitamento da produção espacial jesuítico-sertanista em uma outra produção do mesmo espaço, ou seja, o da agenda geopolítica de governo.

Segundo o governador, suas tropas haviam encontrado as ruínas de Ciudad Real, às margens do Rio Piquiri, fazendo uso desse mapa. Conforme afirmava, vizinho a essas ruínas havia ainda minas de ferro: as "Officinas da fabrica de ferro que vem marcada no Mapa de Pr. Thadeo".[11]

---

8 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, tomo II, p.115.

9 Manuscritos da Coleção De Angelis, 1969, p.158, 169, 172, 182, 189, 204-205; Pastels, 1948, tomo VII, p.700, 784, 818.

10 Garcia, 2007a, p.169.

11 Ofício de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para Martinho de Mello e Castro, 3 de julho de 1773, p.65.

Tanto Ciudad Real como as "Minas de hiero que laboravan los Hespanoles de Vila Rica" foram indicadas nesse mapa. Nesse local, situado a 20 léguas de distância de Vila Rica, foi instalado o Tambo das Minas de Ferro, posteriormente identificado por arqueólogos, como pode ser visto nos destaques da Figura 13.[12]

Os dados sobre esse mapa apresentados até o momento mostram um pouco de sua biografia, ou seja, foi originalmente confeccionado e usado por sujeitos e objetivos não estatais, posteriormente saqueado pelas tropas portuguesas e incorporado e usado como documento visual para subsidiar os argumentos de um governador e para a projeção dos "sertões novamente descobertos" pelas forças do Estado. Se antes da expulsão da Companhia de Jesus dos territórios coloniais ibéricos seus produtos visuais representavam uma ameaça para os interesses geopolíticos de Estado, na década de 1770 eram úteis e utilizados oficialmente.

A participação do sertanista na confecção desse mapa ocorreu como uma espécie de coautoria, pois, conforme relata o jesuíta em uma carta, esse trabalho foi subsidiado pelos conhecimentos geográficos deste expressos de forma tanto oral como visual: "la qual carta hiso em presencia de uno de dichos portugueses, llamado Dn. Simon Bueno natural de So. Pablo del Brasil, el qual á mas de subministrame las notícias, que he dicho *me hiso de su propia mano um Mapa* que contenia los puntos mas principales que yo deseaba saber, cujo original para em mi poder".[13]

Esse mapa, saído do próprio punho do sertanista, não foi localizado nos arquivos pesquisados. Mas existe uma cópia com data de 1951 assinada pelo desenhista cartógrafo Ary Duarte, publicada na obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* e referenciada como "Mapa da região das Minas pelo bandeirante Simão Bueno acrescentado por um Jesuíta do Paraguai (c. 1747)".

Na leitura dos aspectos plásticos dessa cópia, cotejando-a com o mapa anterior e considerando alterações que podem ter sido feitas pelo seu copiador, Ary Duarte, a hipótese é a de que esse mapa tenha sido um traçado livre de inscrições, tal como era a prática cartográfica dos sertanistas, e o jesuíta fez alguns acréscimos das frases explicativas. Estas, inclusive, estão em espanhol e em quantidade e extensão muito reduzidas em relação ao mapa

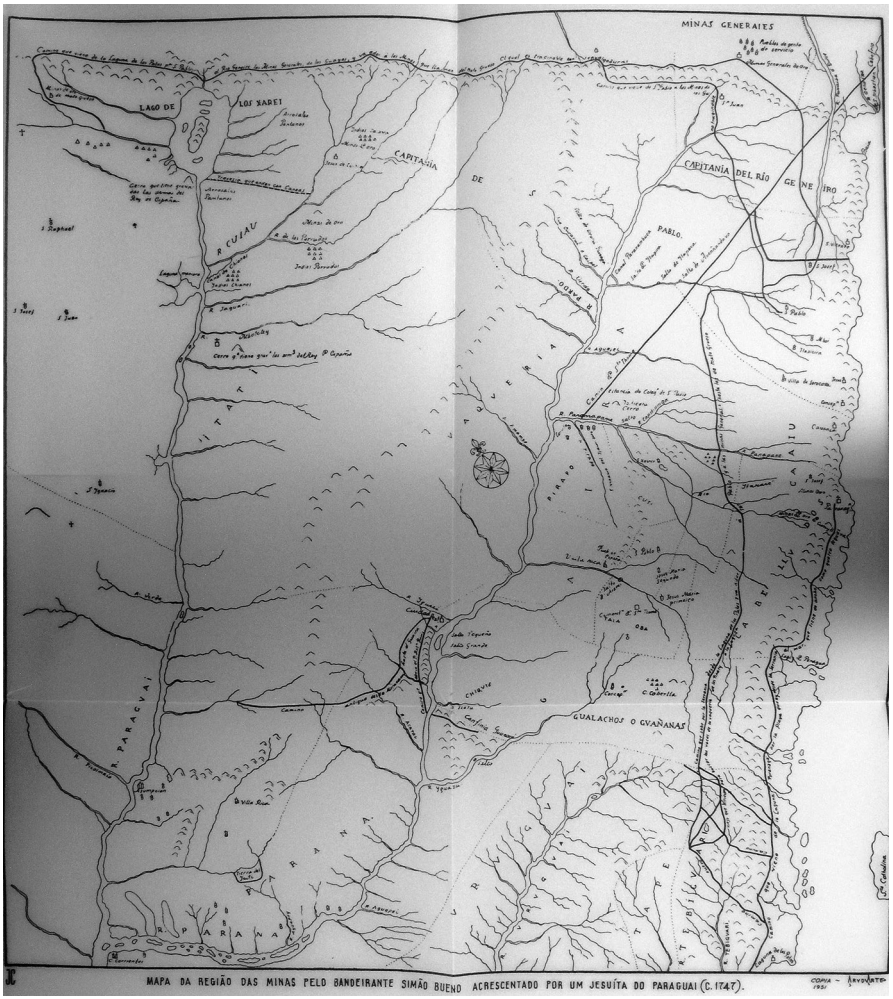
12 Blasi et al., 1989.

13 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.115.

Figura 13 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. Destaque para Ciudad Real, à esquerda, e para as oficinas da fábrica de ferro ou Tambo das Minas de Ferro para os arqueólogos, à direita

Fonte: BND, CMM, col., desenhado a nanquim, 61,7 x 83 cm.

Figura 14 – Cópia de Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e costa brasileira, feita por Ary Duarte




Fonte: Cortesão, 2006, Tomo II

anterior. Nesse caso, o jesuíta teria sido coautor do sertanista. Posteriormente esse mapa foi usado para subsidiar a elaboração do outro, que se reconfigurou como um carto-texto, ou seja, idênticos em alguns aspectos – projeção, traçado, assunto espacial – e acrescido de legendas descritivas, textos e frases explicativas. As informações geográficas e os traçados estampados nos dois mapas são provenientes do sertanista e as explicações e indicações das reduções indígenas vieram do jesuíta.

Em termos estéticos, a principal diferença entre um desenho e outro são os escritos, pois o mapa feito pelo jesuíta foi carregado em informações escritas sobre os traçados de rios e caminhos, juntamente com legendas descritivas lateral e inferior contendo textos com informes geográficos e históricos da Companhia de Jesus. Carto-texto pode ter sido uma característica comum observada em mapas saídos de mãos jesuítas. Esses dados preliminares levam a crer que Ary Duarte teve diante de si o original feito pela mão de Simão Bueno com breves escritos acrescentados pelo jesuíta. Posteriormente, esse jesuíta fez uso do mapa feito pelo próprio punho do sertanista para confeccionar uma imagem mais complexa, como a encontrada na mapoteca do governador d. Luis de Sousa. Doravante, para facilitar o acompanhamento da interpretação pelo leitor, será usada a expressão mapa do jesuíta para o carto--texto e mapa sertanista para o mapa copiado por Ary Duarte.

O desenho do sertanista foi subsidiado por metodologia de terreno, ou seja, experiência empírica de estar e percorrer as terras interiores da América do Sul. A reforma do ensino da engenharia militar nas academias portuguesas formalizou a relação entre geografia, cartografia e exploração de terreno com procedimentos técnicos e usos de instrumentos específicos, por lições prescritas em manuais da área, como mostraram alguns autores.[14] Nos espaços coloniais ibero-americanos, entretanto, jesuítas e sertanistas já exploravam amplamente terras apartadas do litoral e faziam geografia e mapas através da observação direta, com ou sem instrumentos. Essa experiência *in loco* de terreno não significa a exibição de topografias e direções mais reais nos mapas dos padres e dos sertanistas, pois cartografia, embora seja uma operação técnica, também é um exercício cognitivo criativo guiado por intenções deliberadas ou inconscientes. Assim, um desenho não tem nada de asséptico: expressa memórias, manifesta projetos políticos e constrói autoimagens.

A metodologia de terreno, contudo, em uma época na qual já circulava um sentido de direitos e posse pelo "pôr os pés" e, portanto, de praticar ações e ter uma história registrada no lugar, dava reputação aos seus praticantes. Como escreveu Hugo Grotius sobre a posse, "o começo consiste na aplicação de um corpo a corpo, aplicação que, com relação às coisas mobiliárias, ocorre sobretudo por meio dos pés".[15]

---

14 Bueno, 2011; Cortesão, 2006, v.I, parte 3.

15 Grotius, 2004, p.493.

Como sertanejos e práticos de sertão jesuítas e sertanistas eram indissociáveis da relação com nações e parcialidades indígenas e na interlocução com estes produziram sertões missioneiros, províncias evangelizadas ou sertões minerais, selecionaram e registraram, mesmo não deliberadamente, paisagens étnicas e as transferiram para os seus desenhos, estes possuíam um tipo de coautoria indígena subjacente. Posteriormente tais desenhos foram utilizados na elaboração oficial do layout das terras interiores do Brasil.

Mesmo os engenheiros militares e geógrafos atuantes para além das paredes de seus gabinetes dependeram dos grupos étnicos para percorrer os sertões[16] e, seguindo também suas orientações, se embrenharam em territórios e paisagens étnicas posteriormente transpostas para os seus mapas, exibidos como meros produtos da razão euclidiana e técnica da cartografia moderna, quando nas dobras dos seus traçados existiam espacialidades indígenas. As marcas indígenas foram exibidas com diferentes níveis de intensidade nas imagens cartográficas produzidas por jesuítas, sertanistas ou engenheiros militares e essas variações eram condicionadas por vários fatores, como nível de continuidade de convívio com esses povos, propósito da produção e público-alvo do mapa.

Os padres da Companhia de Jesus foram fecundos produtores de mapas, e ainda há controvérsias na historiografia se teria existido uma cartografia jesuítica diante da impossibilidade de estabelecimento de um padrão formativo dos padres nesse campo, concluindo alguns autores sobre a "inexistência na organização da Companhia de Jesus de cartógrafos no sentido estrito do termo", pois em suas produções os padres manuseavam amplos e diversificados conhecimentos típicos de um agente social como esse, tais como geografia, astronomia, desenho, matemática, e não eram propriamente uma classe de cartógrafos profissionais e produziram mapas pontualmente, "ao contrário do que ocorria com os geógrafos reais, com cargo fixo".[17]

Se a vasta produção cartográfica dos jesuítas possuía um perfil próprio no qual registros espaciais e evangelização eram concebidos associadamente,[18] em circunstâncias específicas, como a das disputas geopolíticas ibéricas do século XVIII, outras questões passaram a compor a agenda da instituição,

16 Erbig Jr., 2020.
17 Xavier, 2012.
18 Barcelos, 2010.

como a defesa da sua memória institucional, suas ações na evangelização de povos e, portanto, a sua reputação. A segunda vaga expansionista da Companhia de Jesus, com a fundação dos Sete Povos das Missões, adicionou ao projeto evangelizador preservação da sua memória institucional por meio de mapas, muitos deles, inclusive, inseridos nos principais relatos histórico-geográficos produzidos por jesuítas no século XVIII sobre a sua atuação no globo.[19] Assim, na possibilidade de existência de uma cartografia jesuítica, não é possível fechá-la em um padrão, pois suas produções foram respostas às demandas históricas enfrentadas pela instituição.

Sertanistas também foram fecundos produtores de mapas, e, embora pesquisadores tenham recentemente contribuído para ampliar a compreensão de suas produções visuais, ainda faltam pesquisas que os coloquem em relação dialógica consistente com os materiais escritos e visuais produzidos em um período de impulso da geografia e da cartografia, como foi o século XVIII. Na década de 1940, Jaime Cortesão cunhou a fórmula "cartografia sertanista" ao localizar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro uma coleção de mapas feitos por luso-brasileiros, reinóis, servidores régios militares ou civis com prática de percorrer o terreno e "moldados pelo gênero e estilo de vida do bandeirismo". O autor distinguiu esses mapas dos feitos por bandeirantes propriamente ditos, ou seja, os mamelucos de São Paulo. Ao analisar as técnicas de produção desses mapas, Cortesão adjetivou os dos sertanistas como "cartografia sábia" e os dos bandeirantes como "primitivos".[20]

Posteriormente, uma historiografia apoiada em referências teórico-metodológicas da história crítica da cartografia, menos preocupada com questões como veracidade e rigor matemático dos traçados, mas com os significados e relações instaurados por um mapa, revisou essa adjetivação polarizadora do historiador português.[21] Alguns autores defenderam, inclusive, que a "rusticidade" atribuída por Cortesão aos "mapas sertanistas" perpetuava a tradição da literatura regional de isolar São Paulo Império colonial português como uma força autárquica. Para autores como esses, os mapas sertanistas teriam promovido uma "espacialização da economia colonial". Para outros, esses mapas foram um instrumento político e peticionário nos processos

19 Cargnel, 2007.
20 Cortesão, 1965, v.II, p.218-220.
21 Oliveira, 2012; Rodrigues, 2017.

de solicitação de mercês como retribuição pelos serviços de "achamento de riquezas minerais".[22]

Embora tais contribuições recentes sobre a cartografia sertanista tenham revisado e ampliado sobremaneira as considerações de Jaime Cortesão, ainda falta uma leitura crítica dessa cartografia avançando sobre questões relativas ao processo de produção, circulação, usos, autorias, público consumidor e relação com o sentido de espaço, lugar, território e paisagens étnicas, tendo em vista que o sertanista é uma figura impensável fora da relação com os povos indígenas. Questões como essas levam a entender o colaboracionismo entre jesuítas das missões do Uruguai e sertanistas mamelucos ou portugueses.

Esse colaboracionismo jesuítico-sertanista em conjuntura de conflitos geopolíticos ainda não foi suficientemente medido e pode também ter sido um dos vetores de intensificação das tensões da Companhia de Jesus com os Estados ibéricos, desencadeadoras da expulsão da Ordem do continente da América. Tal colaboracionismo significava ainda algo observado pela historiografia como a reconfiguração de alianças nas fronteiras, levando antigos inimigos a se tornarem aliados circunstanciais.[23]

Nas batalhas cartográficas desse período de reterritorialização das monarquias europeias e redefinição de fronteiras nas quais estiveram mobilizados reis, conselheiros, diplomatas, engenheiros militares, geógrafos, padres e sertanistas, a produção de mapas poderia colocar em colaboração inclusive antigos inimigos, como evidenciam algumas imagens cartográficas.

A reputação de cruéis atribuída aos sertanistas de São Paulo pelos jesuítas das missões no século XVII, em virtude de suas disputas por influência e hegemonia sobre as populações indígenas, influenciou posteriormente o padrão de abordagem da história desses dois agentes sociais, sempre colocados como forças de atrito e oposição.[24] Mas e quando circunstâncias históricas levam à formação de alianças temporárias, como pode ter ocorrido na conjuntura da elaboração do Tratado de Madri, quando tanto padres da Ordem como sertanistas se viram ameaçados em seus projetos expansionistas e em suas razões de existir em virtude da territorialização das monarquias

22 Ibidem, p.292; ibidem, 2017, p.5.
23 Garcia, E. F., 2007a, p.123-137.
24 Mello e Souza, 2006; Castro, ; Monteiro, 1995.

ibéricas no interior da América? Como as paisagens indígenas aparecem nesses produtos colaborativos cujos autores tinham suas vidas indissociadas da própria convivência cotidiana com povos indígenas? Ou como tais produtos foram apropriados e utilizados nos projetos geopolíticos régios?

No século XVIII, o interesse mercantil dos sertanistas pela escravidão do indígena já estava severamente amornado pelas sucessivas legislações régias proibitivas e os fluxos do tráfico negreiro atlântico já estavam consolidados. Esse cenário instaurou um horizonte histórico para que jesuítas e sertanistas firmassem alianças e colaborassem para a viabilização de seus projetos de expansão e soberania.

Os sertanistas, por sua vez, ao contrário dos jesuítas, viviam um contexto de valorização e reconhecimento da sua experiência de terreno entre as autoridades régias, dependentes de seus conhecimentos geográficos e da capacidade de mobilizar outros práticos de sertão para entradas no território, para engajá-los em expedições de mapeamento. Tanto para os jesuítas como para as autoridades coloniais, os sertanistas tornaram-se no século XVIII aliados potenciais vantajosos. Um mapa subsidiado por informes sertanistas tinha o seu nível de fiabilidade aumentado.

As palavras do dicionarista londrino Raphael Bluteau, autor do monumental *Vocabulario portuguez e latino*, não deixam dúvidas quanto à reputação de um prático no período: a prática traduzia os "preceitos de uma arte", ou seja, de um fazer, e todo "prático" era alguém "experimentado, versado, perito".[25]

Sertanistas tinham a força de credibilidade da palavra dita, forjada no percorrer sertões de largas extensões; os jesuítas também desenhavam, apoiados em técnica formal, no conhecimento das convenções cartográficas, nos conhecimentos matemáticos e em observações astronômicas. Assim, no mapa colaborativo feito entre o jesuíta e o sertanista Simão Bueno havia a junção de dois marcadores de fiabilidade de um desenho que poderia ter valor de documento comprobatório em demandas de direitos de posse por antiga ocupação e exploração de terreno.

Como parte integrante da existência social dos povos indígenas, missionários e sertanistas, assim como outras ordens religiosas, como franciscanos e beneditinos, tiveram uma óptica etnográfica em relação à paisagem

25 Bluteau, 1712-1728.

territorial, exibindo em suas geografias indígenas construídas em processos específicos de etnogênese.

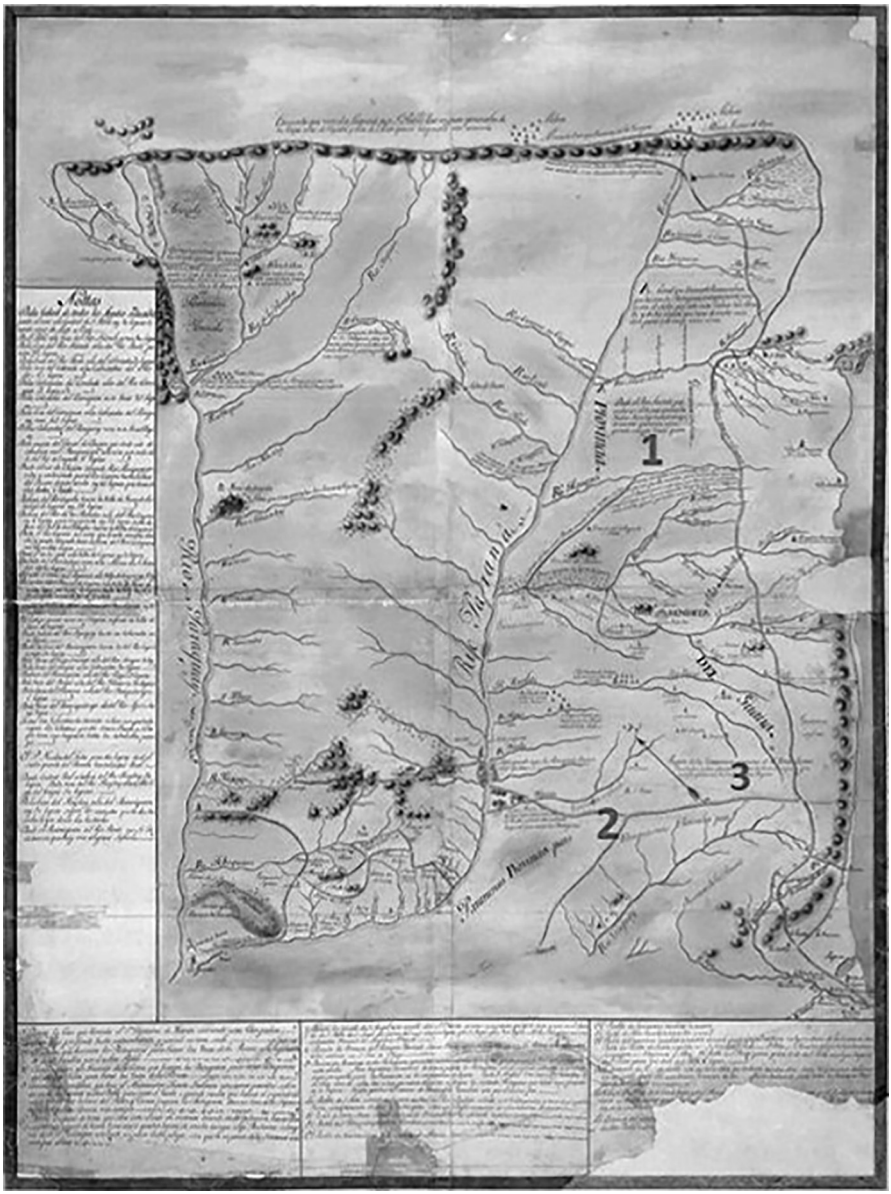
Certos rios, montes, montanhas e direções eram incluídos ou visualmente enfatizados em mapas jesuítico-sertanistas porque, antes de tudo, faziam parte dos ecossistemas cósmicos dos grupos étnicos da região e eram utilizados para obtenção dos seus mínimos vitais, em seus rituais, para demarcar fronteiras étnicas e para deslocamento. Os componentes dos desenhos de padres e sertanistas não eram produto de uma escolha aleatória ditada por tratados teóricos de geografia ou por impulsos intuitivos prodigiosos de ilustrados e práticos, mas eram sinais étnicos de paisagem.

Nos mapas das figuras 15 e 16 os rios Paranapane (Paranapanema), Pirapo e Iguaçu eram coordenadas de paisagem jê, como apontam os sítios cerâmicos Itararé localizados por arqueólogos na região, e o Paranapane e Tietê, em especial, foram uma espécie de fronteira aquática entre os grupos falantes do tupi e os jê migrados para o sul. No mapa essa fronteira aquática étnica foi explicada em uma frase inserida entre o Rio Anhembi/Tietê (1). Em ambos os mapas, o Rio Iguaçu, na direção de sua foz, era o "confinia guarani" (2) ou "guaranis confinia" (2) e separava as terras dos tupis das dos gualachos ou guananas (3).

As paisagens exibidas em ambos os mapas reiteravam a memória espacial de jesuítas e sertanistas. A destes últimos, por conter as direções e distâncias dos caminhos daqueles sertões e as localizações de atuação e percurso de sua gente. Os padres jesuítas exibiam representações gráficas das missões encabeçadas pelos seus respectivos nomes e menções às suas atuações nas legendas descritivas do mapa na Figura 15. Através da imagem, cada qual demarcava sua importância de atuação e para os padres havia o ingrediente a mais, o de fortalecê-la institucionalmente em um momento de crise de credibilidade e de reputação que culminou inclusive na supressão da Companhia de Jesus pelo papa Clemente XIV em 1773.

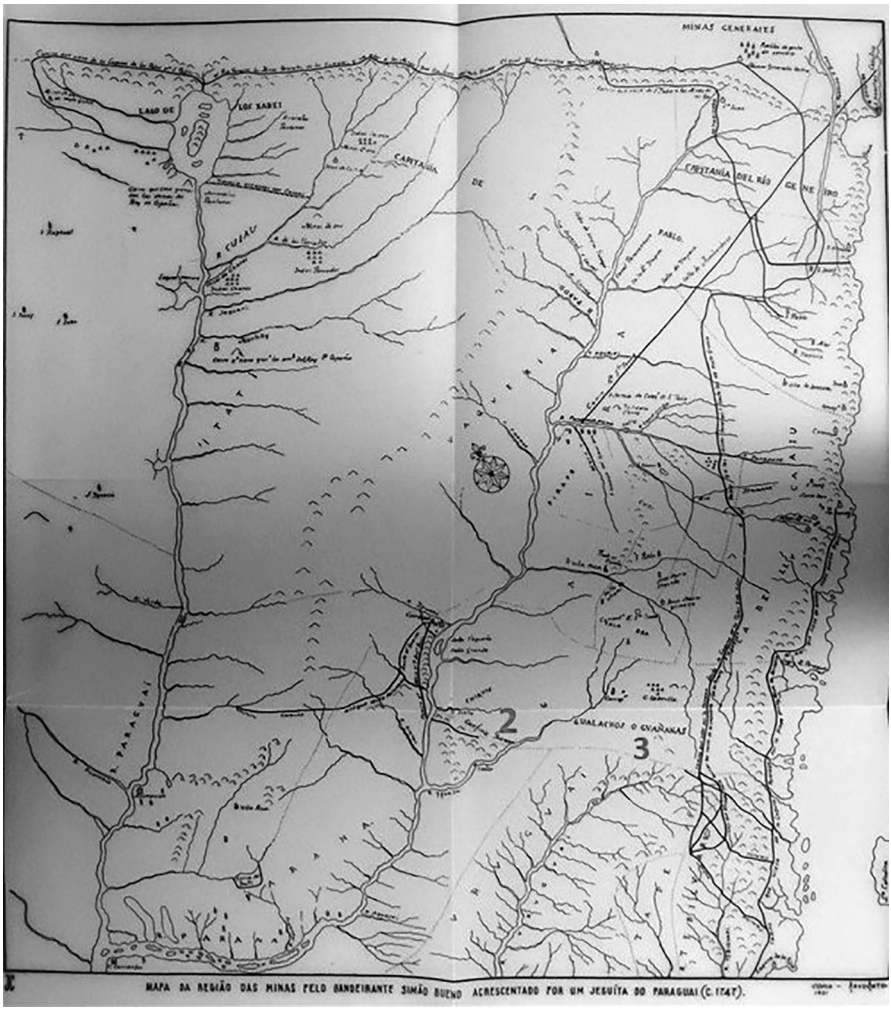
Se sinais gráficos nos mapas como os círculos cheios em vermelho ou quadrados vazados com uma cruz no topo comunicavam a paisagem de grupos étnicos deslocados e jesuítas organizados nas reduções, etnônimos exibiam e admitiam a soberania de comunidades indígenas autônomas, como ocorria com os cheanes, juris e os gualachos ou guananas, dos quais sairiam os xokleng no processo de etnogênese ocorrido nas expedições de mapeamento. Sobre os gualachos, o jesuíta trouxe mais detalhes a respeito de

Figura 15




Fonte: BND, CMM, col., desenhado a nanquim, 61,7 x 83 cm

Figura 16 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) "Desde el rio anembi por ariba asi ao Oriente estavan los índios Juri capitalis inimigos de nuestros guaranis contra quienses siempri tinião guerra viva"; (2) Respectivamente "confinia guarani" e "guaranis confinia"; (3) Território dos gualachos




Fonte: Cortesão, 2006, Tomo II

sua formação, baseado em referências eruditas ou da história que conhecia. Assim, escreveu no mapa "region de los Guananas aquenes el Dr. Xarxe llama Gualachos y dice que son oriundos de unos europeus que naufragron em las costas desta region":

Pela sugestão da frase manuscrita do padre, europeus naufragados fizeram parte dos processos de etnogênese formadores de novas etnias nos sertões do Brasil. Não foram encontrados documentos para verificar essa afirmação, entretanto, como a costa era alvo de embarcações sob várias bandeiras, náufragos não portugueses adentraram as terras do Brasil e certamente compuseram os vários e contínuos processos de etnogênese criadores de tantas novas etnias. No mapa do sertanista, na Figura 16, existe apenas a referência "gualachos ou guananas", sugerindo que este apenas narrou para o padre a existência da etnia na região, e no mapa na Figura 15, que faria parte da interlocução entre jesuítas, o padre Thadeo Enis forneceu maiores destalhes escrevendo uma frase.

Grupos indígenas autônomos foram representados graficamente nos mapas por triângulos apenas contornados em preto e sem preenchimento de cor, como ocorreu com os chianes e porrudos, em contraste com os missionados e as missões, espalhadas na forma de pontos vermelhos preenchidos por todo o mapa, e seu efeito visual era dar relevância à presença da Companhia de Jesus por toda a região.

Por terem sido feitos colaborativamente entre dois intermediários, esses mapas combinam paisagem indígena com memória jesuíta, mas também dos colonos portugueses, pois, como é explicado sobre o desenho, foi construído um canal ligando o Rio Cuiabá ao Paraguai para desviar de um acidente natural, nomeado com os nomes da etnia. Esse dado mostra quão dependentes das etnias indígenas foram os colonos portugueses inclusive na produção da paisagem local.

A toponímia, como parte da paisagem e um vetor de direção na cartografia colonial ibero-americana, foi algo mais amplo do que meramente uma questão de poder e dominação, como mostraram alguns autores,[26] mas um produto da mistura entre sertanistas e indígenas no terreno e do prevalecimento da influência destes últimos no modo de nomear o território.

---

26 Kantor, 2009.

Figura 17 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) Cheanes; (2) Juris; (3) Gualachos ou guananas e descrição manuscrita

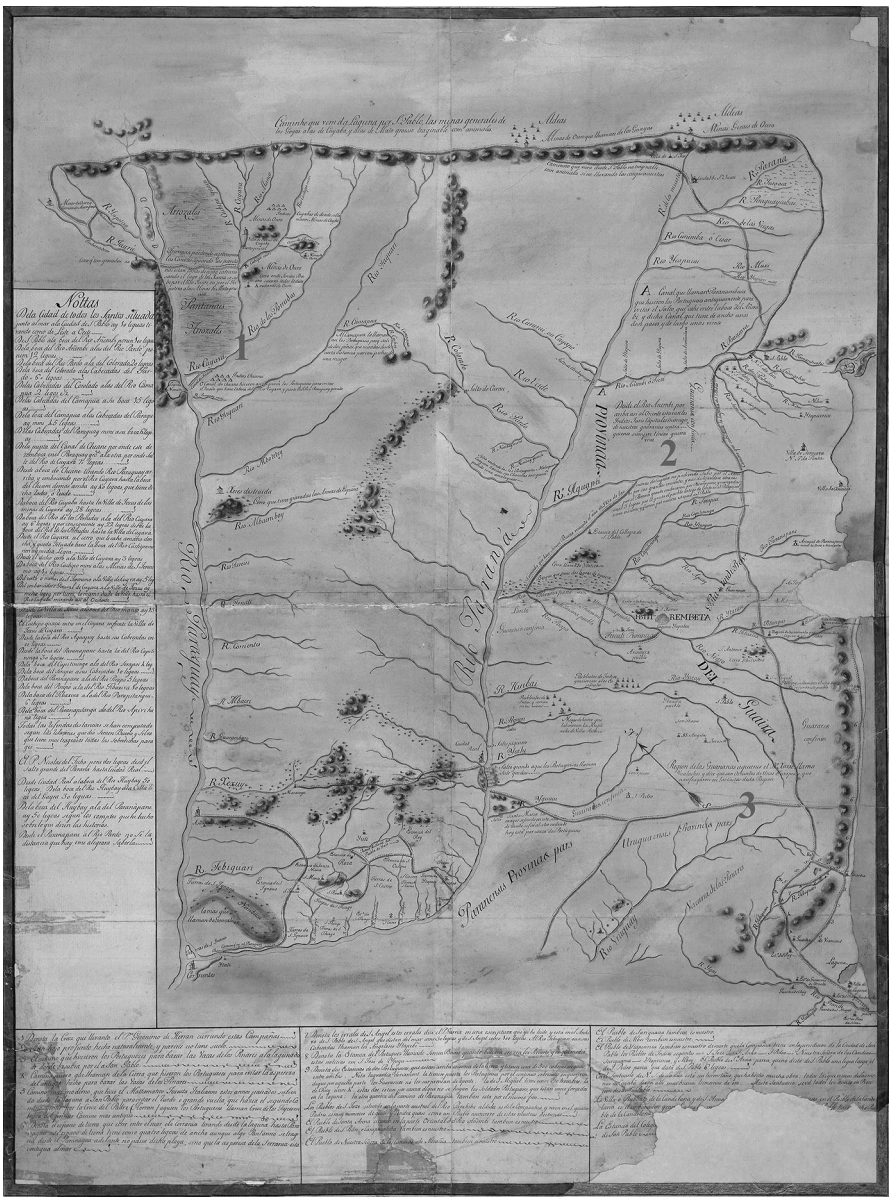
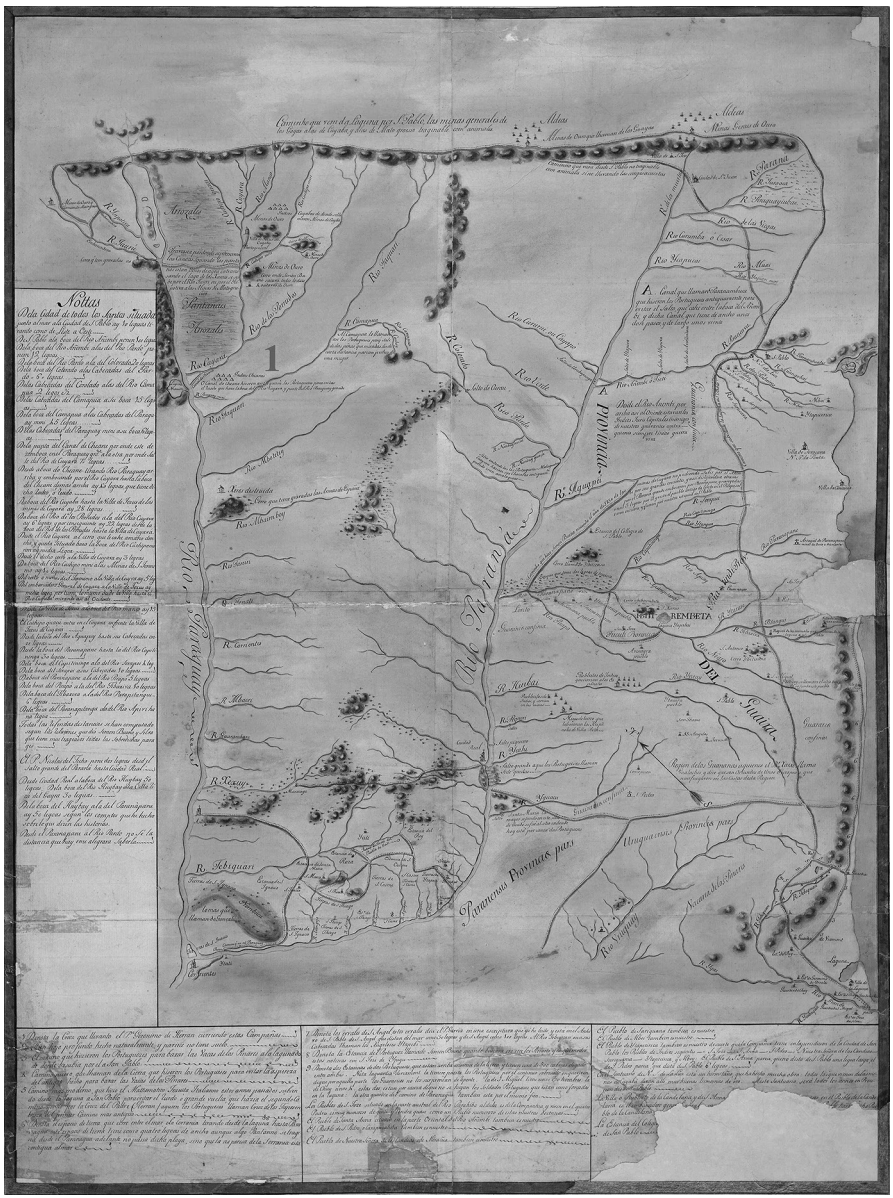

Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Ygatimy
Rio Ygurey
Rio Tebiquari
Rio Yaguarón
Rio Jejuy
Rio Mboteteí
Rio Tacuary
Rio Pirayú
Rio Salado
Rio Piquiry
Rio Corrientes
Rio Paraguay Mirim
Rio Ypané
Rio Aquidabán
Rio Apa
Rio Verde
Rio Negro
Rio Blanco
Rio Mondego
Rio Mondegito
Rio Ytiquira
Rio Ytiquirita
Rio Ytiquirizinho
Rio Ytiquirizinho Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim Mirim
Rio Ytiquirizinho Guazu Mirim

Figura 18 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) "o canal de Cheane fizeram antiguamente os portugueses para evitar o ruodo que haze la boca del rio Cuiava y parte del rio Paraguai Grande"


Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Grande de Chiquitos
Rio Guapay
Rio Ygurey
Rio Jauru
Rio Mbotetey
Rio Ygatimy
Rio Ygueray
Rio Tacuary
Rio Ytiquira
Rio Mondego
Rio Pardo
Rio Verde
Rio Sucuriu
Rio Aquidauana
Rio Miranda
Rio Apa
Rio Blanco
Rio Negro
Rio Taquari
Rio Sipotuba
Rio Cuyaba
Rio Cuyabinho
Rio Piquiri
Rio Ivinheima
Rio Pequiri
Rio Amambay
Rio Ygatimy
Rio Ygurey

As terras guananas foram um dos vetores de direção de um dos desenhos, pois a seta de direção foi colocada sobre seus campos e estes, por sua vez, pertenciam às terras da extensa província do Guairá e da Uruguaensis Provincias Pars. Essa seta ou azimute[27] é um marcador estabelecido a partir de um ponto de referência e significa também a direção de interesse do observador, tendo prevalecido em ambos os mapas a do sertanista, pois ambas as ferramentas de direção apontam para as minas de Goiás. No mapa do sertanista, a rosa dos ventos foi colocada na margem oriental do Rio Paraná sobre as terras da Vacaria, uma região na qual a memória de ambos os agentes sociais estava grafada, em relação à criação e comércio do gado. Essas terras correspondem ao nordeste do atual estado do Paraná e foram um dos alvos das expedições de mapeamento organizadas pelo governador d. Luis, e esse dado sugere uma das motivações para esse mapa estar na sua mapoteca de trabalho.

Para os sertanistas indígenas e seus etnônimos como toponímia, forneciam marcadores de direção para a região das minas ou para as terras da Vacaria, onde se metiam com negócios de criação, venda e contrabando de gado. Assim, se fosse possível dar títulos a esses mapas baseados em seus azimutes, estes seriam "da Vacaria para as minas de ouro de Goiás", no caso de um, e "Da região dos guananas às minas de ouro de Goiás", no de outro. Portanto, os desenhos forneciam uma imagem da paisagem jê e das Vacarias, a paisagem mineral de um sertanista, mas também a paisagem missioneira dos padres da Companhia de Jesus.

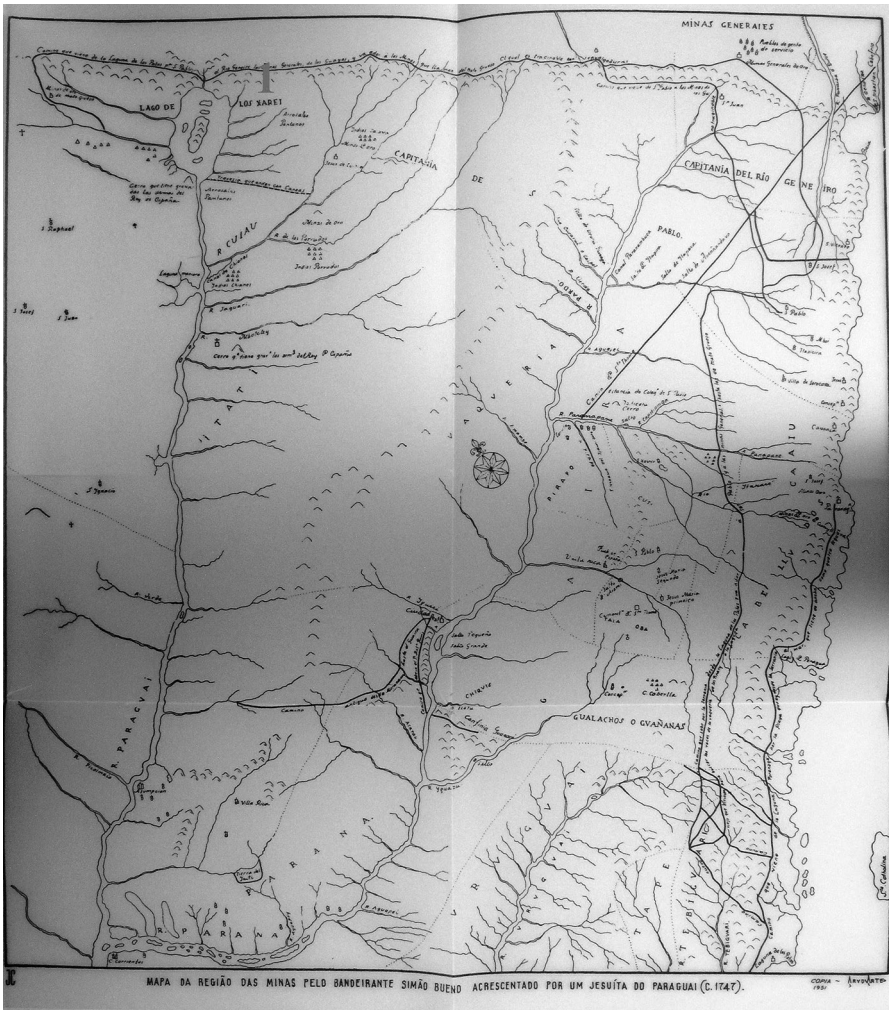
Ambos os mapas manusearam o mito geográfico hispânico da Lagoa dos Xarayes na construção das imagens das minas de Mato Grosso e Cuiabá, indo na contramão de conclusões de que os sertanistas tenham sido um dos agentes responsáveis por instaurar a representação geográfica luso-brasileira do Pantanal.[28] Esses mapas recorreram à figuração do Lago Xarayes como mediador entre as duas zonas minerais interligadas por um caminho fluvial atravessável por canoas.

Em um dos mapas foi escrito o "lago de los Xarai" em caixa-alta e negrito, compondo assim a imagem, e no outro o padre colocou em texto explicativo sobreposto a um caminho. Várias nações indígenas viviam nessa

27 Termo de origem árabe, *as-sumut*.
28 Costa, 1999, p.159.

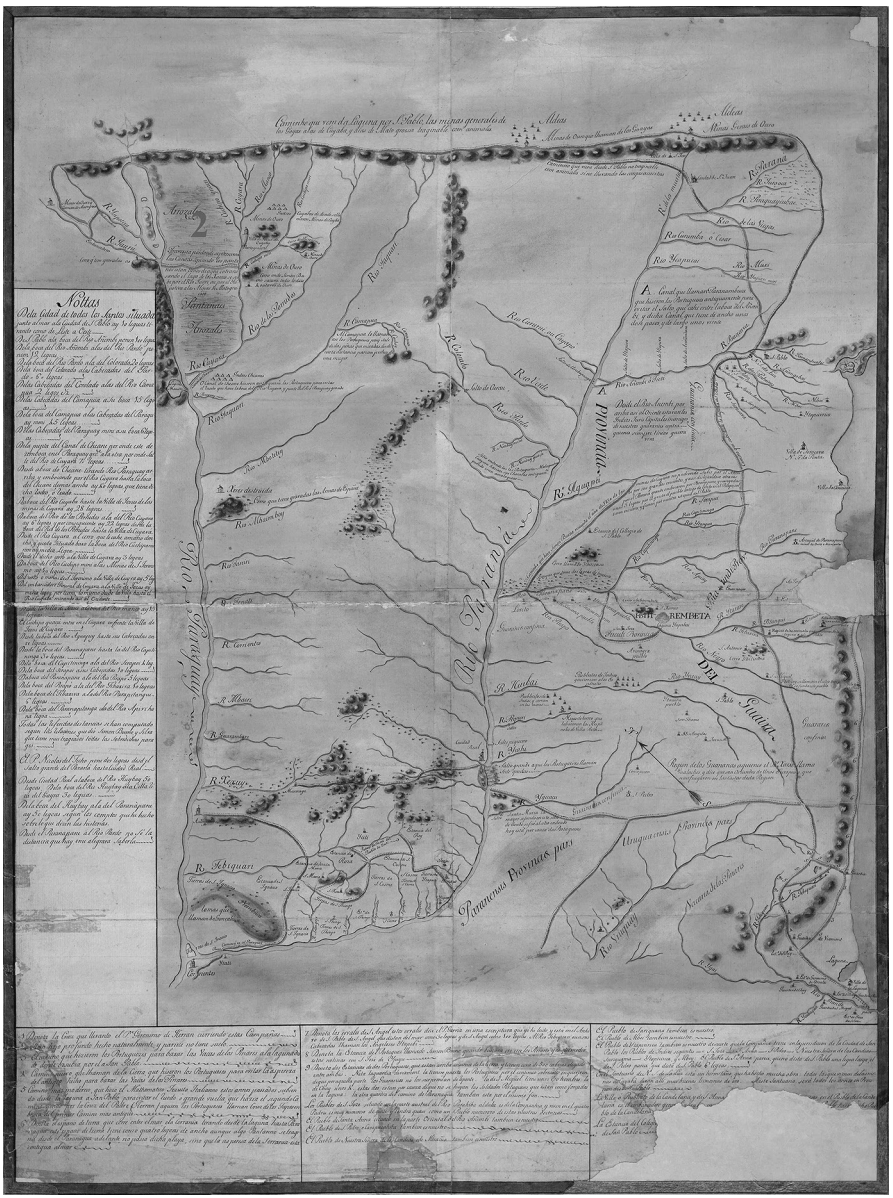
região, inclusive os xarayes. O etnônimo foi transposto em topônimo pelos espanhóis, evidenciando a força de persistência na paisagem, combinando à paisagem jesuíta e sertanista. Pela mistura de espacialidades, esses mapas certamente eram o que mais traduzia o espaço missioneiro na cartografia.

Figura 19 – Cópia de mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira, feita por Ary Duarte




Fonte: Cortesão, 2006, Tomo II

Figura 20 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) "lago de los Xarai"; (2) "travessia por donde se passavam las canoas quando lo pântanos estan llenos de agoa e atravessando el lago de los Xaraes se sube por el rio Jauri ou por el Ucipotiva a las Minas del Mato Grosso"


Rio Paraguay
Rio Grande de
Rio Paraguay
Rio Paraguay
Rio Jauru
Rio Ucipotiva
Rio Ygatimi
Rio Ygureyma
Rio Mbutuy
Rio Apa
Rio Aquidauana
Rio Miranda
Rio Taquari
Rio Negro
Rio Verde
Rio Sucuruy
Rio Pardo
Rio Sucuruy
Rio Ygureyma
Rio Ygatimi
Rio Apa
Rio Mbutuy
Rio Aquidauana
Rio Miranda
Rio Taquari
Rio Negro
Rio Verde
Rio Pardo

Na carta o padre expressou a controvérsia então existente sobre a soberania das duas Coroas ibéricas nessas terras. Segundo ele, estas eram muito celebradas não apenas pelo metal, mas "também sobre el litigio que hay sobre ellas entre los Sermos Reys de Portugal y los Catolicos Monarcas de España pretendiendo cada uno de estos Principes, que le pertencem estas riquíssimas minas".[29] Um aspecto que poderia incomodar ambas as Coroas, e Portugal em especial, é o dado de que a carta do padre Thadeo Enis não oferece solução para esse litígio, mas apenas o historiciza. Além disso, ao fazer uso de um mito geográfico hispânico e um elemento da paisagem indígena como o "Lago de los Xarei" para representar visualmente a região no mapa, colocava-a em zona de influência hispânica, pois esse mito entre os séculos XVI e XVII foi desenhado apenas "dentro do espaço da porção castelhana da América do Sul, não figurando nas cartas portuguesas".[30]

A castelhana Laguna dos Xarayes foi construída pelas narrativas quinhentistas e seiscentistas escritas por viajantes exploradores espanhóis como Juan de Solís, Sebastián Caboto, Cabeza de Vaca, Pedro Hernándes, Hernando de Ribera e o soldado alemão Ulrico Schmidl e transposta para os mapas confeccionados por cartógrafos e impressos em casas impressoras dos Países Baixos. Ao serem difundidos por todo o mundo, esses mapas fixaram um sentido de soberania na região e a saída para a Coroa portuguesa para substituir esse tipo de imagem seria por meio de outro processo cartográfico. Foi esse objetivo que deu origem à criação do espaço do Pantanal nos mapas.[31]

Em ambos os mapas os espaços de fronteira a oeste, mas também ao sul, posteriormente mapeados pelas expedições organizadas pelo governador d. Luis eram percebidos tanto por jesuítas como por sertanistas com marcadores geográficos castelhanos ou indígenas, difundidos por crônicas, mapas impressos e pelas histórias orais disseminadas pelos sertões sobre a existência de um lago fantástico habitado por indígenas possuidores de ouro e prata.[32] Esses marcadores reforçavam ainda mais a controvérsia sobre qual Coroa teria soberania na região exposta na carta do padre Enis dirigida a outro sertanista.

---

29 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, tomo II, p.120.
30 Costa, 1999, p.141.
31 Ibidem, p.17-27.
32 Ibidem, p.146.

Nessa carta foi retomada a querela ibérica do final do século XV sobre o "princípio da conquista de las Indias orientales", ou seja, da Ásia, quando surgiram "ciertas diferencias entre los Reys de España y Portugal, querellandose el uno del otrosobre qe. los Almirantes y Capitanes de las armadas qe. despachaban à las conquistas se intrometian em las conquistas del outro" e como recorreram ao "Sumo Pontifice" para ser o "Jues arbitro" dessa querela, que, com auxílio de "sugetos sábios y peritos em las Ciencias de matemáticas y cosmografia", estabeleceu o círculo de meridiano de "Polo à Polo", o qual determinava que as terras ao poente desse círculo fossem de Espanha e as situadas a oriente seriam de Portugal.

A localização das minas de Cuiabá era uma incógnita porque estavam situadas a oriente do Rio Cuiabá e havia uma controvérsia se essa posição significava estar a oriente ou a ocidente da linha demarcatória de Tordesilhas. Ao introduzir o mito geográfico castelhano da Lagoa de los Xarei sem sobrepor imagem da linha de Tordesilhas, os mapas deixavam a divisão entre as duas Coroas em aberto e através do mito geográfico associavam visualmente a região aos domínios de Espanha.

Como o padre Enis explicava na carta, esse rio, que:

> [...] parte de levante corriendo como de leste nordeste, al Oeste Sudeste entran en el rio Paraguay grande um poco mas abaxo del **Lago de los Xareis** del qual solo distan um dia de caminho dhas minas, y no passado por uy lexos de ellos el circulo meridiano de su santidade [...] se viene à dudas si estas minas caen al oeste del dicho circulo e en tal caso seran de los portugueses. Todos los españoles pretenden que dichas Minas de Cuyava caen a la parte del Ponientede dhas linea de divisione por conseguinte qe son de España, y que injustament.te las ocupan y labran los portugueses estos defienden que son suyas por caer à la parte del levante del citado circulo como ellos dicen.[33]

Em que medida, nesse período, deixar visualmente em aberto soberanias de Estado na representação cartográfica das minas de Cuiabá não dava lugar a outras demandas de direitos e soberanias não estatais? Essa é uma hipótese a ser considerada, porque a cartografia peticionária de exploradores sertanistas existiu no Brasil colonial e ainda não foi estudada. Na carta do padre Enis

33 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.120.

o conceito de soberania na região foi vinculado ao pagamento dos quintos ao rei, não definindo, contudo, para qual deles: "a qualquer parece qe. es licito sacar oro em Cuyava com tal que pague los quintos al Rey".[34]

Mapas jesuítas das terras onde atuavam as missões e que eram percorridas rotineiramente por sertanistas portugueses ou mamelucos eram artefatos perturbadores para uma monarquia portuguesa tão deficitária de mapas dessas regiões escritos em português e com sinais gráficos representativos da soberania de sua ordem imperial. As dúvidas sobre essa soberania foram mantidas mesmo com a missão dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capacci, contratados por d. João V para percorrer o território e realizar as primeiras medições de longitude do Brasil.

Esse trabalho ocorrido entre os anos de 1730-1748 a serviço da Coroa de Portugal, e visando a elaboração de mapas para subsidiar as negociações de um tratado de limites entre as duas Coroas ibéricas, impactava diretamente os interesses dos padres atuantes nas reduções do Paraguai e Uruguai e pode explicar o esforço do padre Enis em deslegitimar os argumentos e conclusões do padre Diogo Soares, um dos integrantes dessa missão de mapeamento oficial.[35] Na carta do padre Enis foi dito que essa missão foi enviada pelo rei para certificar-se "se estas minas les pertenencian ò no [...] y visen em que parte del círculo mencionado caian dichas minas si al oriente ò al occidente".[36]

Na legenda descritiva inferior de um dos mapas, o padre Enis escreveu sobre um caminho novo feito pelo padre matemático italiano, certamente referindo-se a Domingos Capacci, o outro integrante da missão dos padres matemáticos. Mas em seus esclarecimentos fornecidos na carta vê-se que a cartografia foi mais do que produção de espaço, mas uma espécie de academia na qual ocorriam disputas científico-intelectuais e de influência entre os padres, pois estes não eram uma classe homogênea e divergiam em abordagens científicas ou em relação a um tema tão crucial na colônia como o da escravização indígena.[37] Alguns padres atuaram nas comissões demarcatórias do Tratado de Madri, como Joseph Quiroga, enquanto outros estiveram

34 Ibidem, p.121.
35 Cortesão, 2006, v.2, p.7-24.
36 Ibidem.
37 Um exemplo é a controvérsia que opôs o padre Antonio Vieira e Antonio Andreoni. Ver Andreoni, 1967.

na linha de frente, juntamente com os guaranis, impedindo o andamento dos trabalhos das demarcações por entenderem os limites definidos no tratado como sinônimo de expropriação dos missioneiros e da demolição do longo trabalho das missões.[38]

O padre Enis, fundamentado nas descrições geográficas do sertanista Simão Bueno, desautorizava as conclusões dos padres matemáticos. Seu processo de mapear a região representada no mapa combinava erudição no campo da geografia e aplicação dos conhecimentos empíricos do sertanista, cujas palavras nivelou com as de geógrafos franceses como Nicolas de Fer, prolífico produtor de mapas, e do prestigiado Charles-Marie de La Condamine, que, após navegar parte do Rio Amazonas, formatou a sua extensão em um persuasivo relato intitulado *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale* (1745), acompanhado do mapa "Carte du cours du Maragnon", considerados na época superiores aos mapas de Guillaume Sanson, de 1680, geógrafo do rei Luis XV, e do padre jesuíta da Boêmia Samuel Fritz, de 1707.[39]

O processo de redesenhar paisagens e inventar sertões missioneiros-minerais através do mapeamento e da cartografia foi, portanto, uma mistura entre saber erudito, imaginação, conhecimentos geográficos sertanistas e capacidade de manipular as expectativas das audiências científicas, intelectuais ou políticas da época. Os rios Amazonas ou Marañon eram um referente geográfico com força de atração de interesse e uma imagem persuasiva junto às audiências da época, tanto a acadêmica científica do século XVIII europeu como a do público mais amplo.[40]

Na carta o padre Enis dedicou um item inteiro à sua discordância com as conclusões da missão dos padres matemáticos a serviço da Coroa portuguesa, mesmo estas tendo sido feitas a partir de "observações astronômicas", como ele próprio notou, usando como argumento o Rio Marañon. Desde o século XVI esse rio era objeto de interesse das audiências europeias e coloniais e um marcador geográfico do layout interno das terras ibéricas na América fixado nas consciências na época por obras de repercussão e de reimpressões sucessivas, como a primeira narrativa de exploração de sua extensão feita por

38 Golin, 2011.
39 Safier, 2008, p.58-59.
40 Ibidem, p.62.

Pedro Teixeira e escrita pelo jesuíta Cristobal d'Acuna e por mapas como o de Sanson, feito em 1680, e o do padre Samuel Fritz, de 1707.

A tese contestatória do padre Enis foi intitulada "Linea de Division segun el p. matemático italiano". Nas conclusões dos padres matemáticos e na linha demarcatória papal

> [...] empiesa em la misma barranca u orilla derexa de rio Grande subiendo por el rio arriba y de dicha barranca tira acia el norte em busca de la boca del rio parana pane por encima de la qual passa, de ahi tira à las cabesadas del rio Albotecay, de ahí tira à las cavesadas del rio Iauri tira acia el Norte em busca del Marañon, de suerte que segun el sentir de este Padre las minas de cuyava caen al Leste del circulo ò linea de Division y por consequinte segun su parecer son de Portugal.[41]

Recusando essa conclusão com uma concepção espacial baseada em um mito geográfico castelhano e nos conhecimentos do sertanista, disse o padre Enis "esto parece que no puede ser porque los mismos Portugueses (segun me dixo Dn Simon Bueno), confesan q las minas de Cuyava grueso qe. Caen ***al occidente del Lago de los Xareis*** y em las cavesadas del rio Iauri ***estan em los Dominios de España***".

Imaginação e prática sertanista de terreno eram metodologias geográficas que tinham aceitação na cultura científica e entre o público mais amplo na colônia ou no Reino, e eram revestidas de autoridade para polemizar com conhecimentos geográficos restritos às observações astronômicas. Para persuadir o público da época, não bastava ser habilidoso no manuseio dos instrumentos de observação e medição, como o telescópio e o pêndulo, ou acurado nos cálculos matemáticos, mas sagaz no emprego de argumentos persuasivos em formato escrito ou visual, como os lagos encantados ou o enigmático Rio Marañon. Se o argumento provinha de um prático de sertão, era ampliada a capacidade de convencer o público leitor ou observador.

Mas o reconhecimento do conhecimento prático era envernizado na erudição proveniente das ponderações de geógrafos franceses renomados, dotados de visibilidade internacional, e da Real Academia de Paris. O padre Enis demonstrava ter filiações intelectuais com as abordagens geocartográficas francesas, as mais influentes na época, pois a França havia conquistado uma

41 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.125.

posição proeminente na arbitragem internacional e, consequentemente, na produção do conhecimento geográfico do próprio globo.[42]

Na tradição geográfica francesa o Rio Marañon estava situado 100 léguas a ocidente da linha de Tordesilhas e fazia uma linha de continuidade com o Rio Paraguai ao unirem-se no "Lago de los Xarei". O Rio Paraguai, por sua vez, tinha como tributário o Rio Cuiabá e nas margens dele estavam as minas. Portanto, a descrição da posição do Marañon por meio da tradição geográfica erudita francesa reforçava a possibilidade de as minas de Cuiabá estarem em terras hispânicas. Segundo o padre Enis, os "franceses modernos" diziam que "*[...] la dicha línea [Tordesilhas] se debe apartar tanto de* ***la boca del Marañon*** *grande acia el oriente e entre ella y la* ***boca del Marañon*** *quedan cien léguas, q. son y pertenencen a los dominios de España*".

Essas ideias eram reforçadas ainda com as palavras do famoso Condamine, declarando estar baseado no seu diário de viagem pelo Rio Amazonas impresso em 1745 e que expressava

> [...] este su sentir de las 200 legs. que al oriente de la boca del Marañon grande se debe apartar el circulo ó linea de divisin conforme a este autor sobre las cartas de Mr. De Fer impressas em Paris año e 1732 delineadas sobre las obsrvaciones de los Srs. De la Rl. Academia de Paris cuyo sócio es Mr. De la Condamine, se tira um meridiano q. por la parte del oeste toque immediatmte. El ultimo punto de la linea de 200 legs tirado desde la boca de Manõn grande acia el oriente y despues seguiendo este meridiano se vè que vá à salir em la islã **o en la parte oriental de las islãs de Sta. Catalina** con **qual no se compone que la linea** de Division passe por la barranca del rio grande segun el Padre Matematico Jesuita italiano.[43]

Tendo em vista as expectativas das audiências da época, não bastava ao padre Enis construir a visualidade da extensa província do Guairá baseado nos dois principais rios representados com predominância visual em seu mapa, o Paraná e o Paraguai, e o recurso ao Marañon na sua carta funcionaria como um artifício retórico para prender a atenção e mesmo persuadir em favor de seu argumento de que as terras das minas do Cuiabá pertenciam

42 Furtado, 2012, p.50-51.

43 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.126.

aos domínios de Espanha. Na tradição geográfica francesa, a posição do Rio Marañon empurrava a linha de Tordesilhas para a parte oriental de Santa Catarina e, portanto, deixava sob soberania duvidosa toda a extensão Centro-Sul do Brasil desde a nascente do Rio Paraná e todo o litoral sul.

Na sua produção espacial, o padre Enis, ao manter a dúvida sobre a soberania, garantia um espaço para a extensa província missioneira e assim concluía:

> [...] sin embargo yo venero y respecto como es rason el sentir y opinion del citado P. Matematico Jesuita Italiano y dexo a otros q. hagan jucio sobre qual de las opiniones se debe seguir sobre este material tocante à la linea de Division entre los domínios de España y Portugal.[44]

Mas certamente sua tendência era a de levar as minas de Cuiabá e Mato Grosso e as terras do sul para a Coroa de España, por ver no patrocínio desta a possibilidade da permanência das províncias missioneiras, intitulando a controvérsia entre as duas Coroas como "Notícia de las minas de Cuiava: y otras del Brasil", como se as de Cuiabá fossem uma e as do Brasil, as outras.

## De antigos inimigos a aliados na cartografia

Na História, antigos inimigos podem se tornar aliados circunstanciais, reconfigurando sua memória de conflitos com o objetivo, deliberado ou não, de enfrentar imposições do Estado ou de outros grupos e agentes sociais, bem como reiterar a sua própria existência como grupo social. Essa experiência histórica já foi verificada por alguns autores em relação aos missioneiros e portugueses.[45] Para estes, durante os trabalhos de tentativa de demarcação da fronteira interna ibérica na América de acordo com as definições do Tratado de Madri, "uma parte dos missioneiros repensou a sua trajetória histórica de contato com os portugueses e espanhóis, reformulando as concepções que orientavam a sua aliança tradicional segundos e inimizade com os primeiros", exemplificando como a história dos agentes sociais é um

44 Ibidem.
45 Garcia, 2007b, p.123-137.

contínuo processo de recomposições de alianças de acordo com questões e necessidades de planejamentos presentes.[46]

Do mesmo modo pode ser entendida essa parceria entre um jesuíta e um sertanista nesse processo cartográfico de criação de um sertão missionário-mineral formado por uma paisagem humana diversificada, composta por campos de comunidades indígenas autônomas, reduções, jesuítas, portugueses e sertanistas vaqueiros e exploradores de ouro. Nesse processo e experiência cartográfica de promover a visualidade de uma região sob litígio e soberania duvidosa, os jesuítas não apenas se proveram de informações geográficas fornecidas pelos sertanistas como também usaram os seus mapas na interlocução com seus pares, algo ainda a ser documentado com mais eloquência pela historiografia.

Acompanhar essa interlocução possibilita alcançar uma esfera da cartografia para além do seu produto final, o mapa, mas o seu processo de confecção a partir de uma prática ou de vários modos de mapeamento, subsidiados em materiais distintos como relatos orais, mapas mentais, diários, cartas, livros de geografia e produtores de espaços[47] e práticas espaciais.

Sendo os mapas raramente peças solitárias, entender o processo de sua criação no passado impõe ao investigador o desafio de um *puzzle*, pois, "em muitos arquivos e bibliotecas atuais, a documentação escrita que acompanhava [os] desenhos foi separada dos mesmos".[48] Assim, o mapa colaborativo do padre Thadeo foi acompanhado da carta cujo conteúdo vem sendo trabalhado até o momento. Se, como vários estudos já demonstraram, a epistolografia era uma ferramenta cognitiva e comunicativa dos jesuítas, esta incluía também mapas, pois a principal missão da Companhia, a evangelização, era também a expansão geográfica e a espacialização de sua missão.

Como escreveu o padre Enis em sua carta,

> los años pasados por el de 1746 baxando por estas Reducciones del Uruguay unos Portugueses del Brasil que iban a domiliciar-se a Buenos Aires, tuve la sorte de tratarlos e conocerlos em La Reducion de Nuestra Señora de los Reys de Iapeiu donde a lá sason me hallaba, e informarme sobre algunas cosas tocantes ao

46 Ibidem, p.134-135.
47 Bueno, 2009; Kitchin; Dodge, 2007; Edney, 1993, p.54.
48 Bueno, 2009, p.114.

> Brasil, que mi curiosidad mucho deseaba saver. Con especialidade me informè de las celebradas minas de Cuyava y su situacion [...] asimismo me informe de varias cosas tocantes à nuestra Provincia del Guaira. Sobre estos y outros vários puntos me supieron dar noticias para mi tan apreciables, que acordé ponerlas todas **em uma carta geográfica** [...] la qual carta hiso em presencia de uno de dichos portugueses, llamado Dn. Simon Bueno natural de So. Pablo del Brasil, **el qual á mas de subministrame las noticias,** que he dicho **me hiso de su propia mano um Mapa** que contenia los puntos mas principales que yo deseaba saber, cujo original para em mi poder.[49]

Essa missiva foi transcrita por Jaime Cortesão, e há sugestão no final do texto de ter sido de forma incompleta, pois termina com um "etc.", e foi ainda intitulada "Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta, acompanhada de um mapa parcial do Brasil e das missões do Paraguay (1748?)". Entretanto, na leitura, vê-se que foi uma carta escrita pelo próprio autor do mapa e dirigida a um outro padre de identidade desconhecida, pois a transcrição não foi concluída. O próprio padre inicia esse texto afirmando o "motivo de sacar à luz esta carta" e considerava que as notícias dadas pelos sertanistas portugueses dariam "mucha luz para lo que em adelante se ofrecese".[50]

Assim, a carta começa com as distâncias "de algunos puntos principales de este mapa segun los portugueses" que, conforme os subtítulos dados pelo padre ao seu escrito, esclareceriam a descrição tanto das ações dos próprios sertanistas – "viagem que hacen los portugueses de Sa. Pablo à Cuiava", "Noticia de las minas de Cuiava: y otras del Brasil – como dos jesuítas – "viagem que hizo el padre matemático italiano por el Brasil" e "Linea de Divison segun el padre matemático italiano".

O mapa não possui título ou data, mas pela carta sabe-se ter sido feito em 1746 ("Los anos pasados por el de 1746"), e pela descrição têm-se suas características: feito a nanquim, no tamanho 61,7 x 83 centímetros, colorido. Sua principal e mais marcante diferença em relação ao mapa do sertanista exibido na Figura 3 são as legendas descritivas na lateral esquerda e na margem inferior. Essas legendas explicam as informações geográficas do mapa do sertanista, pois tinham um destinatário que certamente desconhecia

---

49 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.116.

50 Ibidem, p.115.

detalhes de nomes de rios, distâncias de um ponto a outros, o próprio nome do sertanista e os locais que havia percorrido. O sertanista foi mais enxuto em informações no seu desenho, pois este era destinado a alguém que também conhecia aqueles sertões, pois ambos tinham histórias e experiências espaciais em grande medida comuns.

O interior das terras do Brasil era um emaranhado de caminhos terrestres oficiais, espontâneos de indígenas ou sertanistas, de caminhos fluviais de rios extensos, cortados por tantos tributários que davam em outros tantos rios, riachos, lagos e ilhas fluviais. Essa paisagem levada para o visual exigia a escrita para ser explicada à audiência estrangeira. Uma cultura visual das terras do interior do Brasil era indissociável do escrito, de modo que aqueles que a manuseavam com maior maestria, como os jesuítas, tendiam a inseri-la com consistência em seus desenhos.

Ambos os mapas mostram o encontro de duas percepções paisagísticas e práticas cartográficas e de mapeamento às vésperas da conclusão do Tratado de Madri para criar um contra-argumento territorial à territorialização hegemônica de Estados monárquicos representada por documentos diplomáticos como esse. Tais mapas exibiram ações, ocupações, conhecimentos geográficos e tornaram-se documentos para serem utilizados como veículos de comunicação e comprobatórios de ações e direitos territoriais de sertanistas e jesuítas.

Como intermediários na relação dos povos indígenas com os europeus, jesuítas e sertanistas estavam mais capacitados a selecionar em suas observações elementos étnicos da paisagem, ao contrário dos engenheiros militares, cuja estadia nos sertões era mais circunstancial e dirigida para cumprir missões específicas de mapeamento. Essa distinta experiência histórica em relação aos intermediários os tornou mais passíveis à indiferença em relação ao étnico, sobrecarregando suas imagens espaciais com a técnica, como petipés, novos topônimos, no máximo listando etnônimos, por serem classificações impostas pelas autoridades coloniais e fazendo prevalecer os recursos gráficos convencionais da topografia.

Nos impérios ibéricos, conversão religiosa determinava conversão cívica e a condição de vassalo de uma ou outra Coroa, dependendo do agente conversor, se apoiado pelo rei de Espanha ou pelo de Portugal. No século XVIII o direito de reclamar soberania sobre territórios foi agregado a essa relação funcional entre conversão e vassalidade. A atuação dos jesuítas nas

fronteiras e regiões disputadas tornou-se um alvo maior de preocupações de ambas as Coroas ibéricas, pois pela conversão, mais do que vassalos, eram formados súditos com direitos de reclamar soberania e, consequentemente, a territorialização do Estado ao qual estavam vinculados.[51] A Companhia de Jesus não viu com bons olhos a assinatura do Tratado de Madri, pois a cessão dos Sete Povos das Missões, ou seja, a região do Rio Uruguai, aos portugueses e a imposição da obrigação de transferência dos povoados para outra região poderiam levar à perda de anos de trabalho da instituição, produções, construções e empreendimentos. Mesmo tendo se organizado para realizar essas transferências, os jesuítas terminaram por perder o controle temporal de algumas das missões guaranis, que, sob liderança de caciques e principais letrados, se opuseram aos demarcadores das comissões ibéricas tanto através da escrita como da guerra armada no movimento conhecido como Guerras Guaraníticas (1753-1756).[52]

Esse contexto forneceu argumentos para o despotismo esclarecido ibérico realizar e difundir por toda a Europa intensa propaganda oficial difamatória contra os inacianos.[53] O próprio Marquês de Pombal fomentou esse tipo de propaganda, que incluiu a edição de obras em português, italiano, francês, alemão e inglês, tais como a *Relação abreviada da república que os religiosos das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias e da guerra que neles têm movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses* (1758). Posteriormente seria publicada a *Dedução cronológica e analítica* (1767), com o mesmo objetivo de influenciar negativamente a opinião pública em relação à instituição.

A Ordem, portanto, vivia um de seus momentos mais agudos de crise de credibilidade e certamente institucional, pois tal situação tanto poderia inibir o recrutamento de novos membros como debilitar o engajamento dos antigos integrantes, justamente em um momento no qual era necessário reagir contra esses programas oficiais difamatórios como os implementados pelas Coroas ibéricas.

Imagens cartográficas poderiam reverter esse processo de fragilização institucional e perante a sociedade se dessem expressão visual nas audiências

51 Herzog, 2015, p.71-74.
52 Alden, 1968, p.89-92; Neumann, 2004.
53 Maxwell, p.19-20

europeias e entre os integrantes da própria Ordem, demonstrando a fundação de reduções, estâncias e evangelização de terras distantes na América. Tais imagens poderiam ainda evidenciar a necessidade da presença da instituição em meio à existência de povos indígenas ainda não evangelizados território adentro dos continentes. O mapa que juntava um sertanista e um jesuíta continha uma configuração plástica capaz de provocar esse tipo de efeito em seus observadores.

Na comparação entre os dois desenhos, o feito pelo jesuíta acrescentava ao do sertanista uma geografia visual desconcertante para as pretensões de soberania da Coroa portuguesa nas terras do Brasil meridional, pois inventava províncias como a "Paranensis Provincia Pars", a extensa "Provincia del Guairá" e a "Uruguaensis Provincia Pars". A extensa Provincia del Guairá foi fixada no mapa do padre com letras em caixa-alta e negrito.

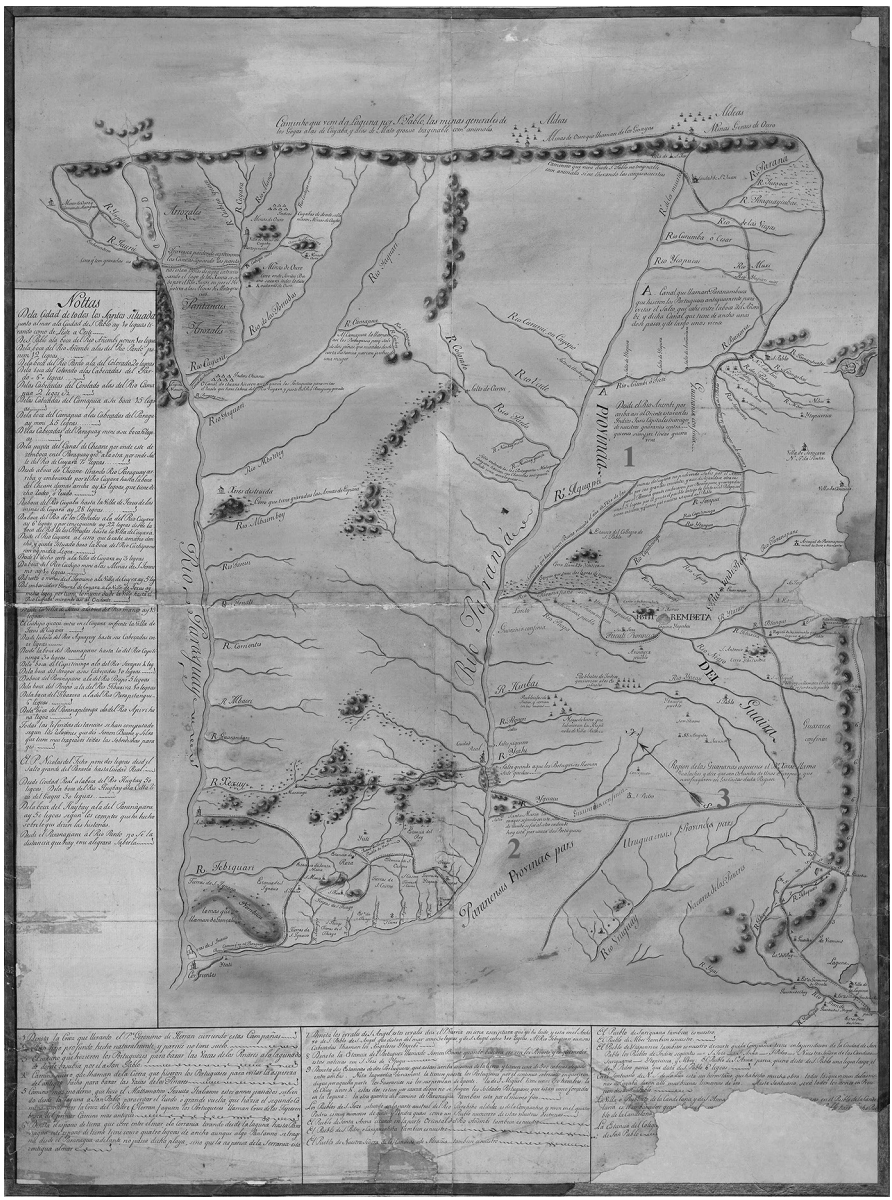
O nome Guairá adveio de um líder indígena guarani e sua permanência na toponímia da região indicava a influência da paisagem indígena no pensamento geográfico do jesuíta. Essa região também foi formada pela frente de expansão assuncena fundadora de vilas a partir do Rio Paraná com o Iguaçu, através das povoações de Ontiveros (1554), posteriormente deslocada para as margens do Rio Piqueri com o nome de Ciudad Real do Guairá (1555), vindo em seguida Vila Rica do Espírito Santo (1576), no alto do Rio Ivaí e Santiago de Xeres.[54]

Imagens cartográficas como essas eram instrumento formador de uma determinada visualidade, pois, mais do que fonte de informação, uma imagem possui potencial cognitivo, educa, proporciona a formação de conceitos, concepções, percepções[55] e, no caso das cartográficas, produz espaço.

A memória de um espaço missioneiro-sertanista manteve-se com a continuidade do avanço dos sertanistas em direção às zonas minerais do Mato Grosso, Goiás e da bacia do Rio Paraná. Mesmo a expulsão dos jesuítas dos domínios ultramarinos portugueses e hispânicos em 1759 e 1768, respectivamente, não diluiu essa memória espacial tão facilmente, pois na "Carte que represente la Partie Meridionale du Brésil et du Peru, le Chili Septentrional et le Paraguay", do geógrafo francês D'Anville, de 1779, mesmo com

54 Sposito, 2012, p.41.
55 Menezes, 2003, p.12.

Figura 21 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. Em destaque: (1) "Provincia del Guairá"; (2) "Paranensis Provincia Pars"; (3) "Uruguaensis Provincia Pars"




Fonte: Cortesão, 2006, Tomo II

sua prática de constantemente atualizar seus mapas,[56] ainda são conservados inúmeros sinais gráficos, como cruzes sinalizando as missões ou referências diretas a jesuítas.[57]

Essa memória de consistente existência visual por meio de imagens cartográficas, inclusive produzidas na Europa, influenciou as recomposições da agenda geopolítica da Coroa portuguesa implementadas a partir da capitania de São Paulo, e é nesse contexto que se tornam compreensíveis as atribuições de mapeamento a d. Luis de Sousa Botelho Mourão. Sua missão ultrapassava qualquer intenção de meramente militarizar o Brasil meridional e criar uma espécie de tampão contra o avanço espanhol, tese essa consagrada,[58] mas forjar uma nova percepção visual da geografia desse território e criar outra camada de paisagem sobre a dos sertões missioneiros-minerais-indígenas, a de um "sertão novamente descoberto" e conquistado, como seria intitulado um dos principais mapas confeccionados durante sua gestão.

Esse contexto leva à compreensão do envio de exemplares da *Dedução cronológica e analítica* para o governador d. Luis. Ao tê-los em mãos, prontamente respondeu ao conde de Oeiras, notificando o recebimento e alertando a "respeito dos inconvenientes [que tinham] resultado a esta América da creação e costumes que os Pes. (padres) nella introduzirão" e necessitava de "particular cuidado" para os extinguir.[59] Mas também é dentro desse contexto de reação da Coroa à produção espacial jesuíta-sertanista que devem ser compreendidos os focos geográficos da fase inicial de sua missão de mapeamento, ao contemplar em primeiro lugar as terras do Tibagi e ao ocupar o "morro de Apucaraná para impedir que os Jesuítas" o ultrapassassem ou se fortificassem na região oriental do Rio do Registro, sendo sua proposta "por barreiras aos jesuítas de Missões para ao depois nos aproveitarmos daquele extensíssimo território".[60]

A presença de um mapa jesuítico-sertanista na coleção de d. Luis, entretanto, denota o quanto a própria estratégia de mapeamento do Estado dependia dessas produções espaciais não estatais, e suas referências foram seguidas, mas traduzidas para a agenda imperial, resultando na ficção de uma soberania.

---

56 Furtado, 2012, p.354-355.
57 Carte que represente..., 1779.
58 Bellotto, 2007.
59 Ofício de D. Luis Antonio de Sousa..., p.167-168.
60 Ibidem, p.118.

## A espacialidade de um sertanista de São Paulo nos traços de um jesuíta

A biografia desse que pode ser considerado um coautor do mapa feito pelo jesuíta possui poucos dados. Simão Bueno vinha de uma família de origem castelhana, a de Amador Bueno. Sua avó, d. Filipa Vaz, era sobrinha de Amador Bueno, supostamente apoiado por uma facção castelhana atuante em São Paulo no século XVII. Seu pai era Bartholomeu Bueno da Silva, sertanista que em 1642 penetrou os sertões dos indígenas goiás. Seu irmão carregou o mesmo nome do pai e foi o fundador da vila Boa de Goiás. Em 1720 Simão Bueno andava por Goiás, pois recebeu uma carta do pai de Pedro Taques, o sertanista Bartholomeu Paes de Abreu, acusado pela Coroa de promover uma sublevação na região. Simão Bueno, portanto, provinha de uma linhagem de sertanistas mameluco-luso-platinos com memória espacial e interesses depositados na larga extensão de terra representada nos mapas acima.[61]

O conflito de 1731 entre reinóis e sertanistas de São Paulo nas minas de Cuiabá sugere a reciclagem de suas tensões na antiga Vila Rica para essa região e, nesse processo de defesa de seus interesses relativos à exploração aurífera e direitos de administração, reconfiguravam suas alianças sociais, e os jesuítas, por percorrerem os mesmos espaços, eram também novas parcerias em um contexto no qual a espacialidade e a memória espacial de ambos vivia a experiência de novos competidores, como o Estado.

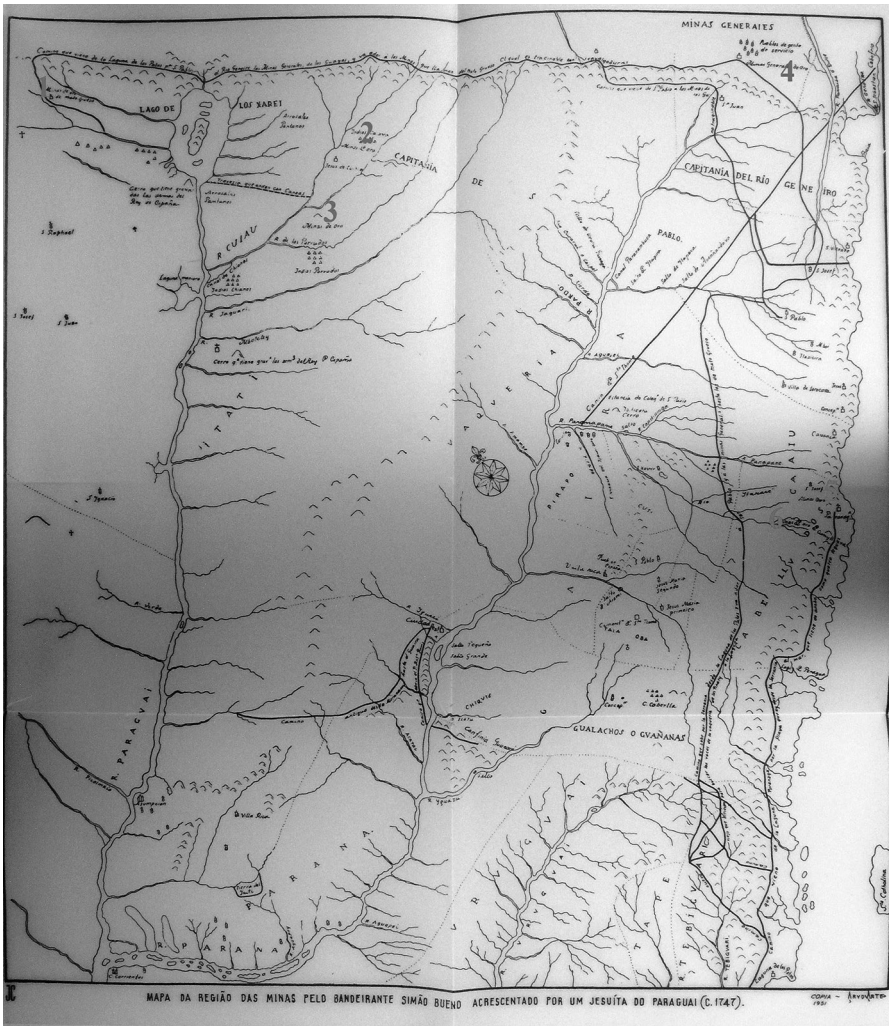
Nos ofícios muito danificados anexados a essa carta do pai de Pedro Taques a Simão Bueno observa-se ter existido uma desconfiança da Coroa portuguesa em relação à proximidade entre jesuítas, paulistas e espanhóis. Um deles notificava "as minas que tem descoberto especialmente as do Cuyaba estão vizinhas das Missões dos Jesuítas Hespanhóis do Peru".[62]

As autoridades régias nutriam o sentimento de que, se os paulistas fossem constrangidos em suas ações, poderiam se associar aos espanhóis e facilitar a sua entrada nas minas do Cuiabá: "Se os Paulistas se persuadirem que sem outras cauzas que o haver [...] naquele paiz o vexam e os oprime podem

61 Esses dados biográficos mínimos foram reunidos em Marques, 1980, p.105-121 e Leme, 1980.

62 Copia (carta) de Bartolomeu Pais de Abreu...

Figura 22 – Cópia de mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira, feita por Ary Duarte




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

penetrando o mato sem muita dificuldade em alguma ocasião que se faz o presente, chamar a introduzir naquele mesmo distrito os Hespanhóis, que não deixarão de os [...] para aquela parte e especialmente se forem auxiliados **pelos nossos melhores cartógrafos e paisanos**".[63]

63 Ibidem.

Simão Bueno terminou por ser morto por indígenas da nação charrua por volta de 1749 quando seguia para Buenos Aires,[64] tendo sua mobilidade transimperial interrompida, mas deixou registrado em desenho as marcas dessa sua geografia de vida, cujo traçado, assim como o de outros sertanistas e missionários, perturbaria a agenda político-administrativa da Coroa. Coube ao jesuíta a tarefa de propagandear em carta e mapa seus méritos exploratórios e trajetória espacial.

Simão Bueno em seu desenho não colocou o seu nome, mas indicou alguns lugares onde havia ouro e que encontram correspondência tanto na carta como no mapa colaborativo. Este último incluiu ainda outros pontos minerais, juntamente com esclarecimentos, como pode ser visto a seguir e acompanhado na legenda.

O destinatário do mapa na Figura 23 certamente desconhecia não apenas a geografia da região como também a própria pessoa de Simão Bueno, o que explica a indicação do seu nome. Esse dado também servia para situar o leitor da carta e do mapa em relação a quem havia fornecido as referências espaciais, direções e distâncias para o padre. Esse mesmo mapa completava informações visuais de Simão Bueno exibidas no mapa na Figura 22 com o acréscimo de frases explicativas que, inclusive, expunham com detalhes outras de suas atividades na região e itinerários que percorreu para explorar ouro. Legenda descritiva e mapa comunicavam como mostrado a seguir.

A região dos Pinares corresponde ao atual município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, e na ocasião era também uma referência da memória espacial jesuítica, pois em meados do século XVIII os jesuítas estabeleceram a Baqueria de los Piñares, um dos últimos redutos missioneiros e criatórios de gado. Uma análise crítica do padre Lozano a um manifesto escrito pelo padre Vargas Machuca descrevia os Pinãres como "las campañas de los Pinares ô campos de las vaquerias nuevas [que] caen sobre las cabezadas de los dos caudalosos rios Yaiguazu y Uruguay".[65]

No mapa na Figura 23 essa referência espacial jesuítica alcançou relevância com escrito em letra aumentada, como pode ser visto a seguir.

64 XLVIII-Providências do governador do Rio da Prata...

65 XXXVIII – Exame Necessário do padre Lozano sobre o manifesto do padre Vargas Machuca...

Figura 23 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. Mapa 22: (1) Minas de Mato Grueso; (2) e (3) Minas de ouro; (4) Minas Generales de ouro; (5) Minas de ouro de Paranaguá; (6) Minas de ouro de Curitiva. Mapa 23: (1) Minas de ouro que llaman de Mato Grueso; (2) Minas de ouro; (3) Minas de ouro, cerro onde Simon Bueno sacava todos los dias 40 outavas de ouro; (4) minas de ouro; (5) minas de ouro que lhaman de los Goayas; (6) Minas Geraes de ouro; (7) Arrayal de Paranapane minas de ouro e diamantes; (8) Vila de Curitiva onde ay minas de ouro; (9) minas de hiero que laboravan los Hespanoles de Villa Rica

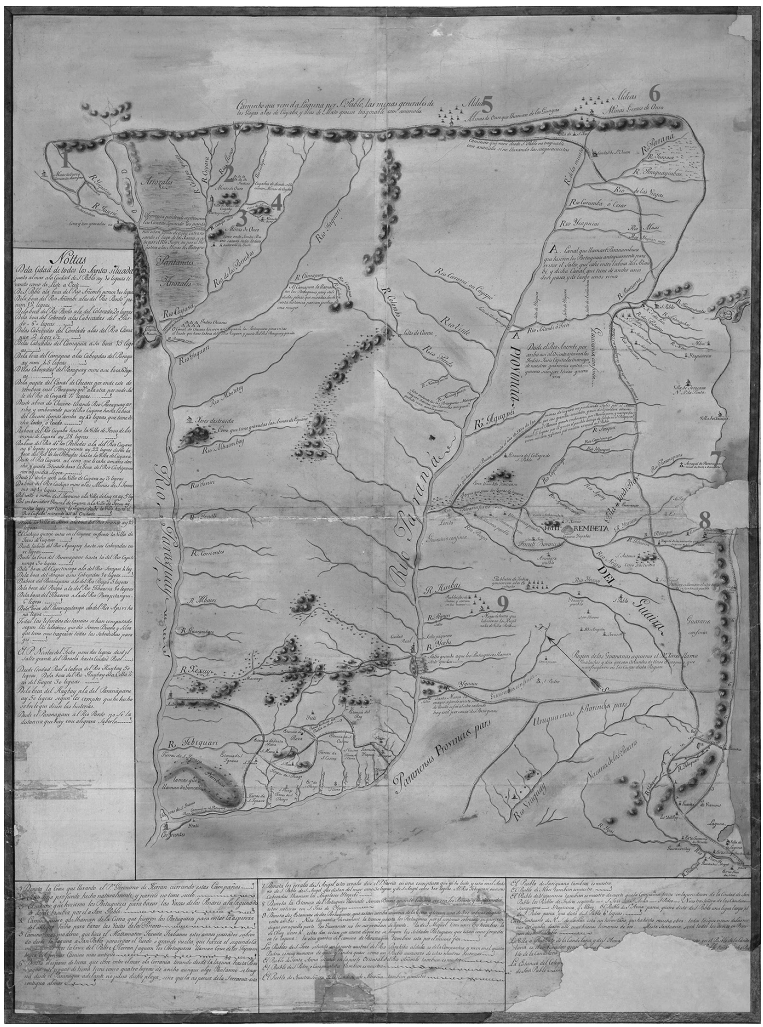

Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Tibagi
Rio Ivahy
Rio Iguaçu
Rio Pardo
Rio Tieté
Rio Grande
Rio Pardinho
Rio Verde
Rio Pequiri
Rio Sarandi
Rio Ivinheima
Rio Amambay
Rio Corrientes
Rio Xexuy
Rio Ygatimi
Rio Jejuy
Rio Mondego
Rio Ytanhaen
Rio Ytarare
Rio Ytapocu
Rio Ytapua
Rio Ytapuca
Rio Ytapuy
Rio Ytapuan
Rio Ytapuam
Rio Ytapuamirim
Rio Ytapuamirim
Rio Ytapuamirim

Figura 24 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (8) "Denota la Estancia del Portugues llamado Simon Bueno quando buscava oro em los Pinares y es quimedio estas noticias em S. José de Ypeiu". Descrição manuscrita na base do mapa numerada com o número 8

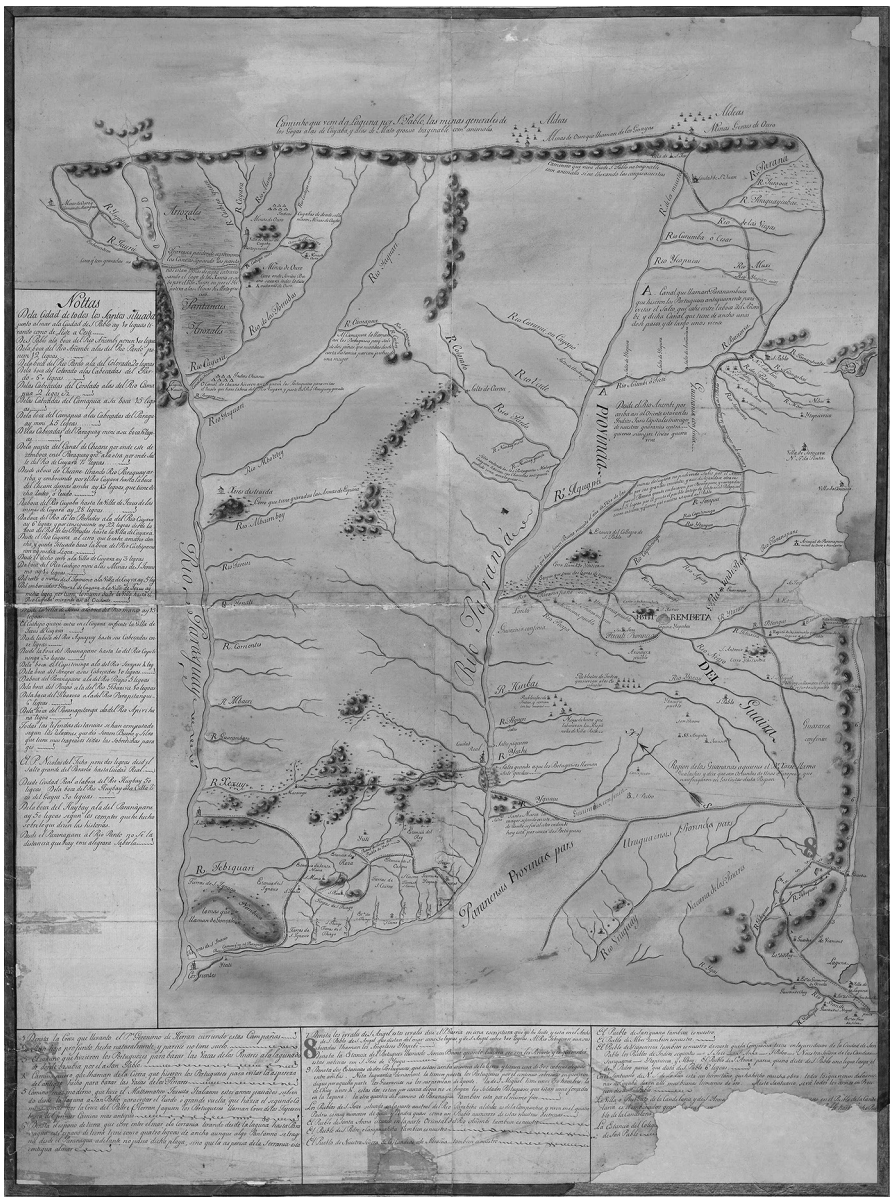
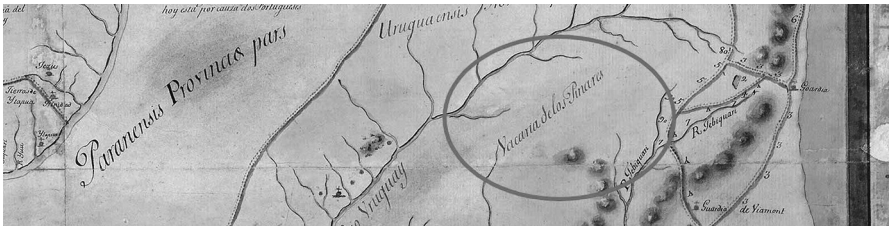

Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Tebiquari
Rio Ygurey
Rio Corrientes
Rio Yaguari
Rio Tacuary
Rio Monday
Rio Jexuy
Rio Ygatimy
Rio Piquiri
Rio Vermejo
Rio Pilcomayo
Rio Xexuy
Rio Ytabucu
Rio Ytanduy
Rio Mbotetey
Rio Ypané
Rio Jejuy
Rio Aquidaban
Rio Apa
Rio Verde
Rio Guapay
Rio Mondego
Rio Ytiquira
Rio Ytiquirai
Rio Ytiquiri
Rio Ytiquiry
Rio Ytiquiry Miri
Rio Ytiquiry Guazu
Rio Ytiquiry Grande
Rio Ytiquiry Chico
Rio Ytiquiry Mirim

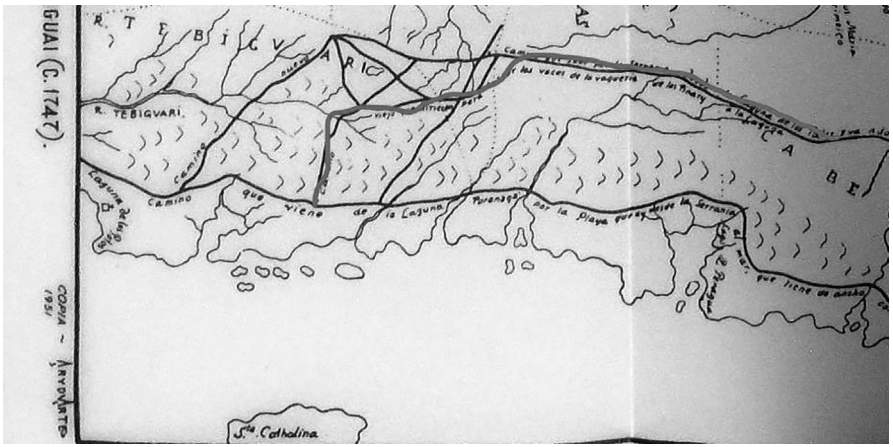
Figura 25 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. Destaque para a Vacaria de los Pinares




Fonte: BND, CMM, col., desenhado a nanquim, 61,7 x 83 cm.

No mapa do sertanista, este lançou um traçado na região e o padre acrescentou a frase "camino viejo que hiriecon para buscar las vacas de la vaqueria de los Pinares a La Laguna", como mostra a Figura 26.

Figura 26 – Caminho em destaque com frase




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

Na legenda descritiva colocada na margem inferior do mapa na Figura 24 uma frase ainda acrescentava: "Denota las estancias de los Portugueses que estan arriba em cima de la tierra, e tienen cosa de 500 cabeças de gado entre ambas". Essa experiência cartográfica colaborativa em dois mapas sugere que jesuítas e sertanistas podem ter tido experiências econômicas também em parceria na região.

Simão Bueno havia permanecido dois anos explorando ouro nos Pinares, mas sem sucesso, segundo o padre.[66] A iniciativa de explorar ouro em uma região de vacarias confirma teses sobre a multivocidade econômica de espaços muitas vezes fechados em modelos produtivos únicos.[67] A relação entre a criação e condução do gado para São Paulo e exploração aurífera ainda não foi desvendada pela historiografia, mas esse mapa colaborativo traz sugestões desse vínculo.

O caminho para as vacarias dos Pinares terminava em outro que seguia até o Mato Grosso e, portanto, ligava as zonas vaqueiras meridionais ao oeste mineral, oferecendo uma representação visual da ligação entre as duas atividades econômicas, que no mesmo mapa sertanista foi explicado pelo padre como "camino que sube por la serrania desde a Laguna de los Patos y va a dar a S. Pablo y a las minas generaes hasta las de Mato Grosso":

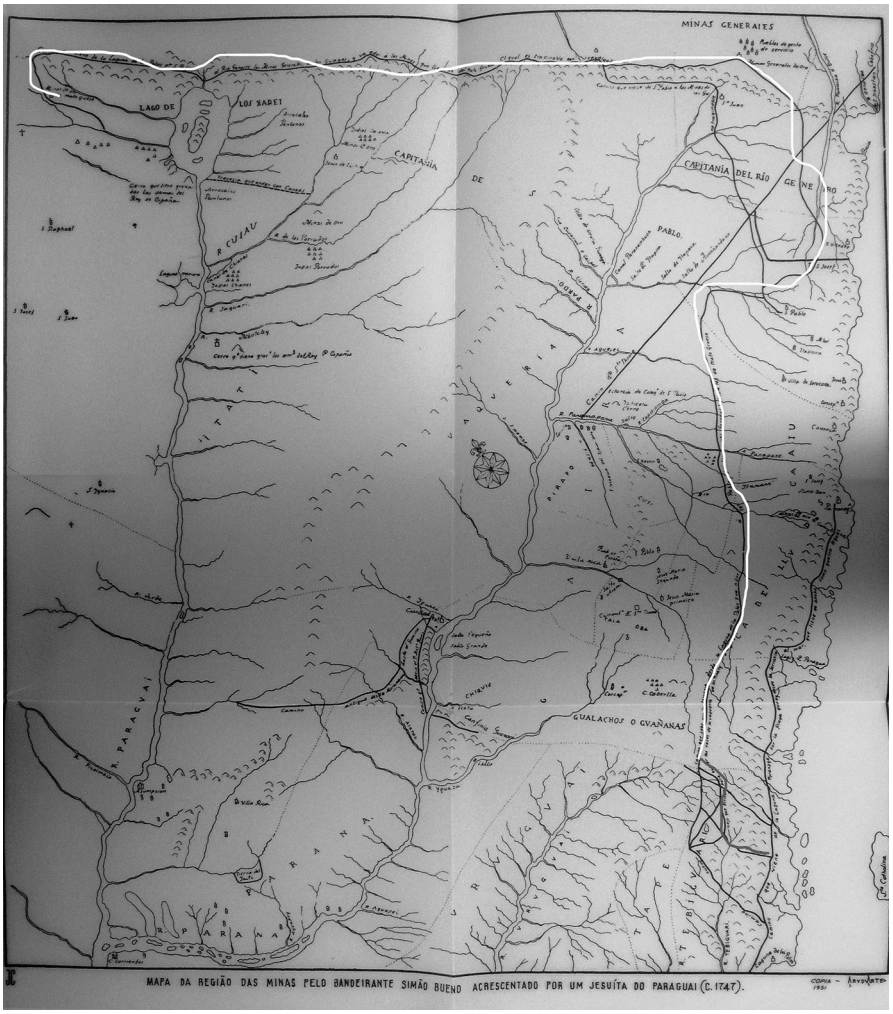
O sertanista foi adjetivado na carta do padre como "muy afamado minero em el Brasil"[68] e fornecia ainda o detalhe de pertencer a uma linhagem de sertanistas exploradores de ouro na região, pois um argumento como esse, em um contexto de valorização da experiência de terreno, maximizava o nível de credibilidade das informações fornecidas pelo próprio padre.

Mas esse detalhe na carta também certificava os direitos de Simão Bueno sobre as terras percorridas, ao informar sobre as minas de Goiás, "el que las descubrió fuè el *abuelo* del Sr. Simon Bueno yendo a maloquear, el qual encontrando uma piesa de oro la llevó y guardo, y despues andando em el Brasil com mucho calor el descubrimiento delas minas prometio hallar ò descobrir unas muy ricas si le hacia el Rey tales e tales mercedes, descubrio las minas aunque com mucho trabajo por estar em monte impetrable; pero no sabe le otorgasen las mercedes qe. pidio por condición ò premio".[69]

Diferentemente de seu avô, a vida precocemente ceifada de Simão Bueno nos sertões do sul o impediu de peticionar por mercês e direitos sobre os descobertos ou fazer tal qual o sertanista Angelo Pedroso, que encomendou um mapa dos sertões do Tibagi a um escrivão da Câmara de São Paulo, Manuel Angelo Figueira de Aguiar, para peticionar por direitos de exploração e posse

66 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.124-125.
67 Ver tese inovadora de Garavaglia, 1999.
68 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.124.
69 Ibidem, p.122.

Figura 27 – Linha vermelha: "camino viejo que hiriecon para buscar las vacas de la vaqueria de los Pinares a La Laguna"; linha amarela: "camino que sube po la serrania desde la Laguna de los Patos y vá dar a San Pablo y a las minas general hasta los de Mato Grosso"




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

de terrenos auríferos. O destaque dado à figura e à história de Simão Bueno no carto-texto e no mapa do jesuíta não deixam de deixar a desconfiança de que, tal qual o mapa de Manuel Angelo, este também poderia ter os mesmos usos peticionários. Mas não há documentos que permitam verificar essa interrogação inescapável para o historiador que se defrontou com esses usos.

No mapa do jesuíta, várias espacialidades se cruzavam e exibiam uma territorialidade na qual as marcas de Estado, principalmente as fronteiras, eram os principais ausentes. Nesse documento, a visualidade era a da territorialidade dos que a percorriam e lidavam cotidianamente com ela, missioneiros, vaqueiros, exploradores de ouro ou indígenas, expressos nos pontilhados ou nas frases sobrepostas aos caminhos.

Há indícios na carta de busca de reconhecimento do sertanista por suas ações e seus direitos sobre os terrenos minerais dos Pinares. Nesse texto o jesuíta valorizou depoimentos de pessoas em favor dos méritos de explorador minucioso do sertanista, escrevendo que o Sr. Juan Posa de Mallorquim, casado na Laguna, conhecia "mucho el Sr. Simon Bueno buscando oro" e que ele tinha "mucha inteligência [...] em estas cosas" e no "dexo diligencia para hacer com mil pruebas q.e hiso com las piedras y tierras y nunca pudo encontrar nada, *no dexando casi rincon em todos los Pinares qe. no rexistrase para este fin*; pero todo fuè envalde, y asi aburrido lo dexó".

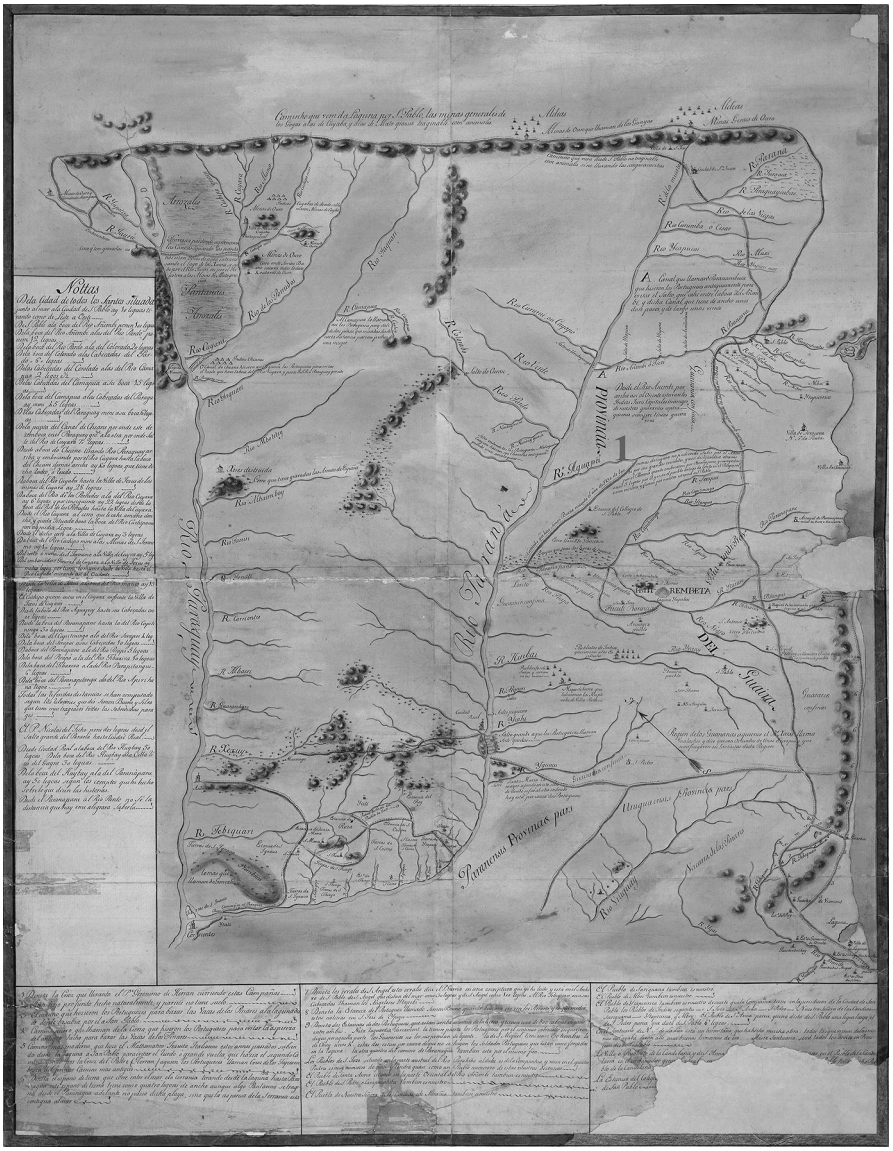
Mais adiante, ressaltou que suas notícias podiam "servir algun dia pa sacar de la cavesa de algunos ideas supérfluas e fantásticas. de boca del mismo Sr. Dn. Simon Bueno supe todas las diligencias que hiso para ver si encontraria oro em los Pinares y asi el Sr. Pisa me confirmo en la inteligência q. ya estaba de la pericia em estas cosas del Sr. Dn Simon Bueno".[70]

Nessa experiência cartográfica colaborativa, jesuíta e sertanista, juntos, demarcaram o processo de desenvolvimento de uma cultura visual das terras interiores do Brasil em um contexto no qual a monarquia portuguesa lutava para se territorializar no interior, mas sem mapas suficientemente convincentes dos seus direitos de soberania. Essa cultura visual diz respeito à produção, cultivo e uso da imagem cartográfica como ferramenta de memória, de comunicação e de reivindicação.

Pelo menos dois gêneros cartográficos podem ser observados nos produtos visuais dessa experiência cartográfica colaboracionista. Ambos

70 Cortesão, p.124-125

Figura 28 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) "Caminho que hizo Simon Bueno viniendo el año de 1730 de las minas de Cuyava no pudiendo subir por el Añembi por sus grandes crescientes y asi dislijando-se atraves por el Parana grande emborcaron por Paranapane y navegadas unas 5 legoas por el y visto el pueblo antigo de loreto en el Pirapó saltaron en tierra fueron por nossas estancias a S. Pablo"


Rio Paraguay
Rio Paraguay
Rio Paraguay

eram mapas de memória, evocativos de ações espaciais de agentes sociais, podendo esse tipo de experiência cartográfica ser chamado de carto-memória. Seu propósito foi o de proporcionar visualidade à ação da Companhia de Jesus nas bacias dos rios Paraguai-Paraná-Uruguai, espaço esse que coincidia com a história de vida do sertanista Simão Bueno. A história da cartografia em espaços coloniais e nos quais os impérios disputam suas demarcações políticas incluiu também essas carto-memórias defensivas da história de territorialização de grupos sociais ameaçados pela territorialização dos Estados.

Em ambos os mapas linhas divisórias, como a do Tratado de Tordesilhas, são ausentes, mesmo o tópico espacial sendo terras sob monarquias distintas. Na missiva do padre essa linha divisória foi lançada, mas como controvérsia, deixando em aberto sua posição no terreno. Logo, o visto pelo observador é um largo espaço interligado formado por Minas de Mato Grosso e Cuiabá e das Geraes com a Vacaria dos Pinares.

O padre reiterava junto ao novo espaço geográfico dos Sete Povos das Missões a memória espacial da antiga província do Guairá, pois o extenso título "Provincia del Guairá" em negrito, em espanhol e com letra ampliada foi sobreposto a essas terras desde as margens do rio "anembi ó Tieté" até a região dos guanana, e a região correspondente aos Sete Povos das Missões foi designada em letras menores, sem negrito, como "Uruguaensis Provincia Pars".

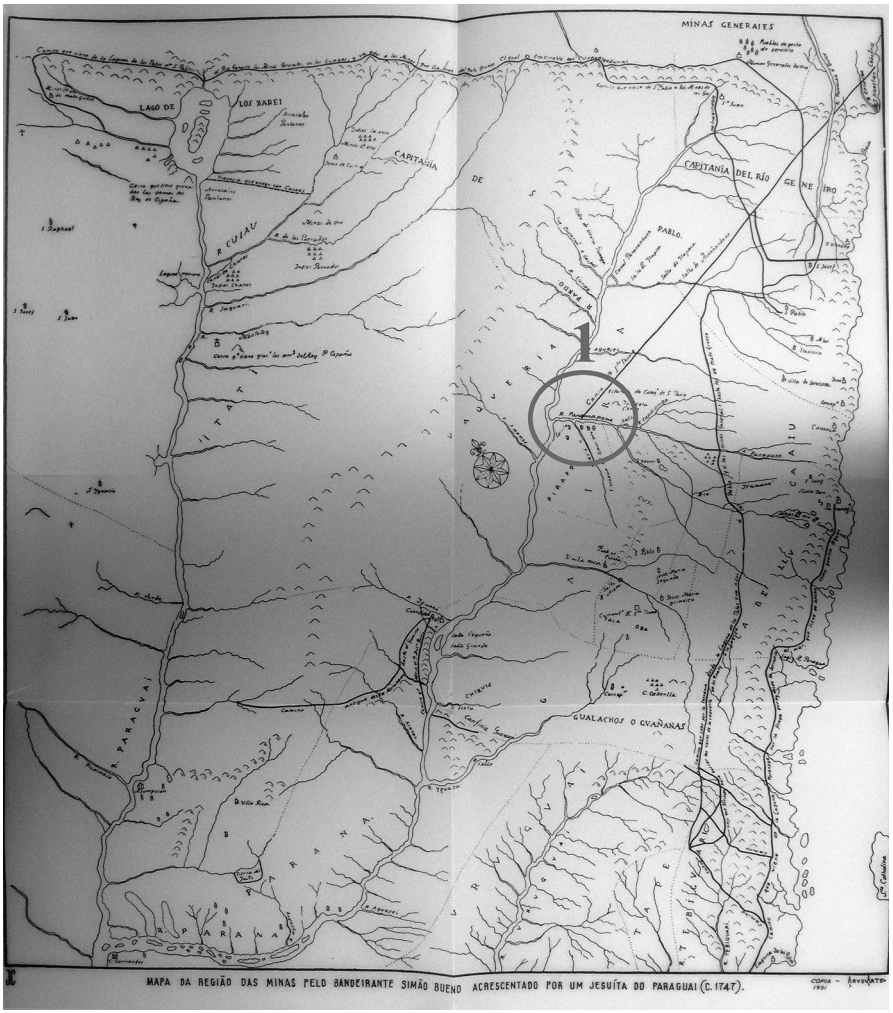
O peso da memória missionária na região era reforçado ainda pelos depoimentos de Simão Bueno em relação às ruínas das antigas missões. O mapa do padre Enis recorria ao passado mais distante registrado nas marcas locais, escrevendo na carta que, no ano de 1730, "viniendo Dn. Simon Bueno de las minas de Cuyava [...] bajo outra vez por el Parana grande abajo hasta la boca del Parana pane y llego hasta el Pirapo y ally viò el tetangue de Loreto y me conto q. se ve ma texa quebrada muchos edifícios arruinados como tambien muchos naranjos, dixome tambien q.e em la outra banda del Pirapo seguiendo la orilla austral del Parana pane se ven otros vestigios de pueblos quales fueron el de sn Ignacio".[71]

Como uma espécie de arqueólogo das antigas reduções, localizando suas ruínas, o sertanista evocava a ação missioneira na região por meio de seu desenho, e no mapa do padre suas escavações eram reproduzidas com supressão da menção a ouro:

---

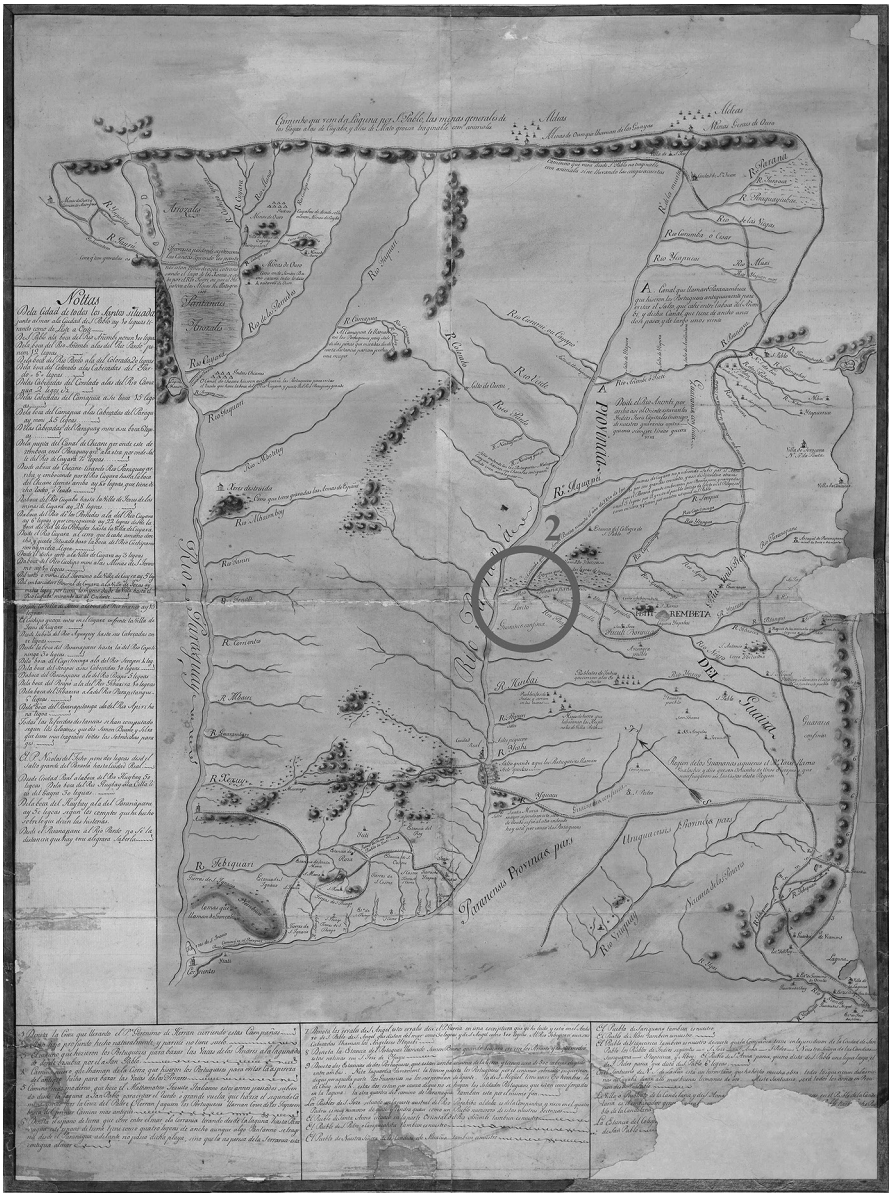
71 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.126.

Figura 29 – Cópia de Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira, feita por Ary Duarte. (1) Rio Paranapane e Pirapo, Loreto e Ignacio del Ypaum, ouro.




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

Figura 30 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira. (2) Rios Paranapane e Pirapo, Loreto, S. Ignacio Mirim


Rio Paraguay
Rio Paraná
Rio Tebiquari
Rio Ygatimi
Rio Yabebiry
Rio Corrientes
Rio Ygurey
Rio Aguapey
Rio Pirapo
Rio Loreto
Rio Mirinay
Rio Tacuary
Rio Jexuy
Rio Monday
Rio Carumbe
Rio Ytanara
Rio Ytaquaquecua
Rio Ytapua
Rio Ytapuamini
Rio Ytapuagrande
Rio Ytapuazinho
Rio Ytapuazinho Chico
Rio Ytapuazinho Grande
Rio Ytapuazinho Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande
Rio Ytapuazinho Pequeno Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim Grande Mirim

O exemplo dessa experiência cartográfica colaborativa mostra que a cartografia sertanista não foi algo uniforme e preso a um padrão. Existiram tipos: desenhos apenas com traçados sem identificação de nomes; os colaborativos feitos com missionários com identificação de nomes; os colaborativos com funcionários coloniais e identificação de nomes, como no caso do sertanista Angelo Pedroso. O sertão colonial não era local de isolamento, mas de interação social, e dificilmente um relato, um borrão ou um mapa foram produzidos sozinhos.

Nesse mapa colaborativo entre o jesuíta e o sertanista, o nome do primeiro não foi mencionado e o de Simão Bueno se destaca em relação à menção a outros, genericamente indicados no desenho apenas como portugueses. Na carta, Simão Bueno é o "português de São Paulo" e em suas linhas é dada visibilidade aos seus sertões minerais.

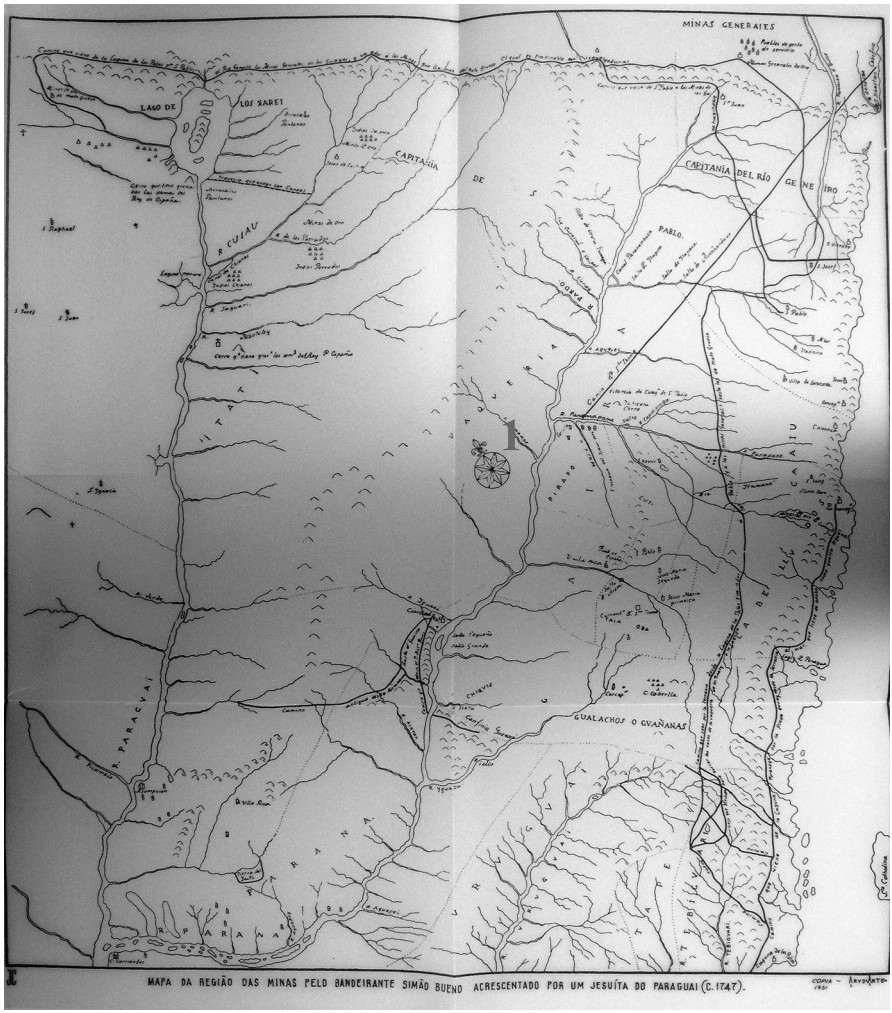
Mas essa visibilidade é compensada com o artifício do padre em traduzir o ponto e observação e projeção no mapa do sertanista para a memória da Companhia de Jesus, ou seja, deslocou a seta de direção para os campos dos gualachos, porque o sinal gráfico garantia um efeito visual de puxar o olho do observador para a paisagem étnica, que, por sua vez, justificava a própria presença jesuítica na região, pois estes eram indígenas não convertidos, que posteriormente se tornariam os principais alvos de intenção de contato e pacto da Coroa portuguesa e do projeto de mapeamento de d. Luis de Sousa.

Ambos os mapas exibem itinerários terrestres assinalados por pontilhados. O ato de peregrinar sempre teve acolhida junto às diversas audiências na história desde a Antiguidade, tanto entre orientais como entre ocidentais, cujas histórias possuem personagens marcados pela busca ou andança em direção a uma terra de promissão. No século XVIII o itinerário percorrido penetrou as academias científicas e era relatado em voz alta nas reuniões dos ilustrados das academias científicas, e as imagens cartográficas amplificavam a veracidade e reconhecimento almejado por seus relatores, algumas vezes eles próprios encarnando a condição de peregrino, relator, autor de relato e mapa, como foi o caso do cientista e explorador francês Charles-Marie de La Condamine.[72]

O uso ou não de recursos geométricos expressava uma maneira de entender o espaço, e no caso desses mapas a ausência desta indicava um

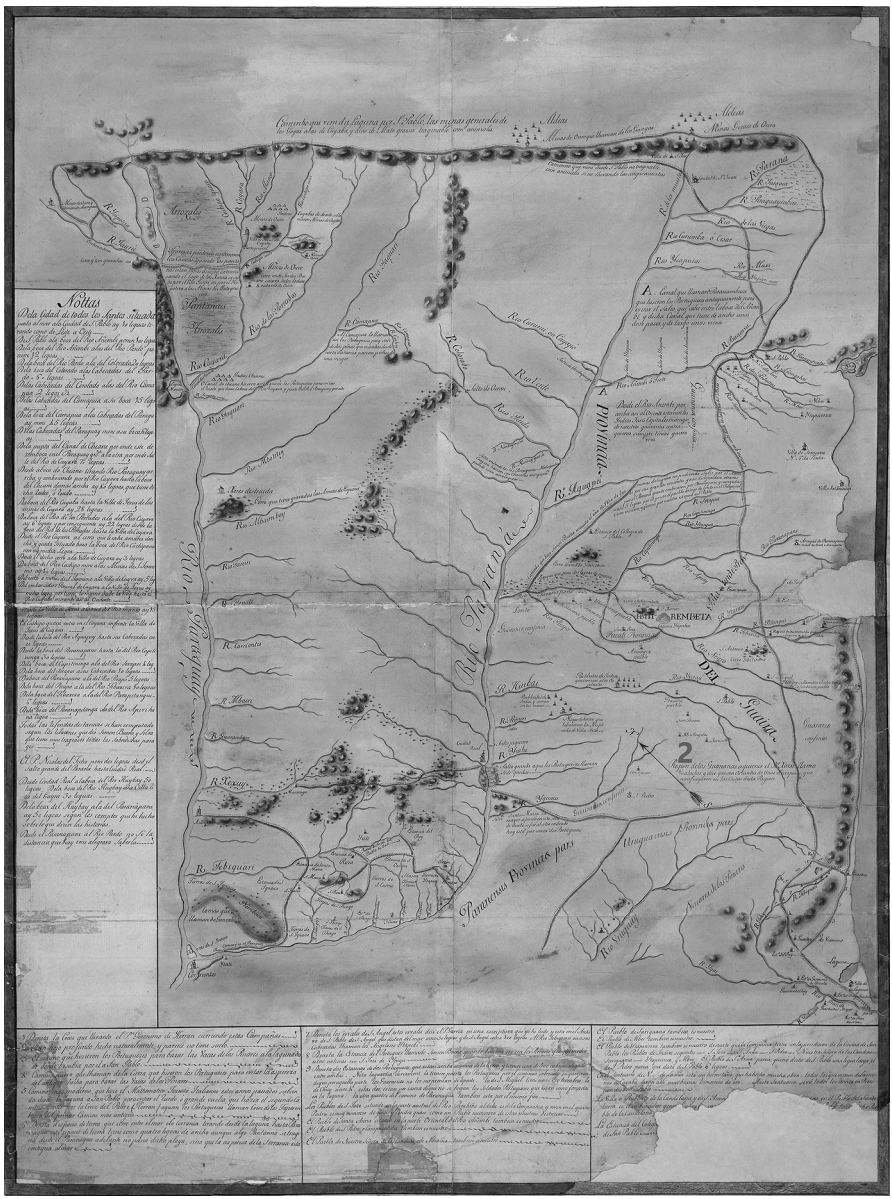
72 Safier, 2008.

Figura 31 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (1) Rosa dos ventos com seta de direção disposta no centro do território apontada para as minas de Mato Grosso




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

Figura 32 – Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira. (2) seta de direção em formato de flecha disposta sobre o território dos indígenas guananas ou gualacho, apontada para as minas do Mato Grosso


Notas
Rio Paraguay
Rio Grande
Rio Jauru
Rio Ichiguan
Rio Xexuy
Rio Mbotetey
Rio Apa
Rio Ipané
Rio Tacuary
Rio Corrientes
Rio Yaguarón
Rio Pirayú
Rio Ygatimi
Rio Verde
Rio Mondego
Rio Mondegueno
Rio Ytiquira
Rio Ytiquirica
Rio Ytiquirinha
Rio Ytiquirinho
Rio Ytiquirinhão
Rio Ytiquirinhãozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinhozinho
Rio Ytiquirinhãozinh

entendimento de espaço como lugar permeável e percorrido expresso no pontilhado. A linha divide, o pontilhado integra. A cultura visual de sertões produziu mapas de memórias de itinerários e o sertão não era o vazio, mas um espaço trabalhado pelas mãos e pés dos que o percorriam e construíam edificações, mineravam, forjavam ferro, construíam canais, criavam animais e fundavam estâncias.

Se o mapa de Simão Bueno pode ser adjetivado como um mapa geográfico, itinerário e de memória, o do padre agregava estes e o textual, sendo também um carto-texto, que pode ser atribuído ao manuseio da escrita pelo letrado. Seu gênero de itinerário, entretanto, é parte tributário do sertanista e parte do percurso dos padres pelas missões. Essa qualidade mostra a pluralidade e coincidência de gêneros em uma mesma imagem[73] criada para explicar os êxitos de agentes não estatais em uma região, mas que posteriormente, nas mãos de um governador, serviria para dirigir o avanço do Estado para o interior de uma parte do continente que mal se sabia cair sob o cetro de Espanha ou de Portugal.

Mas a que procedimentos técnico-científicos e recursos visuais um jesuíta e um sertanista recorreram para criar um instrumento persuasivo capaz de atrair a atenção de uma ordem religiosa e de autoridades régias, e quais deles poderiam ter chamado a atenção, mais de uma década depois, de um governador?

## A mistura da erudição e da prática: geometrias de memórias de jornadas na produção de um espaço mineral-missioneiro

No contexto das disputas geopolíticas nos espaços coloniais no século XVIII, as monarquias ibéricas se viram compelidas a engajar governadores de capitanias em projetos de mapeamento forjadores de ficções geográficas e de impérios diante da constatação, principalmente entre secretários de Estado e autoridades régias coloniais portuguesas, de que os sertões do Brasil eram um tipo de laboratório onde informações geográficas eram trocadas,

73 Lois, 2015.

processadas e geravam produtos visuais com potencial de uso peticionário de direitos de memória, posse e exploração sobre territórios.

Esses produtos visuais na forma de imagens cartográficas alimentavam uma cadeia cognitiva no interior do Brasil meridional formada por indígenas, sertanistas e jesuítas. Tal cadeia era ainda formada por procedimentos, metodologias e conceitos fora dos padrões cartesianos propostos pela ciência moderna. A autoridade alcançada por essas cadeias e seus produtos e processos é constatada nas reações provocadas nos agentes régios e de poder, como ocorreu com o mapa colaborativo, apreendido no ataque às Missões, enviado para a Secretaria de Estado, entregue ao governador d. Luis de Sousa quando este veio ao Brasil, usado por este em sua interlocução com o conde de Oeiras e mantido em sua mapoteca de trabalho.

Segundo alguns autores, do ponto de vista positivista, idealista clássico e eurocentrado, produção de conhecimento científico foi associada à universalidade, à formalização matemática e à verificação experimental.[74] Mapas são componentes da cultura visual, mas também são produtos científicos, envolvendo procedimentos e processamento de dados/informações geográficos, bem como a aplicação de técnicas e convenções em sua produção.

As condições locais de produção de cultura visual por meio de mapas nos espaços coloniais e as contingências impostas pelas pressões da territorialização dos Estados nas terras interiores favoreceram a criação de padrões, metodologias e técnicas próprias. Se a racionalidade matemática era a base da ciência moderna[75] e um dos procedimentos da geografia e da cartografia, no laboratório dos sertões a matemática era o cálculo das passadas dos que os percorriam em jornadas exaustivas.

Ambos os mapas analisados até o momento empregavam matemática, não a dos números abstratos extraídos de instrumentos de mediação de latitudes e longitudes de um espaço geográfico, mas a matemática dos números produzidos por agentes itinerantes e confirmados por discursos de autoridade, como os dos padres eruditos. A territorialização dos Estados sobre terras já ocupadas e edificadas apressou seus ocupantes a produzirem documentos desse espaço.

---

74 Raj, 2015, p.165.
75 Ibidem.

Apesar de possuir ferramentas eruditas em mãos, como as "cartas geográficas de Mr de Fer (Nicolas de Fer), celebre geográfico Parisiense impresas el año de 1732", o jesuíta do mapa em questão considerou que uma peça como essa, baseada em cálculos matemáticos, custaria "mucho trabajo y estudio" e porque "el tempo no dá lugar a tanta prolixidade [punha] solamente en esta carta algunas distancias de los puntos mais principales".[76] Tal como era usual manuscritos circularem nas missões jesuíticas, o mesmo ocorreu com mapas. Assim como autores já demonstraram que a circulação de manuscritos era usual nas missões, a transcrição mencionada sugere que o mesmo ocorria com mapas.[77]

Se números podiam ter o efeito visual de diluir memórias de atuação nos pontilhados, imagens figurativas de aldeias, reduções, paróquias e vilas expressavam mais explicitamente ações e presenças humanas. Linhas de pontilhados ou linhas cheias espalhadas por vários pontos do mapa do sertanista expressavam seu procedimento de comunicar visualmente informação geográfica, transmitida também oralmente e não meramente transcrita, mas processada pelo jesuíta na "Notta" lateral do seu desenho.

Nessa legenda descritiva lateral eram listadas todas as distâncias, intituladas na carta "Distancias de algunos puntos principales de este mapa segun los portugueses". A certa altura dessas "Nottas" o jesuíta esclarecia que "todas las referidas distancias se han computado segun las relaciones que dió Simon Bueno y Silva que tiene mui trageados todas las sobredichas parages". Simultaneamente essas informações eram processadas e traduzidas para o contexto da Companhia de Jesus, com a frase "El P. Nicolas del Techo, pone dos leguas desde el Salto Grande del Paraná hasta ciudad real".

Na legenda inferior do mapa, esse processo de tradução prosseguiu com as verificações e ações dos padres matemáticos da missão portuguesa de medição das longitudes, "Camino mas moderno que hizo el matemático jesuíta italiano estos anos passados subiendo desde a Laguna a San Pablo para evitar el ruodo ó grande vuelta, que hazia el segundo caminho yendo pela Cruz del Padre Herran".

As coordenadas geográficas fornecidas pelos sertanistas aos jesuítas não eram meramente ouvidas, mas anotadas, pois o padre autor do mapa

76 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.116.
77 Fleck, 2018, p.1190.

informou na carta em uma "Nota" à parte na descrição das distâncias de um ponto a outro: "disse arriba como no me acordaba de la distância entre la boca del Paraguay miri y la de Chiane; pero despues entre mis apuntes encontré ser de unas ochos léguas".[78] Esse dado sugere que um dos procedimentos adotados nos processos cartográficos ocorridos nos sertões era o arquivamento das informações dos práticos dos sertões para serem utilizadas na narrativa tanto escrita como visual do espaço feita pelos padres da Companhia.

O sertanista, por sua vez, não era um mero itinerante, mas um observador e experimentador de tudo o que havia nos sertões para produzir conhecimentos,[79] e no seu mapa pode-se observar sua metodologia para chegar à matemática em léguas coletada, testada e usada pelo jesuíta para confeccionar o outro mapa.

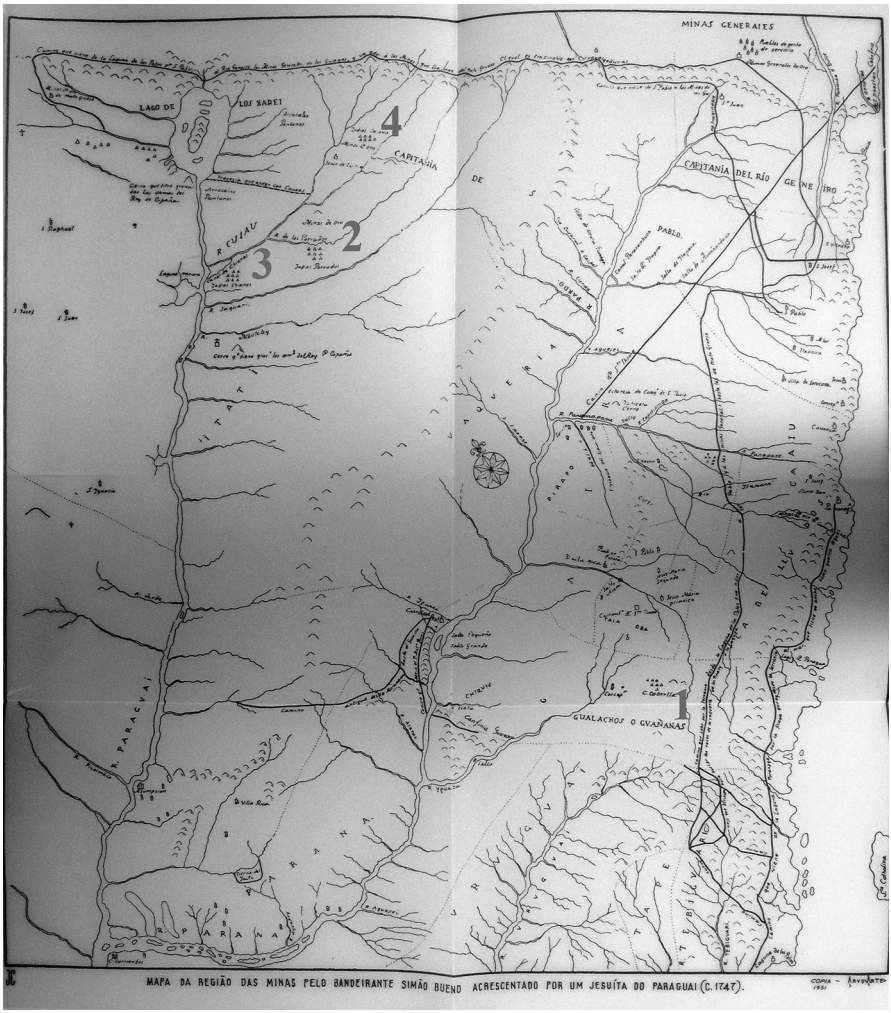
Os caminhos sertanistas também não eram estáveis, mas recriados por seus sucessores, pois, como mostrou Simão Bueno em seu desenho, havia o caminho velho que servia para buscar as vacas na vaqueria dos Pinares, mas também um caminho novo que cruzava com este e seguia para as minas do Mato Grosso. Aproveitar os caminhos antigos, distinguir caminhos trafegáveis com animais, criar caminhos novos e se basear em linhas fluviais navegáveis para encurtar jornadas eram procedimentos dos sertanistas para criar conhecimento geográfico.

Como mostraram alguns autores, o conhecimento dos itinerários dos sertanistas não era um assunto individual e particular ou de poucos membros da família, mas transmitido[80] e, portanto, aprendido, redesenhado, reinterpretado e levado para os seus mapas.

Recorrer às paisagens étnicas era também um procedimento cartográfico dos sertanistas para alertar os adventícios. Como visto, uma das camadas do território eram as paisagens indígenas e estas aparecem no mapa do sertanista com diferentes tons de visibilidade. Os gualachos ou guananas eram os grupos étnicos mais desconhecidos, de quem poderiam ser esperados comportamentos imprevisíveis, e foram lançados no mapa com letras maiúsculas maiores em um bolsão territorial naquele momento ainda impenetrado,

78 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.117.
79 Processo como esse foi pioneiramente observado por Holanda, 1994.
80 Rodrigues, 2017, p.5.

Figura 33 – (1) Escrito com letras em caixa-alta: "GUALACHOS OU GUANANAS"; (2) Triângulos representando tendas com registro abaixo e letras em caixa-baixa: "índios porrudos"; (3) Triângulos representando tendas com registro abaixo e letras em caixa-baixa: "índios chianes"; (4) Triângulos representando tendas sobrescritos com "índios caiava" em caixa-baixa




Fonte: Cortesão, 2006, tomo II.

como o banhado pelos rios Tibagi e Iguaçu. Outros grupos étnicos mais conhecidos e de contatos de longa data, tais como os porrudos, chianes e cuiava, sobre os quais muito já havia sido descrito sobre suas experiências de confronto com os colonos, foram colocados no mapa com letras ou associados a símbolos gráficos menores.

Esse conhecimento geográfico produzido por sertanistas em formato oral e em imagem foi coletado pelo jesuíta e submetido à avaliação de um outro padre da Ordem antes da produção do segundo mapa. O consultado foi o padre Joseph Quiroga, geógrafo de renome, que posteriormente integraria a comissão demarcatória hispânica do Tratado de Madrid e percorreu o Rio Paraguai. Quiroga avaliou os dados do sertanista Simão Bueno subsidiado em mapas portugueses das Minas de Cuiabá que havia visto em Madri. Na carta foi explicado esse exercício de cotejamento:

> comunique e conferí despues com el Pr. Josef Q[u]iroga de nuestra companhia [ e este ] habia visto um Mapa muy exacto de las Minas de Cuiava y outras partes do Brasil em la corte, com mucha cautela habian procurado haber, y copiar em la Casa de Contratacion de Lisboa de este Mapa de las Minas de Guyava que el Pe Q[u]iroga viò em Madrid sacó una copia para si dicho Padre e [assegurou] se podia acordar todas las notícias que los Portugueses me dieron de las misiones de Cuyava y situacion y otras partes del Brasil estaban muy conformes à la carta que habia visto em Madrid.[81]

Havia a desconfiança de que esse mapa visto pelo padre Joseph Quiroga era um confeccionado pelo padre Diogo Soares, um dos matemáticos da missão enviada por d. João V para as medições de longitude dos sertões do Brasil, por "muchas conjecturas" dele, Quiroga.[82]

Experiências cartográficas colaborativas nos sertões do Brasil meridional não foram protagonizadas apenas por jesuítas e sertanistas, mas também por funcionários de conselhos locais. Estes, por serem moradores das localidades onde muitas vezes residiam as famílias dos sertanistas que se dirigiam às minas de Centro-Sul do Brasil, se mostravam como potenciais desenhistas de seus mapas, quando almejavam ter um para produzir um espaço percorrido, minerado e de seus direitos por terem nele posto as mãos e pés.

---

81 Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta..., 1951, p.116.
82 Ibidem, p.125.

## Experiências cartográficas colaborativas nos sertões minerais do Sul para peticionar

Desde 1592 "já havia notícias consistentes sobre atividades regulares de mineração na região de São Paulo" e em 1640 essas experiências se disseminaram pelas regiões de Paranaguá, Curitiba, Iguape e Cananeia".[83] Essa atividade mineradora nos sertões do Sul recebeu pouca atenção dos historiadores, em virtude do "grande movimento de mineração no século XVIII em Minas Gerais, em Goiás e Mato Grosso do Sul". Mas esse tipo de abordagem vem mudando, bem como a própria forma de ver a formação territorial dos ditos campos de Curitiba,[84] até então vinculada essencialmente ao movimento das tropas de muares em direção à feira de Sorocaba ou ao Registro de Curitiba, como se essa região se reduzisse ao comércio do gado.[85]

A mobilização da Coroa portuguesa e seu ministro em investir no mapeamento e ocupação humana dessa região através da restauração da autonomia administrativa da capitania de São Paulo e da instalação de um governador a partir de 1765 foi impulsionada em grande medida pela atividade exploratória mineral espontânea nessa região.

Ao reabilitar a autonomia administrativa e instalar o governador, a Coroa poderia organizar essa atividade exploratória em uma extensa região, como a banhada pelo Rio Tibagi, que mal se sabia a que Coroa pertencia. Mesmo o próprio programa de urbanização da região levado a cabo pelo governador d. Luis de Sousa esteve relacionado ao fomento da exploração aurífera.[86]

Para implantar a atividade exploratória mineral organizada e dirigida pelo Estado, era necessário inibir as intenções e ações individuais dos sertanistas de explorar ouro e diamantes na região ou mesmo desmobilizar atividades como essas já em curso. O processo de mapeamento conduzido por d. Luis de Sousa teve, assim, o objetivo de reelaborar os sertões minerais do Tibagi, transformando-o de uma criação sertanista em uma ficção geográfica de terras percorridas por soldados mapeadores e de direitos de posse da Coroa portuguesa. Se até então a topografia da região, tal como o Morro

83 Reis, 2013.
84 Picanço; Mesquita, 2012.
85 Petrone, 1976; Severino, 2009.
86 Derntl, 2010, p.96.

Apucarana, aparecia nos roteiros e nos poucos mapas como visualizações de sertanistas, com ofícios e mapas de expedições oficiais, esses morros se tornaram observações de soldados. O próprio ato de nomear o plano oficial de exploração da região com o seu nome, Tibagi, era uma etapa desse processo de reconfigurar um espaço sertanista em uma ficção de império soberano. O programa exploratório de d. Luis recebeu o nome de um dos rios que atravessavam esses sertões, o "Tibagi".[87] Diferentemente do que ocorreu nos sertões de Minas Gerais ou Goiás, instruções régias enviadas ao governador d. Luis de Sousa expressavam a percepção da Coroa sobre os limites para a consolidação de sua soberania, caso a exploração mineral espontânea prosseguisse na região.

Essa não era uma preocupação exclusivamente dirigida aos sertões do Tibagi, mas para toda a região da fronteira interna do Brasil com os domínios de Espanha, o que levou o Estado português a oferecer suporte institucional para os governadores levantarem informações geográficas, promoverem exploração dos espaços, sistematizarem essas informações em diários, ofícios, desenhos e mapas.[88] No caso da capitania de São Paulo, houve um amplo movimento oficial de *reterritorialização* da região do atual estado do Paraná, através da implantação de vilas e freguesias que serviram de infraestrutura para as entradas das tropas de aventureiros e posteriormente militares[89] responsáveis pela missão de territorializar o Estado nesses sertões.

Em ofício, d. Luis de Sousa agradecia à Coroa por "toda a ajuda e favor" para que os aventureiros da expedição de mapeamento que organizaria para os sertões do Tibagi fossem avançando com estabelecimentos de povoação na Serra de Apucarana, mas estava ciente de que "sem que lhes permitissem hirem logo a esta serra buscar os haveres, pois que seria o mesmo que os mostrar aos castelhanos, sem os taes aventureiros terem força bastante para os defender em tão longa distância".[90]

A ocupação norteada pelo interesse de exploração aurífera na região, portanto, colidia com a "razão de Estado português" no período, cujo alvo

87 O plano de exploração dos sertões do Tibagi, assim nomeado pelo governador d. Luis de Sousa, pode ser visto em Ofício n.20..., 1768.

88 Derntl, 2010, p.53.

89 Ibidem, p.34 e 53.

90 Ibidem, p.96.

central era segurar a fronteira interna do Sul do Brasil diante da expectativa de avanço dos espanhóis.

Esse posicionamento cauteloso do governador d. Luis de Sousa em relação aos anseios exploratórios dos sertanistas pode ser explicado por suas recorrentes reivindicações individuais, formalizadas institucionalmente desde a década de 1750. Essas reivindicações, ao serem institucionalizadas em petições, não apenas as tornavam assunto oficial e obrigavam autoridades e funcionários a responder a elas, mas também a contê-las pela própria prática administrativa. Essa circunstância criada pode ter sido a desencadeadora da decisão de restaurar a autonomia administrativa da capitania de São Paulo com um governador e de imediatamente colocar em prática um programa de mapeamento da região.

Empreendimentos mapeadores como esses eram também uma estratégia do Estado para desmobilizar antigos poderes locais sediados em câmaras, como as de São Paulo ou Paranaguá, também envolvidas em disputas e reivindicação de direitos de uso e ocupação das terras do Tibagi. Ao lado do sertanista Angelo Pedroso, por exemplo, estava o escrivão da Câmara de São Paulo, Manuel Angelo Figueira de Aguiar, que desenhou um mapa desses sertões, e a Câmara de Paranaguá foi instigada pela de Santos, conforme palavras do ouvidor-geral da comarca de São Paulo, para "tomar posse das terras do Tabagi".[91]

Os sertões do Tibagi compreendiam os vales do Tibagi e Ivaí e as áreas banhadas pelos rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi. A sudoeste entre os rios Iguaçu e Ivaí ficavam os Campos de Guarapuava e esses sertões correspondiam ainda aos antigos territórios da província do Guairá. Os espanhóis, através da ação da Companhia de Jesus, iniciaram a dispersão nesse território no século XVI. Nessa mesma ocasião foram fundadas vilas por colonizadores hispano-assuncenos, posteriormente destruídas pelos sertanistas de São Paulo, como Ontiveros (1554), Ciudad Real (1557) e Vila Rica do Espírito Santo (1576).

Entre 1610 e 1628, os jesuítas estabeleceram 15 aldeamentos na região, sendo 13 deles no ocidente do atual estado do Paraná.[92] Essa frente de expan-

91 Ofício do ouvidor da comarca de São Paulo...
92 Derntl, 2010, p.94.

são jesuíta sobre esse território é indissociável da produção de mapas,[93] sugerindo a hipótese de a Coroa portuguesa estar em desvantagem em relação a uma questão crucial para a época, como a posse de mapas como documento reivindicativo de soberania.

Para superar essa condição deficitária em termos cartográficos, a Coroa portuguesa dependia do prático de sertão e esse foi o principal dilema vivido pelos impérios ultramarinos europeus: a dependência e fragilidade perante o habitante local, nascido, radicado, mas, principalmente, experiente de terreno. Sem apoiar-se nele e sem se curvar aos seus desígnios, beirava o impossível criar uma imagem de império poderoso, soberano e de linhas geográficas definidas nos espaços coloniais.

A urgência imposta ao próprio Estado para redefinir sua prática administrativa no Centro-Sul do Brasil diante dessas circunstâncias de exploração mineral espontânea em região de fronteiras duvidosas e fragilidade e dependência dos agentes desse movimento pode ser explicada pela geopolítica do século XVIII e pela maneira como os tratados entre os impérios coloniais passaram a ser entendidos.

Algumas vozes defendiam "que apenas a 'ação sobre a terra' poderia conduzir à aquisição de direitos".[94] Nos interstícios políticos de ambos os impérios ibéricos na América corriam discussões sobre a ocupação territorial justa e possível. Esse ambiente impulsionava a luta pela elaboração de tratados e pela exibição de informações geográficas práticas. Mapas eram uma forma de dar visibilidade e comunicar pelo instante da imagem a posse dessas informações, não necessariamente coincidentes com o real, mas capazes de convencer sobre direitos de posse. Alguns autores chegam a dizer que essas imagens faziam tremer de medo as autoridades envolvidas com a política internacional de ambos os impérios, tal o seu peso de documento.[95]

É nesse quadro que está inserida a demanda de Angelo Pedroso sobre os sertões do Tibagi feita ao ouvidor da comarca de São Paulo João de Sousa Filgueiras. Esse caso desencadeou uma troca nervosa de mensagens entre autoridades régias no Centro-Sul e em Lisboa. Sousa Filgueiras escreveu ao secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real em

93 Barcelos, 2010.
94 Herzog, 2015, p.33.
95 Ibidem.

1755 e este ao governador-geral das capitanias do Centro-Sul, Gomes Freire de Andrade.

Filgueiras informou ao secretário sobre a notícia de "um novo descoberto de minas de ouro no sertão do Tabagi desta comarca para que V. Ex. o pusesse na presença de V. M.", mas proibiu-lhe o imediato "cavar e minerar" sem primeiro informar ao rei e lhe enviar a certidão escrita pelo próprio Angelo Pedroso, para que ele pudesse "proceder acertado com as determinações".[96] O secretário, por sua vez, meses depois, escreveu ao governador das capitanias do Centro-Sul, Gomes Freire de Andrade, sugerindo certo sobressalto:

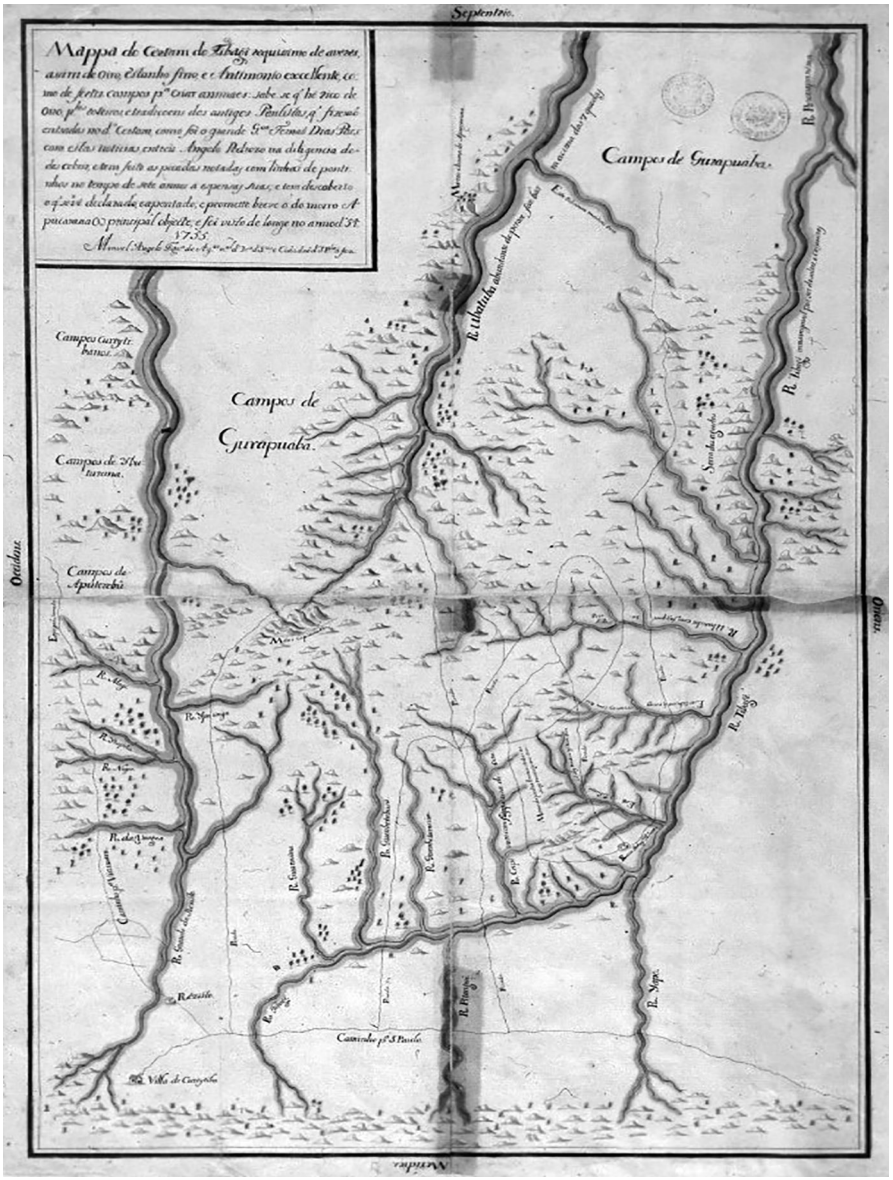
> Este Tibagi nos dá sempre em que cuidar, porque a S. M. se apresentarão estes dois pretendentes de que vão os papéis inclusos, para descobridores daqueles sertões e dos Tesouros que nelles se inserão [...] dos quais remeto a V. Sa os requerimentos inclusos, para que Vossa Exca informe interpondo o seu parecer".[97]

A certidão de Angelo Pedro seguia com o mapa a seguir, como informou Sousa Filgueiras ao conde de Oeiras.[98] A força política dos mapas nesse período, principalmente se saídos das notícias geográficas de sertanistas, pode ter sido um fator desencadeador de alterações na "razão de Estado" portuguesa para o Centro-Sul, em especial para a capitania de São Paulo.

Tal como ocorreu com Simão Bueno, pouco foi encontrado na documentação sobre Angelo Pedroso. Apesar de biografias de rastros institucionais tão discretos, as experiências cartográficas colaborativas de ambos foram capazes de impactar a esfera política ou pessoal. Angelo Pedroso em 1755 recebeu a provisão de guarda-mor temporário "dos novos descobrimentos que tem praticado com mais descobridores", possivelmente em virtude da sua carto-petição. Acatar sua demanda também pode ter sido uma estratégia política circunstancial da Coroa portuguesa para apaziguar ânimos em uma conjuntura de vulnerabilidade da soberania portuguesa sobre a capitania de São Paulo e seus correspondentes sertões do Tibagi, pois ainda não havia sido reabilitada a sua autonomia administrativa e ela era gerida por

96 Derntl, 2010, p.96.
97 Ofício do [secretário de estado da Marinha e Ultramar]...
98 Ofício do ouvidor geral da comarca de São Paulo...

Figura 34 – Aguiar, Manuel Angelo Figueira de. Mappa do certam do Tibagi riquissimo de averes assim de oiro, estanho fino e Antimonio Excelente, como de fertiz campos para criar animaes : sabe-se q. hé rico de oiro, pos. roteiros, e tradiçoens dos antigos Paulistas q. fizerão entradas no do. [dito] certam, 1755.




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm.

governos exógenos, tal como o governador militar de Santos e Gomes Freire de Andrade como governador do Rio de Janeiro. Esse era um território, como alegou o ouvidor João de Sousa Filgueira em despacho, suscetível a "dúvidas de dicensões [...] entre os concorrentes".[99]

Em sua certidão complementar ao mapa, Angelo Pedroso informou percorrer os sertões do Tibagi havia nove anos, período no qual descobrira "vários ribeirões com suas pintas de ouro", produzindo assim um sertão do Tibagi com direitos de ocupação e uso, porque sabia, inclusive demonstrou em narrativa visual e escrita, a localização de cada uma das lavras achadas, bem como o curso e os topônimos de vários ribeiros e ribeirões.

Assim, o fervor peticionário dos sertanistas de São Paulo com o incremento da exploração mineral no interior do Brasil, já mostrado por algumas autoras,[100] foi incrementado pelo uso de mapas, dado o seu fator de impacto na argumentação e persuasão sobre direitos relativos à terra.

Sertanistas que demandavam direitos sobre terras não procuraram engenheiros militares para confeccionar seus mapas. Seus apoiadores, interlocutores e desenhistas eram funcionários dos conselhos locais de governo, agentes com os quais tinham convívio direto. Esses agentes não dispunham das formações técnico-profissionais ou dos instrumentos próprios dos engenheiros. Ainda assim, esses mapas foram reconhecidos como documentos comprobatórios de direitos e eram acatados como subsídios de petições e levados às deliberações. Esse dado aponta para a própria opacidade de limites entre o *status* de um mapa saído de mãos profissionais ou amadoras. A carência de mapas das terras interiores do Brasil e a credibilidade alcançada pelo prático de terreno em relação às descrições orais, escritas ou visuais do território podem explicar essa situação.

O estudo da formação territorial do Brasil através dos mapas tem sido praticado pela historiografia luso-brasileira desde os trabalhos de Jaime Cortesão e a abordagem nacionalista deste tem sido revisada pela história da cartografia crítica praticada no Brasil. Esse historiador português foi responsável por localizar na Biblioteca Nacional um acervo de desenhos que intitulou "mapas sertanistas", por terem como autoria práticos de sertão oriundos de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata, e os adjetivou como

99 Derntl, 2010, p.96.
100 Romeiro, 2008.

"primitivos", por serem traçados, em sua opinião, representativos da cultura indígena e distantes da herança europeia. Para esse autor, mapas sertanistas teriam sido "parte do enredo das conquistas portuguesas e da construção do Estado Nacional brasileiro".[101]

O mapa apresentado por Angelo Pedroso ao ouvidor da comarca de São Paulo, que o encaminhou ao secretário de Estado, tal como o feito por Simão Bueno e emendando por um padre jesuíta, não pode ser considerado um mapa sertanista *strito senso*. Ambos os desenhos foram experiências cartográficas colaborativas, sendo o de Angelo Pedroso feito por um funcionário de conselho de governo local, Manuel Angelo Figueira de Aguiar, antigo escrivão da vila de Santos e vereador da câmara de São Paulo entre as décadas de 1750 e 1760.

Figueira de Aguiar tinha a patente de tenente-coronel e não há dados bibliográficos ou em fontes de época de ter sido engenheiro militar.[102] Existem informações de que "tomou parte em entradas pelo sertão da Bahia empreendidas por seus tios", qualificando-se, portanto, para dar notícias desses terrenos.[103] Afirma ainda Taunay ter sido Figueira de Aguiar um informante de Pedro Taques, que o consultava "por ter vivido nos sertões do São Francisco, os curraes da Bahia".[104]

Pelo seu desenho dos sertões minerais do Tibagi de Angelo Pedroso, vê-se que Aguiar não manipulava convenções técnicas próprias de um engenho militar, como escalas, petipé ou setas de direção.

Manuel Angelo também era negociante na vila de Santos, tendo sido um dos integrantes de um projeto de instalação de uma Companhia Mercantil no porto dessa vila. A proposta dos acionistas dessa companhia era ter exclusividade de licenças para negociação por atacado com fazendas da Europa. Às vésperas de sua morte, o desenhista de Angelo Pedroso estava ainda à frente da administração do contrato do sal e da pesca da baleia. Era um tipo social, portanto, atuante na política local e de negócios diversificados, com habilidade para desenho.[105]

---

101 Cf. Oliveira, T. K., 2013; 2015.

102 Bueno, 2011, p.333. Mesmo a exaustiva listagem de engenheiros militares com atuação no Brasil feita por esta autora apenas lançou o nome de Manuel Angelo Figueira de Aguiar, sem identificar sua formação.

103 Santos, 2018, p.140.

104 Leme, 1980, tomo I, p.54.

105 Vários documentos na documentação do Conselho Ultramarino remetem a esse personagem. Cf. AHU, SP-Alfredo Mendes Gouveia, cx. 21, doc. 2079, 1756; cx. 22, doc. 2134, 1760; cx.

Não foram encontradas informações sobre as ligações do sertanista Angelo Pedroso com Figueira de Aguiar, mas a própria existência do mapa com um cartucho na margem superior esquerda contendo um texto descritivo da diligência do sertanista para localizar minerais na região evidencia ter havido uma encomenda. Além disso, a própria certidão de Angelo Pedroso justificando seus direitos sobre os sertões do Tibagi informava ter um mapa em anexo, indicando ter este sido feito para completar esse documento oficial. Tal como o mapa colaborativo do sertanista Simão Bueno com o jesuíta, este, feito entre dois sertanistas, sendo um deles funcionário de câmara, agregava o gênero carto-texto evocativo de uma memória espacial sertanista.

Em virtude da separação de certidão e mapa, esse desenho muito mencionado pela historiografia e já merecedor de um estudo[106] não teve explorados seu contexto de produção, uso e reações provocadas em seus destinatários.

Mapas não espelham realidades topográficas, mas produzem espaços de acordo com as intenções de seus autores. O mapa de Manuel Angelo Figueira de Aguiar foi a primeira produção visual dos sertões do Tibagi associada ao nome e às ações de um sertanista.

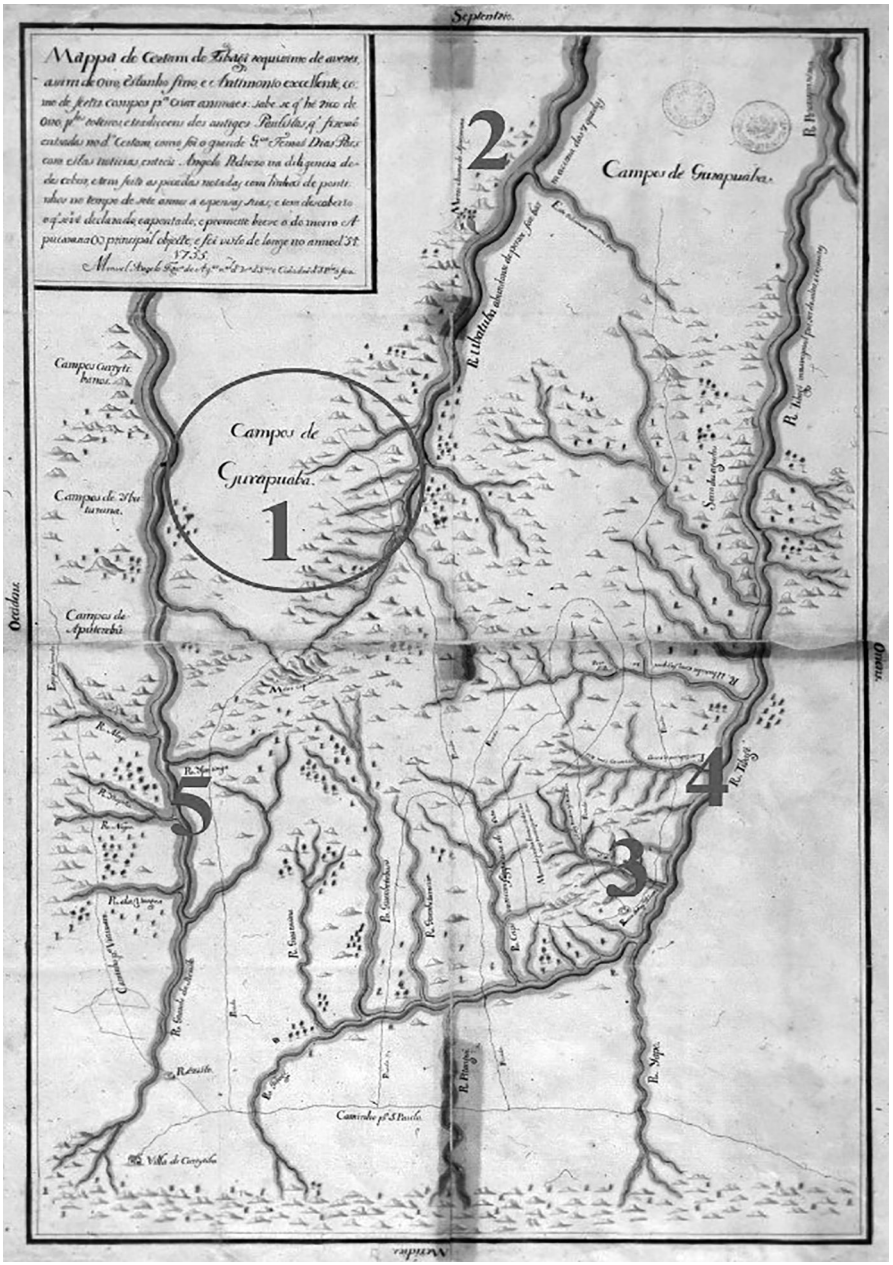
Pela comunicação no instante da imagem, o observador veria pelo menos sete linhas de pontilhados cruzando toda a planta do terreno. Duas delas alcançavam os Campos de "Guarapuaba", atravessando-se este alcançava-se o "morro chamado Apucarana", mencionado na certidão como um dos locais de diligência dos sertanistas para descobri-lo, portanto, uma referência espacial da memória desse agente social. No cartucho Manuel Angelo descreve que Angelo Pedroso "tinha feito as picadas notadas com linhas de pontilhados no tempo de sete anos". Intencionalmente todas essas linhas confluíam para a imagem figurativa de sua roça, representada com a figura de edificação de uma casa, um símbolo de ocupação permanente, justamente um dos principais argumentos na defesa dos direitos sobre terras. Na certidão, ele declarava ter lavrado ouro no "certam que modea entre o rio Tabagi e o rio Grade do Registro do Viamão", do mesmo modo como está visualmente representado no mapa. Trata-se, portanto, da produção de um sertão de Angelo Pedroso, localizado nas suas "diligências de descobrir", conforme foi escrito no cartucho.

---

25, doc. 2383, 1767; cx. 25, doc. 2419, 1768; cx. 36, doc. 3026, Santos, 1775. Cf. também Bueno, 2011, p.333.

106 Picanço; Mesquita, 2011.

Figura 35 – Aguiar, Manuel anelo Figueira de. Mappa do certam do Tibagi riquissimo de averes: (1) Campos de Guarapuava; (2) Morro Apucarana; (3) Roça de Angelo Pedroso; (4) Rio Tibagi; (5) Rio Grande do Registro




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm.

Tal como farão os governadores, engenheiros militares e jesuítas, Manuel Figueira de Aguiar, como um sertanista, cidadão da república e desenhista, também se subsidiou nas notícias dos antigos sertanistas, informando no cartucho que Angelo Pedroso entrou nos sertões guiado "pelos roteiros, e tradições dos antigos Paulistas, que fizeram entradas no dito Certam, como foi o grande Gor. Fernão Dias Paes".

Tanto o mapa como a certidão apontam os rios e ribeirões que possuíam ouro, além do Morro Apucarana, que aparece no cartucho apenas como "promessa", por ser avistado apenas de longe. Na certidão foi explicado que o dito morro não foi "examinado" porque faltaram mantimentos, significando falta de suprimentos para prosseguir com a expedição. De qualquer modo, esse morro foi produzido no desenho como elemento topográfico visto e conhecido pelo sertanista e, portanto, sobre o qual ele poderia demandar direitos. O projeto de d. Luis de Sousa para a exploração dos sertões do Tibagi em certo momento mencionou a necessidade de explorar "os sertões de Apucarana", referindo-se certamente à região em torno desse morro.

Levando em consideração conclusões feitas por Picanço de ter sido o mapa de Manuel Angelo utilizado para a confecção posterior de um dos primeiros mapas oficiais dos sertões do Tibagi, a "Planta do sertão do Tibagi que se acha descoberto" desenhado em 1769, tamanha a similaridade, onde aparece o Morro Apucarana, pode-se mesmo inferir que o mapa que produziu os sertões do Tibagi de Angelo Pedroso foi um desencadeador da decisão régia de reabilitação da autonomia da capitania de São Paulo na figura de um governador encarregado da missão de territorializar o Estado nas terras interiores do Brasil meridional e em terras limítrofes com a Coroa de Espanha e mapeadas por jesuítas e sertanistas.

Mapas não expressavam essencialmente desígnios de Estado, mas também de sujeitos não estatais, todos inseridos no século XVIII – e talvez sempre – em uma arena cartográfica ocupada por elites educadas e proprietárias, oficiais militares, planejadores de cidades, revolucionários e ativistas de comunidades.[107]

107 Edney, 1993, p.58.

# 3
# Ficção geográfica de um governador aficionado por geografia e cartografia

## Governadores ilustrados

No processo de produção do espaço colonial por meio de ações de mapeamento realizadas território adentro do Sudoeste do Brasil, a Coroa portuguesa se apoiou na nomeação de governadores para as capitanias limítrofes aos domínios de Espanha, tais como Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

O perfil desses servidores não foi o de meros administradores ou experientes no serviço militar. Embora tivessem antecedentes de destaque em campanhas militares nas fronteiras ibéricas na Europa, como foi o caso de d. Luis de Sousa Botelho Mourão, esses servidores faziam parte de uma nova linhagem de funcionários do Império do século XVIII, pois providos de "grande cultura e de interesse diversificadíssimo".[1] Entre esses interesses estão a geografia e a cartografia, a ponto de alguns deles chegarem a formar coleções de mapas ainda hoje conservados em acervos de família.[2]

Para além dessas coleções de mapas com autorias transnacionais, amadoras ou profissionais, esses servidores foram narradores de relações ou de diários de suas próprias jornadas por rios e terrenos. Seus ofícios podiam incluir esse gênero de escrita, principalmente quando estiveram envolvidos em comissões demarcatórias, como foram os casos de Gomes Freire de Andrade e de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general

1 Esse novo padrão de servidor do Império foi tratado por vários estudos: Domingues, 2012; Mello e Sousa, 2006.

2 Esse é o caso da coleção de mais de duas centenas de peças de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres conservada pela família. Cf. Garcia, J. C., 2012.

do Grão-Pará e Maranhão, "comissário régio para as demarcações fronteiriças" do Norte e cultivador da matemática, da trigonometria e interessado em equipar-se com instrumentos adequados para ler mapas.[3]

D. Pedro de Almeida, o conde de Assumar, governou a capitania de Minas Gerais de 1717 a 1721 e formou uma diversificada biblioteca com quase 2 mil volumes, distribuídos entre tratados de fortificação, um dos ramos do ensino da geografia combinado ao ensino da arte do desenho e da cartografia.[4]

Alguns se envolveram pessoalmente em expedições não propriamente demarcatórias, mas de reconhecimento de terreno e que resultaram em relações com detalhada descrição das características de rios e topografias posteriormente transpostas para desenhos saídos das penas, lápis e pincéis de engenheiros militares e cartógrafos. Esse foi o caso de Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general da capitania de São Paulo (1721-1727), cuja jornada se deu entre o trecho fluvial da cidade de São Paulo e as minas de Cuiabá. D. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, governador do Mato Grosso (1751-1765), também fez a mesma viagem mais de uma década depois e, além de escrever um relato circunstanciado, mandou elaborar um mapa com as medições tomadas por ele próprio ao longo do trajeto de Santos a Cuiabá.[5]

Na década de 1740 o governador d. Luiz Mascarenhas (1739-1748) fez viagens de reconhecimento geográfico pelo norte de Goiás, além de organizar várias expedições para as Terras Novas, Ribeira da Palma, Pernatinga, Ribeira do Paranã, e fez suas tropas percorreram vários rios, tais como Manoel Alves Grande e Pequeno, as cabeceiras do Paranaíba e Urussuí, Rio das Balsas. O governador seguinte, Marcos José de Noronha e Brito (1749-1755), encomendou ao geógrafo genovês Francesco Tosi Colombina um inquérito geográfico e etnográfico e o proveu com suporte institucional para desenhar o primeiro mapa da região, datado de 1750.[6]

Outros, embora não tivessem feito percursos *in loco*, atribuíram responsabilidade de levantamentos topográficos e cartográficos a seus funcionários,

3 Ribeiro, M. da S., 2010; Magalhães, 2004, p.183.
4 Sousa, 2006, p.231; Bueno, 2010.
5 Algumas dessas relações e diários podem ser conferidos em Taunay, 1981. Cf. Araújo, 2012.
6 Boaventura, 2007, p.81-82 e p.87.

como fez Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), governador da capitania do Mato Grosso, ao incumbir o letrado Francisco José de Lacerda e Almeida da tarefa de percorrer e descrever o trajeto de Vila Bela até a cidade de São Paulo, em 1788.

Todos esses servidores colecionaram descrições, roteiros e notícias de comerciantes, soldados ou padres, foram responsáveis por promover a circulação de papéis e desenhos e foram leitores de geógrafos europeus renomados e ouvintes atentos das memórias de jornadas dos antigos sertanistas de São Paulo.[7]

Em uma época na qual o conhecimento científico e empírico revestia-se cada vez mais de autoridade para legitimar discussões e decisões, um servidor atento apenas às questões administrativas ou militares não atendia mais às demandas das agendas imperiais. A responsabilidade administrativa de um servidor com ambições de ascensão na carreira tinha de demonstrar interesse pelos conhecimentos científicos beneficiadores dessas agendas geopolíticas ou econômicas, e produtos visuais em geografia e cartografia preenchiam essa demanda.

D. Luis de Sousa Botelho Mourão se enquadra nesse novo padrão de servidores oculocentristas, fomentadores de uma cultura visual de terras interiores do Brasil em virtude de um senso de dever, mas também de interesse intelectual, na medida em que formaram suas próprias mapotecas, muitas vezes com mapas provenientes da Secretaria de Estado ou produzidos durante suas estadias de governo e não devolvidos às instâncias régias responsáveis por manter sua guarda ou tomados emprestados nas capitanias e não devolvidos aos seus antigos donos.

Comparado com outros servidores régios do mesmo período, d. Luis de Sousa foi um oculocentrista de ação mais abrangente e diversificada: copiou mapas, produziu alguns e inovou a cultura visual institucional de terras interiores do Brasil ao fomentar a produção de uma narrativa visual do empreendimento de mapeamento sob sua responsabilidade por meio de uma série de estampas desenhadas pelo ainda incógnito artista Joaquim José de Miranda.[8] A partir dessa iniciativa, antecipou algo ocorrido apenas em 1783, na expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Amazonas e Mato Grosso,

---

7 Algumas dessas relações e diários podem ser conferidos em Taunay, 1981.

8 Belluzo, 2003, p.44.

narrada visualmente em um extenso conjunto de estampas produzidas pelos desenhistas Joaquim José Codina e José Joaquim Freire.[9]

Para esse governador, inventar conquistas e impérios soberanos nas fronteiras internas do Brasil não era para ser algo meramente lido ou ouvido, mas exibido e visto, pois acreditava na rapidez da comunicação e no poder de persuasão da imagem. O mapa, por sua vez, como um artefato técnico em si possui o peso ideológico de registro e controle de realidade espacial.

Para criar evidências visuais de um império soberano e de sertões e fronteiras percorridas, conhecidas e conquistadas, os servidores régios tiveram de desfigurar territorialidades e paisagens indígenas, assim como as evidências visuais de campos e sertões trabalhados e peregrinados por missionários ou sertanistas. D. Luis de Sousa realizou essa tarefa em uma vasta extensão territorial abrangida pela capitania de São Paulo e até as fronteiras do Rio da Prata, província do Paraguai, capitania do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Para tanto, promoveu o conhecimento e a navegabilidade das vias fluviais de acesso ao Rio Paraná e reuniu subsídios escritos e visuais para que a Coroa portuguesa pudesse completar a fronteira aquática do Brasil que se estendia da linha fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé ao Paraná-Paraguai--Rio da Prata.[10]

Completando essa extensa fronteira fluvial formulada pelas duas Coroas ibéricas para as terras de seus domínios na América, d. Luis formulou um projeto hidrográfico de acesso ao trecho do Rio Paraná. E esse era o seu projeto do Prata e do Paraguai construído sobre a paisagem jê e sobre a representação visual dos sertões do ouro e missionados de sertanistas e jesuítas.

Na história a imagem que prevaleceu de d. Luis foi a de um militar de carreira responsável pela militarização do Sul do Brasil através do recrutamento de populações para formar tropas responsáveis por assegurar a soberania portuguesa na fronteira sul, fazendo da capitania de São Paulo um tampão militarizado contra o avanço hispânico. Outra imagem é a de promotor da expansão da colonização para o oeste ao fundar a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, nas margens do rio de mesmo nome e a contragosto da Coroa portuguesa.[11]

---

9 Domingues, 2021, p.1-15.
10 Davidson, 1970.
11 Bellotto, 2007, p.60.

Entretanto, como também foi reconhecido, "não escapava ao governador a necessidade de conhecimento geográfico", sendo constante em sua correspondência a referência a "mapas, tanto dos já elaborados antes de sua vinda como dos riscados a partir das expedições de reconhecimento enviadas a arcas menos conhecidas". Embora não evidenciado com eloquência, foi afirmado que suas noções geográficas eram provenientes da *Geografia* do espanhol Sebastián Fernández de Medrano e dos mapas dos jesuítas matemáticos Domingos Capacci, Diogo Soares e outros.[12]

Medrano (1646-1705) foi um engenheiro, matemático e geógrafo espanhol nascido em Mora, na cidade de Toledo, Espanha, e em Bruxelas fez toda a sua trajetória profissional como diretor da Academia Militar da Corte de Madri, tendo sido um prolífico escritor, principalmente sobre artilharia e fortificação, e responsável por formar gerações de engenheiros militares.

De sua pena saíram manuais de geografia, destacando-se três. *Geographia o Moderna descripcion del mundo, y sus partes*, cuja primeira edição é de 1686, teve outras edições, ampliadas com ilustrações e estampas ao longo do século XVIII.[13] Escreveu também *Breve descripcion del mundo y sus partes ò Guia geographica y hydrographica, dividida em três libros: el primero contiene la definicion de los circulos de la sphera..., el segundo, la descripcion de cada provincia..., y el terceiro, el uso, y conocimiento del globo terrestre...*, de 1686,[14] e, por fim, *Breve tratado de geographia divido en tres partes, que la una contiene la descripcion del Rio y Imperio de las Amazonas Americanas, com su carta geographica. La outra lo que poseen franceses y ingleses etc. en el nuevo mundo; y la tercera del estado presente del Imperio del Grande Mogor y Reyno de Siam*, em dois volumes, editado em 1700.[15]

Em uma "Lista dos melhores livros que ficaram em Matheus",[16] documento manuscrito sem data, está arrolada a *Geografia moderna de Medrano*.

---

12 Ibidem, p.54, 97-98.

13 A edição de 1709 foi localizada na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madri, mas não consultada.

14 A Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo, possui a edição de 1688, que foi consultada. Mas a utilizada nesta tese é a de 1686, disponível no Internet Archive, https://archive.org/details/A194149/page/n309/mode/1up. Acesso em: 28 dez. 2020.

15 A Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin possui a edição de 1700, que foi a consultada, mas que não trouxe dados para esta pesquisa, pois não trata do Sul da América, mas apenas da região do Amazonas e do Peru.

16 Pertenças de livros da Biblioteca de D. Luis de Souza...

Essa pode ter sido a obra lida por d. Luis de Sousa e, como não foi possível consultá-la durante a realização desta pesquisa, a obra *Nueva descripcion del mundo*...[17] foi a utilizada para inferir a concepção espacial de América meridional desse autor e, desse modo, inferir como esse governador produziu o seu mapa mental dessa região encarregado de mapear e incorporar à agenda imperial portuguesa.

Na perspectiva de Sebastián Medrano, o Brasil não passava de uma tripa costeira empurrada pelas províncias do Paraguai, Paraná e Uruguai, e após descrever cada uma delas dedicou ao Brasil um verbete com as seguintes palavras: "el Brasil es la parte mas Oriental de la America Meridional", empurrando assim o território para a faixa litorânea. Ainda na sua definição, "tiene sus términos por la parte de Oriente em el Oceano Etiopico, por la de Occidente em Paraguay y Cayana, por el Septentrion em el Mar del Norte, y por el Meiodia em dicho Paraguay, y Mar de este nombre". Embora considerasse este "un gran pedazo de Pais", classificou-o como "poco penetrado, e asy solo das costas son habitadas".[18]

O geógrafo espanhol especificava ainda a existência de quatorze capitanias "seguiendo la costa" e a de São Vicente entendia ser formada pelas vilas de "La Concepcion, Phelipe Villa y los Santos". Essa definição de faixa litorânea dos domínios portugueses era amplificada pelo autor com a conclusão de que "todas estas villas estan bañadas, ó cerca del Mar (porque de la tierra adentro no hay conquistado 150 leguas) pobladas, y habitadas de Portugueses".[19]

Essa percepção costeira dos domínios do Brasil nos manuais de geografia de um geógrafo responsável por formar gerações de engenheiros militares e cartógrafos nos Países Baixos e fazer parte das bibliotecas de tantos outros na Europa, tendo em vista que suas obras tiveram várias edições ao longo do século XVIII, foi algo que d. Luis de Sousa se empenhou para diluir em campo, ou seja, à frente da administração no espaço colonial, reunindo subsídios de geografia empírica fornecidos por sertanistas e na interlocução com soldados e capelães que o proveram com dados geográficos e etnográficos, estampados em relações ou diários sob a forma de cartas e ofícios, desenhos e objetos produzidos pelos índios.

17 Medrano, 1690.
18 Ibidem, p.288.
19 Ibidem.

Esses diversificados materiais o habilitaram a apresentar e desenvolver seu projeto de mapeamento dos sertões do Tibagi e discuti-lo persuasivamente com vice-reis, secretários e autoridades metropolitanas e coloniais, porém traduzindo-o para a agenda imperial portuguesa.

Considerando os resultados de pesquisas recentes sobre a formação territorial do Brasil meridional, todo esse esforço teria sido em vão se esse governador não tivesse praticado uma política diplomática de aproximação e negociação com as nações indígenas jê ocupantes desses sertões. O processo de mapeamento dos sertões e sua transformação visual em fronteira conquistada não foi mera imposição unilateral da Coroa portuguesa, marcha soberana de soldado e tracejados técnicos de engenheiros militares, mas algo que exigiu negociação e persuasão de caciques e comunidades indígenas autônomas.[20]

Movido por uma perspectiva oculocentrista, d. Luis valorizava a evidência visual e fomentou a elaboração de desenhos de itinerário entre seus soldados, e estes foram posteriormente utilizados pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria para confeccionar os mapas de regiões nas quais não penetrou diretamente, como ocorreu nos campos jê de Guarapuava. Produzir visualmente os sertões conquistados para assegurar a defesa da fronteira interna do Brasil e a ficção de um Império Português soberano na América meridional foi uma etapa necessária no processo de desfigurar territorialidades e paisagens, tais como as dos grupos jê e a dos missionários e sertanistas. Estes últimos em especial já possuíam uma cultura visual de suas territorialidades, o que desafiava a deficitária cultura visual oficial de terras interiores do Brasil.

Este capítulo mostra o projeto do Prata apresentado em maio de 1768 por d. Luis ao ministro e secretário dos Negócios do Reino, Sebastião José. Assim o denomino porque o interesse desse governador era assegurar a soberania portuguesa até as margens do estuário platino por meio de uma malha fluvial que corria nessa direção. As expedições de mapeamento começaram oito meses depois desse encontro entre o governador e o ministro, mais precisamente em 6 de dezembro desse ano.[21]

---

20 Abordagens contrastantes sobre esse aspecto: cf. Bueno, 2011; Carvalho, 2012a; Erbig Jr., 2020, p.447.

21 Ofícios de d. Luis de Sousa para o conde de Oeiras sobre as expedições ao Tibagi, 1768, com a menção no verbete a "Estes documentos encontram-se envolvidos por uma capilha que diz o seguinte: 'Sobre o Grande Projecto e descobrimento do Tibagy'". O projeto está transcrito nos

O Iguatemi, situado na fronteira com o Mato Grosso, foi visto como alvo principal, porém conduzido subjacentemente pelo governador d. Luis de Sousa, para evitar colisão com o interesse maior da Coroa em relação à conquista militar do Sul do Brasil. Entretanto, o acesso ao Iguatemi seria inviável sem o entendimento da navegabilidade de alguns tributários do Rio Paraná saídos dos sertões do Tibagi.

Produzir um sertão do Tibagi conquistado e navegado era o alvo principal desse governador, e o Iguatemi era apenas uma peça complementar dessa ficção e projeto. Mais do que um simples rio, o Tibagi era um lugar geográfico formado por vários rios que corriam em direção ao Rio Paraná e um lugar de memórias de uso, trânsito e posse de sertanistas, espanhóis e jesuítas. Fortificar o Iguatemi era uma maneira de fechar uma porta de acesso ao Tibagi, o alvo espacial principal desse governador, onde, inclusive, atuou para grafar a própria memória de seu governo em topônimo. As expedições tiveram início pelo Ivaí e Iguatemi justamente para fechar essas portas de acesso fluviais ao Tibagi, e essa decisão pode provocar a falsa impressão de que o Iguatemi era a prioridade.[22] Um estrategista, entretanto, alcança o seu alvo pelas margens, em primeiro lugar impedindo-lhe o acesso pelas tropas inimigas.

Os sertões do Tibagi, mais do que a fronteira do Iguatemi, eram um lugar de muitas memórias, principalmente de sertanistas e suas explorações minerais. Somente como alvo principal de uma agenda geopolítica e esforços intensos seria possível desfigurar essas memórias e tornar coadjuvantes personagens principais que até então forneciam as referências da paisagem dessa região.

Pelo seu conhecimento dos roteiros e notícias dos sertanistas, d. Luis tinha essa percepção do significado do Tibagi e, assim que conquistou o Ivaí, alertou "conseguido por este modo o descobrimento do Sertão do Uvay sucederão alguns motivos que me determinarão entrar sem perda de tempo no descobrimento do sertão do Tibagy antes que os nossos vizinhos advertidos da recente conquista se resolvessem a ocupalo passando das próximas Missões do Uraguay, o Rio do Registro para a nossa parte roubando-nos das maons as

*DIs*, mas nesta pesquisa foi utilizado o manuscrito. Cf. n.16 Sobre o grande projecto e Descobrimento do Tibagy. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19, p.117-154.

22 Bellotto, 2007, p.103.

imensas riquezas q. ali se considerão com o fundamento de que o dito sertão lhes pertencia por ter sido seu e o haverem ocupado antigamente".[23]

Além de invalidar argumentos que poderiam ser empregados pelos espanhóis para justificar direitos sobre esse território, para assegurar a soberania portuguesa na região era necessário desfigurar a sua memória associada à dos paulistas e convertê-la, inclusive visualmente, em sertões conquistados. Como d. Luis escreveu ao ministro e secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, em 1770, "o grande sertão chamado vulgarmente pelos Paulistas do Tibagy por ficar da parte d'além deste rio [...] foi sempre paiz incognito, e muito decantado pelas grandes riquezas, que alguns antigos paulistas viram ocularmente nas ocasiões em que seguindo os gentios para os cativar, descobrirão aqueles grandes haveres de que senão puderão aproveitar, e só deixaram fidedignos roteiros a seus descendentes para os procurarem".[24]

Para se contrapor ao ver dos paulistas, as expedições de mapeamento projetadas por d. Luis deveriam desenhar essas terras e essa operação alteraria os direitos de autoridade, levando-os para os novos "descobridores" e, por extensão, à Coroa. Nesse momento, o próprio desenho encomendado pelo sertanista Angelo Pedroso foi útil para elaborar o projeto do Tibagi, inclusive sua primeira descrição visual, embora não tenha sido mencionado.

Se no Iguatemi os inimigos a serem combatidos eram espanhóis e povos indígenas, no Tibagi o cenário social era mais complexo, pois incluía os sertanistas de São Paulo, e destes a Coroa portuguesa sempre dependeu para a penetração do território. Um projeto de mapeamento seria uma maneira, portanto, de contemporizar e impor a soberania com sutileza sobre esses antigos ocupantes de larga experiência de terreno e sem os quais mal era possível fazer qualquer coisa nas terras interiores do Brasil. Vários documentos comprovam que a própria contratação de d. Luis para o governo da capitania teve como intenção inibir discreta e ardilosamente o avanço de exploradores e sertanistas de São Paulo sobre as terras do Tibagi.

O projeto do Tibagi não foi ideia original de d. Luis, mas uma execução modificada das ideias do geógrafo ainda pouco conhecido Francesco Tosi

23 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...] para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos)..., 1770.

24 Ibidem.

Colombina. Por este ter sido um avulso contratado à margem das comissões demarcatórias do Tratado de Madri e ambicionar explorar diamantes e ouro na região, além de tentar conquistar a parceria de sertanistas de São Paulo, a Coroa decidiu não executar seu projeto na década de 1750, quando foi primeiramente formulado, esperando conjuntura de maior urgência, surgida dezesseis anos depois.

## O brilho do Prata restaurando uma capitania e instalando um governador

A historiografia regional de São Paulo pelejou um longo período em torno de dois problemas históricos. Um deles foi o da pobreza e isolamento da capitania, o outro, a perda da autonomia administrativa em 1748 e sua restauração em 1766.[25] O avanço de forças e interesses não estatais na exploração mineral dos sertões do sul e suas conexões com a criação e comércio do gado, levada a cabo por sertanista de São Paulo, em um contexto de disputa geopolítica com as pretensões territoriais da Coroa de Espanha, somado ao déficit cartográfico da Coroa portuguesa em relação à extensa faixa territorial da vila de São Paulo às margens do Rio Paraná e até as margens do estuário do Prata, certamente pesaram na decisão do rei de reabilitar a autonomia política da capitania e torná-la um polo irradiador de um plano de mapeamento.

Bellotto enfatiza o fator militarização e de fazer de "São Paulo um forte tampão entre a região hispano-americana e a área que abrigava Minas e a capital do Estado do Brasil, Rio de Janeiro".[26] Mas a defesa dos sertões minerais do sul também foi um vetor explicativo de processos ocorridos na geopolítica do Império nesse período, como explicam alguns autores[27] e deixam evidentes algumas fontes, tais como o mapa encomendado por Angelo Pedroso e discutido no capítulo anterior.

Embora alguns estudiosos considerem que no século XVII o apogeu da exploração mineral no sul, na extensa faixa entre o planalto e litoral do

25 Funchal, 2016.

26 Bellotto, 2007, p.60.

27 A história da mineração no Brasil ainda é prisioneira de paradigmas regionais. Para uma contravisão dessa perspectiva, ver Reis, 2013.

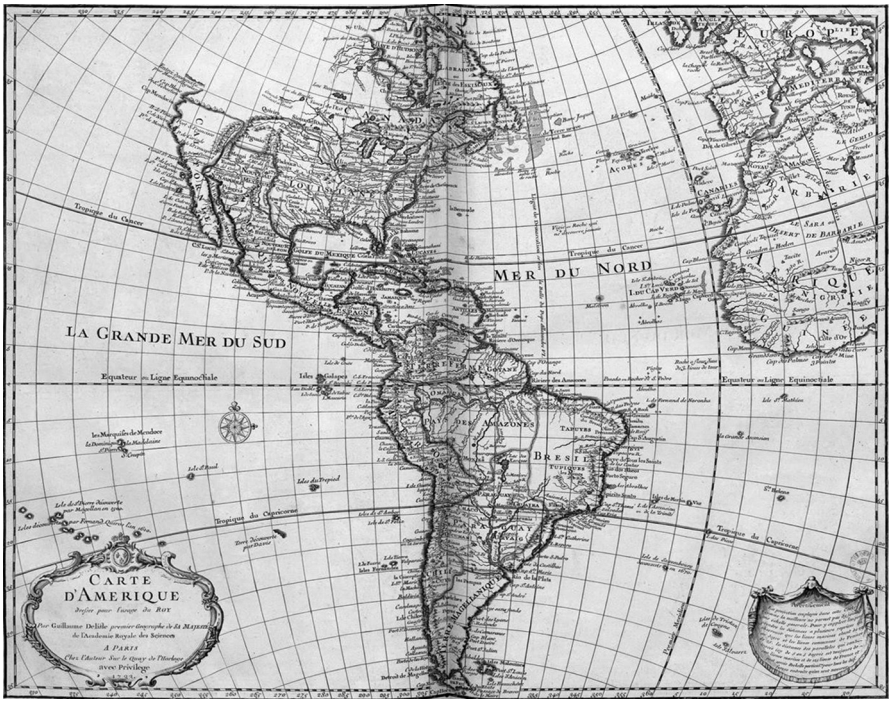
que hoje corresponde aos estados do Paraná e São Paulo, tenha entrado em decadência imediatamente ao seu início em virtude da sangria populacional provocada pelo brilho do metal das zonas minerais tradicionais, há autores que apontam cenário oposto, de retornos humanos para explorar as regiões de Paranaguá e Curitiba, na região da Ribeira, São Paulo, Paranapanema, Apiaí, região de Sorocaba, principalmente a partir de 1709, com a Guerra dos Emboabas.[28]

Em 1653, quando as capitanias do sul ainda pertenciam a donatários, restringindo o poder da Coroa sobre os mineradores, foi feita a primeira imagem das minas da região, por um provedor-mor da Fazenda do Rio de Janeiro.[29] Esse desenho sugere as preocupações iniciais da Coroa com a exploração aurífera de uma região percorrida por paulistas e castelhanos como se fosse uma única unidade geográfica e na qual a ordem régia tinha reduzida jurisdição. A aquisição dessas capitanias entre 1709-10, logo após o final da Guerra dos Emboabas, e a sua transformação em capitania de São Paulo e Minas do Ouro certamente têm relação com a exploração aurífera no sul. As pedras brilhantes dos sertões do sul, portanto, desde o século XVII já davam muito o que pensar às autoridades régias. Em 1722, o governador d. Rodrigo César de Menezes havia suspendido a exploração mineral na região de Paranaguá, alegando os riscos de invasão estrangeira.[30]

Conforme as tensões entre Portugal e Espanha se intensificaram na América, para a Coroa portuguesa manter sua tradição de política permissiva com os sertanistas e suas explorações do interior passou a representar uma ameaça à sua soberania. A publicação da dissertação *Determination géografique de la situation et de l'entendue des diferentes parties de la Terre* (1720) e da *Carte d' Amerique* (1722), do geógrafo francês Guillaume Deslile, determinando uma posição exata do meridiano de Tordesilhas e colocando o Amazonas e larga faixa de terra da margem oriental do Rio Paraná sob o domínio de Espanha, levou a Coroa portuguesa a promover mudanças culturais, institucionais, administrativas e políticas da Corte às capitanias.[31] Ao reposicionar o meridiano de Tordesilhas, o geógrafo francês tocou em uma

28 Ibidem, p.49-50.
29 Picanço, 2009.
30 Idem, 2011, p.203-218.
31 Furtado, 2012.

Figura 36 – Carte d'Amérique dressée pour l'usage du Roy (1722)




Fonte: BnF, 49 x 61 cm. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5973091b/f1.item.zoom.

ferida geopolítica ibérica, oferecendo à tribuna internacional uma evidência visual de que Portugal havia usurpado da Espanha significativo trecho de terra na América[32] que se estendia por todo o Centro-Sul e parte das terras banhadas pelo Rio Anembi ou Tietê.

Mudanças político-administrativas, criação de capitanias, tais como as de Goiás e Mato Grosso, retirada e posterior retomada da autonomia da capitania de São Paulo, articulação para levar a cabo iniciativas de mapeamento do interior e produção de mapas capazes de formar coleção de documentos foram de algum modo eco desses questionamentos da posição da linha de Tordesilhas não respondidos, inclusive, pelo Tratado de Madri.

As incursões insistentes de exploradores nos sertões do Tibagi descobrindo ou extraindo ouro e em seguida reivindicando direitos de exploração para um

32 Ibidem, p.301.

Figura 37 – Destaques para a "Ligne de Dermacation selon la Bulle du Pape Alexandre VI" e rios Anembi e Paraná

Fonte: BnF, 49 x 61 cm. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5973091b/f1.item.zoom.

monarca mal provido de mapas com linhas precisas dessa região foram as desencadeadoras de uma ação efetiva da Coroa em favor do seu mapeamento. No "Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha" (1749), usado na assinatura do Tratado de Madri, a malha fluvial da margem direita do Paraná aparece minimamente esboçada e restrita a quatro tributários, o Paranapanema, Ibay, Pequeri, Itatu e Iguaçu. Este último era um topônimo de origem tupi, mas amplamente empregado pelos hispânicos, e o topônimo Tibagi nem sequer fora colocado, acusando o seu desconhecimento.

Entretanto, esse topônimo, grafado como Tibagi ou Tibagy, um vocábulo originalmente tupi, significando pouso ou parada, era amplamente manuseado nas notícias e roteiros dos sertanistas e diretamente associado à sua história de ação no território. Os próprios governadores eram obrigados a admitir essa situação, como o fazia d. Luis de Sousa: "o grande sertão chamado vulgarmente pelos Paulistas do Tibagy por ficar da parte d'além deste rio".[33] Uma das principais missões do governador, portanto, era a de traduzir o "grande sertão do Tibagy" ou o Tibagi dos paulistas em "sertão conquistado do Tibagy", redesenhando o seu traçado e, com isso, recontando a sua história no âmbito de uma agenda imperial.

De maneira geral, os sertanistas fizeram de seus mapas ou roteiros fonte de expressão da memória do seu passado de jornada e exploração do interior. Mas Angelo Pedroso, em especial, teve a iniciativa inédita de o usar como complemento de uma petição manuscrita, conforme cuidadosamente informou o superintendente das minas, João de Sousa Filgueiras, ao conde de Oeiras em 1755.[34]

Um ano depois, em 1756, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, em mensagem dirigida a Gomes Freire de Andrade, manifestava suas preocupações com as tantas investidas de exploradores avulsos sobre o Tibagi, sob comentário ainda do estado de mau humor de Francesco Tosi Colombina, o geógrafo genovês autor do primeiro plano de exploração dos sertões do Tibagi, engavetado pela Coroa em 1752, quando a capitania de São Paulo não possuía autonomia administrativa. Esse

33 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...] para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos)..., 1770.

34 Ofício do ouvidor geral da comarca de São Paulo, João de Sousa Filgueiras, ao [secretário do Reino] conde de Oeiras..., 1755.

plano seria desengavetado em 1765 e traduzido por d. Luis em seu plano de mapeamento da região.

As ambições desse estrangeiro de obter direitos de exploração e cargos administrativos sobre a região das minas, muito semelhantes às dos próprios sertanistas, numa época na qual a capitania estava politicamente vulnerável, pois não possuía governador, são algumas das explicações para a Coroa não o ter apoiado na execução de seu projeto. Instalado na Ilha da Madeira, Francisco Tosi andava "lamentado a sua desgraça de não achar em Vossa Exca [Gomes Freire] modo de pôr em execução os seus projectos, nos quais tinha todas as esperanças da sua fortuna por ser esperar grandes prêmios de S. M. em remuneração dos estabelecimentos não só de índios aliados e dos mestiços, bem como também dos descobertos que intentava fazer". Ainda da ilha Tosi ameaçou voltar para sua "Pátria", Gênova.

Os lamentos do geógrafo sugerem o quanto os sertões do Tibagi deveriam mesmo ter potencial em riquezas minerais, e a reação do secretário diante das manifestações desse geógrafo mostram o quanto o desenho dessas terras e riquezas era algo preocupante nos meios oficiais. Em sua carta, o secretário alertava que "um homem que tinha pisado tanto o sertão do Brasil e que não ignorava a geografia e topografia de muita parte desses vastos domínios, e que se sabia explicar não só na conversação mas também por carta geographica, que não era justo deixa-lo ir para países estranhos, e que era mais conveniente socegar-lhe a paixão com que vinha, empregando- ao mesmo tempo no real serviço com utilidade dele".

Assim, Francesco Tosi Colombina foi nomeado para o "posto de capitão e soldo dobrado" para remodelar a fortificação da Ilha da Madeira, concluindo: "e desta forma nos livramos de que este homem saia dos domínios de sua majestade". Naquele momento não era conveniente para a Coroa ter um conhecedor dos sertões e com habilidade em desenhá-los circulando por outros ambientes políticos na Europa.

Desde a aprovação do Tratado de Madri e com a instalação das Comissões Demarcatórias para conferir as divisas naturais *in loco* previstas nesse documento, a Coroa fez várias manobras políticas para construir uma ficção geográfica dos sertões meridionais do Brasil como sertões descobertos e conquistados por soldados em empresa oficial de mapeamento.

Essas manobras podem ser associadas às controvérsias instauradas pelo mesmo documento diplomático. Ao contrário do cenário de êxitos

construído por Jaime Cortesão em torno da figura de Alexandre de Gusmão e do Tratado de Madri, Dauril Alden mostrou o quanto esse documento foi cercado por tantas divergências, desde aquelas provenientes dos habitantes dos sertões, como jesuítas, missionados e comunidades indígenas autônomas, até as de caráter geográfico e em relação à existência ou direções de alguns rios.

A Comissão Demarcatória do Sul, por exemplo, tendo como um de seus principais comissários o engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria, percorrendo a região em 1753 alegou não ter encontrado, por exemplo, o Rio Igurei, conforme previsto do texto do Tratado. Com os outros demarcadores, Sá e Faria decidiu improvisar uma demarcação, passando por rios que não estavam previstos no acordo entre as Cortes. Essa decisão, conforme foi concluído, "formou uma área intermediária que poderia suscitar dúvidas de jurisdição" e, assim, a "região permanecia como 'terra de ninguém'".[35]

Assim, uma das manobras políticas de conselheiros do rei, como Gomes Freire de Andrade, para enfrentar problemas como esse foi contratar geógrafos avulsos, e Tosi era um deles, para atuar sub-repticiamente nas Comissões Demarcatórias para elaborar projetos de mapeamento de terrenos desconhecidos no Brasil meridional, situados em zonas fronteiriças, de soberania incógnita, e aguardar a conjuntura política mais conveniente para executá-los. O mesmo artifício de manobrar foi empregado na relação com os sertanistas de São Paulo em 1764, quando foram chamados pelo governo para opinar sobre as penetrações territoriais para o mapeamento e em seguida neutralizados em suas pretensões de participar do processo, diante das suas demandas por direitos de exploração do terreno percorrido.

Como escreveu o secretário Diogo de Mendonça: "este Tibagi nos dá sempre em que cuidar". Mendonça tinha diante de si os papéis de outros dois pretendentes "para descobridor daqueles sertões e dos tesouros que nelles se inserrão". O primeiro era o já conhecido e insistente Angelo Pedroso e o outro, Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Para Gomes Freire o secretário enviou requerimentos de ambos os sertanistas e expressou sua opinião de adotar medidas de acordo com a política de manobras da Corte, para ganhar tempo nas questões de reivindicações de direitos sobre terras que caíam sobre limites disputados.

---

35 Bellotto, 2007, p.105.

Em relação a Angelo Pedroso, o secretário dizia que este queria justificar "ter entrado no sertão do Tibagi e ter dado princípio a descobrir as minas de que já trouxe amostras". Não considerava conveniente chamá-lo ou reputá-lo descobridor, mas podiam "animar a continuação de huma obra tão útil e conveniente para a esperança do prêmio, porque he matéria a considerar-se se se há de fazer promessa a este suppe, sendo pessoa tão destituída de meios e de gente para ajudar nesta empresa".

Os documentos do Conselho Ultramarino não trazem muitas informações sobre a figura de Angelo Pedroso. Sabe-se apenas que foi nomeado guarda-mor interino por três meses das minas que declarava ser o descobridor.[36] Depois disso não há mais nada registrado diretamente com seu nome. Já a solicitação de Pedro Taques, figura ilustre da terra, envolvido com administração de zonas minerais em Goiás, historiador e genealogista, o secretário considerou que era o "mais fundamental para este projeto [do Tibagi]". E, ainda que tivesse pedido mercês de alto valor, considerava que era "o mais provável, e mais considerável o seu oferecimento, porque [era] um homem principal com muitos parentes que o podem ajudar".

A Coroa dependia do colono sertanista em termos de geografia, mas também de um discurso geográfico de autoridade, e era uma questão de estratégia política alimentar a chama de suas ambições metalíferas, deixando-os com o sabor da promessa de alcançarem seus objetivos na exploração do metal e com isso obter a boa vontade de suas informações e bandeiras. Assim, o próprio monarca mandou a mensagem para Gomes Freire via secretário: "quer o mesmo senhor que V. Exca tomando as informações necessárias, interponha o que parecer, examinando se Angelo Pedroso Leme tem os meios necessários para se lhe encarregar esse descobrimento, com a circunstância da conquista dos índios por modo suave, civilizando-os, aldeando-os porque neste caso he questão que se lhe deve preferir". Mas, do contrário, devia "entrar no ajuste com Pedro Taques, e sobre as condições dele dará V. Exca também o seu parecer". Mas sugeria também como outra hipótese que ambos também poderiam dividir a conquista do Tibagi – "e se convem querem eles repartir-se a conquista e descobrimento entre os dous" –,

36 Provisão do ouvidor-geral..., 1755.

pois todas as possibilidades eram estudadas para engajar esses experts de sertão, sem propriamente consolidar compromissos.[37]

Ainda nesse mesmo ano, Gomes Freire de Andrade e o secretário de Estado tiveram a mesma conversa, mas sobre as incursões de um outro sertanista, um padre: "sobre o descobrimento que fez o religioso do Carmo que trabalhava nas cabeceiras do rio Tibagi". Em nota do rei, informada pelo secretário, o referido sítio deveria ser vedado: "ordena que V. S. conserve da mesma sorte vedado indispensavelmente enquanto S. M. não determinar o contrário".[38]

A correspondência trocada entre o secretário de Estado Sebastião José e Gomes Freire de Andrade sugere que ambos forjaram uma política de manobras com os sertanistas, fazendo amplo uso e aplicação de seus conhecimentos geográficos de terreno, mas também implementando obstáculos subterfugiosos para impedir essa movimentação autônoma, de modo a frear as reivindicações de direitos sobre terras e veios auríferos e diamantíferos nos sertões minerais do Sul.

Gomes Freire, em especial, na ocasião das petições dos sertanistas, se encontrava na segunda fase de sua longa estadia de trinta anos na administração das capitanias do Centro-Sul. Nesse período sua diretriz de governo esteve mais diretamente atrelada às questões da definição de fronteiras. Era um servidor experiente em relação ao território do Brasil meridional, pois o percorreu de ponta a ponta e esteve à frente da primeira Comissão Demarcatória dessa região, de acordo com o estabelecido pelo Tratado de Madri, e esteve diretamente envolvido na seleção de fontes cartográficas sertanistas para a elaboração do Mapa dos Confins do Brasil usado por Alexandre de Gusmão para subsidiar esse Tratado.[39]

Gomes Freire permaneceu sete anos (1752-1759)[40] no Sul do Brasil, mas desde 1733, como governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ocupava-se com o tema da exploração aurífera no interior e suas consequências geopolíticas. Por essa razão, defendeu a separação das Minas de Cuiabá e Goiás de São Paulo. Na sua concepção, o litoral sul tinha de ter uma

37 Ofício do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar]..., 1756.
38 Ofício (minuta) do [secretário de estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo]..., 1756.
39 Ferreira, 2007.
40 Ribeiro, 2010, p.16-17.

administração unificada para garantir a defesa da Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro.[41] Poucos mais de dez anos depois, as ideias de d. Luis completariam essas suas por meio de um plano de mapeamento sediado em São Paulo e encarregado de sertões descobertos e conquistados. Essa percepção de continuador das realizações de um estadista de renome na geopolítica portuguesa para o Centro-Sul da colônia seria demonstrada na compilação de um atlas feita pelo próprio governador e em homenagem a Gomes Freire.[42]

A gota d'água para a reabilitação da autonomia administrativa da capitania de São Paulo, com consequente nomeação do governador d. Luis e implementação de um plano oficial de mapeamento dos sertões minerais do sul, foi a representação de um sertanista, o coronel Francisco Pinto do Rego, juntamente com seus sócios, o capitão-mor da vila de Sorocaba, José de Almeida Leme, e João da Cunha Franca, morador da comarca de São Paulo, tratando dos sertões minerais do Sul, assunto esse tão presente na correspondência de Gomes Freire de Andrade com o secretário de Estado na época.

O peso dessa representação sobre uma decisão de governo pode ser lido em um ofício trocado entre d. Luis da Cunha e o Marquês de Pombal. O plano de explorações dos sertões do Tibagi escrito por d. Luis e a estratégia política de manobra dos sertanistas começaram justamente com a evocação dessa representação: "Foi Sua Magestade [...] servido ouvir as representações que lhe fez o coronel Francisco Pinto do Rego e outros Paulistas em o ano de **1764**, propondo penetrarem os matos de Guarapuava até a Serra de Apucarana, mandando o mesmo Sr. expedir as ordens, que se contem na carta escrita ao Conde da Cunha de 26 de janeiro de 1765, **que recebi por copia nas minhas instruções,** em que o mesmo sr. declara que não podiam aquelas representações chegar a sua Real presença em tempo mais oportuno para lhes deferir e que o sobredito plano oferecido pelos Paulistas não somente era muito útil pelo descobrimento dos haveres, que nele se consideravam, mas que hoje se fazia indispensavelmente necessário".[43]

Esse coronel, com seus sócios, queria "com risco de suas vidas e de suas fazendas penetrar o inculto e vastíssimo sertão dos matos e campos de

41 Bellotto, 2007, p.25.
42 Cartas topográficas do continente do Sul..., 1775.
43 Ofícios de D. Luís de Souza para o Conde de Oeiras..., 1768.

Guarapuava a que faz frente a Cordilheira; que prende na Serra de Apucarana a que se estende em distância de mais de trezentas léguas a confinar com os domínios de Espanha",[44] e o projeto apresentado por d. Luis de Sousa propunha o mapeamento justamente dessa extensão espacial.

Se a petição de Angelo Pedroso era um desconcertante documento visual de sertões minerais para uma monarquia ainda deficitária em termos de mapas desses sertões minerais, a representação do coronel Pinto do Rego era um documento escrito na forma de uma dissertação histórica, geográfica e etnográfica capaz de provocar a mesma reação entre as autoridades régias.

Seu texto oferecia detalhes de data, etnônimos, toponímia e topografia que os servidores da Coroa se empenhariam em seguir atentamente no terreno através das expedições de mapeamento. O coronel Pinto do Rego oferecia a localização dos principais montes e montanhas, historiava, com data e nome, cada uma das incursões frustradas ou de sucesso nos achados auríferos dos antigos sertanistas, informava o potencial metalífero da região e sobre os índios, os guayanas, posteriormente desdobrados nos xuclan.

As minas de ouro estavam ao pé de serras usadas pelos jê em seus rituais crematórios e seu controle dessa região pode ter impossibilitado o avanço sertanista e inflado sua imaginação em torno do seu potencial de ouro e diamantes. Os sertanistas, entretanto, justificavam seus insucessos na penetração desses sertões pelo desvio de seus interesses para outras minas. O próprio coronel menciona um desses casos: "Este é o sertão que os antigos Paulistas penetraram" sob o comando de Fernando Dias Paes Leme, retornaram de sua bandeira em 1660 e "agora se tem conservado na lembrança dos Paulistas a memória dos grandes haveres que se ocultam no centro dos sertões da Serra de Apucarana".

Nas alegações do coronel, essa serra terminou por não ser explorada porque "se dividiram os paulistas em diversas tropas na diligência dos descobrimentos do ouro do Sabarabuçu".[45] Sob o argumento da "diversão" dos sertanistas para outra região, o coronel empregava um artifício retórico para camuflar a vulnerabilidade destes perante uma comunidade indígena. Mesmo as tropas do governador d. Luis tiveram de negociar com esses grupos sua entrada nesses sertões.

---

44 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha..., 1764.
45 Ibidem.

O imaginário das minas de ouro e diamantes da Serra de Apucarana fora alimentado entre os sertanistas pelos tupis, ao dizerem que os guainá faziam uso desse metal. Considerando que a comunicação entre colonizadores e indígenas foi uma complexa operação de interpretação, os tupis, como inimigos dos jê, poderiam empregar esse argumento para torná-los alvo de ataques dos sertanistas, fragilizando-os e, consequentemente, fortalecendo-se como grupo étnico hegemônico na região. Assim, dissertou o coronel: "que sejam fortíssimas estas minas de ouro da serra de Apucarana se conjectura da experiência ocular dos Antigos Paulistas, quando observaram que os índios guayanans da Redução do governador Fernando Dias Paes Leme traziam ouro bruto chamado folheta posto na linha de em que pescavam e fazendo exame por perguntas vieram a conhecer pela resposta dos mesmos índios, que no certão da Serra de Apucarana havia abundancia daquele metal, posto que a sua preciosidade não era conhecida do tal gentio".[46]

Do dado etnológico para o histórico, o coronel evocava em sua dissertação a nomeação de Salvador Correa de Sá e Benevides para o cargo de "administrador geral das minas de ouro e prata das capitanias do sul" para dizer o quanto dar-lhe autorização, juntamente com seus sócios, honrava essa medida adotada pelo próprio rei em 1644. Em seguida, passava a historiar cada nome de sertanista oriundo de outras regiões beneficiado com nomeação, soldos e provisões (farinha, feijão, carne de porco, fios de algodão, algodão) e tropa formada por "500 índios bons sertanistas". Ainda assim, continuava o coronel, esses sertanistas não tiveram sucesso em suas explorações em sertão tão fechado. Diante dessa história de fracassos, o coronel e sua gente sentiam-se capacitados para realizar as penetrações, a custa e risco de suas próprias fazendas.

Os sertanistas eram o mal necessário da Coroa. Qualquer governador somente teria condições de empreender com êxito um plano de mapeamento dessa região se contemporizasse com esses agentes. Assim, a estratégia da Coroa foi a de deferir a representação e imediatamente restaurar a capitania de São Paulo e nomear governador. Mas, como pontuava o conde da Cunha ao conde de Oeiras, a execução do plano da Coroa, de conciliar os interesses dos sertanistas com o do governo, deveria ser condicionada pela habilidade persuasória do governador nomeado: "porem vejo que a execução de tudo o

46 Ibidem.

que S. Mag. Manda por em prática depende da capacidade do actual governador, e parece me que se lhe faltar o modo para persuadir aqueles principais habitantes ou o espírito para os não temer que terá muita dificuldade".[47]

Há indícios na documentação de que os trabalhos de mapeamento dos sertões do Tibagi foram atrelados a uma política de manobra dos sertanistas, chamando-lhes a responsabilidade do empreendimento para em seguida criar um contexto que os excluísse. Correspondência de d. Luis de Sousa com o conde de Oeiras, solicitando esclarecimento sobre proporcionar aos sertanistas todos os meios para levarem adiante suas explorações do ouro, lançava a controvérsia e denunciava uma conversa particular: "porem esta ordem no meu sentir se encontra *com ao outro particular que V. Exc me deo*; por quanto no papel de perguntas com que consultei a v. Exca na pergunta 18 dele perguntei: Se devia procurar descobrimentos de minas? Respondeu-me V. Exca por letra sua: De nenhuma sorte; antes impedir **inflexivelmente [grifo do governador]** estes descobrimentos".[48]

Em virtude dessa comunicação, causa certo estranhamento a nomeação de Francisco Pinto do Rego para comandar a primeira expedição ao Tibagi e a sua imediata destituição sob acusação não revelada nos documentos. Em maio de 1767, d. Luis informava ao conde da Cunha que havia nomeado Pinto do Rego chefe da "expedição da bandeira que hade de descobrir os certões de Guarapuava que fazem frente à Serra de Apucarana [...] associado com outros Paulistas naturaes desta capitania, os quaes estão próximos a partir para os Campos de Curitiba adonde vão [...] se preparar para fazerem entradas pelas Campanhas do Tibagi, e seguirem ao depois toda a corrente do Rio do Registro até a barra que vay fazer no Rio Grande ou Paraná".[49]

Poucos meses depois, em fevereiro do ano seguinte, o governador escrevia para o mesmo vice-rei, informando a destituição do coronel por razões não esclarecidas. Apenas atestava que o coronel "hé quem estava destinado e se tinha encarregado de fazer a entrada do Tibagy, e estando aparelhado à sua custa com as ordens passadas nesta Secretaria para seguir viagem a esta empresa, procederão contra ele pela culpa que consta de huma devaça que

47 Ibidem.

48 Ofício n.6-A do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1765.

49 Para o mesmo Conde da Cunha Vice Rey sobre as explorações em Campos de Guarapuava. *DI*s, São Paulo, Typographia Aurora, v. 23, 1896, p.167.

tirou o Doutor ouvidor desta Comarca, por cuja cauza ficou frustrada nesta ocasião a referida deligencia".[50]

Por chefiar essa bandeira, foi prometido ao coronel, além da "grande parte, que há de ter na repartição das terras e utilidade dos haveres, que nelas se descobrirem", iria ver reputados os seus serviços e de todos os seus alistados. Receberia ainda hábitos, tensas, tudo "sem embargo do regimento das mercês", além de foros de fidalgo e senhorio das terras, de tudo o que "fosse descobrindo, ou restaurando".

Em novembro de 1769, quase um ano depois de iniciadas as expedições, um frade beneditino autor de boa parte dos mapas dessas entradas levantou conjecturas em seu diário de expedições sobre esse afastamento abrupto de Francisco Pinto do Rego: "o qual de tal modo pedia a bandeira com tantas mercês e honras, e ajudas de custo que parece que com aquela queria tirar o domínio das terras a Sua Magestade e com essas queres antes fazer a conquista à custa d'El Rei Nosso Senhor que, à sua, como oferecia, e vir ultimamente a ficar-se com o lucro, e glória da expedição. Raro negócio".[51]

Assim, afastado de cena o coronel peticionário, pôde d. Luis, a partir de maio de 1768, expor e dar início ao projeto idealizado com base em várias fontes escritas e visuais, entre elas o projeto de um prolífico geógrafo genovês sobre a mesma região e que uma década antes tivera o mesmo destino do frustrado Pinto do Rego, vendo seus sonhos de tenças e mercês se dispersarem como as cinzas e fumaças espraiadas dos monumentos funerários erguidos nas serras do Tibagi.

## Executando o malogrado projeto de um geógrafo genovês

Francesco Tosi Colombina foi certamente um dos geógrafos mais importantes no mapeamento do Brasil central e meridional do século XVIII. Deixou obra volumosa em forma de mapas e dissertações, atualmente espalhadas por arquivos do Rio de Janeiro, Portugal e Itália. Possuía nítida percepção da fronteira aquática do Brasil como uma extensão do Amazonas ao Rio da Prata e foi perspicaz o suficiente para aconselhar a Coroa a

50 Atestado, 8 de fevereiro de 1768. *DIs*, São Paulo, Typographia Aurora, v. 23, 1896, p.365-366.
51 Introdução, in Notícias da conquista..., p.229.

promover o conhecimento geográfico da capitania de São Paulo para assegurar sua soberania. Segundo ele, D'Anville não conhecia nada dessa região e, em virtude disso, logo após a conclusão da Carta Geographica d'America Meridional, recomendou à Coroa: agora só falta o essencial, que "se ponham os olhos sobre a capitania de São Paulo para poder deste modo abraçar toda a América portuguesa".[52]

Ainda assim, até o momento esse geógrafo recebeu apenas uma breve investigação realizada fora do meio acadêmico, prevalecendo menções ao seu nome e a algumas iniciativas no âmbito da cartografia em teses, livros e artigos.[53] Francesco Tosi Colombina é mais frequentemente associado ao primeiro mapa da capitania de Goiás, uma peça de sua autoria. Não foi membro oficial da comissão demarcatória do Tratado de Madri e várias evidências nas fontes sugerem ter sido uma espécie de assessor avulso, informal e sigiloso para questões relacionadas à elaboração desse documento diplomático, como as verificações *in loco* do terreno. Nos bastidores dessa sua contratação avulsa estão nomes como Gomes Freire de Andrade, o governador de Goiás, Marcos de Noronha, e o ministro e secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real.

Esse geógrafo estrangeiro terminou por ser silenciado pela Coroa ao ser enviado para a Ilha da Madeira por ter sido mais do que um geógrafo de gabinete, tornando-se um tipo de sertanista, com experiência de terreno capaz de o fazer visualizar os equívocos geográficos deliberados da Coroa portuguesa para persuadir os espanhóis a assinarem o Tratado de Madri. Outro motivo a levá-lo ao ostracismo junto às autoridades coloniais e ao rei foi ter vinculado o seu projeto de exploração dos sertões do Tibagi à solicitação de mercê para exploração do ouro e diamantes na região.

Francesco Tosi, conforme sugerem as fontes, foi um erudito em geografia, habilidoso na técnica do desenho, formado nas trincheiras da Áustria quando lutou nas tropas da rainha da Prússia e terminou por se tornar um prático dos sertões do Centro-Sul do Brasil por percorrer seus terrenos. Seus mapas são também desenhos de seus itinerários assinalados com pontilhados.

---

52 Parecer sobre a carta Geographica d'America Meridional..., 1750.

53 Fontana, 2004; Boaventura, 2019.

Sua chegada ao Brasil certamente ocorreu na década de 1740. Embora tenha sido dito que fora enviado pela Coroa portuguesa para as terras do Brasil como explorador militar, projetista de estradas, geógrafo e cartógrafo,[54] um documento do Conselho Ultramarino indica uma chegada mais discreta e por conta própria. Permaneceu um período no Rio de Janeiro, trabalhando na fazenda Malta e feitorizando uma chácara. Ali fez obras como forno de tijolo e engenho de arroz e terminou por seguir para Goiás, onde "se meteu a medidas de sesmarias" e depois a fazer mapas, até entrar a "querer fazer um novo caminho a rumo direito de Goiás e Vila de Santos para irem por ele carros". De espírito empreendedor e cheio de ideias, rumou para o Tibagi ao tomar conhecimento de suas riquezas.[55]

Primeiro esteve em São Paulo, onde foi contratado por Gomes Freire para fazer o projeto de exploração da região do Tibagi. Ao escrever a este em 1752, prometeu também fazer um mapa, caso lhe fosse concedida a graduação de geógrafo régio,[56] e, embora não a tenha recebido, fez o referido mapa em 1756, enviando-o do Funchal ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real. Esse mapa foi confeccionado em cinco partes, das quais três – terceira, quarta e quinta – encontram-se na Mapoteca do Itamaraty, podendo ser vistas nas figuras 38, 39 e 40.

A primeira parte desse mapa pode ser uma localizada na Casa da Insua, residência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, capitão-general do Mato Grosso e Cuiabá (1772-1788), construída em Penalva do Castelo no século XVIII. Essa parte abrange uma região que completa as três partes da Mapoteca do Itamaraty – vilas do litoral de São Paulo, a vila de São Paulo, até os rios Corumbá e do Peixe, em direção noroeste. Outros detalhes desse mapa indicado como "Primeira Parte" também reforçam a hipótese de pertencer ao conjunto das três partes da Mapoteca do Itamaraty, como o estilo da produção: linhas de grade, emprego das técnicas usuais de Francesco Tosi, tais como legenda descritiva, pontilhados de itinerários e cor vermelha em símbolos figurativos para indicação de cidade, vila, arraial, fortaleza, explicação, representação de itinerário e ausência de cartuchos ornamentados.

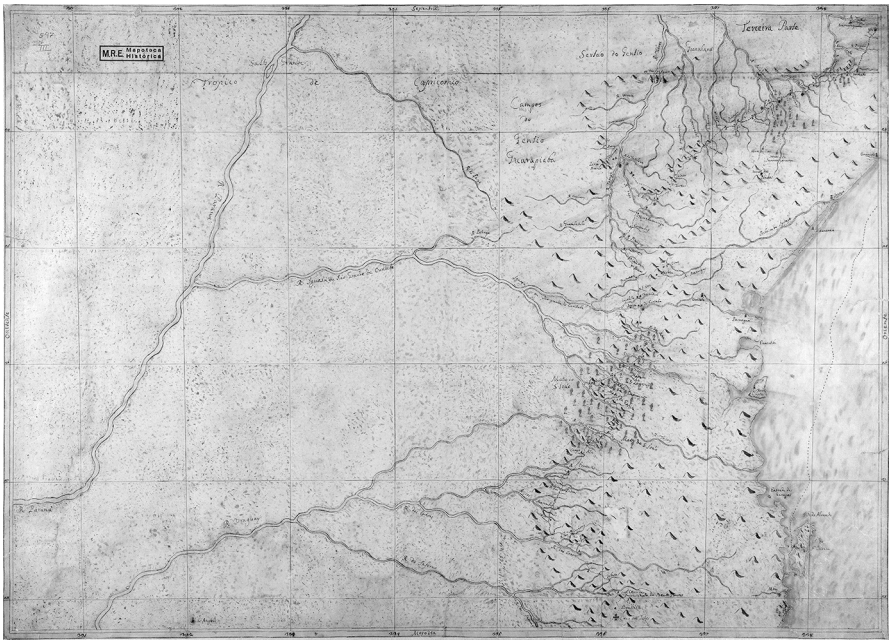
---

54 Fontana, 2004, p.21.

55 Ofício de Antonio Fortes de B. Sá em 1753...

56 Andrade; Moreira Neto, 1974.

Figuras 38 a 40 – Essa sequência recebeu o seguinte título na catalogação: Mapa que mostra a capitania de Goiás e a região ao sul até o rio da Prata. Francisco Tosi Colombina (?) ca. 1756.



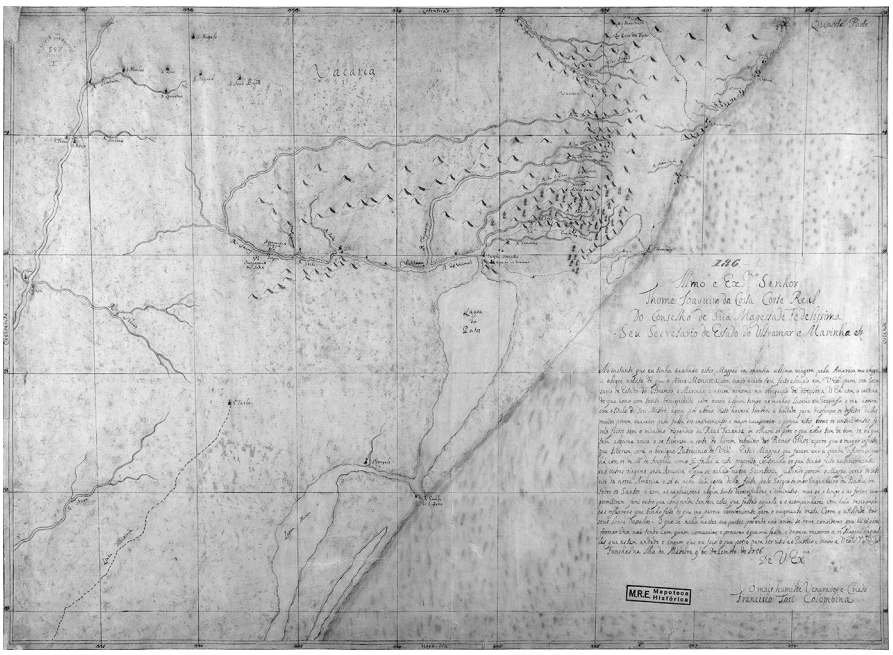
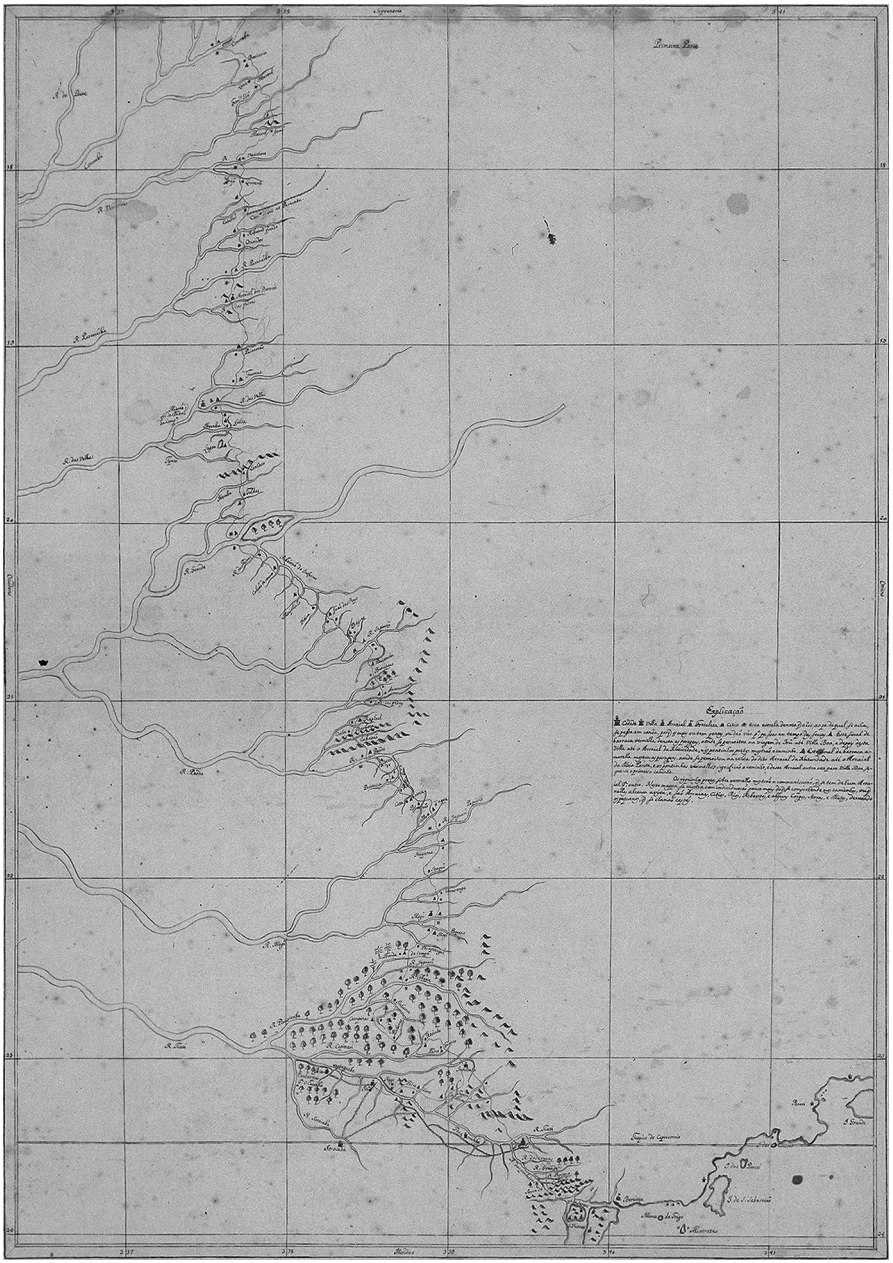


Vacaria
Quarta Parte
Rio Grande
Rio Paraná
Rio Tocantins
Rio Araguaya
Rio Paraguay
Rio Pardo
Rio Sucuryu
Rio Verde
Rio Claro
Rio Corumbá
Rio Santa Anna
Rio Sucuryu
Rio Aporé
Rio Pardo
Rio Verde
Rio Claro
Rio Corumbá
Rio Santa Anna
Rio Paraná
Rio Paraguay
Rio Tocantins
Rio Araguaya
Rio Grande

Foto de Jaime Acioli

Essa primeira parte possui semelhanças com um outro mapa existente na mapoteca do governador d. Luis de Sousa intitulado "Mapa da capitania de São Paulo e seus sertões", creditado a Francesco Tosi Colombina, e indicando o conhecimento do governador em relação às suas peças geográficas, certamente utilizadas para subsidiar seu projeto de mapeamento das terras do Tibagi. D. Luis de Sousa pode ainda ter tido a prática de copiar os mapas desse geógrafo e mesmo outros mapas, modificando-os para se ajustarem à pauta de governo e da geopolítica do Império.

Entre as autoridades régias, era consensual o entendimento da necessidade de articular apoio junto aos sertanistas de São Paulo para qualquer empreendimento de mapeamento terra adentro do Brasil. Com d. Luis de Sousa e o geógrafo genovês-sertanista não foi diferente, e ambos se aproximaram do mesmo sertanista: Francisco Pinto do Rego. Mas, enquanto o primeiro teve êxito na produção de uma aliança, posteriormente desfeita com um artifício institucional, o mesmo não ocorreu com o segundo.

Figura 41 – Parte 1 do mapa de 1756 de Francesco Tosi Colombina pertencente ao acervo da Casa da Insua, Penalva do Castelo. Mapa itinerário na região de Vila Boa de Goiás



Fonte: MI, 779.3 a – 1756c, 88 X 48 cm, manuscritos a nanquim, respectivamente partes 4, 5 e 6

A possibilidade de d. Luis de Sousa ter tomado conhecimento do projeto e mapa de 1756 de autoria de Francesco Tosi Colombina advém do dado de a Secretaria de Estado ter sido uma provedora de mapas para os governadores, como pode ser verificado em carta ao rei.[57] Mas na coleção particular desse governador havia outras cópias de mapas manuscritos não assinados com características como letra e sinais gráficos eloquentemente sugestivos de serem de autoria de Tosi Colombina.[58]

Na quarta parte desse mapa de 1756 esse geógrafo escreveu um longo trecho, como era da sua práxis cartográfica, confirmando o envio de seus trabalhos para a Secretaria de Estado. Segundo ele, esse mapa "continuão os que tenho feito anteriormente das outras viagens pela América e que se acham nessa Secretaria". A documentação traz outros indícios dos trabalhos de Tosi serem conhecidos de D. Luis de Sousa, como a comunicação feita ao conde de Oeyras ao confeccionar um mapa para esclarecer-lhe sobre as questões da demarcação dos limites entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais: "para maior clareza de tudo ordenei o mapa que vay marcado [...] o qual está graduado, e disposto com a maior exatidão e certeza entre os que the agora se tem feito nesta capitania, nelle segui as observações de Columbina e do Padre Capassi".[59]

Ambos os projetos sobre a exploração do Tibagi, embora fossem contrastantes em relação a como deveriam ser as expedições e as formas de ocupação do território, tinham vários pontos em comum. O primeiro deles era o da própria região a ser explorada e mapeada, como os sertões do Tibagi, de contornos ainda muito imprecisos nos mapas. A versão da Carta da América Meridional de 1748, do geógrafo D'Anville, por exemplo, havia se subsidiado no mapa de José da Silva Paes,[60] cujas linhas descreviam apenas a

57 Correspondência (1772?). *DIs*, São Paulo, Typographia Andrade & Mello, v.35, 1901, p.341.

58 Mappa da capitania de São Paulo e seu sertão (cópia); Mappa da capitania de Goiazes de todo o sertão por onde passa o rio Maranhão, ou Tucântis; (apenas cópia) Mapa dos sertões que se comprehedem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyzes Cuiabá, Mato-Grosso e Pará (original e cópia), BND, CMM.

59 Carta de D. Luis de Sousa...,1952, p.98.

60 Cortesão, 2006, tomo II, p.235. Certamente trata-se da Carta Topográfica de todo o terreno compreendido desde a Barra do Rio Grande de S. Pedro até Castilhos Pequeno, que corre entre a Costa do mar e a Lagoa Mirim. Tirada por ordem do Brigadeiro dos Exércitos de S. Majestade José da Silva Paes (1737).

faixa costeira. Para além da costa, o desenho de D'Anville é muito lacunar no traçado das vias de penetração fluvial do Brasil meridional.

O segundo ponto em comum entre os dois projetos era a percepção da importância geopolítica da extensa linha fluvial que conectava a vila de Curitiba ao Rio Paraná: o Grande Rio do Registro, como chamava d. Luis, ou Rio Iguaçu, como o denominava Tosi. Ao optar pelo nome Grande Rio do Registro, d. Luis traduzia o projeto de Tosi para a agenda imperial portuguesa, como fez em vários outros pontos, pois a nomenclatura Iguaçu era a empregada pelos castelhanos.[61] Ambos acreditavam na força de persuasão da imagem e a empregaram para demonstrar as ideias de seus projetos.

Depois de apresentar as linhas gerais de seu projeto para o conde de Oeiras, d. Luis ressaltou a "idéia é minha original e estou formalizado nella com uma larga instrução de todos os rios navegáveis com a V. Exca exponho no mappa que delineei, e que remeto para me fazer perceptível".[62] Mapas eram uma peça recorrente nos ofícios de d. Luis, e, se não tivessem sido separados pelo padrão de tratamento das fontes visuais nos arquivos e bibliotecas, sua rica narrativa pictórica da geografia do Brasil meridional não estaria tão dispersa em várias instituições.

Outro ponto em comum entre o governador e Tosi era o reconhecimento e uso do conhecimento geográfico dos sertanistas, seguindo a tendência de outros agentes coloniais, como jesuítas em missão de mapeamento oficial ou apenas interessados em produzir material cartográfico, autoridades coloniais diversas, geógrafos e engenheiros militares. Os relatos sertanistas presentes na coleção de documentos do padre matemático Diogo Soares são ilustrativos desse prestígio e valor de autoridade da geografia sertanista.[63] Tosi, contudo, reconhecia o conhecimento geográfico sertanista pela sua capacidade de revelar as riquezas minerais. Assim, as terras do Tibagi eram o alvo a ser desbravado em virtude "da grandesa de ouro que prometem as experiencias dos velhos sertanistas".[64]

Ambos também defendiam como logística preliminar manipular a ambição dos sertanistas de São Paulo para torná-los uma espécie de vanguarda

61 Introdução, in Notícias da conquista..., p.229.
62 Ofício n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1768, Julho 4 [...].
63 Cf. Taunay, 1953.
64 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.32.

de uma expedição penetradora de sertões ainda incógnitos e ocupados por várias comunidades indígenas autônomas. Como escrevia Tosi em seu projeto, para implementá-lo eram necessários apenas "Armas, Pólvora e Chumbo; o mais se achara tudo pronto na vontade dos Paulistas, que penetrando ser este o desejo do Monarcha, hão de fazer o que costumão em semelhantes occasiones".[65]

D. Luis compartilhava essa mesma percepção e antes mesmo de apresentar seu plano por escrito confessou estar se empenhando com toda a diligência e se associando "aos Paulistas e especialmente ao Coronel Francisco Pinto do Rego e a todo o séquito dos seus Parentes, fazendo-lhes frequentes práticas, favorecendo-os nos seus negócios e procurando por todos os meios [...] lisonjeá-los e atraí-los" para os comprometer com a empresa de mapeamento daqueles sertões.[66]

Mas certamente a principal diferença entre Tosi e d. Luis é o nível de inserção, a base de apoio institucional e a agenda imperial proposta por ambos. Embora contratado pela Coroa portuguesa, Tosi era um geógrafo avulso, cujo trabalho era útil e necessário para os propósitos do Império na circunstância específica das verificações e demarcações de limites realizadas após a assinatura do Tratado de Madri. Entretanto, suas ideias vinham acompanhadas de demandas individuais inadequadas para o projeto de soberania da Coroa em um horizonte de incertezas sobre as terras do Brasil meridional ainda deixadas em aberto por esse tratado.

Como escrevia o próprio Tosi em seu projeto, como retribuição pelo êxito da expedição "serei Superintendente dellas [das minas que encontrar], além da patente de Sargento mor engenheiro e a graduação de Geógrafo régio, como também a Superintendencia geral dos caminhos das terras, que compõem a relação do Rio de Janeiro, com faculdades de poder nomear quantos Superintendes subalternos, e nas partes que me parecer à propósito".[67]

Mesmo tendo uma margem de autonomia para imprimir suas próprias opiniões à sua gestão, em virtude da influência da distância do centro de poder no ritmo da comunicação e das subjetividades dos agentes sociais, governadores ultramarinos são servidores de governo, comprometidos

65 Ibidem.
66 Ofício n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1768.
67 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.37.

por obrigação em executar uma agenda oficial. Assim, a aproximação do governador d. Luis de Sousa com os sertanistas foi calibrada para se ajustar à agenda imperial, manifestando-se despida de ambições individuais e enquadrando a exploração e mapeamento em um empreendimento conduzido pelo Estado, diferentemente da atitude de Tosi. Para tanto, uma das etapas do plano, ou seja, a aproximação com os sertanistas, foi um artifício, e mecanismos institucionais foram acionados para afastá-los do empreendimento no momento oportuno. A conversa particular entre o conde de Oeiras e o Morgado de Mateus mostrada anteriormente sugere essa manobra.

Essa constatação é reforçada ainda com a opinião pessoal do próprio morgado, expressa em ofício, recomendando não depositar confianças sobre os "Paulistas, porque depois de Conquistado hum Certão riquíssimo [...] achando-se vezinho aos Castelhanos, se huma vez de esquecesse das suas obrigações, não haveria ao depois forças com que reduzilo, nem meyos para emendar aquele erro" e lembrava que "nós temos o próximo exemplo dos – LEMES – que ao depois de concorrerem muito para a conquista do Cuyabá, foi preciso matalos por culpas em o ano de 1723, sendo entre ellas a desconfiança de que entregariam a nova conquista aos Castelhanos como e vê das contas que deu o mesmo antecessor Rodrigo Cesar, e notícias que ainda se conservão nesta Capitania".[68]

Afastando os mamelucos de São Paulo e seus sonhos de um sertão do ouro, d. Luis tomou a frente da apresentação e execução de seu projeto de produzir um extenso território platino, traduzido em suas palavras como: "abrir as portas a extensão dos Domínios de S. Mag. [...] até o Rio da Prata". Essa maior extensão territorial a ser percorrida e mapeada foi um acréscimo significativo em relação ao projeto de Tosi, cuja percepção dos direitos territoriais de Portugal era mais enxuta e, inclusive, subtraía parte do Rio Grande, distanciando em muito os portugueses das margens do estuário do Rio da Prata, como pode visto na quinta parte do mapa de 1756. Os limites finais de Portugal no Rio Grande foram sinalizados com pontilhados em vermelho, como mostra a Figura 42.

Na interlocução com o conde de Oeiras, d. Luis acordou como poderia ser ajustado o interesse do ouro dos sertanistas à agenda imperial das

68 Ofício n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1768.

Figura 42 – Quinta parte do mapa de Francesco Tosi Colombina, de 1756, com sinalização da linha divisória entre as terras de Espanha e Portugal no extremo sul da América

Fonte: MI, 779.3 a – 1756c X 48 cm, manuscritos a nanquim, parte 5

margens do Prata. Assim, duas orientações deveriam ser seguidas: atender à representação de 1764 do coronel Francisco Pinto do Rego e seus sócios para penetrarem os "matos de Guarapuava", mas fazê-los avançar aos poucos, de 10 em 10 léguas, para a Serra de Apucarana e não permitir que se dirigissem diretamente a ela, pois, como concluía o mesmo conde, isso seria o mesmo que "mostrá-la aos castelhanos".[69]

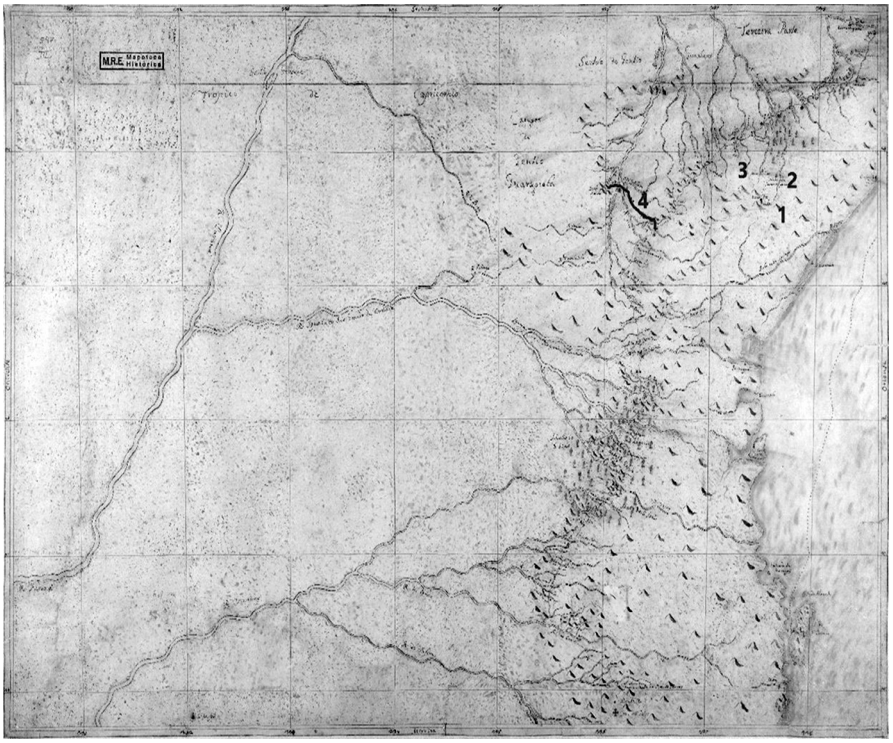
O importante era primeiro ocupar a fronteira e depois avançar em direção à serra, para não deixar argumentos para os espanhóis avançarem sobre terra desocupada e da qual nem sequer possuíam mapas capazes de transmitir a impressão de controle do território. D. Luis sintetizou suas ideias em três

69 Ibidem.

tópicos apresentados em seu projeto de forma escrita e visual: 1) segurar a fronteira; 2) povoar para defender; 3) aproveitar as riquezas minerais.

A questão geopolítica, portanto, se sobrepunha à econômica e à de exploração mineral. Com essa ordem de prioridade era reposicionado para o último nível o objetivo principal do projeto de Tosi: descobrir terras minerais, "que he o fim principal desta expedição", como havia escrito.[70] O interesse de Tosi em relação aos minerais o fez sinalizar alguns pontos em seu mapa de 1756 na parte terceira, e na legenda explicativa da quarta parte do mapa esclareceu que o pontilhado do Rio Piray até o Morro da Pedra Branca correspondia à "digressão para as terras do Tabagy" de onde havia tirado o ouro mostrado para o rei:

Figura 43 – (1) Minas dos Pinhes; (2) Minas de Paranapanema; (3) Minas do Piay; (4) Digressão do Rio Piray até o Morro da Pedra Branca




Fonte: MI, 779.3 a – 1756c X 48 cm, manuscritos a nanquim, parte 4

70 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.37.

Ao traduzir para a agenda imperial o projeto de mapeamento de Tosi, d. Luis de Sousa fez alusão a apenas um único nome de mina de metal precioso, o da Serra de Apucarana. Todas as outras foram suprimidas, mas Apuracana era um mito geográfico dos sertanistas, mencionado pelo próprio Francisco Pinto do Rego. Ao ser inserido em um projeto de soberania do Império, o mito funcionaria como uma espécie de isca para atrair a atenção, a boa vontade e o apoio desses práticos do sertão.

Possivelmente inspirado nas frases finais do projeto de Francesco Tosi Colombina, d. Luis considerava as "Terras do Tabagy" – para Tosi o "Certão do Tibagy" – uma das empresas mais importantes para a Coroa naquele momento, superando o Cuiabá e Goiás, pois nessas terras "só supunham gentios" e nas terras da Serra de Apucarana havia os gentios e "uma fronteira pertendida de uma nação poderosa, e advertida".[71]

Mas a empresa do Tibagi do governador d. Luis ampliava a proposta por Tosi, porque incluía o conhecimento e mapeamento de toda a malha fluvial da região, seguindo a tradição da cartografia de autoridades castelhanas e dos jesuítas para a região. Desde o século XVI cronistas e mapas, inclusive feitos por autoridades castelhanas, como o do governador Luis Céspedes Xeria, descreviam e exibiam a ampla rede fluvial que corria desde a Vila de São Paulo em direção ao Paraná e Rio da Prata.[72]

Francesco Tosi idealizou sua expedição de mapeamento no projeto e no mapa pela via terrestre, seguindo a tradição sertanista de itinerário em direção aos Campos de Curitiba e ao Guairá e, embora tivesse consciência da importância da malha fluvial da região, apenas a vislumbrava em seu projeto, como sugere sua especulação em relação à comunicação de Curitiba com os Campos de Vacaria, usualmente realizada pela via terrestre pelos sertanistas: "este novo caminho deve ter muitos Rios, que o atravessem, mais que no que vay a Curitiba, e mayores, porque todas as vertentes, que nascem da Serra da Costa do Mar, correm para o Nord á buscar o rio Paraná".[73] Alguns rios dessa extensão de terras também foram lançados no seu mapa de 1756, tais como o "Iguasú ou Rio Grande Curitiba", o Uvaú, Tabagy, Capivary, Patinga, do Peixe, Yapo, Piray. Mas, seguindo a tradição sertanista, sua

71 Ofício n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1768.
72 Bonato, 2018; Cavenaghi, 2011.
73 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.36.

logística de expedição era por terra, pois, conforme anunciava, "Pessoas que hão de hir [...] se deviam [ajuntar] na vila de Sorocaba 20 legoas do Poente da Cidade de São Paulo; e marchando sessenta legoas mais ou menos pelo caminho que vai a Curitiba, com rumo de Sudoeste até onde as cabeceiras do Rio Tabagy atravessão tal caminho, se [devia] **acompanhar dito Rio algumas** quarenta Legoas, com Rumo ao Nord atè dar na altura de Sorocaba, que verá à ver no meyo do Supé da corda da dita Serra, que corre do Rio Grande de Curitiba até o Rio Paraná".[74]

O caminho proposto por Tosi, portanto, era o de seguir, mas não navegar, os rios. Traduzir os caminhos sertanistas para uma agenda de territorialização do Estado, entretanto, significava aprender ou exibir de forma escrita ou visual um suposto conhecimento da navegabilidade dos rios da região. Assim, o governador previa avançar "emté a barra que faz o Rio do Registro, entrando no Paraná, o mais além que for possível sobre o dito Rio, porque té donde puder chegar a expedição seguraremos o sertão que nos fica para tras, constituindo uma barreira que o defenda".[75]

Essa expedição de canoas imaginava contar com "500 homens para hirem navegar toda a corrente do mesmo rio, investigar e examinar os seus passos, e fazê-los fortificar, e sigurar, e ao mesmo tempo povoar toda a margem oriental até o rio Paraná em cuja extensão e circunferência lhe devem ir dando as mãos para povoarem nos mesmos sítios todos os que entrarem pelo dito sertão".[76] Os jesuítas haviam percorrido e avançado a ocupação das margens desse rio através da instalação de missões desde o final do século XVII e produzido memória visual e escrita desse movimento, e um projeto de navegação oficial dessa região teria a função de desfigurar essa memória e sobrepor a do Estado imperial.

Na ótica do governador, navegar os rios da região faria a Coroa portuguesa "Senhores da navegação de todo o Rio, e da fronteira do Sertão em tempo de trez mezes". Essa expedição pelo rio Paraná deveria ainda se encontrar com uma outra, vinda do Rio Pardo. Ou seja, diferentemente das pretensões de Francesco Tosi de construir uma soberania terrestre combinada às suas ambições individuais do ouro, d. Luis traduzia essa soberania

74 Ibidem, p.35.
75 Ofício n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo)..., 1768.
76 Ibidem.

Figura 44 – (1) El Gran Rio Parana. Americae Sive Qvartae Orbis Partis Nova Et Exactissima Descriptio, 1562

Fonte: Rosenwald Collection, Library of Congress, n.1303. Disponível em: https://www.loc.gov/resource/g3290.ct000342/?r=-0.081,0.063,1.382,0.876,0.

terrestre para a malha fluvial da região, sugerindo ainda a sua fortificação, e com essa iniciativa apagava ainda tanto a memória sertanista como a missioneira da geografia local.

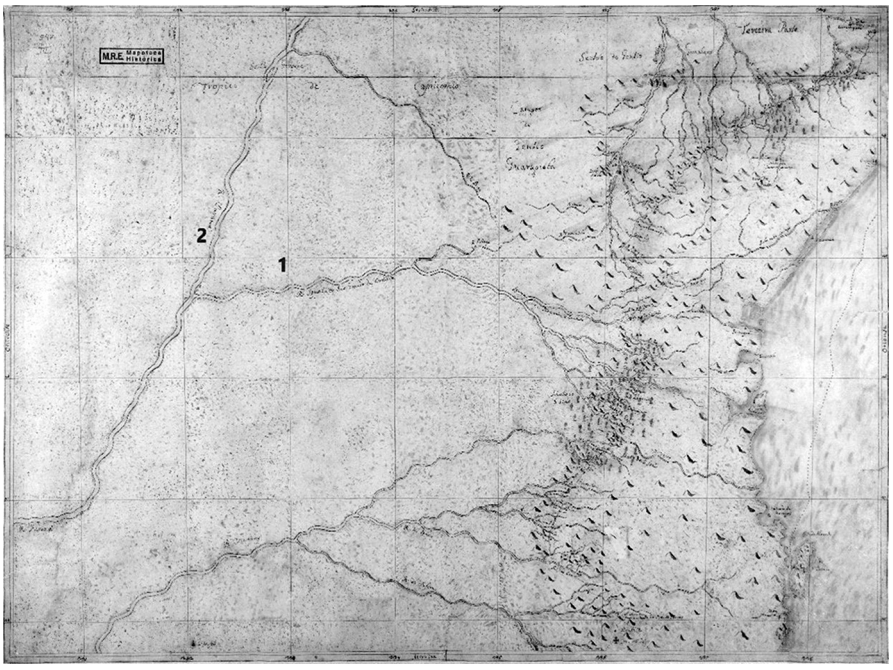
Ao puxar a expedição para o Rio do Registro – e não para o Rio Iguaçu, conforme a toponímia castelhana –, a principal diferença em relação a Tosi, cujo ponto de partida estabelecido era a vila de Sorocaba, d. Luis trasladava

a marca do empreendimento do contexto sertanista para o do Império, pois o Rio do Registro levava esse nome justamente por conta do registro de Curitiba onde eram tributados os animais muares conduzidos desses campos para a feira de Sorocaba.

Em termos geográficos, propor o mapeamento do Rio do Registro – ou Iguaçu – significava conhecer por completo uma importante via de acesso ao Rio Paraná, navegada, descrita e representada visualmente por castelhanos e jesuítas desde o século XVI. Um mapa de 1562, feito por Diego Gutierrez, já mostrava com contornos arrojados o Rio Paraná com a inscrição "El Gran Rio Paraná" em letras evidentes e linha de espessura larga, como mostra a Figura 44.

Tanto Tosi quanto d. Luis tinham consciência de quão importante era assegurar a soberania sobre os rios Paraná e Iguaçu, e em seu mapa de 1756 Tosi os representou em linhas mais espessas em relação a todas as outras, embora divergissem sobre a forma de percorrê-los: para d. Luis os rios deviam ser navegados e para Tosi deviam ser contornados pelas margens.

Figura 45 – (1) Rio Iguaçu ou Rio Grande de Curitiba; (2) Rio Paraná




Fonte: MI, 779.3 a – 1756c X 48 cm, manuscritos a nanquim, parte 4

O Rio Paraná era uma artéria fluvial para o estuário do Rio da Prata. Mapeando e assegurando a soberania nesse rio e na costa do Rio Grande, a Coroa portuguesa assegurava uma dupla via de acesso a esse importante estuário econômico.[77] Enquanto Tosi, na condição de um geógrafo independente, contratado avulsamente pela Coroa para emitir pareceres para expedições de mapeamento, propunha a formação de uma "Companhia de Soldados venturei ros, ou Pedestres de Bastardos, Mulatos, e outros acostumados a Sertanejar, como huma, que se presente se acha em Goyas; e Minas Gerais".[78] D. Luis, na condição de servidor do Estado, traduziu essa ideia para o plano institucional.

Sua proposta também era de aproveitar a habilidade dos práticos do sertão, mas organizando-os em expedições de canoas e bandeiras formadas por quinhentos homens, praças com direito a soldo, conduzidas por oficiais e tendo como chefe da expedição "Affonso Botelho de S. Payo", como ele dizia, "meu Parente, que me acompanhou do Reyno para este Governo".[79] Tosi também nomeou um comandante, mas dos estratos sertanistas: "João de Godoy da Silveira Preto, descobridor das minas do Pilar de 36 anos, bom mineiro, bom sertanista e, valente soldado".[80]

Para adequar os recursos humanos da expedição à agenda imperial, d. Luis de Sousa optou pela militarização e conseguiu junto ao rei, antes de apresentar esse seu projeto, a criação de um regimento de infantaria para atuar com seis companhias de tropas pagas e as de ordenanças.[81]

A historiografia minimizou o *status* geopolítico da região do Rio Tibagi e considerou os esforços de d. Luis em seu mapeamento como uma camuflagem da sua "diversão" para o Iguatemi.[82] O Tibagi, entretanto, não tinha menor relevância geopolítica, pois correspondia a uma vasta área formada por uma malha fluvial asseguradora do acesso ao Rio Paraná e ao estuário platino e era um desafio cartográfico para uma Corte portuguesa sem mapas da região e pressionada por uma audiência europeia que desde o século XVI aprendeu a visualizar os contornos do Brasil meridional pelos tracejados castelhanos, jesuítas e sertanistas.

---

77 Borucki, 2011; Moura, 2015; Prado, 2015; Khun, 2017.
78 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.35.
79 Carta de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeiras (1768), 1896, p.127.
80 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.35.
81 Bellotto, 2007, p.92.
82 Ibidem, p.136.

## Um governador desenhista de esboços e mapas

D. Luis foi um entusiasta tanto da ciência da geografia como da imagem cartográfica e as manipulou de diversas formas: consultando-as, cotejando-as com as notícias antigas dos sertanistas e os relatos contemporâneos de soldados e comandantes das expedições, estudando-as, copiando-as, algumas trouxe consigo, outras tomou emprestadas e as usou largamente na comunicação burocrática para esclarecer dúvidas, explicar e persuadir sobre seus projetos. Na documentação há vários indícios sugestivos, alguns mais evidentes, outros menos, de também ter sido autor de alguns desenhos atualmente dispersos pela volumosa documentação manuscrita produzida ao longo de sua vida.

Tanto o lado de geógrafo, de colecionador de mapas, como o de desenhista de d. Luis ainda não foram explorados pela historiografia, embora já tenha sido reconhecido saltar aos olhos na leitura da sua correspondência oficial sua valorização da geografia dos sertanistas, o uso explícito de textos do geógrafo espanhol Sebastián Fernández Medrano e mapas diversos.[83]

Por ser um interessado no desenho, d. Luis não apenas instruía os soldados e comandantes sobre a maneira como deviam desenhar mapas, mas também buscava o rigor na distinção entre roteiro e notícia e, por produzir sua percepção do território da capitania de São Paulo em grande medida baseado nessas fontes dos práticos, estendia essa região às terras do Paraguai ou província do Guairá e o Rio da Prata.

Sua definição de roteiro não seguia a convencional, expressa no dicionário de Raphael Bluteau. Para este, a palavra roteiro estava associada à descrição das antigas navegações feitas pelos cosmógrafos. Significava também itinerário, e este era definido como "roteiro ou livro, que serve como de guia para os que andam por mar ou por terra". Já notícia era o conhecimento ou cousa que vem ao conhecimento. D. Luis definia o observado nas expedições de mapeamento como notícia para ser dada, e aquela conveniente para passar adiante devia virar um desenho ou roteiro. O roteiro era entendido como um desenho com divisas marcadas para viabilizar o retorno aos locais indicados por essas marcas. Nas instruções passadas a um comandante expressava as

83 Ibidem, p.97-98.

diferenças entre um e outro: "recomendo, que todos os dias se faça hú diário da derrota que levarem em que escrevão os citios em que alojarem, o progresso que fizeram, e os casos mais notáveis, que acontecerão para que toda essa jornada me possão dar hua verdadeira e exata notícia". E continua:

> De todas as Minas de Ouro, prata, crystaes, pedras preciosas, e outros quaisquer heveres, que se descobrirem nos ditos Certões, me dará parte com toda a declaração e exame do que nellas se contém, para eu resolver o que for a bem dos Vassalos de S. Mags., e conforme as ordens do Snr., e entendendo o dito Coronel que hé conveniente passar adiante fará um roteiro, em que declarará a cada hua dellas com toda a destinção, pondo uma tal **diviza** que a todo tempo se possa procurar, e me dará parte com toda a individuação, mandando-me uma cópia do dito Roteiro.[84]

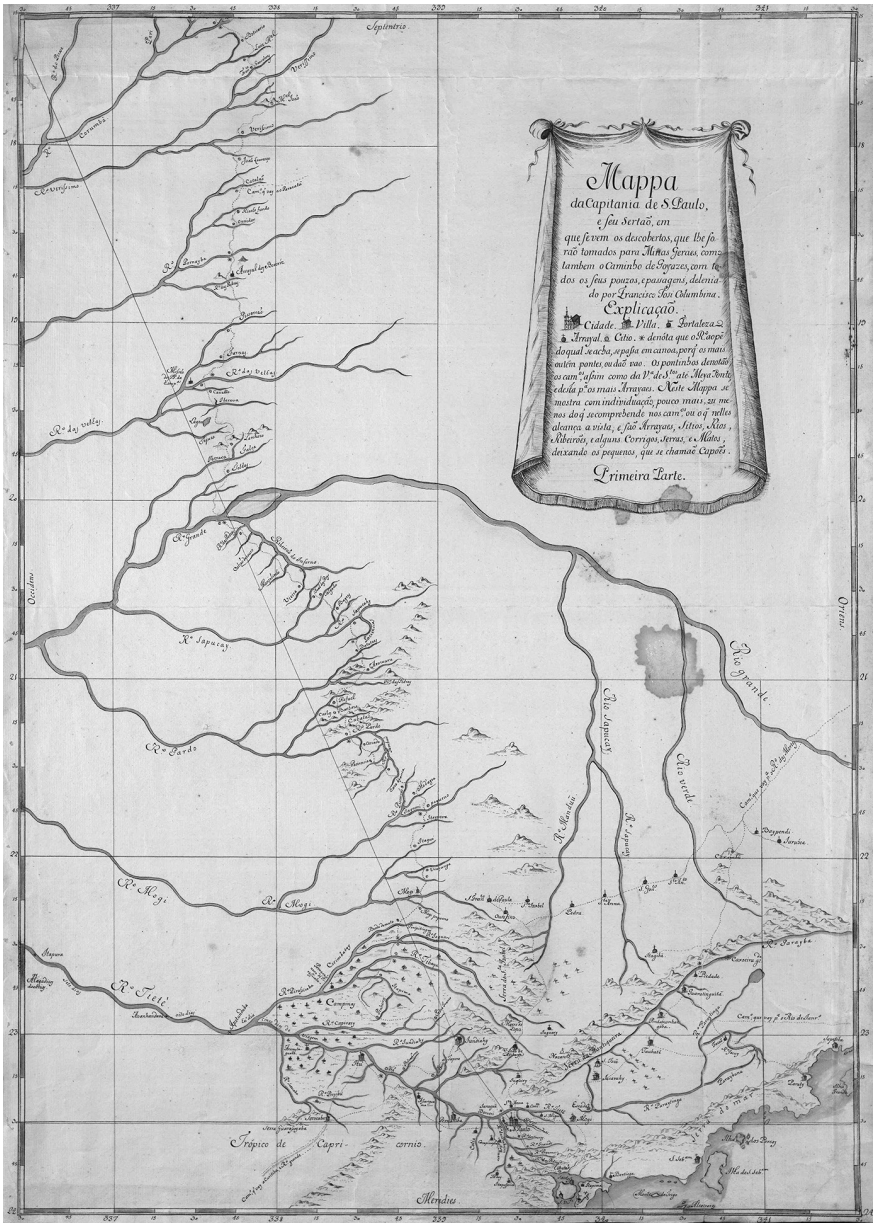
Os soldados das expedições, ao serem instruídos desse modo, eram providos de procedimentos para reinventar campos até então de domínio jê e portadores de memórias históricas de itinerários e atuações de sertanista ou jesuíta. Eram, portanto, instruídos a produzir outros roteiros, notícias e desenhos de itinerário de terras descobertas e conquistadas por eles com vários tipos de sinalizações discriminadoras do assunto considerado de interesse para ser passado adiante, ou seja, comunicado ao secretário, ao vice-rei e ao rei.

D. Luis de Sousa não tinha experiência de terreno das terras que era encarregado de administrar, mas alguns desenhos encontrados em sua coleção ou descritos em seus ofícios sugerem terem saído de sua própria pena. Está para ser feita uma investigação meticulosa capaz de responder se ele próprio redesenhou alguns dos mapas de sua mapoteca particular, modificando-os com acréscimos, supressões ou modificações de contornos e informações. Assim sugere o mapa da Figura 46, com atribuição de crédito de autoria: "conforme delineado por Francesco Tosi Colombina".

---

84 Ordens que levou o Coronel Pinto do Rego pa. A expedição a que vai do descobrimento do Tibagi, 1 de julho de 1767. *DIs*, São Paulo, Tipografia do Globo, 1940, v.65, p.64 e p.65-66.

Figura 46 – Mappa da capitania de S. Paulo e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens [cartográfico] delineado por Francisco Tosi Columbina, desenhado a nanquin




Fonte: BND, CMM, 65 x 45,2 cm, Manuscritos, 049,05,008 n.03.

Esse mapa sugere ser uma cópia e possui uma legenda explicativa com trechos em comum com o mapa da Figura 3, sem identificação de autoria e considerado por hipótese como a primeira parte do mapa de 1756 de Tosi Colombina. Os símbolos identificadores de cidade, fortaleza, arraial e cítio (*sic*) foram os mesmos, inclusive as cores, como mostra o quadro a seguir.

| Mapa Figura 3 | Mapa Figura 8 |
|---|---|
| "[símbolo] cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza [símbolo] arraial [símbolo] cítio. * essa estrela denota que o Rio ao pé do qual se acha, se passa em canoa, porq. os mais ou tem pontes ou dão vão para passar no tempo das secas. [símbolo] este sinal de barraca vermelha denota os payzes, aonde se pernoitou na viagem, de Itu athe Vila Boa e depois desta villa até o Arrayal da Natividade, e os pontinhos pretos mostrão o caminho. [símbolo] este sinal de barraca amarela, mostra as paragens onde se pernoitou na volta do dito Arrayal da Natividade athe o Arrayal da Meia Ponte e os pontinhos vermelhos significão o caminho, e desse arraial outra [...] para Vila Boa segue-se o primeiro caminho.<br>Os risquinhos pretos sobre vermelho mostrão a comunicação que se tem de um arrayal para outro. Nesse mapa se mostra com individuação pouco mais do [...] compreende os caminhos ou que nelles alcança a vista e são Arraiais, citios, rios, ribeirões e alguns córregos, serras e matos, deixando os pequenos que se chamam capões. | "[símbolo] cidade. [símbolo] Villa. [símbolo] Fortaleza [símbolo] arraial [símbolo] cítio. * denota que o Rio ao pé do qual se acha, se passa em canoa, porq. os mais ou têm pontes ou dão vao. Os pontinhos denotam os caminhos, assim como o da Va. de Stos até Meya Ponte, e desta para os mais Arrayaes. Neste Mappa se mostra com individuação, pouco mais, ou menos, do q se compreende nos camos. ou o que nelles alcança a vista e são Arrayaes, Sitios, Rios, Ribeirões, e alguns corrigos, Serras e Matos, deixando os pequenos se chamam Capões. Primeira Parte. |

Se a legenda descritiva do mapa 3 indicava explicitamente um gênero cartográfico como o desenho de itinerário, este, por sua vez, realizado pelo próprio autor, dado o uso da primeira pessoa no texto, o mapa 8 alterou essa redação para a de alguém que apenas explicava o significado dos símbolos gráficos em relação a pontos específicos no terreno.

Ao redesenhar mapas, d. Luis produzia seus próprios subsídios visuais para explicar seus projetos e persuadir as autoridades em Lisboa, lidando, assim, com um problema crônico do ultramar português: a baixa oferta de engenheiros ante a tendência de alta demanda de mapas.[85]

85 Bueno, 2011, p.126-127.

Um dos principais desafios de seu governo certamente foi o de traduzir paisagens, territórios e lugares cuja visualidade estava atrelada à memória castelhana, jesuíta e sertanista para uma memória oficial de Estado endossadora da produção de uma ficção de Império Português soberano na América meridional. Para tanto, manipulou imagens cartográficas, fazendo-as dialogar com a tradição da geografia erudita e prática. Vários dos mapas citados em seus ofícios eram "antigos", ou seja, feitos por práticos sertanistas.

O primeiro desenho feito por d. Luis em circunstância ultramarina não foi propriamente para as expedições de mapeamento do Tibagi, mas para atender à solicitação de d. João de Faro, principal da Basílica Patriarcal de Lisboa, tutor de um sobrinho, o então 5º conde de Vimieiro. D. Luis acabou fazendo o mapa que Pedro Taques não fez.

Genealogista, apegado à pesquisa histórica com fontes escritas e de arquivos, Pedro Taques não ousou a imaginação no desenho. Quando João de Faro resolveu remexer no antigo litígio sobre a venda da capitania de São Vicente, que não fora a realmente vendida, mas sim a de Santo Amaro,[86] ciente do valor de documento de um mapa, pediu a Pedro Taques, em carta datada de 1757, que fizesse um. Nas palavras dirigidas ao famoso genealogista, disse:

> [...] primeiramente já expus a vmc pessoalmente a necessidade que tinha de um mapa exato da dita capitania para por ele servir no perfeito conhecimento das vilas e povoações que se contêm no distrito, cujo mapa se poderá fazer à vista das demarcações da dita capitania e suas confrontações que se acha nas doações e carta de foral dada a dita capitania por El Rei D. João o 3º que tudo se acha nas câmaras das principais vilas da dita capitania.

João de Faro vislumbrava o fértil terreno de ganhos tributários e cargos oferecidos pela capitania de São Paulo, pois na mesma carta emendava as vantagens de um mapa:

> podendo fazer esse mapa será fácil a relação que também desejo de todas as povoações da dita capitania com individuação muito particular de todos os ofícios de justiça e Fazenda, o que há em cada uma das terras e da cotação de cada um dos ofícios e seus rendimentos. De todas as alcaidarias mores, capnas

86 Silva, M. B. N. da, 2009, p.19.

> mores, ouvidorias e mais justiças que há e que pertence por mercê o donatário. Das mesmas doações verá vmc que se concede o dízimo dos quintos de El Rei de toda a casta de metal ou pedras da dita capitania, a redizima de todo o pescado e a vintena de todo o pão do Brasil e da dita capitania, fora outros [...] direitos.

Depois de toda essa exposição, João de Faro concluía reconhecendo o quanto o seu pedido era "coisa muito dificultosa e impertinente", mas também admitia "grande erudição e notícia que vmc tem das cousas desta América e tenho larga experiência do seu favor, me animo a valer-me dele".[87]

De nada adiantou o elogio. Pedro Taques não fez o mapa. Dois anos depois, fugindo pela tangente, respondeu a João de Faro não lhe ser possível fazer o mapa "por falta de geographo", complementando ainda:

> esta necessária carta melhor do que eu pode v. mce nesta Corte alcançar vendo os mapas de P. Capaci e Diogo Soares, que se acham na Secretaria de Estado de Ultramar e Marinha e na falta deles, do capitão de Mar e Guerra Manuel de Mendonça, pelos livros que sei tem de mapas gerais de toda a costa deste Estado para a vista deles melhor se formar o mapa particular, que necessitamos.

Por outro lado, enviou-lhe o que mais sabia fazer: os resultados de um "laborioso trabalho" nos livros da câmara da cidade, cujos dados levantados davam notícia do ponto inicial das 100 léguas da capitania. Sagaz e para disfarçar a sua personalidade iconoclasta, devolveu ao próprio João de Faro seu pedido, solicitando a ele, Taques, um mapa, pois na sua pesquisa não havia encontrado o "rio Curuperê, nem [a] terra de Sta Anna".[88]

A negativa de Pedro Taques de fazer o mapa para João de Faro abriu a oportunidade para o futuro governador da capitania de São Paulo fazer um esboço da costa sul quando ainda estava em Santos. Esse esboço foi enviado para João de Faro no mesmo ano de sua chegada, em 1765. Na carta que comprova essa confecção e envio, lamentou não ter feito algo tão bem-acabado:

> O mapa desta costa e as mais cousas que V. Exca me recomendou ainda não posso dar delle a cabal satisfação por não me não caber no tempo: somente tenho

87 Carta de D. João de Faro...,1757.
88 Carta de Pedro Taques de Almeida Pais Leme..., 1759.

> advertido que o papel que S. Exca me deo se encontrando com a verdadeira formalidade desta costa, porque corre diferentemente, ou seja, porque se enganou quem escreveu, ou que as letras antigas donde se tirou treslado senão saberião ler. Ahi remeto a posição em que cahen as terras, e em estado mais sucego remeterei a V. Exca o mapa em forma, entretanto mande examinar rumos de que trata a carta de doação, porque não podem correr pela forma que nella se declara, e suposto que la estava escrito por outra forma que pelas letras estarem apagadas ouvesse a equivocação.[89]

Pedro Taques havia feito a sua pesquisa na carta de doação e em documentação da câmara do século XVI e XVII, conforme ele mesmo referenciou: "quaderno de 1583", o de 1585, 1598, 1620, 1623, 1625, o livro de registros de 1708, o livro de vereanças de 1723. Em um documento de cinco páginas, o historiador listou fatos históricos e geográficos, como distância em léguas e posição em graus dos marcos delimitadores da extensão da capitania. Toda essa pesquisa serviria de base para uma obra maior, a *História da capitania de São Vicente*, dedicada a João de Faro e cujo objetivo era o de endossar as reivindicações de um de seus protetores, o próprio 5º conde de Vimieiro.[90]

D. Luis de Sousa, contudo, contestou os dados de Pedro Taques usando um desenho produzido com alguma técnica de representação espacial, como régua de latitude e longitude, mas a carta não informa como essas medidas foram obtidas.

O esboço pode ser visto na Figura 47.

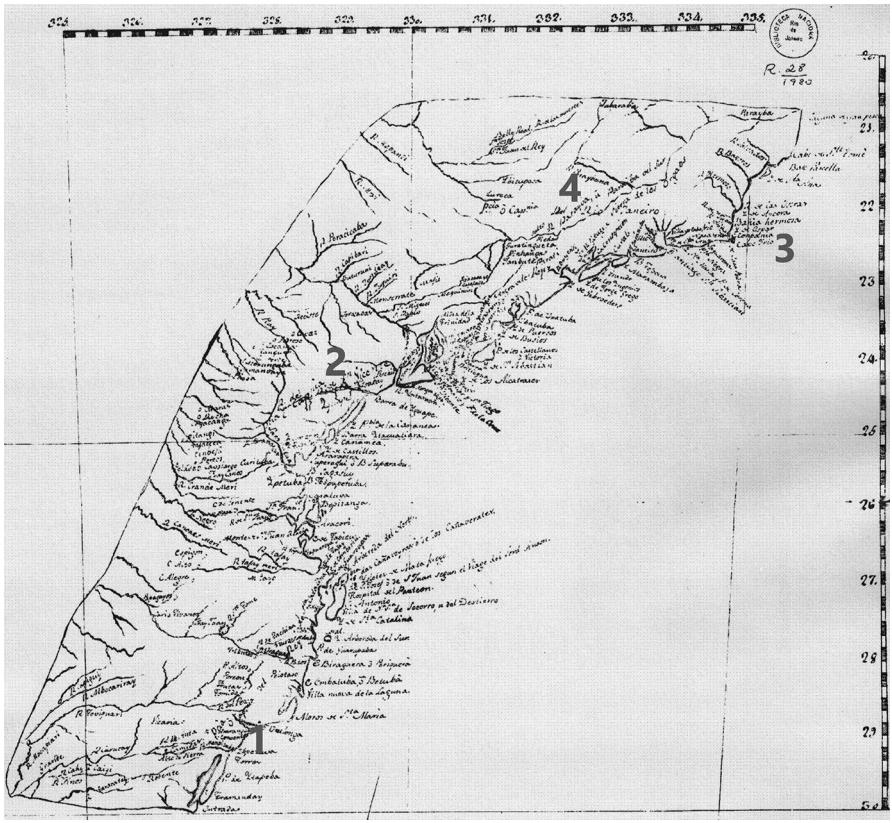
Apesar da dificuldade de leitura desse borrão em formato digital, em virtude da baixa resolução da imagem, ao colocá-lo em diálogo com a carta conclui-se sobre seu propósito principal: mostrar a extensão da então chamada capitania de São Vicente antes de se tornar capitania de São Paulo e Minas de Ouro, quando foi comprada pela Coroa portuguesa (1709).[91] O nome antigo foi sobreposto a densa camada de topônimos do seu desenho, mas ainda

89 Carta de D. Luis de Sousa Botelho Mourão...

90 Essa obra foi uma encomenda do próprio conde. Cf. Taunay, [s.d.], p.42.

91 A partir de 1720, no entanto, São Paulo foi sendo gradativamente desligada das regiões de Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro (1738), Santa Catarina (1738), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748). Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_S%C3%A3o_Paulo.

Figura 47 – (1) Rio Curuparé; (2) Capitania de São Vicente; (3) Cabo Frio; (4) Capitania do Rio de Janeiro. Borrão inserido em Carta de d. Luis de Sousa Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, a João Faro, principal da Santa Basílica Patriarcal de Lisboa, desculpando-se por não ter enviado o mapa da costa e remetendo relatório da posição das terras na mesma costa. Santos, 26 de agosto de 1765




Fonte: Coleção Morgado de Mateus, BN, Rio de Janeiro, I-30, 29, 1.

assim se destaca dos outros escritos por ser empregada a caixa-alta, tal como foi feito com o nome da capitania do Rio de Janeiro.

Confrontado com a pesquisa de Pedro Taques, o desenho de d. Luis exibia todos os marcos da extensão da capitania de São Vicente, inclusive a do Rio Curuparé, não encontrado por Pedro Taques nos papéis da Câmara. Contudo, o governador discordava das suas posições em graus. A capitania era formada por 100 léguas iniciadas na altura de Cabo Frio, onde d. Luis

colocou um sinal, e descia ao sul até o Rio Curuparé, como pode ser observado no desenho da Figura 47.

Pedro Taques dizia que as "legoas de terras na costa do Brasil feitas a Martim Affonso de Souza" se estendiam 13 léguas ao norte de Cabo Frio e terminavam no Rio Curuparé. A partir de Cabo Frio, onde seria colocado um padrão de armas, deveria subir 24 graus rumo noroeste e dessa altura seria lançada outra linha até sueste até a banda do norte do Rio Curuparé, onde seria colocada outra linha até a altura de 23 graus. D. Luis colocava o Cabo Frio na altura de 22 graus, ou seja, 2 graus acima do cálculo de Pedro Taques.

Em carta a João de Faro, mas sem mencionar o nome do reputado historiador, o ironizou em relação à posição geográfica da capitania, acusando de não ter sido tirada por alguém com boa compreensão das letras da época: "somente tenho advertido que o papel que S. Ex me deo [...] se enganou quem escreveu, ou que as terras antigas donde se tirou o treslado se não saberão ler [...] suponho que estava escrito por outra forma e que pelas letras estarem apagadas ouve se a equivocação".[92]

Essa disputa por demonstração de erudição em geografia pode explicar as justificativas de Pedro Taques na introdução da *História da capitania de São Vicente*: "apliquei-me a estes exames com tanta fadiga [...] porque as letras dos livros de registros são totalmente de diversa figura dos caracteres do presente alphabeto, obrigando-me a esta dessemelhança a gastar muitas horas de aplicação para verter uma só lauda".[93]

Esse interesse pelo desenho da geografia de uma terra sobre a qual mal pusera os pés foi manifestado também no ainda inédito diário de governo de d. Luis de Sousa, ilustrando-o com o pôr do sol do Rio de Janeiro, ilhas e montes avistados.[94] Para esse governador, regiões tinham de ser produzidas e comunicadas por meio de desenhos esclarecedores de suas ideias e concepções espaciais, algo praticado desde o início de sua gestão da capitania e das discussões com o conde de Oeiras sobre a demarcação dos limites entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo.[95]

---

92 Carta de D. Luis de Sousa Botelho Mourão..., 1765.
93 Leme, [s.d.], p.58.
94 Derrota q fez o Exmo Sr. D. Luiz Antonio de Souza..., 1765-1771.
95 Carta de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras, 1952, p.98-109.

O material visual reunido e usado pelos governadores coloniais dá uma outra pesquisa. O mapa do padre Thadeo, discutido no Capítulo 2, fazia parte do seu acervo, demonstrando a existência de uma interlocução entre cartografia jesuítica e territorialização do Estado no interior do Brasil Colônia. Em seus ofícios, d. Luis citava o geógrafo Medrano para subsidiar seus argumentos. Expressou seu entusiasmo por mapas em ofício dirigido a José Custódio de Sá e Faria, pedindo-lhe que sempre o suprisse com esses documentos: "participe todas as notícias e todos os mapas que poder, por ser a minha inclinação, e curiosidade insaciável nesta matéria".[96] Estudou, citou e construiu um mapa mental do território adentro da América do Sul através dos roteiros dos sertanistas, traduzindo-o posteriormente para os seus próprios desenhos. E logo no início de seu governo contrariou e obrigou Pedro Taques a solicitar ajuda de João de Faro para fazê-lo devolver um mapa da costa do Brasil de 1717, que lhe havia emprestado.[97]

O interesse de d. Luis em aprimorar a técnica de desenhar o território já era notório desde a sua chegada no Rio de Janeiro em 1765, quando solicitou mapas e dados geográficos ao engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria porque sabia "o quanto he indispensável a um General o perfeito conhecimento do Paiz em que há de mandar".[98]

D. Luis forjou uma cultura de comunicação burocrática complementada por imagens cartográficas feitas de seu próprio punho. Em 1765 fez um mapa, conforme ele próprio declarou, para esclarecer a dúvida do conde de Oeiras sobre permitir ou não a exploração do ouro nos campos do Sul. Esse mapa se encontra no acervo da Mapoteca do Itamaraty e segundo Isa Adonias pertenceu a Pedro de Angelis, que o obteve do espólio do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, e em 1843 o barão Duarte da Ponte Ribeiro o adquiriu em Buenos Aires.[99]

Como a permissão para os sertanistas avançarem como dianteiros nas expedições de mapeamento, sob promessa de mineração, era assunto

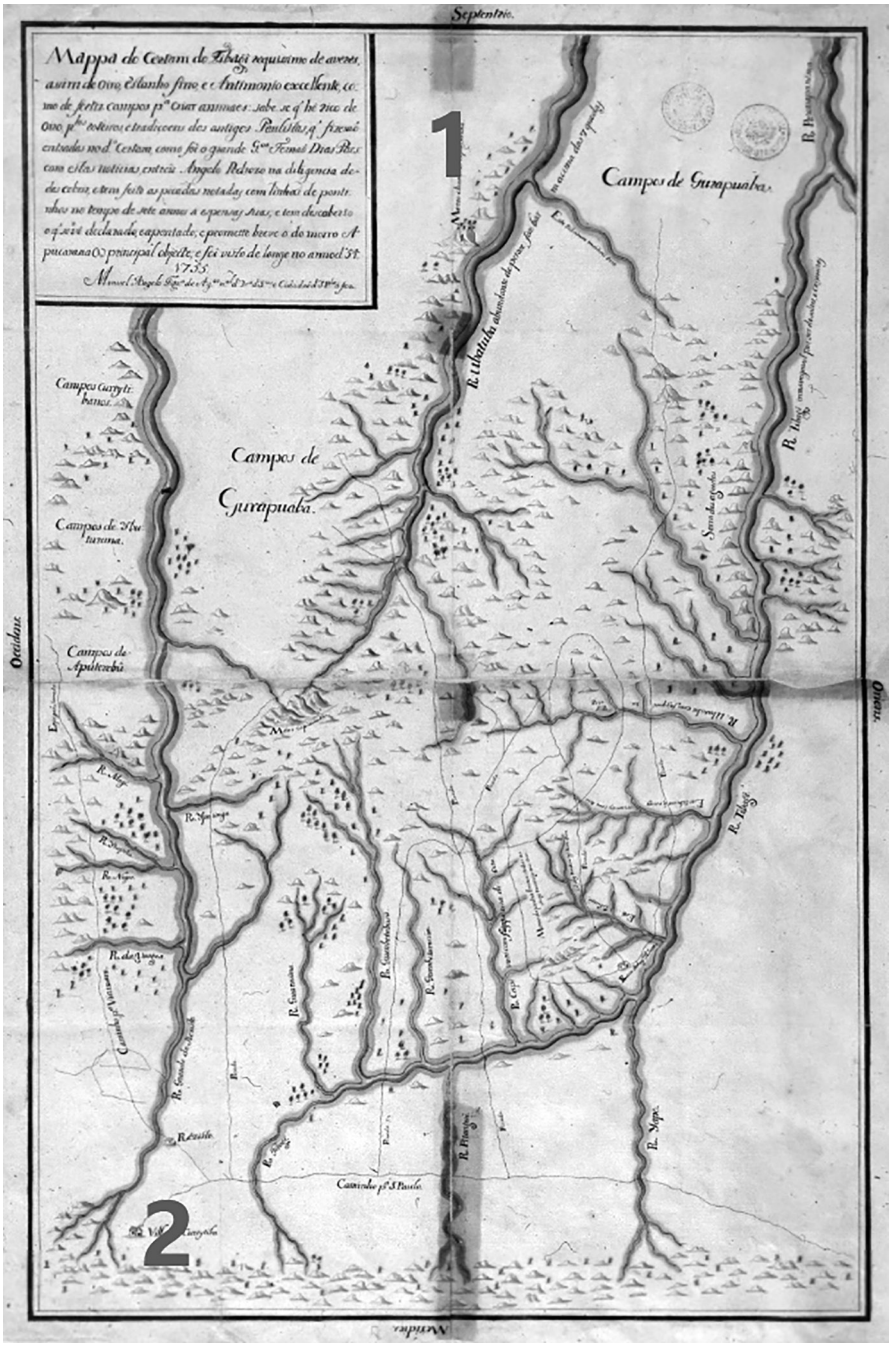
96 Correspondência de D. Luis com José Custódio de Sá e Faria em 18 de junho de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.218-220.

97 Carta de Pedro Taques de Almeida Pais Leme a D. João de Faro, Principal da Basílica Patriarcal de Lisboa..., 1769.

98 Correspondência de D. Luis com José Custódio de Sá e Faria em 28 de julho de 1765. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.24-25.

99 Adonias, 1960, p.439.

Figura 48 – (1) Serra Apucarana; (2) Vila de Curitiba.




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm

controverso e motivo de desconfiança entre as autoridades na Corte e no ultramar, em ofício complementado por mapa d. Luis procurou esclarecer sobre a localização da Serra Apucarana e da região que seria alvo das expedições de mapeamento: "E para que V. Exca me possa decidir de toda esta dúvida informado de toda a questão, me pareceu conveniente juntar a esta o mapa, **conforme o pude fazer**, para V. Exca vir no conhecimento do sítio em que fica a Serra de Apucarana, e as ribeiras do rio Tabagy, que he donde se considerão as ditas minas, como também a parte a que ficão Missões e a Coritiva".[100]

Com esse mapa d. Luis reespacializou a Serra de Apucarana, traduzindo-a para a agenda imperial portuguesa, puxando-a para mais próximo da costa e aproximando-a da vila de Curitiba. Três anos depois, em ofício, confirmou o que fez em desenho: "A serra do Apucaraná segundo eu posso conjecturar dos roteiros antigos e notícias velhas, concidero eu muito mais perto de nós do que da dita serra à fronteira que nos convem ocupar".[101] Essa disposição da serra e vila surtia um efeito visual diferente do já conhecido mapa peticionário encomendado pelo sertanista Angelo Pedroso, que distanciou a serra da vila e com isso produziu uma espacialidade justificadora do avanço para o interior, algo que d. Luis queria evitar em relação a esses agentes. Cotejando os dois mapas, nas figuras 48 e 49, percebe-se esse efeito.

O mapa da Figura 49, sugestivo de ter sido desenhado por d. Luis,[102] é importante porque expressa a primeira representação visual dos sertões do Tibagi e da própria Serra de Apucarana em tintas oficiais, comunicando uma ideia de espaço conhecido, controlado, percorrido e ocupado como descrito na legenda colocada à direta da imagem. Seu título – "Demonstração do Caminho de São Paulo, e Coritiba com todos os rios, morros, Serras e fazendas abaixo numeradas" – fixa a cidade, onde está situado o governo recém-instalado, como centro irradiador da entrada para o sertão.

---

100 Ofício n.6-A do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), 1765.

101 Ofícios de D. Luís de Souza para o Conde de Oeiras... 1768.

102 Essa sugestão advém do ofício referenciado na nota anterior, cuja descrição espacial corresponde ao expresso no mapa. O tratamento dado às fontes visuais nos arquivos levou ao desmembramento de várias delas de seus complementos escritos, e a continuidade das dúvidas e busca de soluções para a definição das fronteiras do Brasil ao longo do século XIX e início do século XX levou vários mapas do Arquivo Histórico para a Mapoteca do Itamaraty. Historiadores e diplomatas tiveram a sua responsabilidade nessas amputações.

Figura 49 – (1) Morro Apucarana; (2) Vila de Curitiba; (3) Missões; (4) Rio Grande do Registro; (5) Rosa dos Ventos – direção. Demonstração do caminho de S. Paulo, e Coritiba com todos os rios, morros, Serras, e fazendas abaixo numeradas [1765]. 43 x 33 cm.

Fonte: Mapa desenhado a tinta azul, MI, 1950 – 11492-IA.

Em ofício dirigido ao conde de Oeiras em 1769, essa concepção espacial foi reforçada com a afirmação de a capitania de São Paulo poder ser o "braço direito dos domínios de S. Mage" porque pela sua "situação e comodidade dos rios [...] abre as portas aos Domínio de Castella para se poderem estender aos limites de nossa Monarchia até tocar as Margês do Rio da Prata".[103]

Na legenda descritiva à direita foram lançados 28 topônimos fluviais, com seus números correspondentes colocados sobre as linhas dos rios no desenho e com indicações de ocupação por fazenda ou pouso, exceto no "Rio Grande do Registro", o qual apenas pelo nome da instituição e cobrança do imposto da passagem de animais já indicava a soberania da Coroa portuguesa. O Rio Tibagi, cujo topônimo identificava toda uma região, foi lançado como tendo "nas suas cabeceyras 7 fazendas".

Os rios de maior interesse no plano de mapeamento de d. Luis, o "Grande do Registro" e o Tibagi, não apenas foram representados com espessas linhas posicionadas no topo da imagem preenchidas por um traço em preto como também tiveram seus nomes manuscritos com letras em tamanho ampliado. Todos os outros rios foram apenas numerados, e seus nomes, lançados na legenda descritiva. A rosa dos ventos posicionada na lateral inferior esquerda denota a direção da projeção, ou seja, do litoral para o interior, passando por São Paulo, seguindo pelo caminho de Curitiba e chegando até Missões, escrita com letras aumentadas.

A Serra de Apucarana, a montanha dourada do imaginário dos sertanistas da região, foi o artifício geográfico, escrito também em letras de tamanho ampliado, para engajar sua disposição até o limite necessário para avançarem como dianteiros e abrirem os sertões ainda tão incógnitos para as autoridades portuguesas. As informações de "outros", como informa a frase na legenda descritiva, foram aproveitadas na confecção do desenho em menções como "rio chamado Sarapuú" ou "rio que chamão Yvahy". Os campos situados entre o Rio Grande do Registro e o Tibagi, representados de acordo com a descrição dos práticos, possuem as cadeias de morros que formavam a paisagem jê e onde eram construídos os seus monumentos funerários.

Ao longo dos três anos iniciais de seu governo, esse governador buscou aprimorar-se tanto na arte do desenho como no conhecimento do território, estudando mapas e pedindo-os a José Custódio de Sá Faria: "participe

103 Ofício de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeiras, 2 de março de 1769, 1896, p.298.

também aquelles mappas particulares de que V. Sa não necessitar e nos possa mandar copiar".[104] Esse material era usado na elaboração dos seus próprios traçados geográficos e por sua vez cotejados com os traços e notícias dos sertanistas cujas referências topográficas eram usadas para orientá-lo em uma região na qual não possuía nenhuma experiência prática. Como afirmou em certa ocasião: "tenho mandado vir à minha presença muitos práticos desses Paízes, com os quais tive largas conferências, e fazendo delinear pelo modo possível estas idéias em cartas geográficas pelas quais vou adquirindo bastante conhecimento de toda esta vastíssima parte do mundo".[105]

A epistemologia dos práticos era reconhecida pelas autoridades régias no formato oral, mas quando se tratava do desenho era minimizada na sua exatidão e valor. Esse pode ter sido um artifício retórico para superestimar produtos visuais mais recentes, como os mapas produzidos nas expedições de mapeamento. Logo, mesmo no início destas foi dito pelo governador que até aquele momento não havia mapas exatos na capitania.[106] Os que existiam também eram considerados errados na descrição de morros e rios e alegado serem todas "falças, que nenhum fructo se colhe dellas, para discorrer com acerto".[107] Os sertanistas eram acusados de figurar o terreno do sertão de maneira muito diferente,[108] ao contrário dos desenhos de José Custódio, considerados por ele de "inimitável pincel".[109]

Dos vários mapas recebidos desse engenheiro, um deles o governador considerou, em ofício, ser "obra tão exata" em relação a todos os outros "na descripção desta América", sendo "o mais estimável não só pela delicadeza, e perfeição com que está fabricado, mas pela vastidão das essenciais notícias que nelle descobre, com toda a clareza e fácil percepção".[110]

Em várias ocasiões d. Luis escreveu ofícios encaminhando mapas de sua autoria não encontrados tanto em sua coleção privada de documentos como

---

104 Correspondência de D. Luis com José Custódio de Sá e Faria em 16 de agosto de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.233.

105 Ofício de D. Luis para o Conde de Oeiras em 30 de março de 1766, 1952, p.208.

106 Ibidem.

107 Correspondência de D. Luis com José Custódio de Sá e Faria em 27 de janeiro de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.176.

108 Ofício de D. Luis para o Ajudante de Ordens em 12 de setembro de 1769, 1896, p.390.

109 Correspondência de D. Luis com José Custódio de Sá e Faria em 18 de junho de 1766, p.219. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.219.

110 Ibidem, p.219-220.

na do Conselho Ultramarino. Em outubro de 1766. escreveu ao conde da Cunha encaminhando um deles, alegando estar no modo como lhe fora

> possível descrever o curso dos rios navegáveis que sobem desta capitania, e que podem dar entrada para os domínios de Espanha, sendo o principal deles o Tiette ou Niemby, adonde se embarca no Porto de Araritaguaba e vai descer o Rio Grande ou Paraná, do qual se pode passar para toda a parte especialmente para o Paraguay. E também para o Cuyabá e Mato Grosso do mesmo modo que se pode embarcar no Peranampanéma e delle passar ao Rio Grande e subir pelo Avinhema [...] também se pode hir com muita facilidade para as sete aldeas das Missões embarcado no rio das Canoas cuja corrente mandei agora examinar por se não saber como entra no Uruguay.[111]

Em 1768, quando enviou seu projeto de mapeamento do Tibagi ao conde de Oeiras, d. Luis novamente escreveu um ofício complementado por um mapa de sua autoria estendendo a região a ser mapeada à chapada dos indígenas cavaleiros e o Iguatemi. O governador atendia a uma solicitação do próprio conde de

> remeter uma carta chorografica/inda que não seja exatamente calculada/de todas as povoações que há **desde a capitania de São Paulo até as chapadas**, em cuja observância **deliniey** e procurei fazer a carta que remeto com a possível exação, ainda **que é muito pouco o que se sabe do interior deste sertão,** e porque eu me vali de muito roteiros e notícias combinando umas com as outras.[112]

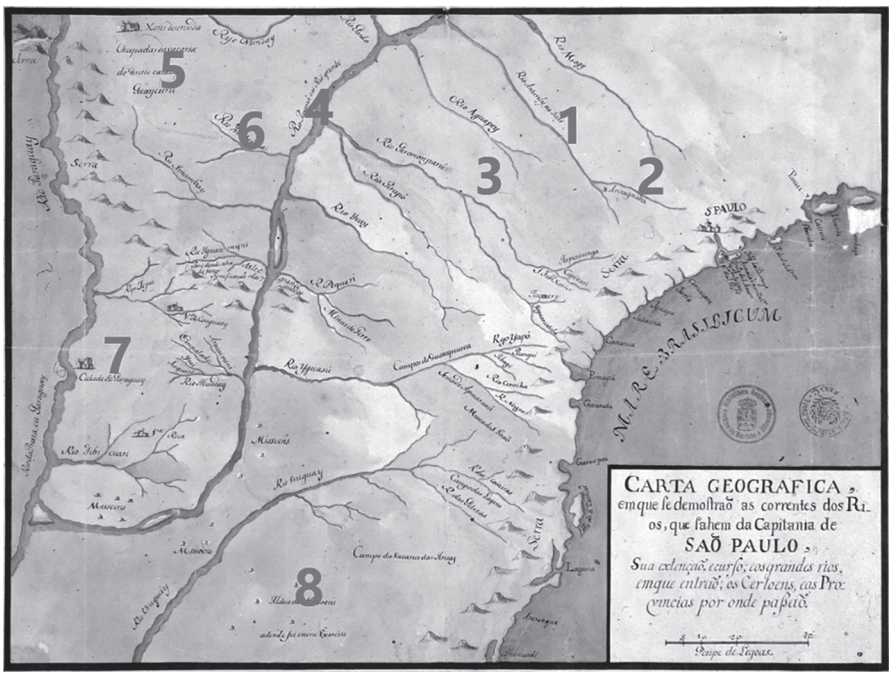
Nesse ofício, o governador apresentava sua metodologia: "por ora eu me vali de muitos roteiros, e notícias, combinando umas cousas com as outras e procurando averiguar com o maior cuidado todos os pontos duvidosos e pode ser que esta seja a carta de menos erros que athe aqui tem havido neste continente", e emendava que somente "o tempo e as viagens [poderiam] aclarar o que falta". Ainda assim, e como um oculentrista, concebia as imagens como clarificadoras e, portanto, esperava com seu desenho "explicar as povoações que temos e podemos fazer, e o modo de as comunicar, e socorrer

111 Ofício de D. Luis para o Conde da Cunha em 13 de outubro de 1766, 1952, p.34.
112 Ofício n.19 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), 1768.

tanto para as partes das chapadas da vacaria do gentio cavaleiro guaycuru e que fica entre esta capitania, e a do Cuiabá, como para as partes da vacaria das Antas que fica entre esta capitania e missões".[113]

Uma Carta Geográfica não assinada e guardada na Coleção do Conselho Ultramarino, reproduzida na Figura 50, expressa tanto a descrição fluvial feita por d. Luis no mapa de 1765 de sua autoria, exposto na Figura 49, como a configuração terrestre descrita no mapa encaminhado – mas não localizado – com o ofício de 1768.

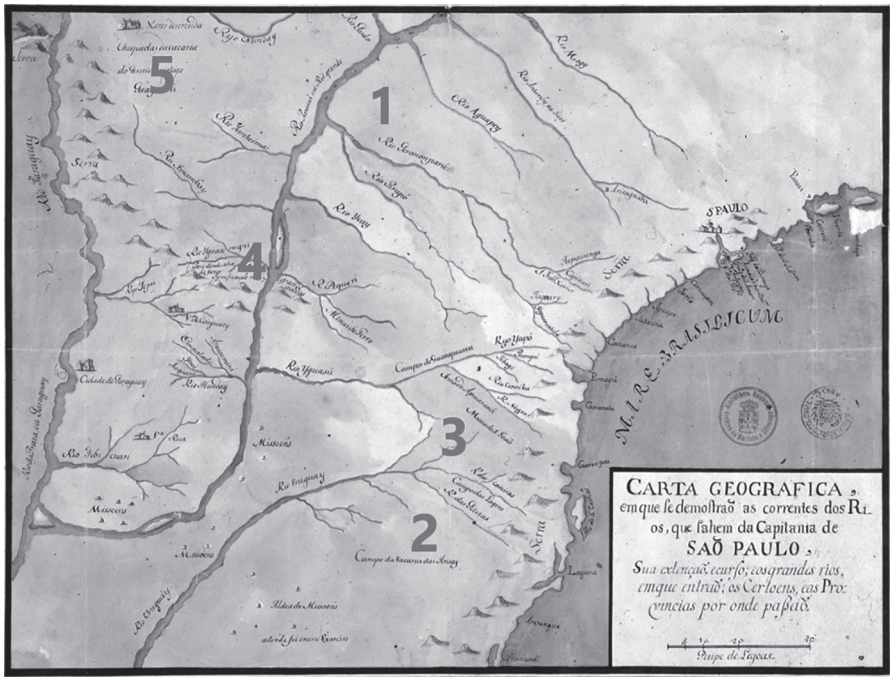
Figura 50 – Descrição fluvial conforme o mapa de 1765 na Figura 49. (1) Rio Anhemby ou Tietê; (2) Araritaguaba; (3) Rio Paranapané; (4) Rio Paraná ou Rio Grande; (5) Região de Cuiabá e Mato Grosso; (6) Rio Ivinhema; (7) Cidade de Paraguay; (8) Aldeia das Missões. Carta geografica em que se demonstrão as correntes dos rios que sahem da capitania de São Paulo: sua extensão e curso e os grandes rios em que entrão os certoens e as provincias por onde passão




Fonte: AHU, 32 x 42,3 cm, desenho a nanquim

113 Ibidem.

Figura 51 – Descrição terrestre das ligações da capitania de São Paulo com as chapadas dos indígenas Guaycuru e Vacaria das Antas conforme ofício e mapa de 1768 não localizado. (1) Entre essa capitania e a do Cuiabá; (2) Campo da Vacaria das Antas; (3) Entre essa capitania e Missões; (4) Passo onde se há de fazer fortificação; Chapada da Vacaria do gentio cavaleiro Guaycuru




Fonte: AHU, 32 x 42,3 cm, desenho a nanquim

Uma das hipóteses é a de que essa Carta Geográfica pode ter sido uma das enviadas por José Custódio de Sá e Faria para d. Luis entre 1765-1768. Como ambos tinham frequente interlocução sobre movimentação das tropas, ocupação e geografia do Rio Grande, como evidenciado anteriormente nas frequentes solicitações do governador ao engenheiro, José Custódio se beneficiou de informações fornecidas pelo governador e fez uso de seus mapas para confeccionar seus próprios desenhos, afinal, ele não penetrou os sertões do Tibagi, limitando-se, como concluiu o próprio Afonso de Taunay, ao curso do Tietê e a um trecho do Paraná, pois sua direção era o Iguatemi.[114] Várias características desse desenho sugerem a autoria do

114 Taunay, 1981, p.25.

engenheiro. Em primeiro lugar, o dado de pertencer à coleção cartográfica e iconográfica do Conselho Ultramarino, formada em grande medida de fontes visuais amputadas de seus escritos.

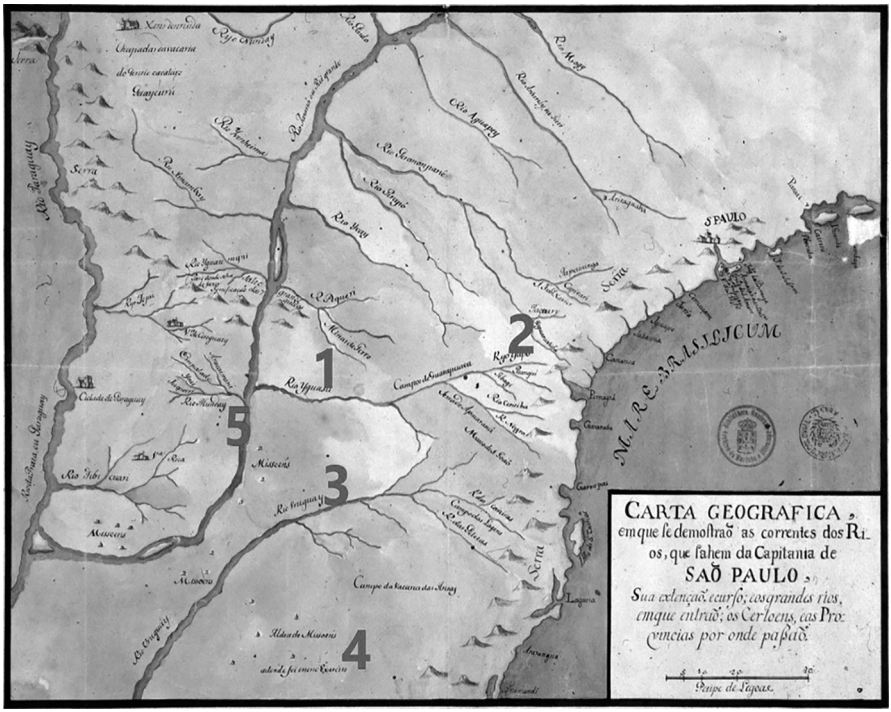
Um ofício de março de 1766, enviando instruções para Francisco José Monteiro, um dos integrantes da expedição ao Rio Yapó, sugere que nesse ano essa Carta Geográfica já estava pronta e era usada para informar sobre a movimentação das tropas portuguesas e castelhanas e as características da malha fluvial da região. O foco da descrição de d. Luis foi o Rio Yapó, que nessa Carta lhe parecia "grande e navegável e vay dezagoar no rio Iguassú, este no Paraná que vai direto a cidade de Corrientes dos domínios de Espanha", na qual, ele verificava, havia "grandes Povoações, e muitas aldeyas que se comunicão com as missões do rio Uruguay que passa perto aonde levou o sr. Conde de Bobadella o nosso Exército".[115] Todo esse assunto foi descrito visualmente no mapa, como pode ser visto na Figura 52.

Outro dado sugestivo de ter sido esse mapa um dos enviados por Sá e Faria para d. Luis é a comunicação ocorrida entre ambos em agosto e setembro de 1766 sobre o avanço das tropas portuguesas no Rio Grande e a fundação de uma povoação nos Campos das Lages para assegurar o acesso ao Rio Pelotas como forma de defesa do avanço de grupos indígenas:

> a grande utilidade dela se seguiria este Estado e aos Viandantes do caminho de Viamão que nos Campos das Lages ouvese huma Povoação em que se congregassem os Povos que alli se achão já estabelecidos e outros que de novo heide de mandar não só para viverem com civilidade mas juntamente para terem Capella e Sacerdotes [...] tenho achado que, a sua Jurisdição se deve entender the cima da Serra do Viamão, onde há bastante moradores e fazendas, e fazendas as quaes se achão justamente debayxo da melhor, e mais prompta administração da justiça de V. Sa [...] em cujos termos eu não pertendo outra coisa mais, do que fazer a S. Mag o serviço de lhe procurar estabelecer, uma Povoação ou Villa, mas para fazer um grande número dellas, como também ser conveniente fazerem-nos Senhores da passagem e navegação do rio das Pelotas e fexar a entrada que podem dar aquelas Campanhas aos índios de Missões e se quiserem introduzir nesta

115 Ofício de D. Luis para Francisco José Monteiro em 10 de março de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.196-197.

Figura 52 – Descrição do Rio Yapó, as várias missões e o local onde as tropas de Bobadella chegaram. (1) Rio Iguassu; (2) Rio Yapó; (3) Rio Uruguay; (4) "Adonde foi o nosso exército"; (5) Rio Paraná ou Rio Grande




Fonte: AHU, 32 x 42,3 cm, desenho a nanquim

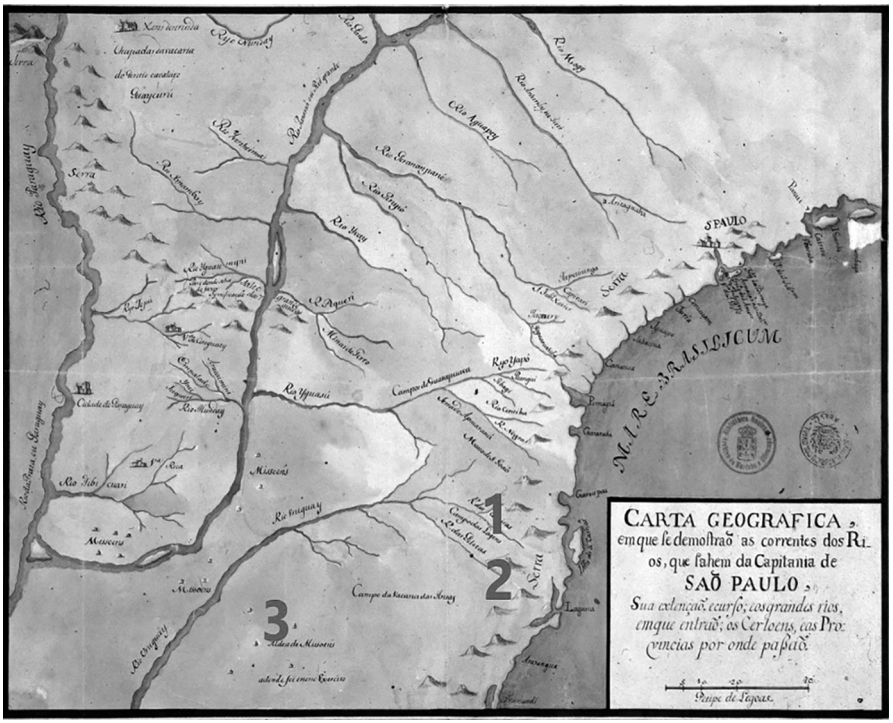
> Capitania e em caso de ataque, poder-se fazer vigorosa defença sobre o dito rio das Pelotas que atravessa aquele vastíssimo Paiz.[116]

Em setembro, novamente d. Luis escreveu a José Custódio de Sá e Faria, tratando da movimentação das tropas no Rio Grande e comunicando que breve iniciariam a fundação da vila "no citio mais acomodado que aly ouve-se". Pedia ainda ajuda a José Custódio na execução desse projeto e na observação do que fosse mais conveniente, ou seja, não se embaraçar com jurisdições. Agradecia também o mapa enviado com esse ofício com as seguintes palavras: "O Mappa de que V. Sa me fez mcc. Me tem servido

116 Correspondência de Luis de Sousa com José Custódio de Sá e Faria em 16 de agosto de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.73, p.6-7.

muito para as minhas disposições, pelas grandes clarezas que nelle acho para tudo".[117] O mapa traduz visualmente essa interlocução, como pode ser observado na Figura 53.

Figura 53 – (1) "Campo das Lagens"; (2) Rio Pelotas com sinal gráfico de povoação; (3) Aldeia das Missões




Fonte: AHU, 32 x 42,3 cm, desenho a nanquim

A estética do cartucho também sugere a autoria de José Custódio de Sá e Faria. Seu conteúdo cumpria a função de verter visualmente para a agenda imperial portuguesa uma área espacial ainda incógnita e disputada, como os sertões do Tibagi e as chapadas do Oeste e do Sul, pois enunciava o nome da capitania de São Paulo com letras maiúsculas. O mapa antecede as expedições de mapeamento da região, como indica o uso de topônimos antigos, pois a tendência foi de substituição, outros rios não aparecem, como o do

117 Correspondência de Luis de Sousa com José Custódio de Sá e Faria em 30 de setembro de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.73, p.7-9.

Peixe, que se tornou D. Luis, e os Campos de Guarapuava ainda são uma imprecisão. Entre o Rio "Yguate myni" e o "Salto Grande das Sete Quedas" há a inscrição "Passo donde se há de fazer fortificação", projetando uma fundação que ocorreu somente com os desdobramentos das expedições de mapeamento do Tibagi.

O projeto de d. Luis para exploração dos sertões do Tibagi foi descrito visualmente por mapas, um inclusive de sua autoria, mas não foi localizado nos arquivos. Como escreveu: "Esta idéia hé minha original, e estou formalizado nella com uma larga instrução de todos os rios navegáveis como a V. Exca exponho **no Mappa que deliniei,** e lhe remeto para me fazer perceptível".[118]

A malha fluvial nesse mapa, como indicado no seu título, diferenciava-se do mapa de 1765, porque agora passava a ser qualificada, ou seja, era navegável, e, portanto, seu projeto de mapeamento da região era apresentando como algo exequível.

O título do mapa, conforme ele mesmo informou ao conde de Oeiras, foi: "Título que levou o mapa que foi junto a conta n.16 té 20 em que se explicava o projeto que nela se declara: Carta corográfica em que se mostra o Certão do Tibagi, a corrente do Rio do Registro, e do Paranapanema, os conhecidos morros do Capivarussu e dos Agudos, o lugar onde se supõem a Serra de Apucarana, com outros muitos lugares para a inteligência do que se propõem".[119] Novamente d. Luis reforçava seu entendimento da força explicativa do desenho. O título dessa carta corográfica não localizada contém pontos que podem ser associados ao mapa de 1765 de suposta autoria de d. Luis (Figura 49) e a Carta Geográfica de José Custódio de Sá e Faria, sugerindo ter se subsidiado em ambos, com destaque para a Serra Apucarana e a menção às vias fluviais.

Na série de quatro ofícios correspondentes a essa carta corográfica não localizada, mas descrita, observa-se que seu desenho teve a função dar visualidade à entrada nos sertões do Tibagi, ou seja, rumos, pois deveriam "penetrar todo o resto do certão pelos rumos que lhes eyde de indicar, e

118 Esse projeto está no doc. 2411 do AHU da capitania de São Paulo, Catálogo Mendes Gouveia, como já referenciado. Entretanto, esse documento não faz parte do projeto original, mas foi incluído na transcrição feita para o v.19 dos *DIs*, p.166.

119 Ibidem.

vão figurados no mappa". Assim instruía: "que se possa tirar logo ouro nas entradas daquele sertão já demarcadas no mappa com os números" – no documento há apenas "..." –, "donde se sabe haver jornaes de muita conta",[120] portanto na altura da Serra de Apucarana, próximo a Curitiba e à entrada do Rio do Registro, local que seria o atrativo, mas também o freio da sanha penetradora dos sertanistas. D. Luis também parece ter se subsidiado na cartografia por ouvir falar dos mapas. Pode não os ter visto algumas vezes.

O borrão desse documento, ao se referir aos lugares demarcados nessa carta corográfica, contém um asterisco com um comentário ao lado do seguinte parágrafo: "Não vi ainda este Mapa e o exame dele se faz muito preciso".[121] Locais de referência de povoamento também deveriam ser seguidos no mapa:

> eyde de encarregar que abrão as picadas segundo os rumos que a cada um forem distribuídos, para conforme a esta direção se vão avançando até finalmente se estabelecerem nas paragens que vão demonstradas no mesmo mappa e ao mesmo tempo povoar toda a margem oriental até o rio Paraná, em cuja extenção, e circunferência lhe devem ir dando as mãos para povoarem os mesmos sítios todos os que entrarem por dentro do sertão seguindo cada hum, o rumo que lhe encarregar figurar no mappa.[122]

Na carta corográfica d. Luis colocou duas linhas coloridas para orientar a raia de território a ser cercada pelas expedições. Esta estaria entre "duas linhas das cores vermelha e amarela". Mas nesse mesmo conjunto de quatro ofícios explicativos do projeto foi inserido pelo governador um segundo mapa, denominado "mapa grande", provavelmente em alusão ao título: "Mapa de uma grande parte da América Meridional em que se ve quase toda a capitania de São Paulo com seus sertões, e rios mais famosos, e parte das capitanias adjacentes, tudo delineado segundo os roteiros e notícias mais exatos té agora se tem descuberto, anno de 1768".[123]

O título sugere a tradução em imagem do espaço articulado por vias terrestres e fluviais, interligadoras de Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Rio

120 Ibidem.
121 Memória sobre o descobrimento e situação do sertão do Tibagy em dezembro de 1770.
122 N. 16 Sobre o grande projecto e Descobrimento do Tibagy. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19, p.135.
123 Titulo que vay no Mapa, idem, p.147.

Grande, e também evocava explicitamente o colaboracionismo com práticos e amplificava a credibilidade dos traçados de um desenhista amador e sem tradição de percorrer sertões, como era o caso do governador.

Linhas amarelas e carmim foram usadas para explicar a extensão territorial a ser mapeada: "a linha cor de amarelo denota a extensão dos domínios na capitania de São Paulo e província do Viamão té o presente. A linha cor de Carmim denota o fundo que o pode dar, e deve competir seu certão e se pode ajustar com os nossos confinantes". Diferentemente dos outros desenhos que tinham a intenção de apenas mostrar um espaço a ser mapeado, o dito "mapa grande" tinha intenção de ter autoridade de documento diplomático, porque fez uso de linha colorida para destacar o que poderia ser negociado com os espanhóis. A imprecisão da região fluvial entre os rios Paranapanema e Registro, conforme mostrado no mapa de José Custódio de Sá e Faria, foi lançada neste mapa "grande", como descrito no ofício como sertões "ainda não estão averiguados".[124]

Mas foi na colaboração assíncrona e geograficamente distante com José Custódio de Sá e Faria que d. Luis criou o seu Rio Tibagi, que dava nome a todo o empreendimento do mapeamento da região, traduzindo para a agenda imperial um layout geográfico sertanista no qual também se subsidiou, mas várias vezes escamoteou: "neste mapa segui a opinião do coronel José Custódio de Sá e Faria, porém ha Roteiros que figurão o rio Tibagy correndo ao Norte e entrando no Paranapanema e abaixo delle o Yvai. Outros figurão estes dous rios correndo direito ao Paraná. Outros finalmente dizem ser o Tibagy o próprio rio do Registro, e a opinião que sigo parece ser a mais certa".[125] Em sua Carta Geográfica José Custódio fazia o Rio Tibagi desaguar no Rio Iguassu ou Rio Grande do Registro.

Se o fizesse desaguar no Rio Paranapanema, como de fato ocorre, Sá e Faria estaria traduzindo esse rio que dava nome a uma região para a espacialidade sertanista ou em direção aos domínios espanhóis, quando o objetivo era frear o avanço dos sertanistas para essa direção. Na agenda imperial de exploração dessa região o Rio Tibagi, ao ser produzido como desaguando no Rio Grande do Registro, tomava uma direção oficial expressa em um rio que levava o nome de uma instituição régia de tributação.

---

124 Advertências, idem, p.121.

125 Ibidem, p.148.

O saber dos sertanistas, embora questionado pelo governador, era consultado porque também atribuía um nível de credibilidade ao próprio saber geográfico desse governador, expresso em ofícios ou imagens cartográficas, e o que colidisse com a agenda imperial portuguesa na região era desqualificado. Ou seja, a relação das autoridades com esses saberes era ambivalente. Apenas após iniciadas as expedições de mapeamento oficiais, em 1769, d. Luis admitiu a opinião dos antigos, alegando que

> a figura do terreno deste certão hé muito diferente do que nos pintavão os mapas [...] o rio Tibagi corre por longas distâncias para o norte e parece impossível que faça volta e se vá a meter no rio do Registro como se supunha e hoje me persuado que o rio chamado Ivay he o mesmo que Uvay ou Tibagi, e será alguns dos mais cauldalozos que se encontrem por estas partes, ou talvez se meta no Paranapanema, como alguns antigos afirmão.[126]

Na maneira de administrar de d. Luis, o uso da imagem cartográfica não se restringia à interlocução com as altas esferas do governo régio, como secretários, diplomatas e o rei, mas era ampliado para a interlocução com seus subordinados na colônia, pois através do visual explicava suas intenções, os persuadia, mas também alimentava seus ânimos de conquista e penetração. Um ano após o início das expedições, em 1770, o governador escreveu um ofício a um de seus comandantes, João Menezes de Barros, e a seu ajudante de ordens, Antonio Lopes de Azevedo, cotejando uma Carta Geográfica com a geografia erudita de Sebastián Medrano para explicar-lhes a segunda etapa do seu projeto de mapeamento da região. Se a primeira tinha como alvo percorrer vias de acesso fluviais dos sertões do Tibagi em direção ao grande Rio Paraná e daí em direção ao Prata, a segunda seria a dos caminhos fluviais "até o rio Paraguay, e segurar a navegação delle athé o Cuyabá".[127]

Com essa segunda etapa d. Luis fecharia o sistema Paraná-Paraguai-Rio da Prata, assegurador da soberania portuguesa sobre a linha sul de uma fronteira aquática da América meridional. Como ele mesmo explicou

126 Ofício para o ajudante de Ordens..., 1896, p.390.

127 Cópia da Segunda Carta de S. Ex. de 30 de set. de 1770. *DIs.* São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.87.

aos membros das expedições, "para facilitar este projecto tenho mandado abrir o caminho de terra de Pirasicava athé essa prassa [...] depois disso hé muito necessário que se procurem os varadouros dos Contravertentes dos Rios que saem Serra Maracajú e correm para uma e outra parte dela".[128] Essa serra está entre o baixo Mato Grosso atual e o Rio Paraná. Atravessando-a, o Rio Paraná entrava no então Salto das Sete Quedas. Rios como Ivinhema, Amambay e Iguatemi nascem nessa serra e, portanto, esta era uma referência geográfica importante para o acesso ao Iguatemi, mas também ao Cuiabá.

Cotejando a "Carta geographica das terras entremeias do sertão do Paraguay e S. Paulo com as novas minas do Cuyabá e Guayzes", de autoria anônima e cujos componentes visuais eram expressivos da memória espacial sertanista, hispânica e missionária, com a obra do geógrafo Medrano, portadora de uma memória espacial hispânica, esse governador português produziu uma outra memória: a de um espaço percorrido e conquistado por soldados em contexto de expedições de mapeamento.

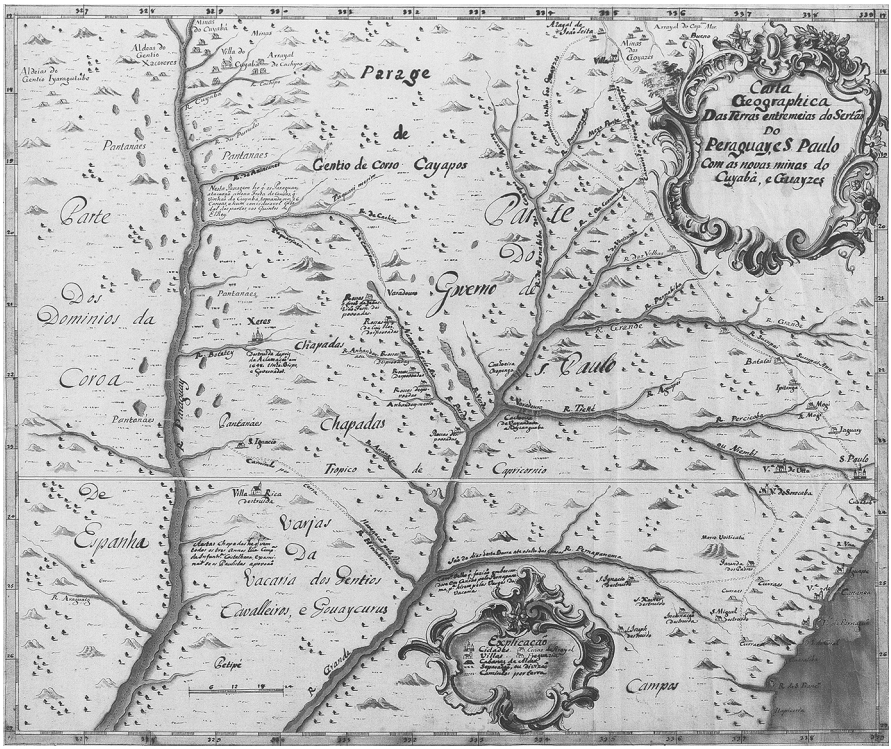
Uma Carta Geográfica existente na mapoteca particular do governador contém características e assunto geográfico sugestivos de ser esta usada na comunicação com os soldados exploradores.

No ofício que explicava essa segunda etapa de seu projeto, d. Luis dizia que os "varadouros dos Contravertentes dos Rios" que saíam da Serra Maracajú era antigamente frequentados pelos "paulistas", que se serviam deles para seguir para o Cuyabá no tempo em que domavam os gentios, "e não eram os payaguás tão respeitados". Para convencer da viabilidade da sua proposta dizia que tinha

> um mappa antigo em que se deo o roteiro deste caminho, o qual hé sahindo de S. Paulo á Sorocava, dahy a Fazenda de Votucatú que foi dos Pes, e desta a S. Miguel junto do Paranapanema, que hoje de acha destruído, ahy costeando o Rio pela esquerda se hia á Incarnação, Sto Xavier, Sto Ignacio, lugares que todos se acham destruídos, dahy embarcavam no parananema, e desde o Salto das Canoas emthé a barra deste rio gastavam vinte dias, dahy entrando no Paraná, e subindo por ele emthé perto das suas vertentes adonde largavam as canoas, atravessando por terra as vargens da Vacaria iam direto a uma povoação chamada S. Ignacio, e

128 Ibidem, p.87-88.

Figura 54 – Carta geographica das terras entremeias do sertão do Paraguay e S. Paulo com as novas minas do Cuyabá e Guayzes. Data: 1765-1775. Contém legenda e cercadura amarela a duas linhas e [sem detalhes do material utilizado]. Dimensões: 64,1 x 50,7 cm. FCM




Fonte: FCM, dimensões 64,1 x 50,7 cm

> mais adiante dela tornavam a embarcar em outro Rio considerável, q'dezagua pa o Paraguay, cujo Rio acho em algumas partes nomeado aguary e em outras partes chamado Correntes, donde seguiam caminho direito para o Cuyabá.[129]

O governador reforçava ainda que "nesse mesmo mapa se vê que o caminho de terra dos antigos que passa pela Vacaria direito a povoação de S. Igno deixava na mesma Vacaria a esquerda hua povoação grande chamada Villa

129 Cópia da Segunda Carta de S. Ex. de 30 de set. de 1770. *DIs*. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.88-89. Holanda (2014, p.117) faz menção a um mapa antigo no qual o "Morgado de Mateus reporta-se à tradição dessa primitiva via fluvial".

Rica, e a direita a Cide de Cherez que no tempo da aclamação tinha Bispo, e Governador e foi destruída em o anno de 1648".[130]

O mapa na Figura 15 mostra exatamente essas regiões e itinerários e pode ser uma cópia de mapa feito por Diogo Soares, conforme sugerem as características estilísticas, os assuntos espaciais e histórico-temáticos. Na sua coleção, como visto, d. Luis tinha cópias de mapas de cartógrafos e sertanistas e ele próprio pode ter sido um dos copiadores de mapas desse padre. A divisão espacial da Carta Geográfica em "Parte dos Domínios da Coroa de Espanha" e "Parte do Governo de S. Paulo" sugere a preocupação de comunicar um território correspondente a uma jurisdição específica, justamente aquela a qual d. Luis havia sido encarregado de administrar. Nesse sentido, essa divisão espacial pode ter sido introduzida por ele próprio, mas apenas a localização da versão original da Carta pode confirmar essa hipótese.

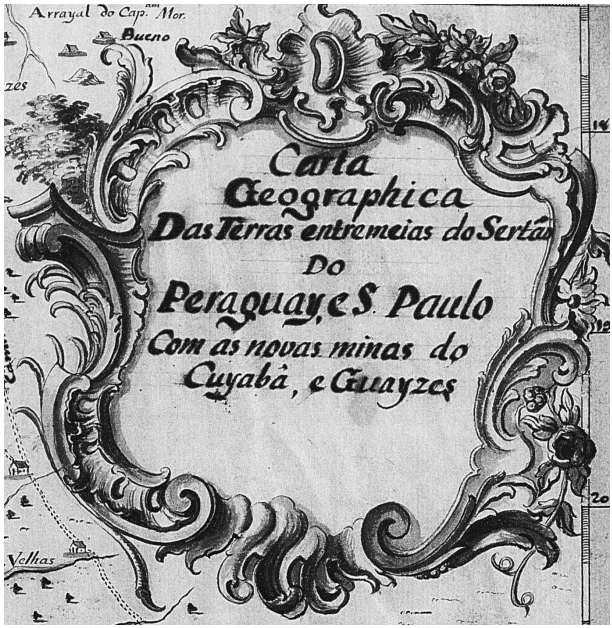
D. Luis não era um cartógrafo de formação, portanto, não manuseava recursos técnicos próprios da área, como régua de latitudes/longitudes ou petipé. Como esse mapa possui esses dois recursos, seu autor original certamente tinha essa formação. Ambos os cartuchos da Carta, com molduras ornamentadas, possuem o estilo de Diogo Soares e o conteúdo do cartucho inferior é próprio do geógrafo Francesco Tosi Colombina, ou seja, uma "Explicação" dos elementos figurativos utilizados, tais como "cidades, casas de arraial, vilas, freguesias, cabanas de aldeias, separação ou divisão, caminhos por terra". A seguir podem ser conferidas essas comparações:

Esse contrate entre estilo de cartucho e de exposição de seu conteúdo reforça a hipótese de ser essa Carta Geográfica uma cópia feita pelo governador, pois há indícios na documentação, como visto anteriormente, de ter sido ele um utilizador e copiador dos mapas de Tosi Colombina. O trabalho de copiar é sempre uma tradução, envolvendo procedimentos de substituição, acréscimos, supressão, junção, inversão. O título no cartucho da Carta Geográfica valorizava através do tamanho das palavras os sertões do Paraguai e São Paulo, ambos os alvos do projeto de mapeamento de d. Luis descritos no ofício.

A leitura dos assuntos geográficos históricos e geográficos da Carta contém outros indicativos de ter sido feita pelo padre Diogo Soares, tais como

130 Cópia da Segunda Carta de S. Ex. de 30 de set. de 1770. *DIs*. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.88-89.

Figura 55 – Cartucho superior da Carta Geográfica




Fonte: FCM

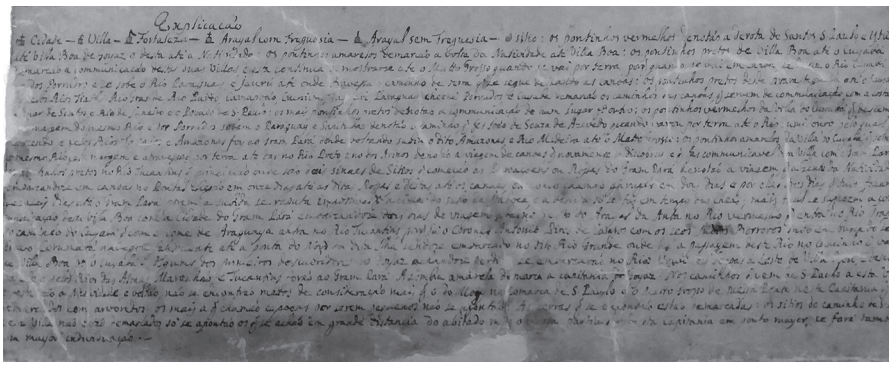
Figura 56 – Cartucho inferior da Carta Geográfica

Fonte: FCM

Figura 57 – Cartucho da Carta 9ª da Costa do Brazil: ao meridiano do Rio de Janeiro dezde a barra de Santos athe a da Maranbaya/pelos PP Diogo Soares e Domingos Capaci S. J. G. R no Estado do Brasil. Ca 1737, Escala [ca. 1:1.000.000]. – [ca1737]. –1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 18,7 x 31,5 cm em folha 24,8 x 37,7 cm

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Figura 58 – Cartucho da Carta de uma parte do Brazil Central de Francesco Tosi Colombina, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela com notas explicativas, com legenda, papel canson telado, 53,5 cm x 77 cm

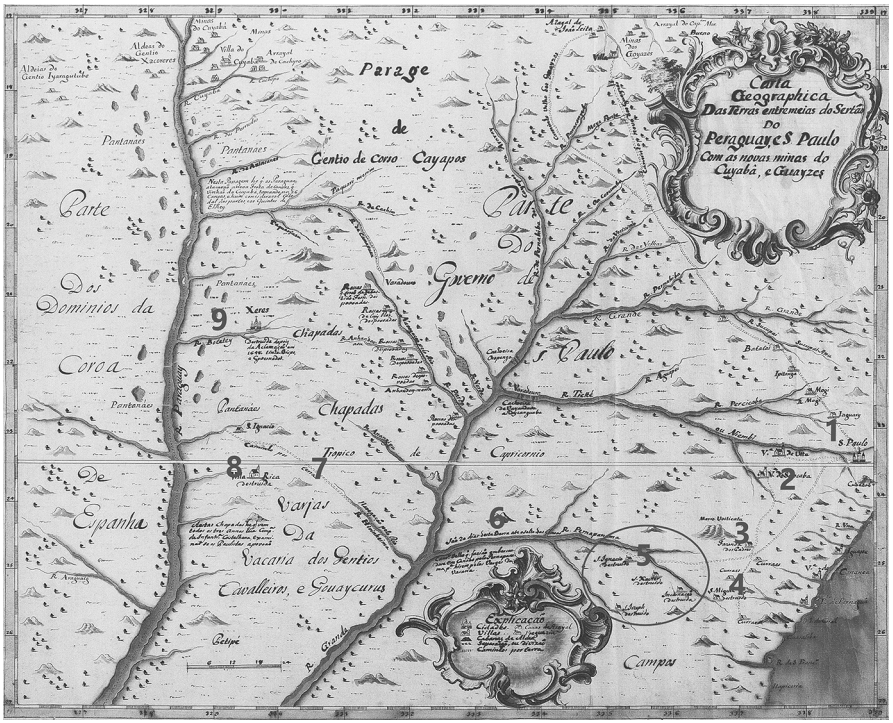


Fonte: Mapoteca do Exército, Rio de Janeiro.

as notícias do Cuiabá encomendadas pelo mesmo padre aos negociantes João Cabral Camelo e Domingos Loureço de Araujo para a confecção de seus mapas.[131] O assunto espacial compreende a vila do Cuiabá, o itinerário fluvial desta para Itu e São Paulo, o caminho dos Curraes, nos Campos de Curitiba para Sorocaba, São Paulo e deste para as Minas dos Goyazes e, portanto, os caminhos velho e novo dos Goyazes.

O itinerário escrito no ofício de d. Luis foi literalmente representado na Carta, como mostra a Figura 59.

Figura 59 – Caminho dos Paulistas conforme descrito no ofício de d. Luis de Sousa. (1) São Paulo; (2) Sorocaba; (3) Morro Votucatu e Fazenda dos padres; (4) São Miguel destruída; (5) Encarnação, São Xavier e Santo Ignacio destruídas; (6) "São 20 dias desta barra até o salto das Canoas; (7) O caminho por terra até S. Ignacio atravessando a vargem da Vacaria; (8) Vila Rica; (9) Xeres destruída




Fonte: FCM

131 Borrego; Souza, 2019.

Dos assuntos históricos estampados na Carta Geográfica, destacava-se o episódio de 1730 do ataque dos payaguás à moção do Cuiabá a Araritaguaba, no qual foram mortos o ouvidor Lanhas Peixoto e dezenas de acompanhantes, episódio narrado na primeira pessoa do plural, o que sugere ter sido por testemunha ocular, como foi o caso de João Cabral Camelo, que acompanhava o ouvidor:[132] "Nesta Passagem hé q. os Payaguas atacarão a nossa Frota de Canoas que vinham do Cuyabá, topando-nos 26 canoas, e hum considerável cabedal das partes, e os quintos de El Rey". O outro assunto histórico pode ter sido acrescido pelos próprios padres e foi narrado na terceira pessoa do singular: "Xeres destruída depois da aclamação em 1648, tinha Bispo e Governador". D. Luis emprega exatamente os mesmos fatos históricos da Carta Geográfica em seu ofício.

Como um manuseador de mapas para expor seus argumentos, d. Luis leu esse mapa à luz da obra do geógrafo Sebastián Medrano, pois no ofício acrescentou sobre as antigas povoações hispânicas, todas apresentadas como destruídas:

> destas mesmas povoaçoins faz menção o negrano na sua Geografia do Paraguay dizendo que as villas mais sigualadas desse continente a que chama chaco, sam Xeres, villa Rica e Maracajú e em hua Carta greografica acrescenta outra a que chama nossa Snra de Sta fé, e distingue esta Va Rica de outra que poim na província de Goyará, adonde também descreve Ciudad Real, na boca de um grande Rio q'dezagoa no paraná, e esta província do Goayrá fica entre as Cetequedas, e o Rio húguasú.[133]

Na sua interlocução com os comandantes, como ocorria no caso do ofício citado, juntamente com a Carta Geográfica, traduzia os caminhos dos sertanistas, adjetivando como antigamente navegado por estes, enquanto coetaneamente era navegado pelos soldados das expedições sob sua organização. Se na obra de Sebastián Medrano os sertões do Paraguai eram formados por vilas íntegras – "las villas mas señaladas [del Paraguay] Xerez, Maracaju y Villa Rica"[134] –, no ofício e na Carta Geográfica elas eram adjetivadas como

132 Taunay, 1953, p.133.

133 Cópia da Segunda Carta de S. Ex. de 30 de set. de 1770. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.89-90.

134 Medrano, 1686, p.282.

destruídas, mas a sua restauração era projetada como marcadores da Coroa portuguesa – "todas estas povoaçoins que ficam para estas partes e não há muito que se despovoaram hé muito conveniente que hoje procuremos para as restaurar, e restabelecer".[135]

A construção do mapa mental da localização das antigas povoações castelhanas adveio também da interlocução com Pedro Taques. Em 1767, o governador já havia feito referências aos informes do famoso genealogista nesse sentido:

> sempre v. m. procure examinar uma notícia que agora me dá Pedro Taques dizendo-me a tirar a de um livro que a v. m. remeteo registrando em que se conta que nas margens do rio Ivay houve antigamente uma Villa Rica, outra diferente da que hoje pertence aos domínios de Castela do Paraguay [...] a qual destruíram os Paulistas por estar dentro do seu Certão, e muito vizinho, e que esta villa era situada no barranco do Rio Ivay que se metia no Paranapanema o que he muito diferente do que declara o mapa, porque o rio caudaloso que se mete no Paranapanema chama o mapa Pirapó e as célebres minas de ouro e ferro do Ivay se acham na parte do sul do dito rio [Paranapanema] que vai no mapa com este nome.[136]

O contato com a geografia erudita de Sebatián Medrano ocorreu no próprio espaço colonial, pois, como escreveu-lhe do mato um padre beneditino com atuação na produção cartográfica das expedições: "destas duas povoações [Cidade Real e Vila Rica] entendo trata o Medrano em um mapa que traz da maior parte das terras que os reis católicos possuem na América e lembra-me, que do sertão lhe remeti um pequeno mapa, tirado do mesmo, no qual apontava estas duas povoações, as quais se me não engano ficam entre os rios Paranapanema e D. Luis, este chamado pelo autor do mapa Itatu e aquele Paraná ou Paná".[137] Ou seja, o cenário de antigos caminhos percorridos por sertanistas e antigas povoações hispânicas destruídas manejado para a produção da ficção da descoberta e posse portuguesa era arquitetado através dos conhecimentos geográficos dos práticos de sertão,

---

135 Correspondência de D. Luis de Sousa com João Menezes Barros em 30 de out. de 1770. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.90.

136 Correspondência de D. Luis de Sousa com o capitão-mor João Menezes Barros chefe da expedição. *DIs*, São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1901, v.5, p.50-51.

137 Carta do mesmo padre, in Notícias da conquista..., p.244-249.

de um historiador diletante como Pedro Taques e de um geógrafo hispânico profissional, como Medrano.

Se os sertões do Paraguai eram o cenário das vilas hispânicas destruídas, o Tibagi era o da tradição de terreno impenetrado e no qual muito ainda estava por ser feito: "e se prova de que penetrando os antigos todos os sertões deste Brazil, só aquele ficou intacto para os nossos tempos".[138] Todo o território do Brasil já havia sido descoberto, nas palavras de d. Luis, e penetrado suas "mais remotas partes [...] até o Cuibá e Mato Grosso; ao depois entre os Goyazes e destas capitanias em thé o Maranhão e Pará, mas o Tibagy, que estava nas suas vizinhanças ficou sempre do mesmo modo" e mesmo sob ordens oficiais, como na época do conde de Bobadella foram expedidas "pela secretaria de Estado muitas ordens para este descobrimento, mas todas ficaram sem efeito".[139]

E desse modo era produzido um espaço penetrado oficialmente por um governador e pela ação de "regimentos de auxiliares [...] cavalaria e [...] e infantaria", implantados pela ordem régia para se ir "introduzindo a prática da conquista do Tibagy", o que significa que essa dita "prática" era até então inexistente.[140]

Assim, era desabilitado o valor da tradição de penetração dos sertanistas no contexto das expedições de mapeamento sob seu governo, como mostra a evocação ao seu "mapa grande" em ofício de 1768 para ponderar "que nenhum vassalo tinha as devidas e proporcionadas forças para tal empresa [a do Tibagy]", acrescentando que "os descobrimentos que fizeram os antigos paulistas [...] era no tempo em que tinham muitos índios antigos para a guerra, pois havia paulista que contava mil e tantos arcos", algo impensável nos tempos presentes depois das sábias leis que o rei havia mandado promulgar, como o próprio governador destacou.[141]

Construído esse ambiente cenográfico de destruição e impenetrabilidade apoiado em mapas antigos copiados, informes, mapas e sugestões de livros vindo "do mato", d. Luis partiu para uma outra etapa necessária de todo o projeto de mapeamento nos territórios ultramarinos do século XVIII:

---

138 DI, 19, p.432

139 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...], 1770.

140 Ibidem.

141 Ibidem.

negociar com os "donos da casa", os povos indígenas autônomos, pois sem suas permissões e saberes ninguém conseguia ir muito longe em terras e sistemas fluviais labirínticos e extensos.

## Ficção imperial e diplomacia

Na última década, pesquisadores brasileiros e estrangeiros[142] têm contribuído com suas pesquisas para o melhor entendimento dos limites do poder dos impérios marítimos europeus em face das comunidades indígenas autônomas não missionadas ou pertencentes aos aldeamentos pombalinos e a subordinação dos agentes coloniais aos seus interesses, exigências e melhor posicionamento nos territórios coloniais.

Esses agrupamentos indígenas ocupavam e conheciam as vias de acesso principais aos recursos naturais diversos, como pastagens, áreas minerais e gado selvagem, exigiam pagamento de tributos dos viandantes pelas estradas interiores e de acesso aos canais fluviais limítrofes entre impérios e praticavam comércio. Comunidades indígenas autônomas estavam organizadas em toldos – ou *tolderías* – na fronteira do Rio Grande e das províncias platinas. Mas por toda a região Sul essas comunidades indígenas autônomas existiram sob diferentes formas de organização, porém tendo em comum com as *tolderías* a independência e o controle de territórios de soberania em aberto e alvo dos interesses de mapeadores e demarcadores imperiais.

Nos territórios coloniais, mapeamento não significou percorrer espaços vazios e lançá-los no papel na forma de linhas, pontos e medidas tiradas tecnicamente por profissionais tidos como oráculos. Mapeamento nesses espaços significou se defrontar ao longo de todo o itinerário com soberanias indígenas, classificá-las como forma de definir as políticas de avanço território adentro, levando-as para o desenho com caligrafia muitas vezes ornamentada e ampliada sobre extensa área ou em símbolos figurativos de tendas, convenção muito comum para acampamento indígena. Em virtude desse cenário, diplomacia, ou seja, concepção, arte e procedimentos para negociar com as comunidades autônomas existentes no local, era etapa obrigatória do processo de mapear.

142 Erbig Jr., 2020; Lennox, 2017; McDonnell, 2015; Carvalho, 2012a; Garcia, 2007a.

A fragilidade dos impérios europeus no interior dos territórios coloniais e a sua dependência da geografia e da cartografia para forjar discursos de posse, direitos, soberania e autoridade para avançar sobre terras já ocupadas por comunidades indígenas diversas foram amplificadas no século XVIII conforme se adensou o seu interesse em relação à ocupação, mas também em obter hegemonia de ação sobre o interior dos continentes. No avanço território adentro para atingir esses objetivos, os agentes da Coroa portuguesa estiveram frente a frente com a soberania dos povos jê enquistados, mas não isolados, nas terras situadas entre os rios Paranapanema e Iguaçu, obrigando-os a negociar com esses grupos para obter permissão de entrada de suas expedições de mapeamento. As comissões demarcatórias do Tratado de Madri, na década de 1750, já haviam vivido esse tipo de experiência.[143]

Como bem foi observado, "nenhum poder poderia ignorar a soberania indígena".[144] Demolir o paradigma do "vazio demográfico" para explicar a expansão da colonização interna do Brasil, trabalho que vem sendo intensamente realizado por etno-historiadores latino-americanos e americanistas há três décadas, tem ampliado o entendimento da "*indigenous agency*" ou agência indígena e sua repercussão nas várias esferas sociais e políticas, tais como a diplomática, um campo político já formalizado no século XVIII por doutrinas jurídicas e filosóficas herdadas do século XVII, baseadas no direito natural, das gentes e nas discussões sobre a tolerância e justiça.

A "*indigenous agency*" tornou-se um conceito teórico-metodológico amplamente debatido e cercado por evidências empíricas que demonstram a existência de uma consciência histórica não ocidental, formada por ações e estratégias de resistência e adaptação de matriz cultural indígena e relacionais com outras escalas do processo histórico, como o regional e o global, mas também com outros atores sociais não indígenas, estatais e não estatais.[145]

Para os impérios europeus nos espaços coloniais, tecer relações diplomáticas com comunidades indígenas autônomas não era apenas uma questão política com o objetivo de evitar conflitos e garantir a estabilidade necessária para as penetrações território adentro. Princípios jurídico-filosóficos regiam

143 Erbig Jr., 2020.
144 Lennox, 2017, p.211.
145 Perusset, 2015; Wilde, 2018; Neira; Rodríguez; Jouaunny, 2019.

a ideologia das autoridades imperiais e lhes davam lustre moderno, racional e científico, impedindo-as de ignorar as soberanias indígenas. Nas bandeiras ou tropas expedicionárias, soldados eram instruídos para, no trato com os povos indígenas, usar "suavidade e moderação, praticando com eles a justiça e equidade que se lhe deve pelo direito natural e das gentes".[146]

Os etnônimos atribuídos aos povos indígenas nos discursos visuais e escritos dessa época eram uma maneira de os impérios legitimarem a violência empregada contra alguns desses povos: "só nos últimos casos em que se não possa dar remédio por outra forma e em defesa própria, será lícito usar das armas".[147] Tanto nas relações internacionais como nos espaços coloniais esse último tópico deixou abertura na legislação para diversas rotulagens e o uso da violência contra as comunidades indígenas foi inerente às relações coloniais. Mas esse dado não anula a agência indígena e a subordinação das autoridades coloniais e a necessidade de obterem permissões para penetrar o território. Os indígenas ocuparam um lugar nos impérios ibéricos e foram atores sociais em seus mundos e na produção das sociedades coloniais, como pode ser observado pelo contraditório processo de mapear o território. Por outro lado, como teorizaram alguns pesquisadores, nas terras limítrofes da América e onde os interesses dos impérios friccionavam houve mais inclusão dos povos indígenas nas relações de forças, na qual eles também manejavam seus interesses e autoridades.[148]

Os desenhos cartográficos apenas oferecem ao observador uma imagem de espaço controlado e sem contradições. Entretanto, no terreno as autoridades régias e soldados de expedições tiveram diante de si povos organizados sob cacicados, alguns caciques, inclusive, com maior capacidade de liderança regional do que outros. A atmosfera mental criada por uma legislação que admitia os direitos dos índios sobre as terras e a experiência concreta de se defrontar com homens e mulheres com real conhecimento e controle das "entradas e saídas" dos territórios forçavam os agentes coloniais a reconhecê-los como "senhores da casa".

---

146 Correspondência de D. Luis de Sousa para o Capitão Joaquim Peres de Oliveira, de Auxiliar de Cavalo da Piedade em 28 de abr. de 1767. *DIs*, São Paulo, Tipografia do Globo, 1944, v.68, p.30-31.

147 Instrução para Francisco José Monteiro e expedição do Yapó em 19 de março de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.198.

148 Adelman; Aron, 1999.

Um contexto de confederação foi observado nos sertões percorridos pelas tropas mapeadoras dos sertões de Guarapuava, sugerindo a liderança de algum cacique para articulá-la, pois, após terem já feito o primeiro contato com os povos que denominaram xuclan, vieram ao encontro dos soldados várias nações – "grandessimo número de gentio que se averiguem serem já de diversas naçoens [...] confederados".[149]

Se os membros das comissões demarcatórias do Tratado de Madri, tais como cartógrafos, medidores e geógrafos, e autoridades coloniais tiveram de se subordinar às imposições dos cacicados das *tolderías*, nos sertões do Tibagi não foi diferente, pois em uma das instruções do governador foi recomendado aos soldados que, quando encontrassem o cacique dos gentios, deveriam "cumprir inteiramente o que com eles se ajustar".[150]

A autoridade dos impérios nos territórios de soberania em aberto e com fronteiras por definir era apenas uma projeção, seja através dos discursos, seja das imagens cartográficas fragilizando-se no terreno e obrigando esses profissionais e servidores do Estado a estudar os aspectos humanos da geografia dos espaços coloniais para identificar povos, estimar seus comportamentos, classificá-los, mensurar seus interesses para definir protocolos diplomáticos antes de penetrar o território em expedições de mapeamento, pois, como as próprias autoridades régias admitiam, estavam diante de "Paízes" e, nesse âmbito, considerando os princípios modernos mediadores da relação entre nações, negociações deveriam ser entabuladas.

D. Luis de Sousa, por exemplo, explicava o território encarregado de mapear considerando os locais ocupados por povos indígenas como "Paíz", como fazia com as Vacarias do Mato Grosso.[151] Assim, em ofício ao secretário Martinho de Melo e Castro, definiu a extensão territorial de 300 léguas a ser adquirida para a Coroa portuguesa como "desde as Campanhas da

149 Explorações do Tibagy. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.4, p.51.

150 Expedição que Sae [...] Estevão Ribeiro Bayão [...] 18 de julho de 1769, in Notícias da conquista..., p.121.

151 Em nota de rodapé de documento publicado nos *DIs*, a Vacaria foi explicada como região que "abrangia o espaço contido entre a serra do Maracajú e o rio Paraná: nelle estava a povoação de Ygautemy e estendia-se ao norte até o rio Amambay. Pertencia todo ao Matto-Grosso". *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.89.

Vacaria do Gentio guaicurú, emté as precipitadas correntes do Rio do Registro e Campos de Guarapuaba".[152]

Não se sabe se existiram *tolderías* no território situado entre o Paranapanema e o Iguaçu, mas a documentação sugere terem ali habitado povos de diferentes famílias linguísticas, inclusive jê, com que as autoridades queriam ter contato para negociar acesso a pontos-chave, fluviais e terrestres, sob sua autoridade e controle.

Esses grupos também deviam praticar algum comércio, tal como ocorria com os charruas, minuanos, bohanes, guenoas, yaros e outros grupos no Sul do Brasil e Rio da Prata,[153] pois os agentes coloniais alimentavam a expectativa de entabular relações comerciais com estes, como recorrentemente veiculado nos ofícios trocados entre d. Luis, o secretário e os comandantes das expedições. Esse dado pressupõe uma estimativa das autoridades de existir interesse mercantil nessas comunidades indígenas. Mas, se no Sul do Brasil, no Rio da Prata e nas Vacarias, esses grupos controlavam pastagem e negociavam com gado, nas terras entre os rios Tibagi, Paranapanema e Iguaçu os diários dos soldados e os ofícios das autoridades sugerem ser o acesso à terra para plantio de roças de milho e produção da farinha, alimento, inclusive, vital para as guarnições de soldados envolvidos com os trabalhos de mapeamento, o interesse imediato dos índios.

Roças de milho e pilões eram um dos principais componentes da paisagem produtiva dos povos indígenas da região, inclusive os jê e com os quais os soldados encontravam recorrentemente, conforme mostram seus diários. Antes de se defrontar com as comunidades indígenas, um dos soldados inferiu ao pisar em um terreno ser este ocupado por "gentios que cultivavam aqueles paiz [...] ali se achavam pilões de pedras, em que os índios pisavam o milho".[154] Mais adiante, outro comunicou haver encontrado "ua grande roça bem limpa, e posta com tal economia, que levava excesso às nossas, seria de meio alqueire de milho planta".[155] Essa produção poderia ser para

152 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...], 1770.

153 Erbi Jr., 2020; Garcia, 2007a.

154 Diário do Porto de S. Bento ao Rio Tabagy para o Rio de D. Luis e Praça de Guatimim pelo tenente Francisco Lopes da Silva, capitão hoje da companhia que está na nova Villa Rica, que se descobrio no mesmo rio de D. Luis, in Notícias da conquista..., p.208-228.

155 Roteiro da viagem que fez o Ten. Domingos Lopes Cascaes e o Cabo Bruno da Costa Filgueira [...] 16 de abril de 1769, in Notícias da conquista..., p.116-120.

autoconsumo, mas a oferta das autoridades coloniais para praticarem um comércio útil e de paz sugere que as comunidades indígenas teriam interesse nesse tipo de negócio, já praticado por tradição em vários espaços da região luso-platina.

Para viabilizar a penetração do território e mapeá-lo, foi forjado do gabinete do governador ao mato uma prática diplomática baseada em procedimentos definidos e que deduziam sobre os interesses dos povos indígenas e os admitiam como moeda de troca. As bases dessas deduções eram provenientes dos conhecimentos etnográficos de soldados, muitos deles sertanistas, mateiros, caçadores, picadores – hábeis em abrir picadas nas matas – e intermediários na relação entre autoridades régias e povos indígenas. Esses agentes sociais, muitas vezes mestiços de índios, eram conhecedores, embora não propriamente empáticos, das características e do *modus operandi* desses grupos.

Para um dos comandantes foi recomendado fazer os indígenas compreenderem que o interesse dos agentes coloniais era apenas o de fazer "comércio útil, conveniente a ambas as nações". A escolha desse argumento para ser defendido junto aos indígenas sugere que eles praticavam comércio e poderiam se interessar por ofertas que possibilitassem a continuidade dessa sua prática.[156]

Na definição da geografia humana dos espaços a serem mapeados, as comunidades indígenas não eram associadas meramente a aldeias ou alojamentos, mas a unidades territoriais amplas classificadas por seus etnônimos lançados lado a lado com as unidades político-administrativas régias, admitindo a existência de soberanias distintas e simultâneas. Na Carta Geográfica na Figura 15, por exemplo, a "Parte do Governo da Capitania de São Paulo" aparece ao lado da "Parage de gentio de Corso Cayapos" e mais abaixo a "Varja da Vacaria dos Gentios Cavalleiros e Guaycurs".

Aldeias menores podiam ser representadas com símbolos figurativos de tendas em formato triangular, evocando os toldos do Rio Grande ou as *tolderías* do Rio da Prata, mas os "Paízes" ou "Nações" eram lançados

156 Ordens de Antonio Botelho de Sampaio e Souza a Estevão Ribeiro Bahyão [...] referente à saída da expedição de que era comandante para exploração do sertão do Rio Tibagi, Porto de São Bento do Tibagi, 18 de julho de 1769. Arquivo do Estado de São Paulo, MS-553 (25) I-30, 23, 3.

com caligrafia ressaltada pelo tamanho ou preenchimento das letras, pois essa também era uma maneira de dar visualidade aos povos com os quais as autoridades teriam de entabular negociações diplomáticas, tal como com qualquer outro Estado europeu, africano ou asiático. Francesco Tosi, no seu mapa de 1756, referiu-se aos "Campos do Gentio Guarapiaba". Ainda no encontro com os indígenas que chamaram xuclan, os soldados os reconheceram como "Nação"[157] e, observando a Campanha de Guarapuava, admitiram existir na extensão territorial "outra nação de gentio".[158]

Com base nas considerações do dicionarista Raphael Bluteau sobre a palavra "Nação", nota-se que as autoridades régias reconheciam as comunidades indígenas como coletividades sob diferente senhorio, portanto, reinos soberanos simultâneos aos seus, que não deveriam ser "prejudicadas nos direitos de suas terras".[159] Para Bluteau, Nação era "nome coletivo que se diz da Gente, que vive em alguma grande região ou Reyno, debaixo do mesmo senhorio". Diferenciava, ainda, "Nação" de "Povo", porque esta "compreendia muitos Povos". Ambos os vocábulos eram empregados para falar das comunidades indígenas da região, sugerindo que "Nação" ou "Paíz" era uma classificação atribuída aos grupos dominantes, mesmo que agregando vários Povos, sob uma liderança de cacique e controle de larga extensão de terras, como era o caso das Vacarias.

No estudo das relações coloniais, é incontornável o dado de que as autoridades régias não tinham empatia pelos índios, vendo-os como povos rústicos, ignorantes, incapazes de se governar autonomamente, pagãos, infelizes, miseráveis e ignorantes, como pode ser lido no próprio texto do Diretório dos índios publicado em 1758.[160] Entretanto, eram forçados a admitir sua soberania política, em virtude de legislação existente, por princípios doutrinário-filosóficos e pela experiência prática no terreno, e assim o expressavam:

---

157 Relação do primeiro encontro qe. tivermos com os índios do Certão do Tibagy nos Campos de Varapoava aos 16 e 17 de dezembro de 1771. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.4, p.96.

158 Ibidem, p.102.

159 Ordens para cumprir o Ten. Doms. Lopes Cascaes (1768). *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19, p.277-278.

160 Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrário. Lisboa, Na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, 1758. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740. Acesso em: 13 jan. 2022.

"aquelles Povos são livres, como nós Senhores das suas terras, e dos seus bens, sobre os quais lhes devemos conservar e guardar toda a justiça [...] que devemos e costumamos guardar aos moradores das Villas nossas vizinhas".[161]

Essa soberania, entretanto, era reconhecida dentro das terras de um outro monarca soberano, o rei de Portugal, a quem deveriam prestar vassalagem, devendo saber que "há hú Monarca, Senhor deste Brazil, e das terras em que eles habitam, ao qual igualmente todos os que nella moramos devemos obediência e Vassalagem".[162]

Para calcular as diretrizes do processo de territorialização e definição de suas fronteiras coloniais ultramarinas, as autoridades régias coloniais empreenderam classificação de povos. Através da leitura de geógrafos e mapas, procuravam explicar os pontilhados de "Nações" lançados em seus mapas, dando visualidade aos espaços do território onde tinham o objetivo de projetar posse e soberania. Foi nas páginas de Medrano que d. Luis de Sousa percebeu a geografia humana do Paraguai, "formado por várias províncias com vários nomes que [dizia] habitadas de muitas nações gentílicas e pouco conhecidas".[163]

Cotejando a geografia dos manuais escritos por especialistas com as opiniões dos sertanistas, d. Luis inferia que "passando-se aquém do rio Paraná e até as margens do Iguaçu em que se presume haverá algumas aldeias".[164] A partir dessa metodologia de estudo do espaço colonial, o governador construía uma percepção etnográfica necessária para a execução da agenda geopolítica do Império na região. Assim, essa iniciativa o habilitava a se movimentar entre os vários "Povos" e "Nações" com os quais deveria tecer negociações. No calor dessas negociações ocorriam os processos de etnogênese, com o surgimento de etnias como os xuclan. Sertanistas alertavam sobre "Povos" enquistados entre os rios Paranapanema e Iguaçu, mas até então não os nomeavam com um etnônimo particular. Tal dado leva à conclusão de que os processos de etnogênese ocorrem em circunstâncias de encontros históricos específicos. Ou seja, apesar de já se ter conhecimento da existência de povos indígenas naqueles sertões, apenas a necessidade de

161 Instrução (1766). *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.199.

162 Instrução (1767). *DIs*, São Paulo, Typographia do Globo, 1940, v.65, p.167.

163 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...], 1770.

164 Ofício de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras em 22 de jun. de 1768, 1896, v.19, p.132.

mapeá-los em virtude da disputa entre os impérios provocou o encontro e o processo de etnogênese.

Além dos conflitos com os guaranis, como apontado anteriormente, outro fator explicativo do enquistamento desses povos entre o Paranapanema e o Iguaçu pode ter sido o ataque às povoações castelhanas e missões jesuíticas situadas entre os rios Paraná, Piquiri e Iguaçu pelo sertanista Raposo Tavares, entre os anos de 1629-1632. Os assaltos sertanistas seiscentistas não dizimaram as populações indígenas das missões ou meramente as reduziram a mão de obra escravizada e negociada, mas as dispersaram pelo sul do território em deslocamentos forçados, organizados ou não por jesuítas. Os que seguiram os jesuítas refundaram as novas missões entre os rios Paraguai, Paraná e Uruguai e a parte que preferiu a autonomia, como pode ter sido o caso dos ditos xuclan, possíveis matrizes dos povos xokleng/laklaño, se insularizou entre os campos, montanhas e capões daqueles que viriam a se tornar Campos de Guarapuava na ficção geográfica do Império Português.

Deixar agrupamentos indígenas autônomos com vassalidade indefinida em região de soberania ambígua não era algo conveniente para nenhum dos dois impérios ibéricos, pois poderia significar a renúncia a territórios, tendo em vista que vassalidade a uma monarquia nos territórios coloniais era definida pelo batismo e língua da conversão, e por essa via a própria posse do território.[165] Em um contexto de disputa geopolítica entre impérios e sem o suporte dos inacianos, como até então havia ocorrido na América, mais do que a conversão, entabular negociações com não convertidos ou batizados poderia ser uma alternativa para a criação de vínculos de vassalidade mais urgentes e à margem dos conflitos desencadeados pela aplicação da política de Diretórios.

Foi ainda em interlocução direta com os sertanistas que aos poucos o governador agregou conhecimentos sobre a territorialidade dos povos indígenas habitadores das terras a serem mapeadas para construir uma logística preliminar das expedições, como os procedimentos do contato para obter dos povos indígenas permissão de entrada no território. Sem empregar qualquer etnônimo até o momento do encontro, vários sinais que permitiam aos soldados identificar um agrupamento humano específico eram informados e usados para elaborar o programa da expedição, definir a logística e a metodologia de aproximação com o grupo insularizado nos Campos de Guarapuava.

---

165 Erbig Jr., 2020, p.40; Herzog, 2015, p.72-73.

Como os povos jê manejavam a recolha do pinhão, organizar a saída para essa data era uma forma de criar condições para promover o encontro destes com os soldados na floresta de araucária, um dos principais componentes do ecossistema local. Ao comandante-geral era aconselhado pressa para a saída das canoas, "por não haver arriscar na demora o passar o tempo do fructo do pinhão que vem em Junho, e ficar deferida a munção para outro anno com risco de tudo se perder",[166] reforçando que a gente fosse reunida para estar pronta e entrar nos sertões "no fim de Mayo para se aproveitar do pinhão".[167] Uma década antes Francesco Tosi fora de mesma opinião e defendeu em seu projeto a saída dos soldados habitadores das terras a serem mapeadas "no fim de Mayo, ou princípios de junho".[168]

Os fogos, que tanto podiam dizer respeito ao cozimento dos alimentos como às cerimônias crematórias dos mortos, também eram outro dado conhecido dos mateiros e fornecido ao governador, levando-o a tirar deduções, "desconfiar" da presença indígena próximo a certos rios, como o Yapó.[169]

Esses fogos forneceram a direção a seguir para chegar ao cacique, com o qual d. Luis deu início às negociações para mapear os sertões do Tibagi. Foi o capitão-mor de Sorocaba, José de Almeida Leme, quem informou ao governador que somente ao descobrirem as campanhas[170] onde foram vistos fogos poderiam entregar a "carta para o cacique do gentio".[171] Essa necessidade de obter as permissões dos caciques para seguir território adentro pode explicar uma das motivações para a importância da aliança com os sertanistas em todo processo de entrada nos sertões.

O governador d. Luis de Sousa não era simpático a essa aliança, como visto anteriormente, mas ela era uma ação incontornável em qualquer projeto de penetração no território, pelos conhecimentos geográficos e etnográficos manipulados pelos sertanistas de São Paulo, pela sua prática de percorrer sertões e pela sua histórica condição e status de intermediários ou negociadores. É esse dado que permite entender por que Francisco Pinto

166 Ofício de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras em 29 de jan. de 1769, 1896, p.271.
167 Ofício de D. Luis de Sousa para o Ajudante de Ordens Afonço Botelho em 22 de maio de 1769, 1896, p.356.
168 Andrade; Moreira Neto, 1974, p.35.
169 Ofício de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras, 1952, v.72, p.216-217.
170 Segundo Raphael Bluteau, esse é um termo militar e um de seus significados é "campo onde anda o exército".
171 Coleção Morgado de Mateus, BN, I-30, 13, 20, n.3, Documento 103.

do Rego foi nomeado comandante da primeira expedição que deu início ao projeto de mapeamento da região. Coube a ele entregar as cartas aos "caciques do gentio".[172] Estabelecida a interlocução entre os dois governantes, d. Luis e o cacique, por que manter uma figura que causava tanta desconfiança, como os sertanistas? Bem pode ter sido esse o motivo obscuro, não revelado nas fontes, sobre o afastamento abrupto de Francisco Pinto do comando da primeira expedição, sob acusação de um crime também sem explicação clara.

Os procedimentos diplomáticos dos governadores envolvidos com demarcações e mapeamento no século XVIII, tais como Gomes Freire de Andrade, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Rodrigo César de Menezes, d. Antonio Rolim de Moura e d. Luiz Mascarenhas, vêm sendo explorados pela historiografia mais atenta ao poder de opinião, decisão e estratégias autônomas dos povos indígenas.[173]

A diplomacia praticada por esses governadores está sendo entendida como um procedimento político processado e aplicado na colônia, mas produzido pela combinação dos princípios doutrinário-filosóficos eruditos europeus do direito das gentes e do direito natural, combinados aos conhecimentos e à prática etnográfica crioula dos sertanistas e aos interesses das comunidades indígenas. O governador d. Luis de Sousa explicava por que os índios deveriam ser tratados "sem os ofender [...] [mas] como amigos correlativos",[174] ou seja, com base nos princípios citados, explicava por que negociar com as populações indígenas. Os práticos locais eram consultados para fornecer cálculos sobre o que poderia ser uma moeda de troca de interesse para os gentios indígenas. Assim, em instrução ao sargento-mor, Francisco José Monteiro escreveu: "no caso que vmce ache ser preciso lisonjear com mais algumas coisa os caziques dos gentios além da agoardente que mando, vmce o fara com algumas arrobas de fumo, ou pessas de algodão ou daquilo que vmce informado ser mais do agrado daquele gentio".[175]

---

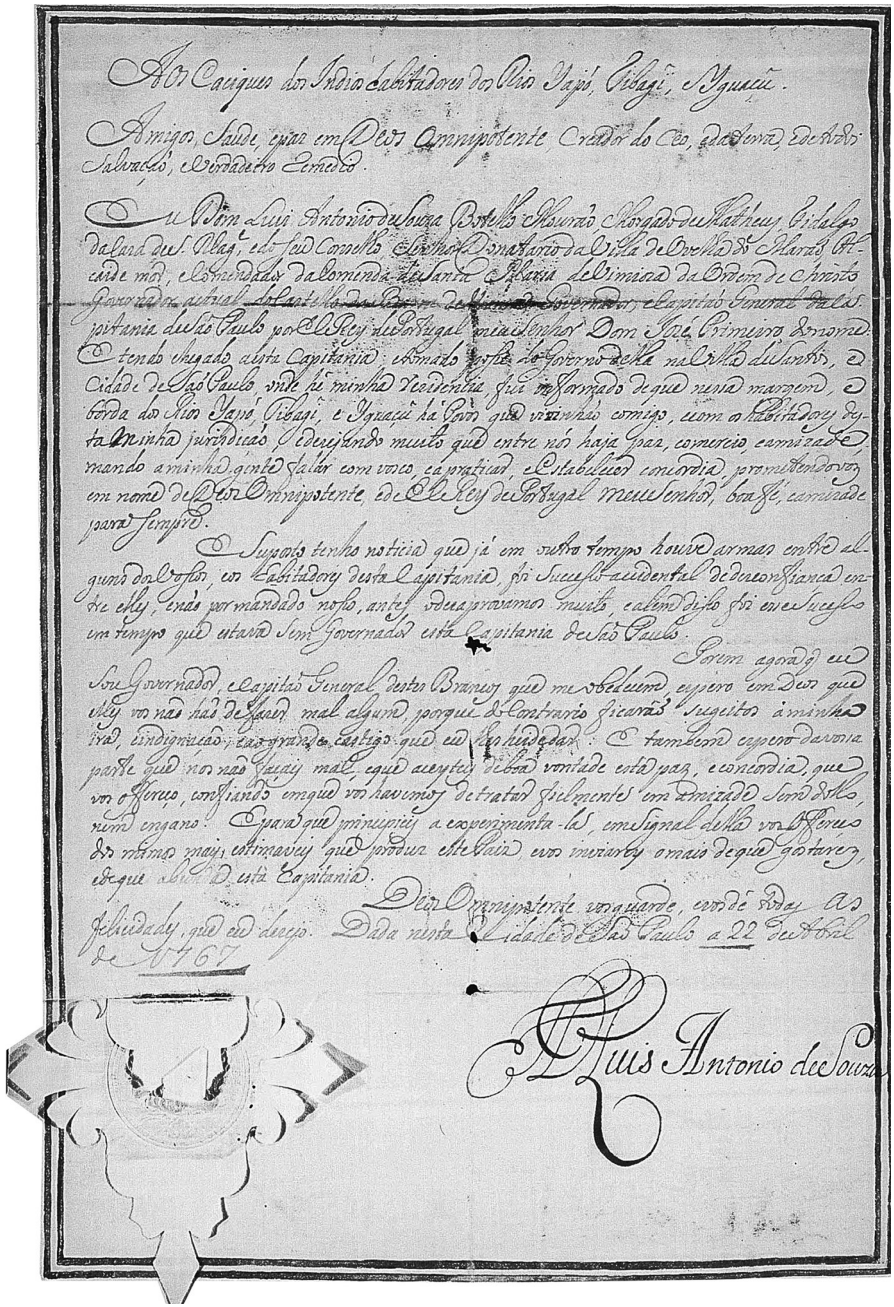
172 Ofício para o Sargento mor Francisco José Monteiro em 2 de abril de 1767. *DIs*, São Paulo, Tipografia do Globo, 1943, v.67, p.111-112.

173 Neumann, 2005, p.201.

174 Ordens para cumprir o Tenente Domingos Lopes Cascaes em 6 de dezembro de 1768. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19, p.278.

175 Ofício para Francisco José Monteiro em 19 de março de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.195.

Figura 60 – Carta dirigida aos caciques dos índios habitadores dos rios Yapó e Iguaçu.



Fonte: FCM, Subsecção 6.02/GSP 1040.47

Em ofícios de 1766 a 1768, anteriores à saída da expedição, foram recorrentes as menções a cartas enviadas aos "caciques dos gentios", ou seja, os indígenas autônomos e não evangelizados. Nos arquivos do governador d. Luis, em Vila Real, há uma dessas cartas escritas pelo seu próprio punho.

> Aos caciques dos índios e habitadores dos rios Yapó e Iguaçu
>
> Amigos, saúde e paz em Deus omnipresente creador do ceu e da terra, e de todos Salvação e verdadeiro remédio.
>
> Eu Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, Morgado de Mateus, Fidalgo da Casa de S. Mage, e do seu Conselho Senhor Donatário da Villa de Ovelha do Marão, Alcaide Mor e Comendador da Comenda de Santa Maria de Vimiosa da Ordem de Christo governador actual do Castello da Beira [ilegível] governador e capitão General da Capitania de São Paulo por El rei de Portugal meu Senhor D. José Primeiro de nome. E tendo chegado a esta capitania e tomado posse do governo dela na vila de Santos e cidade de São Paulo onde hé minha residência, fui informado de que nessa margem e borda dos rios Yapó, Tibagy e Iguaçu há Povos que vizinhão comigo e com os habitadores desta minha jurisdição e desejando muito que entre nós haja paz, comércio, e amizade, mando a minha gente falar convosco e a praticar e estabelecer concordia, prometendo-vos em nome de Deus Onmnipotente, e de El Rei de Portugal meu senhor, boa fé e amizade para sempre.
>
> E suposto tenho noticia que já em outro tempo houve armas entre alguns dos vossos e os habitadores desta capitania, foi sucesso acidental de desconfiança entre eles, e não por mandado nosso, antes o desaprovamos muito e, além disso, foi esse sucesso em tempo em que estava sem governador esta capitania de São Paulo.
>
> Porém agora que eu sou governador e capitão general destes brancos que me obedecem espero em Deos que eles vos não hão de fazer ma algum, porque do contrário ficarão sujeitos à minha ira, indignação e ao grande castigo que eu lhes hei de dar. E também espero da vossa parte que nos não façais mal, e que aceiteis de boa vontade esta paz e concordia, que voc ofereço, confiando em que vos havemos de tratar fielmente em amizade sem dolo nem engano. E para que principieis a experimentá-la em signal dela vos offerço dos mimos mais estimáveis que produz este Paiz e vos enviarei o mais de que gostares, e de que abunda esta capitania.
>
> Deos Omnipotente vos guarde, e vos dê todas as felicidades que eu desejo. Dada nesta cidade de São Paulo a 22 de abril de 1767. D. Luis Antonio de Sousa.

A diplomacia praticada por alguns governadores coloniais no Brasil significou uma combinação de instrumentos e práticas próprios dos padrões das Cortes e tribunais europeus da época e de outros específicos da circunstância colonial. Assim, em vez do Tratado a Carta, como fez d. Luis de Sousa, a carta na administração colonial é enviada por autoridade subalterna, delegada ou súdito ao rei, tratando-se, portanto, de um documento ascendente, sendo muitas vezes confundido com ofício, este sim de circulação horizontal, envolvendo comunicação entre autoridades do Reino – que não o rei – e as autoridades em serviço no ultramar e entre elas.[176]

Como um funcionário régio, d. Luis certamente entendia o significado de cada tipo de documento, e é mesmo intrigante pensar por que ele escolheu um documento ascendente para se comunicar com os caciques. Ele se entendia como uma autoridade subordinada em terra de outros soberanos? É certo que os governadores não equiparavam as chefias indígenas ao rei de Portugal, mas admitiam sua soberania e os viam como "Povos" vizinhos. No universo dos caciques e dos indígenas autônomos dos sertões do sul, a carta como instrumento de negociação não deveria ser uma novidade, pois, se o objetivo era atrair para o diálogo as autoridades, não usariam algo não familiar ou provocador de distanciamento entre as partes.

Outros instrumentos da diplomacia com os indígenas eram semelhantes aos da diplomacia europeia, como as missões diplomáticas, mas eram praticados nos sertões pelos sertanistas, um tipo de representante ou intermediador. Os sertanistas, inclusive os escolhidos a dedo pelo governador – Francisco Pinto do Rego –, que seguiam na dianteira das expedições seriam encarregados de explicar aos caciques o teor da carta, escrita em português.

O conteúdo da carta também mostra o quanto a diplomacia forjada no mato não era algo arbitrário, mas construído por meio das notícias fornecidas pelos locais. Todos os raciocínios do governador para estabelecer o diálogo com os caciques foram baseados nas informações fornecidas por estes, tais como a existência de Povos nas margens dos rios vizinhos de sua região de atuação e suas tensas relações com os moradores da capitania. Os caciques também procuravam proteção e esta era oferecida como uma moeda de troca para a amizade e a paz dos índios.

---

176 Bellotto, 2002, p.52.

Por fim, a entrega de presentes fechava o ciclo da negociação. Os "mimos" referidos pelo governador. Os ofícios contendo os informes do envio dessas cartas de negociação listam o envio de arrobas de fumo, peças de algodão[177] e aguardente.[178]

Obtida a permissão dos índios para entrar nos sertões situados entre o Paranapanema e o Iguaçu, a primeira expedição pôde iniciar itinerários que se desdobrariam em onze saídas iniciadas em dezembro de 1768 e concluídas em 1773, ao conseguirem penetrar o quisto geográfico dos povos que chamariam xuclan. Desses itinerários de tantas histórias, deserções, mortes em despenhadeiros, em quedas-d'agua de aparição repentina e desilusões dos que desertavam, a ficção geográfica de um império soberano foi ganhando forma em alguns desenhos e em vários diários de muitas autorias, afagados nas gavetas dos arquivos de um governador aficionado por cartografia e transpostos para os desenhos de um engenheiro militar que, de tão atarefado, nunca teve tempo de pisar naqueles sertões de gente que comia pinhões e queimava seus mortos sobre as montanhas.

177 Ofício para Francisco José Monteiro em 19 de março de 1766. *DIs*, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72, p.195.

178 Carta de José de Almeida Leme, capitão-mor de Sorocaba, ao governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, comunicando as providências tomadas para a fundação da povoação dos índios em um sítio próximo ao rio Paranapanema. Sorocaba, 3 de julho de 1766, Coleção Morgado de Mateus, RJ, I-30, 13, 20, n.3.

# 4
# Ficção imperial na cartografia de traçados de padres e soldados

## Um império soberano feito por intermediários

A projeção do Império colonial português nos territórios de povos autônomos jê foi um empreendimento de Estado mobilizador de forças e interesses desde as instâncias régias superiores em Lisboa, como a Secretaria de Estado, até os gabinetes de cartógrafos instalados na colônia, os quais muitas vezes nem chegaram a pisar nas terras ou percorrer os caminhos fluviais e terrestres estampados em seus desenhos, como foi o caso de José Custódio de Sá e Faria.

Imagens cartográficas, por sua vez, estampam paisagens e estas são formadas por várias camadas de interferência daqueles que as percorreram, viveram ou desenvolveram algum tipo de ação sobre dado lugar. Mas, como a paisagem dada a ver através da imagem é o olhar de alguém, essas camadas são seleções. Enquanto algumas dessas camadas atingem o brilho do metal bem polido nas narrativas históricas, outras ficam embaciadas e precisam de métodos para reluzirem.

Entre 1768 e 1772 as terras situadas entre os rios Paranapanema e Iguaçu, ou seja, os sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, foram palco de onze expedições, lideradas individualmente por comandantes nomeados por d. Luis de Sousa Botelho Mourão e dirigidas pelo seu primo e comandante-geral Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. Dezenas de soldados perderam a vida nos saltos imprevisíveis, na falsa aparência de calmaria e segurança de rios redemoinhados e pedregosos e em um ambiente natural favorável às febres, como era o das matas interiores do Sul do Brasil. Algumas dessas vítimas, pela posição que ocupavam, foram até nomeadas, como o cabo Bruno

da Costa Filgueira e o capitão Estevão Ribeiro Baião. Mas a maior parte morreu no anonimato, precipitando-se em quedas rio abaixo.

Comandantes e soldados saíram de seus pontos de embarque iniciais munidos de todas as instruções para produzir informações geográficas em formato visual e escrito e, como caçadores e mateiros, experientes de sertão e das paisagens preenchidas por memórias e ações de povos indígenas, praticaram, sem ter consciência, uma cartografia indígena. Cada traçado nos desenhos produzidos durante as expedições seguiu na paisagem uma interferência humana indígena ou um objeto etnográfico, alvo de observação, recolha e uso nas constantes redefinições de itinerários e logística das expedições. Enquanto a projeção imperial não se completou no terreno, a toponímia tupi-guarani ou sertanista teve de ser mantida nos mapas como sinais de orientação geográfica para soldados e autoridades régias.

Nem todos os soldados mapeadores usaram farda. Alguns usaram batina, como foi o caso de um frade beneditino responsável pela produção da maior parte dos desenhos feitos durante as expedições. Com a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios coloniais, o Estado monárquico português reconfigurou suas alianças com as ordens religiosas, dentro das quais encontrava intermediários letrados, alguns detentores de habilidades técnicas em diversos campos da ciência, com experiência de percorrer sertões e competências para a comunicação com os povos indígenas.

Seus desenhos e relatos foram posteriormente analisados, cotejados e processados por governadores e engenheiros militares e deram origem aos mapas oficiais definitivos. José Custódio de Sá e Faria é um exemplo de engenheiro militar cuja parte da sua vasta produção cartográfica e fama histórica deve ser tributada a esses intermediários, que terminaram por não ter suas histórias e ações contadas, por não assinarem seus desenhos.

## Processos de mapeamento e projeções de um padre beneditino nos sertões jê e sertanistas

Na investigação sobre a construção do conhecimento científico e erudito na colônia, o jesuíta ocupa uma posição proeminente, dado caráter global do trabalho intelectual, científico e de missionação da Companhia

de Jesus.[1] Na cartografia em especial, os jesuítas foram os mais prolíficos em comparação com os religiosos de outras ordens, como vem mostrando a já adensada historiografia sobre o tema.[2]

Com a supressão da Companhia de Jesus dos domínios ultramarinos portugueses em 1759 e sua expulsão dos domínios hispânicos em 1768, como parte do processo de modernização e recomposição da autoridade das Coroas ibéricas na América e a intensificação da dependência dos monarcas e autoridades régias e coloniais em relação às imagens cartográficas do espaço colonial, novas parcerias com padres dotados de habilidades técnicas para o desenho geográfico, alguma erudição científica, capacidade de comunicação com grupos indígenas e experiência de terreno tiveram de ser buscadas em outras ordens religiosas. Parcerias como essas também eram uma forma de enfrentar a carência de engenheiros militares no Império.

Em espaços coloniais, a cartografia teve de se servir não apenas do não profissional em cartografia por causa da escassez desses especialistas, mas também da complexidade de um território ocupado e percorrido por povos indígenas e intermediários desde o século XVI. Estes, mais do que qualquer autoridade régia e colonial, tinham mais conhecimento da organização espacial dos povos indígenas e do território e de suas vias de acesso terra adentro. Os ditos mateiros, muitos deles mamelucos, detinham esses mesmos conhecimentos, mas não a erudição na geografia científica. Os padres, portanto, foram um tipo de sertanista erudito por reunirem o lado erudito-técnico e o pragmático de percorrer sertões.

A necessidade de alguém com esse perfil misto pode ter levado o governador d. Luis de Sousa a se dirigir diretamente ao abade do Mosteiro de São Bento para pedir-lhe a dispensa de um frade para entrar no "certão do Tibagy com uma bandeira de gente", apontando nominalmente o frei Francisco Antonio de Santa Theresa do Espírito Santo. A rigor, essa indicação tinha o objetivo costumeiro de toda expedição colonial de contar com a participação de um capelão responsável pela administração dos sacramentos.[3] Mas o frei Francisco Antonio fez muito mais.

---

1 Fleck; Rogge, 2018; Udìas, 2015.

2 Furlong, 1936; Barcelos, 2006; Xavier, 2012.

3 Ofício de D. Luis de Sousa para o Dom Abbade do Mosteiro de São Bento desta cidade em julho de 1769, 1901, p.163-164.

Seus traçados em plantas, desenhos de itinerário e carta corográfica foram as primeiras representações visuais de um terreno mapeado e fizeram a tradução de um sertão do Tibagi sertanista para aqueles descobertos por soldados de Companhias de Auxiliares e Ordenanças sob ordens e instruções oficiais. Reaproveitando desenhos de sertanistas, esse padre projetou o Império nesses sertões.

O papel ativo desse padre nas expedições, inclusive abrindo picadas, foi motivo de litígios com os sertanistas-soldados e comandantes. Sobre sua pessoa as autoridades régias da capitania depositavam mais expectativas de cartógrafo do que de instruidor de fiéis nos santos sacramentos. Em ofício, depois de descrever avanços da expedição, o comandante-geral das expedições enfatizou que suas informações seriam completadas com "melhor formalidade e algum mapa com boas notícias" feito pelo padre.[4]

Na interlocução do governador d. Luis com Carlos Morphy, governador da província do Paraguai, em relação às questões de limites do Centro-Oeste do Brasil, o próprio frade se ofereceu para atuar como um representante diplomático e d. Luis acatou a ideia em carta enviada ao tenente-coronel João Menezes de Barros:

> o Rer. Pe. Fr. Antonio de Santa Thereza [lhe havia dito] que quando se ofereça alguma occazião de ir dentro levar cartas não tem dúvida em ser o primeiro [devendo, diante desta disposição do religioso] julgar o que fo melhor pois este religioso [lhe] parecia de capacidade e préstimo e [ele] entendia que estas diligências se devem sempre escolher pessoa muito advertida, dissimulada e esperta, que saiba o que há de dizer e também o que há de observar.[5]

Esse frade, mais interessado em serviços laicos do que religiosos, alcançou reputação junto ao governador e seus auxiliares, como o comandante-geral das expedições, Afonso Botelho, e terminou por tornar-se um de seus principais conselheiros. O padre também fez as vezes de historiador de d. Luis e elaborou um projeto para a construção de uma camada da

4 Cópia da Carta do Ajudante Affonso Botelho de S. Payo, escripta de Curitiba em 27 de março de 1770. *DI*s, São Paulo, Typographia Andrade & Melo, v.34, 1901, p.229.

5 Ofício de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para o Ten. Coronel João Miz Barros, 1894, p.133-134.

memória de seu governo no território mapeado e na história da antiga capitania de São Vicente.

Essa parceria entre um governador e um padre beneditino levou d. Luis, inclusive, a solicitar um rol de perguntas perante o juiz ordinário de Itu ao término do mapeamento da região do Tibagi, visando validar tanto o papel atuante do frade nas expedições, na imposição de novas nomenclaturas a rios, na abertura de outros itinerários e na confecção de mapas como a própria projeção da memória desse governador e do Império em terras até então desenhadas por jesuítas e sertanistas e portadora de uma paisagem jê.

Esse rol de perguntas é um documento inédito guardado no acervo da Fundação Casa de Mateus. Suas páginas trazem detalhes de uma biografia ainda desconhecida pela historiografia de São Paulo e pelos próprios estudiosos da cartografia do Brasil colonial. Desconhecimentos têm provocado vários equívocos na atribuição da autoria das imagens cartográficas dos sertões do Tibagi.

A documentação sugere não ter sido esse frade um desconhecido na comunidade local, onde o governador d. Luis colheu informações sobre sua pessoa. Em instrução a Afonso Botelho durante os preparativos para a expedição, d. Luis comunicou que para capelão das "gentes das bandeiras [...] não podia haver pessoas mais própria, nem em quem concorrem tantos requisitos para esse emprego como na pessoa do padre frei Antonio de Santa Thereza do Espírito Santo de S. Bento, que já tem andado por estas partes e tem do mesmo sertão hua grande notícia".[6]

Na pessoa do frade, d. Luis encontrou um interlocutor conhecedor de referências da geografia científica da época, como Sebastián Fernández Medrano, citado em ofício e cartas dirigidas ao governador da província do Paraguai.[7] A certa altura das expedições, quando os soldados localizaram as ruínas da antiga Vila Rica, a vila hispânica destruída pelos sertanistas de São Paulo no século XVII, o frade enviou do mato uma carta para o governador d. Luis subsidiando seu achado com esse geógrafo: "julgo, que os espanhóis, que antigamente foram expulsos do Ivai pelos paulistas, não habitaram esta barra, só sim tiveram duas povoações, uma que se não me engano se chamou

6 Ofício de D. Luis para Affonso Botelho de S. Payo e Sousa em 16 de junho de 1769, 1901, p.165.

7 Cópia da Carta que escreveo o governador e capitão general da capitania de São Paulo ao governador da província do Paraguai, 17 de julho de 1771, AGN, Buenos Aires, Portugueses – conflitos – territórios, sala IX, 04-03-06.

Cidade Real, e outra Vila Rica [...] destas duas expedições entendo trata o Medrano em um mapa".[8]

Para um governador português de uma capitania do Sul do Brasil era importante instruir-se na geografia de autores hispânicos, para ilustrar sua interlocução sobre geopolítica com autoridades da Coroa de Espanha. Nesse sentido, o frade beneditino era um intermediário estratégico no projeto português de territorialização do Estado, pois construía uma ponte entre o mundo científico erudito hispânico e os sertões do Brasil.

Não foram encontradas referências sobre a formação do frei Francisco Antonio. Vários rastros de seus conhecimentos e habilidades estão dispersos pela documentação: era capaz de se comunicar com os índios em sua linguagem, pois tinha a responsabilidade de ensinar a "língua", uma intérprete indígena que seguia na dianteira das esquadras, a comunicar as pretensões das expedições com os índios. Das plantas, desenhos de itinerário e carta corográfica das expedições, quatro são de sua autoria.

A atribuição de autoria em obras não assinadas é um terreno mais de possibilidades do que de certezas, mas é possível cercar um autor com várias evidências encontradas nas fontes e fazer uso de metodologia intertextual[9] para alcançar um nível de acuidade nessa atribuição. No que se refere à cartografia da época moderna, um fator favorável é a relação complementar de maneira geral existente entre mapa e texto escrito.[10] Todo mapa colonial dialoga com uma fonte escrita, inclusive aqueles feitos por não profissionais da cartografia, sempre mencionados nos ofícios de governadores, que os utilizaram amplamente.

No século XVIII, o enfrentamento de questões geopolíticas e de definição dos limites territoriais impulsionou o desenvolvimento de uma cultura visual institucional[11] na qual as autoridades coloniais tiveram intensa atuação, comunicando por desenhos e entendendo-os como esclarecedores dos seus argumentos. Assim, essas autoridades foram estimuladoras da produção de mapas para complementar seus ofícios, e por meio destes últimos é possível reunir evidências para atribuição de autoria.

---

8 Carta do mesmo padre, in Notícias da conquista..., p.245.
9 Bueno, 2009, p.114.
10 Dym; Lois, 2021, p.119-141.
11 Moura, 2021b, p.7-37.

D. Luis levou essa cultura visual institucional ao extremo, chegando inclusive a sinalizar seus ofícios com letras correspondentes às dos mapas que os complementavam e, desse modo, procurava facilitar a leitura associando esses dois tipos de documentos. Recosturar esses mapas e textos separados pelo tratamento documental dos arquivos e bibliotecas não é uma tarefa fácil e exige um esforço de montar um quebra-cabeça.

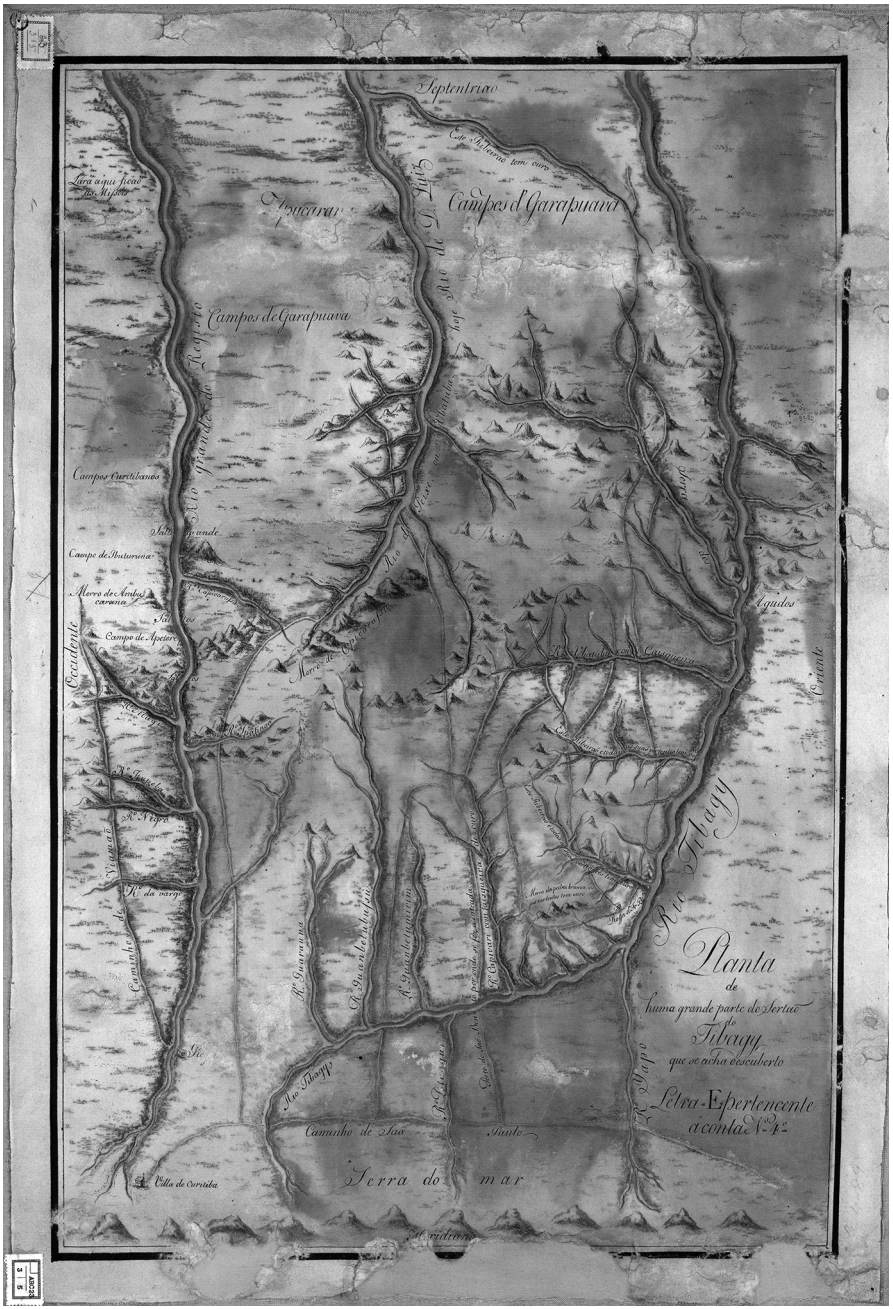
A primeira imagem produzida pelo frade beneditino Francisco Antonio foi chamada Planta, não foi assinada – como ocorre com todas as suas outras imagens – e não teve sua autoria explicitamente atribuída em um ofício, como ocorreu com outros desenhos. Mas a sua circunstância de produção – para complementar três ofícios –, outras marcas internas como caligrafia, morfologia das letras, tais como traçado e ângulo, estilo e propósito, apontadas por alguns autores como critérios válidos para atribuição de autoria,[12] ausência de recursos técnicos, tais como escala, petipé e padrão de escrita dos topônimos, sugerem com eloquência a sua autoria, como será visto na comparação a seguir com uma outra Planta cuja autoria foi atribuída a ele em ofício. Essa primeira Planta, sinalizada com a letra E, reproduzida na Figura 61, pertence ao acervo cartográfico da Biblioteca Nacional e foi um caso de separação de documento pertencente ao acervo do Conselho Ultramarino.

O desenho reproduz a projeção do "Mappa do Certam do Tibagi" feito por Manuel Angelo Figueira de Aguiar, por encomenda do sertanista Angelo Pedros,[13] o que significa que o frade beneditino a conhecia e a usou para subsidiar a confecção deste de sua autoria. Na coleção de mapas do Morgado de Mateus da Biblioteca Nacional há um outro desenho, sem título ou assinatura, em cópia bem conservada que reproduz essas duas projeções. Colocados lado a lado em uma hipotética ordem cronológica, os três desenhos podem ser vistos nas figuras 62, 63 e 64.

Cotejados, os três mapas revelam o caráter instável da imagem cartográfica, que, ao vir ao mundo, é trabalhada e retrabalhada a partir de várias práticas de interferência daqueles que a usam, traduzem, selecionam, copiam.[14] A imagem da Figura 64 não foi intitulada pelo seu autor, mas no tratamento

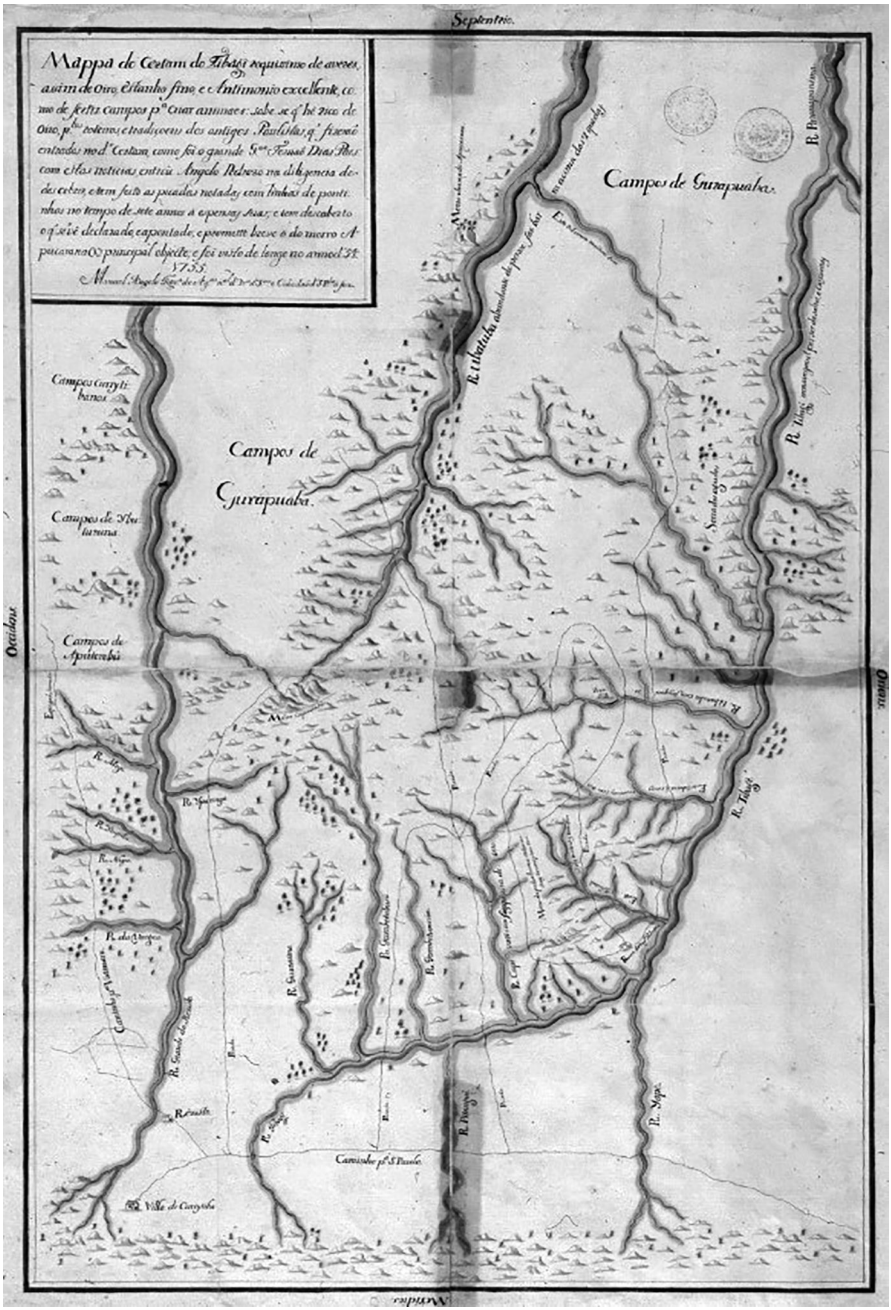
12 Borrego; Souza, 2019, p.274.
13 Picanço; Mesquita, 2011.
14 Kitchin; Dodge, 2007.

Figura 61 – Planta de uma grande parte do sertão do Tibagy que se acha descuberto [17...].



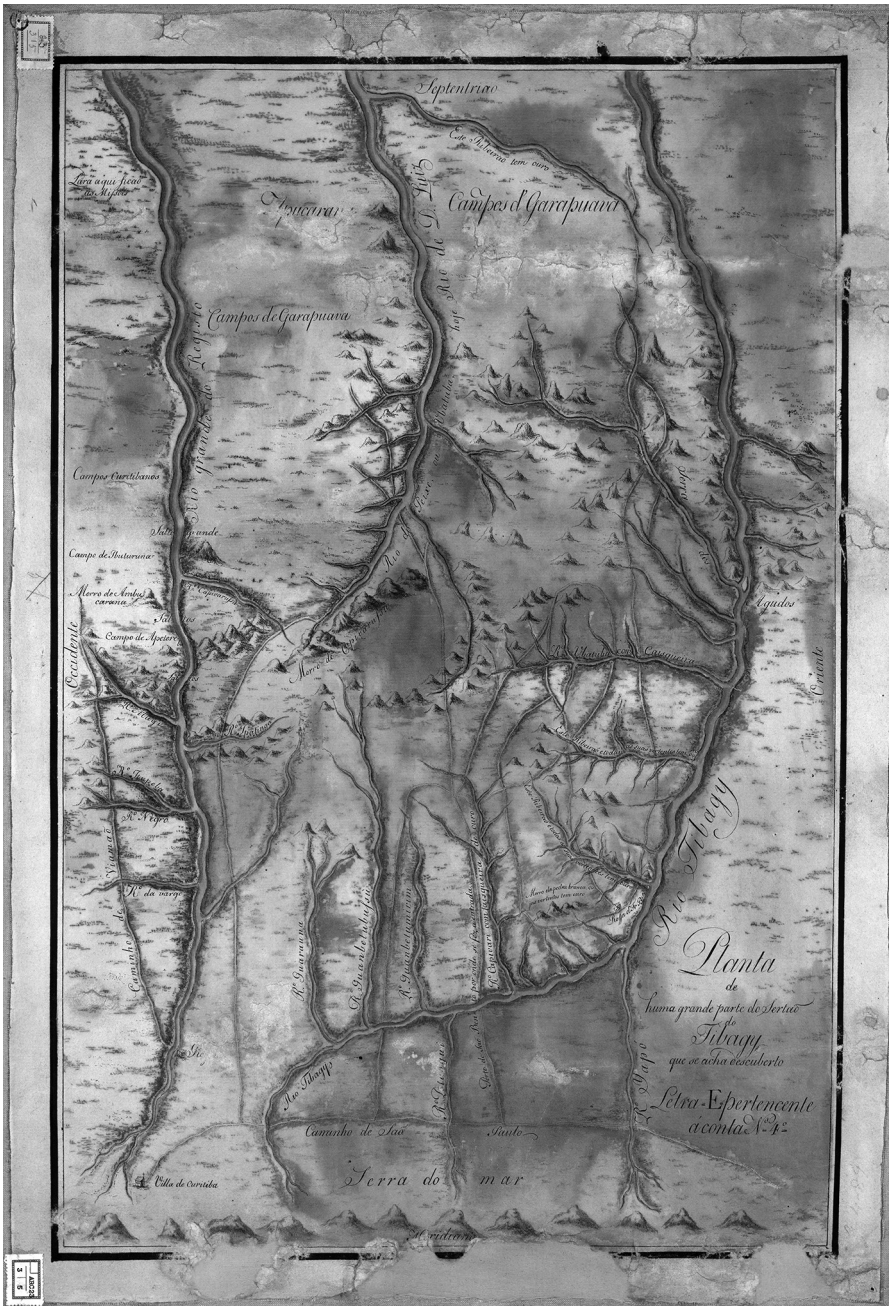

Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

Figura 62 – Aguiar, Manuel Angelo Figueira de. Mappa do certam do Tibagi riquissimo de averes...



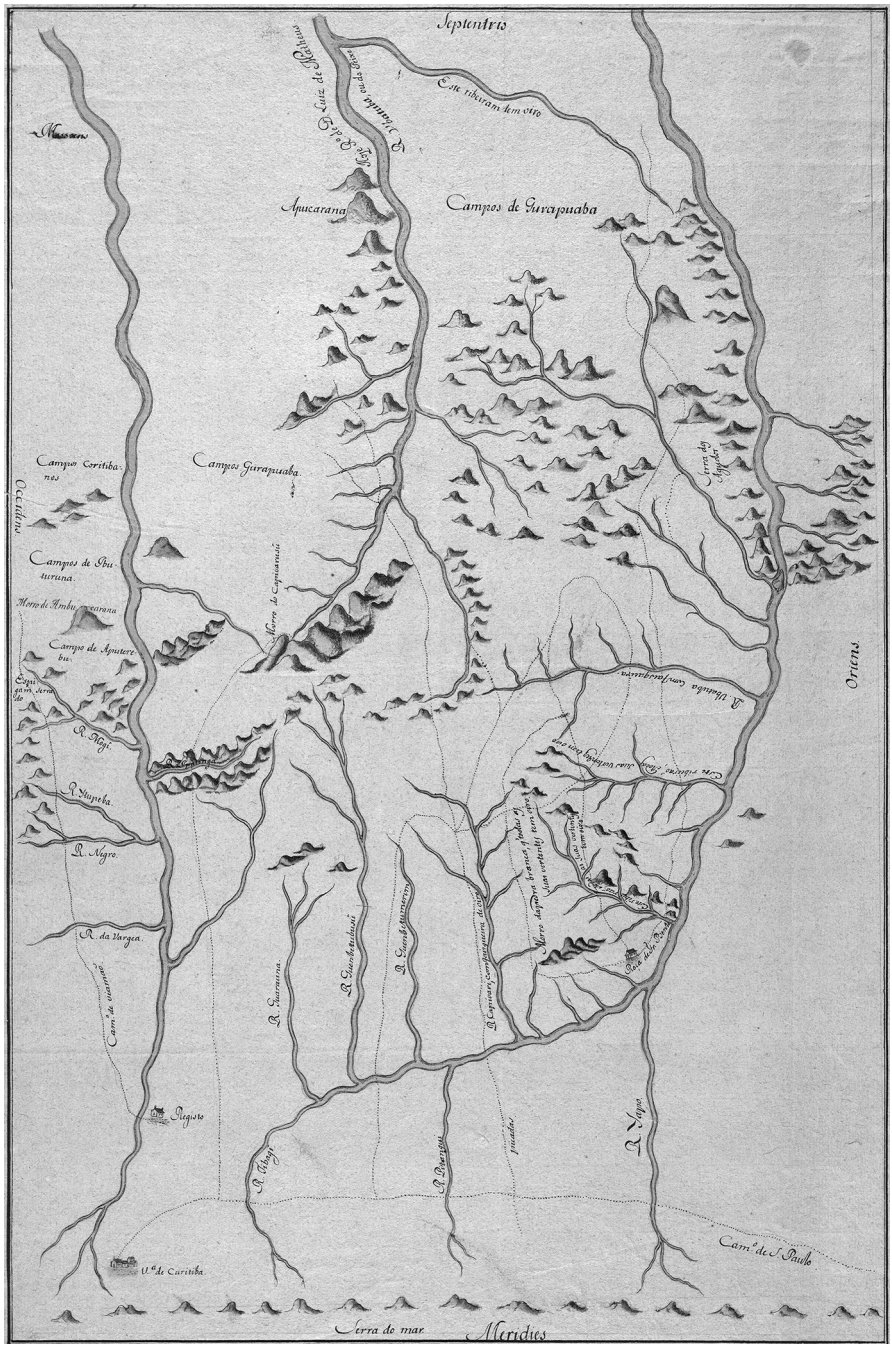

Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm

Figura 63 – Planta de uma grande parte do sertão do Tibagy que se acha descuberto [17...].




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

Figura 64 – Mapa dos Campos de Guarapuava, [17--].




Fonte: BND, CMM, desenhado a nanquim, 58 x 39,8 em f. 63,4 x 47,5 cm, 049, 05,008 n. 07

arquivístico recebeu o título "Mapa dos Campos de Guarapuava", o que significa que lhe foi atribuído um assunto geográfico que pode não ter sido o mesmo atribuído por seu produtor original.

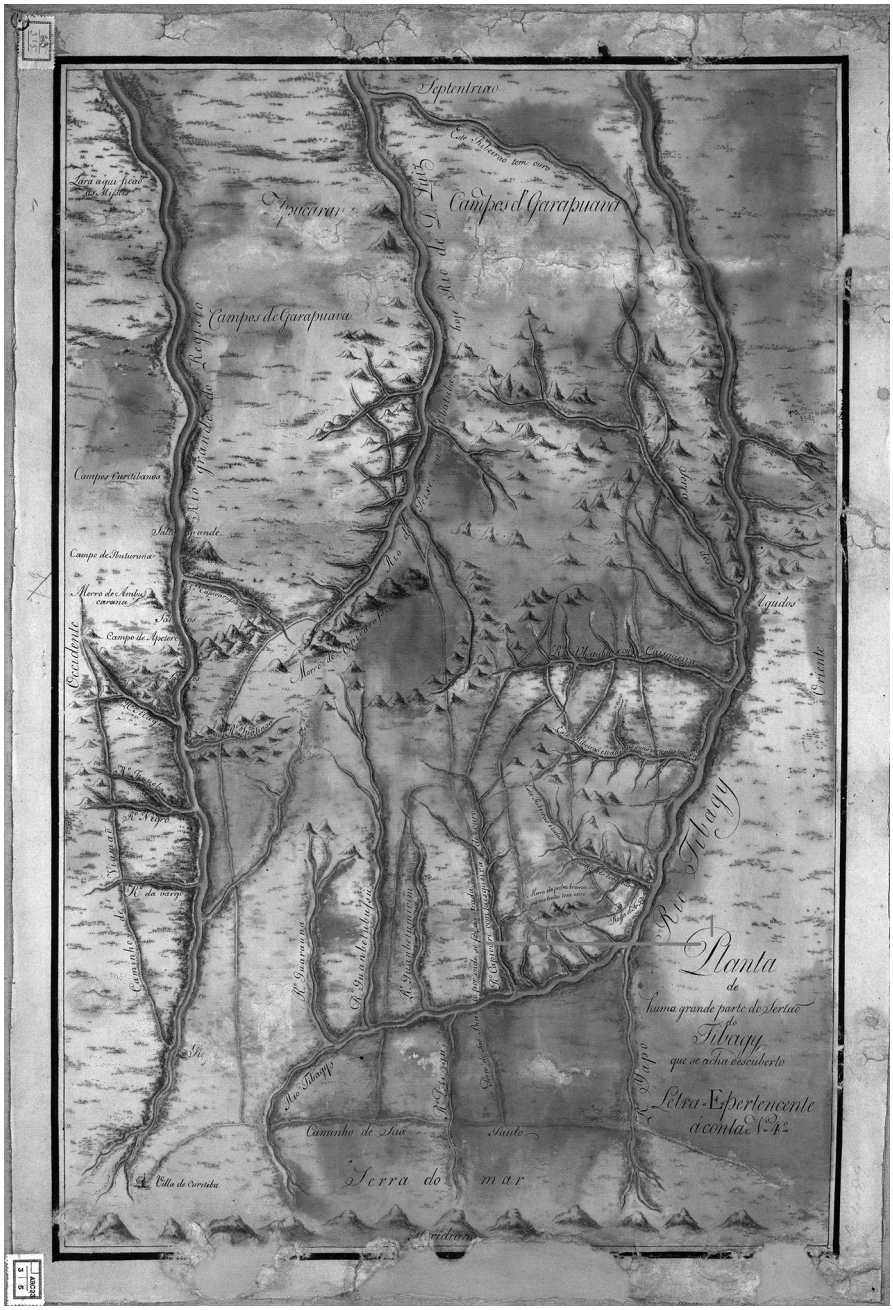
Comparando ainda esse mapa com o da Figura 63, de autoria do padre, observa-se que seu produtor alterou sua mensagem, aproximando-se mais do gênero da imagem da Figura 62, esta explicitamente um desenho de itinerário, evidenciador de um espaço e movimento, trabalhado e percorrido por alguém. Mas, quanto a essa imagem da Figura 64, diferentemente das outras duas, até o momento não é possível saber quem fez o percurso no terreno, pois não foi localizado o provável documento escrito que a complementa.

Todos os objetos cartográficos produzidos pelo frade beneditino – a Planta, um desenho de itinerário, mapas de correnteza de rio e uma carta corográfica – têm a característica comum de fornecerem evidência visual para o Rio D. Luis, um dos pontos da paisagem da região nos quais a primeira e a segunda expedição tiveram mais envolvimento e em especial o próprio padre. As instruções dadas pelo governador ao comandante Ribeiro Baião podem ser visualizadas nessa Planta: deveria seguir do porto de São Bento em direção norte-nordeste até o "Rio que os modernos chamam do Peixe e nos mapas é conhecido com o nome de Ubatuba", posteriormente rebatizado como Rio D. Luis.

Esse rio atingia duas missões: projetar a memória de um governo e a ficção da soberania de um império sobre terras sertanistas e indígenas. A Planta do frade beneditino oferecia aos seus destinatários, os funcionários régios, a imagem de êxito de uma expedição oficial na penetração de um espaço, descobrindo-o e integrando-o à Coroa portuguesa. O título do mapa em destaque, "Planta de uma grande parte do Sertão do Tibagy que se acha descuberto", empregando ainda tamanho maior para as palavras Planta e Tibagy, foi colocado na mesma linha visual da frase "Porto de São Bento por onde se fez a entrada", ou seja, o porto que levava o nome da Ordem à qual o padre pertencia.

Um diferenciador da imagem do padre em relação ao mapa de Angelo Pedroso e à cópia 3 sem título – Figura 64 – é a frase colocada abaixo do seu título: "Letra E pertencente a conta n.4". Se o desenho do sertanista havia sido produzido para endossar suas reivindicações de direitos sobre terras, reproduzido pela pena do padre, ele tornava-se um documento para complementar ofícios na escrita burocrática colonial.

Figura 65 – (1) Título: "Planta de uma grande parte do Sertão do Tibagy que se acha descuberto"; (2) "Porto de São Bento por onde se fez a entrada"




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

As instruções iniciais para as expedições do Tibagi foram dadas em setembro de 1769, e em março do ano seguinte d. Luis as enviou com outros documentos, como cartas de Afonso Botelho, para serem verificadas pelo conde de Oeiras, e essa Planta foi feita para esclarecer o conteúdo de algumas dessas instruções. Como o topônimo Rio D. Luis já estava lançado com destaque visual nessa Planta, porém ainda acompanhado de seu nome antigo – Rio do Peixe – e o padre foi um dos principais responsáveis por alcançá-lo, essa Planta pode ter sido feita exatamente nessa conjuntura da expedição.

Na organização do dossiê de ofícios do qual essa Planta foi retirada, para ser organizada como documento solitário no acervo da Biblioteca Nacional, o arquivista do Conselho Ultramarino teve o cuidado de informar que faltava neste "um mapa que indica com a letra E", deixando assim a pista para a sua localização em outro lugar.[15]

Na página de rosto do dossiê era esclarecido pelo próprio governador: "também verá V. Exca. a cópia das ordens que se passaram para estas três expedições pelos quais compreendera V. Exa a vista do Mapa = Letra E que nesta ocasião remeto, os fins a que se dirigem".[16] Essa mesma Planta ainda possui uma cópia na Mapoteca do Itamaraty e foi descrita e acertadamente intuída por Isa Adonias ter sido feita para acompanhar alguma "relação dando conta das expedições oficiais".[17]

Ao se apropriar da espacialidade de mobilidade e do trabalho do sertanista Angelo Pedroso e traduzi-lo para uma agenda de conquista imperial por meio de novas inserções no desenho, o frade beneditino criava a primeira narrativa visual oficial de penetração não só do território do Tibagi, mas em direção ao extremo sul. Na Planta, o lugar que no mapa do sertanista foi preenchido por um cartucho com uma extensa descrição das suas peregrinações e descobertos auríferos recebeu a frase "Para aqui ficam as missões". Com essa modificação do desenho de Angelo Pedroso, o padre projetava uma ideia de conhecimento das direções internas de um território descoberto e conquistado.

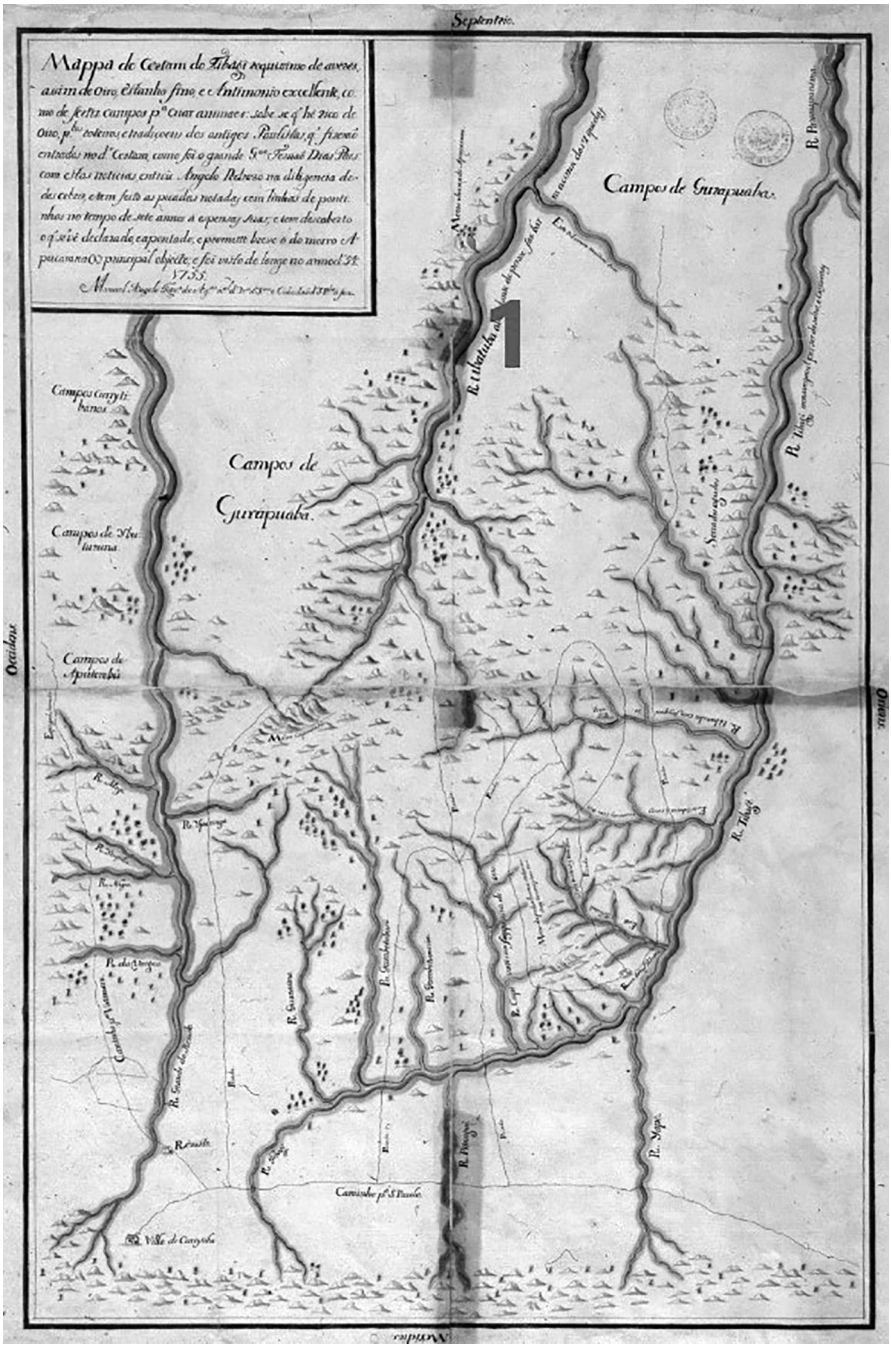
---

15 Ofício n.4 do (governador [...] D. Luis Antonio [...], 1770.

16 Ibidem.

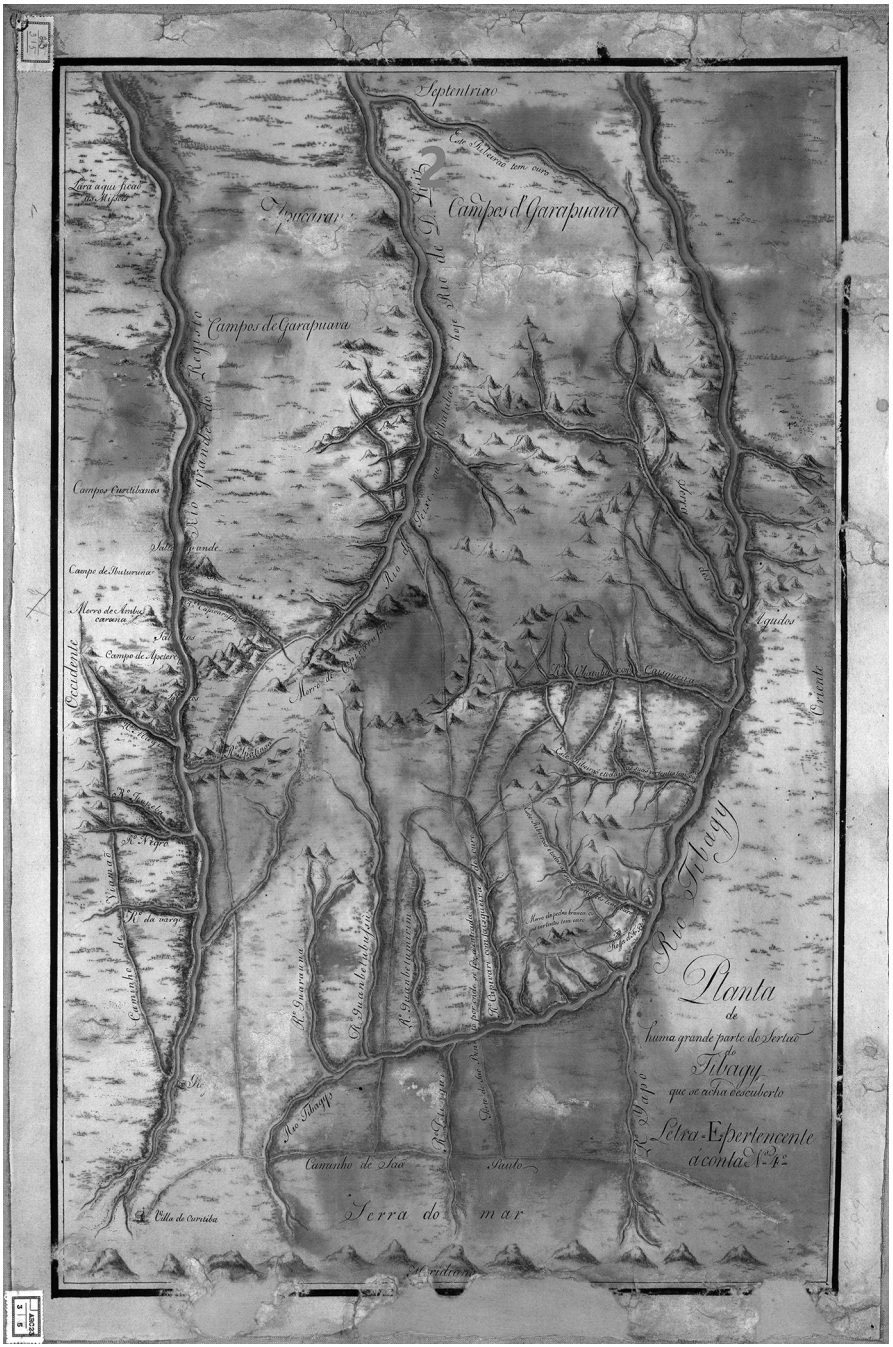
17 Em virtude da epidemia do covid-19, que surgiu quando esta pesquisa estava em fase de finalização, não foi possível consultar a versão física dessa cópia. Observá-la certamente teria trazido mais dados para a pesquisa, pois parte do acervo de mapas das expedições dos sertões do Tibagi é proveniente do espólio do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e esse pode ser o caso da cópia dessa Planta. Adonias, p.511.

Figura 66 – "Rio Ubatuba, abundante de peixe faz barra nas sete quedas"




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm

Figura 67 – "Rio do Peixe ou Ubatuba, hoje Rio de D. Luiz"




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

A imagem de êxito da penetração oficial também era exibida na projeção do mapa, partindo da parte inferior, na Serra do Mar, para a parte superior, onde estavam localizados os Campos de Guarapuava. Mas, se no mapa do sertanista esses campos eram cortados pelo Rio Ubatuba, escritos em negrito e aumentados em relação às palavras da frase na qual estavam inseridos, na Planta o mesmo procedimento foi aplicado em relação à caligrafia do Rio D. Luis.

O Rio Ubatuba traduzido para D. Luis na Planta do padre cortava os Campos de Guarapuava ao meio, terras essas sob a expectativa oficial de conquista, conforme demonstra a correspondência trocada entre os agentes coloniais. Esse rio se tornava um ponto emblemático na produção da ficção imperial de soberania nos sertões do Tibagi, pois de acordo com os diários foi o primeiro pouso para descanso dos soldados, significando o êxito de uma primeira etapa da jornada descobridora. Nas instruções dadas aos soldados, foi determinado que, ao ser alcançado esse rio, um grupo deveria retornar ao porto de São Bento para abrir um caminho no qual cavalos carregados de mantimentos pudessem entrar no território. A abertura de um caminho para o livre ir e vir expressa na narrativa visual e escrita confirmava a descoberta e o domínio desses sertões.

Ubatuba é uma palavra tupi, sendo Ubá canoa e ú'uba, cana de rio, uma gramínea utilizada na confecção de flechas. Essa terminologia era usada pelos antigos e Peixe pelos ditos "modernos", conforme informa a documentação de época. O uso dos três nomes na Planta reforça a projeção de êxito da descoberta e conquista, pois, se antes o rio tinha os nomes Peixe e Ubatuba, após a entrada, ou seja, "hoje", tornava-se D. Luis. A toponímia em uma imagem cartográfica é, portanto, uma ferramenta tanto para desvendar paisagens indígenas como as relações de poder. Um nome ao ser suprimido evidencia o apagamento de outras camadas étnicas e de memória da paisagem, se mantido pode revelar o nível de dependência em relação às suas orientações espaciais, e esse pode ter sido o caso dos sertões do Tibagi.

O destaque visual dado ao nome do Rio Tibagi através da caligrafia aumentada em comparação com outros dois rios que expressavam o poder régio, como o "Rio Grande do Registro" e o "hoje Rio de D. Luiz" sugerem quanto o Império ainda dependia das referências da espacialidade indígena e sertanista para construir a sua ficção geográfica de terras descobertas, tal como nos processos de tradução nos quais o aprendiz, antes de atingir a fluência em um outro idioma, permanece ainda por um tempo dependendo

do seu vocabulário. Tibagi é uma palavra de origem tupi e significa rio do pouso ou da parada, e os sertanistas de São Paulo também nomeavam a região desse modo.

A planta do padre beneditino subsidiada no mapa sertanista sobrepunha outra paisagem sobre a preexistente, com novos lançamentos em toponímia, título, frases. A diferença em relação à sua base de produção também se deu em relação à sua circulação e consumo. A letra E sobreposta à folha e associada a uma conta demarcava a sua condição de documento oficial e evidenciava a sua circulação nas instâncias burocráticas, mas também os seus consumidores: os servidores régios.

Muitos sinais da espacialidade sertanista, entretanto, foram mantidos no desenho, tais como toponímia, as sinalizações dos rios e ribeirões com faisqueiras de ouro, os morros tão decantados pelos sertanistas de São Paulo, tais como o da Pedra Branca, Capivarussu e Apucarana, e o único sinal humano, que, se no mapa do sertanista era a roça de Angelo Pedroso, no do padre era a de "Francisco Bento". Como seu nome era Francisco Antonio e ele era frade do Mosteiro de São Bento, pode-se cogitar a hipótese de referir-se a si próprio.

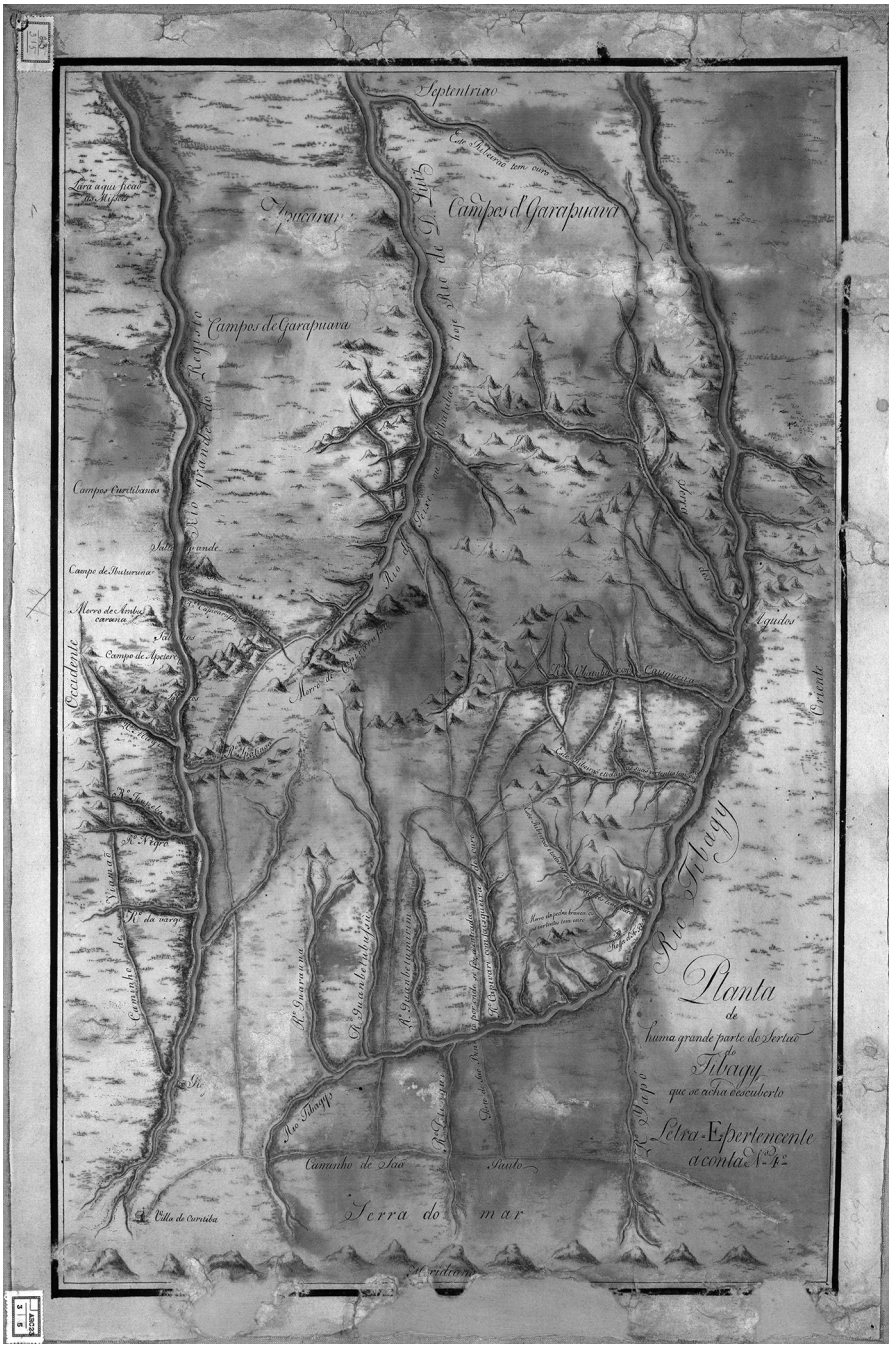
Uma outra diferença marcante entre a Planta e o mapa é o pontilhado, presente em um e ausente em outro. O pontilhado na cartografia expressa o itinerário, o espaço percorrido. Para o padre, o importante era comunicar um espaço já penetrado, conhecido e conquistado, e a projeção de sua entrada do sul a partir de um porto – de São Bento – até o Rio D. Luis fixava visualmente esse argumento.

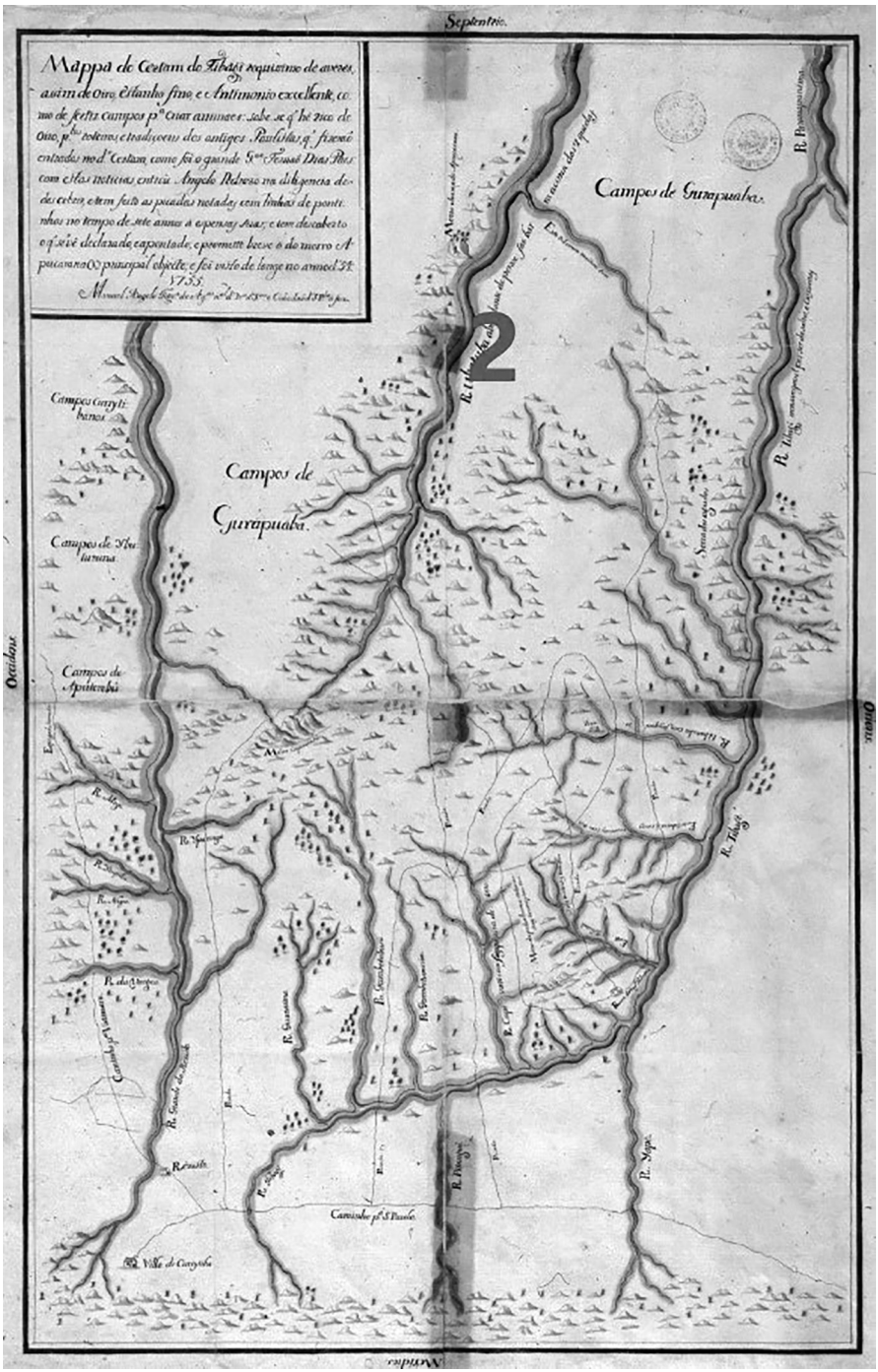
A tradução de um modo cartográfico, ou seja, um desenho de itinerário em uma planta oficial, sugere que a cartografia de Estado nos espaços coloniais pode ser proveniente de modos cartográficos específicos como esses em virtude de uma dependência epistemológica dos agentes coloniais do discurso espacial das populações nativas e mamelucas para construir o seu próprio. Ao alcançar o Rio do Peixe, por exemplo, o padre confessou o reconhecer pelas muitas serranias de sua margem, certamente referindo-se à cordilheira de morros Capivarussu, observado no mapa que levava consigo, possivelmente o de Angelo Filgueira[18] e que subsidiava o seu mapa.

---

18 Notícias da conquista..., p.227-228.

Figuras 68 e 69 – (1) e (2) Morro do Capivarussu


Septentrião
Campos d'Garapuava
Campos de Garapuava
Campos Curitibanos
Campo de Butiarina
Campo de Apucaru
Morro de Apucaru
Morro de Capivarussu
Rio Iguassu
Rio Tibagy
Rio Papagaio
Rio Pequiry
Rio Iporanga
Rio Ribeira
Rio Paranapanema
Rio Paranapanema
Rio Tibagy
Planta
de
huma grande parte do Sertaõ
do
Tibagy
que se acha descuberto
Letra E pertencente
a conta de N.º 4.º
Caminho de Sorocaba
Caminho de Sorocaba
Caminho de Viamão
Caminho de Viamão
Caminho de Sorocaba para Viamão
Caminho de Sorocaba para Viamão
Caminho de Sorocaba para




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color, desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm

Embora a Planta do padre beneditino tenha sido considerada uma mera "repetição sem maiores alterações"[19] do mapa de Angelo Pedroso, sob as lentes da cartografia crítica são identificadas muitas diferenças. Tanto seus processos de produção como de circulação e uso foram diferentes. Como a espacialidade representada em um mapa é prática e memória, e não um layout predeterminado segundo padrões e técnicas de agrimensura, esses desenhos traziam discursos espaciais opostos.

O discurso espacial do frade era o do território descoberto pelas forças institucionais do Império. Como contratado para uma expedição oficial, o padre deveria seguir com as duas primeiras expedições, comandadas respectivamente por José Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira. Uma terceira expedição foi liderada por Bruno da Costa Filgueira. Essas três expedições eram complementares, organizadas sequencialmente e tinham como objetivo atingir a barra do Rio do Registro com o Rio Paraná, mas deviam seguir uma direção específica, a norte-nordeste, ao longo de vias fluviais e terrestres, em vez de seguir pelo próprio Rio do Registro, ainda de percurso desconhecido em toda a sua extensão.

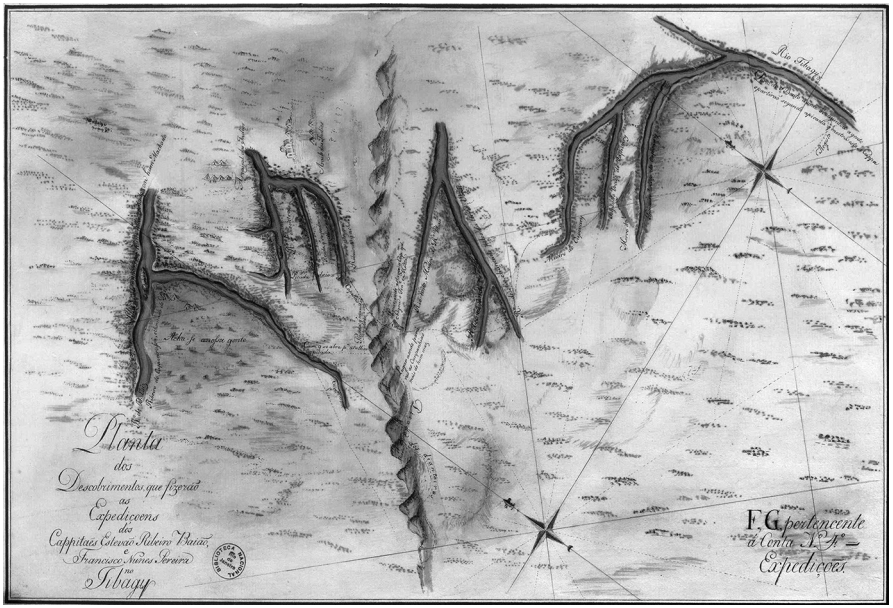
Seguindo nessa direção norte-nordeste, seria alcançado o Rio D. Luis, com entrada no Rio Paraná, e este levaria à foz do Iguaçu. Havia, portanto, um viés político e de memória de governo dessa direção, pois dava ao rio que estampava o nome do governador o *status* de via de acesso para a fronteira fluvial disputada entre as duas Coroas ibéricas. Em termos geoestratégicos, alcançar a barra do Rio D. Luis com o Paraná abria também caminho para o Centro-Oeste, na direção do Rio Iguatemi, e fechava o acesso ao sertão do Rio Tibagi em duas direções: a nordeste na direção do Mato Grosso e ao sul pelo Rio Iguaçu na direção das províncias castelhanas platinas.

Na Planta do frade salta aos olhos a sua dependência da espacialidade indígena ao conservar a maior parte de sua toponímia sem qualquer alteração, como rios Guarauna, Rio Guanbetumirim, Rio Capivary, Rio Yapó, Rio Ubatuba, Campo de Ubuturuna, Morro de Ambucarana, Campo de Apeterubu, entre outros. A projeção do desenho, embora fosse direcionado para o rio com o nome do governador, tinha como um de seus substratos anunciados apenas nos diários do frade "alcançar os gentios".

---

19 Picanço; Mesquita, 2012.

Figura 70 – Planta dos Descobrimentos que fizeram as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy.




Fonte: BN, Rio de Janeiro, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 x 46,4 cm em f. 34,8 x 51,7 cm

O que o desenho omitia em imagem figurativa o diário evidenciava por escrito, daí a importância da leitura em conjunto desses documentos. De fato, como visto em capítulo anterior, nessas entradas um capitão levava mimos para entregar aos índios e com isso criar um ambiente relacional favorável ao encontro com caciques. Um outro desenho, do gênero itinerário, também foi feito pelo padre no calor das expedições e sugere uma visão microscópica de como foi atingido o Rio Ubatuba vertido para D. Luis.

Esse gênero de imagem cartográfica evidencia de modo mais consistente a etnopaisagem e esse outro objetivo do mapeamento dos sertões do Tibagi de atingir o local onde viviam os índios. O desenho de itinerário pode ter sido um "modo cartográfico"[20] operador da transição para os mapas oficiais nos espaços coloniais. Intermediários coloniais, tais como missionários e sertanistas, foram seus produtores originais, mas os agentes coloniais em ações de mapeamento oficiais dependeram de seus traçados e informações

20 Para o conceito de modo cartográfico, cf. Edney, 1993.

topográficas visuais para projetar a ficção geográfica do Império. Por serem feitos baseados na experiência de terreno percorrido, esses desenhos tinham relação direta com a camada étnica do espaço.

Um desenho de itinerário saído das mãos de um agente colonial a serviço do Império estampa pelos menos três camadas de discurso espacial: o oficial da descoberta, o étnico e o da disputa entre atores sociais envolvidos no mapeamento. Assim ocorre com o desenho na Figura 70 usado para esclarecer os ofícios F, G.

Uma carta de Afonso Botelho encaminhava esse desenho para d. Luis – posteriormente reencaminhado para o conde de Oeiras – e no ofício sinalizado com a letra F a autoria do padre foi explicitamente atribuída: "vae este mapa que veio de dentro feito pelo frade que tem andado alguma coisa desgostosa por não seguirem uma picada que hia abrindo, mas me dizem as companhias que se seguirem iam logo dar ao Rio Tibagi".[21]

A comparação da caligrafia dessa Planta sinalizada com as letras F, G e de autoria do padre por confirmação em ofício sugere com eloquência que a planta na Figura 61, sinalizada com a letra E, foi mesmo de sua autoria.

## Traçado, ângulo e morfologia das letras

Embora ambos os desenhos tenham sido denominados Planta pelo seu autor, um tipo de projeção cartográfica que detalha informações topográficas de um determinado terreno com o objetivo de planejar uma demarcação, ocupação ou edificação, sua principal característica era de desenho de itinerário, por conter a narrativa visual de uma experiência de percorrer um dado terreno através do emprego do pontilhado. Esse desenho de itinerário sinalizado com as letras F, G possui outras duas cópias: uma depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty e outra na Coleção de D. Luis. A cópia existente no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tal como a Planta sinalizada com a letra E (na Figura 61), foi feita com tinta ferrogálica e ambas foram separadas dos seus documentos escritos, estes depositados no Arquivo Histórico Ultramarino.

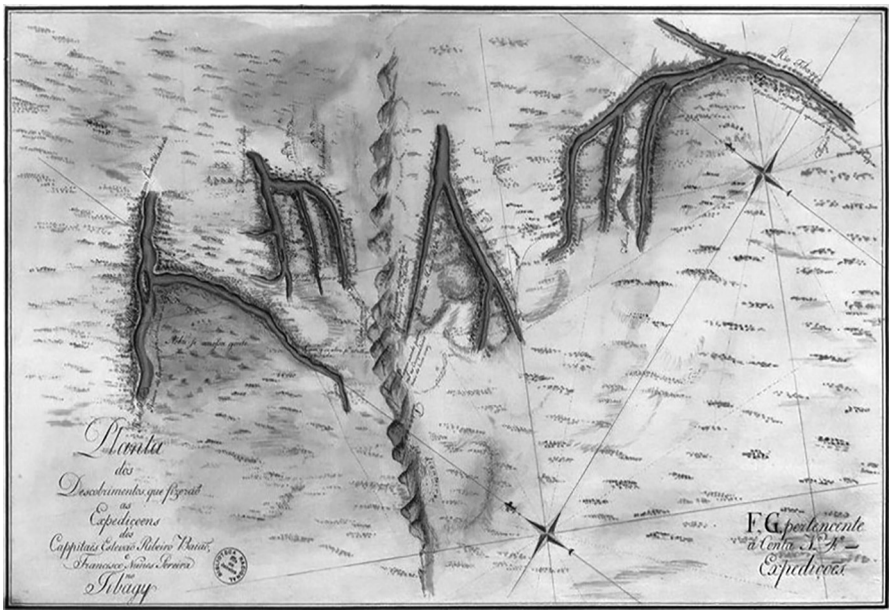
21 Ofício n.4 do (governador [...] D. Luis Antonio [...], 1770.

Figura 71 – Recortes feitos em Planta de uma grande parte do sertão do Tibagy que se acha descuberto [17...]; Planta dos Descobrimentos que fizeram as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy

Fonte: BN, Rio de Janeiro, desenho a tinta nanquim; 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC.023,03,005; BND, Mapa, português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrog.lica, 29,2 x 46,4 cm em f. 34,8 x 51,7 cm

A cópia do acervo Morgado de Mateus, da Biblioteca Nacional, foi feita a nanquim, não contém a sinalização em letras e, portanto, não foi usada na comunicação burocrática do governo. Seu destino foi outro: foi usada em atlas confeccionado pelo próprio d. Luis para homenagear o conde de Bobadella. A cópia da Mapoteca do Itamaraty não pôde ser consultada[22] e sua autoria foi equivocadamente atribuída a José Custódio de Sá e Faria sob o argumento da semelhança do traçado, colorido e letra.[23] Lado a lado, as duas cópias da Biblioteca Nacional são reproduzidas nas figuras 72 e 73.

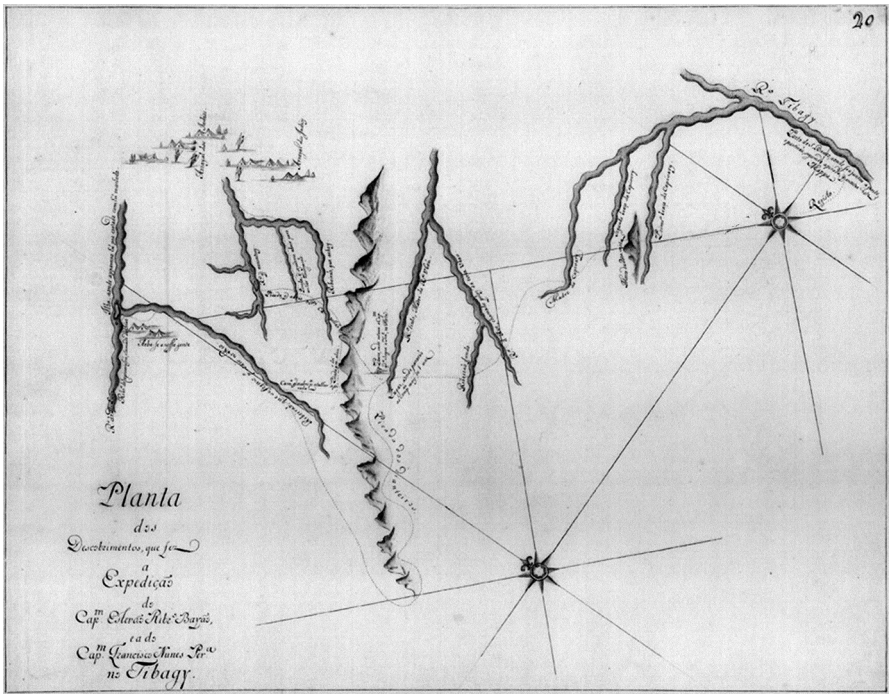
Figura 72 – Planta dos Descobrimentos que fizeram as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy




Fonte: BND, Mapa, português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 x 46,4 cm em f. 34,8 x 51,7 cm

22 A pandemia de covid-19 impediu essa verificação.
23 Adonias, p.513.

Figura 73 – Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do capitão Estevão Ribeiro Bayão e a do Capitão Francisco Nunes Pereira do Tibagi. In: Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portugueza [Cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay, [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.)




Fonte: BND, CMM, col., desenhado a nanquim; 42 x 49,5 cm

A caligrafia é sugestiva de autorias distintas desses desenhos e de também ter havido discreta modificação no título. O desenho de autoria do padre empregou a terceira pessoa do plural para falar das expedições – "as expedições dos" –, o autor da cópia optou por individualizá-la na terceira pessoa do singular – "que fez a expedição do Capm [...] e a do Capm", como se vê na Figura 74.

## Traçado, ângulo e morfologia das letras

Figura 74

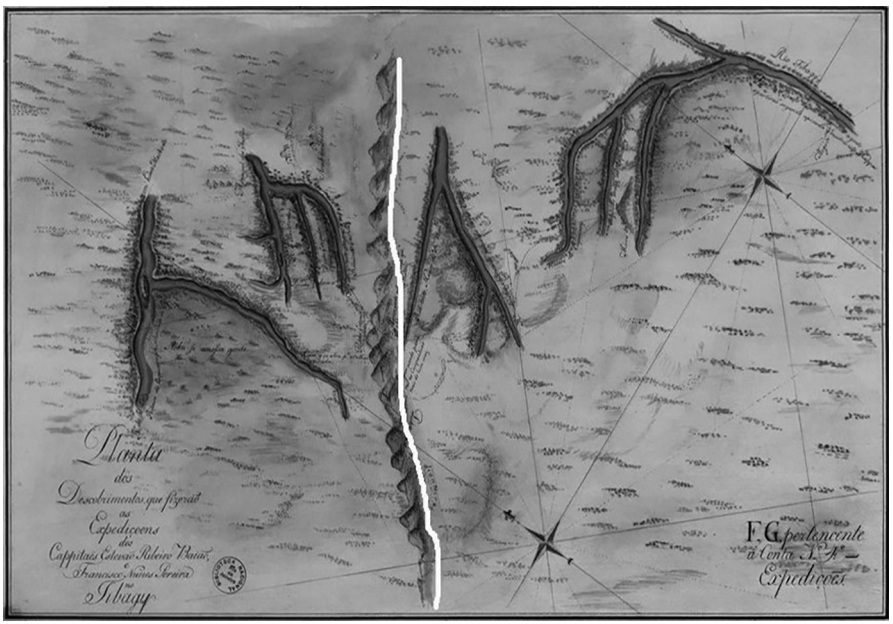
Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 X 46,4 cm em f. 34,8 X 51,7 cm e BND, CMM, col., desenhado a nanquim; 42 x 49,5 cm

A Planta original e de autoria do padre em seu contexto de produção, circulação e uso continha os "múltiplos propósitos" de um cartógrafo:[24] o predominante, de um funcionário de expedição contratado pelo governador d. Luis, e o subjacente, relacionado à busca do padre de alcançar reconhecimento do seu saber sobre a geografia local junto às autoridades coloniais.

A projeção do desenho foi feita de leste a oeste, a partir do Rio Tibagi, o principal marcador espacial da região a ser mapeada, acompanhado da frase "Porto de São Bento aonde se ajuntou a gente e partirão segundo a picada que mostra este mapa", seguido de um pontilhado que se estendia para oeste e possuía uma rosa dos ventos logo no seu início. Esse pontilhado, contudo,

24 Harley, 1968.

Figura 75 – Destaque para a cordilheira. Planta dos Descobrimentos que fizeram as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy com sinalização do ponto de discórdia entre o padre e os soldados




Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 X 46,4 cm em f. 34,8 X 51,7 cm e BND, CMM, col., desenhado a nanquim; 42 x 49,5 cm

era interceptado por uma extensa cordilheira norte-sul e a partir dela esse mesmo pontilhado prosseguia em direções opostas, mas cujo destino foi o mesmo: o Rio D. Luis.

Essa cordilheira cortando o desenho de itinerário ao meio, ao ser lida com as cartas do padre e os ofícios trocados entre d. Luis e Afonso Botelho, evidencia as contradições sociais do mapeamento no terreno, algo muitas vezes escondido pela falsa aparência de território controlado transmitida por um mapa. Em carta a Afonso Botelho, o padre havia informado sobre a sua oposição à direção sul-sudoeste proposta pelos soldados, quando sua opinião era a de seguir oeste-noroeste.[25]

25 Cópia de uma carta e diário que o Pdr Francisco Antonio de Santa Theresa Monge Beneditino escreveu ao Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio... feita pelo original que com outros

Embora os soldados fossem "homens sertanejos e caçadores",[26] o padre comunicava diretamente de forma oral com a língua – a indígena intérprete – que seguia na dianteira da expedição, obtendo informações geográficas em primeira mão. Na sua opinião, o caminho proposto pelos soldados era mais extenso em relação ao sugerido por ele, que concluiu em uma carta escrita a Afonso Botelho: "porém ultimamente poderá dizer o que quiser, vendo que enquanto não largou o rumo do Sul, e sudueste não se fez cousa algua, ainda que neste convencimento mais obraram as teimas do Mota, que outra razão algua".[27]

A cartografia praticada pelo frei Francisco Antonio o fazia valorizar as serras, montes e montanhas como orientação geográfica, pois estes eram um dos principais componentes da paisagem jê, como visto anteriormente, e onde ocorria a relação dos vivos com os mortos, através da construção dos monumentos funerários e cremação dos mortos. Esses acidentes geográficos eram pronunciados em todos os seus mapas, tal como no do sertanista Angelo Pedroso.

Embora os soldados opositores das sugestões do padre insistissem não haver rio algum próximo da serra, este retrucava não ser o visto pelos seus "olhos", deixando uma dúvida no ar se seria uma evocação à língua – a intérprete –, com a qual caminhava lado a lado. Da direção norte emanavam as fumaças de índios, como concluiu em seu diário, e em sua opinião deveriam seguir esse "negrume" vindo da chapada. Mas, como mostra o pontilhado no desenho de itinerário com as letras F, G, os soldados prosseguiram na abertura de caminho a sul da cordilheira, levando o padre a retrucar que eles "paravam para abrir caminho que lhe concedessem faculdade para acabar a diligência".[28]

---

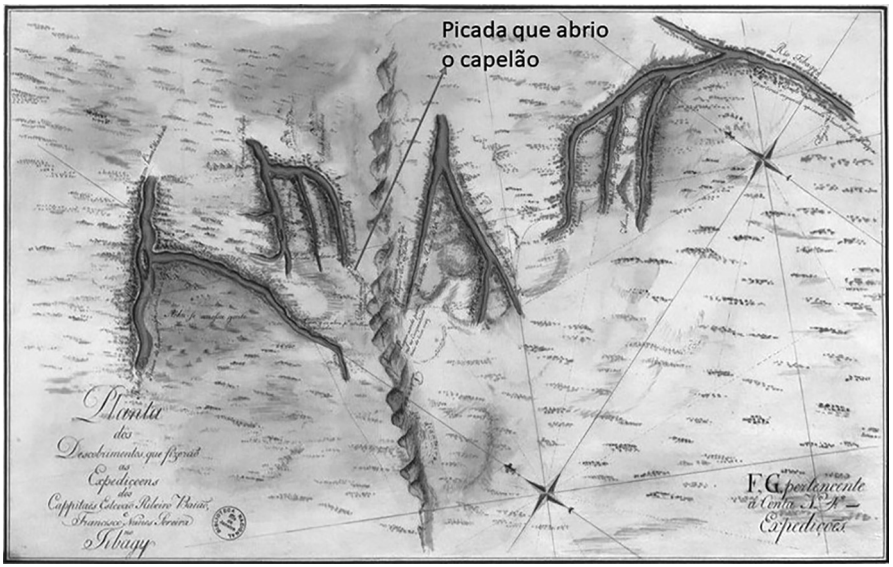
documentos também originais me mostrou esse cavalheiro a fim de se escrever a história dessa capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo, in Notícias da conquista..., p.228-229.

26 Relação das Cartas de Serviço do Governador....

27 Cópia de uma carta e diário...

28 Bandeira do Autor: motivos que a teve para fazer, in Notícias da conquista..., p.239.

Figura 76




Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 X 46,4 cm em f. 34,8 X 51,7 cm e BND, CMM, col., desenho a nanquim; 42 x 49,5 cm

Seus argumentos foram em vão. A histórica fricção entre a farda e o letrado nas histórias coloniais foi exposta na fala dos soldados ao considerarem ser "vergonha seguir um frade", e este retrucou que "talvez estivesse a expedição com outro adiantamento se fizessem o que o frade dizia".[29] Tal discordância levou o padre a formar a sua própria bandeira, visualmente narrada no ponto de ruptura do mapa, no qual foi colocada a frase sobre um pontilhado: "picada que abriu o capelão" e justificada em seu diário com um texto intitulado: "Bandeira do autor: motivos que a teve para fazer".

Nesse texto, o padre explicou:

> vendo eu a perplexidade, em que se achava o capitão, e confusão, em que se achava a tropa, fui ter com o capitão e disse-lhe que estando deste modo a expedição, estava em risco de perder-se, e que visto isto, lhe rogava, me desse 6 camaradas à minha eleição, que eu queria tomar a minha conta ir ver modos, e caminhos para chegarmos **ao rio** [D. Luis?] [...].[30]

29 Ibidem, p.191.
30 Ibidem.

As informações dos antigos também o faziam definir os rumos a serem seguidos, pois, como observou:

> além disto me constava, que os antigos sempre fogiram de entrar para esta parte pelo rumo do sul tanto porque por ali era impenetrável o sertão para estas partes, como tínhamos experimentando no pouco, que para este rumo tínhamos andado, como porque já estávamos em parte, por donde podendo penetrar com mais brevidade o sertão.[31]

Conciliando o conhecimento da paisagem jê com os saberes dos antigos sertanistas, o padre construía a sua cartografia, posteriormente subsidiadora dos trabalhos de um engenheiro militar encarregado de inventar a ficção imperial de um território vazio conquistado por soldados independentes em suas decisões.

Repetindo a tradição das monarquias católicas coloniais de se equilibrarem entre as autoridades, interesses e conhecimentos de colonos e religiosos, o frade beneditino encontrou tanto proteção como oposição dissimulada entre as autoridades régias principais da capitania. Em carta ao capitão Francisco Nunes Pereira, um dos comandantes da expedição, Afonso Botelho sugeriu serem feitos os dois caminhos, pois ambos iriam dar no mesmo lugar, para em seguida repreender o mesmo capitão em relação às queixas do frade, ao mesmo tempo que enviava uma carta para este, lisonjeando-o por ter-se "empenhado nessa diligência para o bom acerto do que se pretende" e reconhecendo que a expedição poderia ter sido concluída precocemente se seu comandante tivesse a mesma prontidão do padre.[32]

Essa dependência das autoridades coloniais em relação aos agentes sociais como o frade beneditino pode ser medida pelo rol de testemunhas em seu favor em um Auto de Justificação realizado na vila de Itu. Seus depoimentos, dirigidos por perguntas levantadas pelo juiz ordinário da mesma vila, tanto endossavam a ficção imperial em construção na vasta extensão da capitania de São Paulo como validavam a reputação sertanista, mapeadora e cartográfica do padre.[33]

---

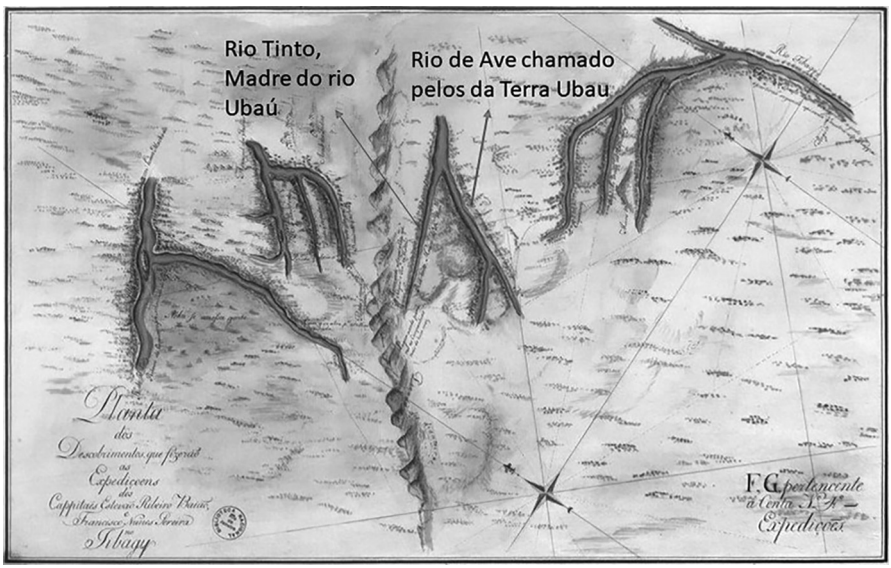
31 Bandeira do autor: motivos que teve para a fazer, in Notícias da conquista..., p.189.

32 Expedição que sae deste Porto de N. Sa, in Notícias da conquista..., p. 132-137.

33 Inquirições de testemunhas por ordem de D. Luís António, um acerca do religioso Frei António de Santa Teresa, pedindo "justificação autêntica". Fundação Casa de Mateus, Vila Real, Subsecção 6.02/GSP/01.01G. 1040.15 G. 1158.3, 1770/11/08-1770/12/20).

Parte dos membros das duas primeiras expedições foram chamados pelo juiz para responder a duas principais perguntas: como o padre beneditino entrara nas duas bandeiras e o que havia feito e descoberto. As respostas foram unânimes em reconhecer a contratação oficial do frade para participar como capelão das expedições, e ter descoberto e renomeado rios como o D. Luis, Ave e Tinto e os ter lançados em seus mapas, ter aberto caminhos e portos fluviais, e estimado as distâncias em léguas dos sertões percorridos. O Rio da Ave era um braço do principal, o Rio Tinto, mas ambos eram chamados de Ubau pelos da terra, e o padre conservou essa toponímia, demonstrando o quanto o mapeamento do interior e a cartografia oficial dependiam da paisagem indígena ou mameluca. Em seu depoimento, o padre disse ter tido "instrumento suficiente ocularmente visto para formar Mappa que remetera", confirmando a sua autoria dos mapas enviados de dentro do mato.

Figura 77 – Planta dos Descobrimentos que fizeream as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy com sinalização do ponto de discórdia entre o padre e os soldados, BND, Mapa, português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 x 46,4 cm em f. 34,8 x 51,7




Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 X 46,4 cm em f. 34,8 X 51,7 cm e BND, CMM, col., desenho a nanquim; 42 x 49,5 cm

Os depoimentos certificavam ainda uma navegação do padre subjacentemente validadora do estatuto de descoberta dos sertões fluviais do Tibagi pela Coroa portuguesa. Esta era a seguinte: após descer o Rio D. Luis, o padre atingiu o Rio Grande do Registro, voltou ao Rio Paraná, foi à Praça do Iguatemi, subiu pelo Tietê até a cidade de São Paulo e entrou novamente no sertão do Tibagi, gastando um ano e meio nesse "círculo", como confirmava ele próprio, "ficando assim reconhecido aquele sertão e descoberta a comunicação por aquela parte para a praça do Iguatemi".[34]

A confiança devotada ao padre por d. Luis foi expressa em uma carta quando de sua conclusão desse círculo geográfico de conquista, na qual demonstrava seu "grande gosto" por essa sua "meia volta ao mundo e deixar averiguados os recônditos arcanos do Tibagi".[35] Esse círculo foi visualmente narrado em uma carta corográfica que parece ser o último desenho feito pelo padre beneditino.

Embora a fama de criação dos mapas dos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava tenha pesado em favor de José Custódio de Sá e Faria, foi o padre beneditino que não somente o percorreu como forneceu as suas direções a serem seguidas, onde povoar, onde não havia condições para tanto, os locais das antigas povoações destruídas pelos sertanistas, os rios a serem seguidos.

Suas intuições e conselhos continham muitas coincidências com elementos da cosmovisão e paisagem jê, como a valorização das serras e montanhas, nas suas observações e desenhos, mas também em conclusões tiradas dos acidentes geográficos. Em cartas o comandante-geral das expedições pedia "notícias do sertão, para determinar o que fosse mais conveniente",[36] e estas mal eram percebidas em seus resíduos etnográficos. Assim, a logística dos projetos de mapeamento oficiais de uma região não eram meras formulações "de cima para baixo".

Se as autoridades tinham a expectativa de ocupar as margens do Rio Iguaçu, a principal estrada fluvial a ligar Curitiba ao Rio Paraná, o frade era de opinião contrária, pois na barra do Iguaçu havia paredões onde não seria

34 Ibidem.

35 Correspondencia de D. Luis Antonio de Sousa para o Frei Antonio de Santa Thereza, 19 de outubro de 1770. *DIs*, S. Paulo, Typographia da Casa "Ao Mercurio", v.6, 1894, p.124.

36 Bandeiras do autor..., in Notícias da conquista..., p.239-244.

possível instalar porto. Concluía ele por esse dado que os espanhóis nunca haviam habitado essa barra, exceto em duas povoações destruídas pelos sertanistas, Cidade Real e Vila Rica, porque as havia visto assinaladas em um mapa de Sebastián Medrano.[37]

A infertilidade dessa barra também era associada por ele à incapacidade para desenvolver comércio, devido à sua distância: "faltarão os gêneros que sendo trazidos de fora, se poderão mui facilmente [...] vender antes de lá chegar [...] pelo que com isto faltará o comércio, e assim jamais poderá crescer, antes se no irá a menos, até que se deixe o lugar, que nem em si, nem de fora terá gêneros para o comércio".[38] Do ponto de vista da formação geológica, o padre acrescentava:

> a isto acresce também, que as mais do Paraná, que ficam debaixo do Salto do Goiará, ou Sete Quedas, são duas altíssimas paredes, o que faz que se não possa descer ao rio, para se navegar, o que faz com que não se possa ter surgidouro para a embarcações e com tal circunstância, que ainda que o houvesse, não era de serviço algum, porque nesta parte é totalmente inavegável o Paraná até 20 léguas abaixo.[39]

As regiões de paredões na direção oeste da mata eram na cosmovisão geográfica e na territorialidade jê o domínio Nugme, onde viviam os espíritos ruins. O etnólogo Curt Nimuendajú foi o primeiro a identificar esse nível subterrâneo no território xamânico dos kaingang do Rio Ivaí e, posteriormente, na década de 1990, outros etnólogos concluíram ficarem confinados nesses locais os espíritos dos vivos. Segundo essa cosmovisão, a pessoa muito doente podia perder temporariamente seu espírito para o Nugme e mesmo morrer nesse domínio, caso ficasse presa.[40] As opiniões do padre beneditino e dos indígenas, portanto, coincidiam em relação às formações geológicas de paredões na região, e era com base nos dizeres do padre que as autoridades coloniais decidiam a direção mais conveniente a seguir e onde era forjada a ficção de um império conquistador.

---

37 Ibidem.
38 Ibidem.
39 Ibidem.
40 Rosa, 2005b, p.159-162.

O padre também fazia ilações baseadas no fracassado Tratado de Madri e reconhecia que "toda esta expedição [era] dirigida a conseguir a demarcação principiada no anno de...". Esse pontilhado colocado por ele próprio em seu texto mostra seu desconhecimento em relação à data dessas demarcações e ele tinha a percepção da necessidade de sua continuidade. A conjuntura de assinatura do Tratado de Madri, favorecida pelo casamento da rainha portuguesa Bárbara e o monarca espanhol d. Fernando de Espanha, garantiu à Coroa portuguesa uma margem de manobra para ganharem tempo e se organizarem para superar a limitada experiência de terreno e produzirem documentos visuais capazes de subsidiar uma demarcação definitiva com os espanhóis.

Como prosseguia o padre em suas especulações, a demarcação havia sido principiada "pela povoação do Guatimi, com o que ainda não está completo o tratado de Limites, que por esta parte se assignou, e era o rio Jarenhi ou Ypecú, o qual é o último que está sobre o salto do Guairú pela parte oriental, e sendo este último assim justo/ se convier/ se fosse povoar este rio".[41]

Suas ilações eram baseadas em conhecimentos do contexto dos trabalhos das demarcações, sugerindo ser alguém envolvido com as questões da geopolítica ibérica, e esse dado pode ter contribuído para a sua boa reputação junto às autoridades régias da capitania. Conforme suas palavras: "Não há dúvida que a causa porque não chegou a esse Rio o nosso comissário foi por dizerem os castelhanos, que o tal Rio não era navegável por pequeno, como se por isto deixasse de ser Rio. Com esta frívola razão, e por esta causa, ouvi dizer, ou chamar por alguns o Rio Encuberto".[42]

E, para expressar sua rivalidade com os jesuítas, o padre beneditino explicou a artimanha dos castelhanos pela astúcia destes: "isto fizeram os Hespanhois induzidos pelos Jesuítas, que das cabeceiras do dito rio tiravão grandes interesses pela factura das ervas", por isto, ou seja, pela má fé dos jesuítas, como dá a entender sua explicação, "poderemos responder, que suposto lá não fosse o nosso comissário com tudo não por isso deixou, ou demitiu o direito, que tínhamos pelo Tratado ao tal Rio."

41 Carta do mesmo padre..., in Notícias da conquista..., p.247. Certamente o padre referia-se aos rios Yapeu ou Guarey, estes sim sobre o salto do Guairá.

42 Ibidem, p.247.

Na sua opinião o comissário não quis questionar esse caso porque, "conhecendo os P. P Jesuítas se opunhão, também não haviam de querer ceder os espanhóis, que talvez então temessem e respeitassem mais aos Pes. que ao rei nesta materia".[43] Contudo, a Companhia de Jesus havia sido expulsa da América e, segundo ele, "os Monarcas livres dos perturbadores das negociações de seus gabinetes" e, portanto, a Coroa portuguesa poderia prosseguir na estratégia de manter o Império pela dissimulação, pois o rio contestado poderia ser ocupado, "fortificando-se no dito Rio hú lugar cômodo se poderá conseguir sua subsistência com dissimulação".[44]

A decisão da terceira à quinta expedição foi descer pelo Rio Iguaçu, e a importância mesma desse rio na geopolítica local foi expressa no seguinte conselho do padre: "com esta povoação teremos [...] fechado e defendido o sertão do Iguaçu, pois pelo dito rio hé que hoje poderão descer os Hespanhóis, para hirem ver o tal sertão".[45]

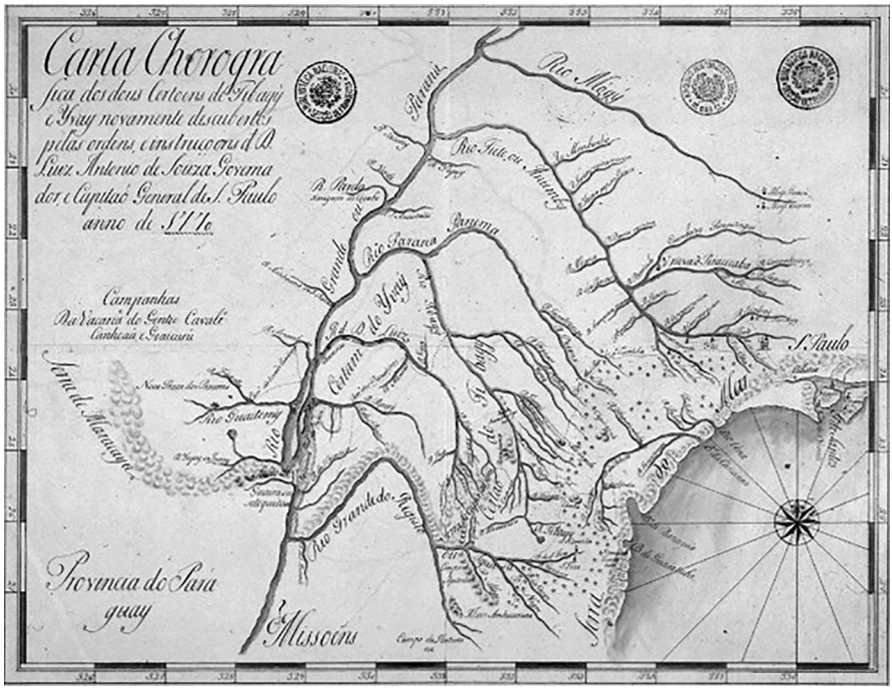
## O giro geográfico de um padre e a invenção de um sertão recentemente descoberto

A conclusão da narrativa visual que inventou um sertão conquistado pelos portugueses sobre território e paisagens jê deu-se com a imagem cartográfica intitulada "Carta Chorografica dos dous Certoens do Tibagy e Yvay novamente descobertos pelas ordens e instruções de D. Luis Antonio de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo anno de 1770", consagradora do nome do governador d. Luis. A imagem completava outros produtos visuais e narrativos elaborados pelo beneditino para fixar a memória desse governador na história da capitania de São Paulo. A palavra "novamente" tinha o significado de "recentemente", como explica Raphael Bluteau em seu dicionário.

A imagem da Figura 78 é um manuscrito a meio caminho entre técnica, por conter medidas de latitude/longitude e ter sido intitulada como um gênero reconhecido pelos padrões da cartografia científica, inclusive

43 Ibidem.
44 Ibidem, p.248.
45 Ibidem.

Figura 78 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay novamente descobertos pelas ordens e instruções de D. Luis Antonio de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo anno de 1770. Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color, desenho a nanquim; 30 x 33,9 cm em f. 33,9 x 43,9 cm




Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

empregando caixa-alta nas palavras "Carta Chorogra", ou seja, havia a explícita intenção de reforçar o seu valor de documento científico e confiável. Mas essa imagem cartográfica era também um desenho de itinerário terrestre representado por algumas linhas pontilhadas, uma delas sobreposta com a frase "caminho das Bandeiras" e atravessando o Rio D. Luis, passando pelo Rio São Bento e desembocando no Rio Grande do Registro, na altura do Rio de Santo Antonio, sugerindo ser o padre frei Antonio o autor desse desenho.

Essa Carta Chorografica foi usada para completar visualmente um ofício de d. Luis dirigido ao ministro Martinho de Melo e Castro, alertando-o sobre a importância dos estabelecimentos dos portugueses no Rio Iguatemi. Uma ação como essa assegurava à Coroa portuguesa um trecho territorial na

margem esquerda do Rio Paraná e, portanto, direitos sobre as duas margens desse rio.[46] O desenho, contudo, foi separado desse manuscrito, conforme nota do arquivista: "Esta carta foi retirada para a Coleção cartográfica do Arquivo Histórico Ultramarino".

Embora o nome do padre não seja citado no ofício, a leitura da Carta Chorografica sugere o uso do desenho encomendado pelo sertanista Angelo Pedroso e outros feitos pelos soldados durante as expedições. Cotejando o ofício com o desenho, este descreve a movimentação fluvial e terrestre pelos sertões do Tibagi antes da chegada das expedições aos Campos de Guarapuava.

Um ofício de d. Luis enviado ao mesmo ministro um mês antes de remeter-lhe essa imagem havia listado todos os progressos desse padre na exploração dos "sertões do Tibagy e Ivai" e informando sobre a confecção de um desenho, que pode ter sido essa Carta Chorografica, pois no cotejamento de ambos se observa o mesmo assunto espacial e os itinerários das Bandeiras/expedições das Companhias de Ordenanças e do padre.

Visualmente, a entrada das expedições começou de acordo com a descrição em ofício: iniciando por "Curitiba há mais de um ano; vagou dois grandes sertões e deixou as correntes do Rio D. Luis, Rio Tibagi, Rio Pequeri, Salto Grande do Guairá e Rio Guarey, examinou o trânsito da passagem dos índios, que são as únicas que podem haver para o nosso continente", descobriu os fundamentos das antigas povoações, fez as estradas francas, abriu portos nos rios, varadouros nas cachoeiras "por espaço de trezentas legoas", abriu a comunicação de Curitiba até o Iguatemi e desde esse ponto até São Paulo, desse último percurso. Ao final desse trajeto o padre "se recolheu a esta cidade trazendo uma exata carta geográfica da sua derrota e da verdadeira disposição deste largo continente".[47]

Diferentemente dos desenhos de itinerários anteriores, essa Carta Chorografica tinha a função de demonstrar visualmente a conclusão de um processo de mapeamento de uma região mais ampla, mais do que meramente demonstrar o acesso ao Rio D. Luis ou ao sertão do Tibagi.

---

46 Ofício do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...], 1770.

47 Ofício do governador e capitão-general da capitania de São Paulo [...] para o [...] conde de Oeiras, 1770.

Tratava-se agora de persuadir o ministro de um invento territorial, ou seja, dos sertões do Tibagi e Ivaí conquistados e fechados em uma bolsa aquático-territorial situada entre o Rio Paraná e os itinerários terrestres com direção orientada a nordeste e até as vilas de Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Dos poucos dados biográficos encontrados sobre o padre beneditino, sabe-se que manuseava instrumentos técnicos, como agulha, e foi um interlocutor de d. Luis sobre as lições de geografia de Sebastián Medrano. Nesse sentido e considerando a função dessa Carta, o padre pode ter elaborado um outro gênero cartográfico, com a inserção de elementos técnicos, como escala e o próprio nome Carta Chorografica, atribuidores de maior credibilidade científica ao documento.

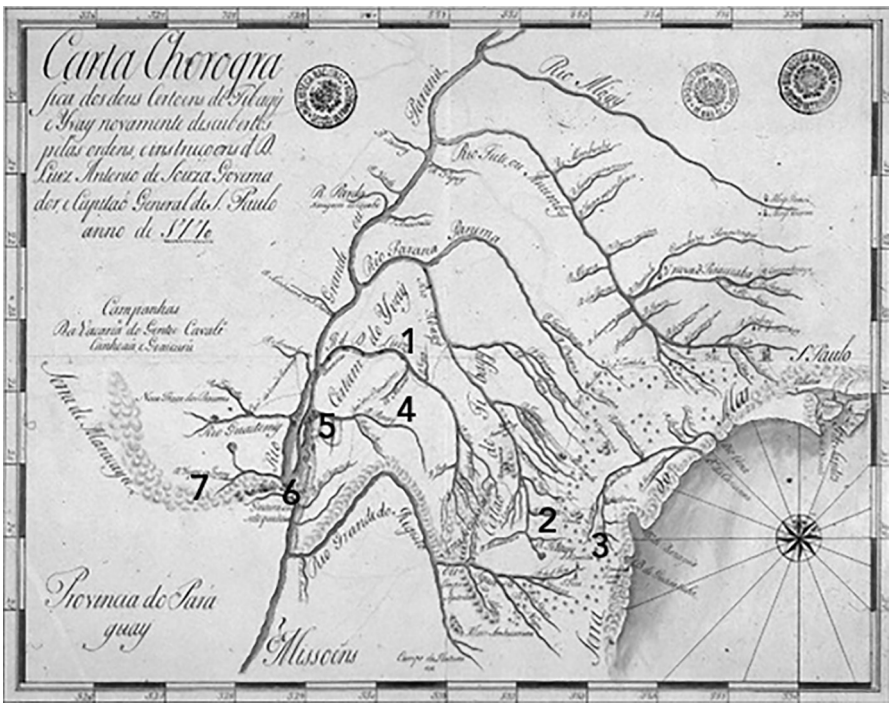
Os outros desenhos de itinerário, chamados Plantas, evocavam em seus títulos os êxitos de comandantes, ao contrário deste, com foco direcionado para o nome do governador. A Carta misturava desenho técnico com o de itinerário, indicando que o desenvolvimento da cartografia nos espaços coloniais ocorreu de maneira interdependente desse último gênero.

## Sinalização do itinerário feito pelo padre Francisco Antonio

Os itinerários terrestres sinalizados com os convencionais pontilhados eram mais um dado a chamar atenção, e reforça a hipótese de essa Carta Chorografica ser a mesma carta geográfica feita pelo padre o preenchimento do Rio D. Luis com quatro estrelas, distinguindo-o dos outros rios, e com isso imprimindo relevância visual tanto à figura do padre como à do governador.

A indicação de direção da Carta mais destacada é a do Rio Paraná, partindo de baixo, na altura de Missões e estendendo-se a nordeste, no topo, na altura do Rio Mogi, com curva acentuada nessa direção até as vilas de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. A direção dos pontilhados também está a nordeste, desembocando nessas mesmas vilas. Boa parte do oeste do Rio Paraná, por ser entendido como área de outras soberanias, foi ocupada pelo extenso título manuscrito da Carta, o nome "Província do Paraguai" com caligrafia ampliada e a frase "Campanhas da Vacaria do gentio cavaleiro Canhoãa e Goiacurú". Entretanto, espremido entre a extensa cadeia de montanhas da Serra de Maracauy, foi assinalado o projeto autonomista do Iguatemi

Figura 79 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay... Idem, ibidem. (1) Rio D. Luis; (2) Rio Tibagy; (3) Curitiba, início do percurso; (4) Rio Peperi, provavelmente Pequeri; (5) Caminho dos Índios; (6) Salto do Guairá ou Sete Quedas; (7) Rio Yapeyu ou Guarey



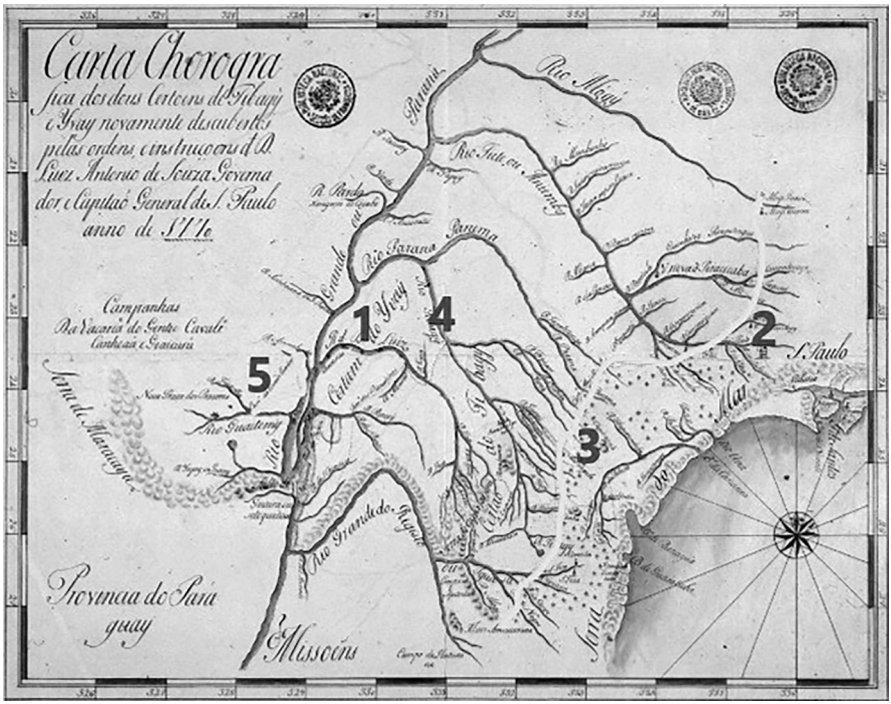

Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

de d. Luis, fartamente preenchido com linhas de rios, pontilhado e a extensa cadeia de montanhas.

Um outro dado a sugerir a autoria do padre e, portanto, a ação de deixar as marcas da sua própria história em um documento de propósito oficial, é o uso da toponímia unicamente para o Rio Tinto. Na Carta Chorografica, diferente do desenho de itinerário, esse rio foi colocado desaguando no Rio D. Luis e com pontilhados que sinalizavam a expedição do padre.

Os percursos e conselhos fornecidos pelo padre nos trabalhos de mapeamento da região foram representados visualmente nesse desenho. O círculo da conquista, descrito em depoimento do próprio padre e confirmado por d. Luis de Sousa e outras testemunhas, foi representando na Carta com

Figura 80 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay... Idem, ibidem. (1) Rio de D. Luis sinalizado com quatro asteriscos; (2) Encontro de pontilhados vindos de vila Jundiaí, Itu, Cubatão, Araritaguaba; (3) Pontilhados do itinerário sinalizado em amarelo, ligando Mogi Guaçu ao Morro Ambucarana; (4) Pontilhado do Rio Tibagy ao Rio Grande do Registro com a frase "caminho das bandeiras"; (5) entre os rios Amambai e Furquilha pontilhado do "Caminho de terra do Guatemy"




Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

toponímia, linhas de rios e pontilhados de itinerário. Esse círculo ou giro incluía a saída de São Paulo, do Mosteiro de São Bento, até os Campos Gerais, por terra, chegava na paragem do porto de São Bento e seguia em direção ao Rio D. Luis, Rio Paraná, Iguatemi, Rio do Registro ou Iguaçu, retornava para o Paraná, subia pelo Tietê e seguia novamente por terra até os Campos de Curitiba ou Sertões do Tibagi. A duração desse percurso de ida e volta foi de um ano e meio e compreendeu 300 léguas percorridas. Na Carta Chorografica, ele foi traduzido como se vê na Figura 83.

Figura 81 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay... Idem, ibidem. (1) Vilas de Mogi Mirim e Mogi Guaçu; (2) Rio Iguatemi e Nova Praça dos Prazeres

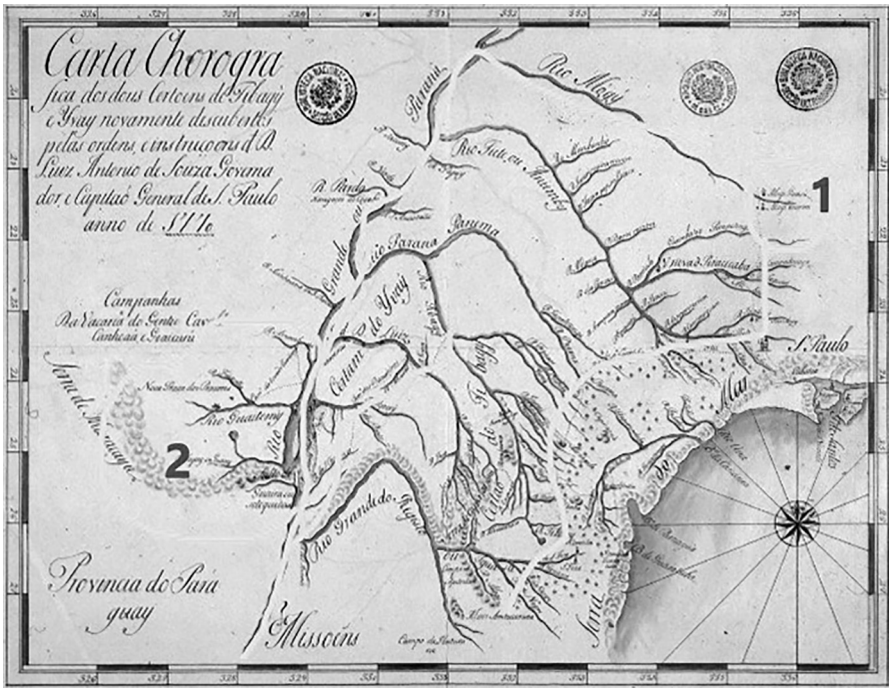
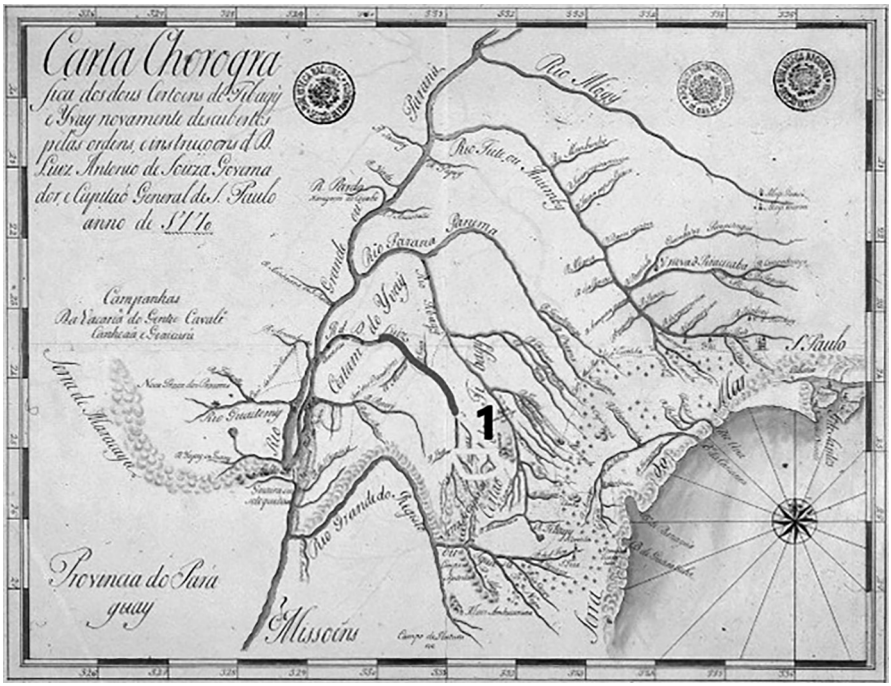

Carta Chorogra
Rio Tibagy
Rio Paranapanema
Rio Iguatemi
Campanhas
Rio Pardo
Rio Grande
Rio Pequiry
Rio Yvay
Rio Piquiry
Rio Pardo
Rio Grande
Rio Tibagy
Rio Paranapanema
Rio Iguatemi
Rio Pequiry
Rio Yvay
Rio Grande
Rio Pardo

Figura 82 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay... Idem, ibidem. (1) Destaque em amarelo para o Rio Tinto. A linha vermelha representa o Rio D. Luis e o círculo amarelo, a altura do pontilhado

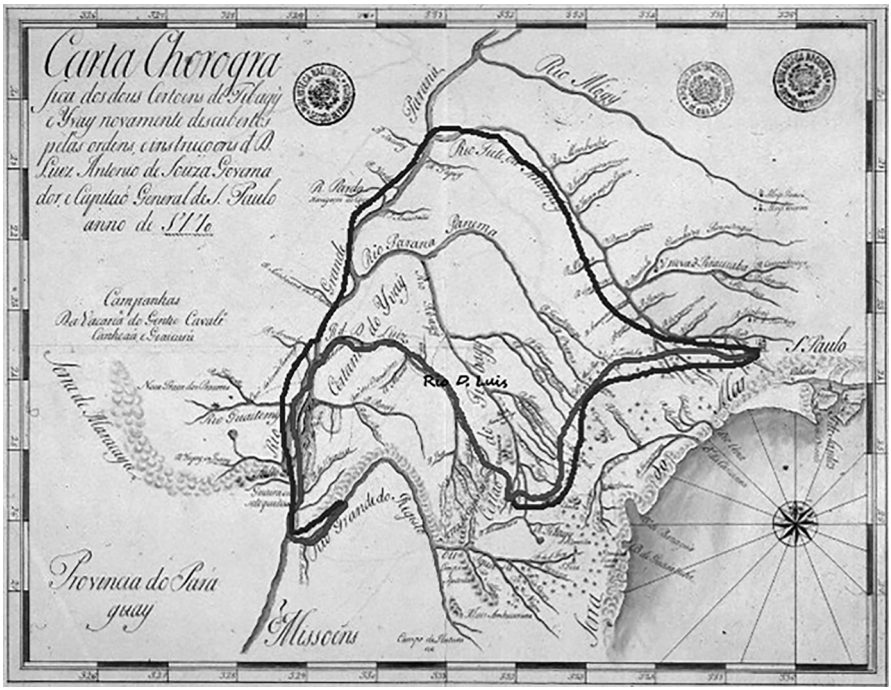



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

Cotejando essa Carta Chorografica com a encomendada pelo sertanista Angelo Pedroso e a cópia desta feita pelo padre beneditino sinalizada com a letra E, há vários pontos em comum. Subjacente a um mapa existem vários outros e esse parece ter sido o caso. Na Carta Chorografica a grafia da palavra sertão foi feita com o uso da letra "C", tal como no mapa de Angelo Pedroso, e tal como nas outras duas imagens também foi lançado o caminho de São Paulo para Curitiba.

Na Carta aparecem todos os morros e campos das outras duas imagens. Qualificações minerais de outros morros, como o da Pedra Branca, também foram suprimidas. Assim, a frase "morro da Pedra Branca todas as suas vertentes tem oiro", presente nos desenhos anteriores, foi substituída por apenas "Pedra Branca". Dessa forma, o sertão conquistado pelas expedições oficiais de mapeamento era definitivamente sobreposto ao sertão dos

Figura 83 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay novamente descobertos pelas ordens e instruções de D. Luis Antonio de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo anno de 1770. Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color, desenho a nanquim; 30 x 33,9 cm em f. 33,9 x 43,9 cm

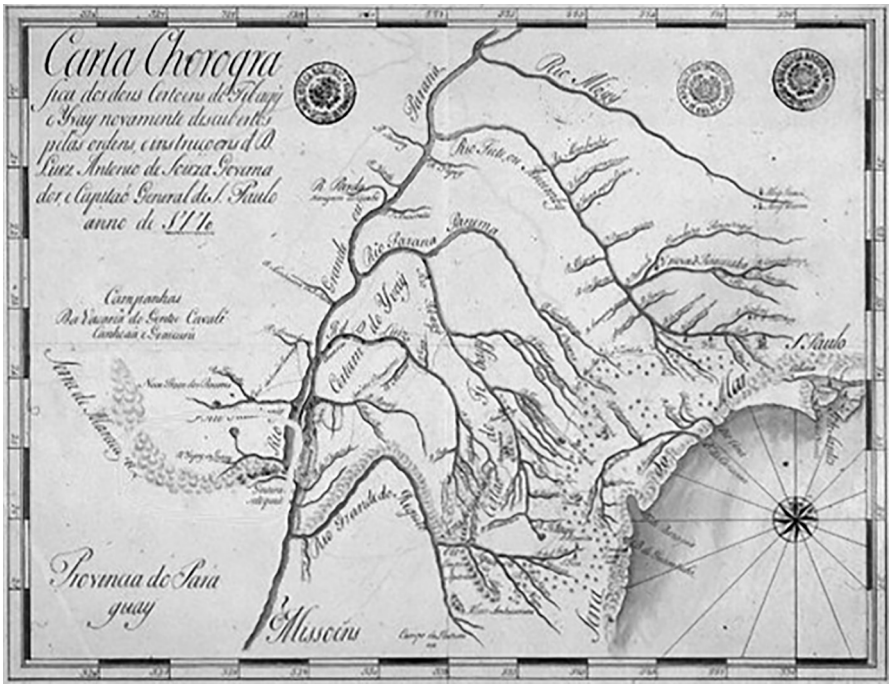



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

sertanistas, efeito que a própria Planta do ofício sinalizado com a letra E ainda não havia conseguido realizar, tendo em vista a dependência que as autoridades coloniais ainda tinham desse sertão sertanista para defender visualmente o argumento do mapeamento para a conquista.

Uma principal supressão na Carta Chorografica em relação aos outros dois desenhos foi a do Morro Apucarana, principal referência topográfica do sertão sertanista. Sobre esse morro os sertanistas depositavam suas expectativas de ouro e no início das expedições de mapeamento as autoridades coloniais o utilizavam como uma referência na comunicação oficial para se situarem em relação à região. Esse morro, por sua vez, estava localizado nos Campos de Guarapuava, local de enquistamento dos índios xucran e ainda

Figura 84 – Carta Chorografica dos dous Certões do Tibagy e Yvay... Idem, ibidem. Destaque para o Rio "Yapey ou Guarey"

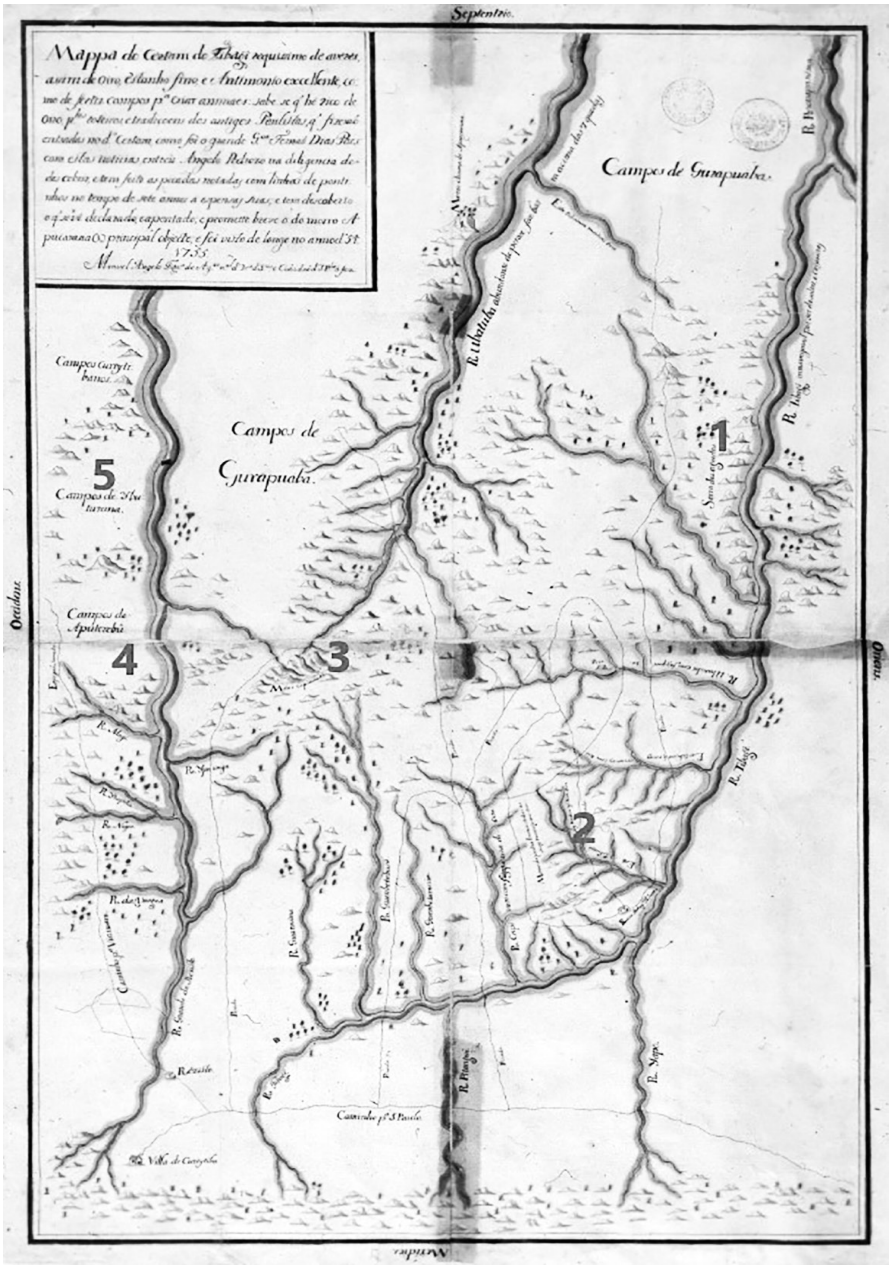



Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43,9 cm

não alcançado pelas expedições. Nesse sentido, "Certam do Yvaý" escrito com caligrafia de tamanho ampliado cruzando o Rio D. Luis e sobreposto às suas duas margens – onde estaria o Morro Apucarana – apagava o sertão sertanista e era uma solução visual temporária para uma parte do território ainda não percorrida, como os Campos de Guarapuava, onde era prevista a conclusão da projeção de um império conquistado.

O gênero de imagem cartográfica, que concluiu essa primeira fase do processo de mapeamento que resultou nos sertões do "Tibagi e Ivai novamente descobertos", juntava dois tipos de imagem: o desenho de itinerário e a Carta Chorografica. Enquanto um comunicava a movimentação dos soldados no terreno, a outra exibia uma porção de território conhecido e de posse fixada. Diferentemente do desenho de itinerário, menos técnico, a Carta Chorografica recorria a escalas, recurso necessário para fornecer às autoridades do Reino uma estimativa da extensão de território conquistado para a Coroa portuguesa.

Figura 86 – Mapa Angelo Pedroso. (1) Serra dos Agudos; (2) "Morro da Pedra Branca todas as suas vertentes tem oiro"; (3) Morro Capivarussu; (4) Campos de Apeterebu; (5) Campos de Ybuturena




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43 cm

Mas, em meio a essa tarefa de construir uma paisagem e lugar de conquista do Império no território jê, o padre beneditino também forjou um lugar para a memória do governo de d. Luis. O mapeamento de território no interior dos continentes e nos espaços de fronteira deflagrou disputas entre memórias existentes, reinventadas e inventadas no calor das explorações, tais como a dos governadores, ambiciosos de fixar a memória de seus governos em documentos que formariam os acervos das instituições régias. Tanto melhor se esses documentos fossem visuais, tendo em vista seu poder de comunicar e persuadir.

Figura 87 – Carta Chorografica. (1) Serra dos Agudos; (2) Pedra Branca; (3) Serra do Capivarussu; (4) Campo de Apetrebu; (5) Campo de Ibuturema

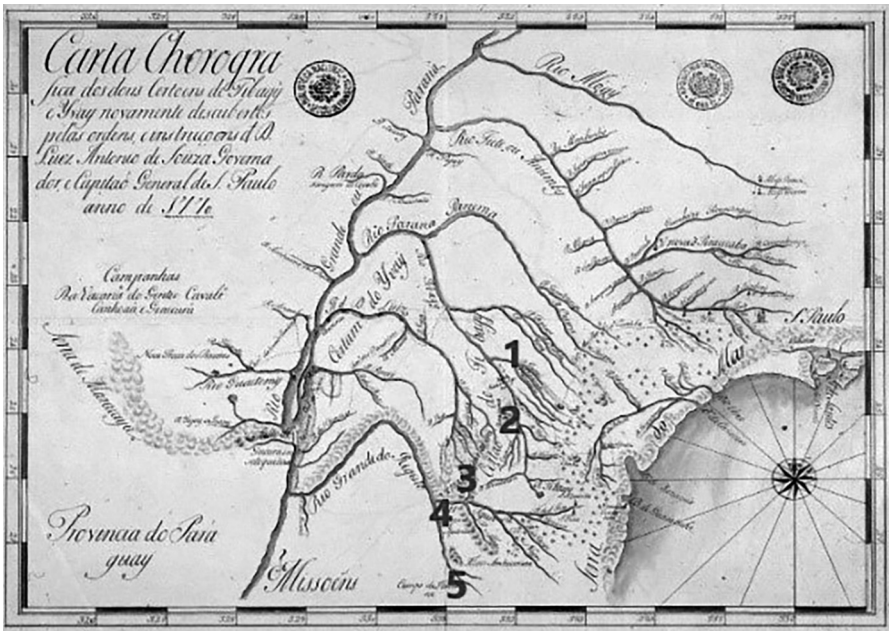
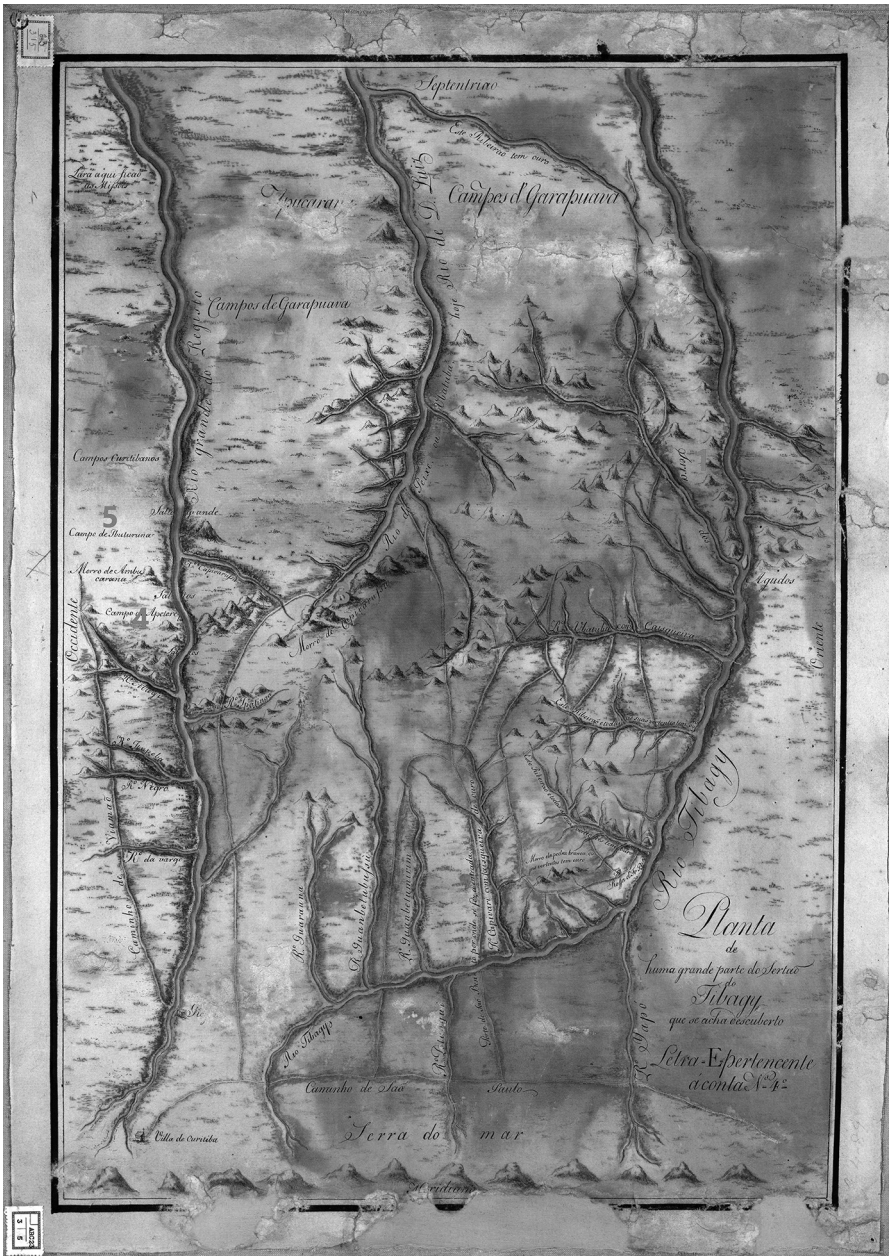
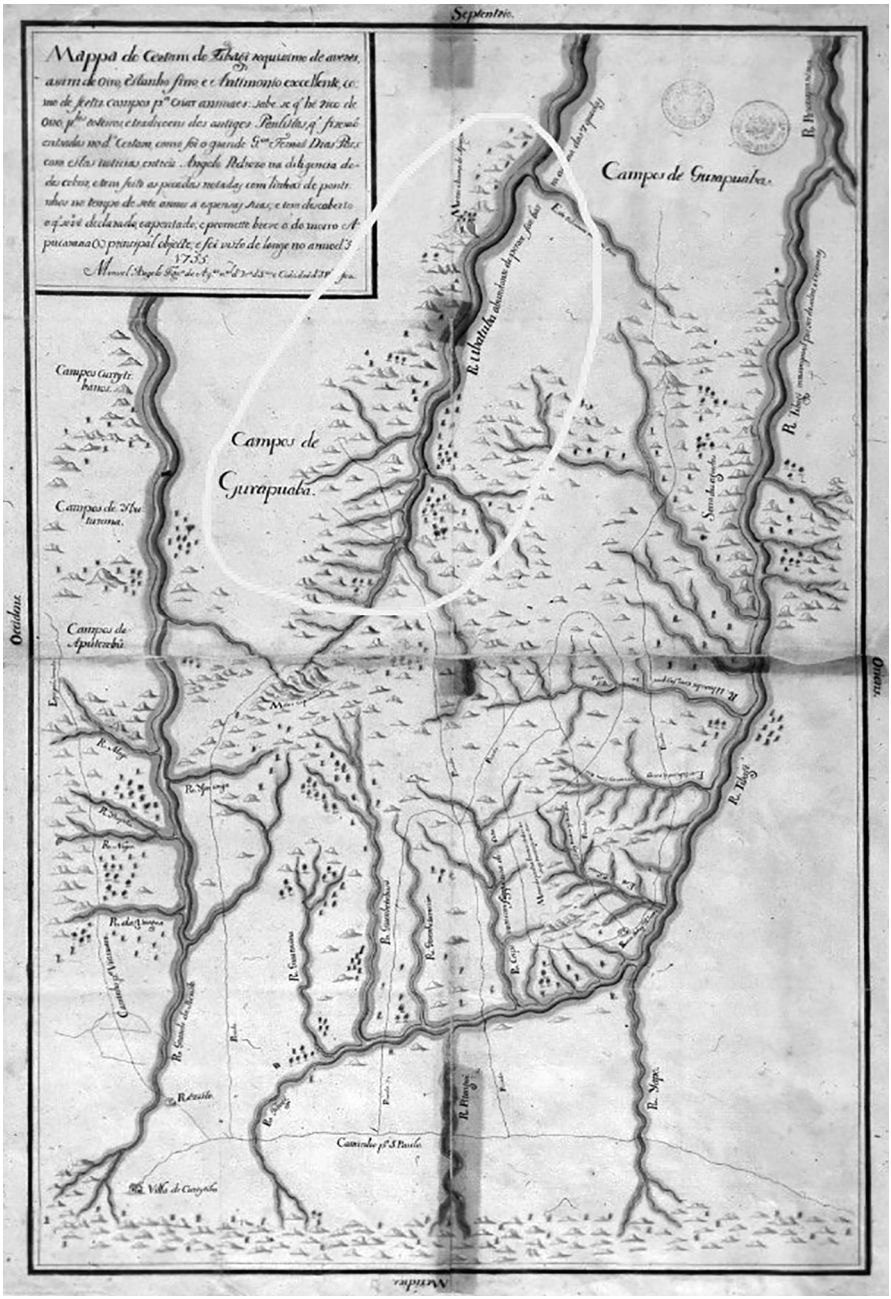


Figura 88 – Mapa Letra E. (1) Serra dos Agudos; (2) "Morro da Pedra Branca cujas vertentes têm oiro"; (3) Morro de Capivarussu; (4) Campos de Apeterebu; (5) Campos de Ibituruna




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

Figura 89 – Mapa Angelo Pedroso. Destaque para "Morro chamado Apucarana" e "Campos de Guarapuaba"




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43 cm

Figura 90 – Carta Corographica. Destaque para o sertão do Uvay

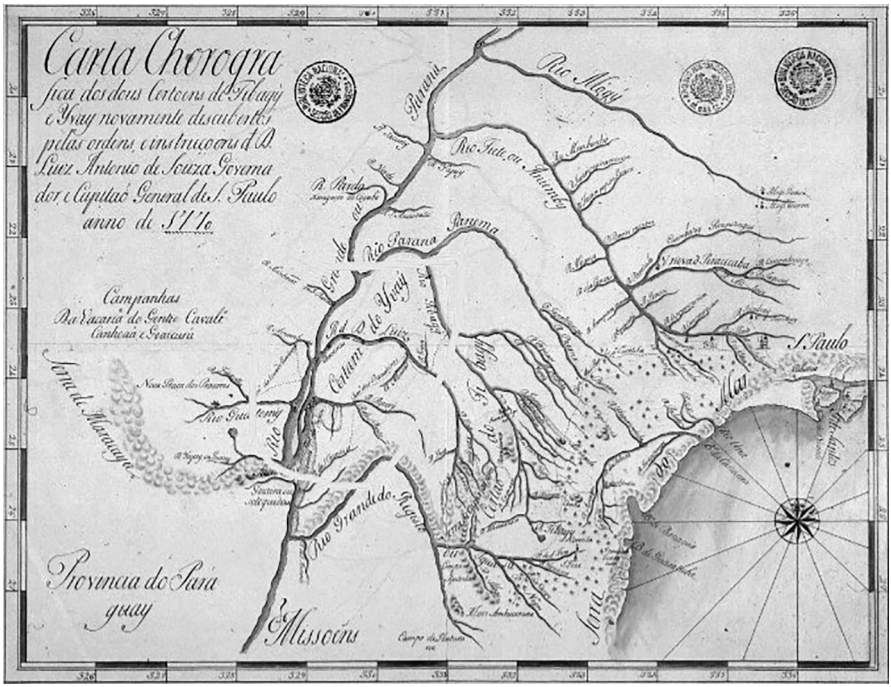
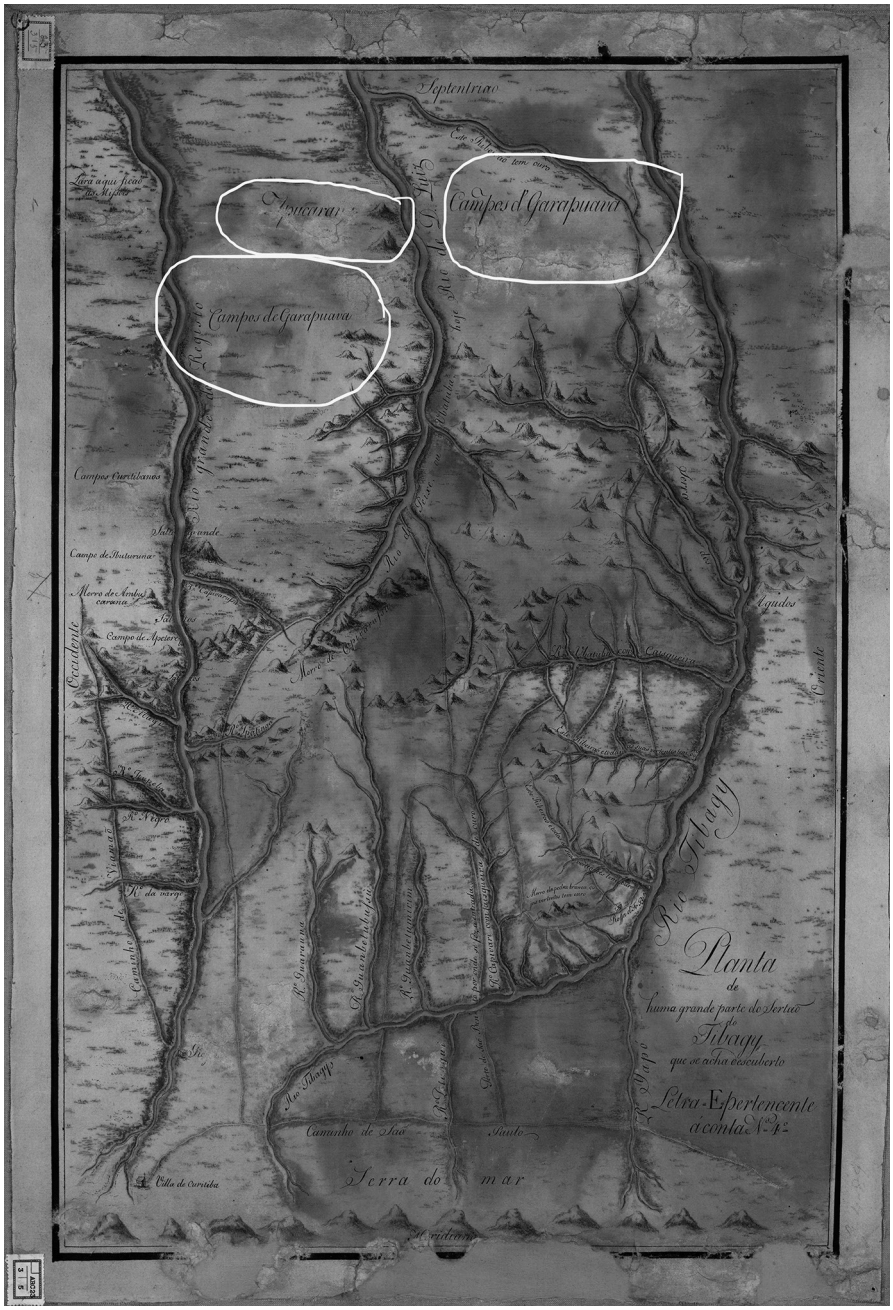

Carta Chorogra
Rio Tiete ou Anhembi
Rio Paraná
Rio Paranna
Rio Grande
Rio Pardo
Campanhas
Serra de Maracaya
Nova Praça dos Pinheiros
Rio Grande
Rio Pardo
Rio Grande
Rio Pardo
Rio Grande
Rio Pardo

Figura 91 – Mapa Letra E. Destaque para Guarapuava escrito nas duas margens dos rios D. Luis e Apucarana




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005

## Um governador que virou rio

Processos de mapeamento são um conjunto de interações sociais, propósitos, agentes e ações contraditórias e complementares.[48] Nos espaços coloniais, essas contradições são amplificadas por vários motivos, como as hierarquias e disputas por oportunidades entre os agentes sociais, a relação de fragilidade e dependência dos Estados coloniais em relação aos colonos, sertanistas e comunidades indígenas e a percepção do espaço colonial pelas autoridades régias como um meio para preservar ou ampliar seu prestígio local e perante a Corte.

Na medida em que essas autoridades estiveram à frente da produção do espaço colonial em um contexto de demarcação das fronteiras, este se tornou também um veículo para a projeção de suas memórias de atuação. Alguns governadores, antes de d. Luis de Sousa assumir o governo da capitania, já haviam praticado algo semelhante através das narrativas de seus itinerários pelo território, tais como Rodrigo Moreira César de Menezes, governador e capitão-general da capitania de São Paulo, e d. Antonio Rolim de Moura, o conde de Azambuja, cuja viagem feita em 1751 foi narrada em texto e imagem.[49]

D. Luis não percorreu um itinerário para ser descrito em diário durante seu período de governo, mas registrou seu nome em um rio que conectava um amplo terreno situado entre São Paulo, Mato Grosso e Tibagi. Toponímia é uma das principais ferramentas de produção espacial e, para o historiador, uma valiosa "porta de acesso" para entender as relações de força, poder e as circulações culturais presentes no ato de nomear.[50] Assim, atribuir o nome do governador a um rio promovia a territorialização do Estado, mas também sobrepunha uma camada da memória de um governo sobre um território já composto por várias outras camadas de memória, tais como a de comunidades indígenas, de sertanistas e de jesuítas.

As ações e propósitos de erguer uma ficção imperial e fixar a memória de um governador eram aparentemente contraditórios, mas havia também uma relação de complementaridade. Para operacionalizar suas agendas nos

48 Edney, 2015, p.9-13.
49 Costa, 1999, p.188.
50 Doré, 2020, p.34; Kantor, 2009.

terrenos coloniais, os impérios dependiam de seus servidores, e estes dependiam de prestígio e reconhecimento nos espaços coloniais para conseguir governar e se projetar no Reino, e no século XVIII mapas tornaram-se uma das principais ferramentas para essas projeções.

Territórios podem ser descritos ou desenhados, e nesse período de disputa pela demarcação das fronteiras pode ter surgido um novo padrão de visualização do território, baseado na leitura simultânea de diários, relatos de expedições ou itinerários individuais e desenhos e mapas. Nesse tipo de leitura, o lugar descrito era esclarecido e confirmado no desenho. Imagens comunicam pelo instante, são potencialmente mais persuasivas, e d. Luis, como um oculocentrista, fez amplo uso desse padrão na comunicação institucional. Escrita e desenho de geografia foram cultivados e aplicados tanto no seu esforço como servidor encarregado de produzir uma ficção imperial no terreno, mas também de fixar a sua memória de governo.

O engajamento do governador d. Luis em atar as memórias de seu governo ao território da capitania de São Paulo pode ser observado na expectativa depositada em um projeto de reescrita da história da capitania de São Vicente sob a responsabilidade do frade beneditino Francisco Antonio.

Pedro Taques, de quem d. Luis já havia questionado a acuidade de conhecimentos geográficos quando recorreu às suas produções escritas para desenhar seu primeiro mapa da costa do Brasil, ainda não havia concluído a sua *História da capitania de S. Vicente*, o que ocorreu apenas em 1772. Mas certamente, dada a notoriedade desse letrado, na capitania e no Reino, o andamento dessa sua obra, cujo objetivo era confirmar os direitos dos Vimieiros sobre a capitania e celebrar os avanços dos sertanistas na direção do Brasil central, deveria ser conhecido entre as elites letradas e de servidores do Reino e da colônia, inspirando-os a fomentar a produção de obras com teor histórico-memorialístico.

Os sertanistas, vistos por d. Luis com hostilidade e desconfiança, tinham muito bem marcados seus lugares de memória no território e era justamente um tipo de lugar como esse que o governador também se engajou em construir. Todo o conhecimento geográfico antigo produzido antes de seu governo era utilizado nos trabalhos de mapeamento, mas traduzido como lacunar, ou seja, incompleto e necessitando ser acrescido dos achados e opiniões dos mapeadores. Uma nova história da capitania de São Vicente, feita por um padre beneditino, portanto, um erudito, poderia ser uma maneira de

preencher esse vazio da história de seu período de governo em uma obra de história e memória.

O projeto dessa nova escrita não vingou, mas o engajamento em torno dele é uma evidência das disputas por projeção de memórias nos processos de mapeamento nos domínios coloniais. A excessiva quantidade de cópias dos documentos do governo de d. Luis mantidas nas suas coleções depositadas no Arquivo do Estado, na Biblioteca Nacional e na Fundação da Casa de Mateus pode ser compreendida à luz dessa sua iniciativa de erguer a memória de seu governo e, portanto, de gerar subsídios para potenciais autores de sua história, como o padre Francisco Antonio.

Uma carta enviada pelo padre para Afonso Botelho em novembro de 1769 revela essa intenção do governador de escrever a história de São Vicente. Em sua cópia, com caligrafia legível, o cabeçalho anunciava "Copia de hua carta e diário que o Pe. Fr. Antonio de Santa Thereza Monge Beneditino escreveu ao Te. Coronel Afonso Botelho [...] que com outros documentos também originais me mostrou este cavalheiro a fim de escrever a história desta capitania de S. Vicente".[51]

A curta introdução desse borrão era distinta do raciocínio lógico da história da capitania contada por sertanistas, posteriormente narrada por Pedro Taques em seu livro. Na pena do padre beneditino, em vez de a história da capitania começar com o primeiro donatário, Martim Afonso de Sousa, iniciava com Gomes Freire de Andrade e a ordem que recebera do Reino para embarcar para a colônia. Com essa cronologia era introduzido um problema de fundo, o geopolítico e as demarcações do Centro-Sul, as quais se encaixavam na produção da memória de d. Luis juntamente com o próprio espaço da capitania.

Como era escrito pelo padre:

> No ano de 17 chegando e dando fundo no Porto da cidade do Rio de Janeiro hua Não de Guerra de Portugal, se divulgou que nella vinhão ordens para que o General da dita Cidade Minas e S. Paulo Gomes Freire de Andrada então conde de Bobadella, se embarcasse para Colônia de todos os Santos. O fim desta jornada, então espalhado pelo povo foi: que se mandava entregar a sobredita Praça aos Castelhano, dando-nos estes as Missões.

51 Diário da Conquista, in Notícias da conquista..., p.228-229.

A narrativa do padre ainda prosseguia nesse mesmo sentido:

> ultimamente se demarcarão as nossas rayas, declarando deste modo o Gabinete de Hespanha, o que era nosso, pois assignarão os seus comissários assistidos dos nossos termos [...] foi o nosso primeiro comissário o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim: e segundo o Antonio da Veiga de Andrade. Feita a tal demarcação se retirarão húas e outras tropas. Passados porém, alguns anos [...] houve um breve rompimento entre a nossa Coroa e a de Castella; e forão theatro de Guerra neste continente do Brazil os Paizes do Rio Grande e Fortaleza da Colônia [...] Por isto [...] manda o nosso Ministro povoar as rayas, que se tinham demarcado no de 17.

Erguida a moldura na qual o governo de d. Luis melhor se encaixaria, continuava:

> Prevendo [...] acertadamente que melhor se podia executar este projeto pela Capitania de S. Paulo a proveo de General, [...] no que despachou para este emprego se encontram com igualdade as qualidades necessárias para empresa tão árdua. Neste com igualdade se admira a prudência e afabilidade com as quais tem conseguido atrais todos os seus súditos para voluntariamente seguirem as bandeiras necessárias para o intento. Este é o Esmo e Imo Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão.

A narrativa histórica do padre introduzia as primeiras ações de d. Luis fixadoras da memória de seu governo no território: "Este senhor tanto que chegou pos em execução a primeira expedição que foi a de Yvay ou 7 Quedas" e simultaneamente deslegitimava a dos sertanistas, na pessoa de Francisco Pinto do Rego:

> Não há dúvida que tinha se oferecido e talvez pedido à Magestade [...] e soberano Monarca para si a empresa o Coronel de Ordenanças [...] Francisco Pinto do Rego, o qual de tal modo pedia a Bandeira com tantas mercês, honras e ajudas de custo que parece que com aquellas queria tirar o domínio das terras a S. Magestade e com estas querer antes fazer a conquista a custa d'El rei [...] e vir [...] a ficar-se com o louro e gloria da expedição. Raro negócio!

Prosseguiriam as descrições das conquistas: "mandou o ano passado de 1768, ao Tenente da Cavallaria da Villa de Curitiba Domingos Rodrigues Cascaes descer pelo Rio Registro de Coritiba chamado dos Castelhanos Iguassu". Mas, como esse texto era um borrão, o padre alertava: "Desejo saber para seu tempo se parecer, o que obrou/. Nesta bandeira foram 40 homens em... canoas".

O texto ainda seguia com mais dados sobre a organização das expedições, seus propósitos, pagamentos feitos à gente das bandeiras, e terminava dando créditos ao seu autor, o frade beneditino, no empreendimento das expedições de mapeamento: "levantou pois, sua senhoria húa Companhia de gente escolhida e voluntária, na qual fui eu indigno Capellão da expedição e elegeo hu capitão e mais oficiais, sendo o capitão".[52]

O adjetivo "indigno" autoatribuído pelo padre pode ter sido tanto um sinal de humildade como de indignação em relação ao não reconhecimento de seu papel como mapeador e cartógrafo das expedições.

Um outro borrão, porém, anônimo, descreve as conquistas alcançadas nos sertões do Tibagi e as credita ao governador d. Luis. O texto contém cortes de parágrafos, frases ou expressões, comentários laterais em alguns pontos e informações também presentes nos ofícios trocados entre d. Luis, Afonso Botelho, comandantes, soldados e o próprio padre.

Como este último estava imbuído da responsabilidade de escrever uma história da capitania de São Vicente vinculada à memória de governo e dos êxitos das expedições de mapeamento e já havia produzido um esboço da introdução desse livro, é pertinente levantar a hipótese de ter sido ele o autor desse borrão. A diferença desse texto em relação ao anterior é o detalhamento da primeira e da segunda expedições, justamente aquelas das quais o padre havia participado. O título dado ao texto foi "Sobre o Descubrimento e situação em que ficava o sertão de Tibagy em Dezembro de 1770".

Nos comentários laterais, nos acréscimos e nos recortes podem ser verificados elementos sugestivos para uma atribuição de autoria. No primeiro parágrafo foi escrito "Depois de feita a primeira expedição [...] para o Descubrimento do sertão do Yvay formou o governador de S. Paulo [...] o Plano para Descubrir o Sertão de Tibagy, assim por terra como pelo Rio

52 Todas as citações do documento pertencem a Introdução, Em Diário da Conquista, in Notícias da conquista..., p.229-232.

do Registro", sendo acrescido ao lado "+ pelos Rios Tietê e Paraná", lembrando que o padre navegou justamente esses dois rios para fazer o círculo da conquista, inclusive exibido em mapa.

O texto foi subsidiado em correspondência oficial, pois corrigia as datas de algumas dessas expedições. Assim, com a mesma letra, ao lado da informação de que a primeira carta que detalhava o plano da conquista do Tibagi era de 21 de maio de 1764, era corrigido: "Carta de 21 de Maio de 1768", e sobre outra com data de 26 de janeiro de 1765 o mês era corrigido com um riscado e sobreposto o mês correto: janeiro.

Se a cópia do borrão acima descrita era mais generosa na informação sobre o papel dos paulistas nas expedições, o texto corrigido era mais contido. Assim, o que seria "que sede-se toda a assistência e auxílio aos referidos Paulistas" foi substituído por "e aos referidos Paulistas se assiste-se com o necessário para a projetada empresa". Assim como nos preparativos das expedições, quando um artifício foi criado para retirar os sertanistas de São Paulo do cenário das expedições, a cópia do borrão reforçava essa ideia e ainda acrescentava em comentário lateral, sugerindo acrescentar sobre a ausência de forças ou possibilidade de o coronel Francisco Pinto do Rego ou de qualquer outro Paulista assumir a direção da empresa mapeadora: "+ nem outro algum particular".

D. Luis queria destacar a sua habilidade de fazer mapas e por isso o borrão corrigia invertendo a frase que explicava seu conhecimento dos rios navegáveis da capitania. "Na forma que poderia ver no mapa que remetia e que tinha feito" foi corrigido para "na forma que mostrava no mapa que havia feito e que remetia", frase essa mais afirmativa em relação à possibilidade da visualização, ou seja, o mapa era claro e ele havia feito, para em seguida remeter. Esse último dado e as correções das datas mencionadas sugerem, inclusive, que d. Luis de Sousa tenha sido o próprio corretor desse borrão.

Se esse borrão seria usado para fixar a memória do governador no território, esta não poderia ser de um governante sem perspicácia na relação com os índios. Essa era a imagem projetada em relação aos sertanistas de São Paulo, agentes a cuja memória territorial e de ação sobre o território d. Luis queria sobrepor a sua própria. Para tanto, foi riscado praticamente todo um parágrafo evidenciador das relações de força com essas populações: "Que a segunda dificuldade era a da força e ferocidade das muitas Nações Barbaras que habitam e infestavam aquele vasto sertão" sendo riscada a frase "sendo

preciso que as Bandeiras que entrassem por ele fossem não só fortes em número e qualidade de gente: mas providas de tudo o necessário para a sua subsistência e defensa, e os únicos meios que para vencer estes obstáculos". Partes referentes às fontes de financiamento das expedições, tais como dinheiro existente no Cofre ou envio de munições, pólvora, artilharia e ferramentas, também foram riscadas.

Um parágrafo informa que em um mapa estavam assinalados os lugares nos quais os paulistas poderiam tirar ouro nas entradas dos sertões. Quem escreveu o borrão consultou o mapa, mas quem o corrigiu acrescentou lateralmente com sinal de asterisco: "Não vi ainda este Mapa e o exame delle se faz muito preciso". O revisor desse borrão, portanto, pode ter sido o próprio governador d. Luis, tendo em vista o quanto tinha uma curiosidade por mapas e teve várias experiências de os pedir para Pedro Taques e José Custódio de Sá e Faria, e o próprio padre beneditino lhe enviava alguns de dentro dos sertões.

O borrão está incompleto e termina com uma tentativa de vincular a memória do governo do morgado a um esforço de salvação dos paulistas. A ideia foi reforçar o estado de pobreza que os afligia no presente, riscando o passado de riqueza, a memória, portanto, gloriosa, pois com o esvaziamento desta dava lugar para a do governo de d. Luis. A ideia de "que os Paulistas se empregavão precedentemente em fazer escravos, que era a sua mayor riqueza chegado alguns" foi trocada pela de "que os Paulista o referido ao ouro, a escravatura corrião os sertões, para cativarem índios: que ouvira muito dos mesmos Paulistas que chegarão a ter mil índios escravos e que sendo-lhes hoje proibido este inhumano comércio, era preciso animallos com a esperança de outras riquezas: que nos roteiros antigos e tradições dos referidos paulista".[53]

Essa preocupação e esse reconhecimento do valor das narrativas escritas, mas também visuais, para construir a memória de seu governo no território foram expressos por d. Luis em ofícios e cercando-se de indivíduos com habilidades para produzir descrições geográficas bem detalhadas, mas também lembrando-os com frequência dessa sua responsabilidade.

Antes de embarcar, o comandante recebia as instruções para iniciar um diário logo no início da jornada, no qual deveria descrever "todas as cousas mais notáveis, que virem e delas tiverem verdadeira notícia, declarando os

53 Memória sobre o descobrimento e situação do sertão do Tibagi, em dezembro de 1770.

vários rumos que rodam, o tempo desta dilação [...] declarando os rios, que encontram em o da navegação".[54]

As notícias ou avisos, expressão também usada pelo governador, deveriam ser fornecidos de modo "muito certo", pois funcionavam como um farol para decisões. Ou seja, o desconhecimento do terreno imprimiu às expedições uma dinâmica de calor da hora e decisões eram tomadas de acordo com ocorrências na jornada, tais como contato e permissões alcançadas junto aos índios para avançarem território adentro, recolha de seus objetos, que permitiam observar e tirar conclusões sobre o meio, sobre seus caminhos e sobre o comportamento dos rios.

Por mais que o governador empreendesse o mapeamento da região baseado em um plano escrito de sua autoria, no terreno não foi possível executá-lo conforme previsto, mas adaptado às notícias emitidas por soldados e comandantes conforme o avanço da marcha. Como tinha a intenção de também produzir a memória de seu governo através da geografia local, o governador d. Luis esteve engajado no cultivo da escrita organizada e na produção de mapas precisos. Assim, toda notícia fornecida pelos soldados deveria ir para o diário, "declarado com tanta clareza e verdade, pela qual se possa traduzir relações e mapas dignos de todo o crédito e estimação".[55]

Geografia, mapeamento, memória de governo da capitania eram assuntos correlacionados nas preocupações do Morgado de Mateus. Comandantes e soldados eram, inclusive, instruídos no cultivo da boa caligrafia. Como escreveu o governador ao seu ajudante de ordens, sobre "em qualquer parte que seja tenha esta advertência de que os caracteres das letras sejam ao menor de cumprimento de um dedo, e mui profundos para que possam vencer as ruínas do tempo e durar os séculos futuros [...] a história se aproveita destas pequenas notícias para aclarar as verdades antigas [...] não ajuste umas letras as outras, nem faça breves, e sim pelo modo que vão no papel que remeto com esta só com a diferença de ser um ponto maior".[56]

Para a narrativa dos diários dos soldados e comandantes superar as notícias e roteiros dos antigos, os "avisos [deveriam] ser dados muito certos, e

54 Expedição que sae deste porto de S. Bento do rio Tibagi..., in Notícias da conquista..., p.121.
55 Ibidem.
56 Livro de registro da correspondência oficial referente às expedições ocorridas no período do governo do Morgado de Mateus. BND, CMM, 21, 3, 2-3.

bem ajuizados e sem afetação alguma e com toda pureza da verdade e quem os [escrevesse]" deveria "reparar naquilo que é mais digno de atenção e consequência". Construído o perfil do soldado hábil na escrita de ficções de geografias e impérios soberanos, vinham também as lamentações de que "nem todos tem a devida perspicácia e podem muitas vezes desprezar aquelas coisas mais dignas de reparo por lhe parecerem inúteis", e como solução para esse tipo de perfil o comandante era instruído a emitir ordens aos soldados para escreverem tudo o que fosse visto e ouvido, ou seja, pecar pelo excesso de notícia "porque cá se recolherá o que se importar".

Essa perspectiva de gestão dos dados e informações certamente explica o volume de escritos, diários, relações e roteiros produzidos pelas onze expedições e com cópias espalhadas em vários acervos, de Lisboa a Vila Real, Rio de Janeiro e São Paulo, e indica ter havido um processo seletivo do governador sobre essa documentação para confeccionar suas compilações de acordo com tópicos coerentes com uma agenda imperial, mas também da sua memória de atuação.

Como nem todo soldado era um hábil e prolífico escritor da leitura de seus diários, surgiam observações nesse sentido do próprio d. Luis para o comandante-geral Afonso Botelho: "me parece o capitão Francisco pouco hábil, porque hindo com o governo da 2ª Companhia que entrou no certam, logo levou o descuido de lhe esquecer papel; e ainda o pouco que escreveu; diz que não escreve a vosmecê por o supor aqui ou acolá [...] isto me faz desconfiar que ele não tem os talentos necessários".

Para o governador, uma escrita incompleta ou malfeita poderia provocar "prejuízo grave", podendo ser justificativa para substituir um comandante à frente de expedição. Ele também não gostava dos avisos fornecidos pelo ajudante de auxiliar Gamito por serem "pouco interessantes e diminutos, que não deixam ideia clara para se discorrer", pois para quem estava de longe, como ele, não havia como "formar juízo" de algo, como a geografia que "se requer que se ajuntem as cousas com huma clareza grande para poder perceber".

Os rios ocupam um lugar de relevo na memória coletiva das civilizações desde a Antiguidade, como mostram as mitologias de fertilidade, salvacionismo e do Paraíso associadas ao Rio Nilo ou os mitos ligados ao Rio Amazonas, Orinoco e Mississippi,[57] e desde o século XIV os rios eram alvo de

57 Schama, 1995, p.258, 266, 577.

reflexão sobre a sua condição de fronteira natural e de territorialização.[58] Entre os povos jê das terras do Tibagi os rios também eram marcadores de memória, paisagem e território, associados à ideia de fertilidade em virtude da pesca, ou da refrigeração dos pinhões para garantir sustento por todo o ano.

A necessidade de compreender a hidrografia, tanto quanto a topografia, para projetar o Império no interior impulsionou a narrativa escrita e visual da correnteza do rio e o Morgado de Mateus esteve atento também a essa questão. Não bastavam apenas os diários com os avisos do que fosse visto, mas uma precisa descrição da correnteza de rio. Uma correnteza de rio bem entendida operacionalizava a penetração território adentro, e a escolha de um rio como polarizador de um empreendimento de mapeamento não era arbitrária nem dizia apenas respeito à sua extensão, mas ao seu significado na projeção do Império e da memória de seu governo sobre o território.

Logo no início das expedições o governador também instruiu os comandantes a descrever correntezas de rios. A expedição do Ivaí começou a partir do porto de Araritaguaba e os soldados deveriam principiar desse ponto um "mappa exato de toda a correnteza daquele rio e dos mais que nelle fazem barra, descrevendo todos os seus passos, cachoeiras e territórios por onde passa emté a boca do rio Pardo" e ainda continuar pelos outros que prosseguiam nessa mesma linha até alcançar o final, ou seja, o Rio da Prata.[59]

A escolha do Rio do Peixe, assim chamado pelos "modernos" e Ubatuba pelos indígenas, para projetar o Império e sua memória de governo não foi casual. De todos os rios percorridos e narrados nos diários pelos soldados, este, rebatizado como Rio D. Luis, foi, juntamente com o Paraná, Registro e Iguaçu, um dos mais descritos nos ofícios e nos desenhos produzidos durante o mapeamento. A condição de principal artéria do Centro-Sul e fronteira natural do Rio Paraná explica a atenção recebida tanto pelas autoridades régias, coloniais como pelos engenheiros militares, com destaque para José Custódio de Sá e Faria, que desde 1754 produziu vários desenhos representando sua correnteza e ele próprio o navegou. O Rio D. Luis recebeu tratamento semelhante, mas pela sua condição de artéria interna e formadora de um círculo de conquista geográfica, conforme descrito anteriormente.

---

58 Black, 1997, p.124-125.

59 Ordem que leva o Ajudante das Ordens Anto. Lopes de Azevedo para executar nas deligencias da Expedição do Ivay. *DIs*, São Paulo, Escola Typographica Salesiana, v.5, 1901, p.121-122.

O Rio D. Luis projetava tanto a ficção imperial como a memória do governador. Navegando esse rio era alcançado o Rio Paraná e, no curso deste, o Rio da Prata, mas também o Iguatemi, voltando para o Paraná acima poderia ser alcançado o Rio Tietê e por ele a cidade de São Paulo. E seguindo por terra novamente poderiam ser alcançados os Campos Gerais e os sertões do Tibagi e por ele novamente o Rio D. Luis e repetir o círculo. O Rio do Peixe, tornado D. Luis, era um tipo de canal para três pontos estratégicos na geografia do Império e da memória de um governo.

Em ofício, d. Luis deixou clara essa percepção dos rios como instrumentos para fixar memórias de governos "que o rio chamado Ubatuba mande vmce que se chame de D. Luis de Mateus [...] em outro ponha vmce o seu nome e em todos os nomes das nossas Casas e apelidos mais conhecidos de forma que fique bem estampada da memória dos autores deste descobrimento para os tempos futuros".[60]

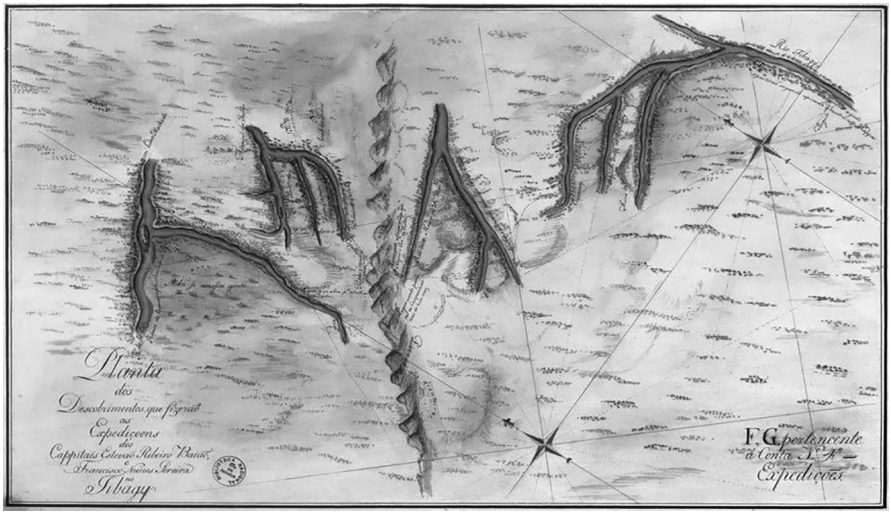
E foi nessa linha de pensamento que d. Luis pediu um mapa para sobrepor uma camada da memória de seu governo na paisagem e território jê e sertanista. Se o Paraná ou o Rio Grande do Registro projetavam a ficção da soberania imperial portuguesa, o Rio D. Luis construía a imagem de um governo. A "Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do Capitão Estevão Ribeiro Baião e o do capitão Francisco Nunes Pereira no Tibagi" foi a narrativa visual inicial inserta em ofícios que discorriam sobre a descoberta desse rio.

A "Planta..." circulou em algumas cópias e explicava visualmente a controvérsia havida entre o frade beneditino e os soldados em relação ao rumo a ser seguido para atingir o Rio D. Luis. A primeira cópia parece ter sido essa, sinalizada com as letras F, G, e foi enviada diretamente do mato por Afonso Botelho para d. Luis em 16 de setembro de 1769, para complementar ofícios sinalizados com as mesmas letras. Posteriormente, em março de 1770, d. Luis reencaminhou esses documentos em um dossiê para o conde de Oeiras. Afonso Botelho confirmou a autoria da carta: "vae este mapa que veio de dentro feito pelo frade que tem andado alguma coisa desgostosa por não seguirem uma picada que hia abrindo".

---

60 Livro de registro da correspondência oficial referente às expedições ocorridas no período do governo do Morgado de Mateus. Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 21, 3, 2-3.

Figura 92 – Planta dos Descobrimentos que fizeream as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy




Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 x 46,4 cm em f. 34,8 x 51,7 cm

Nesse desenho foi usada tinta ferrogálica, uma composição formada por noz de galha, sulfato ferroso, goma arábica como espessante e um meio aquoso. A noz de galha é uma excrescência do carvalho provocada pela ação de certos insetos, sugerindo ter sido esse desenho produzido no calor da contradição ocorrida no mato. Ao chegar às mãos de Afonso Botelho, foi sinalizado com as letras e inserido no fluxo da comunicação régia.

Uma cópia desse mapa, cuja caligrafia, como será visto adiante, sugere ser de um dos capitães que entraram nos Campos de Guarapuava, Lourenço Ribeiro de Andrade, foi anexada a um atlas organizado pelo próprio d. Luis, intitulado "Cartas Topograficas do Continente do Sul e Parte Meridional da América Portuguesa com as Batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das Missões do Paraguay Recopilladas pelo Governador e Capam. Genal de S. Paulo Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouram". Na página 20 foi anexada a planta que pode ser vista na Figura 73. Esta foi feita a nanquim e possui dimensões maiores do que as da Figura 92. Além disso, nela não foram incluídas as letras F e G.

Como o padre beneditino estava imbuído da tarefa de escrever uma história da capitania de São Paulo pelo viés do governo de d. Luis, a hipótese é

a de que essa planta foi copiada pelo capitão com o objetivo de agregar informação visual a essa narrativa histórica abortada. Como visto anteriormente, a cronologia dessa história da capitania de São Vicente começava justamente com a ida do conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, para as campanhas das missões do Sul. Parte dos desenhos inseridos nesse atlas e o seu próprio título referem-se a esse contexto. Assim, a Planta não é um objeto solto descontextualizado no atlas, mas teria a função de inserir a história do governo de d. Luis no enquadramento mais amplo da tradição institucional de mapeamento do Centro-Sul do Brasil.

Em setembro de 1770, foi enviado um ofício para o conde de Oeiras com uma narrativa visual focalizada na descrição da correnteza do Rio D. Luis. Como foi feito pelo padre em parceria com o capitão Francisco Nunes Pereira, um dos integrantes das duas primeiras expedições, esse mapa completava a narrativa da Planta.

O ofício de d. Luis dizia que na conta 21 havia sido enviado um mapa marcado com o mesmo número, no qual era descrito principalmente o Rio D. Luis, "com todos os rios que entram nelle, as picadas que se formarão para o seu descobrimento e a qualidade de boas árvores frutíferas de que abundam às suas margens, animais e pássaros silvestres que a povoão".[61]

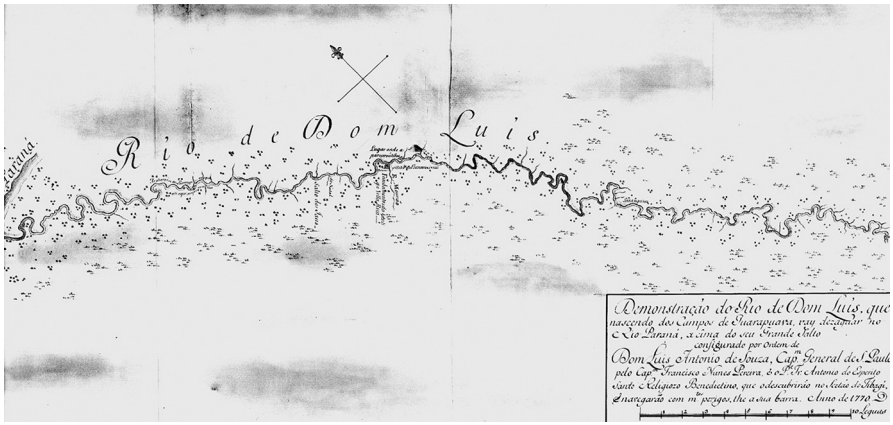
Esse mapa manuscrito, encontrado em uma reprodução digital em preto e branco, sem referências de dimensão e tipo de tinta, atribuía explicitamente a autoria ao padre e ao comandante, como pode ser lido na transcrição a seguir:

> Demonstração do Rio de dom Luís, que nascendo dos Campos de Guarapuava, vay desaguar no rio Paraná, acima do seu grande salto configurado por ordem de Dom Luis Antonio de Souza Capm. General de São Paulo **pelo** Capm Francisco Nunes Pereira e o Pe. Frei Antonio do Espírito Santo, religioso Benedictino, que o descubrirão no sertão do Tibagi e navegarão com mtos, perigos the a sua barra. Anno de 1770.

No auto de perguntas feitas ao padre e aos soldados na vila de Itu, também era confirmado ter sido feito pelo padre beneditino uma carta geográfica do

61 Ofício de D. Luis Antonio de Sousa para o Conde de Oeyras em 3 de julho de 1770. *DIs*, São Paulo, Typographia Andrade e Mello, v.34, 1901, p.227-228.

Figura 93 – Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or Cap.am Gen. al de S. Paulo D. Lvis An.to Sovza e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Far.a. De todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portugueza [manuscrito]




Fonte: BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61

Rio D. Luis, na qual era possível ver com clareza o que havia na margem do rio.[62] O comandante Francisco Nunes Pereira tinha mesmo habilidades em cartografia, pois fez um mapa do Rio Paraná, não localizado, existindo, entretanto, uma descrição de seu layout. Nesse mapa do Rio D. Luis, a caligrafia dos escritos sobrepostos ao rio é semelhante à do padre. Mas a do cartucho sem ornamento sugere diferença principalmente na grafia da letra D. O padre também não recorria a cartucho para emoldurar seu título nem inseria petipé, o que sugere ter sido mesmo um mapa feito a quatro mãos, uma prática comum nos sertões.

Outros dados indicativos da atribuição de uma das autorias ao padre beneditino são a rosa dos ventos e sua direção norte-nordeste, significando esta a vitória do rumo estabelecido pela sua bandeira em oposição à dos soldados e à representação de vegetação em elementos figurativos tal como os da Planta F e G.

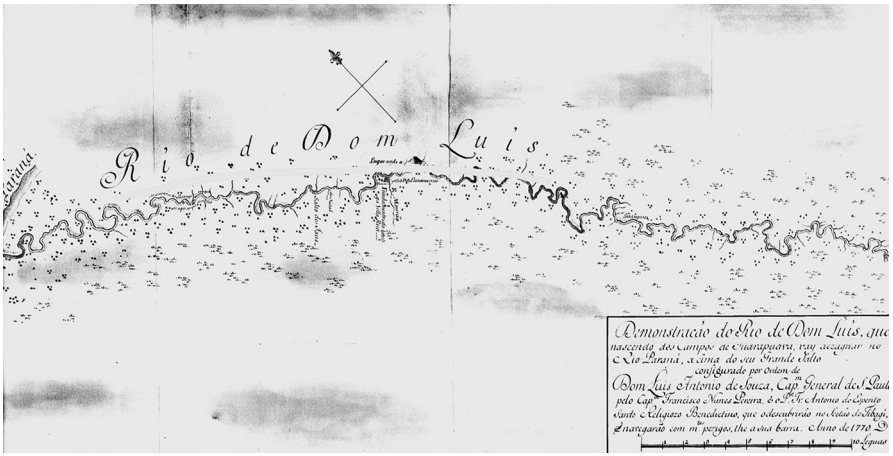
62 Inquirições de testemunhas por ordem de D. Luís António, um acerca do religioso Frei António de Santa Teresa, pedindo "justificação autêntica". Fundação Casa de Mates, Vila Real, Subsecção 6.02/GSP/01.01G. 1040.15 G. 1158.3, 1770/11/08-1770/12/20.

A presença desse mapa no plano de mapeamento e defesa da parte meridional do Brasil ajustado entre o governador d. Luis e José Custódio de Sá e Faria é mais um indício de esse engenheiro militar não ter pisado no terreno do Tibagi e ter se servido dos mapas e diários feitos pelos soldados, comandantes e pelo padre beneditino para criar o seu mapa mental da região e os transferir para mapas de papel.

Esse desenho, em interlocução com os diários do padre e dos soldados e com dados etnográficos dos povos falantes do jê, mostra tanto a memória de um governador junto às instâncias institucionais, onde se daria a sua visualização, quanto a existência de uma camada do território e da paisagem indígena apenas sobreposta por topônimos oficiais.

Tanto quanto a extensão do rio representado em todas as suas curvas, o seu nome ocupa toda a área central do mapa com letras em tamanho ressaltado, tal como no cartucho em relação a todo o restante do texto. Com esse procedimento, era dada evidência à figura do governador e de um período de governo.

Figura 94




Fonte: BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61

Tendo a memória de seu governo como um dos princípios da sua política, pois era devotado aos apelidos da própria família,[63] e acreditando na cultura visual como um veículo de comunicação e esclarecimento, o Morgado de

63 Holanda, 2014, p.69.

Mateus esteve engajado em perpetuar-se na hidrografia da capitania. Se sua missão como funcionário régio era a de inventar um sertão conquistado e uma monarquia portuguesa soberana território adentro do Brasil meridional, esta teria de ser mostrada como conquista sob a sua batuta.

O ofício de encaminhamento desse mapa, escrito por Afonso Botelho, contém dados explicativos do mapa F, G anteriormente exposto e indica o quanto ambos são complementares e produziram uma narrativa. Segundo o comandante, o Rio D. Luis era mais largo do que o Tietê, abundante em peixe, e nele havia muitos sinais de gentio, sugerindo ter sido um componente da sua territorialidade.

Como visto no primeiro capítulo, os jê usavam os rios para refrigerar o pinhão e garantir sustento para o ano todo. Mas na margem desse rio também havia ossos de caça, e em uma de suas ilhas foi encontrado um pau cortado a machado, tudo com sinais frescos, sugerindo presença indígena recente. Distante 8 léguas dali, foram avistados fumos e um "caminho muito longo que dizem ser do gentio e direito ao alojamento deles". No auto de perguntas na vila de Itu, foi observado pelo padre que nas margens desse rio havia "boas e grandes povoações".[64]

A correnteza do Rio D. Luis possuía em sua margem sinais etnográficos, como as serras usadas pelos jê para a cremação de seus mortos e mais especialmente uma com um aparente montículo sobreposto, tal como os monumentos funerários construídos por esses grupos, além dos pinheiros dos quais extraíam o principal componente de sua dieta, o pinhão.

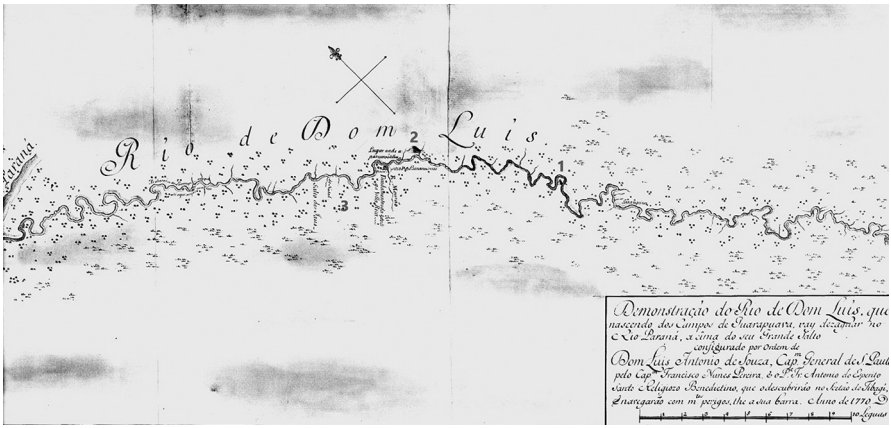
As expedições de mapeamento portuguesas do período se apropriaram do Rio D. Luis como artéria inter-regional ligando a cidade de São Paulo, os sertões do Tibagi, o acesso ao Rio Paraná e ao Iguatemi. Esse círculo geográfico foi classificado pelo governador como "notável giro" feito pelo padre beneditino: "descendo o Rio de D. Luiz enthé o Paraná, e subindo athé essa praça dos prazeres do Goatemy de onde voltando vieram pelo Tietê a esta Cid".[65]

---

64 Relação das cartas de serviço do governo, AHU, São Paulo, Avulsos, [part., 1770, fev. 9, cx. 6, D. 353; Inquirições de testemunhas por ordem de D. Luís António, um acerca do religioso Frei António de Santa Teresa, pedindo "justificação autêntica". Fundação Casa de Mates, Vila Real, Subsecção 6.02/GSP/01.01G. 1040.15 G. 1158.3, 1770/11/08-1770/12/20.

65 Cópia da Segunda Carta de S. Exca de 30 de nov. de 1770. *DI*s, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1805, v.9, p.83.

Figura 95 – (1) Morro com montículo sobreposto; (2) Morro; (3) Pinheiros




Fonte: BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61

Quando as expedições começaram, o Rio D. Luis foi definido como primeiro ponto de parada, onde uma parte da bandeira deveria retornar ao ponto original de partida para abrir caminho que desse entrada para cavalos e mantimentos, ou seja, esse rio era cercado de simbologias, como a de porta de acesso para a conquista de sertões. Por desaguar no Rio Paraná e este seguir em direção ao Rio da Prata e a margem desse estuário ser uma referência de conquista da fronteira da Corte e de governo de d. Luis, esse rio que estampava seu nome carregava a simbologia de via para a soberania.

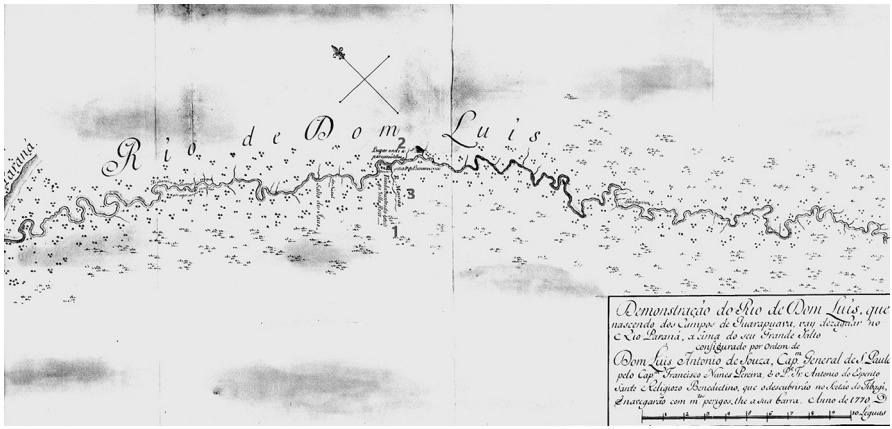
As expedições também tinham a responsabilidade de localizar os "antigos fundamentos das Provincias Castelhanas que destruíra os paulistas", e uma delas, Vila Rica, foi inventada justamente sobre o Rio D. Luis.

> bem no meio delle, e pode ser q'seja naquelle citio adonde os nossos descobridores acharam muitas larangeiras, e bananeiras, e algumas telhas, e hé de crer que os Espanhóis q'fundaram sobre aquelle Rio seria depois de escolherem aquella cituação por melhor, e mais abundante entre os mais q'se compõem este Continente.[66]

O mapa do Rio D. Luis inventava, assim, uma promissora Vila Rica sob a frase "Fundamentos da antiga Vila Rica", como se vê na Figura 96,

66 Ibidem, p.86.

Figura 96 – (1) Fundamentos da antiga Vila Rica; (2) Local onde encontraram telhas; (3) Rio Mourão




Fonte: BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61

detalhando o que na Carta Corographica (Figura 13) era exibido apenas com o sinal de estrela.

Essa vila hispânica sofreu vários deslocamentos e teve várias refundações, e suas ruínas localizadas foram inventadas às margens do Rio D. Luis e na cabeceira de um outro tributário ligado à sua memória de governo, o Rio Mourão.

No diário do padre beneditino, esse rio era descrito em tons de promissão:

> No dia 3 de Março [...] chegou o Capitão Francisco Lopes da Silva com a sua Companha a barra do *Rio Mourão* que faz no *Rio D. Luiz*, fizeram pouzo nos grandes bananais q'alli há [...] emqto faziam diligencia pa descobrir os fundamentos da antiga Villa Rica pelas noticias de ser aquelle o seu descricto.[67]

Na confluência desses dois rios, D. Luis e Mourão, apareceram "vários signaes de situação como olarias, e telhas, muita louça espalhada pelos mattos, muitos limoins, cidras, laranjas, bananas, enfum tudo qto há em povoado está nesse formozo lugar".[68] A reconfiguração da paisagem das margens hidrográficas da região substituía a paisagem da destruição dos paulistas, da fundação castelhana e do território indígena das mulheres jê,

67 Ibidem, p.101.
68 Ibidem.

responsáveis pela colheita das frutas, e dos povos jê em geral por promissor território para a ocupação portuguesa, graças aos avanços das expedições de mapeamento do governo de d. Luis.

Através da imagem cartográfica, era inventado um outro "paiz", cuja plena visualização ocorria com a leitura dos diários, com descrições de paisagem idílicas como:

> Em por meio das ruas arvores grandíssimas e o matto que a cobre todo hé larangeiras, limoeiros e cidreiras; por espaço de mais de hua legoa, todo o matto hé da mesma qualidade com gdes bananais pela margem do Rio D. Luiz e pa dentro do Rio Mourão; da mesma sorte tem os Rios mto peixe de sorte que põem a panela no fogo, e botam as linhas, tiram já o peixe, que é preciso grande ou pequeno, como o querem; caça da mesma sorte.[69]

Os vários trechos do percurso por esse rio traduzem para o visual as descrições do diário, os sinais da paisagem jê e as ruínas da antiga Vila Rica. Foram vistos laranjais, no centro do mapa as ruínas, com representação gráfica de vila e telhas – "onde aparecerão telhas" –, a frase "Fundamentos da antiga Vila Rica". Os pinheiros da paisagem jê referenciados com escrito e representação gráfica, as bananeiras listadas no diário. Os laranjais ocuparam praticamente toda a margem do rio.

Essa imagem de um extenso rio que enchia os olhos do observador ao ser desdobrado poderia mesmo impressionar e causar contentamento, pois o engenhoso padre, no meio das ruínas da antiga Vila e depois de atravessar tantos laranjais e pinheiros, concluiu que todos da expedição estavam tão contentes que "já escolhião as partes em que haviam de fazer seus sítios, alguns tinhão justo casamento com irmãs dos outros para hirem viver naquele alegre paiz",[70] um país, entretanto, mestiço e indígena, elidido pela projeção de outros países, como o da memória de um governador e o do Império. E dessa forma o padre historiador e metido a fazer mapas, acompanhado dos comandantes e soldados, prosseguiu viagem, catando objetos de índios aqui e ali para continuar arquitetando um império soberano com o bico da pena e em folhas de papel.

---

69 Ibidem, p.188.
70 Ibidem, p.102.

# 5
# Territorialidades indígenas em objetos e desenhos

## Objetos etnográficos e mapeamento

Objetos etnográficos foram ferramenta epistemológica para soldados e comandantes traçarem e redefinirem trajetos, decidirem sobre a logística da expedição e traçarem desenhos de itinerário. Objetos não são meros artefatos de definição e valor reduzidos às suas características físicas, e não são criações inanimadas, pois, como potencialmente capazes de ultrapassar a vida de seus criadores e serem manuseados em sucessivas épocas por pessoas, grupos, gerações de uma mesma comunidade ou fora desta, adquirem diferentes significados, utilidades, usos e poder de intervenção social.

Tal como pessoas, objetos têm biografia,[1] produzem e interferem na história das sociedades. Os objetos etnográficos dos povos jê dos Campos do Tibagi e Guarapuava tiveram no seu percurso de vida uma sucessão de fases e mudanças de *status*, transmudando seus valores de uso prático ou ritual no cotidiano de uma comunidade indígena para o de ferramenta epistemológica de produção do espaço e de comunicação e distinção social nas mãos de soldados e comandantes.

Objetos, tal como agentes mapeadores ou grupos sociais, constroem territórios quando são observados, recolhidos e usados nos contextos de mapeamento. Mas objetos etnográficos também revelam a espacialidade e a agência indígena sobre o território quando é considerado o local onde são encontrados. As características plásticas dos objetos também traziam informações sobre o grupo étnico habitante da região mapeada, fornecendo dados

1 Kopytoff, 2021, p.83-114.

mínimos de seu perfil para os integrantes de uma expedição, se pertenciam a uma nação com a qual já tinham tido contato ou não, se violentos ou pacíficos no trato.

Entre os jê, os clãs kamé e kanerú, por exemplo, podiam ser identificados por essa materialidade, pois, enquanto os primeiros confeccionavam seus objetos com couro de animais, penas de pássaros, cascas, folhas ou madeira riscados, os segundos empregavam o malhado, pois essas diferentes formas definiam a sua identidade. Segundo Nimuendajú, nas suas cerimônias religiosas os feiticeiros dos clãs somente usam os animais e vegetais correspondentes a essas formas malhadas ou riscadas, chamadas pintas.[2]

Nas expedições os soldados, apesar de mateiros experientes, tiveram o cuidado de descrever o material usado na confecção de alguns objetos, o que pressupõe interesse em identificar um grupo de fato ainda mal conhecido, com o qual ainda não tinham tido contato. Ao produzir uma percepção dos grupos indígenas habitantes da região através dos objetos, os soldados podiam calibrar apropriadamente a sua marcha no terreno de acordo com os sinais humanos encontrados, pois não tinham segurança em relação ao temperamento dos índios com os quais poderiam se deparar. A quantidade de objetos encontrados em um rancho ou paiol poderia determinar cautela ou despreocupação na marcha.

Os objetos dos índios foram recorrentemente mencionados nos diários, provocaram vários tipos de reações e foram ressignificados pelos integrantes das expedições. Como o encontro de um objeto indígena não era negligenciado e este era observado e descrito detalhadamente em suas características plásticas e condição como estado físico, matéria-prima e forma de confecção, além de ser recolhido, pode-se considerar que os próprios mapeadores tinham consciência do seu valor epistemológico.

Uma espiga de milho pururuca poderia ser resto de alimento ou objeto usado nos rituais indígenas. Em mãos de comandantes e soldados, espigas eram convertidas em alimento para os animais. Um fogão de pedra ou um cesto confeccionado com fibras tinham finalidades vinculadas à infraestrutura de satisfação dos mínimos vitais das comunidades indígenas, mas nas mãos dos mapeadores motivavam decisões sobre a logística da expedição. A projeção, as linhas de rios e os símbolos gráficos de montes em um desenho

2 Nimuendajú, 1993, p.59.

de itinerário em especial, por terem como objetivo principal a descrição de um trajeto, dialogavam com objetos recolhidos nesses locais.

Em seu processo de produção, imagens cartográficas, tais como cartas geográficas, corográficas ou desenhos de itinerário, se subsidiam em vários tipos de materiais, inclusive em objetos georreferenciados. Assim, mapeamento ocorre na inter-relação entre pessoas e objetos, e nos espaços coloniais os objetos etnográficos foram uma das fontes para a produção das ficções imperiais.

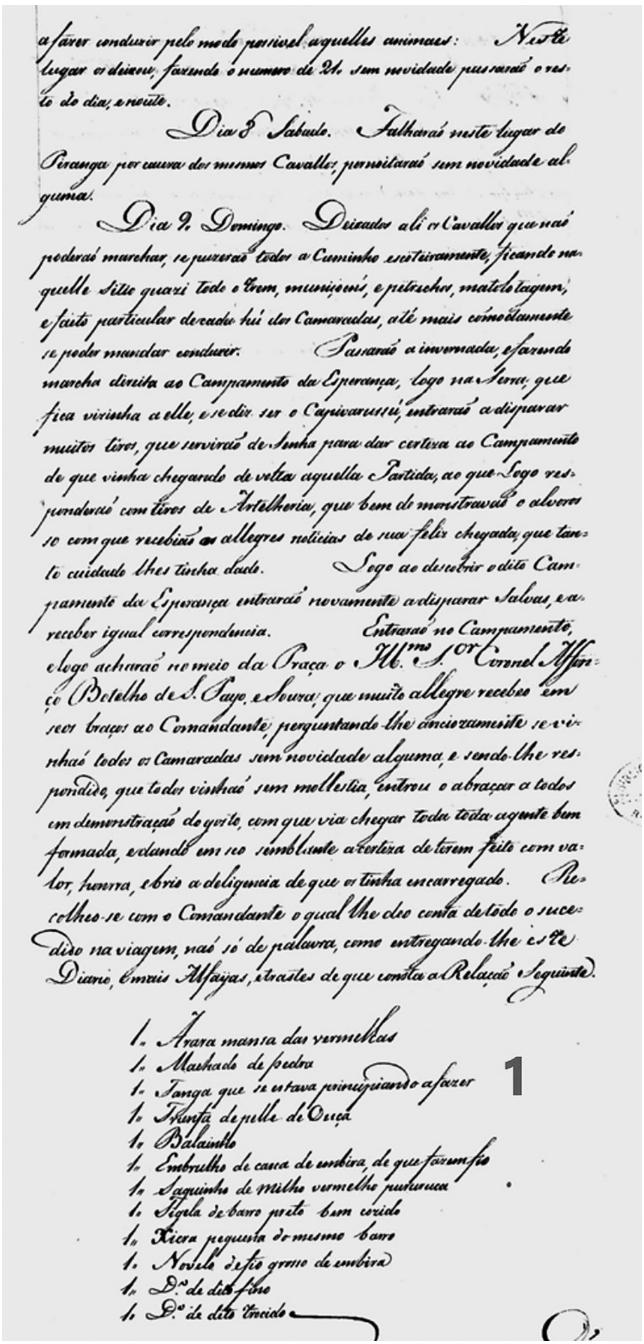
Em História, aprendemos com os principais clássicos da teoria e da metodologia que a agência humana no tempo deve ser o foco da investigação, mas o não humano não apenas interfere e atua nos processos históricos como possui uma biografia que interefere e explica processos históricos. Na filosofia, a teoria da ontologia do objeto orientado e, na antropologia, a teoria da vida social das coisas defendem que o ser/existir de um objeto tem potencialidade para assumir a centralidade da explicação[3] e, portanto, um fenômeno histórico pode ser narrado sob o prisma de um objeto.

Como mostraram alguns historiadores, objetos de matriz etnográfica indígena oferecem uma solução metodológica para identificar a agência indígena na História,[4] e algumas estéticas narrativas da história indígena no Brasil, tais como a dos vazios demográficos ou do desaparecimento, podem ser invalidadas pelos objetos etnográficos recolhidos nos processos de mapeamento. O vazio humano espacial nos mapas transmite a mensagem de uma fronteira interna disponível para a ocupação do colonizador e do Estado. Mas os objetos etnográficos observados e recolhidos nas expedições de mapeamento dessas mesmas fronteiras internas comprovam não só a não existência de vazios demográficos, mas territorialidades específicas, e quão os agentes coloniais foram dependentes dos grupos indígenas locais para penetrar o território e mapeá-lo.

Além de serem ferramentas de mapeamento e de confecção de mapas, objetos também eram ferramentas de comunicação com os comandantes e informavam sobre os êxitos dos soldados, completando, assim, os dados dos diários. A recolha de tais objetos foi uma ação obrigatória nas expedições. Ao final de uma delas, os soldados deram "conta de todo o sucedido na viagem,

3 Bloch, 2001; Rosseto, 2019; Appaduray.
4 Safier, 2010.

Figura 97 – (1) Relação de objetos



a saber conduzir pelo modo possivel aquelles animaes: Neste lugar se deixou, fazendo o numero de 21. sem novidade passarão o resto do dia, e noute.

Dia 8 Sabado. Falharão neste lugar de Piranga por causa dos mesmos Cavallos, passarão sem novidade alguma.

Dia 9. Domingo. Deixados ali os Cavallos que não podião marchar, se puzerão todos a Caminho escuramente, ficando naquelle Sitio quasi todo o Trem, municções, e petrechos, mantimentos, e fato particular de cada hũ dos Camaradas, até mais cómodamente se poder mandar conduzir. Passarão a invernada, e fazendo marcha direita ao Campamento da Esperança, logo na Serra, que fica vizinha a elle, e se diz ser o Capivarussú, entrarão a disparar muitos tiros, que servirão de Senha para dar certeza ao Campamento de que vinha chegando de volta aquella Partida, ao que logo responderão com tiros de Artelharia, que bem de manifestarão o alvoroço com que recebião as allegres noticias de sua feliz chegada, que tanto cuidado lhes tinha dado. Logo ao descobrir o dito Campamento da Esperança entrarão novamente a disparar Salvas, e a receber igual correspondencia. Entrarão no Campamento, e logo achurão no meio da Praça o Hm.o S.or Coronel Affonço Botelho de S. Payo, e Sousa, que muito allegre recebeo em seos braços ao Comandante, perguntando lhe cincioramente se vinhão todos os Camaradas sem novidade alguma, e sendo lhe respondido, que todos vinhão sem molestia, entrou a abraçar a todos em demonstração de gosto, com que via chegar toda tão agente bem famada, exclamando em seo semblante a certeza de terem feito com valor, honra, e brio a deligencia de que os tinha encarregado. Recolheo se com o Comandante o qual lhe deo conta de todo o sucedido na viagem, não só de palavra, como entregando lhe este Diario, e mais Alfayas, e trastes de que consta a Relação seguinte.

1. Arara manta das vermelhas
1. Machado de pedra
1. Tanga que se estava principiando a fazer
1. Thanta de pelle de Onça
1. Balaustre
1. Embrulho de casca de embira, de que fazem fio
1. Saquinho de milho vermelho pururuca
1. Tigela de barro preto bem cozido
1. Xicara pequena do mesmo barro
1. Novelo de fio grosso de embira
1. D.o de dito fino
1. D.o de dito torcido

Fonte: Notícias da conquista..., p.348

não só de palavra, como entregando-lhe [a Afonso Botelho] este Diário, e mais alfaias, e trastes".[5] A listagem na Figura 97, inserida em um dos diários das expedições, exibe uma amostra do resultado dessa relação complementar entre artefato e texto como um mensurador do desempenho de soldados.

Nessa lista foram arrolados machado de pedra, "tanga principiada a fazer", trunfa de pele de onça, balainho, "embrulho de casca de embria", usada para fazer fio, tigela de barro preto, "uma xícara pequena do mesmo barro", um novelo de linho grosso de embira e outros da mesma folha, um fino e outro torcido.

Assim como os objetos etnográficos podiam trazer para os soldados reconhecimento de seus méritos de exploradores perante seus superiores, o mesmo ocorria com os governadores, pois estes também estavam envolvidos com a construção de sua própria reputação nos domínios ultramarinos com o objetivo de alcançar visibilidade e ampliar seu capital político nas Cortes.

Do ponto de vista da vida social do agente colonial, a recolha desses objetos, em vez do propósito de compor coleções privadas, tinha mais como objetivo destacar o mérito e, portanto, gerar dados nesse sentido para a projeção de memórias de serviços prestados em favor da ampliação dos domínios do Império na América, sendo, portanto, peças complementares aos diários, toponímia, atlas, imagens cartográficas e narrativas geográfico-históricas.

Afonso Botelho tinha essa percepção e, como um parceiro fiel do governador d. Luis, despachou para São Paulo um sargento com "arcos, flechas, bordões e mais trastes [...] para tudo apresentar ao [...] Sr. General [...] que com razão se deve alegar, e estimar estas felizes notícias sucedidas no tempo de seu governo".[6] Nem todos os objetos podiam ser enviados para o governador, como era o caso dos de grandes dimensões, tais como os alojamentos. Assim, estes eram minuciosamente descritos e enviados como narrativas descritivas para as autoridades coloniais. Como um objeto narrado, os alojamentos também eram usados para definir a direção da marcha no terreno.

Um rancho comprido, definido como paiol, fez um sargento retornar ao seu comandante para descrever seu achado. Dentro dele foram observados vários sinais, "que ficaram certos ser dos gentios", tais como milho, feijões em cestos, duas pilhas de ponta de flechas, e levaram uma espiga de milho

5 Notícias da conquista..., p.348.

6 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p. 61.

e uma ponta de flecha para "a certeza do que viram". Os objetos, portanto, foram usados não apenas como documento comprobatório de achados na expedição, mas também como ferramenta de decisão, pois fizeram o tenente tomar a "resolução de entrar com toda a sua partida aos campos".[7]

O espaço do Brasil meridional não foi produzido meramente a partir de olhos oficiais ou de soldados mateiros dirigidos por comandantes, mas também pela subjetividade espacial indígena expressa em seus objetos e nos lugares físicos que ocupavam. Para os agentes envolvidos nas expedições aos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava, observar e recolher objetos etnográficos não era um mero colecionismo de objetos curiosos, mas parte de uma metodologia de mateiros para concretizar um empreendimento. Como os soldados eram, em boa parte, práticos de sertão, em grande medida conhecedores das terras percorridas, sabiam da existência de comunidades indígenas na região e conheciam também os roteiros dos antigos sertanistas.

Embora possa ser admitido que esses mateiros não tenham tido contato com alguns grupos indígenas autônomos mais enquistados nos sertões do Sul, tinham a percepção de que coisas, não apenas rastros, trilhas e pegadas na floresta, poderiam guiá-los por direções mais precisas para o êxito das expedições. Manipulados pelos soldados, os objetos traçariam itinerários. E, se homens e mulheres fizeram os objetos, os objetos também os fizeram, ou seja, interferiram em suas decisões e ações, levando-os a projetar territórios conquistados.

Os objetos recolhidos pelos soldados mateiros foram produto de uma seleção ocorrida em domínios específicos da espacialidade jê, tais como "casa", "espaço limpo" e "floresta virgem", referindo-se, portanto, a objetos de moradia, trabalho, alimentação e ritualísticos. Em alguns contextos do processo de mapeamento nos quais estavam envolvidos, esses soldados reutilizaram e ressignificaram esses objetos com o intuito de otimizar seus trabalhos. Assim, em um mesmo contexto um objeto assumia várias performances, sendo em primeira instância uma ferramenta de conhecimento de terreno, para simultaneamente tornar-se objeto de uso prático.

Pelas descrições dos diários, observa-se que a paisagem dos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava era ocupada em vários lugares por objetos indígenas indicadores de sua espacialidade e identidade étnica. Dispor

7 Notícias da conquista..., p.19.

objetos régios nesse espaço, portanto, era uma forma de impor outra camada paisagística sobre a indígena e, assim, projetar um território conquistado e um império soberano sobre tais terras. Tais objetos eram instalados no espaço reaproveitando elementos do meio natural já amplamente utilizados pelos próprios indígenas, tais como os troncos de pinheiros ou as pedras, usadas na sua comunicação. Entende-se assim, por que uma das ordens emitidas pelo governador para um dos comandantes foi instalar "sinais de duração, como em lajes de pedra, a escultura da cruz, e outros caracteres que digam: Viva El Rei de Portugal",[8] porque, se os índios usavam essas lajes para se comunicar, estas também poderiam ter a mesma função, mas para a mensagem régia.

O estado físico dos objetos também era alvo de observações e de ferramenta para deduções no processo de percorrer e mapear o espaço, pois poderiam indicar havia quanto tempo os índios tinham percorrido ou permanecido em certo lugar. Ausente, destruído ou reconstruído, o objeto tinha o seu valor para comunicar sobre o espaço e sobre as figuras humanas que o ocupavam. Ao passar por um caminho, os soldados notaram que "não havia vestígio algum que os persuadissem tivesse por aquele lugar andado gentio há dois anos", o que os levou a retornarem ao seu abarracamento para pernoitar.[9] Pela ausência de objetos, portanto, puderam calibrar a sua marcha e estabelecer uma pausa no trajeto.

Um alojamento destruído e observado como reconstruído em outro lugar permitiu aos soldados e comandantes inferir que estavam diante dos mesmos índios, concluindo "ser esta a mesma gente, e só mudando o sítio", e essa convicção foi reforçada ainda por um objeto que índios traziam consigo: "e o que corroborou mais este conceito foi o conhecerem-se uns coiches,[10] que na viagem passada se deixaram no alojamento hoje destruído".[11]

Embora não tenham sido encontrados registros do destino desses objetos com a conclusão das expedições aos sertões do Tibagi e Guarapuava, a sua

8 Ordens para cumprir o Te. Domingos Lopes Cascaes..., in Notícias da conquista, p.113.

9 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista, p.93.

10 Certamente a palavra seria "cocho", no sentido de "tabuleiro", um utensílio doméstico feito de madeira.

11 Diário de tudo o que sucedeu na marcha que fez a partida que saiu aos campos de Guarapuava, comandada por Paulo de Chaves de Almeida por ordem de..., in Notícias da conquista..., p.342.

listagem feita a partir da volumosa massa de documentos escritos demonstra o quanto foram valorizados e utilizados, mas também o quanto a territorialidade jê era uma dobra consistente desses sertões onde o Império tentava projetar sua ficção geográfica e de soberania.

*Rancho*

*alojamento*

*Alcofas*[12] *ou cestinhas*

*Semitrunfa*[13] *composta de penas, tecida (tipo de turbante)*

*Fita branca a maneira de liga trançada*

*Novelos de fios fiados*

*Panelas*

*Porongos*[14]

*Caracaxases*[15]

*Círio*[16] *de milho branco, roxo e amarelo todo pororoca*

*Pratos*

*Linha estriga*[17]

*Coches grandes para 7 alqueires de milho*

*Balaios e cestos*

*Cristais finos*

*Paiol*

*Arcos*

*Flechas*

*Bordões*[18]

*Linha de pesca feita de ouro bruto chamado folheta*

*Machado de pedra*

*Tanga*

12 No dicionário de Raphael Bluteau, "casta de cesto, largo e fundo, e que de ordinário se mete pão, ou farinha".

13 Segundo Raphael Bluteau, "espécie de Turbante, ou composto de uma tira branca, que dá muitas voltas ao redor da cabeça [...] poderia ter alguma semelhança co a trunfa dos Mouros".

14 No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* significa "cabaça", no sentido de recipiente.

15 No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* significa "chocalho".

16 No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* significa "tocha". No dicionário de Raphael Bluteau a descrição é "feita de romagen, quando vão de romagem os Irmãos, v. g. da Nazareth então levão o Cirio à mesma Senhora".

17 Em Raphael Bluteau, estriga de linho, "hum pouco de linho, passado já no redeiro capaz de fiar".

18 No dicionário de Raphael Bluteau, "Pao a que os que andão a pé se encostão".

| |
|---|
| *Trunfa de pele de onça (tipo de turbante composto de faixa enrolada na cabeça)* |
| *Balainho* |
| *Embrulho de casca de embira de que fazem fio* |
| *Tigela de barro preto cozido* |
| *Xicra pequena do mesmo barro* |
| *Novelo de lio grosso de embira*[19] |
| *Novelo de lio fino de embira* |
| *Novelo de lio torcido de embira* |
| *Fogões* |
| *Pilões de pedra* |
| *Dentes de caça enfiados como rosários* |
| *Bastões* |
| *Punhal de osso* |
| *Camisolas* |
| *Tintas de várias cores* |
| *Jiraus* |
| *Jacás*[20] |
| *Mundéus*[21] |
| *laços* |

Fonte: tabela confeccionada com dados levantados em documento: Notícia da conquista...; Relação assinada pelo (secretário de governo da capitania de São Paulo) Tomás Pinto da Silva, 1772...

Como ferramentas epistemológicas e de definição de logística de mapeamento, esses objetos eram recolhidos e exibidos aos comandantes, para em seguida serem feitas deliberações. Assim ocorreu quando os soldados se deparam com "um grande rancho de gentio", quando foram encontradas

> várias alcofas e cestinhas [...] e uma simitrunfa compostas de penas, e uma fita branca trançada a maneira de liga, dois novelos de fios muito bem fiado, panelas, porongos ou cabaças grandes e um cheio de mel, caracaxazes e outras coisas que costumam fazer seus festejos [...] e [...] se lhe tiraram alguns destes trastes para mostrar-se.[22]

19 "Embira" é designação comum a várias árvores e arbustos que ocorrem no Brasil da família das timeleáceas. São venenosas para o gado e da casca é extraída a fibra da parte interna, para a confecção de cordas e estopa.

20 No dicionário de Raphael Bluteau, "segundo o Padre Bento Pereira [...] he bolça".

21 No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, armadilha que desmonta sobre a caça.

22 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.47.

Os alojamentos jê serviram como marcadores de direção para soldados incumbidos de mapear e compreender as condições de navegabilidade de rios, porque eram dispostos justamente em suas margens, pertencentes aos níveis territoriais "casa" e "espaço limpo". Quando os soldados se viram diante de dois ranchos, "um em pé e outro já no chão" e que deles saíam vários caminhos, tomaram a decisão de escolher um que "seguia a orilha do rio".[23] Um "alojamento pequeno" os fez decidir pela continuidade da marcha "prosseguindo no mesmo rumo para examinar" toda a costa do Rio Jordão e alcançar os tão ambicionados Campos de Guarapuava.[24]

E foi um "rancho grande", preenchido por muitos objetos, como o descrito anteriormente, que os fez decidir "para melhor cautela [mandar] o tenente-coronel [juntamente com outros] explorar os campos [...] que mais parecia trilhado para a banda do sul, por haver vários, que saiam do mesmo rancho".[25]

Alojamentos como esses foram lançados nos desenhos de itinerário feitos durante a expedição, por meio de símbolos gráficos triangulares como os das figuras 98 e 99, desenhados pelo frade beneditino nos dois desenhos de itinerário correspondentes ao percurso da primeira e da segunda expedições, acompanhados da inscrição "arrayal dos índios".

Em certo momento da expedição, os soldados saíram em um despraiado com muitas pedras e ali encontraram os "pilões de pedras, em que os índios pisavam o milho para comerem". Esse objeto foi motivo suficiente para decidir pelo prosseguimento da marcha e apenas fatores naturais interromperam essa decisão, pois a certa altura o rio tornou-se muito cheio e os paredões, muito altos.[26] O encontro de uma "ranxo grande" também podia provocar controvérsias entre os marchantes, como a que levou uns a darem fim à marcha e outros, como o tenente Cascais, com mais outros três, a prosseguir e adiantar o caminho.[27]

---

23 Diário do Porto de S. Bento ao Rio Tabagy para o Rio de D. Luis e Praça de Guatimim pelo tenente Francisco Lopes da Silva, capitão hoje da companhia que está na nova Villa Rica, que se descobrio no mesmo rio de D. Luis, in Notícias da conquista..., p.223.

24 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.64.

25 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.47.

26 Diário do Porto de S. Bento..., in Notícias da conquista..., p.223.

27 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.44.

Figura 98 – Fragmento de Planta dos Descobrimentos que fizeream as Expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira no Tibagy, BND

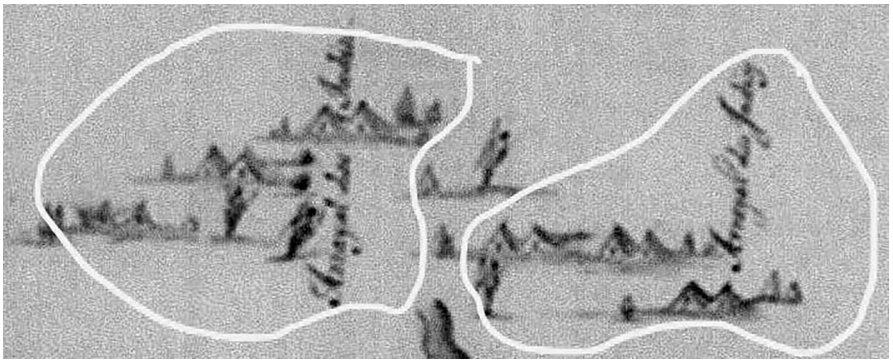
Fonte: BND, Mapa português, ARC.004,03,023 – Cartografia, [ca 1770], desenho a tinta ferrogálica, 29,2 X 46,4 cm em f. 34,8 X 51,7 cm

Nos mesmos mapas pode-se localizar, em interlocução com o diário, o local onde os membros da expedição viram um "fogão rio abaixo", panela e uma abelheira furada com machado.

As abelheiras – casas ou ninhos de abelhas – são objetos naturais com características físico-químicas, tais como as cabaças, e têm função de uso no cotidiano. No mato as abelheiras eram um dos objetos cujas marcas deixadas pelo tipo de manuseio forneciam mais facilmente a identificação do seu manuseador, se índio ou mameluco. Se sua furação fosse feita com ponta de ferro ou de pedra polida, poderia apontar para um ou outro e calibrar a marcha dos soldados ou indicar quem havia passado antes no local percorrido.

O frade beneditino Francisco Antonio associava cortes em abelheiras feitos com ponta de ferro ao colono, pois, como explicou ao encontrar uma delas, "pelos cortes de machado não parecia de índios, mas sim de gente

Figura 99 – Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do Capm Estevão Ribo. Bayão e a do capm. Francisco Nunes Pra. no Tibagy. In: Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portugueza [Cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay



Fonte: BND, CMM, [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.): col., desenho a nanquim ; 42 x 49,5 cm

civilizada".[28] E em outro momento já havia feito referência a abelheiras encontradas com cortes feitos em instrumento cortante de pedra polida. O mel era um dos ingredientes utilizados na bebida fermentada com milho feita pelos jê para sua cerimônia do kikio-ko-ia, uma "espécie de canjica com mel, fermentada".[29]

Como observado na listagem, entre os objetos etnográficos recolhidos havia um machado de pedra. Mas não deve ser descartada a hipótese de os jê também manusearem e terem incorporado o uso de objetos cortantes confeccionados em ferro e obtidos por meio do contato com sertanistas ou outros grupos indígenas locais. O mesmo padre, em outro momento da expedição, chegou a ponderar sobre isso e explicar uma abelheira furada com machado associando-o a um episódio de assassinato, quando os índios apanharam o machado da vítima e, portanto, já sabiam da sua utilidade e como usá-lo.[30]

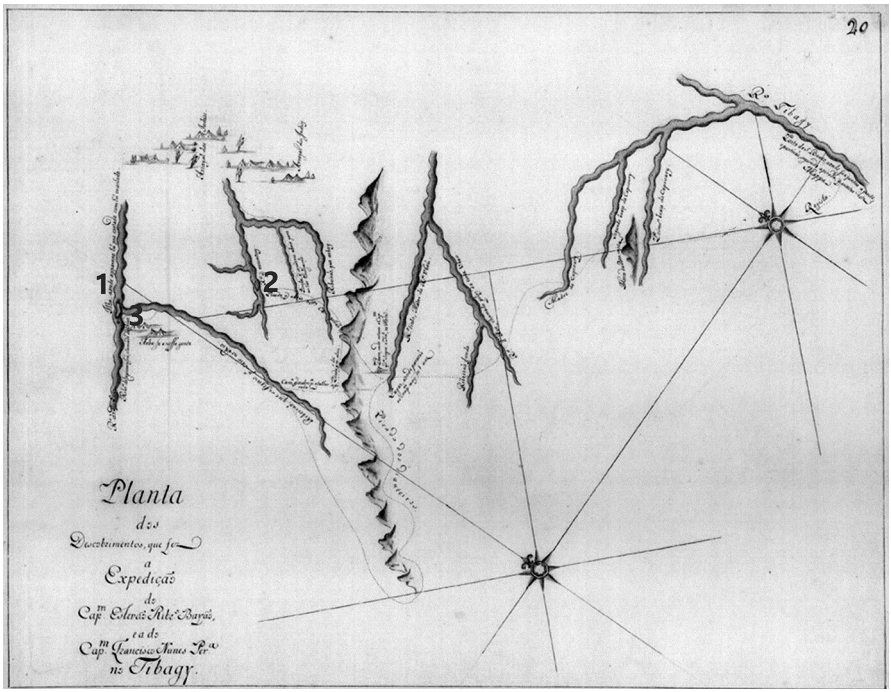
---

28 Diário do Porto de S. Bento ao Rio Tabagy para o Rio de D. Luis e Praça de Guatimim pelo tenente Francisco Lopes da Silva, capitão hoje da companhia que está na nova Villa Rica, que se descobrio no mesmo rio de D. Luis, in Notícias da conquista..., p.212.

29 Nimuendajú, 1993, p.67-69.

30 Contramarcha do Autor, in Notícias da conquista..., p.243-244.

Figura 100 – (1) Abelheira furada com machado; (2) Passaram em um córrego e encontraram panela de índios; (3) Abelheira tirada a fogo pelos índios, fogão rio abaixo e pau queimado pelos índios. Planta dos Descobrimentos que fez a expedição do Capm Estevão Ribo. Bayão e a do capm. Francisco Nunes Pra. no Tibagy. In: Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portugueza [Cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay




Fonte: BND, CMM, [S.l.: s.n.], [1775], 1 atlas ms. (28 f.) : col., desenho a nanquim ; 42 x 49,5 cm

Panelas, porongos, pratos, caracaxazes, linho em estriga, cochos, balaios e cestos rebocados com ceras, cristais finos poderiam levar os soldados a inferir a viabilidade ou não de examinar caminhos ou supor a direção a ser seguida para alcançar a aldeia principal dos índios, situada no Capão dos Porcos, já nos Campos de Guarapuava.[31] O ato de nomear os lugares nos

31 Ano de 1772, in Notícias da conquista..., p.284.

espaços coloniais em algumas circunstâncias foi um desencadeador de inversões das relações de poder e dominação, pois objetos etnográficos encontrados nas jornadas poderiam se tornar toponímia, tal como ocorreu quando os soldados encontram uma "panela de índios já sem fundo" próximo a um córrego e o nomearam "córrego da panela".[32]

Não era apenas o movimento da sombra do sol que permitia o cálculo das horas, mas também os objetos, principalmente na maneira como estavam sendo usados quando encontrados, pois foi ao entrar em um alojamento e ver carnes "no fogo em panelas" que os soldados calcularam ser meio-dia ou o "horário do jantar".[33]

Objetos de caça e pesca, no domínio jê do "espaço limpo", também os faziam prosseguir nos itinerários e demonstravam que soldados atravessavam um território vivo, ocupado, percorrido e trabalhado pelos índios. Em toda a circunferência das Sete Quedas e seguindo do Rio Paraná para o Rio Pequeri, esses soldados mateiros não pararam de pôr o pé em terra, onde achavam algum objeto, como "muitos laços e mundéus",[34] as armadilhas de caça, a ponto de um deles, mais habilidoso no desenho, tracejar em seu diário um tipo de armadilha de pesca. Os jê não pescavam com isca, mas com um tipo de armadilha formada por um cesto de cano comprido colocado no rio, por cuja abertura os peixes entravam conforme seguiam a correnteza, reproduzida na Figura 101.

Mas esses objetos subsidiavam também a formação de opinião sobre os grupos humanos indígenas com os quais os soldados se defrontavam. A figura humana na América sempre foi alvo de interesse, curiosidade e especulação para o colonizador europeu e mesmo para os radicados ou mamelucos práticos de sertão. Os grupos indígenas eram o outro, e no processo de expansão era na relação com estes em especial que ocorria a formação das identidades de colonos e a autoatribuição de direitos sobre terras e recursos naturais, o que fez da expansão da fronteira interna em continentes coloniais um processo violento.

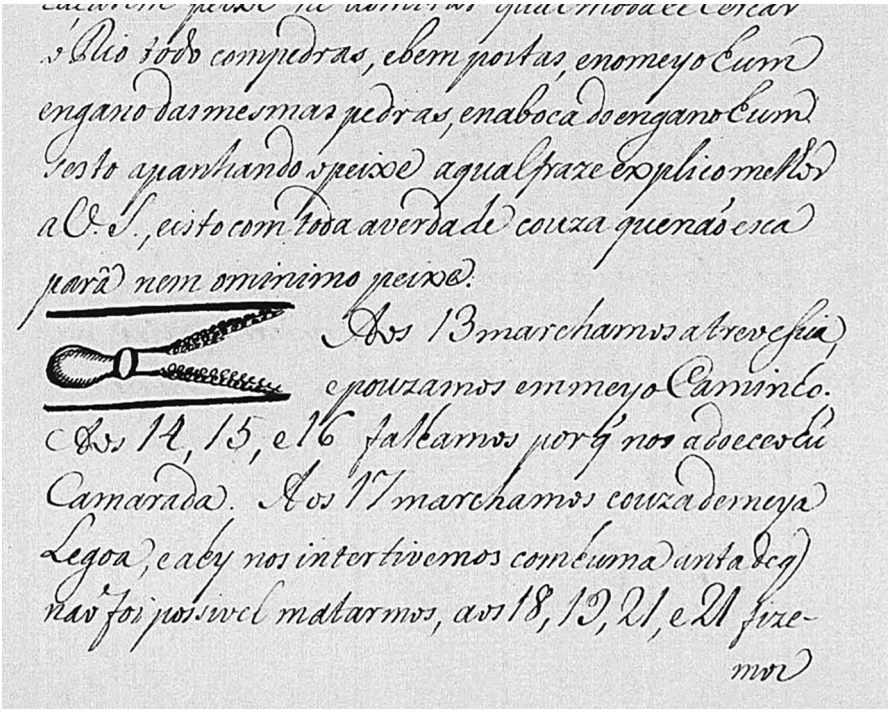
Ao entrar em um alojamento, os soldados viram "um machado de pedra, muitos porongos, cestinhos e princípios de tessumes de pano cujo fio é de

32 Contramarcha do Autor, in Notícias da conquista..., p.241.

33 Notícia da Conquista e descobrimentos dos Certões do Tibagy..., in Notícias da conquista..., p.34.

34 Diário do Porto de S. Bento ao Rio Tabagy..., in Notícias da conquista..., p.224.

Figura 101 – Caderno diário relativo às viagens pelo rio, por ordem do Tenente Coronel Afonso Botelho de Sampaio. 1768/12/06 – 1771/04/16.



Fonte: FCM, 1768/12/06 - 1771/04/16, Série Diário de viagens pelo rio, Subsecção 6.02/GSP/01.01, G. 1040.1

casca de pau a que chamam embira, bem tecida e tinta de várias cores", carnes em jiraus, algumas destas cozinhavam em panelas, viram pilões de pedra, vários dentes enfiados "como rosários, peles de alguns bichos com que se enfeitam para as usas funções, cujos instrumentos são caracaxazes, que é um cabaço com milho, de modo chocalhe dentro".

Toparam também com muitas flechas e arcos, observaram camas feitas de couro e folhas dentro dos mesmos ranchos, e esses objetos serviram para especular sobre a figura humana dos índios com os quais se defrontavam, pois "enquanto andavam [indagavam] estas circunstâncias para se **enteirarem do** estado destes bárbaros".[35] No primeiro encontro com os índios,

35 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.96.

já nos Campos de Guarapuava, observaram que dois traziam bordões, e foi escrito em um dos diários sobre esse episódio: "inferimos serem insígnias de oficiais entre eles".[36]

Os objetos indígenas também eram reapropriados e usados no contexto das necessidades de uma expedição, tais como alimentar animais ou preparar alimentos para homens famintos. Os círios de milho eram usados como tochas nas cerimônias funerárias indígenas para atear fogo ao corpo do morto. Mas nas expedições foram apropriados como alimento para os cavalos, pois quando acharam um "círio de milho branco, roxo e amarelo todo pururuca, que teria um bom alqueire [...] se remedeou a necessidade do cavalo cansado". As panelas dos índios nos alojamentos também eram usadas para preparar "piruás de milho torrado" ou para beber água das fontes próximas.[37]

Se antes alguns objetos expressavam a honra de quem tinha o direito de confeccioná-los ou carregá-los, tais como os bordões, trunfas ou semitrunfas usados em rituais indígenas, festivos, de guerra ou de embaixada diplomática, nas mãos de comandantes e soldados também os honravam, pois disfarçavam a sua fragilidade nas ficções geográficas produzidas pelos impérios europeus ultramarinos, como demonstrou um sôfrego comandante, ao alcançar um alojamento dos índios: "[recolheu] o que pode (..) para fielmente entregar ao coronel [...] escolhendo o que pela novidade podia ser agradável, e não menos para ter a gloria de mostrar, que a custa de seu próprio perigo" havia adquirido aquelas alfais, ou coisas, " que não servem mais, que para certeza de que teve o arrojo de surcar aqueles incultos campos, ir aos alojamentos dos índios, e voltar livre da sua ferocidade".[38]

## Desenhos de itinerários e plantas de soldados e sertanistas

Para forjar sua soberania nas terras do Brasil meridional, a Coroa portuguesa complementou o Corpo de tropas pagas preexistente na capitania de São Paulo com Corpos de Auxiliares e de Ordenanças. Terços de Auxiliares e Ordenanças de Cavalaria foram formados a partir do alistamento de

36 Ibidem, p.51.
37 Ibidem, p.48.
38 Ibidem, p.101.

moradores da capitania de São Paulo e essa iniciativa oficial foi uma forma de colocar um fim na mobilidade espontânea dessa gente sertaneja, organizando-a em bandeiras oficiais.[39]

Na projeção de uma ficção imperial sobre os sertões do Tibagi por meio de mapas e mapeamento, a Coroa dependia do conhecimento geográfico de seus moradores, mas para territorializar o Estado sertão adentro os vestiu com insígnias, títulos e fardas, desfigurando assim sua imagem de sertanistas em soldados e comandantes a serviço do Império.

Para conter os pruridos de liberdade de uma gente mais sabedora da geografia do lugar do que aqueles que lhe ditavam instruções e ordens, os comandantes tinham de estar a todo momento reavivando seus ânimos com a histórica esperança de riquezas e ouro da Serra Apucarana, um sentimento que marcou o imaginário espacial luso-brasileiro.[40] Durante as expedições, recorrentemente essa histórica memória mineral de prático sertanista, nunca apagada pela farda, era ventilada para encorajar o mapeamento de um sertão que para ser dividido entre duas Coroas ibéricas tinha de ser fluvial e não aurífero ou diamantífero.

A prática de mapeamento em ambientes coloniais é sempre misturada ao elemento étnico indígena e mameluco. Diários, desenhos de itinerário principalmente e ofícios mostram um processo seletivo de componentes da paisagem étnica, de antigas notícias de trajetos percorridos observações *in loco* do comportamento do meio natural.

Essa prática formalizava o espaço percorrido em descrições e desenhos que subsidiavam a cultura visual geográfica formadora da comunicação geopolítica e diplomática do período. A expansão da territorialização dos Estados monárquicos na América do Sul impulsionou essa cultura visual dependente dos conhecimentos e das informações das populações locais. Essa constatação revela o papel proeminente dos não profissionais da cartografia em relação às projeções e ações de engenheiros militares e servidores régios coloniais envolvidos na tomada de decisões geopolíticas.

Na documentação há várias expressões indicativas de que comandantes e soldados das expedições aos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava eram práticos do mato através das expressões empregadas para identificá-los:

---

39 Bellotto, 2007, p.90-95; Kok, 2004, p.53.

40 Doré, 2020, cap. 5.

mateiros, caçadores, práticos do campo ou aventureiros. Alguns já haviam, inclusive, acompanhado engenheiros militares em medições em outras ocasiões, como um cabo de uma das companhias, com notórios conhecimentos dos rios Paraná e Registro e outros mais que adquiriu quando "acompanhava ao Arpoim".[41]

De modo geral, comandantes eram os responsáveis por escrever as relações, roteiros, ofícios ou diários das expedições e produzir desenhos de seus percursos ou de algum elemento da paisagem que deveria ter relevo visual. Mas houve exceções e soldados ou outros oficiais sem posição de comando podiam emitir algumas notas ou mesmo confeccionar uma imagem cartográfica. A tabela a seguir fornece dados parciais, dispersos na documentação, sobre o perfil dos comandantes de cada expedição e o produzido por cada um em termos escritos e visuais entre 1768-1773:

Esses práticos metidos em farda pela perspectiva de ganho, distinção e aventura tinham o sertão como estado de espírito,[42] e do convívio estreito com as populações indígenas locais, em virtude da escravidão ou do parentesco, desenvolveram uma série de habilidades para compreender e se movimentar no meio natural sem grandes contratempos.[43] Alguns caminhos até podiam ser novidade, por nunca terem tido a necessidade de percorrê-los. Mas eram capazes de interpretar até a índole de um rio e concluir sobre a melhor decisão a tomar para atingir a barra ou a foz dele. Para esses práticos, a conclusão sobre a navegabilidade de um rio podia advir de observações do movimento de suas águas ou dos peixes, do cotejamento da sua largura com o de outros, o próprio rio podia servir como guia de itinerário.

Esses agentes tinham a capacidade de decifrar a paisagem tangível e a performance espacial indígena no meio. Seus desenhos de itinerário, portanto, diferentemente dos mapas euclidianos feitos por engenheiros militares que muitas vezes nunca haviam pisado no mato que desenhavam, são fonte privilegiada para observar o viés etnográfico indígena das práticas de mapeamento.

---

41 Carta de A. B. S. Sousa ao governador da capitania de São Paulo [...] tratando da saída da expedição de exploração do Tibagi, relatando a construção de porto no mesmo rio e comunicando estar de partida para Paranaguá... Porto de São Bento, 18 de julho de 1769, BND, CMM, 18 de julho de 1769 MS – 553 (21) I-30-18-4 – n.3.

42 Russell-Wood, 2014.

43 Kok, 2004, p.32.

| Expedição | Comandante | Local de origem | Patente | Data da saída | Tropa | Produto | Ocorrência |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | Domingos Lopes Cascais | Vila de Curitiba | Tenente auxiliar | 5 de dezembro de 1768 | 30 homens voluntários | Roteiro/relação | |
| **2** | Estevão Ribeiro Baião | Freguesia de São José, nascido em Curitiba | Capitão | 20 de julho de 1769 | Capelão reverendo frei Antonio de Santa Teresa do Espírito Santo; comanda gente de Curitiba | Relação/roteiro, diário e desenho de itinerário (localizado) | Falece |
| **3** | Francisco Nunes Pereira | Vila de Iguape, viúvo | Capitão de auxiliares | 11 de agosto de 1769 | 80 praças das vilas de Iguape e Cananeia | Carta, mapa de corrente de rio (não localizado) | Falece |
| **4** | Bruno da Costa Filgueiras | Vila de Curitiba, solteiro | Ex-cabo da expedição 1, promovido a sargento e tenente nesta | 28 de agosto de 1769 | 25 camaradas da mesma vila, mateiros e caçadores | Relação e desenho de itinerário (localizado) | Preso e falece |
| **5** | Antonio da Silveira Peixoto | Vila de Paranaguá e nascido na ilha do Faial | Alferes da vila, capitão | 28 de outubro de 1769 | 85 praças da vila de Curitiba e "prática de navegar" | Relação e cartas | Preso no Rio Paraná pelos castelhanos |
| **6** | Francisco José Monteiro | Paranaguá | Sargento-mor de auxiliares | 12 de julho de 1770 | Padre Inácio Abraão Machado, tenente e cabo de bandeira Cândido Xavier de Almeida, tropa com 63 homens | Relação e planta de Forte | |

| Expedição | Comandante | Local de origem | Patente | Data da saída | Tropa | Produto | Ocorrência |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **7** | Felipe de São Tiago | Vila de Santos | Tenente da praça de Santos | 4 de março de 1771 | Capelão frei Inácio Abraão de Santa Catarina, carmelita, cirurgião, alguns soldados pagos, total de 35 pessoas | | |
| **8** | Francisco Martins Lustosa | | Guarda-mor | 30 de julho de 1770 | 28 camaradas mateiros e caçadores de Curitiba e São José | Relação/roteiro, desenhos | |
| **9** | Francisco Martins Lustosa | Idem | Idem | 7 de fevereiro de 1771 | 64 pessoas, 37 com soldo e demais voluntários | Relação/roteiros | |
| **10** | Afonso Botelho de Sampaio e Sousa | | | 17 de novembro de 1771 | Com os capitães de cavalaria auxiliar de Curitiba, capelão frei José de Santa Teresa, franciscano, alguns oficiais, soldados da Praça de Santos, "sessenta e tantas pessoas" | Relação/roteiros, cartas, ofícios e esboço de mapa | |
| **11** | Afonso Botelho de Sampaio e Sousa | | | 23 de outubro de 1773 | Capelão padre frei João de Santa Ana Flores, alferes Manoel Gomes e outros voluntários | Relação/roteiros, ofícios | |

Fonte: Notícias da conquista..., 1962.

Uma delas é a forma de sinalizar os caminhos percorridos para localizar a si próprios ou entabular comunicação com integrantes das expedições que vinham logo atrás, como o uso dos troncos das árvores, apropriado da prática indígena.[44] Nesses troncos eram depositadas mensagens escritas com dados diversos do percurso até então realizado, tais como o que havia sido observado, as situações enfrentadas, soluções criadas e o que havia sido alcançado.

De um desses troncos foi tirado um escrito que dizia o seguinte:

> Hoje, primeiro de dezembro, partimos para diante como couza de húa legoa ou pouco mais por razão de melhoras de pasto para os cavalos, que estão muito fracos; e por fazer conservar aos camaradas que andão no caminho que já andam muito longe, himos ficar perto do campo cousa de meia legoa ou pouco mais, e como hoje é o dia de nos ajuntarmos conforme o itinerário, amanhã será o dia de sairmos a campo, e do contrário pereceremos a fome...anda gente adiante a explorar e a picar os atalhos, gente no serviço do caminho, gente no trem, não é facil separarmos gente para traz com aviso...[45]

No Rio D. Luis, um dos oficiais saltou em um ponto de sua margem e ao pé de uma cachoeira limpou o terreno, levantou uma cruz, porém a amarrou a uma árvore "para em todo o tempo se saber que [...] ali [tinham] chegado". A cruz sozinha seria insuficiente para comunicar no sertão, podendo até passar despercebida tanto para índios como para soldados-sertanistas, mas amarrada a uma árvore, elemento natural incorporado como instrumento de comunicação étnico indígena, seria notada.[46]

Esse processo de incorporação das ferramentas de comunicação por soldados e comandantes ocorreu em relação ao uso dos pinheiros, um dos principais componentes do ecossistema jê. O comandante Afonso Botelho foi à margem de um rio "para em um tronco a que a sorte tivesse já destinado para depósito do respeitável epitáfio que o sr. coronel ordenou se gravasse naquele lugar, e se escreveram para memória das doces palavras: viva El

---

44 Ibidem, p.35.

45 Anno de 1771. Continuão as delligencias do Real Servio em que anda empregado o Tenente-Coronel Affonso Botelho do S. Payo e Souza. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.4, p.67-68.

46 Diário do porto de São Bento do Rio Tabagi [...] pelo Tenente Francisco Lopes da Silva..., in Notícias da conquista..., p.216.

Rei de Portugal, o que se fez em um grande Pinheiro que parece a natureza produziu para este fim tão glorioso".[47] Esse pinheiro estava próximo ao local onde havia ocorrido o confronto entre os soldados e os índios na primeira entrada da expedição aos Campos de Guarapuava. Com essa atitude, o comandante interferia na paisagem jê, sobrepondo-lhe uma camada de paisagem oficial, um registro sinalizador da conquista do território pelo Estado monárquico português.

Processos de mapeamento em espaços coloniais são intrinsecamente etnográficos, porque as tomadas de decisões não podiam ser presas a planos previamente traçados. Os planos tinham um nível de volatilidade em virtude das observações da paisagem indígena e esta era caracterizada pelo movimento. Na entrada dos Campos de Guarapuava a decisão de enveredar para o sul só foi tomada ao visualizarem uma "trilha de gente". Do mesmo modo ocorreu a decisão de permanecer na mesma trilha, assim, continuaram o trajeto "segundo o mesmo caminho do gentio".[48]

A metodologia de mapeamento dos soldados auxiliares e de ordenanças era dinâmica e verificava as descrições geográficas dos ditos antigos no terreno, em vez de meramente segui-las literalmente. No próprio mato havia uma transformação do saber geográfico dos antigos sertanistas pelas gerações seguintes, através da sua atualização por processos de verificação, conferência e medição. Portanto, não se tratava de um conhecimento geográfico transmitido por gerações e os soldados-sertanistas não eram apenas depositários de informações dos antigos, mas processadores dessas informações em virtude das suas experiências mateiras, e, assim, produziam novos conhecimentos geográficos. As autoridades coloniais instruíam os soldados a seguir os roteiros antigos e estes, por sua vez, os usavam, reprocessavam e devolviam para as autoridades alterados por suas verificações *in loco* e de acordo com os propósitos das expedições de mapeamento, ocorrendo, portanto, um fenômeno de transmissão, reelaboração, produção e circulação de conhecimentos nos Tibagi e Campos de Guarapuava.

As notícias dos antigos eram seguidas até certo ponto do percurso, mas em outros trechos eram alteradas, podendo até ser descartadas. Os soldados-sertanistas podiam entender ter chegado a um salto, como o do

47 Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.91.
48 Ibidem, p.272-273.

Rio Grande do Registro, por ser esse o sinal "notado pelos antigos".[49] Mas vezes havia em que a admissão desse conhecimento antigo ocorria pela sua submissão à observação e experiência coeva. O guarda-mor Francisco Martins Lustosa, a certa altura do seu itinerário em direção aos Campos de Guarapuava, conjecturou estar certo pelas notícias dos antigos, mas também "por razão da experiência que [havia] adquirido das outras duas expedições [que tinha] andado",[50] além de ser ele próprio um sertanista de experiência, que antes das expedições organizadas por d. Luis de Sousa havia "percorrido os sertões das Minas de Santa Anna e Sapocahy".[51]

Assim, em algum ponto do percurso, as notícias dos antigos podiam ser invalidadas por verificações *in loco*, como evidencia a descrição de uma das saídas das expedições para conferir se eram mesmo promissoras as notícias sobre a navegabilidade do Rio do Registro até o Rio da Prata sem mais impedimento do que apenas um grande salto:

> e prosseguindo nós a viagem achamos serem certas as notícias até os saltos com os mesmos sinais e rios notados pelos antigos até onde em algumas partes achamos vestígios deles, porém do salto para abaixo e ainda a formalidade do mesmo salto os antigos não chegaram a reconhecer, ou a notícia que deles se conserva era muito viciada, ou muito mal-entendida.[52]

Assim, somente quando as notícias dos antigos eram conferidas e atualizadas eram tomadas decisões em relação à condução do mapeamento. O comandante Domingos Lopes Cascais examinou "as repetidas e contínuas quedas" feitas por um rio e, ao concluir que uma era mais "dilatada do que facilitavam as noticiais dos antigos", resolveu "dividir a gente", deixando uns no porto e os outros "a seguir o rio para ver o fim de tantos saltos".[53]

---

49 Roteiro da viagem que fez o Ten. Domingos Lopes Cascaes e o Cabo Bruno da Costa Filgueira..., in Notícias da conquista..., p.117-119.

50 Carta do guarda mor Lustosa e seus companheiros em 2 de dezembro de 1770, in Notícias da conquista..., p.176-178.

51 Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), 1770.

52 Roteiro da viagem que fez o Ten. Domingos Lopes Cascaes, in Notícias da conquista..., p.117.

53 Ibidem.

As notícias dos antigos também podiam ser cotejadas com componentes da paisagem humana étnica coeva, reforçando o seu verniz de credibilidade. A confiança em relação à chegada dos soldados aos Campos de Guarapuava deu-se quando os picadores avistaram uma "quadrilheira e serra mais baixa" segundo as notícias antigas, mas também por "algumas fumaças que virão", e estas poderiam ser provenientes dos fogões de pedras ou dos monumentos funerários jê.[54]

O mapeamento do mato era como um ambiente de laboratório, no qual soldados mateiros, picadores e oficiais deliberavam e submetiam as notícias antigas a escrutínio. O guarda-mor Lustosa escreveu em seu diário ter comparado as notícias daquele sertão com as dos picadores e moradores mais antigos da vila de Curitiba e presumiu "melhor ponderação na tradição dos antigos". Concordou em seguir determinado caminho em direção aos Campos de Guarapuava "por que hé notícia dos antigos sertanistas". Para decidir e explicar sua decisão ao comandante, traduziu-a ainda para o visual com um desenho. Como escreveu no diário, o Morro do Capivarussu estava sobre as cabeceiras do Rio Embetuda, "fazendo a tromba para o rio do Registro e nesta mesma forma se divisa o tal morro, cuja figura se risca a margem desta com a tromba o [...] que hé para onde fica lhe fica o rio do registro fazendo o quadrilátero da serra para o Norte [...] de cuja figura se vê a propriedade do nome".[55]

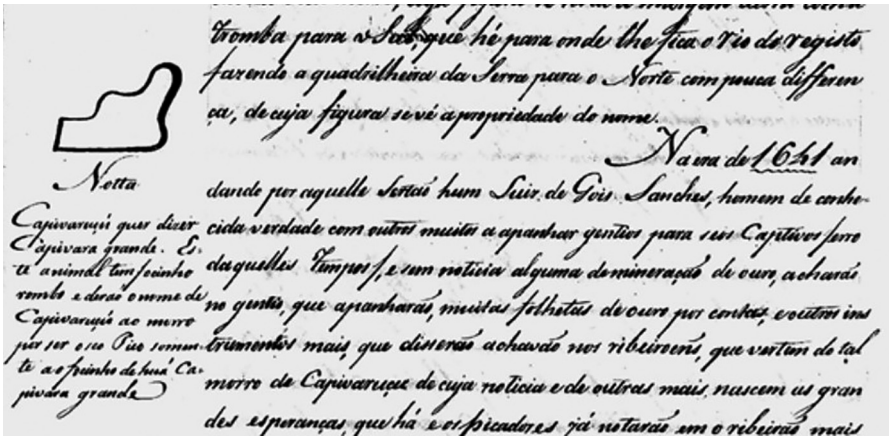
No borrador de Afonso Botelho, o desenho do guarda-mor foi ainda acrescido de uma nota explicativa do nome Capivarussu: "quer dizer capivara grande. Este animal tem focinho rombo e derão o nome de Capivaruçu ao morro por ser o seu Pico semelhante ao focinho de uma Capivara grande".

Em outro momento, novamente o guarda-mor fez uso do desenho para explicar o Morro de Apucarana: "um monte mais pequeno sobre o outro maior". Esse desenho foi exibido no Capítulo 1 e é uma das evidências da metodologia de soldados mateiros, ou seja, desenhar para explicar. Ou seja, existia uma cultura visual no mato, ou seja, o cultivo, confecção e uso do desenho no processo cognitivo, explicativo e produtivo do espaço. Novamente Afonso Botelho em seu borrão ampliou o desenho, introduzindo nota

54 Carta do guarda mor Lustosa e seus companheiros em 2 de dezembro de 1770, in Notícias da conquista..., p.176-178.

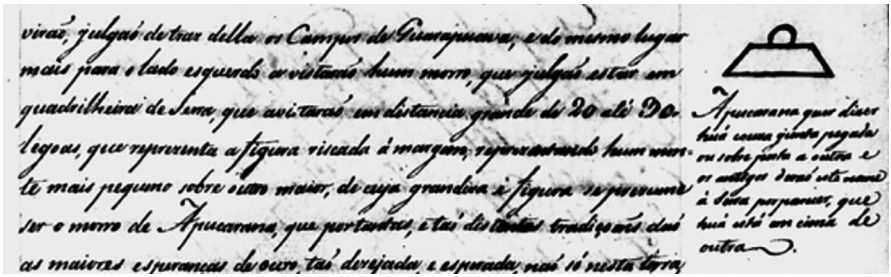
55 Ibidem.

Figura 102 – Carta do guarda mor Lustosa...



Fonte: Notícias da conquista..., op. cit., p.177

Figura 103 – Carta do guarda mor Lustosa...



Fonte: Notícias da conquista..., op. cit., p.178

explicativa subsidiada não nas observações dos mateiros, mas nas notícias antigas. Segundo ele, Apucarana significava "húa cousa junta pegada ou sobre posta a outra e os antigos derão esse nome a serra por parecer que húa está sobre a outra".[56]

As imagens cartográficas produzidas por soldados-sertanistas tinham a função de reelaborar paisagens – a terrestre percorrida por sertanistas e a fluvial navegada por indígenas – em uma outra, percorrida e navegada pelo agente estatal.

56 Carta do guarda mor Lustosa e seus companheiros em 2 de dezembro de 1770, in Notícias da conquista..., p.178.

Sabe-se que os payaguás e caypaós, por exemplo, foram "senhores da navegação entre S. Paulo e Cuyabá; davam verdadeiros combates navaes contra os sertanistas e algumas vezes aniquilaram completamente as expedições". Vários funcionários régios perderam a vida nesses combates, como foi o caso do ouvidor Lanhes Peixoto, em uma expedição carregada com 80 arrobas de ouro e cem homens. Sua tropa encanoada foi totalmente destruída por oitenta canoas de payaguás em maio de 1730.[57]

Memórias como essas do território e da paisagem deveriam ser sobrepostas às memórias oficiais, e essa ação foi feita com desenhos de itinerário das expedições de mapeamento, bem como com suas narrativas escritas anexas. Tais desenhos combinavam a imagem de correntezas de rios com as de caminhos terrestres substituindo o ator do percurso, ou seja, trocando índios e sertanistas por soldados instruídos por ordens de serviço.

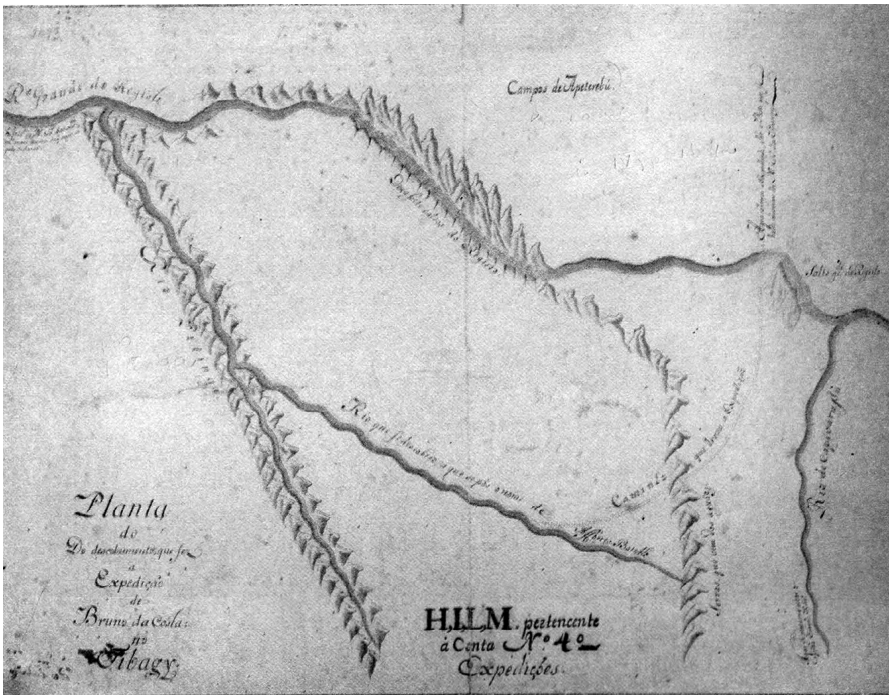
Esse foi o caso da "Planta do Descobrimento que fez a Expedição de Bruno da Costa no Tibagy", de autoria de um dos oficiais posteriormente convidados por Afonso Botelho para dar entrada nos Campos de Guarapuava: o capitão de auxiliares de cavalaria de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade. A mesma Planta foi usada como narrativa visual de quatro ofícios, tal como ocorreu com o desenho de itinerário do frade beneditino Francisco Antonio.

Isa Adonias sugeriu equivocadamente que a autoria dessa Planta poderia ser de José Custódio de Sá e Faria, em virtude da letra e traçado, mas também certamente movida pelo dado de ter sido adquirida de seu espólio pelo colecionador Pedro de Angelis e posteriormente comprada pelo barão Duarte da Ponte Ribeiro. Entretanto, desenhos e diários feitos pelos soldados e oficiais das expedições ao Tibagi foram enviados para José Custódio e este nunca esteve nesses sertões. A hipótese é de que essa Planta foi desenhada por Lourenço Ribeiro, seguida para o Conselho Ultramarino com os ofícios e posteriormente reencaminhada para o engenheiro para usá-la como fonte na confecção de mapas oficiais da região.

No ofício com a narrativa das circunstâncias da expedição de Bruno da Costa, o capitão Loureço Ribeiro admitia a sua autoria do desenho. Desenho e ofício continham a mesma indicação: o local onde o capitão presumia estar

57 Cópia da Segunda Carta de S. Exa de 30 de set. de 1770, *DI*s, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1895, v.9, p.88.

Figura 104 – "Planta do Descobrimento que fez a Expedição de Bruno da Costa no Tibagy"



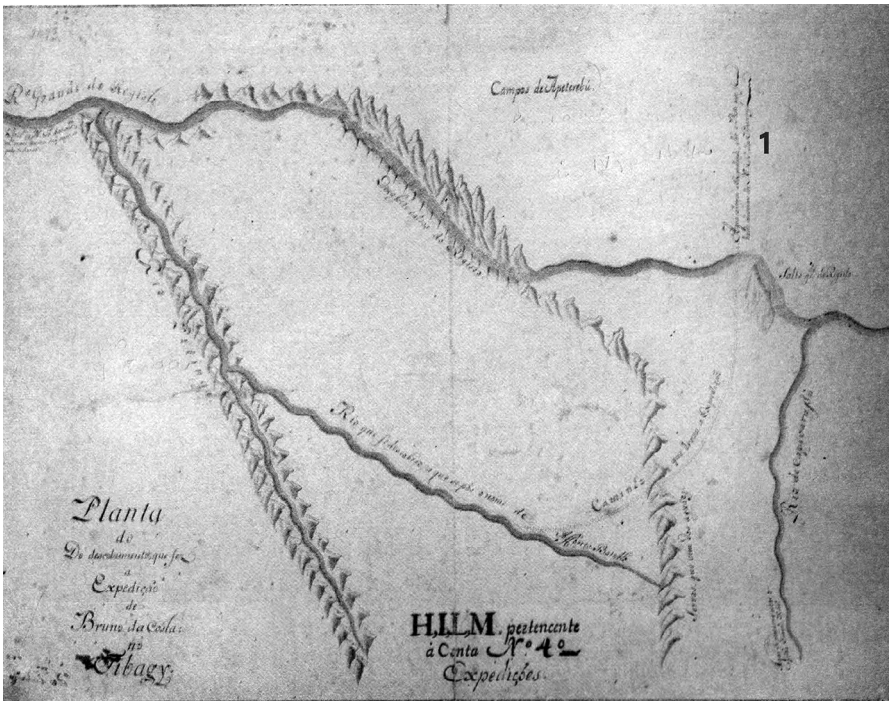

Fonte: Adonias,1993, p.245.

um outro oficial, Estevão Ribeiro Baião. Esse, portanto, é mais um dado que fortalece a atribuição da autoria da Planta. Conforme palavras do ofício: "e porque pode suceder não mandar a V. S o Mapa, como o que me mandasse o Bernardino/o que farão só por advertência/me aresolveu a mandalo e delle verá v. s notado o lugar donde estar primeiro o capitão Estevão Ribeiro".[58]

A caligrafia e o estilo são muito semelhantes à cópia da "Planta dos Descobrimentos que fizeream as expedições dos Cappitaes Estevão Ribeiro Baião e Francisco Nunes Pereira ao Tibagy", na Figura 92. O mesmo capitão Lourenço Ribeiro, portanto, fez os desenhos com assuntos e destinos diferentes: um foi enviado em ofício e o outro foi cópia de um original inserido no atlas montado pelo governador.

58 Ofício de Lourenço Ribeiro de Andrade a Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, 28 de novembro de 1769.

Figura 105 – (1) "Aqui se presumo estar o capitão Estevão Ribeiro"




Fonte: Adonias, 1993, p.245.

Os quatro ofícios e essa Planta narraram visualmente os acontecimentos da expedição de número quatro, comandada pelo cabo Bruno da Costa Filgueiras, da vila de Curitiba, "com vinte e cinco camaradas" distribuídos entre "mateiros e caçadores".[59] O ofício sinalizado com a letra H foi escrito por Bernardino da Costa Filgueiras, irmão de Bruno, encarregado da missão de seguir ao encalço deste. Bruno havia subido pelo Rio Pitinga até a altura do Rio Verde, assim chamado nos relatos dos dois irmãos, mas uma nota acrescida na lateral do escrito de Bernardino informou ter sido esse rio renomeado para Afonso Botelho.

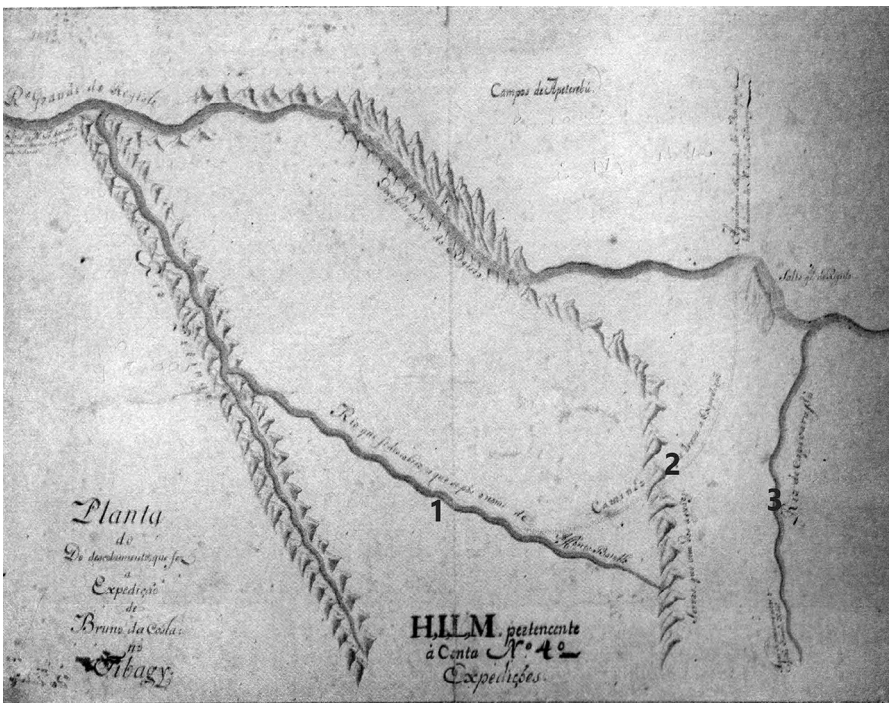
Navegando o Rio Verde, a certa altura Bruno resolveu seguir por terra até o Rio do Registro. Seu irmão optou por concluir o Rio Verde e subir pelo Rio Capivarussu até o Rio do Registro. Visualmente esses dois trajetos foram os que aparecem na Figura 106.

59 Notícias da conquista..., p.13.

Tanto o Rio Pitinga quanto o do Registro foram os de maior ênfase visual dada pela sua extensão e cadeia de montanhas acompanhando as suas margens. Essa expedição antecedeu e serviu como uma linha de frente da seguinte, na qual todo o percurso do Iguaçu seria percorrido desde a vila de Curitiba até sua foz no Rio Paraná por um açoriano da ilha do Faial, Antonio da Silveira Peixoto.

Na projeção da conquista da região, o Rio Iguaçu era estratégico por ser a principal via de penetração direta aos sertões do Tibagi e às vilas serra acima de Paranaguá. As autoridades coloniais temiam que esse rio fosse usado pelos espanhóis para avançar território adentro e navegá-lo era uma maneira de certificar a posse. A importância do Rio Pitinga, portanto, era derivada da sua condição de via de acesso ao Iguaçu.

Figura 106 – (1) Rio Verde, "rio que se descobrio que se pôs o nome de Affonço Botelho"; (2) "Caminho que levou a expedição de Bruno da Costa Filgueiras"; (3) Caminho que fez o irmão de Bruno




Fonte: Adonias, 1993, p.245.

Em meio ao exercício do poder régio pelo itinerário dos soldados e pela interferência na toponímia da região, a paisagem jê, entretanto, conduzia os percursos no terreno e os traçados no desenho, pois na foz desse rio com o Rio Grande do Registro, conforme informou o irmão de Bruno, encontraram "rastos de gentes com piques de terras, e muita fumaças".

Em seu ofício, Bruno da Costa foi mais enfático na especulação sobre uma paisagem com indícios de ser indígena jê, pois acrescentou a visão de fogos e os fogões. Ao pé de rios e montanhas os jê preparavam comidas consumidas nas cerimônias fúnebres e mesmo o padre beneditino em sua expedição já havia mencionado os fogões de pedra nesses caminhos. Já no Rio Grande do Registro, Bruno relatou que achou "picadas" que lhe pareciam ser de "gente doméstica por razão de serem cortes de ferro". Os índios, contudo, possivelmente já usavam objetos cortantes em ferro, pois no encontro em Guarapuava impressionou o comandante Afonso Botelho o seu interesse imediato por objetos como esses. Bruno observou também picadas (atalhos) que saíam dos rios, sugerindo navegados ou usados.

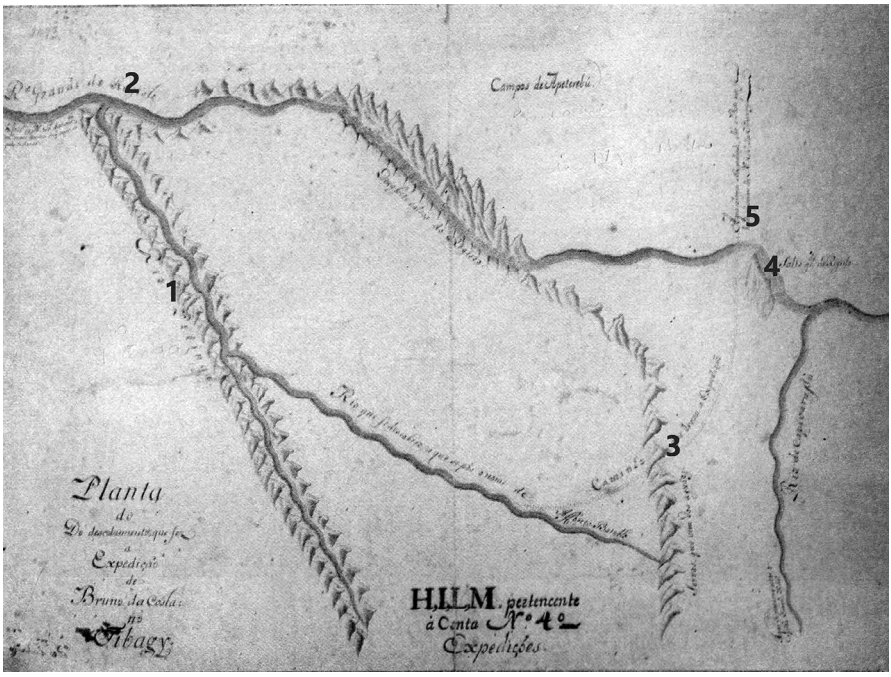
Outros sinais foram "fogões, e espetos, que asarão carne" e nos três dias que patrulharam a região "apareciam fogos bastantes em distâncias de duas legoas". Uma nota acrescentada pelo copiador de suas cartas tentou dar uma explicação para as fumaças baseada em observações físicas do meio natural – "essas fumaças que viram assentam-se serem corpus culus ou vapores aqueos, que o rio levanta com o impulso, que faz a sua queda, quando se precipita do salto abaixo". Mas o depoimento do soldado-sertanista apresentava outra versão: o local de onde vinham os fogos era de índios:

> certamente os vio, e sem contra versão se pode crer, e se capacitão, o que tem noticia daquele sertão; porque seguindo-se sobre os mesmo saltos em pouca distância os montuosos campos do Apeterebú há 70 annos vistos povoados de índios, que duvida pode haver o haver nelles fogos, e não so ele os vio, como todos os mais camaradas

Em termos visuais, essa paisagem jê mostrou-se como no desenho de itinerário na Figura 107.

Lourenço Ribeiro de Andrade deve ter tido acesso à "Planta de uma grande parte do sertão do Tibagy que se acha descoberto", de autoria do padre Francisco Antonio, pois a expedição narrada em seu desenho havia

Figura 107 – (1) Rio Pitinga; (2) Rio Grande do Registro; (3) Caminho que levou a expedição; (4) Salto Grande do Registro; (5) Picadas, fogões, espetos, fogos em distância de 2 léguas



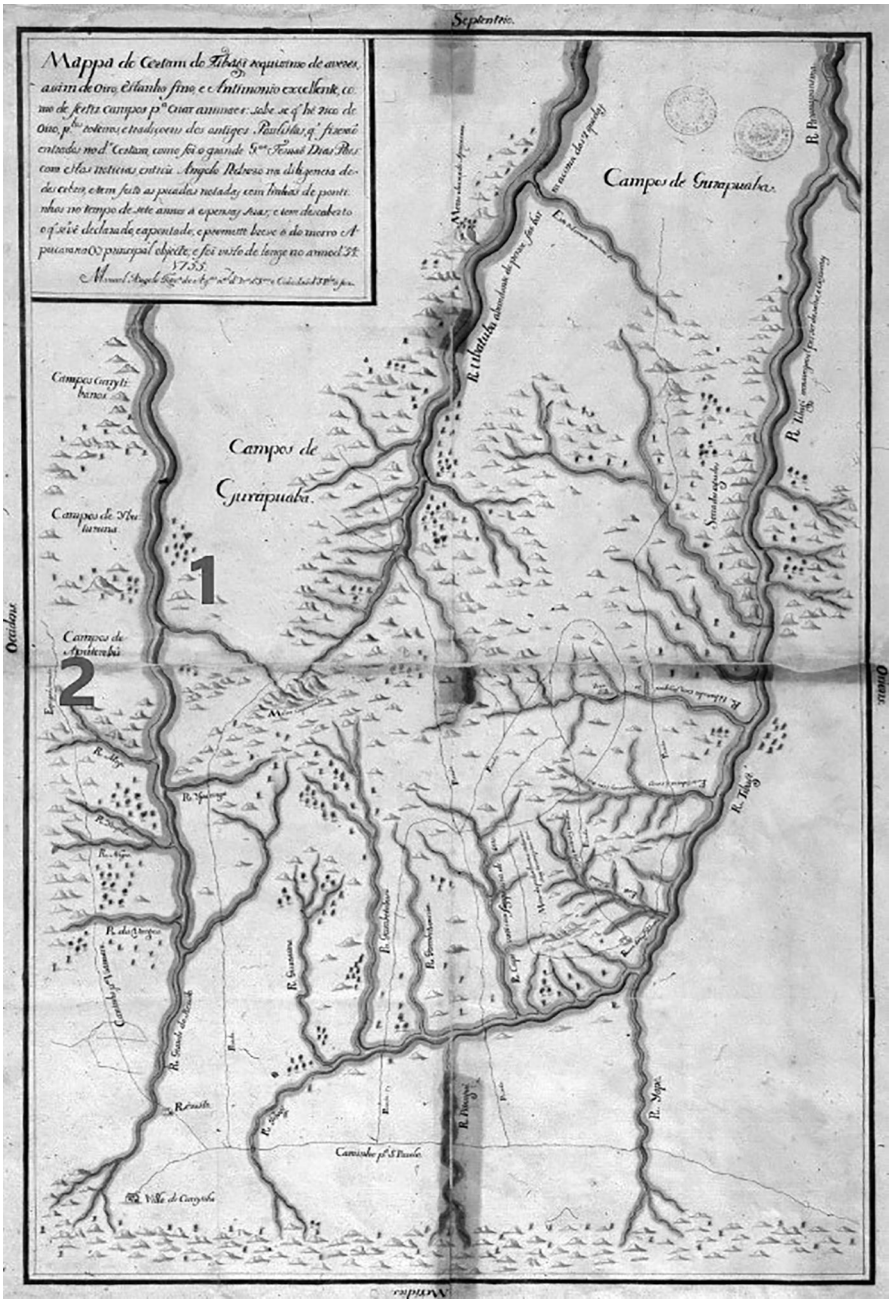

Fonte: Imagens da formação... in Adonias, 1993.

ocorrido após a expedição ter alcançado o Rio do Peixe, renomeado como D. Luis. A Planta de Lourenço Ribeiro reproduziu os Campos do Apeterebu, o Rio Capivarussi, de nascente na serra de mesmo nome, e seu curso até o Rio do Registro, tal como a Planta do padre. Em seus ofícios, Bernardino da Costa descreveu essa mesma paisagem: "e passando a Serra da-se em o rio Capivarussu, que nasce da mesma serra [...] costeando a Serra corre a poente, a buscar o Rio Grande a fazer barra".[60]

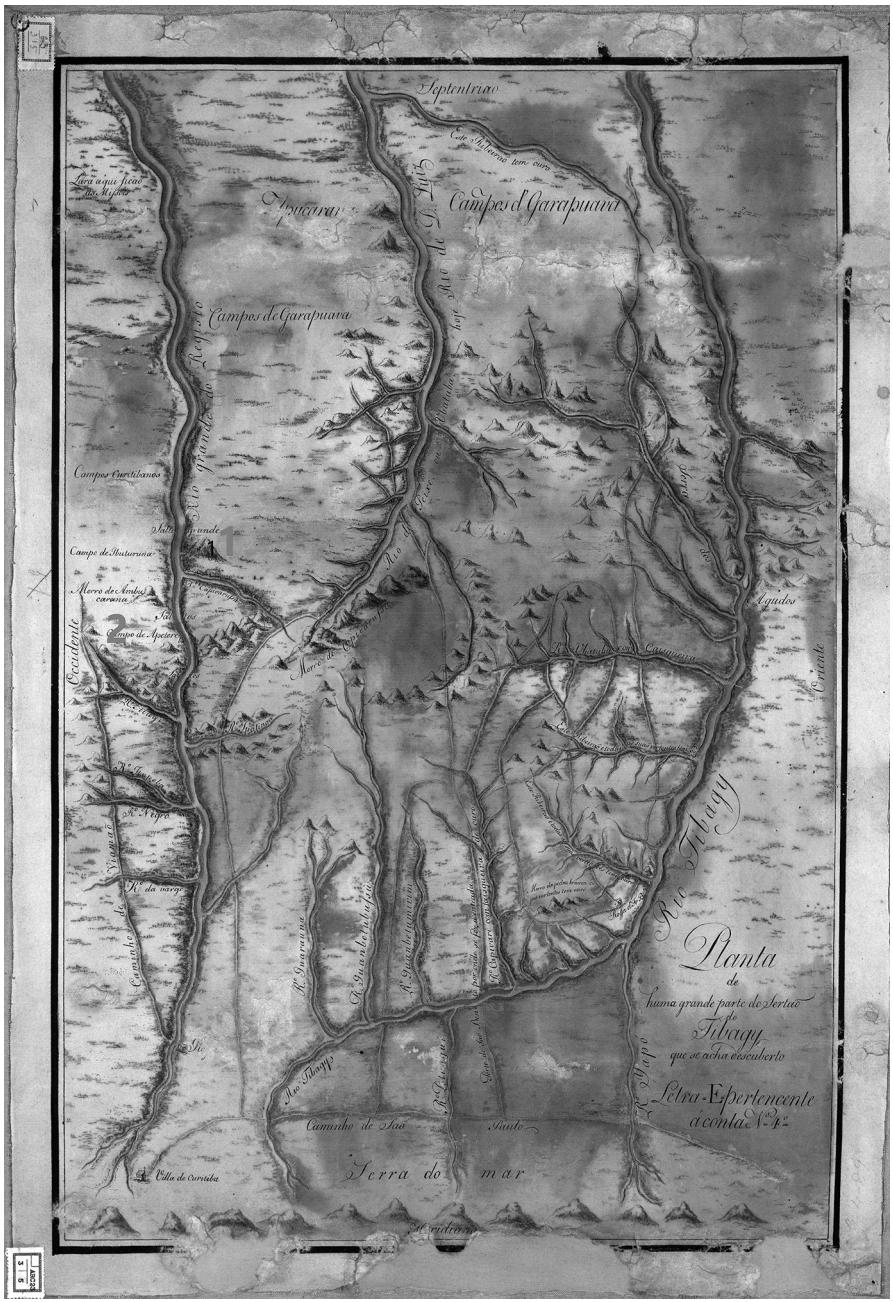
Como a Planta do padre era uma cópia da do sertanista Angelo Pedroso, essa Planta de Lourenço Ribeiro novamente reprojetava o sertão conquistado sobre a espacialidade desse sertanista. Os três desenhos em interlocução também evidenciam o procedimento de tradução desse sertão para a

60 Carta de Bernardino da Costa Filgueiras a Afonso Botelho, 5 de novembro de 1769. AHU, São Paulo – Mendes Gouveia cx. 26, D. 2489.

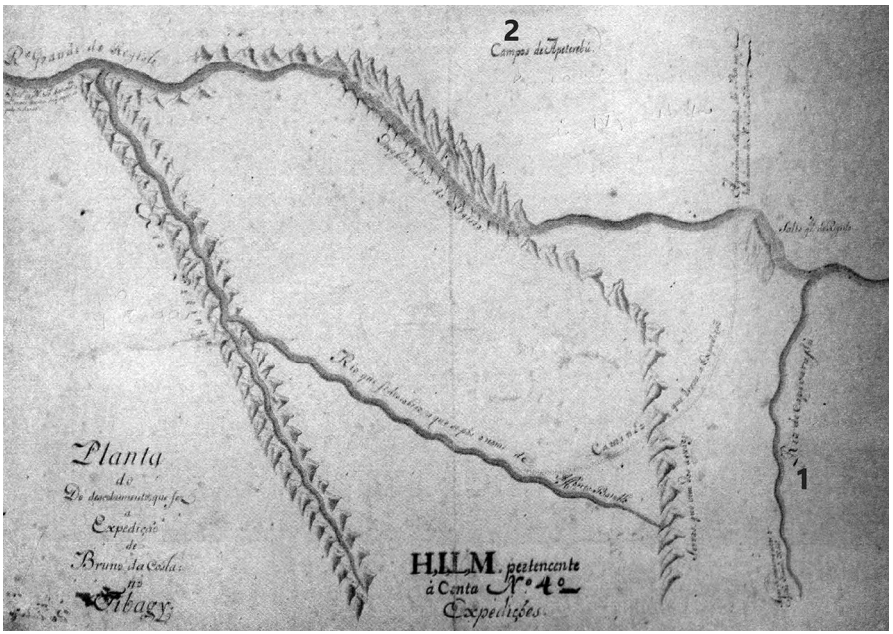
Figuras 108 a 110 – Nas três plantas: (1) Rio Capivarussu; (2) Campo de Apeterebu




Fonte: AHU, 1 carta ms.: color., desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43 cm




Fonte: BN, RJ, desenho a tinta nanquim, 59,2 x 40,2 cm em f. 64,5 x 45,5 cm, ARC 023,03,005



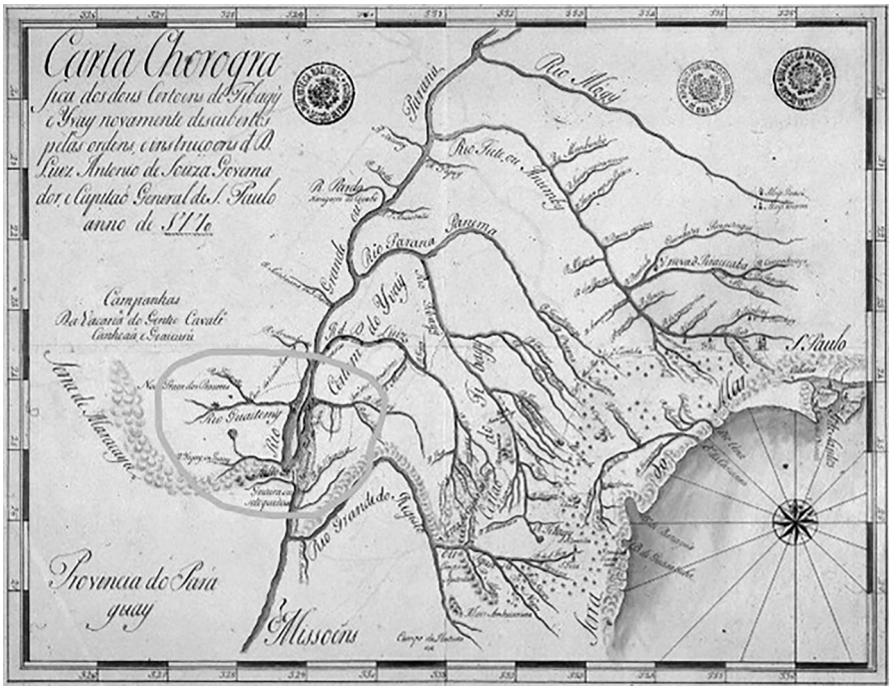

Fonte: Adonias, 1993, p.245

ficção imperial de soberania territorial, pois a Planta do capitão Lourenço substitui os pontilhados do sertanista pelo pontilhado e ponto de localização dos militares de ordenança, ao mesmo tempo que continuava a narrativa visual da entrada e mapeamento oficial dos sertões do Tibagi.

A Planta de Lourenço Ribeiro também pode ter sido um dos subsídios para a confecção da Carta Chorografica que concluiu a produção dos sertões do Tibagi e Ivaí conquistados. O itinerário terrestre feito por Bruno da Costa terminou no Rio Grande do Registro, próximo ao Salto Grande, onde foi fundado um porto, como diz a frase na margem superior direita da Planta, "aqui chegou a expedição e hé o porto que se há de chamar de N. S. dos Prazeres". A carta escrita por Afonso Botelho a Bruno da Costa havia mesmo ordenado que se estabelecesse um porto no local e que lhe fosse atribuído esse nome.[61] Um dos assuntos espaciais da Carta Chorografica, enfatizado pela espessura da linha do rio, caligrafia aumentada e um sinal com pontas em vermelho na margem do Rio Iguatemi e Nova Praça dos Prazeres, foi justamente essa região alcançada por esse cabo:

61 Respostas, 1 de dez. de 1769, in Notícias da conquista..., p.140.

Figura 111 – Carta Chorografica com destaque para a região do Iguatemi



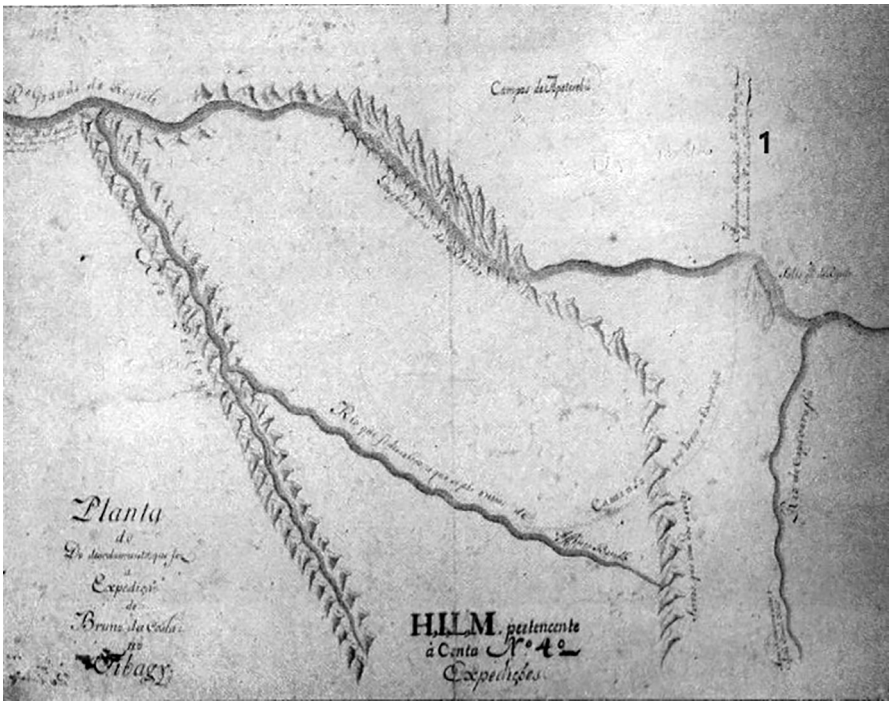

Fonte: Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, color., desenho a nanquim; 30 X 33,9 cm em f. 33,9 X 43, 9 cm

Alguns comandantes chegaram a fazer mapas dos quais restou apenas a descrição do seu conteúdo na correspondência oficial da época. Esses mapas tanto podem ter perecido nas suas viagens por terra ou mar como ter sofrido o desaparecimento forçado, provocado pelos padrões da curadoria arquivística. O historiador dos processos de mapeamento muitas vezes precisa enfrentar o desafio de lidar com o objeto material descrito, mas fisicamente invisível. A terceira expedição comandada por Francisco Nunes resultou em um mapa, feito por ele próprio e utilizado para complementar uma carta dirigida a Afonso Botelho,[62] mas do qual restou apenas a descrição, cujos detalhes permitem identificar o seu gênero e imaginar o seu layout.

Francisco Nunes conduzia uma tropa formada por gente da vila de Iguape e Cananeia, acostumada a "andar embarcada e ter criação de matos

62 Carta de Francisco Nunes Pereira para Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, 10 de janeiro de 1770. *DIs*, São Paulo, Typographia Andrade e Mello, 1901, v.34, p.230-234.

Figura 112 – Planta de Lourenço Ribeiro. (1) Local de fundação do porto de N. S. dos Prazeres




Fonte: Adonias, 1993, p.245

e rios'', ou seja, uma gente mateira e prática de navegação fluvial. Seu desenho foi justamente de correnteza de rio, o Rio Paraná, e assim escreveu para Afonso Botelho: ''incluzo verá V. Sa o mapa verdadeiro do rio com seus braços em huma parte com muitos Pinhaes de huma a outra aparte, que hé do segundo salto para baixo''.[63]

Após navegar o Rio D. Luis, Francisco Nunes alcançou o Rio Paraná, ''adonde se arranchou e deu parte ter feito a sua navegação com felicidade e mandando explorar o país encontraram com canoas que da cidade de São Paulo desciam para a praça do Igutemi''.[64] Em carta para d. Luis encaminhando esse mapa da correnteza do Paraná, escreveu Afonso Botelho:

63 Ibidem.
64 Notícias da conquista..., p.10-11.

> Pelo que mostra o mapa, e notícias que dá o Capitão presumo que desagoa o rio de D. Luis no Paraná, acima do Salto Grande das Sete Quedas [...] e sempre fica o caminho pelo rio de D. Luis aberto para penetrar o sertão e poder alcançar as notícias que se pretendem. Os soldados que o capitão mandou acima com a parte dão boas noticiais do Paiz e do Rio.[65]

Para os propósitos dos impérios coloniais de construir territórios soberanos, mas também para os das autoridades régias nas colônias interessadas em fixar sua memória de atuação na paisagem colonial, alguns gêneros cartográficos eram mais eficientes na transmissão desse tipo de mensagem, tal como ocorria com os desenhos de correntezas de rio, pois estes penetravam território adentro, expressando ideia de territorialização. O Rio Paraná era uma das principais ambições de mapeamento da Coroa portuguesa por estabelecer a fronteira aquática com os domínios de Espanha, e o Rio D. Luis, ao desaguar em sua correnteza, demarcava visualmente a importante ação de um governador. A força da comunicação pela imagem advém da sua demanda apenas no instante para a apreensão da mensagem e esse efeito poderia ser promovido com desenhos de correnteza de rio como esses.

Esse desenho de correnteza de rio feito *in loco* seguia o traçado da paisagem indígena, pois, como sugeria a descrição do desenho, "em distancia de três dias de viagem rio abaixo habitarão muita quantidade de gentios pois ainda topamos muitas bananas e se comerão bastante coelhos, muita laranja doce e azeda, limões e cidras, canas do rio e telhas feitas das nossas". Mas o desenho acrescentava a essa paisagem étnica a ação dos soldados-sertanistas que forneceria o layout de sertão conquistado: "abaixo do quarto e último salto verá [...] huma cruzinha no rio que hé té onde chegou huma expedição ou Patrulha de quem quer que foi que entrou no Paraná e pelo rio Acima haverá dois meses [...] pois o milho que no seu abarrancamento nasceo tem três palmos de alto as aboboras que por ahy comerão se estão despojando em flor".

Para o desenho oficial também eram transferidas e visualmente destacadas as características da correnteza e do ecossistema do Rio Paraná obtidas pelos esforços de soldados no enfrentamento das suas dificuldades.

---

65 Carta de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa para D. Luis de Sousa, 27 de março de 1770. *DIs*, v.34, p.228-229.

> o rio por onde desci hé trabalhoso pelas muitíssimas caxoeiras de que é composto, tem quatro saltos, os quais vão marcados no mapa os dois primeiro e segundo são maiores, o primeiro tem de alto quarenta e cinco palmos, o segundo tem trinta e oito, o terceiro vinte e sete e o quarto dezesseis [...] he este rio muito farto de peixes vários e cheguei a matar com anzóis feitos a facãp, jauzes de sete palmos e três dedos de comprido e dourados de cinco palmos [...] tem este estreito ate a ilha grande meia legoa de largo pois o rio todo, tirando-lhe as muitas ilhas que tem em qualquer parte a sua proporção he de huma legoa de largo, rio muito fundo que pode, por entre qualquer olha, navegar as maiores Náos de guerra, hé muito rápido de suas correntes.[66]

Com esse desenho da correnteza do Paraná, portanto, Francisco Nunes exibia a fronteira fluvial de um império na qual poderiam ser instaladas inclusive suas forças navais defensivas.

Plantas de Fortes, juntamente com desenhos de itinerário e de correnteza de rio, também produziram o território conquistado do Sul do Brasil para a monarquia portuguesa. As ficções imperiais, portanto, fizeram uso de várias ferramentas visuais, pois não bastava a representação da mobilidade e de um suposto conhecimento da topografia do terreno, mas interferir na sua paisagem, acrescentando ao étnico preexistente as marcas de Estado.

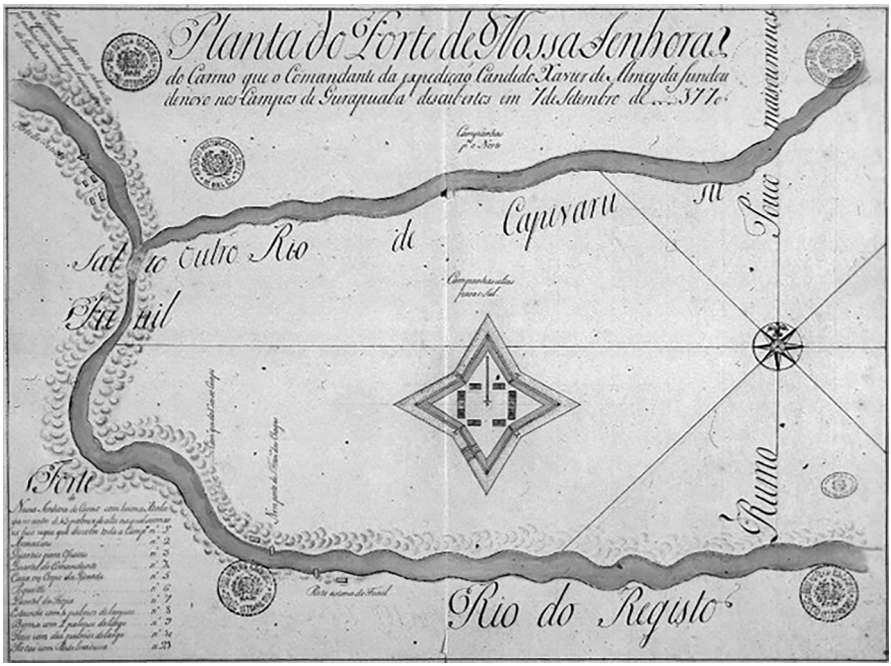
Algumas edificações, tais como os Fortes e Fortalezas, são símbolos estatais e transmitem a ideia de conquista, poder e dominação. Mas, colocando lentes de observação antropológicas para interpretar sua instalação, seus traços e localizações, podemos alcançar suas "informações embutidas"[67] indicadoras da influência indígena. As narrativas escritas e visuais de instalação de Fortes nos espaços coloniais demonstram o quanto os Estados colonizadores admitiam o poder e a soberania dos grupos étnicos,[68] pois caso contrário instalariam apenas povoados, vilarejos ou vilas. A "Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo", instalado na entrada dos Campos de Guarapuava, evidencia esse aspecto da relação do Estado com os povos jê e analisando a sua confecção é observado também o quanto o local da instalação de

66 Carta de Francisco Nunes Pereira para Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, 10 de janeiro de 1770. *DIs*, v.34, p.230-234.

67 Menezes, 1980, p.1-13.

68 Offen, 2007, p.254-282.

Figura 113 – Planta do forte de Nossa Senhora do Carmo: que o comandante de expedição Candido Xavier de Almeyda fundou de novo nos campos de Gurapuaba descobertos em 7 de setembro de 1770




Fonte: AHU. [ca. 1770] color., desenho a nanquim; 31,6 x 41,6 cm em folha 34,5 x 44,6 cm

um Forte e o traçado de sua Planta obedece à paisagem indígena. A planta é a reproduzida na Figura 113.

Esse desenho foi feito pelo tenente e pelo cabo de bandeira Cândido Xavier de Almeida e Sousa, na sexta expedição, quando os Campos de Guarapuava foram alcançados. Esse feito, inclusive, levou à promoção do sargento Cândido a tenente de companhia. Uma carta do próprio sargento admitia sua autoria da Planta, confirmada posteriormente por uma carta de Afonso Botelho dirigida ao mesmo sargento e por um ofício de d. Luis para o conde de Oeiras, no qual comunicava remeter a "planta tirada da própria [fortaleza] que mandou o mesmo Comandante a que se deo o nome de Fortaleza de N. Sra do Carmo".[69]

69 Ofício do (governador...) para o (ministro...Conde de Oeiras)..., 1770.

Essa Planta é mais um caso de documento separado de seus complementos escritos pela curadoria arquivística, pois uma nota acrescentada ao verbete de um conjunto de ofícios do governador e carta do sargento advertia sobre a existência desse documento visual.[70] Nota-se que Cândido Xavier era um prático de mato em uma carta escrita por ele próprio a Afonso Botelho explicando como teve consciência de ter chegado a um espaço campal, pelo entendimento das características do seu ecossistema, tendo observado "além de morros muito baixos na margem do rio para a parte direitas são despenhados" e a "grande a multidão de papagaios e outros pássaros que só vivem em campos".[71]

Para esse sargento os Campos de Guarapuava eram apenas "campos" e, conforme ele mesmo confessou: "quis a fortuna permitir-me o de acampar-me [...] nesses deliciosos campos, por mim cognominados de N. Sra. do Carmo, pois foi quem ally me trouxe". Após descrever sua chegada ao lugar, disse ter logo instalado a fortificação cuja planta remetia.[72]

Diante desse dado e observando a Planta, há indícios nas suas características físicas de ter sido feita a duas mãos. Ou seja, o cabo a enviou dos campos para Afonso Botelho e ela foi alterada, ou seja, traduzida para Campos de Guarapuava. Na pena do soldado-sertanista esse lugar como Campos de N. S. do Carmo não projetaria o Império soberano, mesmo contendo uma edificação de Forte.

Em processos de mapeamento promovidos pelo Estado em domínios coloniais, vários sujeitos sociais estão envolvidos e o prático local, por pisar no terreno, muitas vezes pode ser o primeiro a esboçar um borrão, levando seus superiores a alterar essa imagem com acréscimos indicativos da ação e presença do Estado. Embora seja possível saber o autor original da Planta, não foi possível identificar quem a complementou.

A caligrafia, o peso do instrumento da escrita sobre o papel, interferindo no tom da tinta, e os conteúdos sugerem uma produção a quatro mãos. Nesse sentido, um desenho produzido em expedições de mapeamento pode conter camadas de mensagens, e essa Planta mostra tanto a do cabo como a do

70 Ofício do (governador e capitão-general...) para o ministro e secretário de Estado... Há uma cópia dessa Planta no Arquivo Militar. Cf. Adonias, 1960, p.517.

71 Ibidem.

72 Ibidem.

comandante, mais diretamente relacionado à missão de projetar o Império no território.

Como mensagens do sargento Cândido Xavier, podem ser destacadas o título em caligrafia própria e ampliada – "Planta do Forte de Nossa Senhora" –, os nomes dos rios Capivarussu e Registro, navegados por ele e sua tropa, e o rumo seguido sinalizado com a rosa dos ventos.

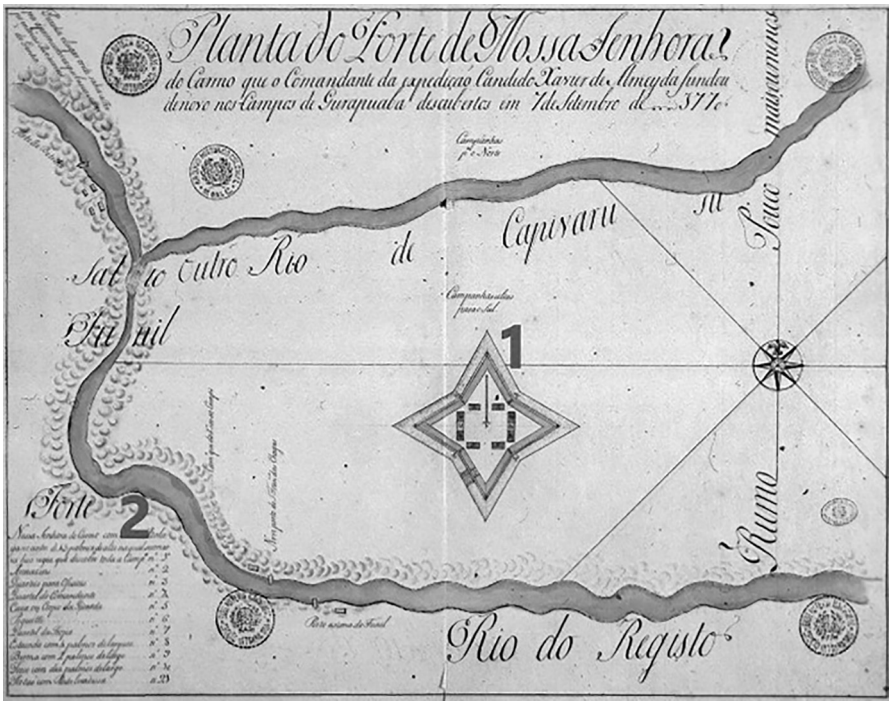
Considerando a consciência espacial do soldado em relação a esses campos, dentro da Planta o desenho da edificação do Forte pode não ter sido feito por ele, mas por outro que circundou o seu sinal original dessa instalação com as estruturas arquitetônicas numeradas e acompanhadas de uma legenda descritiva na margem inferior esquerda. O sinal original do Forte era uma coluna, tipo de estaca, posteriormente sinalizado por quem completou o desenho com o número 1 e explicado na legenda como "Nossa Senhora do Carmo com uma Atalaya no centro de 45 palmos de alta na qual se conserva uma regia que descobre toda a Campanha". A edificação não foi feita à mão livre, mas com régua, possuindo uma geometria de linhas bem definidas destoante de todo o desenho, que pode ser visto na Figura 114.

Ao título foi acrescentada a frase, com caligrafia menor e tinta em tom mais leve: "do Carmo que o comandante da expedição Candido Xavier de Almeida fundou de novo nos Campos de Guarapuaba descobertos em 7 de setembro de 1770". A expressão "de novo" significava "recentemente". Quem fez esse acréscimo se preocupou em incluir a palavra "Guarapuaba", não utilizada pelo sargento em suas cartas. Esse topônimo, entretanto, era importante por promover a tradução dos campos da religiosidade do soldado-sertanista para o da agenda imperial. Essa planta foi usada para esclarecer o ofício encaminhado para o secretário de Estado Martinho de Melo e Castro.[73]

Frases manuscritas ou nomes em letra miúda distribuídos pelo desenho descreviam sinteticamente o itinerário e as ações do cabo conforme os textos dos ofícios. Assim, Martinho de Melo e Castro poderia realizar a leitura cotejando duas narrativas, a visual e a escrita, de um mesmo episódio. No mapa, as indicações "Picada e lugar onde saiu a tropa a primeira vez que buscou campo entre as povoações do gentio" e "Porto do Botelho" correspondiam à passagem da carta de Cândido Xavier na qual este explicava os pontos

73 Ibidem.

Figura 114 – (1) Coluna; (2) "Nossa Senhora do Carmo com uma Atalaya no centro de 45 palmos de alta na qual se conserva uma regia que descobre toda a Campanha"




Fonte: AHU. [ca. 1770] color., desenho a nanquim; 31,6 x 41,6 cm em folha 34,5 x 44,6 cm

iniciais da sua navegação em direção aos campos e o momento no qual os que marchavam por terra decidiram interrompê-la para confeccionar cestos para o transporte da carga das canoas, aliviando seu peso e, assim, prosseguirem até o porto do Botelho.

A frase "Cam. que ded. sae ao campo" equivale no ofício à sua descrição de como decidiu abrir uma picada para entrar nos Campos por estes estarem situados entre os rios do Registro (onde ele estava) e o Capivarussu, como concluiu.[74] E os pontilhados associados a essa frase, mas também à da "Picada e lugar...", mostram que a Planta era também de um outro gênero, ou seja,

74 Cópia da Carta escrita pelo cabo de Bandeira Cândido Xavier de Almeida ao Tenente Coronel da Expedição do Tibagi Affonso Botelho... AHU, São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia 5 dez. 1770, cx. 27, doc. 2539.

o desenho de itinerário, manifestação visual comum nos espaços coloniais, própria dos práticos e cada vez mais incorporada pelo Estado como ferramenta para a produção da sua espacialidade. Por se preocupar em exibir os limites de uma região definida, a Planta também era um mapa corográfico.

Os escritos distribuídos pelo mapa mostram os seus três gêneros: Planta de Forte, carta corográfica e desenho de itinerário. As frases esclareciam o observador sobre pontos fixos – a edificação do Forte em si e as funções dos componentes de sua arquitetura –, direções e movimentação no espaço, conforme mostra a Figura 115.

No contexto no qual foi produzido e na maneira como foi usado, esse desenho teve o explícito objetivo de estabelecer o direito de senhorio sobre o "Paiz". No texto de uma Relação foi escrito pelo comandante-geral que o sargento Antonio Cândido aplicou todo o cuidado "na eleição do lugar para a construção de ua fortaleza ou lugar em que com respeito militar estabelecesse [no] continente o direito senhorial deste pais".[75]

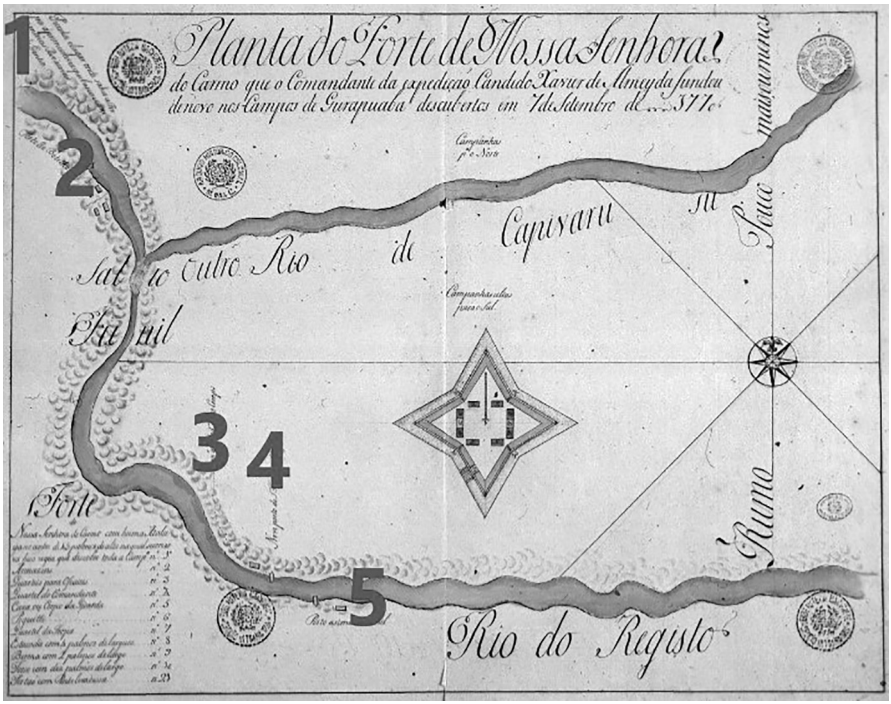
Mas, inquirindo o desenho e a descrição de Cândido Xavier sobre como chegou aos campos com base em dados etnográficos dos povos jê, habitantes da região, observa-se que a sua projeção obedeceu à performance jê sobre o território e a instalação do Forte ocorreu sobre o "espaço limpo" dessa etnia. Conforme escreveu o sargento, para a parte direita havia visto um "grande clarão [...] cujas cinzas no dia seguinte caiam sobre nós".

Essa observação o fez tomar a decisão de armar soldados para entrarem nos campos. Estes, ao entrar, encontraram "grandes rossas de gentio, de milho, feijão, abobras, e todo o gênero [entraram] em um payol onde tudo isto estava empilhado em cestos muito grandes, e acharam duas pilhas de pontas de flechas de pao". Dessas roças descreveu ainda que saíam "muitas estradas que naquele lugar havia muito frequentes para as grandes roças". Viram também muitas "abelheiras tiradas e paos cortados e ranchos", tudo cortado à pedra, segundo sua conclusão.[76] Territorialidade indígena como

75 Segunda parte em qe. se continua o mesmo assumpto, seguindo a mesma Ordem ao Successo dessa Viagem no encontro com os índios. *DIs*, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.4, p.97; Relação do Primeiro Encontro..., in Notícias da conquista..., p.61.

76 Cópia de uma carta escrita pelo Cabo de Bandeira Candido Xavier de Almeida ao tenente Coronel da Expedição do Tibagi Affonso Bot. de S. Payo e Sousa. 22 set. 1770. AHU, São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia, 5 de dez. 1770, cx. 27, doc. n.2533.

Figura 115 – (1) "Picada e lugar onde saiu a tropa a primeira vez que buscou campo entre as povoações do gentio"; (2) Porto do Botelho; (3) Ca q se ded sae a campo; (4) Novo Porto de N. S das Chagas; (5) Porto acima do Funil. Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo




Fonte: AHU. [ca. 1770] color., desenho a nanquim; 31,6 x 41,6 cm em folha 34,5 x 44,6 cm

movimento e trabalho estão embutidos nessa descrição e foram sobrepostos com a camada de paisagem do Estado através das operações dos soldados sobre o terreno.

O Forte, se observado apenas através da Planta, parece ter sido instalado em um lugar vazio. Mas, ao ser vinculado à narrativa escrita de como se chegou à sua projeção naquele local, é notada a presença humana indígena, inclusive interferindo nas decisões de entrada da tropa. O "gentio" também é mencionado, porém em letra de tamanho reduzido, na margem superior esquerda do desenho, na frase que informa sobre a "Picada e lugar onde sahiu a tropa". A predominância visual, entretanto, é a do vazio demográfico, como se o Forte tivesse sido instalado naquele local sem relação alguma com as populações que o habitavam.

Essa Planta do sargento bem como os outros desenhos feitos pelos soldados-sertanistas certamente subsidiaram mapas das regiões do Tibagi e principalmente de Guarapuava desenhados pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Enquanto os soldados-sertanistas desenharam por prática de terreno, José Custódio o fez por estimação, observando seus traçados, seus itinerários, suas ações e decisões, traduzindo-as para uma linguagem técnica. Ao levar consigo boa parte desses desenhos de soldados-sertanistas não assinados, alguns deles posteriormente localizados em seu espólio, adquiridos pelo barão Duarte da Ponte Ribeiro às mãos de Pedro de Angelis, terminou por carregar a fama de ter sido autor exclusivo dos mapas que projetaram a ficção imperial portuguesa sobre o território e paisagem jê do Sul do Brasil.

## O engenheiro e sua coleção de desenhos

Em 12 de maio de 1772, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria embarcou no Rio de Janeiro na Corveta de Sua Majestade juntamente com "trinta soldados artilheiros" em direção ao porto de Santos. A turbulência do mar e os ventos sopravam tão "opostos a sua viagem [que] depois de arribarem duas vezes a ilha de São Sebastião, coisa raras vezes sucedida", decidiram prosseguir sua viagem por terra desde o porto de Bertioga até a vila de Santos. Ao saber da chegada do brigadeiro na principal vila marítima da capitania de São Paulo, d. Luis preparou alguns "índios para o conduzirem e lhe ajudarem a passar a Serra". Depois de dois meses de uma viagem cheia de percalços, finalmente o grupo chegou à cidade de São Paulo em 12 de julho.

O brigadeiro encontrou um governador ansioso, como demonstram as próprias palavras de d. Luis a Martinho de Melo e Castro: "e sem mais demora entrei a conferir com ele [o brigadeiro] e a mostrar-lhe os mapas e cartas topográficas que eu tinha formado destes sertões". Ambos haviam sido incumbidos pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha da responsabilidade de formar um plano em conjunto, descrevendo os "serviços" e os "socorros" para a região até então conquistada pelas expedições organizadas e conduzidas pelo governador.

Entretanto, antes da chegada do brigadeiro à cidade de São Paulo, esse plano já estava redigido e havia sido enviado por d. Luis de Sousa para o

marquês de Lavradio em 1º de outubro de 1771 com uma capa sem ornamentação e estampando o título "Introdução Previa e remetida ao Ilmo. Exmo Sr. Marques de Lavradio viceRey do Estado do que Ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo D. Luis Antonio de Souza lhe parece se deve obrar em execução das Reaes Ordens do 1º de Outubro de 1771".

Complementado o Plano seguiu também um ofício contendo uma explicação antecipada das diretrizes que, a princípio, deveriam ter sido traçadas em conjunto:

> desejando adiantar o tempo tão necessário, e tão recomendado em matéria tão importante antecipei logo para o Rio de Janeiro o papel de que aqui adjunto a copia [...] para que chegando o papel as mãos do Exmo. Vice Rey antes de partir para esta Capitania o dito Brigadeiro José Custódio, pudesse o mesmo Exmo. a vista dos Pontos principais que nelle exponho, instruir com o seu parecer ao dito Brigadeiro e formaliza-lo de todas as cousas que fossem mais conformes a sua opinião, e ao adiantamento do Real Serviço, que nessa capitania se deva praticar.[77]

A presença de um engenheiro militar na cidade, sua consulta aos desenhos já formados e a interlocução presencial com o governador revestiam o fato geográfico da conquista do Tibagi e do Iguatemi de um caráter técnico-científico, mesmo sendo esses sertões do engenheiro por estimação, pois José Custódio desconhecia e nunca pisou no terreno enquistado dos jê situados entre os rios Iguaçu e D. Luis. Mas conhecia bem o Iguatemi e sobre este emitiu opiniões e fez mapas.

Em termos espaciais, o governador apresentava um plano de serviços para duas regiões: os dois sertões do Ivaí e Tibagi; a povoação e praça de N. Sra. dos Prazeres, no Rio Iguatemi. Desse Plano formado por onze pontos apenas o terceiro referia-se ao Tibagi e dez, portanto, diziam respeito à praça do Iguatemi. Nesse único ponto do Tibagi foi enfatizada a

77 Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or Cap.am Gen. al de S. Paulo D. Lvis An.to Sovza e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Far.a. De todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portugueza [Manuscrito]. BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61.

necessidade de conquistá-lo. Mais adiante, no desenvolvimento de cada ponto, detalhavam-se os meios. Em primeiro lugar "conquista e redução de todo o gentio e barbaras Nações que o habitão", admitindo, portanto, a soberania dos povos jê.

Não bastando reduzi-los à fé cristã, avançava com a ideia de sobrepor uma camada de paisagem de conquista sobre a étnica, de modo a estabelecer uma ficção geográfica de Estado, mas também evocativa de sua memória de governo nessa parte do Brasil meridional: "restabelecer as antigas povoações que aly houve, de que ainda existem fundamentos com grandíssima cópia de árvores frutíferas de toda a qualidade, para cujo intento mandei já algumas pessoas que se achão dando princípio a Nova Villa Real, sobre as ruinas da antiga Vila Rica, na barra que faz o rio Mourão com o Rio de D. Luis".

Em seguida e como um condicionante histórico do encorajamento do colono a ocupar o interior, manipulava a esperança de acesso às riquezas metalíferas: "o terceiro fim há de ser o descobrir o ouro, cuja riqueza e conveniência facilitará [...] todos os meios necessários para os antecedentes fins".

José Custódio de Sá e Faria, após consultar os mapas e ler os diários e relatos dos soldados sertanistas expostos por d. Luis em 21 de julho, emitiu um longo parecer de dez páginas, no qual não pronunciou nenhuma palavra sobre os sertões do Tibagi, mas apenas uma opinião geral e vaga sobre uma das principais entradas a esses sertões na altura do Salto Grande e a qual havia passado:

> Contudo se deve examinar com o maior desvelo se entre o dito passo [o rio Paraná] e o Salto grande há algum caminho por donde os castelhanos tenhão penetrado a mesma Serra; pois achei quando a passei no seu passo a noticia de que os ditos Castelhanos, conservão ao norte da mesma serrania duas Fabricas de Erva do Paraguay chamada hua Caaguague e outra Mbaracauy, situadas entre a ditta Serra e o R. Iguatemy sem embargo que julgo que os ditos ervaes não estão ao Norte dela mas sim ao Sul, entre as Montanhas asperíssimas que discorrem do Parallelo da Vila de Curuguaty the o Parallelo da mesma Serra, ou também que se houve os ditos Ervaes algum dia se achão hoje abandonados; pois não he crível que se os Castelhanos, conservassem semelhante fabrica naquela paragem deixassem a nossa gente que se acha no Iguatemy de os ter descuberto, mas se

> não averiguação se achar algum destes passos será preciso fortifica-lo ou faze-lo inútil aos Castelhanos com Cortaduras que lhe impossibilitem a passagem.[78]

A baixa oferta de engenheiros militares em território tão extenso como o do Brasil e a necessidade premente de mapeá-lo no século XVIII foram alguns dos motivos da dependência das autoridades coloniais dos traçados de territórios e desenhos de itinerário feitos por não profissionais. Ao engenheiro cabia no final dos processos de mapeamento traduzir suas informações em cartas geográficas ou corográficas expressivas do território fixo, como uma obra acabada de conquista e em oposição ao território movediço e cheio de sinais étnicos indígenas descritos e desenhados por soldados-sertanistas mamelucos.

Mas até o final do governo de d. Luis de Sousa, em 1775, não houve um mapa que mostrasse um sertão do Tibagi e Guarapuava fixo, sem as marcas desses sertanistas fardados, e esse dado pode ter relação com a ausência de um engenheiro militar ao longo do processo de mapeamento da região. D. Luis de Sousa tocou um empreendimento de mapeamento, portanto, apenas com gente local, sabedora de geografia pelas notícias dos antigos e de sua experiência de terreno, parte dela construída no próprio mapeamento. Assim, tal como os geógrafos de gabinete e os profissionais da engenharia militar, os atores sociais não estatais foram importantes para a produção dos limites territoriais do Brasil expressos em documentos de valor políticos como os mapas. A cartografia dos Estados, portanto, foi um processo participativo, mesmo que não deliberado.

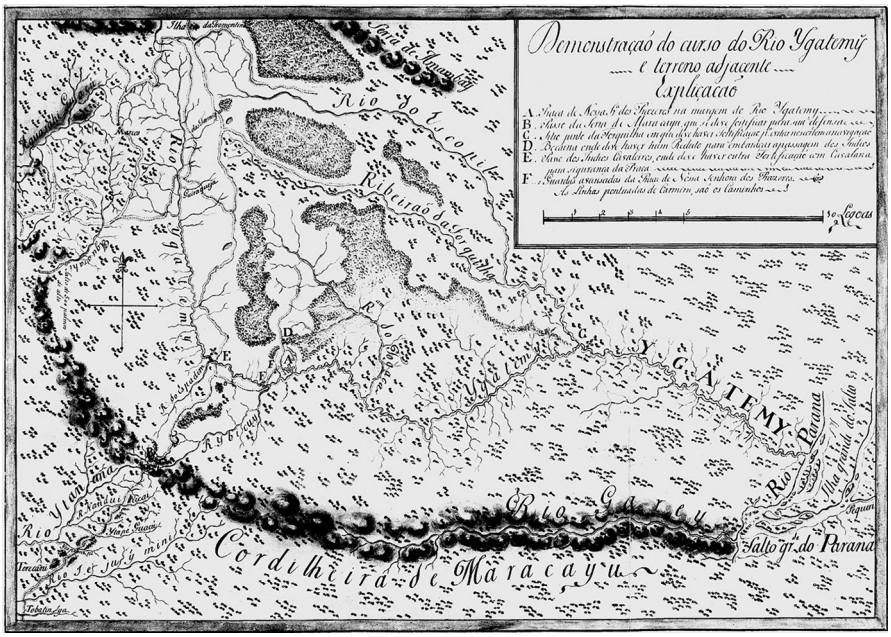
Após a interlocução de d. Luis com o brigadeiro, tendo este concordado em tudo com o governador, o engenheiro delineou um mapa no qual foram marcados "todos os lugares que segundo a [...] inteligência [de ambos] parecerão mais úteis e que se deviam fortificar ou povoar, para segurança e defensa da Praça do Guatemy".

Pelo assunto geográfico, o mapa pode ter sido o da Figura 116.

Na sua legenda descritiva foram assinalados todos os pontos a serem fortificados e foi inserido um petipé com medidas calculadas em léguas, indicando que o autor do desenho tinha noção das extensões do terreno. Essa "Demonstração do curso do rio Iguatemy" possui também uma cópia a

78 Ibidem.

Figura 116 – Demonstração do curso do rio Iguatemy – e terreno adjacente – Explicação. In: Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or...




Fonte: Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or..., op. cit.

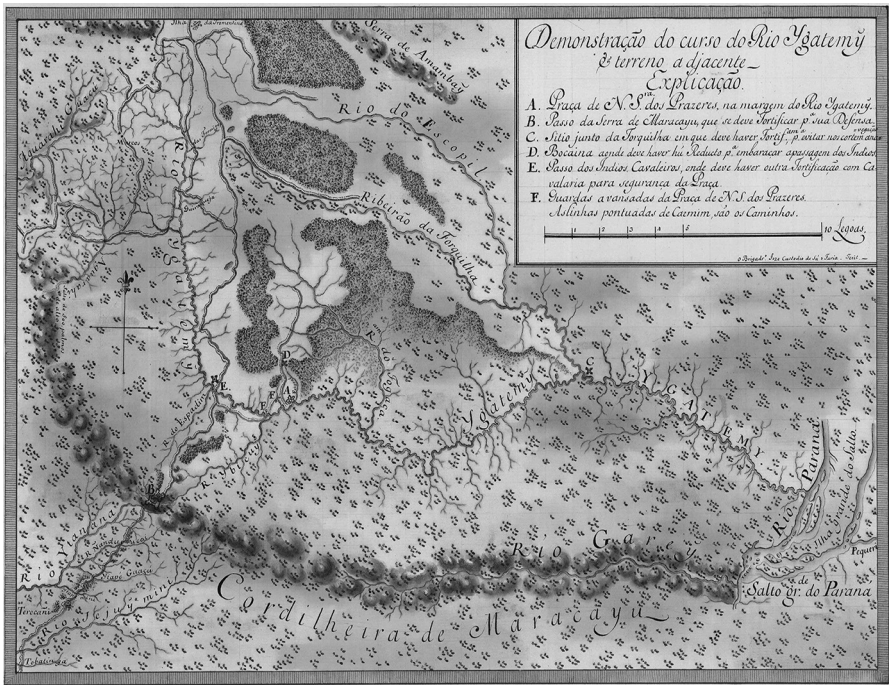
nanquim e colorida inserida no atlas compilado por d. Luis em homenagem ao conde de Bobadella.

Esses dados mostram que José Custódio se manifestou apenas para o terreno que conhecia profundamente, o Iguatemi,[79] e sobre o Tibagi e Guarapuava optou em se omitir. A emissão de opinião apenas para o terreno concretamente pisado pode ser creditada ao princípio da experiência de terreno como ética profissional, formadora de uma geração de engenheiros militares que tenderam a se contrapor à geração anterior dos cartógrafos de gabinete, inclusive contestando-os em memórias escritas.

A importância da presença do engenheiro militar na cidade em visita a um governador responsável por um plano de mapeamento com duração de pelo menos cinco anos (1768-1772), tal como um rito a revestir de valor técnico-científico uma ficção de conquista imperial, é demonstrada pela

79 Bellotto, 2007, p.286.

Figura 117 – Demonstração do curso do rio Yguatemy e terreno adjacente. Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portugueza [cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missões do Paraguay



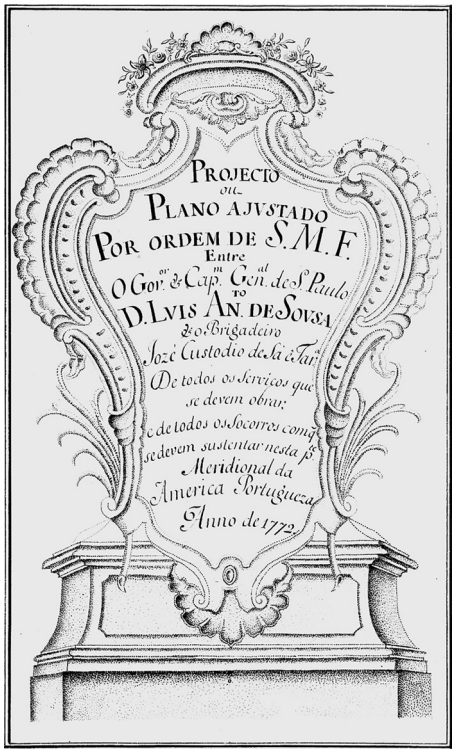

Fonte: BN, desenho a nanquim; 42 X 49,5 cm, 1775

versão final do Plano, apresentado com uma capa ornamentada com o título do Projeto, acrescido do nome do brigadeiro e emoldurado e sustentado por uma lápide em uma construção visual de monumento.

Essa versão monumental foi enviada ao secretário Martinho de Melo e Castro em "encadernação em seda vermelha com fitas para amarração e cortes dourados, dentro de uma capa, que por sua vez se encontra num estojo", conforme descrição datilografada pelo bibliotecário da Biblioteca Nacional, onde se encontra esse manuscrito avulso.[80]

80 Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or Cap.am Gen. al de S. Paulo D. Lvis An.to Sovza e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Far.a. De todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portugueza [Manuscrito]. BN, [S.L.; s. n.], 1772, 981,61 [grifo do documento]. Esse documento não faz parte da coleção Morgado de Mateus, mas de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

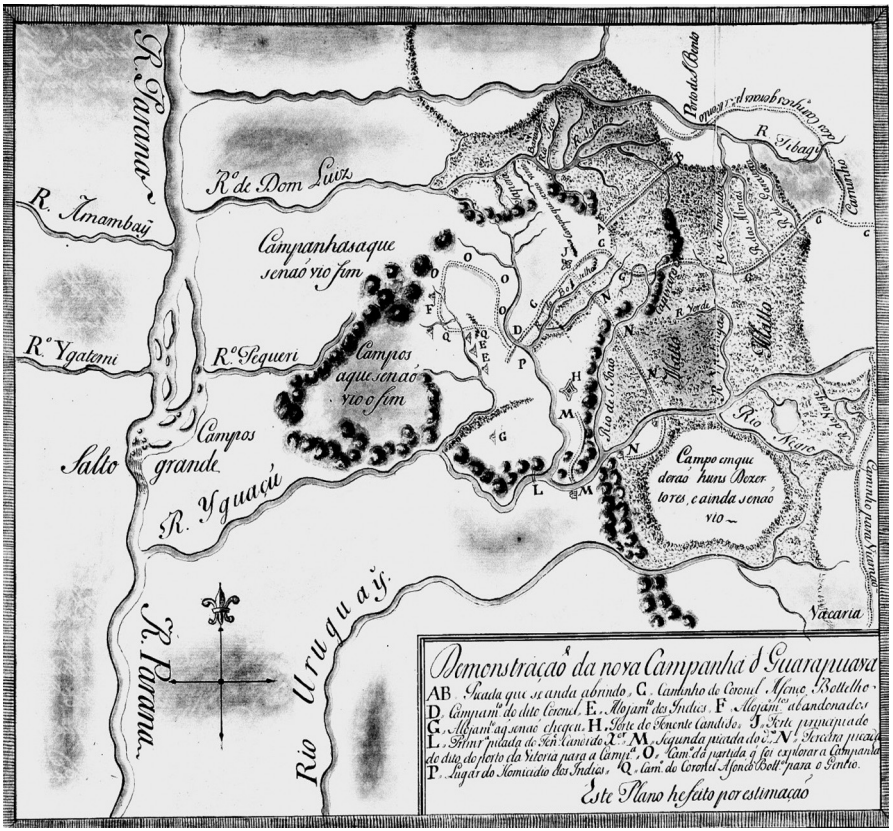
Figura 118 – Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov. or Cap.am Gen. al de S. Paulo D. Lvis An.to Sovza e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Far.a. De todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portugueza [Manuscrito]




Fonte: BN, [ S.L.; s. n.], 1772, 981,61.

A essa versão foi ainda anexado um conjunto de seis mapas sem assinatura e com petipé, um deles e certamente o principal foi o anteriormente mencionado, a "Demonstração do curso do Rio Iguatemy". Um outro, intitulado "Demonstração da Nova Campanha de Guarapuava", não possuía petipé e na legenda descritiva foi escrito "este plano he feito por estimação". Todos, posteriormente, foram redesenhados a nanquim, coloridos e assinados pelo brigadeiro, exceto este último, que manteve na legenda descritiva a frase "este plano é feito por estimação" acrescida de outra, "copiado pelo Brigadeiro José Custódio".

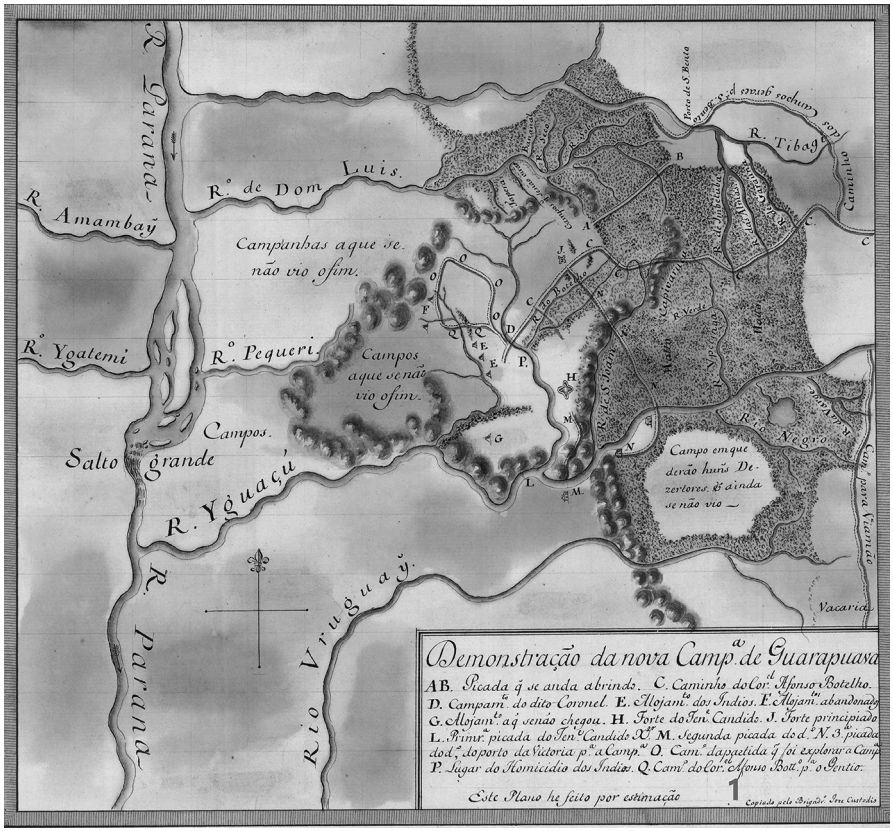
Figura 119 – Demonstração da Nova Campanha de Guarapuava. Projecto ou plano ajustado por ordem da S.M.F. entre o Gov.or Cap.am Gen. al de S. Paulo D. Lvis An.to Sovza e o Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Far.a. De todos os serviços que se devem obrar, e de todos os Socorros que se devem sustentar nesta parte Meridional da América Portugueza [Manuscrito]




Fonte: BN, [ S.L.; s. n.], 1772, 981,61

As imagens cartográficas do Projeto e do Atlas conversam e em virtude disso foi possível identificar a autoria das imagens reunidas no primeiro. Estas podem ser classificadas na série "Demonstração" por cada uma carregar essa palavra no título. De narrativa visual de um projeto manuscrito de governo a série Demonstração foi transfigurada três anos depois em obra celebrativa da memória de atuação de um servidor régio, como o governador d. Luis, vinculando-a à memória de outro, o conde de Bobadella. Logo, a

Figura 120 – (1) "copiado pelo Brigadeiro José Custódio", in: Demonstração da Nova Campanha de Guarapuava. Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portugueza [Cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missões do Paraguay.




Fonte: BN, desenho a nanquim; 42 X 49,5 cm, 1775

assinatura de um brigadeiro e engenheiro militar aumentava seu peso de autoridade. Mas os Campos de Guarapuava, onde José Custódio não pisou, continuaram sem a sua assinatura.

Analisando a imagem 15 inserida no Projeto, a legenda descritiva é sugestiva de sua confecção ter ocorrido após o segundo encontro dos exploradores com os índios. Algumas informações na legenda descritiva como o Forte do Tenente Cândido e sua trajetória nos Campos indicam repercussão da Planta do Forte de Nossa Senhora no desenho.

Esse mapa de autoria de José Custódio e feito por estimação, exibido na Figura 119, completava a "Carta Chorografica dos dous Certoen do Tibagy e Yvay novamente descobertos...", na Figura 78, de autoria do padre Francisco Antonio. Desse modo, a narrativa visual dessa conquista foi produzida pela pena e pincéis de um padre com prática de terreno e de um engenheiro guiado pelos pés e olhos de soldados-sertanistas.

Na produção do mapa "Demonstração da Nova Campanha de Guarapuava" foram tomados emprestados da Carta Chorografica os pontilhados de itinerário, porém para exibir a entrada do comandante foi escrito no cartucho:

> AB Picada que se anda abrindo, C Caminho do Corel. Afonso Botelho D. Campamto do dito Coronel E. [...] H. Forte do Tenente Cândido J. Forte principiado L. Primeira picada do Tem. Cândido Xer M. Segunda picada do dito N. 3ª picada do dito do porto da Vitória para a Campanha O. Caminho da partida que foi explorar o campo [...] Q Caminho do Coronel Afonso Botelho para o gentio.

Assim, com dedos e olhos o observador poderia acompanhar cada movimentação do comandante. A escrita e reescrita do nome de uma região ou continente como um ato de afirmação do poder colonial[81] aparece na substituição do "sertão do Tibagi" evocativo das terras sertanistas pela "Campanha de Guarapuava", pois evocava o conjunto de operações militares realizadas em determinado local e tempo, ou seja, a paisagem sertanista dava lugar à das tropas conquistadoras.

A "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava" era a conclusão visual da projeção do Império Português nas terras sertanistas, jesuíticas e jê situadas entre o Rio Uruguai, onde estava a antiga missão do Yapeiu, onde Simão Bueno e o padre jesuíta se encontraram e desenharam um mapa em colaboração, e o Rio Tibagi, outrora trilhado e reivindicado em direitos de posse e exploração pelo sertanista Angelo Pedroso em um mapa encomendado a um escrivão da câmara.

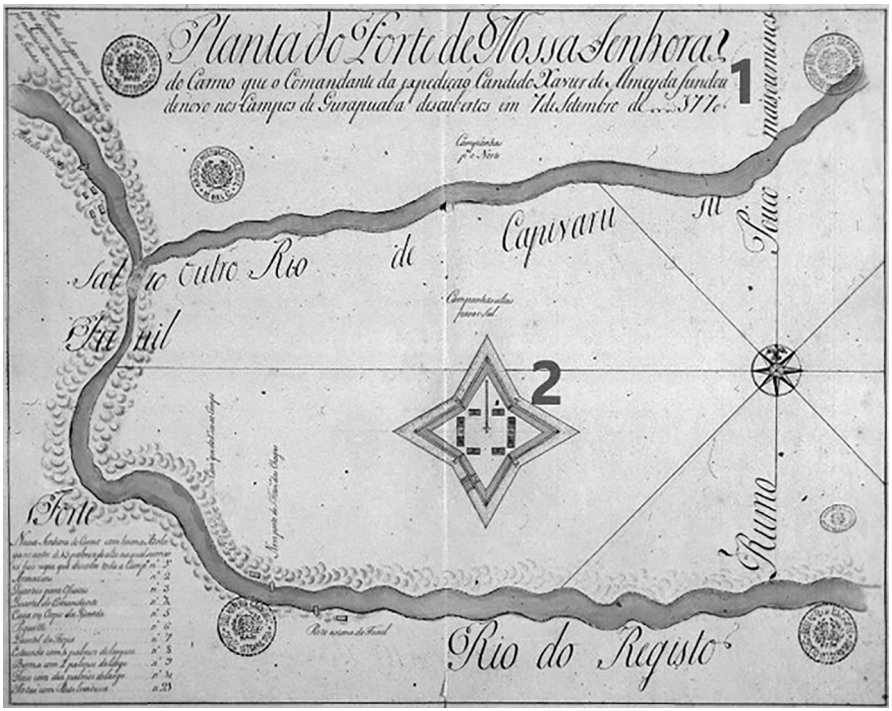
Em ambos os desenhos os rios D. Luis, Iguaçu, Uruguai e Paraná tinham relevância visual pelo tamanho da caligrafia. A "Demonstração da Nova

81 Clarke, 1988, p.456.

Campanha de Guarapuava" inseria personagens na narrativa visual, tais como o tenente Cândido Xavier e o comandante Afonso Botelho, diferenciando-se, assim, da Carta Chorografica.

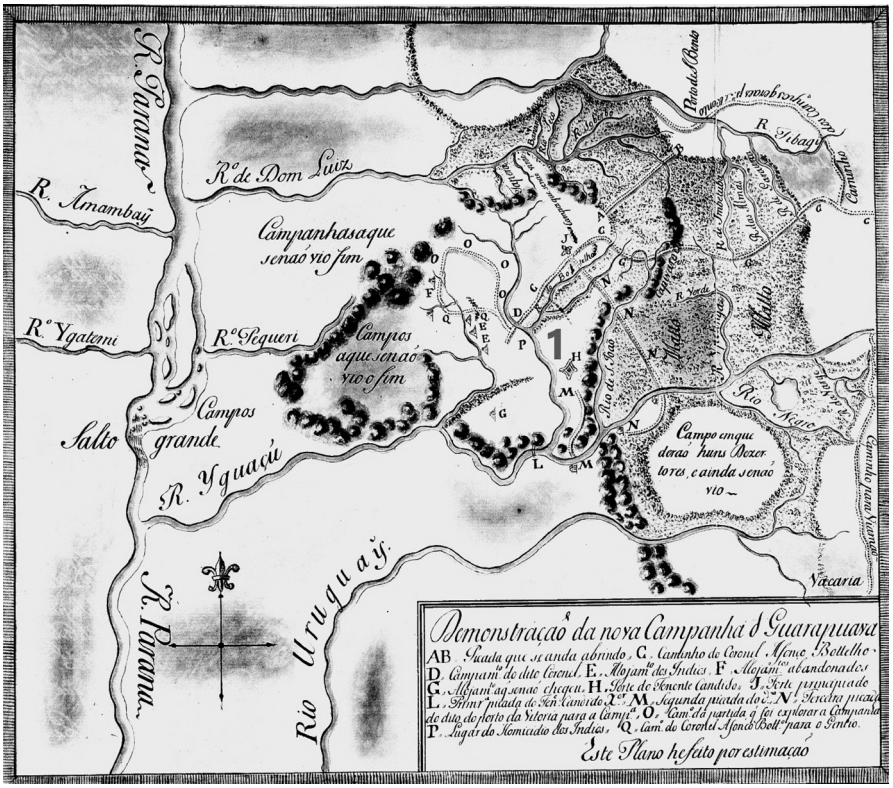
Esse destaque dado ao tenente, único a alçar posição de personagem no desenho, entre todos os oficiais das onze expedições, sugere a influência de sua Planta do Forte e do diário do tenente na confecção do mapa Demonstração. Tanto o episódio da entrada do tenente no campo como a sua Planta do Forte tinham significados importantes no processo de mapeamento, pois demarcavam a finalização bem-sucedida dos trabalhos de penetração nos sertões jê.

Figura 121 – "Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo que o comandante da expedição Candido Xavier de Almeida fundou de novo nos Campos de Guarapuaba"




Fonte: AHU. [ca. 1770] color., desenho a nanquim; 31,6 x 41,6 cm em folha 34,5 x 44,6 cm

Figura 122 – Localização da edificação do Forte. No Mapa Demonstração, (1) Letra H explicada na legenda descritiva no cartucho como "Forte de Tenente Cândido"

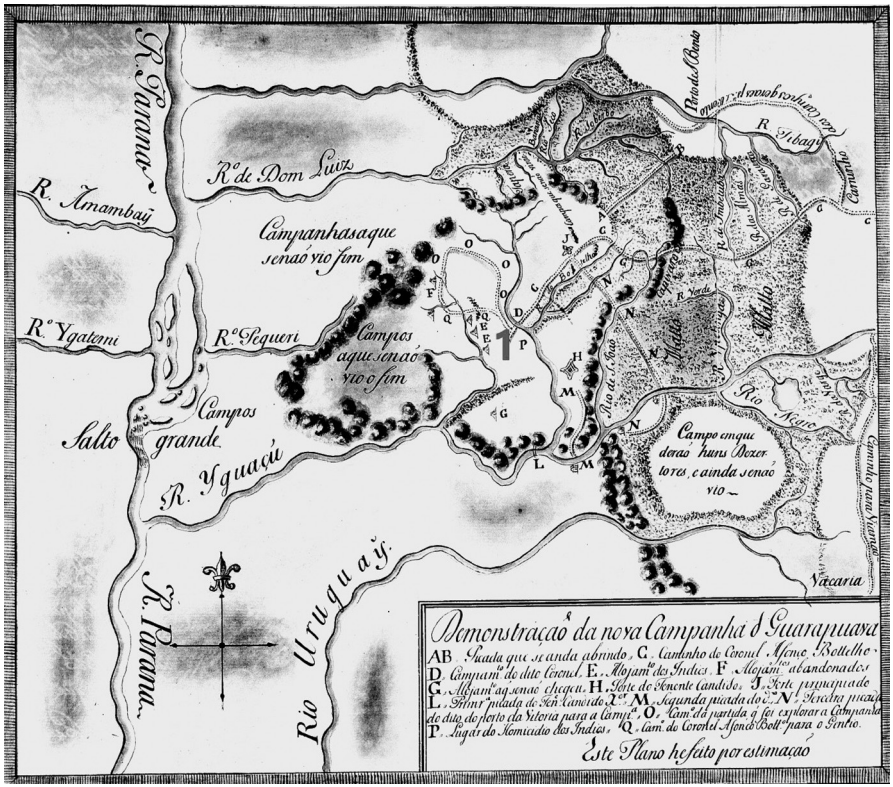



Fonte: BN, [ S.L.; s. n.], 1772, 981,61

Na legenda descritiva do mapa "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava" foi sinalizado o local do encontro dos soldados com os índios, também narrado na Relação do Segundo Encontro escrita pelo comandante Afonso Botelho,[82] com a frase: "Lugar do Homicidio dos Indios", ocorrido

82 Foi escrita uma Relação descrevendo o encontro-confronto entre os soldados e os índios jê que recebeu várias cópias manuscritas para circulação institucional. O episódio causou polêmica, tendo em vista as muitas instruções para evitar confrontos violentos com os índios. O caso resultou em uma longa devassa dos soldados envolvidos. No século XX foram feitas cópias impressas dessa Relação nos *DIs*, nos *Anais da Biblioteca Nacional* e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. As tantas cópias manuscritas e impressas desse documento merecem uma investigação.

Figura 123 – (1) Letra P, explicada na legenda descritiva no cartucho como "Lugar do Homicidio dos Indios"



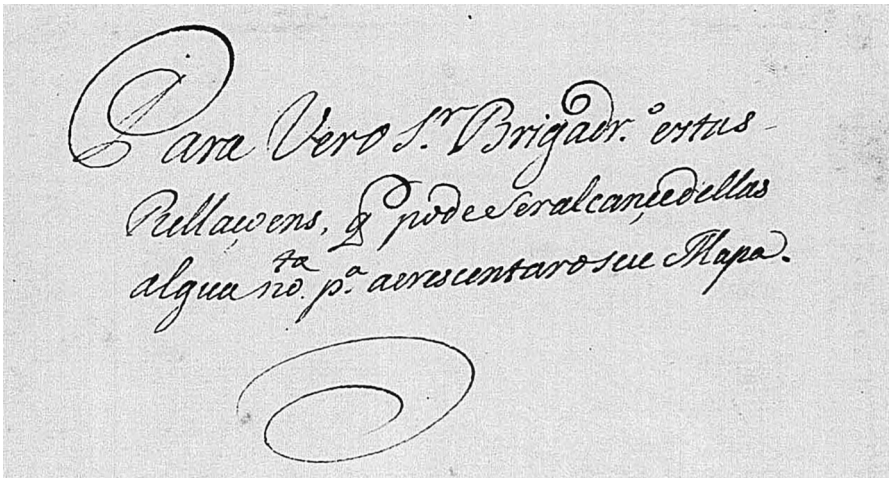

Fonte: BN, [ S.L.; s. n.], 1772, 981,61

às margens do Rio Jordão. Esse topônimo não aparece no mapa, mas apenas no texto da Relação. A instalação do Estado em território de soberania indígena reconhecida era visualmente justificada pela criminalização da reação dos povos indígenas.

José Custódio de Sá e Faria, portanto, observou, analisou e levou consigo relações, diários e mapas feitos pelo comandante Afonso Botelho e pelos soldados sertanistas, como comprova a aquisição de alguns deles do próprio espólio do brigadeiro pelo colecionador De Angelis, que por sua vez os vendeu para o barão Duarte da Ponte Ribeiro.[83] Um dossiê de manuscritos do

83 Adonias, 1960, p.513, 514, 516.

Figura 124



Fonte: FCM, 10040.01_9

acervo da Fundação Casa de Mateus com uma capa com letra manuscrita de época remetendo algumas Relações para José Custódio usar em seu mapa é mais uma evidência dessa questão.

Nesse dossiê estavam incluídas Relações da primeira expedição enviada aos sertões do Tibagi, quando foi alcançado o Rio D. Luis, e Relação e correspondência do comandante da quinta expedição, responsável por percorrer todo o Rio do Registro/Iguaçu, atravessando, portanto, toda a margem meridional dos Campos de Guarapuava. Foi provido dessas fontes que o brigadeiro partiu para o seu destino para desenhar por estimação um sertão conquistado, visto e pisado por soldados sertanistas e um padre com ambições de cartógrafo.

## De um borrão de terreno ao mapa aquarelado em um gabinete

Mapas são "textos de posse" e seus traçados são feitos para transmitir uma imagem de ordem e controle.[84] Todo mapa pode ter a sua fase de bor-

84 Clarke, 1988, p.455-456.

rão, nem sempre preservada ou localizada. Das várias imagens cartográficas produzidas ao longo das expedições de mapeamento dos sertões do Tibagi ocorridas entre 1768-1772, algumas inclusive tendo resultado em cópias, apenas uma deixou um borrão: a dos Campos de Guarapuava.

Essa foi a etapa final das onze expedições de territorialização do Estado português em sertões indígenas, sertanistas e missioneiros do sul e contou com intensa narrativa escrita e visual notabilizadora de seu comandante e do governador, tanto por ter sido significada como a conclusão de um processo de mapeamento bem-sucedido como por ter sido marcada por um episódio controverso para a política dos impérios coloniais na época em relação ao direito das gentes, pois houve um confronto dos soldados com indígenas de tal repercussão na política local a ponto de dois anos depois desencadear uma devassa.[85]

A produção visual do espaço Guarapuava, portanto, já nasceu impondo a necessidade de, mais do que geografia ou conquista oficial de um lugar, construir uma narrativa de elogio, mas também inocentadora de tropas e comandante e culpabilizante de grupos indígenas em relação aos episódios de confronto e violência. Como toda imagem, mesmo as cartográficas, apenas com traçados de rios, frases, contornos de montanhas e relevância visual de certas localizações, têm poder de produzir culpados e inocentes.

Estar diante de um borrão é a oportunidade de observar uma etapa do processo de produção de um mapa, quando seu autor age movido por um propósito, mas muitas vezes sem maiores restrições, tendo em vista que o borrão não tem o objetivo de entrar em um circuito de comunicação mais amplo, mas dar forma inicial a uma ideia, em uma comunicação reservada para posteriormente, quando é definido, se for o caso, seu objetivo e público final, os excessos serem aparados e acréscimos serem feitos. Um borrão pode ser emendado por várias mãos até chegar à sua versão definitiva.

Assim ocorre com um borrão inédito que complementou um ofício de Afonso Botelho endereçado para o governador d. Luis, juntamente com as duas Relações contendo a descrição da entrada nos Campos de Guarapuava

85 Devassa sobre o comportamento que tiveram com os índios os Descobridores dos Sertões do Tibagy. Remetida ao governador da capitania em 22 set. 1774. Assinada pelo ouvidor da Comarca de Paranaguá Antonio Barbosa de Matos [...] São Paulo, 28 de julho de 1774. BND, CMM, I-30, 25, 4.

e o primeiro e o segundo encontros do comandante com os índios.[86] Esse borrão continha correspondência exata com alguns pontos desses manuscritos, de modo que o leitor poderia acompanhar com o "olho e o dedo" as suas narrativas. O ofício sugere que o borrão foi feito por Afonso Botelho, em virtude da frase "não posso no Mapa que presentemente ofereço a V. Exca destes Campos assinalar o lugar da Fortaleza, que nelles pretendo fazer, pois enquanto não alcanço verdadeiro conhecimento delles, não disponho o estabelecimento, mas se Deus ajudar por todo o mês de janeiro que entra me hei de estabelecer naquela parte que achar mais comoda".[87]

Na catalogação desse borrão foi descrito: "O mapa encontra-se inacabado. O traçado dos rios é apenas um esboço e são visíveis vários traços a lápis".

Posteriormente esse borrão foi encaminhado por d. Luis a Martinho de Melo e Castro, em 5 de fevereiro de 1772, com as seguintes palavras: "vay também hua Carta Chorografica do mesmo Território e na mesma forma de Outra que já vay neste Livro junto a Carta do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquez de Pombal debaixo do N. 1".[88] Esse borrão subsidiou o mapa "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava" feito por estimação por José Custódio de Sá e Faria, pois este contém vários elementos da composição do primeiro, tais como indicação de desconhecimento de áreas dos Campos, a indicação do pretendido local de instalação da Fortaleza mencionada no ofício, os alojamentos dos índios do primeiro encontro, o local do confronto entre soldados e índios, no segundo encontro, e a movimentação dos dois personagens cujas ações foram alçadas à condição de símbolos da conclusão bem-sucedida do processo de mapeamento: o tenente Cândido Xavier e Afonso Botelho.

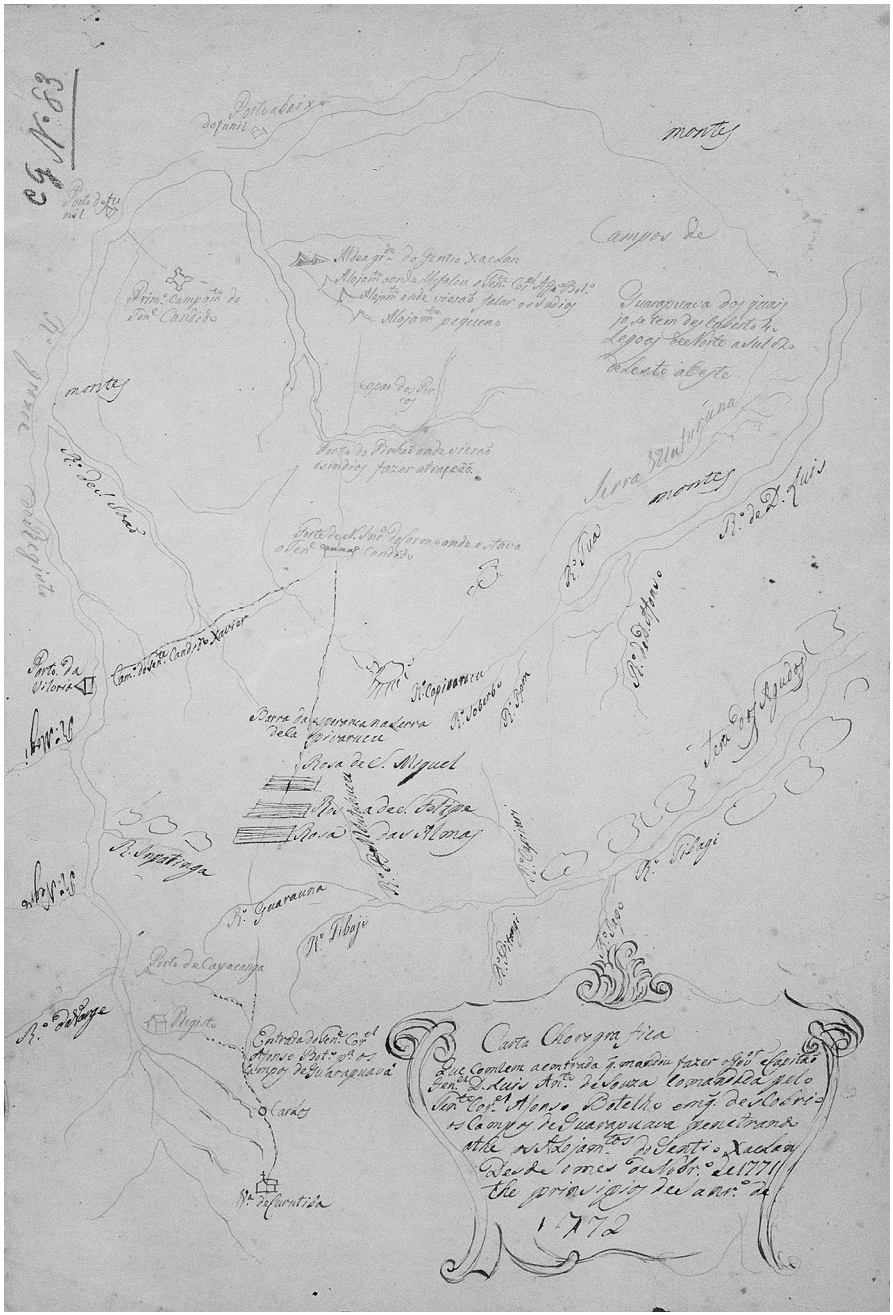
O borrão, como visto anteriormente, foi feito a nanquim e a lápis, sugerindo, portanto, dois momentos de produção, podendo inclusive ser um trabalho a quatro mãos, ou seja, Afonso Botelho pode ter tido um colaborador. Na parte feita a nanquim não há indicação do local de instalação do Forte, mas na parte a lápis foi lançada apenas a frase "Forte de N. S. do Carmo onde estava o tenente Cândido". O mapa "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava" aproveitou desse borrão a sua parte feita a lápis, mantendo a

86 Ofício de Afonso Botelho para D. Luis, 22 dez. 1771...

87 Ibidem.

88 Ofício de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para Martinho de Mello e Castro, 1772, 1946, p.198.

Figura 125 – Carta Chorografica

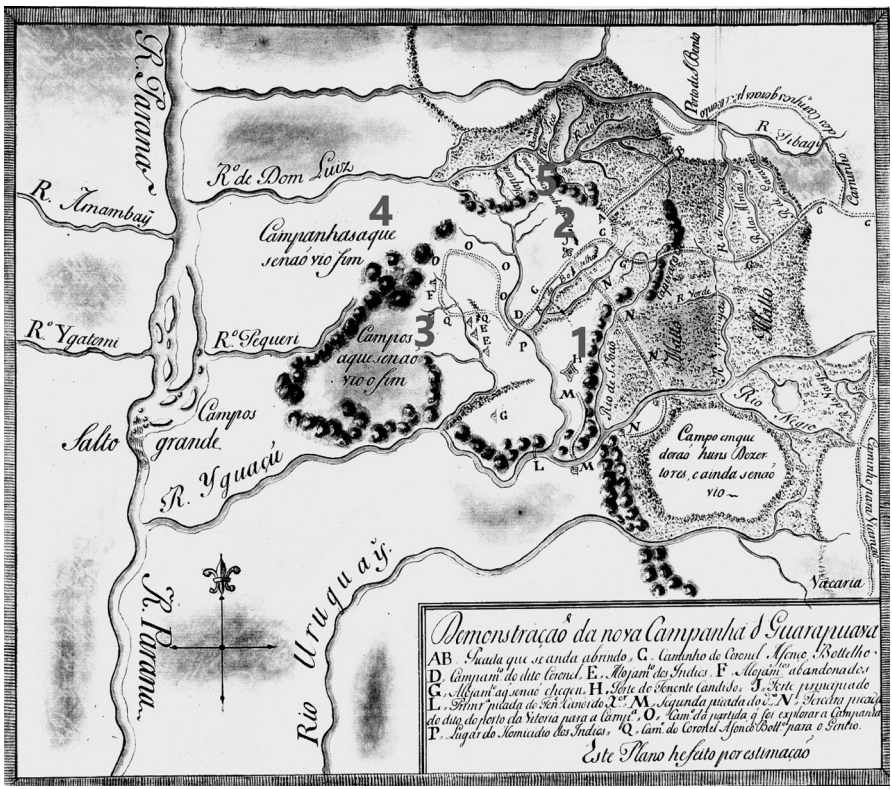



Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

indicação do Forte do tenente, mas também instalando um outro Forte, este sob a responsabilidade de Afonso Botelho e colocado defronte aos "Campos que não se virão", informação essa que apenas amplificava o mérito do comandante.

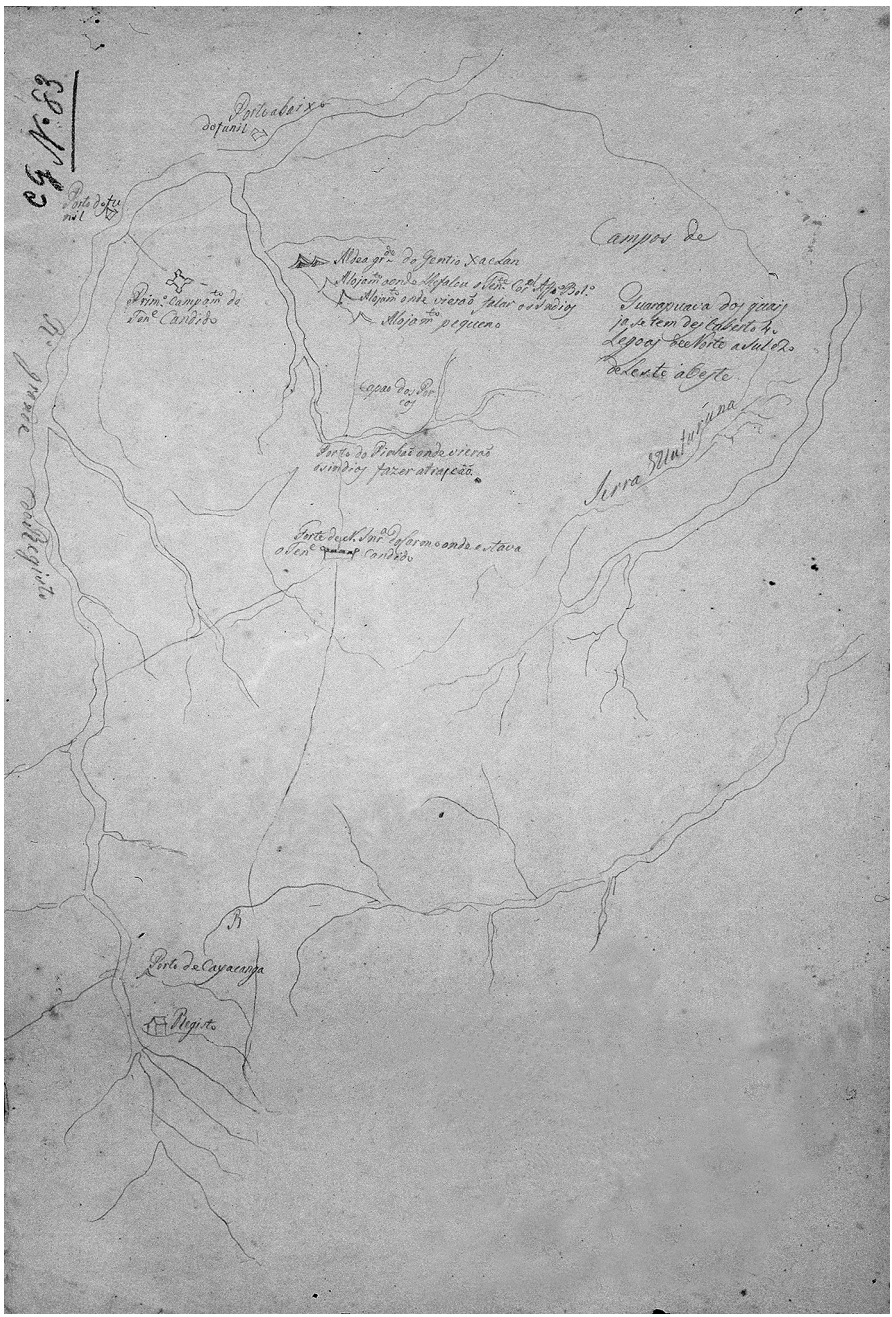
A indicação do local da Fortaleza nesse mapa conclusivo do mapeamento era importante, mesmo não tendo uma correspondência real com o terreno, porque o "Forte do Tenente Cândido" já havia sido projetado por este em uma planta. O Forte de Afonso Botelho foi aprofundado nos Campos, muito acima em relação ao de Cândido Xavier, pois como deixar circular nas instâncias burocráticas uma conquista fortificada por um tenente e não por um comandante?

Figura 126 – (1) Forte do Tenente Cândido; (2) Forte Principiado; (3) Campos a que se não vio o fim; (4) Campanha que não se vio o fim; (5) Campos que se não virão




Fonte: BN, [ S.L.; s. n.], 1772, 981,61

Figura 127




Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

As duas narrativas que compõem esse borrão – a feita a lápis e a outra a nanquim – são diferentes e complementares, e mais do que saber qual versão foi feita primeiro, pois esse tipo de indagação pode ser uma aporia, é observar como as duas versões juntas produziram uma narrativa visual da etapa final do processo de mapeamento dos sertões do Tibagi e Ivaí transformando-os em Guarapuava. Enquanto o lápis mostrava uma Guarapuava dos índios, do "gentio Xaclan" e da penetração do tenente, com indicação do alojamento onde os índios haviam ido falar com Afonso Botelho, a versão a nanquim narrava a entrada do comandante-geral. A projeção dessa entrada deu-se de baixo para cima, iniciando com a frase "entrada do tenente Coronel Afonso Botelho aos campos de Guarapuava".

Ao separar as duas narrativas,[89] percebe-se a existência de dois níveis de observação para a projeção do terreno: a de um observador posicionado a partir de dentro dos Campos e com capacidade para fornecer – ou produzir – várias informações (a lápis) e a de um observador posicionado a partir da entrada e até o meio dos Campos, fornecendo mais informações dessa área. O borrão sem a versão a nanquim minimiza em grande medida o protagonismo do comandante na chegada aos Campos de Guarapuava.

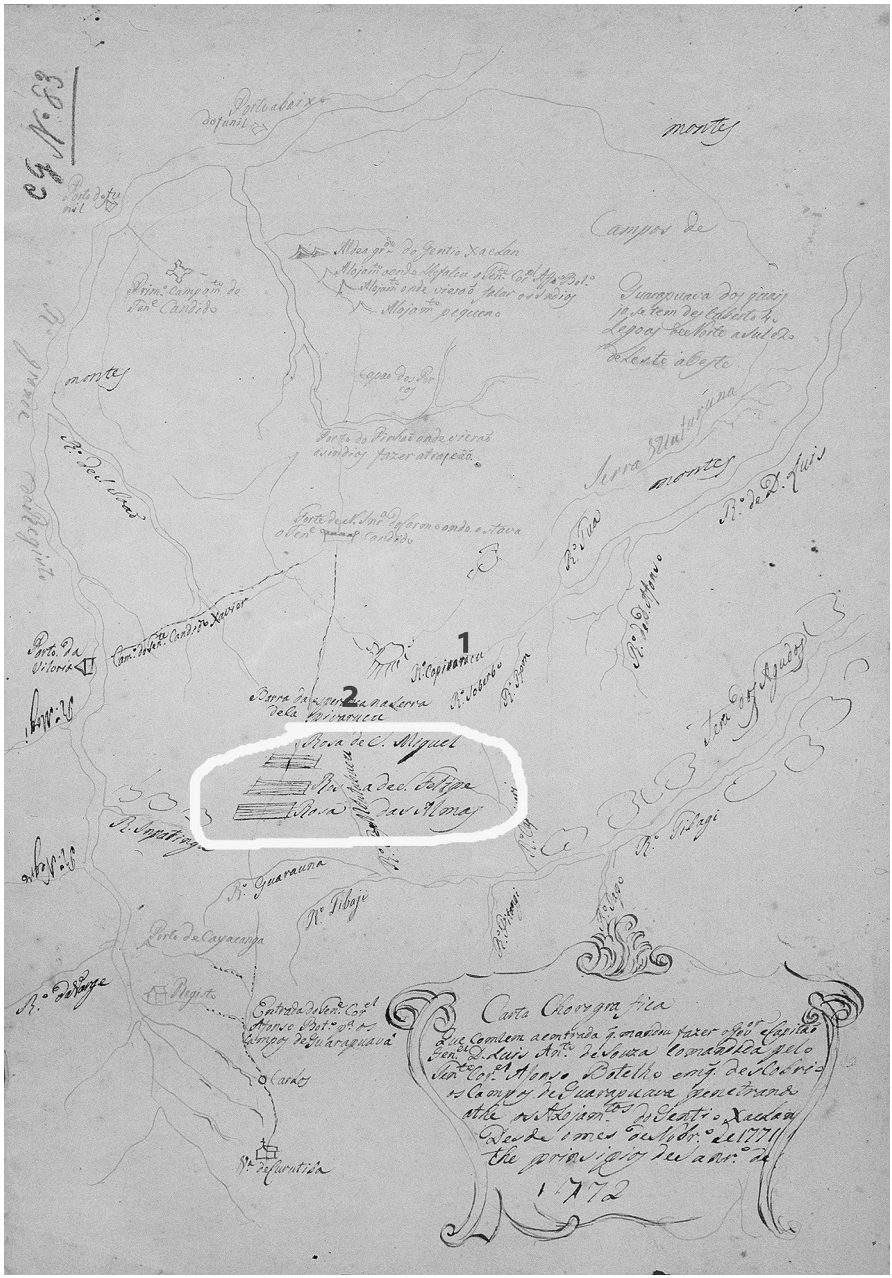
Na versão a nanquim foram observados muitos assuntos presentes na carta de um soldado-sertanista, o guarda-mor Francisco Martins Lustosa, datada de dezembro de 1770, na qual descreveu a sua entrada pelo porto do Carrapato e mencionou várias roças, tais como das Almas, de São Felipe, de São Miguel e a Serra do Capivarussu. No desenho da Figura 128 foram sinalizados esses assuntos.

Lustosa era um sertanista experiente, como escrito em ofício,[90] e havia começado essa sua entrada nos Campos de Guarapuava em julho. Em carta, disse ter sido encarregado dessa tarefa em virtude de esses campos serem considerados a via de acesso mais fácil para "a grande Campanha, que dizem ser dos Minuanos, que me deu entre o rio da Prata pelo lado direito, e o rio do Registro desta villa pelo lado esquerdo, o qual unido/na minha Campanha/

89 Apagar o nanquim sobreposto ao lápis com uso de Photoshop foi a solução metodológica encontrada para separar as duas narrativas espaciais e analisar como ocorreu a sua construção.

90 Ofício do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), 1770.

Figura 128 – Destaque em amarelo para as três roças; (1) Rio Capivarussu; (3) Barra da Esperança na Serra de Capivarussu

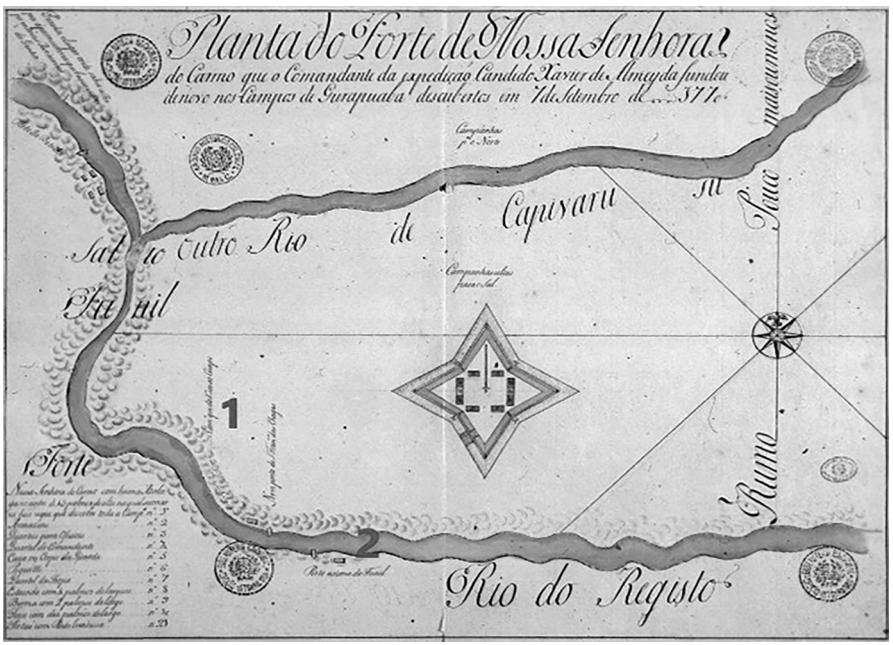



Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

com o rio Uruguay na mesma Campanha faz barra no dito rio da Prata".[91] Os sertões jê de Guarapuava eram importantes porque formavam um corredor de acesso para outros campos indígenas que também deveriam ser conquistados, como os dos minuanos nas margens do Uruguai.

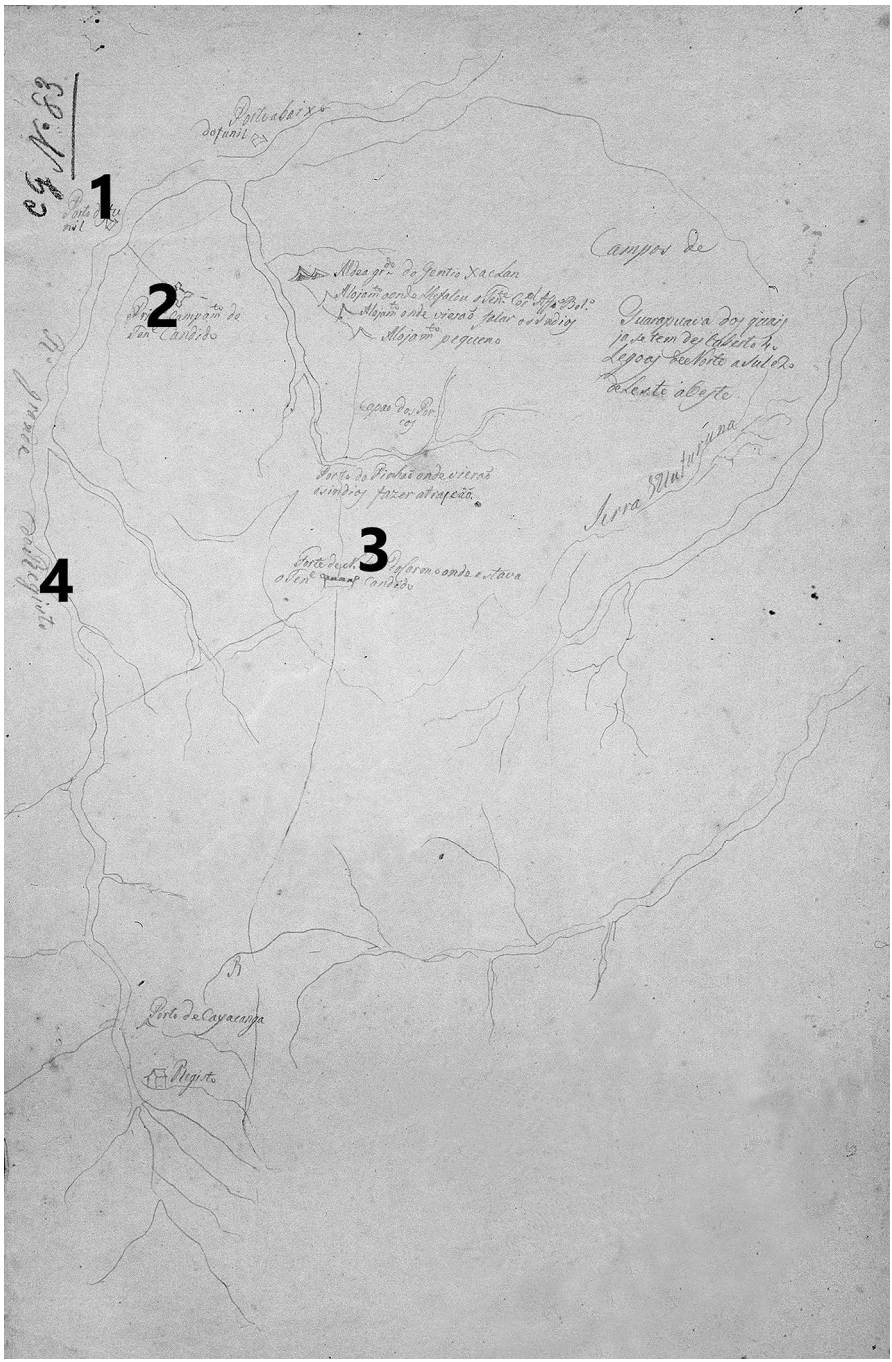
A versão a lápis do borrão não trazia cartucho ou título, podendo ter sido um desenho feito no próprio terreno com o propósito de orientação imediata, embora destacando a ação do tenente. Seus traçados continham um único itinerário: do porto do Funil ao primeiro acampamento do tenente Cândido. A Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo mostrava essa mesma entrada e trecho pontilhados e às margens do Rio do Registro. Esse dado introduz a hipótese de o tenente ter sido o autor dessa versão do borrão.

Figuras 129 e 130 – Comparação da Planta do Forte com a versão a lápis do borrão. (1) Porto do Funil; (2) Primeiro acampamento do tenente Cândido; (3) Forte de N. S do Carmo onde estava o tenente Cândido; (4) Rio Grande do Registro




Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

91 Carta do Guarda-Mor Lustosa e seus companheiros, in Notícias da conquista..., p.176-178.

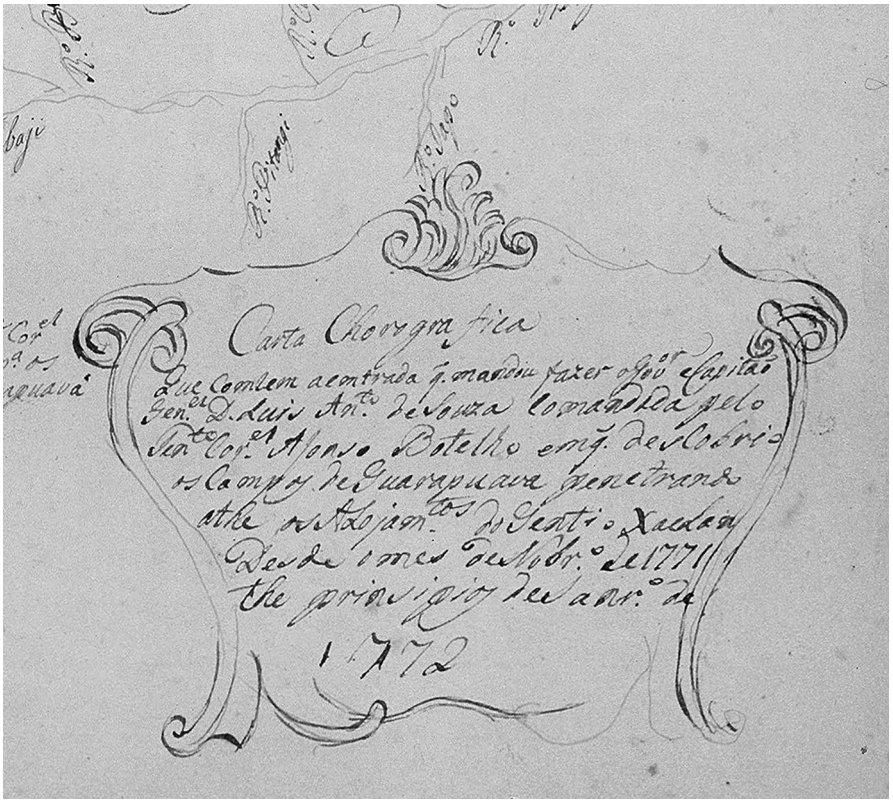



Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

Enquanto a versão a nanquim do borrão narrava o início da entrada aos Campos, protagonizado pelo comandante, o traçado a lápis narrava a sua parte mais profunda e protagonizada pelo tenente Cândido Xavier. Porém, juntos, lápis e nanquim produziam a imagem do sertão conquistado.

A versão a nanquim, portanto, até por sua cor mais destacada, recobriria a ação penetradora do tenente, destacando a do comandante, mas também a ação régia, pois o cartucho creditava o êxito da entrada à figura do governador d. Luis de Sousa. Esse é um aspecto contrastante entre as duas camadas desse borrão – o nanquim e o lápis – e que muda o objetivo de mensagem de um e de outro. Uma mesma imagem, portanto, pode transmudar de um gênero a outro e um esboço de terreno tornar-se uma carta corográfica, um gênero cartográfico convencional com mais peso de documento de posse.

Figura 131 – Cartucho do borrão em destaque




Fonte: A mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

O cartucho ornamentado operava essa transmutação e exibia não propriamente um título atribuído à imagem cartográfica, mas uma narrativa: "Carta chorografica, que contém a entrada que mandou fazer o Gov. Cap. General D. Luiz Antonio de Souza comandada pelo Tene. Coronel Affonso Botelho em que descobrio os Campos de Guarapuava, penetrando até os alojamentos do Gentio Xoclan. Desde mez de Novro, de 1771, athe princ. de jan. de 1772". Mais do que ter uma função meramente decorativa, os cartuchos enfatizam fatos geográficos ou históricos narrados nas linhas e elementos figurativos do mapa e funcionam como discurso de autoridade e de posse, atribuindo méritos de conquista, senhorio ou sobre povos e territórios.

Tanto a versão a lápis como o cartucho a nanquim traziam a novidade da primeira menção visual ao agrupamento indígena classificado pelas expedições: os xoclan. O etnônimo cumpria a função de demonstrar a conquista de uma região como um todo, não só do terreno, mas dos agrupamentos humanos que o ocupavam. Vários grupos indígenas viviam na região, tanto falantes do tupi como do jê. Até então, nenhum deles, rastreados e encontrados, havia sido nomeado pelos soldados.

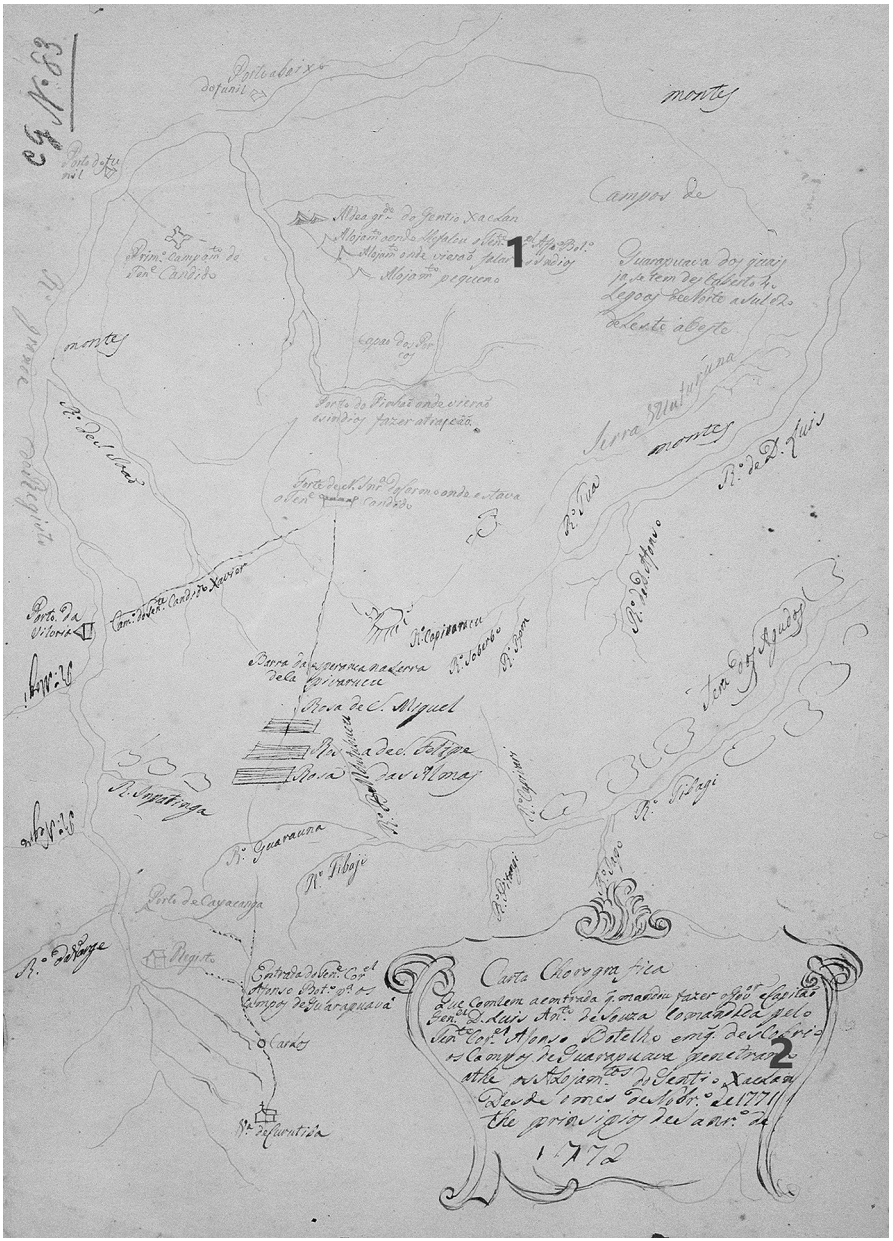
Nomear é um ato de poder e, nesse momento de alcançar um dos pontos mais enquistados e ambicionados das expedições, atribuir um etnônimo era parte do processo de projeção da conquista. Na produção de todo espaço conquistado, o fato do encontro entre o conquistador e as populações nativas é algo recorrente na narrativa escrita e visual colonial desde a chegada do europeu à América.[92] O nome xoclan aparecerá novamente apenas na Relação do Primeiro Encontro, escrita por Afonso Botelho em 22 de dezembro de 1771, na qual este finalizou o texto com a frase "Hé quanto se tem passado nestes Campos de Guarapuava com os índios de Nação Xoclan, segundo algumas palavras, que delles tem percebido".[93]

Enquanto a versão a lápis do borrão traduzia maior preocupação com a descrição física e humana do espaço, exibindo toponímia, etnônimo e a estimativa de terra conquistada com a frase "Campos de Guarapuava dos quais já se tem descoberto 40 léguas de norte a sul e 20 de leste a oeste", o foco da

92 Doré, 2020.

93 Relação do primeiro encontro, que o Ten. Coronel Afonço Botelho de S. Payo e Sousa teve com os índios do Certão do Tibagy, nos Campos de Guarapuava. 22 de dezembro de 1771. AHU, São Paulo-Alfredo Mendes Gouveia, cx. 28, D. 2588.

Figura 132 – (1) "Aldeamento grande do índio Xaclan"; (2) "em que se descobrio os campos de Guarapuava penetrados athe os alojamentos do gentio Xoclan..."




FonteA mais dilatada vista do mundo: inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua, João Carlos Garcia (coord.), [escala indeterminada], 1772, ms, p&b; 42 X 27, cm, cota CG 83, p.453

camada a nanquim produzia visualmente a autoridade sobre o espaço com destaque para os nomes "Rio de D. Luis", "Rio de D. Afonso" – toponímias essas não colocadas na versão a lápis – e a "entrada do Tenente Coronel Afonso Botelho para os Campos de Guarapuava", sinalizado com extenso pontilhado e direção ao coração do campo e no cartucho.

O ciclo de desfiguramento da visualidade dos Campos de Guarapuava, até então existente sob o prisma de um sertanista, Angelo Pedroso, e seu mapa desenhado por um "cidadão da Câmara", Manuel Angelo Filgueira de Aguiar, era fechado com esse borrão. Esse desfiguramento e tradução do território e da paisagem para uma ficção imperial havia começado com o mapa do padre beneditino para complementar o ofício de letra E, mas que ainda mostrava um Campos de Guarapuava vago em suas extensões, sem etnônimos indígenas, embora atravessado pelo Rio D. Luis e alcançado por uma entrada oficial iniciada no porto de São Bento.

Com a "Carta Chorografica dos dous Certõens de Tibagi e Yvay novamente descobertos", também de autoria do frade beneditino, e a "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava", feita por estimação por José Custódio de Sá e Faria, o pontilhado do itinerário do sertanista foi finalmente substituído pelo pontilhado a nanquim do itinerário do comandante e pela narrativa oficial de penetração e encontro de índios nomeados.

O borrão de Afonso Botelho posteriormente foi aquarelado por José Custódio, pois de seu espólio o barão Duarte da Ponte Ribeiro comprou uma carta corográfica intitulada e contendo narrativa geográfica e histórica em grande medida tal qual a do borrão. Isa Adonias o confundiu com a "Carta Chorographica dos dois Certoens de Tibagy e Yvay novamente descobertos...1770".[94] Mas esses são desenhos de diferentes autorias, produzidos em circunstâncias distintas, estampam datas distintas e a Carta Chorografica do padre não mencionava o nome Campos de Guarapuava, tal qual ocorria com o borrão. Ambos os desenhos, entretanto, produziam um espaço novamente (recentemente) descoberto pelas instruções de um governador a soldados sertanistas organizados em tropas de ordenanças.

94 Adonias, op. cit., p.514-517. A pandemia de covid-19 impediu a consulta a essa versão aquarelada, o que obrigou a autora a apenas imaginá-la de acordo com a descrição feita por Isa Adonias. Na cópia aquarelada do Itamaraty o etnônimo xoclan foi grafado xaclan.

Cotejando o borrão original com a descrição da sua versão aquarelada, houve algumas poucas diferenças, como a inserção do desenho dos montes, em vez de apenas mencioná-los por escrito, como faz o borrão. A diferença mais relevante foi a inserção do topônimo Rio Jordão, escrito também nas duas Relações. O que fez José Custódio inserir esse topônimo na aquarela? Certamente não foi a visualização do borrão, mas a leitura das Relações.

No borrão, na versão a lápis foi inserido apenas o porto do Pinhão, cujo rio tinha o mesmo nome, e esse local foi marcado como onde os índios vieram fazer a dita "traição", evidenciando o quanto as práticas e referências espaciais indígenas impregnaram os processos de mapeamento coloniais, sendo amplamente utilizado como localizadores dos mapeadores.

Mas gradativamente, conforme os desenhos passavam para os gabinetes dos engenheiros militares, essas práticas espaciais e paisagens étnicas foram diluídas por técnicas e nomenclaturas de conquista, que produziriam a ficção geográfica do Império soberano. Na produção de um sertão conquistado por uma monarquia católica, o topônimo evocativo de um dos principais componentes da paisagem fluvial bíblica, o Rio Jordão, sobre cujas águas ocorreram milagres de cura, batismos e pregações, foi colocado na aquarela.

Esses eram os Campos de Guarapuava produzidos pelo Estado português e seus governadores: um terreno cristão, atravessado pelo Rio Jordão e violado por índios soberanos. Da aquarela de um borrão surgia a ficção de um império soberano nos sertões jê, trocando o porto do Pinhão por um Rio Jordão, e nessa reconfiguração da paisagem tirando o direito de posse dos povos jê sobre um território formado por suas performances rituais, objetos e marcas de vida e trabalho que deram origem às primeiras imagens cartográficas de uma região.

# Conclusão

O primeiro capítulo do incontornável *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu (2000), livro publicado em 1907, é intitulado "Antecedentes indígenas". Em boa parte de seu conteúdo, entretanto, o leitor encontra em grande medida o território descrito em seus aspectos físicos, mas em apenas três páginas a figura do indígena é tratada.

Renovador da historiografia de seu tempo, por propor uma síntese da história do Brasil colonial fora dos enquadramentos da história política até então praticada pela *História geral do Brasil* de Francisco Varnhagen, Capistrano não deixou de demonstrar traços da herança de uma dada etnografia surgida e praticada dentro de um dos principais centros produtores de história o Brasil da época, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa instituição forneceu as bases de uma das principais teses da história dos indígenas: a da sua existência residual e a necessidade de preservar esses resíduos, expressos na cultura, antes de sua definitiva extinção.

Se o leitor interessado na história indígena avançar um pouco mais na obra, não desistindo de alcançar o lado inovador de Capistrano, no capítulo "O sertão" encontrará uma compensação para a retraída presença indígena do início do livro. Ao tratar do expansionismo territorial Brasil adentro desencadeado pelo movimento das bandeiras de São Paulo, Capistrano conclui: "Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos [...] balizavam-se pelas alturas em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões" (Abreu, 2000). No fundo, o que Capistrano fez com essas palavras foi sugerir a abordagem deste livro: colonos foram dependentes de modos e saberes das

populações originárias. Na formação territorial do Brasil, o Estado foi apenas um ator que chegou depois, seguindo trilhas e rastros deixados por outros.

Tal como mostrou Jeffers Lennox (2017) para o nordeste da América do Norte, cuja história da formação territorial também foi dependente dos conhecimentos geográficos dos povos originários, geografias de Estado foram ficções que projetaram seu ideal de soberania.

Como mostrou a etno-história, vários demográficos foram fabricados ao longo da história para justificar a incorporação de terras e populações e para promover o avanço do que era entendido como civilização e modernidade do ponto de vista humano e técnico. Na vasta e variada documentação manuscrita, impressa e visual dos sertões do Brasil meridional, entretanto, existe uma infinidade de dados que, quando somados aos dados etnográficos levantados por antropólogos indígenas e não indígenas, revelam formas holísticas de saber e usos do território, caracterizados pelo movimento humano e que, aos olhos normativos de iniciativas estatais que buscavam fixar população para segurar o território, apareciam como "vazio". Práticos de percorrer sertões, sem formação técnica em cartografia, e missionários também antecederam o Estado na produção do território e construíram memórias de lugares, levando-as inclusive para mapas que eram usados para peticionar direitos de terra a um Estado sem mapas para contestá-los.

Premissas como essas – o colono dependente de povos originários, a força da paisagem indígena e da memória geográfica não estatal, a soberania de Estado como ficção – foram o pano de fundo deste livro para concluir sobre quão frágeis foram os impérios ibéricos na América. Desde o primeiro quartel do século XVIII, a Coroa portuguesa se viu diante do desafio de reinventar sua soberania na América à medida que as academias científicas e cortes europeias denunciavam seus avanços territoriais à oeste, usurpando terras sob domínio de Espanha e pervertendo a linha imaginária de Tordesilhas. Esses avanços territoriais portugueses desencadearam a perda de credibilidade e autoridade dessa linha, que deveria ser substituída por mapas com medidas precisas de latitude e longitude e argumentos fundamentados em experiência de terreno descrita em relatos geográficos que poderiam estar na forma de ofícios, diários de soldados e comandantes ou dissertações.

Apesar das expedições geográfico-cartográficas dos padres matemáticos Diogo Soares e Domenico Capacci, ocorridas entre 1730-1738 e que resultaram em pelo menos 30 mapas e extensa produção escrita, dispersa em

arquivos do Brasil, Portugal e Espanha, a representação e o conhecimento da geografia e da cartografia dos limites internos com os domínios de Espanha ainda eram deficitários em relação às produções daqueles efetivamente territorializados na América, como as de povos indígenas, práticos de sertão e missionários católicos. Esses tinham o território representado em performances, mapas ou em trançados e desenhos lançados sobre o papel.

Restava à Corte e a seus conselheiros e servidores fomentar expedições geográfico-cartográficas pelo território que produzissem mapas de cada canto desconhecido do território, principalmente do fracasso do Tratado de Madrid.

As expedições de mapeamento dos sertões do rio Tibagi e campos de Guarapuava, ocorridas entre os anos de 1768 e 1773 e organizadas pelo governador da capitania de São Paulo D. Luis de Sousa Botelho Mourão, foram uma estratégia política para superar este déficit geográfico-cartográfico da Coroa portuguesa. Superá-lo com êxito, entretanto, dependia de conhecimentos, caminhos, objetos e performances dos habitantes do território.

Neste livro, os sertões do Tibagi e dos Campos de Guarapuava, consagrados na obra de Heloísa Liberalli Bellotto (2007) como conquista de um governador, foram gradativamente escavados de narrativas de diários e desenhos de sertanistas vestidos de soldados, sendo revelado como paisagens, territorialidades cíclicas e rituais indígenas, memórias de sertanista e missionários.

Um dos textos do fundador da história social da cartografia, o inglês John Brian Harley, que mais exerceu influência entre pesquisadores da história da cartografia no Brasil é o que trata do poder dos mapas estatais e, indiretamente, dos mapas feitos por engenheiros militares. Mas na teoria espacial crítica e no entendimento da cartografia como processo de mapeamento, esse poder inverte para os vários atores sociais envolvidos na formação do território (Edney, 2016, p.213; Harley, 1992; Edney, 2019).

É com essa perspectiva invertida dos poder dos mapas que poderão ser revisitadas as coleções cartográficas dispersas em instituições do Brasil e do exterior, algumas delas organizadas em cartobibliografias construídas por grandes nomes da mapoteconomia, como Isa Adonias, dando continuidade renovada a uma linha de pesquisa de certa forma recente nos meios acadêmicos do país e criando instrumentos para todos aqueles que lutam por seus lugares, sejam de memória, sejam espaciais.

# Referências

## Fontes e bibliografia

### Dicionários, catálogos e obras de referência


ADONIAS, I. *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.

ADONIAS, I. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993.

*ATLAS COMPOSÉ de cartes des XIVe, XV, XVI et XVII siècles:* pour la plupart inédites, et devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au-delà du Capo Bojador par les Portugais / recueillies et gravées sous la direction du Vicomte de Santarém. Paris: [s.n.], 1841. 1 atlas, 4 p., 23 mapas fac-símile; 75 cm.

BELLUZO, A. M. et al. *Do contato ao confronto:* a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: PNB Paribas, 2003.

BLUTEAU, D. R. *Vocabulario portuguez e latino, áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Pascoal da Sylvia, 1712-1728.

CARTE QUE REPRESENTE la partie méridionale du Brésil et du Peru, le Chili septentrional et le Paraguay, ce qui fait la partie de milieu de L'Amérique méridionale/S. D. Anville. BN, Cartografía, ARC 015.11.050, 48 × 67,7 cm, em f. 52 × 71,6 cm, 1779.

GARCIA, J. C. *A mais dilatada vista do mundo:* inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimentos Portugueses, 2002.

*MAPA DE LAS MISSIONES de la Compañia de Jesvs en los rios Paranà y Vruguay conforme à las más modernas observaciones de latitud y de longitud, hechas en los pueblos de dichas missiones, y à las relaciones antiguas y modernas de los Padres Missioneros de ambos rios por el Padre Joseph Quiroga de la misma compañia de Jesus en la provincia de el Paraguay. Año*

*de 1749*. Rome: The JCBL Library, 1753. Disponível em: https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~3590~101727. Acesso em: 19 dez. 2019. [Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande] [Cartográfico] [17--], Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Digital Luso-Brasileira, Rio de Janeiro. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15587. Acesso em: 19 dez. 2019.

## Documentação impressa

ANDRADE, J. C. de; MOREIRA NETO, C. A. *Francisco Tosi Colombina:* descobrimento das terras do Tibagi. Manuscrito inédito do século XVIII. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1974. p.37.

ANDREONI, J. A. *Cultura e opulência do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1967.

ANGELES de Tayaoba. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. p.282-293.

CORTESÃO, A. Z.; MOTA, A. T. *Portugaliae monumenta cartográfica*. 6 v. Lisboa: Comissão para as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* antecedentes do Tratado de Madrid: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955.

*DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 95 v.

GROTIUS, H. *O direito da guerra e da paz (De jure Belli ac Pacis)*. Ijuí: Editora Ijuí, 2004.

INFORMAÇÃO sobre uma missão aos índios Guañana nas margens do Iguaçu. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* antecedentes do Tratado de Madrid: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955. p.246-250.

LA RREDUCION de la concepçion de los gualachos. Carta ânua de Antonio Ruiz. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. p.345-351.

LEME, P. T. de A. P. *História da capitania de São Vicente*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, [s.d.].

LEME, P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. v.I.

LEME, P. T. de A. P. *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. v.III.

MANUSCRITOS da Coleção De Angelis. *Do Tratado de Madrid à conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Dirigido por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

MARQUES, M. E. de A. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MEDRANO, S. F. de. *Breve descripcion del Mundo y sus partes ò Guia geographica y hydrographica, dividida em três libros: el primero continiene la definicion de los Circulos de la Sphera..., el segundo, la descripcion de cada Provincia..., Y el terceiro, el uso, y conocimiento del Globo Terrestre...* Bruxelas: Casa de los Herederos de Francisco Foppens, 1686. Disponível em: https://archive.org/details/A194149/page/n345/mode/1up. Acesso em: 12 jan. 2022.

MEDRANO, S. F. de. *Nueva descripción del mundo, y sus partes, divida en tres libros.* Bruxelas: Casa de Juan Leonard, 1690.

MEDRANO, S. F. de. *Breve Tratado de Geographia dividido em três partes. Que una contiene la descripcion del Rio y Imperio de las Amazonas Americanas, com su carta Geographica. La outra lo que poseen Franceses y Ingleses etc. em el nuevo mundo; y la tercera del Estado presente del Imperio del Grande Mogor y Reyno de Siam y que sca a luz, debajo de la protección do Exmº Srº Conde de Fuensalida.* Bruxelas: Casa de Lamberto Marchand, Mercader de Libros, 1700.

NOTÍCIAS da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, v.76, 1956, Divisão de Publicações, 1962.

PASTELS, P. *História de la Compañía de Jesus en la provincia do Paraguay*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1948.

REDUCCION de los siete arcangeles em las tierras del gran taiaova. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. p.244-255.

REDUCCIONES del Acaray e Iguazu. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Tape. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. p.46-56.

REDUCION de la Concepcion de Nuestra Señora de Guananos. Carta Ânua de Antonio Ruiz. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. p.293-298.

RELAÇÃO dada por Simão Bueno a um padre jesuíta, acompanhada de um mapa parcial do Brasil e das Missões do Paraguay (1748?). In: CORTESÃO, J. (Org.). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid:* antecedentes do Tratado. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951. t. II, p.115-126.

TAUNAY, A. de. E. *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Editora Martins, 1953.

TAUNAY, A. de. E. *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

XLVIII – Relação da origem e estado atual das Reduções de Los Angeles, Jesus Maria e Conceição dos Gualachos, 1630. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* v. 1 – Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p.342-351. (Carta ânua parcial redigida pelo padre Antonio Ruiz Montoya, comentário De Angelis em p.351).

XLVIII – Providências do governador do Rio da Prata, d. José de Andonaegui para um ataque e cerco aos índios charrua, de forma a castigar os seus contínuos desmandos, Buenos Aires, 16 de outubro de 1749. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* antecedentes do Tratado de Madrid: jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-1751). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955. p.317.

XXXVIII – Exame necessário do padre Lozano sobre o manifesto do padre Vargas Machuca C. 1760. In: CORTESÃO, J. (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angelis:* jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. p.313.

## Documentação manuscrita

### Arquivo Histórico e Mapoteca do Itamaraty – Rio de Janeiro

PARECER sobre a carta Geographica d'América Meridional publicada por Anville em 1748 principalmente sobre a parte percorrida pessoalmente pelo encarregado do exame Francisco Tosi Colombina, que o assigna, 1750, caixa 66, n.7, Coleção Martins.

### Arquivo Histórico Ultramarino – Documentação digitalizada pelo "Projeto Resgate Barão do Rio Branco"

COPIA (carta) de Bartolomeu Pais de Abreu para um dos descobridores das Minas de Goias (Goyazes), Simão Bueno da Silva, dizendo que remetesse a carta que com esta vão copiadas para Goiás. AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618-1823). 1729, setembro, 12, cx. 07, doc. 771.

MEMÓRIA sobre o descobrimento e situação do sertão do Tibagy em dezembro de 1770. AHU, São Paulo Avulsos, AHU, Bahia, cx. 169, D. 365.

OFÍCIO (minuta) do [secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo], ao [1º Comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, sobre o envio dos tratados de limites impressos... AHU, Colônia do Sacramento e Rio da Prata, 1756, cx. 2, D. 107.

OFÍCIO de Afonso Botelho para D. Luis, 22 dez. 1771; Relação do primeiro encontro que o Tenente Coronel Afonso Botelho [...] teve com os índios do Certão do Tibagy nos Campos de Guarapuava, 22 dez. 1771; Relação do segundo sucesso acontecido com os índios no Acampamento do Rio Jordão tirado do Diário que ao General de São Paulo [...] escreveu o tenente Coronel Afonso Botelho [...] ao 21 jan. 1772. AHU- São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia, cx. 28, D. 2588.

OFÍCIO de Antonio Fortes de B. Sá em 1753, outubro, 23, Belém. AVISO do [secretário do Estado Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao governador e capitão general do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade, comunicando que o rei [D. José I] nomeara a Francisco Tosi Colombina, por conhecer geografia, além de outras qualidades apropriadas como explorador, para comandar a expedição de exploração do sertão do Tibagí. Ordenava-se mudanças a serem feitas em aldeias indígenas naquela região, assim como os efetivos militares a serem empregados naquela expedição, AHU, São Paulo, cx. 4, doc. 19, D. 270.

OFÍCIO de D. Luis Antonio de Sousa ao Conde de Oeyras em 12 de julho de 1768. DIs, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para Martinho de Mello e Castro, 1772. DIs, São Paulo, Tip. do Globo, 1946, v.69, p.198.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa Botelho Mourão para o Ten. Coronel João Miz Barros. DIs, São Paulo, Typographia da Casa "Ao Mercurio", 1894, v.6.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa para o Ajudante de Ordens Afonço Botelho em 22 de maio de 1769. DIs, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeiras, 2 de março de 1769. DIs, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras em 29 de jan. de 1769. DIs, São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras. DIs. São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72.

OFÍCIO de D. Luis de Sousa para o Dom Abbade do Mosteiro de São Bento desta cidade em julho de 1769. DIs, São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1901, v.5.

OFÍCIO de D. Luis para Affonso Botelho de S. Payo e Sousa em 16 de junho de 1769. DIs, São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1901, v.V.

OFÍCIO de D. Luis para o Conde da Cunha em 13 de outubro de 1766. DIs, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.73.

OFÍCIO de D. Luis para o Conde de Oeiras em 30 de março de 1766. DIs, São Paulo, Gráfica João Bentivegna, 1952, v.72.

OFÍCIO de Lourenço Ribeiro de Andrade a Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, 28 de novembro de 1769. In: Carta de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa ao governador da capitania de São Paulo [...] transmitindo notícias recebidas sobre as expedições de exploração dos sertões do Tibagi... CMM, BN, I-30, 18, 4 no. 16.

OFÍCIO do (governador capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa [...] para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) Martinho de Melo e Castro. Começa por fazer referência ao Ofício de 9 de julho (1770) em que expusera os problemas mais importantes [...] e que consistiam no estabelecimento dos portugueses no rio Iguatemi [...] e na descoberta do sertão do Tibagi... AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia, cx. 27, D. 2526, 3 de dezembro de 1770.

OFÍCIO do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luis Antonio de Sousa (Botelho Mourão para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), Martinho de Melo e Castro, informando que, sendo o sertão todo fechado [...] tinha resolvido procurar já o ouro... 3 de dezembro de 1770, AHU, São Paulo – Mendes Gouveia, cx. 27, Doc n.2525.

OFÍCIO do (governador e capitão-general...) para o ministro e secretário de Estado... Martinho de Melo e Castro, informando que lhe chegaram notícias [...] escritas pelo comandante Cândido Xavier de Almeida e Sousa... AHU, São Paulo – Alfredo Mendes Gouveia, 5 de dez. 1770, cx. 27, doc. n.2533.

OFÍCIO do (governador...) para o (ministro... Conde de Oeiras) participando ter recebido notícias do comandante Cândido Xavier de Almeida e Sousa... AHU, São Paulo – Alfredo Mendes Gouveira, 5 dez. 1770, cx. 27, doc. 2539.

OFÍCIO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendença Corte Real, ao governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo] Gomes Freire de Andrade, sobre a descoberta das minas de ouro no Tibagi por Francisco Tossi Columbina, ordenando que informasse com seu parecer sobre as pretensões de Ângelo Pedroso e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, solicitando a primazia na exploração das ditas minas.

AHU, Rio de Janeiro, Avulsos, 5 de fevereiro de 1756, cx. 59, doc. 44; cx. 54, doc. 22; cx. 295, doc. 11. D. 4983.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil, conde da Cunha, [D. Antonio Alvares da Cunha], ao [secretário de Estado do Reino e Mercês] conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo] solicitando instruções sobre o requerimento do coronel Francisco Pinto do Rego e de seus sócios o capitão-mor da vila de Sorocaba, José de Almeida Leme e João da Cunha Franco, solicitando licença e regimento de exploração das terras do sertão de Guarapuava e a serra de Apucarana, cortada pelo rio Tibagi. AHU, Rio de Janeiro-Avulsos, 29 de fevereiro de 1764, cx. 77, doc. 23.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, (D. Antonio Alvares da Cunha), ao (secretário de Estado do Reino e Mercês) conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo) informando estar ciente de que o serviço real havia recebido os requerimentos d capitão-mor da vila de Sorocaba, do coronel Francisco Pinto do Rego. AHU, Rio de Janeiro-Avulsos, 10 de novembro de 1765, cx. 83, doc. 18.

OFÍCIO do governador e capitão-general da capitania de São Paulo [...] para o [...] conde de Oeiras comunicando as notícias dos professores das "bandeiras" daquela capitania, nos sertões do Tibaji [...] e Ivaí recebidos não só dos capitães das "bandeiras", mas também do beneditino, frei Francisco Antonio de Santa Teresa... AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveira, 8 de nov. de 1770, cx. 27, Doc. n.2517.

OFÍCIO do ouvidor da comarca de São Paulo, João de Sousa Filgueiras, ao [secretário de Estado de Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, enviando a certidão que relata o que tem feito quanto às divisões das terras, licenças para lavrar e pedindo outras determinações reais a respeito do ouro recém-descoberto no sertão do Tibagi. Anexo: petição (cópia). AHU, São Paulo, avulsos, 22 de maio de 1755, cx. 4, doc. 28. D. 282.

OFÍCIO do ouvidor geral da comarca de São Paulo, João de Sousa Filgueiras ao [secretário do Reino] conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta de um novo descoberto de que teve notícia pelo superintendente das Terras Minerais, Ângelo Pedroso. AHU, São Paulo, avulsos, 26 de maio de 1755, cx. 4, doc. 28, Doc. n.283.

OFÍCIO n.19 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luis Antonio de Sousa (Botelho Mourão), para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo), Conde de Oeiras, no qual informa remeter uma carta corográfica de todas as povoações que há desde a referida capitania até a chapada. AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia, 1768 Maio 15, cx. 25, doc. 2140.

OFÍCIO n.20 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antonio de Sousa (Botelho Mourão, Morgado de Mateus) para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião Jose de Carvalho e Melo) [...] dizendo que os meios que tem proposto são os únicos e os mais próprios para que se possas alargar e assegurar as nossas conquistas [...] São Paulo, 1768, Julho 4 [...]. AHU, São Paulo, Alfredo Mendes Gouveia, cx. 25, doc. 2411.

OFÍCIO n.4 do (governador [...] D. Luis Antonio [...] para o conde de Oeiras [...] pelo qual comunica o envio das cópias...". AHU, São Paulo – Mendes Gouveia, 1 de março de 1770, cx. 26, doc. n.2489.

OFÍCIO n.6-A do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Antonio de Sousa (Botelho Mourão, Morgado de Mateus) para o (ministro e secretário de

Estado dos Negócios do Reino) conde de Oeiras (Sebastião José de Carvalho e Melo) pelo qual informa acerca da dúvida resultante de ordens que o dito governador julga contrárias dadas à sua pessoa... AHU-São Paulo-Mendes Gouveia, Santos, 17 de setembro de 1765, cx. 23, doc. 2258.

OFÍCIO para o ajudante de Ordens qe. se acha no Yvay. DIs. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19.

OFÍCIOS de D. Luís de Souza para o Conde de Oeiras sobre as expedições ao Tibagi. AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia, 21 maio 1768, cx. 25, doc. 2411.

PROVISÃO do ouvidor-geral, João de Sousa Filgueiras, nomeando Angelo Pedroso Leme, por 3 meses, guarda-mor interino das ditas minas. AHU, São Paulo Alfredo Mendes Gouveia, 1755, Maio, 21. Cx. 21, D. 2049.

RELAÇÃO assinada pelo (secretário de governo da capitania de São Paulo) Tomás Pinto da Silva, dos ofícios do governador e capitão-general (da capitania de São Paulo), D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão), para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, Março de 1772, AHU – São Paulo, Alfredo Mendes Gouveia, cx. 28, D. 2588.

RELAÇÃO das Cartas de Serviço do Governador [...] ao [secretário do reino], marquês de Pombal [...] trazendo o resumo de 7 ofícios [...], [post, 1770], fev. 9, AHU, São Paulo Avulsos, cx. 6, D. 353.

## Coleção Morgado de Mateus – Biblioteca Nacional

CARTA de D. João de Faro, principal da Santa Basilica Patriarcal de Lisboa, a Pedro Taques de Almeida Paes Leme, solicitando que fizesse um mapa de todas as vilas e povoações da capitania de São Vicente. Lisboa, 9 de maio de 1757. Coleção Morgado de Mateus, BN, RJ, I-30, 21, 43.

CARTA de D. Luis de Sousa Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo, a João Faro, principal da Santa Basilica Patriarcal de Lisboa, desculpando-se por não ter enviado o mapa da costa e remetendo relatório da posição das terras na mesma costa. Santos, 26 de agosto de 1765. Coleção Morgado de Mateus, BN, Rio de Janeiro, I-30, 29, 1.

CARTA de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeiras (1768). DIs. São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, v.19, p.127.

CARTA de D. Luis de Sousa para o Conde de Oeyras em 19 de dezembro de 1766. DIs. São Paulo, Gráfica João Bentivegna, v.73, 1952.

CARTA de Pedro Taques de Almeida Pais Leme a D. João de Faro, Principal da Basílica Patriarcal de Lisboa, tratando das dificuldades encontradas na elaboração de mapa da costa e mar de São Vicente, e de questão com o Tribunal da Bula da Cruzada a respeito de quantia extraviada quando exercia o cargo de tesoureiro da Bula, 1769, Coleção Morgado de Mateus, BN, Rio de Janeiro, I-30, 21, 60 n.3.

CARTA de Pedro Taques de Almeida Pais Leme a D. João de Faro, remetendo pesquisa feita no Arquivo da Câmara daquela cidade para elaboração de mapa da costa que elucidaria questão entre a Condessa de Vimieiro e a Casa de Cascais sobre posse territorial.

São Paulo, 28 de maio de 1759. Em anexo, "Apontamento de tudo quanto encontrei nos livros e quadernoz do achivo da câmara da cidade de São Paulo" (1758) e notas do Livro de Registros da Secretaria do Conselho Ultramarino, iniciado em 1644. Coleção Morgado de Mateus. BN, RJ, I-30, 21, 60 n.1.

CARTAS topográficas do continente do Sul e parte Meridional da América portuguesa [cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missões do Paraguay. Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, 049,05,009 – Manuscritos, 1775.

CARTAS topográficas do continente do Sul e parte Meridional da América portuguesa [cartográfico]: com as batalhas que o Ilmo e Exmo. Conde de Bobadella ganhou aos índios das missões do Paraguay. Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, 049,05,009 – Manuscritos, 1775.

DERROTA q fez o Exmo. Sr. D. Luiz Antonio de Souza Gor. E Cappm Genal da cidade de São Paulo, hindo pa. á do rio de Jano, em a Náo de Gerra N. Sra. Da Estrella de que hera Comandte D. Manoel Machado, Irmão do Sr. de Entre homem e Cavado, 1765-1771. Coleção Morgado de Mateus, BN, Rio de Janeiro, II – R68-1180.

NOTÍCIAS da conquista, e descobrimento dos Certões do Tibagy na capitania de S. Paulo, no governo do General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Magestade. Offerecido à raynha N. Snra por Affonso Botelho de S. Payo, e Souza [...] principiando no anno de 1768 athé o de 17 (74). Acampamento da Esperança, 9 de janeiro de 1774. Coleção Morgado de Mateus, Biblioteca Nacional, 76:2-290, 9, 3,14.

### Fundação da Casa de Mateus – Vila Real, Portugal

DISCURSO que D. Luís António como governador da Capitania de São Paulo fez aos caciques dos Índios que habitavam nos rios Yapá, Tibagi, Iguaçú. 1767/04/22.

INQUIRIÇÕES de testemunhas por ordem de D. Luís António, um acerca do religioso Frei António de Santa Teresa, pedindo "justificação autêntica". Subsecção 6.02/GSP/01.01G. 1040.15 G. 1158.3, 1770/11/08-1770/12/20.

PERTENÇAS de livros da Biblioteca de D. Luis de Souza, FCM, Vila Real, 1142.04.

## Fontes bibliográficas

### Livros

ABREU, C. de. *Capítulos de história colonial* [1907]. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ADONIAS, I. *Jaime Cortesão e seus mapas*: instrumentos didáticos para a história da cartografia do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984a.

ADONIAS, I. *O acervo de documentos do barão da Ponte Ribeiro:* centenário de sua incorporação aos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (1884-1984). Rio de Janeiro: [s.n.], 1984b.

ALDEN, D. *Royal Government in Colonial Brazil*: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968.

ALMEIDA, M. R. C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BECKER, Í. I. B.; LAROQUE, L. F. da S. *O índio kaingáng do Paraná*: subsídios para uma etno-história. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2.ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007.

BLACK, J. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

BUENO, B. P. S. *Desenho e desígnio:* o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp, 2011.

CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministérios das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, 1965. v.II.

CORTESÃO, J. *Alexandre de Gusmão & o Tratado de Madrid*. 2v. Brasília: Funag; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

CORTESÃO, J. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

COSGROVE, D. E. *Social Formation, and Symbolic Landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

COSTA, M. de F. *História de um país inexistente:* o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOMINGUES, Â. *Quando os índios eram vassalos:* colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DOMINGUES, Â. *Monarcas, ministros e cientistas:* mecanismo de poder, governação e informação no Brasil colonial. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012.

DORÉ, A. *Cartografia da promessa:* Potosí e o Brasil em um continente chamado Peruana. São Paulo: Editora Intermeios, 2020.

DORNELLES, S. S. *Os kaingang e a colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul (Séculos XIX e XX)*. Curitiba: CRV, 2021.

DYM, J.; OFFEN, K. *Mapping Latin America:* a cartographic reader. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

EDNEY, M. H. *Cartography:* the ideal and its history. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

ERBIG JR., J. A. *Where Caciques and Mapmakers Met:* border making in eighteenth-century South America. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 2020.

FLECK, E. C. D.; ROGGE, J. H. (Org.). *A ação global da Companhia de Jesus:* embaixada política e mediação cultural. São Paulo: Oikos, 2018.

FONTANA, R. *Francesco Tosi Colombina:* explorador, geógrafo, cartógrafo e engenheiro militar italiano no Brasil do século XVIII. Brasília: [s.n.], 2004.

FURLONG, G. *Cartografia jesuítica del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Faculdad de Filosofia y Letras, 1936.

FURTADO, J. F. *Oráculos da geografia iluminista:* Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GARAVAGLIA, J. C. *Pastores e labradores de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GIUDICELLI, C. (Coord.). *Luchas de clasificación:* las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropriación. Rosario: ProHistória Ediciones; Ifea, 2018.

GRUZINKI, S. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, M. J. *A cartografia impressa do Brasil:* os 100 mapas mais influentes. 1506-1922. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

HARLEY, J. B. *The New Nature of Maps:* essays in the history of cartography. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

HARLEY, J. B.; WOODWARD, D. (Eds.). *The History of Cartography*: cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean. Chicago: University of Chicago Press, 1987. v.1.

HENRY, J. *Jungle People:* a kaingang tribe of the highlands of Brazil. New York: J. J. Augustin, 1941.

HERZOG, T. *Frontiers of Possession:* Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S. B. de. *Monções.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOK, G. *O sertão itinerante:* expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

LENNOX, J. *Homelands and Empires:* indigenous spaces, imperial fictions, and competition for territory in Northeasten North America, 1690-1763. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

LÉVI-STRAUSS, C. *O cru e o cozido: Mitológicas 1*. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2010.

McDONNELL, M. A. *Masters of Empire:* Great Lakes indians and the making of America. New York: Hill and Wang, 2015.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra:* índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, L. T. M. *As guerras dos índios kaingang:* a história épica dos índios kaingang no Paraná. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

NIMUENDAJÚ, C. *Etnografia e indigenismo:* sobre os kaingang, os ofaié-xavante e os índios do Pará. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p.59.

PETRONE, M. T. S. *O Barão de Iguape:* um empresário da época da independência. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade:* seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRADO, F. *Edge of Empire:* Atlantic networks and revolution in Bourboun Río de La Plata. Oakland: University of California Press, 2015.

REIS, N. G. *As minas de ouro e a formação das capitanias do sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.

ROMEIRO, A. *Paulistas e emboabas no coração das Minas:* ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SAFIER, N. *Measuring the New World:* enlightenment Science and South America. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHAMA, S. *Landscape and Memory*. New York: Vintage Books, 1995.

SILVA, M. B. N. da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

TAUNAY, A. de E. (Org.). *Relatos monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

UDÌAS, A. *Jesuit Contribution to Science:* a history. New York: Springer, 2015.

VEIGA, J. *Aspectos fundamentais da cultura kaingang*. Campinas: São Paulo, 2006.

WITTMANN, L. T. *O vapor e o botoque:* imigrantes alemães e índios xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

## Artigos

ADELMAN, J.; ARON, S. From Borderlands to Borders: empires, nation states, and the peoples in between in North American history. *American Historical Review*, Oxford, v.104, n.3, p.814-41, 1999.

ALMEIDA, M. R. C. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, São Paulo, v.1, n.2, p.21-39, 2012.

ARAÚJO, R. M. de. A urbanização da Amazónia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da Coroa e dos povos. *Anais do Museu Paulista,* v.20, n.1, p.41-76, 2012.

BARCELOS, A. H. F. Os jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. *Revista Complutense de História da América*, Madri, n.26, p.93-116, 2000.

BARCELOS, A. H. F. Expedições jesuíticas e cartografia americana: séculos XVII e XVIII. In: SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3, 2010, São Paulo. *Anais*... São Paulo: USP, Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica, 2010. p.1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/4964073/Expedi%C3%A7%C3%B5es_Jesu%C3%ADticas_e_cartografia_americana_s%C3%A9culos_XVII_e_XVIII. Acesso em: 31 jan. 2020.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.39-68, 2006.

BAUER, R.; NORTON, M. Introduction: entangled trajectories: indigenous and European histories. *Colonial Latin American Review*, v.26, n.1, p.1-17, 2017.

BLAKEMORE, M. J.; HARLEY, J. B. Concepts in the history of cartography, a review and perspective. *Cartographica*, v.17, n.4, p.140-144, inverno 1980.

BLASI, O. et al. Primeiras notícias sobre a descoberta dos vestígios do provável assentamento do Tambo das Minas de Ferro na antiga província do Guairá. *Estudos Iberoamericanos*, v.XV, n.1, p.235-244, 1989.

BOAVENTURA, D. M. R. Urbanização de Goiás na primeira metade do século XVIII: a cartografia e a construção do território. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9, 2003, São Paulo. *Anais*... São Paulo: USP, 2006. p.1-20.

BOCCARA, G. Mundos nuevos em las fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, pp.1-43, 8 fev. 2005. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/426.

BORREGO, M. A. de M.; SOUZA, J. G. de. Os percursos das notícias práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo. *Revista Maracanan*, n.20, p.266-291, jan./jun. 2019.

BORUCKY, A. The slave trade to the Rio de la Plata: trans-imperial networks and Atlantic warfare, 1777-1812. *Colonial Latin America Review*, v.20 n.1, p.81-107, 2011.

BUENO, B. P. S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, v.17, n.2, p.114, jul./dez. 2009.

CARACTERIZAÇÃO da Bacia do Piquiri. Consórcio Piquiri. Disponível em: ap.pr.gov.br/arquivos/File/EIA_RIMA/baciapiquiri/f_IV_Caracterizacao_da_Bacia.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

CARGNEL, J. G. Pedro Lozano S. J., um historiador oficial. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.315-323, dez. 2007.

CARVALHO, F. A. L. de. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missioneiros entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2012b.

CASTRO, E. B. V. Curt Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n.21, p.64-111, 1986.

CASTRO, E. V. de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, v.35, p.21-74, 1992.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, v.30, n.1, p.349-371, 2011.

CAVENAGHI, A. J. A construção da memória historiográfica paulista: D. Luis de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. *Anais do Museu Paulista*, v.1, n.19, p.81-113, jun. 2011.

CHMYZ, I. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do Rio Piquiri. *Dédalo*, n.13, p.7-31, 1971.

CLARKE, G. N. G. Taking possession: the cartouche as cultural text in eighteenth-century American maps. *Word & Image – A Journal of Verbal/Visual Enquiry*, v.4, p.455-474, 1988.

CORRÊA, D. S. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.24, n.39, p.135-152, 2008.

CORTELETTI, R. et al. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos proto-jê meridionais. *Cadernos do Lepaarq*, v.13, n.25, p.163-196, 2016a.

CORTELETTI, R. et al. *News from the field* ou como um projeto internacional começa a sair do papel. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.27, p.197-212, 2016b.

CORTELETTI, R.; DEBLASIS, P. Arqueologia jê do sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. *Revista Memorare*, v.5, n.2, p.136, maio/ago. 2018.

CORTELETTI, R.; IRIARTE, J. Recent advances in the archaeology of the southern Proto-Jê people. *Encyclopedia of Global Achaelogy*, Springer International Publishing A. G., 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-51726-1_3037-1. Acesso em: 9 set. 2021.

CRAMPTON, W.; KRYGIER, J. An introduction to critical cartography. *ACME – An International E-Journal for Critical Geographies*, v.4, n.1, p.11-33, 2006.

DOMINGUES, Â. M. V. No trilho da "viagem filosófica" de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história de suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v.16, n.3, p.1-15, 2021.

DYM, J.; LOIS, C. Bound images: maps, books, and reading in material and digital contexts. *Word & Image*, v.37, n.2, p.119-141, 2021.

DYM, J.; MOURA, D. A. S. From São Paulo to zoom: advice for hosting virtual history of cartography symposium. *The Portolan*, p.50-57, inverno 2020.

EDNEY, M. H. Cartography without "progress": reinterpreting the nature and historical development of mapmaking. *Cartographica*, v.30, n.2, p.73-82, 1993.

EDNEY, M. H. Cartography and its discontents. *Cartographica*, v.50, n.1, p.9-13, primavera 2015.

EDNEY, M. H. Teoria e história da cartografia. *Espaço e Cultura*, n.39, p.209-220, jan./jun. 2016.

FERREIRA, M. C. O mapa das Cortes e o Tratado de Madrid. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.51-69, 2007.

GARCIA, E. F. De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madrid. *Anais de História de Além-Mar,* Lisboa, v.VIII, p.123-137, 2007a.

GARCIA, J. C. A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

GOLIN, T. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011, Paraty. *Anais...* Paraty: Casa de Cultura de Paraty, 2011. p.1-16. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GOLIN_LUIZ_CARLOS_TAU.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

GUÉRIOS, R. F. M. O xocrén é idioma caingangue. *Boletim Bibliográfico*, v.7, p.61-68, jan./fev./mar. 1945.

HARLEY, J. B. The evaluation of early maps: toward a methodology. *Imago Mundi*, v.22, p.62-74, 1968.

HARLEY, J. B. Rereading the maps of the Columbian encounter. *Annals of the Association of America Geographers*, v.82, n.3, p.522-542, 1992.

IRIARTE, J. et al. Emergent complexity, changing landscapes, and spheres of interaction in southearstern South America during the middle and late Holocene. *Journal of Archaelogical Research*, v.24, n.4, dez. 2016.

KANTOR, Í. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, v.17, n.2, p.39-61, dez. 2009.

KANTOR, Í. Notas sobre a construção da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011, Paraty. *Anais*... Paraty: Casa de Cultura de Paraty, 2011. p.1-6. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/KANTOR_IRIS.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

KHUN, F. O contrabando de escravos na colônia do Sacramento (1722-177). *Tempo*, v.23, n.3, p.444-463, 2017.

KITCHIN, R.; DODGE, M. Rethinking maps. *Progress in Human Geography*, v.31, n.3, p.331-444, 2007.

LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. da S. Indígenas e natureza: a reciprocidade entre os kaingang e a natureza nas terras indígenas Por Fi Gâ, Jamã Ty Tãnh e Foxá. *DMA Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v.34, p.147-156, ago. 2015.

LOIS, C. El mapa, los mapas: propuestas para abordar la pluralidad y inestabilidad de la imagen cartográfica. *Geograficando,* v.11, n.1, p.1-24, 2015.

MAGALHÃES, J. R. Um novo método de governo: Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.165, n.424, p.183-209, 2004.

MELLO E SOUZA, L. *O sol e a sombra:* política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhias das Letras, 2006.

MENEZES, U. T. B. de. O objeto material como documento [aula]. Curso *Patrimônio Cultural – Políticas e Perspectivas*, Condephaat, São Paulo, p.1-13, 1980.

MENEZES, U. T. B. de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v.23, n.45, p.11-36, 2003.

MITCHELL, W. J. T. Showing seeing: a critique of visual culture. *Journal of Visual Culture*, v.1, n.2, p.173, 2002.

MOTA, L. T. A construção do "vazio demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná, 1992, texto digital. Disponível em: https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70520. Acesso em: 6 ago. 2021.

MOTA, L. T. A passagem e a presença dos jê meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.27, p.146-147, 2016.

MOURA, D. A. S. de. An expanding mercantile circuit in the South Atlantic in the late colonial period (1796-1821). *E-Journal Portuguese History*, v.13, n.1, p.68-88, 2015.

MOURA, D. A. S. de. Geographical knowledge and mineral riches in the struggle for sovereignty and possession of Southern Brazil (1750-1755). *Portuguese Studies*, v.35, n.1, p.20-38, 2019.

MOURA, D. A. S. de. Aprendendo com roteiros a comunicar por carta geográfica: cultura visual institucional de sertões e fronteiras conquistadas (século XVIII). *Fronteras de La História*, v.26, n.2, p.7-37, jul./dez. 2021b.

MOURA, D. A. S. de. Etnopaisagem jê e reterritorialização do Brasil Meridional (1768-1773). *Revista Brasileira de História*, v.41, n.87, p.187-212, 2021a.

NEIRA, C. M.; RODRÍGUEZ, P.; JOUAUNNY, M. L. La vía política indígena: agencia y nuevas formas de politización em América Latina. *Polis*, v.18, n.52, 2019.

NEUMANN, E. Mientras volaban correos por los pueblos: autogoverno e práticas letradas nas missões guarani – século XVIII. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.22, p.93-119, jul./dez. 2004.

OFFEN, K. Creating Mosquitia: mapping Amerindian spatial practices in eastern Central America, 1629-1779. *Journal of Historical Geography*, v.33, n.2, p.254-282, abr. 2007.

OLIVEIRA, F. R. de. História da cartografia brasileira e mapoteconomia segundo Jaime Cortesão: o curso do Itamaraty de 1944. *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n.4, p.1-34, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1108. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v.4, n 1, p.47-77, 1998.

OLIVEIRA, T. K. de. Cartografias do "sertão": os mapas sertanistas no discurso histórico de Jaime Cortesão e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v.6, n.2, p.188-210, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, T. K. de. A "cartografia sertanista" e as conquistas portuguesas no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII). In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, 2015, Braga. *Anais*... Braga: Biblioteca Pública de Braga, 2015. p.41-60.

ORLANDI, A. P. Pesquisadores indígenas revelam uma medicina preventiva, em que o bem-estar depende da preservação do meio ambiente. *Pesquisa Fapesp*, n.326, abril 2023. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/pesquisadores-indigenas-revelam-uma-medicina-preventiva-em-que-o-bem-estar-depende-da-preservacao-do-meio-ambiente/. Acesso em: 14 jun. 2022.

PARELLADA, C. I. Estética indígena jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. *Revista Científica/FAP*, v.3, p.213-229, jan./dez. 2008.

PERUSSET, M. Elementos para pensar la agencia indígena: actores, contextos y processos de cambio entre los grupos guaraníes (s. XVII). *Antropologica*, v.33, n.34, p.227-247, 2015.

PICANÇO, J. de L. A pesquisa mineral no século XVII: o mapa da baia de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653). *Arquivos*, v.20, n.2, p.203-218, 2011.

PICANÇO, J.; MESQUITA, M. J. O sertão do Tibagi, os diamantes e o mapa de Angelo Pedroso Leme (1755). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011, Paraty. *Anais*... Paraty: Casa de Cultura de Paraty, 2011, p.1-17. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/PICANCO_JEFFERSON_E_MESQUITA_MARIA_JOSE.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2017.

PICANÇO, J.; MESQUITA, M. J. A mineração aurífera na ocupação do planalto curitibano e litoral paranaense (séculos XVI-XVIII). *Geosul*, v.27, n.54, p.117-137, jul./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n54p116. Acesso em: 31 dez. 2016.

PIVETTA, M. Agricultores e sedentários. *Pesquisa Fapesp*, n.252, fev. 2017. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/agricultores-e-sedentarios/.

PIVETTA, M. Indígenas proto-jê: agricultores e sedentários. *Combate – Racismo Ambiental*, [s.l.], 2017. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2017/03/04/indigenas-proto-je-agricultores-e-sedentarios/. Acesso em: 14 jan. 2020.

PIVETTA, M. Sítio pré-histórico teria o primeiro registro de uma araucária em arte rupestre. *Pesquisa Fapesp*, n.325, mar. 2023. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/sitio-pre-historico-teria-o-primeiro-registro-de-uma-araucaria-em-arte-rupestre.

RAJ, K. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e história global da ciência. *Revista Maracanan*, n.13, p.164-175, dez. 2015.

RODRIGUES, C. M. Os mapas de sertanistas das pedras brilhantes: entre o traço rústico dos sertanistas e o desenho exato da cartografia europeia. *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n.9, p.1-15, 2017. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/73/87/o-mapa-do-padre-cocleo-16-09-2013_1379350586.pdf. Acesso em: 28 ag. 2019.

ROSA, R. R. G. O território xamânico kaingang vinculado às bacias hidrográficas e à floresta de araucária. *Lepaarq – Laboratório de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v.2, n.2, p.99-115, 2005b.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do códice Costa Matoso. *Varia Historia*, v.15, n.21, p.100-118, 1999.

SAFIER, N. Global knowledge on the move: itineraries, Amerindian narratives, and deep histories of science. *Isis*, n.101, p.133-145, 2010.

SAMPAIO, T. Os guayanãs da capital de S. Vicente. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, v.VIII, p.165, 1903.

SANTOS, M. C. dos. Caminhos historiográficos na construção da história indígena. *História Unisinos*, v.21, n.3, p.341, 2017.

SOUSA NETO, M. F. de. O convênio luso-brasileiro de 1867: coleções, mapas e instituições. *Tamoios*, n.1, p.151-157, jan./jun. 2014.

SOUZA, J. G. de et al. The genesis of monuments: resisting outsiders in the contested landscapes of southern Brazil. *Journal of Anthropological Archaelogy*, n.41, p.196-212, 2016.

SOUZA, J. G. de; MERENCIO, F. T. A diversidade dos sítios arqueológicos jê do Sul no estado do Paraná. *Lepaarq – Laboratório de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v.10, n.20, p.95-130, 2013.

TRINDADE, M. Quem são os xokleng, os indígenas que podem mudar a trajetória jurídica das demarcações. *Combate – Racismo Ambiental*, [s.l.], 17 abr. 2020. Disponível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/quem-sao-os-xokleng-os-indigenas-que-podem-mudar-a-trajetoria-juridica-das-demarcacoes. Acesso em: 13 jun. 2024.

VANALI, A. C. O pajé do Tibagi: Telêmaco Borba e sua contribuição à etnografia paranaense. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, Curitiba, v.1, 2015.

VARGAS, H. M.; GARCIA, J. C. A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n.7/8/9, p.1-15, 2007.

WEBER, D. J. Turner, the Boltonians and the borderlands. *The American Historical Review,* n.91, p.66-81, 1986.

WILDE, G. Territorio y etnogénesis misional em el Paraguay del siglo XVIII. *Fronteiras – Revista de História,* v.11, n.19, p.83-106, jan./jun. 2009.

WILDE, G. La agencia indígena y el giro hacia lo global. *História Crítica*, n.69, p.119-114, 2018.

## Capítulos de livros

CARVALHO, S. M. S. Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o sul mato-grossense. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.457-474.

FLECK, E. C. D. Sobre a procedência e a controvertida autoria de um manuscrito de medicina e farmácia, "escrito en estas doctrinas de la Compañia de Jesus año de 1725". In: FLECK, E. C. D.; ROGGE, J. H. *Ação global da Companhia de Jesus:* embaixada política e mediação cultural. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.1185-1215.

HOLANDA, S. B. de. Um mito geopolítico: a ilha Brasil. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. p.61-84.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas*. Trad. Ágatha Bacelar. 2.ed. Niterói: Eduff, 2021. p.83-114.

MONTEIRO, J. M. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONE, L. (Org.). *Índios no Brasil*. 2.ed. Brasília: MEC, 1992. p.105-120.

PERRONE-MOISÉS, L. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.115-133.

RIBEIRO, B. G.; VELTHEN, L. H. van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.103-114.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras do Brasil colonial. In: MOURA, D. A. S. de; DOMINGUES, Â. (Orgs.). *Histórias do Atlântico português.* São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.279-302.

TAUNAY, A. de E. Biografia de Pedro Taques. In: LEME, P. T. de A. P. *História da capitania de São Vicente*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, [s.d.]. p.7-53.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.87-102.

WILDE, G. Invención, circulación y manipulación de clasificaciones en los origines de una antropología misionera. In: GIUDICELLI, C. (Coord.). *Luchas de clasificación:* las sociedades indígenas entre taxonomía, memoria y reapropriación. Rosario: ProHistória Ediciones; Ifea, 2018. p.41-77.

## Dissertações e teses

AMPARO, S. dos S. *Sobre a organização espacial dos kaingáng, uma sociedade indígena jê meridional*. Brasília, 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

BARCELOS, A. H. *O mergulho no Saeculum:* exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BOAVENTURA, D. M. R. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

BONATO, T. *Articulando escalas:* cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628). Curitiba, 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

BRAGA, D. *A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul:* do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002). Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CARVALHO, F. A. L. de *Lealdades negociadas:* povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). São Paulo, 2012a. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

DAVIDSON, D. M. *Rivers and Empire:* the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808. New Haven, 1970. Tese (Phd) – Yale University.

DERNTL, M. F. *Método e arte:* criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

FRANCISCO, A. R. *Kaingáng:* uma história das interações entre nativos ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FUNCHAL, W. de A. *Governo local em uma capitania sem governador (São Paulo, 1748-1765)*. Franca, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio:* políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo Sul da América portuguesa. Niterói, 2007b. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

JOLKESKY, M. P. de V. *Reconstrução fonológica e lexical do proto-jê meridional*. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas.

LAROQUE, L. F. da S. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)*. São Leopoldo, 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores:* estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas, 2001. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas.

NEUMANN, E. S. *Práticas letradas guarani:* produção e uso da escrita indígena. Rio de Janeiro, 2005. 360f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, T. K. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações:* a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII). São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

POPÓ, C. C. *Cosmologia na visão xokleng*. Florianópolis, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, M. da S. *"Se faz preciso misturar o agro com o doce":* a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763). Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

RODRIGUES, C. M. *Os mapas das pedras brilhantes:* a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino de Serro do Rio (1714-1771). Belo Horizonte, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

ROSA, R. R. G. da. *"Os kujà são diferentes"*: um estudo etnológico do complexo xamânico dos kaingang da terra indígena Votouro. Porto Alegre, 2005a. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, A. C. dos. *Organização social e cosmovisão kaingang:* uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade jê meridional. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, A. C. dos. *A expulsão do sertão:* elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841). São Paulo, 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo.

SEVERINO, C. S. *A dinâmica do poder e da autoridade na comarca de Paranaguá e Curitiba*. Franca, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

SILVA, A. L. F. da. *Reduções jesuítico-guarani:* espaço de diversidade étnica. Dourados, 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

SPOSITO, F. *Santos, heróis ou demônios?* Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII). São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

XAVIER, N. da R. *No solo regado a sangue e suor:* a cartografia da província jesuítica do Paraguai (século XVIII). São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

SOBRE O LIVRO

*Tipologia*: Horley Old Style 10,5/14
*1ª edição Editora Unesp Digital*: 2024

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Editorial*
Marcos Keith Takahashi (Quadratim)

*Edição de texto*
Cacilda Guerra

*Imagem de capa*
*Demonstração da Nova Campanha de Guarapuava*, desenho a nanquim, 1775.
Acervo Biblioteca Nacional.

*Editoração eletrônica*
Arte Final

Mapear é uma ação inerente ao ser humano, pois todo indivíduo consciente necessita se situar no espaço. Nesse sentido, qualquer pessoa – profissional da geografia ou da cartografia ou leigo nessa área – pratica geografia e mapeamento e produz mapas mentais, gráficos ou performáticos para se orientar ou para simplesmente descrever o espaço.

Quando essas geografias não profissionais são apropriadas pelo Estado, seus autores originais são elididos e, consequentemente, seus legítimos direitos à terra são anulados, como mostra a experiência do Estado colonial português na segunda metade do século XVIII, quando disputava com a Coroa de Espanha a definição de seus limites territoriais na América do Sul.

Este é um livro sobre como Estados coloniais da era moderna inventaram soberania, autoridade e direitos sobre terras de outros povos a partir de expedições de mapeamento e mapas. A partir da cartografia histórica do Brasil, Denise Aparecida Soares de Moura indica um caminho para começarmos a recuperar autorias de territórios e lugares apagadas por agentes estatais envolvidos em simular impérios, territórios e terras de Estado.

*Denise Aparecida Soares de Moura* é professora livre-docente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. É especialista em História do Brasil Colônia, com projetos no campo da cultura visual colonial, em especial da história da cartografia. Realizou estágios de pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa (Portugal, 2008) e na Johns Hopkins University (Estados Unidos, 2013). É membro da International Society for the History of the Map (ISHMap) e da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna. Participa da equipe do projeto "Construindo um mundo global: migrantes através do Atlântico Local2Global" desenvolvido pelo Centro de Investigação Transdisciplinar (Citcem), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal).

editora unesp DIGITAL